

Populações VULNERÁVEIS

Rosana Baeninger
Catarina von Zuben
Gustavo Accioly
Damaris Ferraz Salvioni
coordenação

Carlos Raul Etulain
Luís Renato Vedovato
Ana Cecília Bizon
Antônio Carlos Amorim
Natália Demétrio
Jóice Domeniconi
Juliana Carvalho Ribeiro
Luís Felipe Magalhães
organização



UNICAMP



MPT



POPULAÇÕES Vulneráveis

Unicamp e
Ministério Público do Trabalho



2021

POPULAÇÕES Vulneráveis

**Unicamp e
Ministério Público do Trabalho**

**Rosana Baeninger
Catarina von Zuben
Gustavo Accioly
Damaris Ferraz Salvioni**
coordenação

**Carlos Raul Etulain
Luís Renato Vedovato
Ana Cecília Bizon
Antônio Carlos Amorim
Natália Demétrio
Jóice Domeniconi
Juliana Carvalho Ribeiro
Luís Felipe Aires Magalhães**
organização



Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Núcleo de Estudos de População Elza Berquó - NEPO
Observatório das Migrações em São Paulo

Reitor Antônio José de Almeida Meirelles
Coordenadora Geral da Universidade Maria Luiza Moretti
Coordenadora de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Ana Carolina de Moura Delfim Maciel
Coordenadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó
Maísa Faleiros da Cunha
Coordenador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
Carlos Raul Etulain
Coordenadora do Observatório da Infância e Adolescência
Stella Silva Teles
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Demografia
Everton Emanuel Campos de Lima
Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo
Rosana Baeninger

Apoio

Ministério Público do Trabalho – MPT
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Comitê Publicação: Rosana Baeninger, Luís Renato Vedovato, Catarina von Zuben

Fotos da capa

Entrega de cestas básicas – MPT/UNICAMP, Campinas/dezembro de 2020.
Foto de Fabrício Moraes. Banco de Imagens do Observatório das Migrações
em São Paulo, 2021.

Ficha Catalográfica - Bibliotecária Adriana Fernandes – CRB 6332

P819 Populações Vulneráveis: Unicamp e Ministério Público do Trabalho /
Rosana Baeninger; Catarina von Zuben, Gustavo Accioly, Damaris Salvioni
(Coordenação); Carlos Raul Etulain; Luís Renato Vedovato, Ana Cecília Bizon,
Antônio Carlos Amorim, Natália Demétrio; Joice Domeniconi; Juliana
Carvalho Ribeiro, Luís Felipe Aires Magalhães (Organização) – Campinas, SP:
Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Núcleo de Estudos de
Políticas Públicas/Unicamp, 2021.

860 p.

ISBN 978-65-87175-19-5 (*digital*)

1. Populações Vulneráveis. I. Baeninger, Rosana. II. von Zuben, Catarina.
III. Accioly, Gustavo. IV. Salvioni, Damaris. V. Etulain, Carlos, VI. Vedovato,
Luís Renato. VII. Bizon, Ana Cecília. VIII. Amorim, Antonio Carlos. IX.
Demétrio, Natália. X. Domeniconi, Joice. XI. Ribeiro, Juliana. XII. Magalhães,
Luís Felipe. XIII. Título.

Este livro conta com a parceria de diferentes instituições sendo os/as
autores/as responsáveis pelo seu conteúdo, bem como redação dos textos.



Fotografia: Oficina de Capacitação Laboral - Panificação, outubro/2021. Projeto: Migrações Internacionais, Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo. Coordenação MPT: Dr. Gustavo Accioly. Fotógrafa Paula Provence.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE I	12
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS: TRABALHO INFANTIL	
CAPÍTULO 1	13
TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA, “JANELA DE OPORTUNIDADES” E OS COMPROMISSOS DO BRASIL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL Joice Melo Vieira e Paulo Mortari A. C.	
CAPÍTULO 2	33
CIDADES, TRABALHO E PANDEMIA: DESAFIOS PARA A ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL Carlos Raul Etulain	
CAPÍTULO 3	43
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS - TRABALHO INFANTIL: NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE AS FONTES DE INFORMAÇÃO Natália Demétrio, Rosana Baeninger, Joice Domeniconi	
CAPÍTULO 4	93
PERFIL DO TRABALHO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS DE IBIÚNA, ITAPEVI E CARAPICUÍBA- SP Carlos Raul Etulain, Temidayo James Aransiola, José Ferdinando Ramos Ferreira, Noan Sallati	
CAPÍTULO 5	137
TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CACONDE Juliana Carvalho Ribeiro, Rosana Baeninger, Joice Domeniconi, Natália Demétrio e Catarina von Zuben	
CAPÍTULO 6	199
PARA VER, LER, OUVIR E SENTIR: O TRABALHO INFANTIL Sueli Soares dos Santos Batista	

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

PARTE II.....217
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS: MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

CAPÍTULO 7218
MIGRAÇÃO, CONDIÇÕES DE VIDA, PRIVAÇÃO E DIREITOS HUMANOS
Flávia M. Uchôa de Oliveira, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis, Luís Renato Vedovato, Shailen Nandy

CAPÍTULO 8.....238
MULHERES NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL
Rosana Baeninger, Natália Demétrio e Joice Domeniconi

CAPÍTULO 9.....276
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI E
INSERÇÃO SOCIOLABORAL DE IMIGRANTES
Joice Domeniconi

CAPÍTULO 10292
MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NOS FRIGORÍFICOS DO BRASIL
Natália Demétrio

CAPÍTULO 11.....308
MIGRAÇÕES BOLIVIANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO
HORIZONTE EM TEMPOS DE PANDEMIA
Juliana Carvalho Ribeiro

CAPÍTULO 12324
MIGRACIONES VENEZOLANAS Y DESPLAZAMIENTO:
IMPLEMENTACIÓN DE VISAS OBLIGATORIAS EN PAÍSES
SUDAMERICANOS
Edith Carolina Simao Bonilla e Joselin Marly Utrera Ávila

CAPÍTULO 13344
INTERIORIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO NORDESTE
Silvana Nunes de Queiroz e Rosana Baeninger

CAPÍTULO 14353
A PONTE COMO O NÃO-LUGAR DE PASSAGEM PARA HAITIANOS E
VENEZUELANOS: INTERDIÇÃO DA MOBILIDADE, CAOS E CONFLITOS
INTERNACIONAIS NA PANDEMIA
Marília Lima Pimentel Cotinguiba, Geraldo Castro Cotinguiba, Aurinete Souza Brasil Freire e Roziane da Silva Jordão

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

CAPÍTULO 15	361
DEPORTAÇÕES DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS NA PANDEMIA: O CASO BRASILEIRO	
Rosana Baeninger, Natália Demétrio e Jóice Domeniconi	
CAPÍTULO 16	389
“Quem e Quantos serão eles?” MIGRANTES DE CRISE DO AFGANISTÃO NO BRASIL	
Rosana Baeninger, Jóice Domeniconi, Natália Demétrio e Juliana Ribeiro	
CAPÍTULO 17	416
O DIREITO AO TRABALHO NA COLEÇÃO <i>VAMOS JUNTOS (AS)!</i> REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DE UM MATERIAL DIDÁTICO DE PLAC	
Louise Hélène Pavan, Jael Sânera Sigales-Gonçalves, Monica Panigassi Vicentini	
CAPÍTULO 18	453
CARTILHA BILÍNGUE PORTUGUÊS-CRIOULO HAITIANO: DIRETRIZES PARA RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS EM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ana Cecília Cossi Bizon, Sudly Amonsens Raphaël Saintil e Verônica Carvalho de Deus	
CAPÍTULO 19	478
IDEIAS PARA UM CURRÍCULO-ESCRITAS HUMANITÁRIAS	
Antonio Carlos Amorim	
PARTE III	490
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS E O CONTEXTO LOCAL	
CAPÍTULO 20	491
VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAMPINAS. NOTIFICAÇÕES NA ÚLTIMA DÉCADA E NO PERÍODO DA PANDEMIA	
Stella Silva Telles, Carlos Raul Etulain e Jane Valente	
CAPÍTULO 21	517
ACOLHIMENTO A CRIANÇAS MIGRANTES E SUAS FAMÍLIAS EM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ana Cecília Cossi Bizon e Verônica Carvalho de Deus	

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

CAPÍTULO 22	551
URBANIZAÇÃO, METROPOLIZAÇÃO E NOVAS ESCALAS URBANAS	
Luís Felipe Aires Magalhães e Lucia Maria Machado Bógus	
CAPÍTULO 23	561
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS - INDICADORES DA POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO AEROPORTO DE VIRACOPOS E AEROPORTO DE GUARULHOS	
Jóice Domeniconi, Rosana Baeninger, Catarina von Zuben, Henrique Baeninger Pescarini	
CAPÍTULO 24	630
IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO MUNICÍPIO DE AMERICANA- SP	
Juliana Ribeiro, Jóice Domeniconi, Natália Demétrio, Rosana Baeninger, Catarina von Zuben	
CAPÍTULO 25	729
PERFIL DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	
Jóice Domeniconi, Juliana Ribeiro, Rosana Baeninger e Natália Demétrio	
CAPÍTULO 26	818
DIREITOS HUMANOS E A POLÍTICA PARA MIGRANTES INTERNACIONAIS: A EXPERIÊNCIA DE CAMPINAS, O PAPEL DA UNIVERSIDADE E A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS ADMINISTRATIVOS LOCAIS	
Natália Demétrio, Rosana Baeninger, Jóice Domeniconi, Sophia Damiano Rôvere	
CAPÍTULO 27	850
DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: A EXPERIÊNCIA DA PARCERIA ENTRE O OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO E O CENTRO PAULA SOUZA	
Luís Felipe Aires Magalhães e Davi Gutierrez	
PUBLICAÇÕES	859

INTRODUÇÃO

Esta coletânea é resultado da parceria entre a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e o Ministério Público do Trabalho- MPT, através de atividades de pesquisa, ensino e extensão ao longo do ano de 2021.

Os projetos do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) – através do Observatório das Migrações em São Paulo - e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP – com o Observatório da Infância e Adolescência- e o MPT permitiram a produção desta publicação. Os capítulos congregam, portanto, pesquisadores dessas instituições e de diferentes unidades da Unicamp, como a Faculdade de Educação; o Instituto de Estudos da Linguagem; a Faculdade de Ciências Aplicadas; graduandos, mestrandos e doutorandos; bem como pesquisadores de instituições de nossa rede de pesquisa, como a Universidade de Cardiff, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Universidade Regional do Cariri-Ceará, a Universidade Federal de Rondônia, o Centro Paula Souza, a Prefeitura Municipal de Campinas, a Missão Paz e o Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

A primeira parte do livro – *Populações Vulneráveis – Trabalho Infantil* - é dedicado ao tema do trabalho infantil, justamente por ser “**2021 Ano Internacional para a**

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Eliminação do Trabalho Infantil”, conforme estabelecido pela Assembleia das Nações Unidas, para atender aos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os capítulos acompanham o Atlas Temático – Populações Vulneráveis – Trabalho Infantil, produzido também na parceria Unicamp-MPT e seu Banco Interativo¹.

Na segunda parte – *Populações Vulneráveis – Migrações Internacionais* - estão contemplados os capítulos que recorrem aos processos migratórios, suas características e desafios laborais, em especial neste contexto de pandemia. As discussões também acompanham as informações dos Atlas Temáticos do Observatório das Migrações em São Paulo, todos com a parceria do MPT.

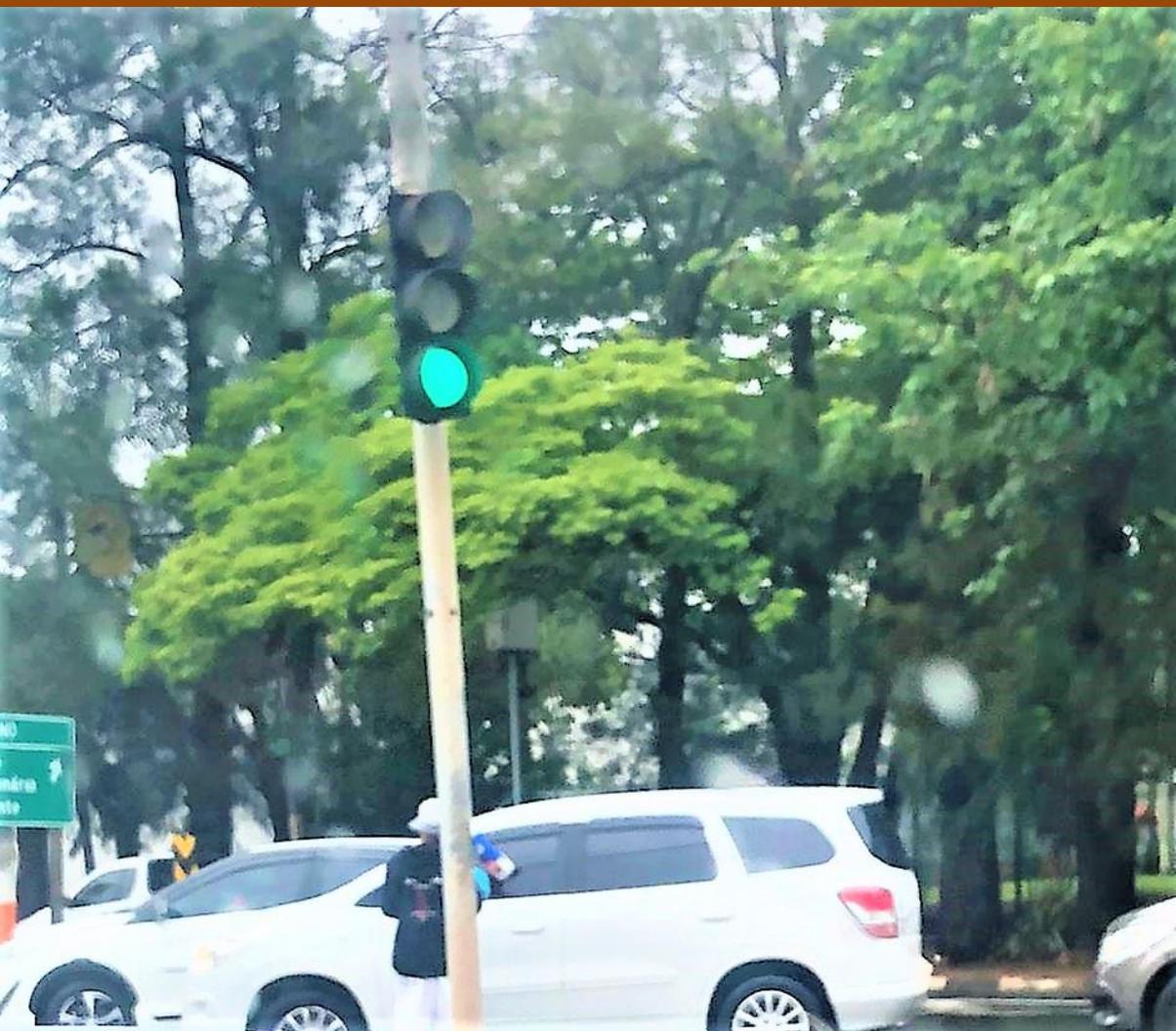
A terceira parte da coletânea – *Populações Vulneráveis e o Contexto Local* - reuni capítulos que tratam de nossas articulações institucionais, produção de pesquisa e o diálogo com a sociedade.

Desse modo, a contribuição acadêmica expressa nesta publicação possibilita subsidiar ações, atividades e políticas públicas para que se possa cumprir a Agenda 2030 e trazer melhorias nas condições de vida da população em nosso país.

¹ Na página do NEPO/UNICAMP encontram-se disponíveis o Atlas Temático – Populações Vulneráveis – Trabalho Infantil e o Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo – Populações Vulneráveis- Trabalho Infantil (www.nepo.unicamp.br).

PARTE I

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS: TRABALHO INFANTIL



Fotografia: Larissa Baeninger Pescarini. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo - Nepo/Unicamp.



CAPÍTULO 1

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA, “JANELA DE OPORTUNIDADES” E OS COMPROMISSOS DO BRASIL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

**Joice Melo Vieira²
Paulo Mortari A. C.³**

O que é a transição demográfica e qual é a sua relação com nossas percepções sobre infância e motivações para ter filhos?

A transição demográfica costuma ser apontada pelos demógrafos como o fenômeno mais marcante da história das populações. Trata-se de um processo no

² Joice Melo Vieira é Professora do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: joicemv@unicamp.br

³ Doutorando em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pesquisador do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: mortari.a.c@gmail.com.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

qual as taxas brutas de mortalidade e de natalidade⁴ passam de patamares elevados para patamares bastante baixos (PAIVA e WAJNMAN, 2005; BRITO et al., 2008). Dito de uma forma mais simples, as chances de nascer e morrer em uma sociedade se tornam proporcionalmente menores ao longo do tempo. Esse processo foi identificado primeiramente na Europa, mas se expande por todo o mundo, especialmente no transcurso do século XX. As origens da transição demográfica estão associadas a grandes transformações sociais impostas pela industrialização e a urbanização. Se as condições de vida eram precárias nas primeiras cidades modernas, especialmente para os proletários, à medida que a produtividade avança, que a disponibilidade e o acesso a alimentos aumentam e que o saneamento básico se massifica, a mortalidade tende a diminuir significativamente. Com o avanço da medicina, as formas de transmissão de doenças infecciosas e parasitárias são identificadas, surgem remédios mais eficazes e, como consequência, deixa-se de morrer de causas evitáveis, sobretudo na infância e em idades ainda jovens.

Via de regra, a diminuição da natalidade é posterior àquela da mortalidade. Essa característica geral da transição demográfica em todas as populações conhecidas que passaram pelo processo não é aleatória. A queda da natalidade não depende apenas de conhecimento tecnológico e científico. Ela está mais fortemente relacionada à cultura e aos valores de uma sociedade e, portanto, pendente de decisões de indivíduos guiados pelo desejo de ter menos filhos. Obviamente, o conhecimento sobre métodos contraceptivos tradicionais e modernos facilita o controle do número de filhos tidos, mas não é condição suficiente para haver a redução da natalidade. Antes disso, a percepção sobre as crianças e os papéis de pais e filhos precisam mudar (ARIÉS, 2011).

⁴ A taxa bruta de natalidade é definida como o número de nascidos vivos por mil habitantes de uma população residente em certo espaço geográfico em um ano específico considerado. Ela é calculada dividindo-se o número total de nascidos vivos pela população total residente em determinada área geográfica em certo ano calendário e multiplicando o resultado por mil. Já a taxa bruta de mortalidade se refere ao número total de óbitos por mil habitantes de uma população residente em certo espaço geográfico em um ano específico considerado. É calculada dividindo-se o número total de óbitos de residentes pela população total residente em determinada área geográfica em certo ano calendário, vezes mil. (RIPSA, 2008).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A figura 1 ilustra os estágios do modelo geral da transição demográfica (ROSER et al., 2013). No primeiro estágio, tanto a mortalidade quanto a natalidade são altas. O crescimento populacional tende a ser estável ou muito lento. Se a população aumenta, esse acréscimo de pessoas é facilmente aniquilado por alguma guerra ou epidemia. Há pouco ou nenhum controle sobre o número de filhos, pois eles são um recurso econômico importante. Um número maior de filhos significa, basicamente, mais braços disponíveis para o trabalho, sem contar que o alto risco de morte durante a infância contribui para que os pais apostem que, tendo mais filhos, ao menos alguns deles atingirão a idade adulta. A estrutura etária típica é representada por uma pirâmide de base bem larga que rapidamente se afunila por conta da intensidade das mortes ainda em idades bastante jovens.

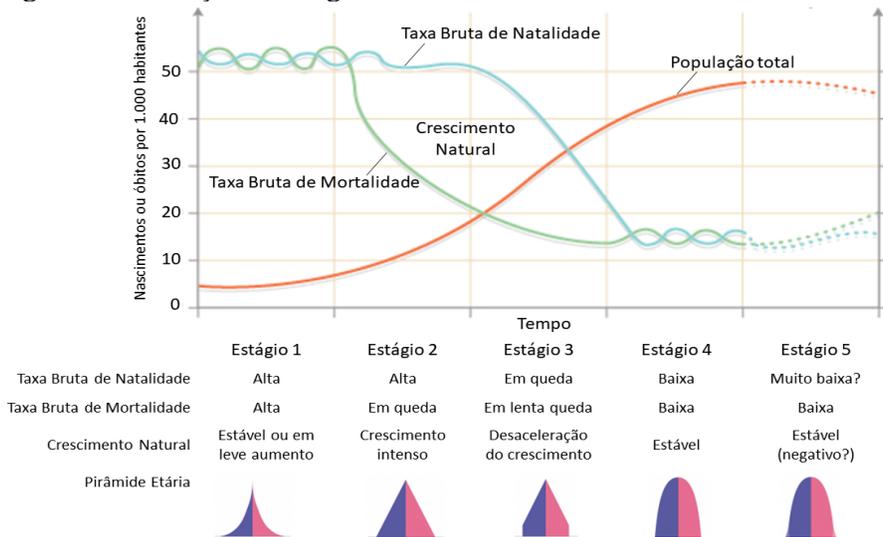
No segundo estágio, a mortalidade declina drasticamente, a natalidade se conserva elevada e o crescimento populacional é vigoroso. O avanço da saúde pública e do saneamento básico, assim como a melhor nutrição e noções de cuidados, principalmente durante os primeiros anos de vida, fazem a mortalidade diminuir, sobretudo a mortalidade infantil e jovem. O aumento populacional nesse momento é fortemente impulsionado pela sobrevivência das crianças e jovens que, finalmente, conseguem avançar para as próximas fases da vida. Isso ecoa diretamente na estrutura etária, observando-se uma pirâmide populacional na qual a base ainda é bastante larga, porém, com um gradual afunilamento.

No terceiro estágio, a redução da mortalidade segue em declínio, mas depende do controle de doenças com um grau de complexidade maior e que tendem a se manifestar em fases mais avançadas da vida. Em geral, são enfermidades cuja manifestação e evolução dependem de hábitos e comportamentos, a exemplo das doenças cardiovasculares. Esse é o momento histórico em que a natalidade finalmente declina fortemente. Por conseguinte, a estrutura etária é impactada. Nessa fase, a mudança mais proeminente sentida na pirâmide populacional é o estreitamento de sua base em função da diminuição dos nascimentos. Normalmente, coincide com o momento de expansão da escolarização e da produção de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

riquezas. As famílias passam a enxergar na educação formal uma rota viável de mobilidade social e ocupacional. Ter muitos filhos passa a ser considerado desvantajoso. A qualidade dos filhos torna-se mais importante do que a quantidade. A maior parte da população se desloca para áreas urbanas. De recurso econômico que pode ser imediatamente canalizado para o trabalho como mão-de-obra, os filhos passam a ser objeto de investimento da família. Eles devem ser poupados e protegidos, e é preciso agregar-lhes valor e enviá-los para a escola. É justamente nesse estágio que se torna tendência organizar o ciclo de vida massivamente de uma nova forma: a centralidade da vida nas primeiras idades deve ser a educação escolar; na fase adulta, o trabalho; e na velhice, a aposentadoria. O fluxo de riquezas intergeracionais se inverte do ponto de vista da cultura hegemônica. Se, até então, a riqueza podia fluir dos filhos para os pais – posto que os primeiros produziam desde cedo para contribuir com os ganhos econômicos dos últimos –, agora a riqueza necessariamente flui dos pais para os filhos.

Figura 1. Transição Demográfica



Fonte: Traduzido de Max Roser, Hannah Ritchie and Esteban Ortiz-Ospina (2013) - "World Population Growth". Published online at OurWorldInData.org. Retrieved from: <https://ourworldindata.org/world-population-growth> [Online Resource].

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

No quarto estágio, mortalidade e natalidade são baixas, e o crescimento populacional se desacelera muito, estabilizando-se em patamares baixos. As oportunidades educacionais e laborais para as mulheres se ampliam, a maternidade como experiência feminina obrigatória é questionada e a idade considerada ideal para ter filhos aumenta. A estrutura etária vai abandonando cada vez mais o formato piramidal, o que é indício de crescente envelhecimento populacional, ou seja, maior presença de pessoas nas idades maduras e idosas em termos proporcionais na população.

Ainda não há consenso na literatura sobre a existência de um quinto estágio. Mas, quando ele é mencionado, é associado a países altamente desenvolvidos que se veem sob o risco de declínio populacional em razão de o número de mortes suplantar o número de nascimentos reiteradamente ao longo do tempo. Outra característica dessa fase seria uma elevada proporção de pessoas que optam por não ter filhos, convertendo o “eu” no maior objeto de investimento. Isso não significa necessariamente que as crianças não são valorizadas. A decisão de não trazer uma nova geração ao mundo pode ser multifacetada. Gerar filhos, por exemplo, é tão demandante em termos de tempo e recursos que, diante da virtualidade de não conseguir atingir todas as expectativas de criação de um filho, as pessoas escolhem não o ter. Outras motivações podem estar associadas a percepções negativas sobre o futuro, como o receio de cenários escatológicos, seja de uma perspectiva socioeconômica ou ambiental.

A transição demográfica no Brasil e a “Janela de Oportunidades”

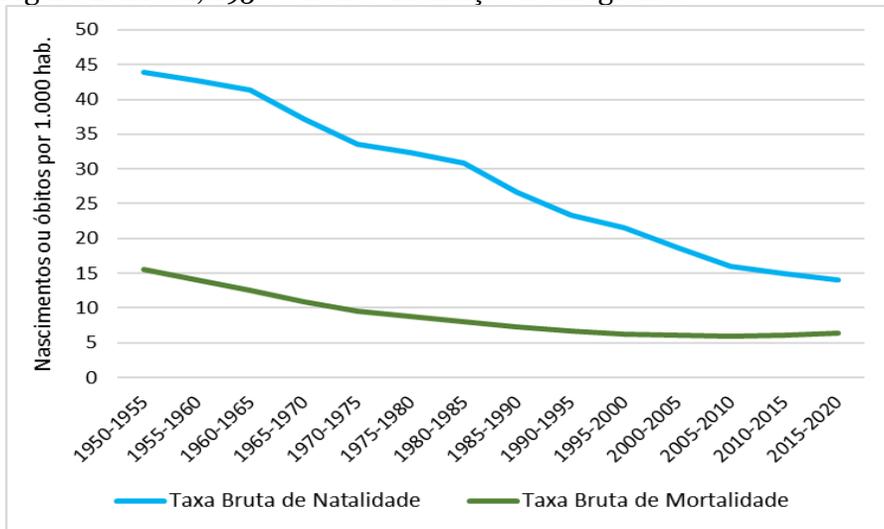
De acordo com Brito et al. (2008), os países desenvolvidos iniciaram a transição demográfica ainda no século XIX. O Brasil tardaria mais tempo para pôr em marcha esse processo, mas, por outro lado, o vivenciaria de forma muito mais acelerada e condensada no tempo. Alves (2018) associa o início da transição demográfica no país à industrialização e urbanização que começaram a dar os seus primeiros sinais após a Revolução de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

1930. Seguindo o padrão encontrado ao redor do mundo, a mortalidade, aqui, declinou antes da natalidade (Figura 2). A redução da taxa bruta de natalidade apresenta uma trajetória de declínio intenso desde os anos 1950 até a atualidade.

Vale frisar que, se em 1960, a fecundidade brasileira era de 6,28 filhos por mulher em média, em 2010, era de apenas 1,9. Paralelamente, a mortalidade, em geral, não só seguiu sua trajetória de paulatina queda (Figura 2) como a mortalidade infantil, em específico, sofreu uma retração vertiginosa no mesmo período, declinando de 124 óbitos por mil nascidos vivos em 1960 para 17,2 óbitos por mil nascidos vivos em 2010.

Figura 2. Brasil, 1950 a 2020: Transição Demográfica

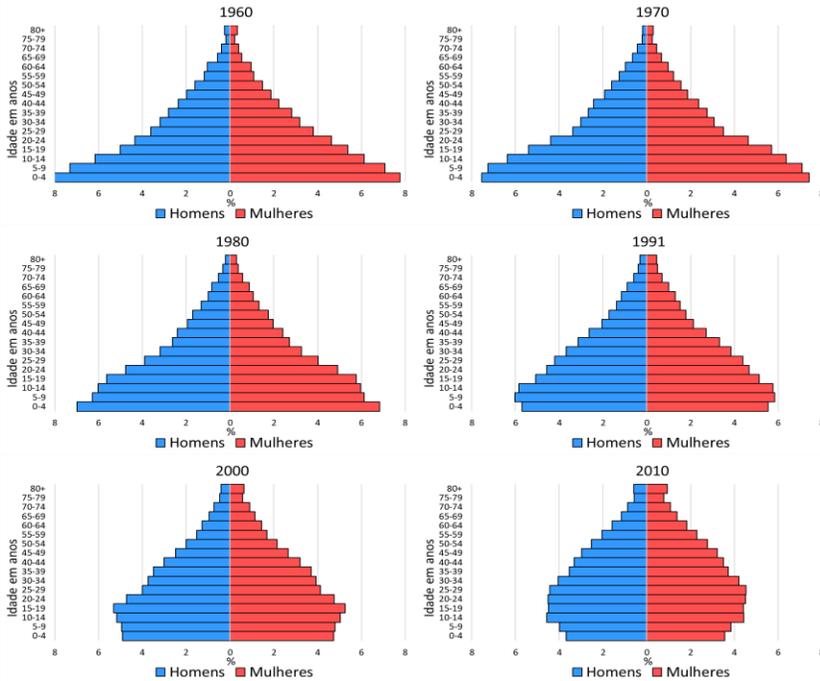


Fonte: World Population Prospects: The 2019 Revision. United Nations Population Division.

Hoje, pode-se dizer que a transição demográfica já se encontra bem avançada no Brasil e alterou radicalmente a estrutura etária do país (Figura 3). Observa-se o progressivo estreitamento da base da pirâmide populacional, indicando a redução da proporção de crianças na população total, acompanhado, como era de se esperar, de um aumento relativo da população em idade ativa, aquela na faixa de 15 a 64 anos segundo os estândaes internacionais.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 3. Brasil, 1960 a 2010: Pirâmide Etária



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960 a 2010.

Outra forma de captar as mudanças na estrutura etária e seus potenciais efeitos sobre o desenvolvimento social, econômico e áreas prioritárias para o planejamento de políticas sociais é através das razões de dependência jovem, de idosos e total (Figura 4). A razão de dependência, basicamente, relaciona o número potencial de pessoas que idealmente seriam apenas consumidores (crianças e idosos) e o número de potenciais produtores (aqueles considerados em idade produtiva, com idades entre 15 e 64 anos). Para os propósitos de construção desse indicador, as Nações Unidas consideram crianças as pessoas com idade de 0 a 14 anos, e como idosos, aquelas com 65+ anos. Quando se considera no numerador da taxa conjuntamente crianças e idosos e no denominador o total de pessoas em idade ativa, tem-se a razão de dependência total. Se, em vez disso, seguindo a mesma lógica, for mantido no numerador apenas as crianças e no denominador a população de

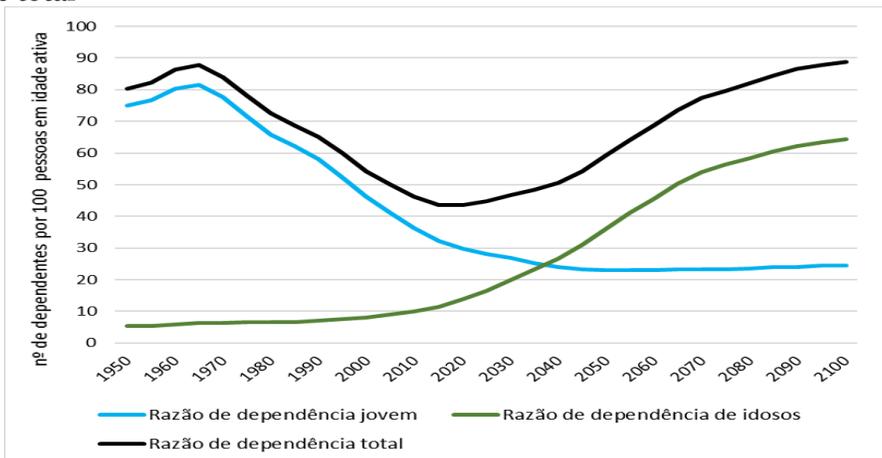
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

15-64 anos, tem-se a razão de dependência jovem. Por conseguinte, se no numerador se consideram os idosos e no denominador a população de 15-64 anos, obtém-se a razão de dependência de idosos.

Interpretando-se os resultados apresentados na Figura 4, chama a atenção que, desde 1950 até o presente, a razão de dependência jovem foi sempre muito mais elevada do que a razão de dependência de idosos. Estima-se que a situação se inverta em 2040, quando a razão de dependência de idosos deve superar a razão de dependência jovem, para, a partir de então, seguir aumentando de forma consistente ao longo das décadas.

Atendo-nos à curva relativa à razão de dependência total na Figura 4, é significativo o seu formato em “U”. Levando-se em conta a série histórica apresentada, a razão de dependência total atinge o seu máximo histórico em 1970, quando havia 78,2 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa. As menores razões de dependência total devem ser registradas justamente nas décadas compreendidas entre 2000 e 2040.

Figura 4. Brasil, 1950 a 2100: Razão de dependência jovem, de idosos e total



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Population Prospects 2019.

Na literatura demográfica e econômica, convencionou-se denominar como “janela de oportunidades”, “bônus

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

demográfico” ou, ainda, “dividendo demográfico” esse momento histórico em que as razões de dependência total alcançam os seus valores mínimos antes de voltarem a ascender, agora não por conta da presença de crianças, mas, sim, em função do maior peso relativo dos idosos na população (WONG e CARVALHO, 2010; RIGOTTI, 2006). Assume-se que a janela de oportunidades representa uma situação bastante favorável para as sociedades darem um salto qualitativo de um ponto de vista econômico e social. Trata-se de uma fase em que uma maior parcela da população está concentrada em idades ativas. Há, portanto, maior força de trabalho disponível, que, se bem aproveitada, tem potencial para aumentar a produtividade e a capacidade de poupança do país. Para Wong e Carvalho (2010: 10-11),

(...) o tamanho menor das gerações de crianças possibilita, em princípio, um maior retorno dos recursos nelas investidos. É de se esperar um aumento do investimento governamental per capita na educação, principalmente nos níveis fundamental e médio, em um contexto de diminuição sustentada do peso relativo – quando não do número absoluto – da população jovem e de aumento, ainda pequeno, no peso da população idosa.

Por sinal, o maior salto na expansão do acesso à educação escolar no Brasil ocorreu entre as décadas de 1990 e 2010 (Tabela 1). Na faixa etária de 5 a 14 anos, observa-se uma clara universalização do acesso à escola tanto entre meninos quanto entre meninas.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 1. Brasil, 1960 a 2010: Percentual que frequenta escola segundo sexo e idade

Sexo	Grupo etário	Ano					
		1960	1970	1980	1991	2000	2010
Masculino	0-4	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	33,8
	5-9	31,5	43,8	39,9	47,3	84,5	94,9
	10-14	55,3	70,3	69,2	78,4	94,3	96,2
	15-19	19,5	38,4	40,3	43,6	66,3	68,2
	20-24	6,0	17,6	15,6	13,6	24,7	23,5
	25-29	1,7	7,0	6,7	5,0	10,7	12,9
Feminino	0-4	0,0	0,0	0,0	0,0	16,1	33,7
	5-9	31,9	45,0	41,3	49,7	85,5	95,3
	10-14	52,2	68,7	69,9	81,2	94,9	96,8
	15-19	15,7	35,3	41,8	48,5	66,3	68,5
	20-24	3,2	13,7	15,6	15,8	25,8	26,8
	25-29	0,8	4,9	6,0	5,4	12,4	15,7

Fonte: Minnesota Population Center. Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 7.3 [dataset]. Minneapolis, MN: IPUMS, 2020. <https://doi.org/10.18128/Do20.V7.2>

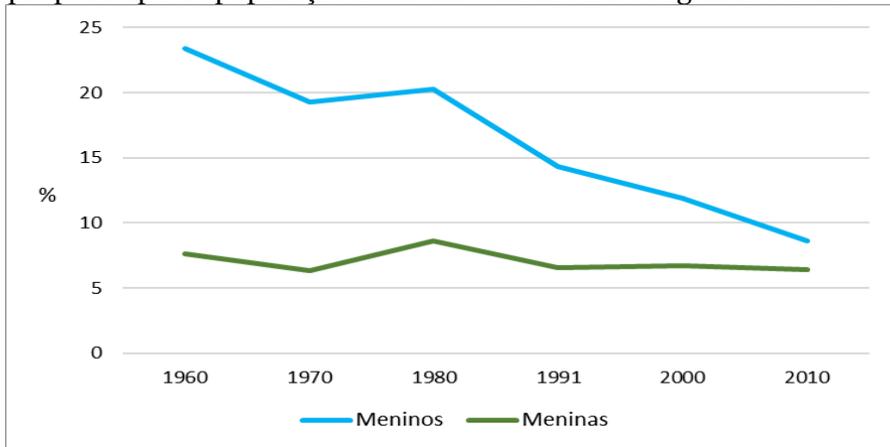
Entre os adolescentes, ainda há muito o que avançar para que se atinja a universalização da adesão ao sistema de ensino formal. Mas, seguramente, não se pode deixar de mencionar o papel de políticas públicas educacionais estabelecidas desde a promulgação da Constituição de 1988 para que houvesse a evolução registrada. Paulatina ampliação da idade de escolarização obrigatória; fontes estáveis de financiamento para a educação pública; delineamento das responsabilidades específicas das diversas esferas de poder em relação à educação; políticas sociais como o Programa de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil no país (CARVALHO, 2004); e o Bolsa Família (AMARAL e MONTEIRO, 2013) – que adota entre suas contrapartidas a necessidade de que o beneficiário mantenha suas crianças e adolescentes na escola observando uma frequência mínima às aulas – contribuíram para impulsionar mudanças importantes nessas últimas décadas.

Por outro lado, contrariando as expectativas de aumento do investimento em educação mencionado anteriormente com base no estudo de Wong e Carvalho (2008), o investimento estatal brasileiro em educação está estagnado. Estamos entre os

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

países que menos têm aumentado os seus investimentos no setor dentre aqueles considerados nos estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2021).

Figura 5. Brasil, 1960 a 2010: Percentual de crianças de 10 a 14 anos que participa da população economicamente ativa segundo o sexo



Fonte: Minnesota Population Center. Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 7.3 [dataset]. Minneapolis, MN: IPUMS, 2020. <https://doi.org/10.18128/Do20.V7.2>

Em sincronia com a expansão do acesso à educação, houve paralelamente uma redução do trabalho infantil. A Figura 5 descreve o declínio ao longo das décadas da proporção da população de 10 a 14 anos que trabalha. Damos destaque a esse grupo etário justamente por ser aquele em que primeiro se alcançou a universalização do acesso à educação dentre todos os considerados na Tabela 1. Embora os meninos tendam a ser mais explorados como mão-de-obra do que as meninas, é digno de nota que houve maior retração da exposição ao trabalho infantil entre eles do que entre elas. A proporção de meninas que trabalham precocemente é mais resistente à queda. Uma hipótese explicativa é o fato de que elas normalmente são cooptadas para exercerem trabalho doméstico, sendo, por vezes, mais difícil identificar situações de exploração do trabalho infantil no ambiente privado.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Aproximando-nos de dados mais recentes, segundo resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) de 2019, no Brasil, dos 38,3 milhões habitantes com idades entre 5 e 17 anos, 1,8 milhão (ou 4,6%) estavam em situação de trabalho infantil. Deles, 706 mil desempenhavam atividades enquadradas como pertencentes às piores formas, que incluem trabalho em condições análogas à escravidão, exploração sexual, atividades ilícitas, entre outras. Quanto ao perfil sociodemográfico, a pesquisa revela que 66,4% das crianças e adolescentes que trabalhavam são do sexo masculino e 66,1% são pretos ou pardos. Deve-se destacar que a participação de pretos e pardos no grupo etário de 5 a 17 anos no Brasil é de 60,8%, de modo que eles estão sobrerrepresentados entre os indivíduos que trabalham antes de atingir a idade de 18 anos (OIT, 2021).

É mais comum que crianças e adolescentes que trabalham estejam fora da escola em relação àqueles que não se encontram nessa situação. Enquanto o percentual dos brasileiros de 5 a 17 anos que estão inseridos no sistema escolar atinge o patamar de 96%, entre os representantes dessa faixa etária que trabalham esse percentual é de 86,1%. Outro dado preocupante é que os trabalhadores com idades entre 16 e 17 anos, aptos do ponto de vista etário para integrar o mercado laboral, atuam, em sua grande maioria, sem contrato formal de trabalho. Mais precisamente, 74,1% desses adolescentes estão na informalidade (OIT, 2021). Apesar de, geração após geração, os brasileiros estarem mais escolarizados, a conquista da carteira de trabalho assinada é um desafio, sobretudo para aqueles que buscam vivenciar suas primeiras experiências de emprego remunerado.

Em síntese, embora o momento demográfico brasileiro dos últimos 20-30 anos tenha sido favorável para investir em educação e capacitação das novas gerações, essa “janela de oportunidades” já começa a se estreitar entre 2020-2040, mesmo que o cenário ainda seja relativamente propício para investir em educação. Em todo o caso, a razão de dependência de idosos deve crescer significativamente a partir de 2020. As demandas de gastos com saúde direcionados à terceira idade, bem como com a previdência, aumentarão constantemente a

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

partir de então e se tornarão especialmente pesadas a partir de 2040.

Como diria Uhlenberg (2013), “demografia não é destino”. É necessário conhecê-la para tomar as melhores decisões. Todavia, as decisões sempre estarão na esfera do planejamento, do projeto nacional, ou seja, na arena política, seguindo diretrizes estabelecidas no campo jurídico.

Quais são os compromissos assumidos pelo Brasil particularmente em relação ao trabalho infantil?

O reconhecimento de direitos inerentes ao indivíduo na condição de criança (ou adolescente) e o estabelecimento de normas, preceitos e medidas direcionados à sua garantia são a razão de existência de diferentes instrumentos jurídicos, incluindo tanto os de abrangência internacional como aqueles aplicáveis especificamente a um país. Nesta seção, são apresentados alguns dos principais deles, identificando-se, sucintamente, disposições relevantes acerca do trabalho infantil e de compromissos assumidos pela comunidade internacional e, particularmente, pelo Brasil em relação à questão.

I) Convenção sobre os Direitos da Criança

Adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1989 e em vigor desde o dia 02 de setembro de 1990, a Convenção sobre os Direitos da Criança é o tratado internacional com o maior número de signatários da história. Com exceção dos Estados Unidos, todos os Estados-membros das Nações Unidas se comprometeram a cumprir suas disposições e a incorporá-las a seu ordenamento jurídico nacional.

No primeiro artigo do texto, afirma-se que “considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes”, um critério etário adotado também em outros instrumentos legais internacionais.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Sobre o tema do trabalho infantil em específico, pode-se dizer que o compromisso mais contundente determinado pela Convenção é o de reconhecer o direito da criança

de ser protegida contra a exploração econômica e contra a realização de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja prejudicial para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social (art. 32, inciso 1).

Em adição à garantia da referida proteção, cada Estado deve determinar, ainda, uma idade mínima permitida para a admissão de uma criança em atividades laborais, além de regulamentar os horários e as devidas condições de trabalho e estipular eventuais penalidades em caso de descumprimento do que for estipulado (art. 32, inciso 2, alíneas “a”, “b” e “c”).

II) Convenção Nº 138 sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego

Dois textos formulados especificamente em âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) são especialmente relevantes para o tema do trabalho infantil.

O primeiro deles é a Convenção Nº 138 sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, de 06 de junho de 1973 e vigente desde 19 de junho de 1976, que, em 31 de agosto de 2021, contava com 173 Estados vinculados, incluindo o Brasil. Diferentemente do tratado anterior, está estipulada no próprio instrumento uma idade mínima para ser permitido o exercício de atividade laboral, a dizer, a de quinze anos (art. 2º, inciso 3) – ou, sob circunstâncias excepcionais, quatorze anos (art. 2º, inciso 4) –, de modo que nenhum país poderia permitir o emprego de crianças mais jovens do que isso.

De qualquer forma, o compromisso geral estabelecido pela referida Convenção é o de assegurar a “abolição efetiva do trabalho de crianças” e elevar, “progressivamente, a idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho a um nível que

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

torne possível aos menores o seu desenvolvimento físico e mental mais completo” (art. 1º).

III) Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação

Já o segundo instrumento da OIT ao qual chamamos a atenção é a Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação, formulada em 1999 e vigente a partir de 19 de novembro de 2000, com 187 signatários, entre eles, o Brasil. O texto, como consta em seu título, preceitua que os Estados adotem medidas suficientes para garantir que as piores formas de trabalho infantil sejam urgentemente extintas (art.1º). Tal determinação compreenderia, mais especificamente (art. 3º):

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

As três Convenções vistas, além de se complementarem umas às outras, convergem para a promoção cada vez mais ampla da erradicação do trabalho infantil, mais urgentemente em suas piores formas, mas não restrito a elas. É a essa tendência que se soma a disposição contida nos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sobre a questão.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

IV) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015 como um plano de ação para a consecução de um conjunto de finalidades de alcance global, como a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a promoção da igualdade de gênero, o acesso a água potável e saneamento e a contenção das mudanças globais do clima, além da garantia de “trabalho decente e crescimento econômico” (CEPAL, 2018). Neste objetivo – enumerado como o oitavo de um total de dezessete –, está incluída a meta 8,7, que inclui entre os logros que se almeja ter nos próximos anos a eliminação do trabalho infantil, conforme se lê em seu texto, copiado na íntegra abaixo:

Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas (ONU, 2021).

Como forma de promover esforços para se atingir essa meta, as Nações Unidas declararam 2021 como o “ano internacional para a eliminação do trabalho infantil”. O Brasil é parte dessa e das demais iniciativas de âmbito internacional apontadas anteriormente, o que lhe traz o compromisso de incorporar às suas leis as determinações acordadas em foros como a ONU e a OIT. Pode-se conhecer um pouco de como isso tem sido feito a partir das informações expostas adiante.

V) Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O principal instrumento jurídico de proteção a pessoas com menos de 18 anos completos no Brasil é a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diferentemente do que se viu em relação

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

à Convenção sobre os Direitos da Criança, a lei brasileira faz uma distinção entre “criança” – relacionado a indivíduos de até doze anos de idade incompletos – e “adolescente” – compreendendo quem tem de doze a dezoito anos incompletos (art. 2º).

Próximo ao que se estipulou na Convenção N° 138/1973 da OIT, está vedado pelo ECA no Brasil qualquer tipo de trabalho às pessoas com menos de quatorze anos, exceto, a princípio, se estiverem na condição de aprendizes (art. 60º). Em 1998, com a Emenda Constitucional nº 20 (art. 1º, modificando o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal), contudo, definiram-se termos mais rigorosos, proibindo-se o exercício de atividade laboral de qualquer natureza – independentemente de se há ou não remuneração, finalidade de lucro, etc. – a quem tem até treze anos completos, ao passo que aqueles entre catorze e dezesseis anos somente podem fazê-lo na condição de aprendizes.

Além desse critério etário, há, ainda, outros requisitos que devem ser observados. Um adolescente – esteja ele na condição de empregado, aprendiz, aluno de escola técnica, em regime familiar de trabalho, entre outras situações – não pode realizar trabalho entre as 22:00 de um dia e as 05:00 do outro (ECA, art. 67º, inciso I); que seja considerado “perigoso, insalubre ou penoso” (inciso II); que ocorra em locais prejudiciais à formação e “desenvolvimento físico, psíquico, moral e social da pessoa” (inciso III); e que se dê em local e horário que impeçam a frequência à escola (inciso IV). Mesmo em relação a quem está em formação técnico-profissional, por exemplo, há princípios a serem seguidos, como os de que a pessoa esteja com presença frequente no ensino regular e que tenha um horário especial para exercer as devidas atividades de seu curso (art. 63º, incisos I e III).

Conclusão

A erradicação do trabalho infantil é um compromisso que se fundamenta em uma mudança de paradigma sobre o que é esperado para cada faixa etária da vida. A evolução do ordenamento jurídico, as mudanças culturais e mesmo sociodemográficas fornecem sustentação para esse novo

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

paradigma. Em um momento da história populacional brasileira em que há uma concentração tão grande de pessoas em idades adultas aptas a produzir, engendram-se condições propícias ao direcionamento de crianças e adolescentes para a educação formal, facilitando-lhes a aproximação do mundo do trabalho de forma gradual e regulada. Contudo, para que essas oportunidades demográficas sejam de fato aproveitadas, o debate público e as decisões políticas também precisam cumprir o seu papel.

Referências bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. A transição demográfica nos 200 anos da Independência do Brasil. in EcoDebate, ISSN 2446-9394, 05/09/2018. Disponível em:

<<https://www.ecodebate.com.br/2018/09/05/a-transicao-demografica-nos-200-anos-da-independencia-do-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>> Acesso: 04 de setembro de 2021.

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; MONTEIRO, Vinícius do Prado. Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Dados**, v. 56, p. 531-570, 2013.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BRASIL. **Lei Nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso: 31 de agosto de 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 20**, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso: 31 de agosto de 2021.

BRITO, Fausto et al. A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil. In: BRITO, Fausto; BAENINGER, Rosana (coord.). **População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas lições do programa de erradicação do trabalho infantil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, p. 50-61, 2004.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **La Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: una oportunidad para América Latina y el Caribe**. Santiago: diciembre de 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/24/S1801141_es.pdf>. Acesso: 02 de setembro de 2021.

CONVENÇÃO NO 138 sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego. Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho e reunida a 06 de junho de 1973, em sua quinquagésima oitava sessão. Disponível em: <<https://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+138+da+OIT++Idade+m%C3%ADnima+de+admiss%C3%A3o+ao+emprego>>. Acesso: 31 de agosto de 2021.

CONVENÇÃO NO 182 sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Secretaria Internacional do Trabalho e reunida em 1ª de junho de 1999, em sua 87ª Reunião. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm>. Acesso: 31 de agosto de 2021.

CONVENÇÃO sobre os Direitos da Criança. Adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso: 31 de agosto de 2021.

OECD. Education at a Glance 2021: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/> Acesso: 20 de setembro de 2021.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Trabalho Infantil**. 2021. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>>. Acesso: 02 de setembro de 2021.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8**. Trabalho decente e crescimento econômico. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>>. Acesso: 01 de setembro de 2021.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Transição demográfica. **Educação & Realidade**, v. 37, p. 467-490, 2012.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

RIPSA (Rede Interagencial de Informação para a Saúde). Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. 2ª ed. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2008.

ROSER, Max; RITCHIE, Hannah; ORTIZ-OSPINA, Esteban. World Population Growth. Published online at OurWorldInData.org, 2013 Disponível em: <<https://ourworldindata.org/world-population-growth>> Acesso: 04 de setembro de 2021.

UHLENBERG, Peter. Demography is not destiny: The challenges and opportunities of global population aging. **Generations**, v. 37, n. 1, p. 12-18, 2013.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, José Alberto. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, p. 5-26, 2006.

CAPÍTULO 2

CIDADES, TRABALHO E PANDEMIA: DESAFIOS PARA A ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Carlos Raul Etulain⁵

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 60) e a Constituição Federal de 1988 (inciso XXXIII, artigo 7º) estabeleceram que é proibido qualquer trabalho para menores de 14 anos de idade e é permitido a partir dessa idade apenas na condição de aprendiz. Mesmo assim, no Brasil mais de 3,4 milhões de crianças entre 10 e 17 anos de idade trabalham, segundo o Censo de 2010.

Identificar e monitorar a situação do trabalho infantil é necessário para conhecer o problema, formular diagnósticos qualificados e oferecer recomendações de políticas públicas de enfrentamento do fenômeno, tal que possam contribuir para diminuir o problema das famílias de crianças e jovens em situação de trabalho e melhorar a vida dessas crianças.

⁵ Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) e Coordenador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

E este é o objetivo deste módulo, que será dividido em três partes. Primeiramente, vamos caracterizar as especificidades do trabalho infantil urbano, diferenciando-o do rural. Em seguida, indicaremos métodos para identificar as origens desse problema social. O diagnóstico envolve identificar a distribuição setorial dessas crianças por gênero, por faixa de idade e por frequência escolar. Por último, apontaremos medidas e políticas públicas que são importantes para seu enfrentamento.

O que é o trabalho infantil urbano – Brasil e São Paulo

O Censo Demográfico 2010 já apontava para o perfil urbano do trabalho infantil no século XXI. No Brasil, quase 70% das crianças e adolescentes nessa situação residiam em áreas urbanas. A média nacional esconde, contudo, desigualdades regionais importantes: se no Norte e Nordeste cerca de metade da população em situação de trabalho infantil residia no rural, no Sudeste, esse percentual era de 15%, segundo dados do Censo 2010.

No Brasil, a taxa de trabalho infantil – medida pela proporção de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos de idade que trabalham em relação às que não trabalham - apresentou de 2004 a 2014 tendência expressiva à queda. Na mesma década, houve uma redução menor na taxa de trabalho infantil no estado de São Paulo se comparada à observada no país.

As diferenças regionais também se verificam na composição por idade e sexo dessa população: enquanto o Norte e o Nordeste apresentam uma pirâmide de base mais larga, evidenciando a maior participação de crianças mais jovens em situação de trabalho infantil, o Sul, Sudeste e Centro-Oeste se destacam por sua estrutura etária mais envelhecida, inclusive com expansão da proporção de mulheres entre os 16 e 17 anos nessa condição.

Dos estudos já realizados no estado de São Paulo, é possível concluir que o trabalho infantil, ao mesmo tempo em que apresenta características específicas, também amplia as desigualdades sociais e reproduz disparidades salariais entre os trabalhos exercidos por crianças brancas, pretas e pardas.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A grande maioria dos trabalhadores infantis do Estado de São Paulo são:

- meninos;
- oriundos de famílias com renda per capita acima da linha de pobreza;
- pertencem à zona urbana;
- trabalham nos setores de comércio e de serviços e;
- conciliam trabalho e estudo.

Segundo Etulain (2021), a taxa de trabalho infantil do Estado vem diminuindo ao longo dos anos, porém de maneira retraída.

Quanto à renda e situação de pobreza, encontrou-se que:

- a média de renda familiar per capita de trabalhadores infantis é maior que a linha de pobreza nacional no período entre 2004 e 2014;
- trabalhadores infantis contribuem com cerca de 9% e 12% da renda familiar, respectivamente, no Brasil e no Estado de São Paulo.

Em ordem decrescente, a taxa de trabalho infantil nos setores da economia são: Comércio, Serviços, Indústria, Agricultura, Serviços Domésticos e Construção. Em nível de gênero por setor, o perfil varia:

- **indústria e serviços:** apesar da predominância de meninos, as taxas de meninas são mais próximas dos 50%;
- **agricultura e construção:** as taxas de meninos são de quase 100%;
- **serviços domésticos:** as meninas dominam praticamente 100%, o que condiz com a realidade ainda patriarcal da nossa sociedade.

Quanto à escolaridade, o perfil dos trabalhadores infantis é de estudantes em sua maioria. Isto significa que esses trabalhadores infantis estão amparados com educação e, conseqüentemente, com outras medidas sociais, como programas de distribuição de renda. E isso indica que **há razões à fora da miséria ou pobreza extrema que estão motivando o trabalho infantil.**

Como fazer o diagnóstico

O perfil de trabalhadores infantis varia de forma significativa entre regiões do Brasil no que tange a características individuais, familiares e de setores onde trabalham (ARANSIOLA *et al.*, 2021). Por isso, estudos específicos por recortes geográficos são cruciais não apenas para melhor compreender e diagnosticar o problema de trabalho infantil, mas também para desenhar políticas públicas para sua redução.

Em termos de aplicação, deve-se buscar:

- a) Identificar o perfil de trabalhadores infantis no que tange a característica individual, familiar e do setor onde trabalham;
- b) Investigar as áreas de concentração geográfica de trabalho infantil nos municípios de interesse;
- c) Identificar as políticas adotadas pelos municípios de interesse para combater trabalho infantil;
- d) Verificar a coerência entre as políticas de combate adotadas e o perfil identificado de trabalho infantil nas cidades; e
- e) Encontrar melhores oportunidades de ação de combate ao trabalho infantil de tal maneira que subsidie as ações do poder público.

Identificar o padrão do trabalho infantil em cada local e município permite descrever o perfil desse tipo de trabalhadores e trabalhadoras, cuja características são mais persistentes no tempo, de tal forma que é possível conhecer e projetar a situação da atualidade e prever trajetórias de comportamento para o futuro próximo, à maneira de tendência do fenômeno nesses territórios.

Dois problemas são enfrentados nas pesquisas atuais sobre o tema. O primeiro é a ausência de dados (se dispõe no Brasil dos Censos 2000 e 2010, porém não foi realizado o Censo de 2020). Neste caso, usa-se esses dados do Censos e a PNAD, no sentido de identificar o padrão do perfil do trabalho infantil e sua evolução ao longo do tempo - ainda que haja limitações. O segundo problema, este temporário, é a impossibilidade de se implementar uma pesquisa de campo devido ao isolamento social sanitário em decorrência da epidemia de Coronavírus instalada em 2020.

Método

O método proposto neste curso tem dois eixos de análise. O **primeiro eixo** é de **diagnóstico** do perfil dos trabalhadores infantis, e envolve três procedimentos:

1. caracterização individual das crianças por gênero, raça ou cor, status educacional e área de residência (urbana ou rural);
2. caracterização da família, pela renda família;
3. identificação dos setores de atividade dos empregadores e as condições laborais em que as crianças estão inseridas.

Para melhor identificar o perfil representativo dos trabalhadores infantis de cada município, os resultados obtidos desses três procedimentos do primeiro eixo foram cruzados e comparados ao longo do tempo.

Isso pode ser feito usando duas métricas principais – *taxas* para mensurar a magnitude geral de trabalho infantil ponderada pela população total de crianças e adolescentes no município e *proporções* para compreender a distribuição e composição do universo de trabalhadores infantis por certos atributos ou características.

Formalmente, essas métricas são obtidas por

$$TaxaTI_{ti} = \frac{nTI_{ti}}{T_{it}} * 100$$

onde, $TaxaTI_{ti}$ é a taxa de trabalho infantil para município i e no ano t ; nTI_{ti} é o número de crianças e adolescentes que trabalhavam precocemente no município i e no ano t , sendo T_{it} o número total de crianças e adolescentes que residiam no município no município e no ano.

As proporções foram calculadas usando

$$Prop kTI_{ti} = \frac{nk_{ti}}{nTI_{it}} * 100$$

onde $Prop kTI_{ti}$ é a proporção de trabalhadores infantis inseridas em uma determinada categoria ou grupo k ; nk é o número de trabalhadores infantil na categoria; e nTI_{it} é o total de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

trabalhadores infantis no município no município i e no ano t . Exemplos dessas categorias são raça ou cor, setor de atividade, gênero, etc.

Tanto as taxas quanto as proporções, calculadas em porcentagem em todo o estudo, foram obtidas levando em conta o peso amostral providenciado pelo IBGE para os dois censos.

O segundo eixo de análise é a **identificação das áreas de concentração espacial de trabalho infantil**. Busca-se reconhecer a distribuição espacial das áreas de residência das crianças que trabalham. Para isso, tabula-se as informações selecionadas segundo as áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2010 e o perfil das famílias, **complementadas ainda com informações da dotação de equipamentos de serviços públicos**.

A área de ponderação, de acordo com a definição do IBGE, é uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. É também a menor unidade geográfica para identificação dos microdados da amostra de maneira a preservar o sigilo em relação aos informantes da pesquisa⁶. No entanto, mesmo obtendo as taxas de trabalho infantil pelas áreas de ponderação do censo, o mapeamento desses resultados nas malhas cartográficas disponibilizadas pelo IBGE é impossibilitado devido à incompatibilidade dos códigos das áreas e o agrupamento de áreas de ponderação.

Complexidade dos desafios

A magnitude do trabalho infantil nos municípios brasileiros depende da dinâmica da história do trabalho no Brasil.

No curto período de desenvolvimento econômico, entre 2003 e 2014, se viu alterada com benefícios para o crescimento do emprego e a diminuição relativa do trabalho infantil. Disto se

⁶ Ver http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/familias/censo2000_familias.pdf.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

observa que no país a melhoria das condições de vida da população e, virtuosamente, a faixa etária de 15 a 17 anos foi responsável por boa parte da queda na taxa de ocupados, pois houve, grande avanço na escolarização dessa faixa etária, que se deu a partir de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o Pró-Jovem e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), todos exigiram a frequência escolar como parte das condicionalidades de participação.

Passados cinco anos, a recessão econômica de 2015 e 2016 e o redirecionamento das políticas sociais de 2017, levaram à reversão da tendência do início do século XXI, precarizando novamente o mercado de trabalho e ampliando a vulnerabilidade social.

Muitas vezes, os altos índices de trabalho infantil são parte da estratégia de sobrevivência das famílias em condição de pobreza. Os baixos salários fazem com que os pais decidam que filhos devam trabalhar para ajudar no sustento da casa, ainda que, para isso, sacrifiquem a frequência escolar.

A larga oferta da mão de obra infantil desestimula empregadores a investirem em novas tecnologias e na qualificação dos adultos. Finalmente, à medida que as crianças que trabalham alcançam a idade adulta, elas tendem a permanecer sem qualificação e mal remuneradas, quando não acabam aumentando as estatísticas do desemprego.

As péssimas condições de trabalho que muitas pessoas enfrentam contribuem para que outras formas de exclusão sejam geradas. Existe grande probabilidade de que os filhos das crianças que trabalham sejam, como seus pais, obrigados a trabalhar precocemente. Tal situação perpetua um ciclo de pobreza e desemprego que ameaça o futuro crescimento social e econômico de um país. Mais uma vez, cabe ao Estado garantir, junto à família, as condições necessárias para o crescimento e vida saudável de uma criança, com base na Constituição Federal.

Soluções possíveis

Quanto às medidas destinadas ao enfrentamento do trabalho infantil, pode-se dizer que a **superação institucional dos cenários de trabalho infantil acontece centralmente a partir das ações de políticas públicas.**

Vilani (2010) explica que a criança possui o direito fundamental de não trabalhar, cabendo ao poder público promover políticas para tal. É necessário que o Estado assegure o direito do jovem vivenciar plenamente a infância, o que agirá de maneira favorável para seu desenvolvimento físico, moral, psicológico e intelectual, a fim de que, na fase adulta, essa criança possa contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (VILANI, 2010, p. 53-54).

Assim, após o diagnóstico feito sob os moldes acima, é possível discutir ações e programas implementados e/ou desenhados em cada município que estejam associados principal ou mesmo secundariamente, à finalidade de erradicar o trabalho infantil. Para isso, é importante mapear e identificar os equipamentos públicos disponíveis para atender esse setor da população estudada, com o mapeamento das áreas e instituições dedicadas ao enfrentamento do trabalho infantil.

Na perspectiva do envolvimento de diferentes campos do poder público na elaboração, implementação e execução da política pública, todas as pastas são consideradas essenciais e todas as ações são identificadas e ordenadas em conjunto. Para lidar com o trabalho infantil, a literatura destaca a importância do ambiente escolar como fundamental para a ocupação das crianças e como perspectiva de futuro das mesmas. Vilani (2010, p. 90) defende a implementação de escolas públicas em tempo integral para ajudar a combater o trabalho precoce, uma vez que garante à criança um ambiente protegido, longe de situações de risco às quais o trabalho infantil as expõe, e ainda, possibilita que ela obtenha resultados positivos em sua vida pessoal e profissional.

Ao mesmo tempo, se faz necessário o cuidado com a condição de vulnerabilidade das famílias. **É preciso que haja uma renda mínima que permita o sustento de todos os**

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

integrantes de maneira digna, como programas de garantia de emprego e/ou programas de transferência de renda e acesso a cuidados com a assistência social, atendendo às particularidades de cada território e sua população. O Programa Bolsa Família, instituído pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, é um exemplo deste tipo de iniciativa.

A respeito da **socialização do trabalho do cuidado**, em especial do trabalho infantil, Faria (2017) destaca que é importante ressaltar iniciativas como “Programa Brasil Carinhoso”, cujo objetivo desde início foi prestar serviços de educação às populações mais pobres, incentivando o aumento da quantidade de vagas para as crianças de 0 a 4 anos nas creches públicas e/ou conveniadas com o poder público. Este programa foi vinculado ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) com dados que evidenciaram aumento significativo no número de creches apoiadas, sobretudo a partir do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC-2), em 2011.

Em suma, a Administração Pública tem o dever constitucional de conduzir o assunto com prioridade e gestão profissional. Trata-se de um problema complexo, habitualmente relacionado a questões estruturais que acarreta com ele sequelas para a dinâmica econômica e social, e principalmente, para jovens e famílias envolvidas nesta atividade extremamente degradante e prejudicial à uma vida humana.

Bibliografia/referências

ARANSIOLA, Temidayo James *et al.* Evolução do perfil de trabalhadores infantis no Estado de São Paulo, IN: ETULAIN, C.R. *Políticas públicas no Brasil: estudos interdisciplinares contemporâneos* / Compilado por Carlos Raul Etulain; Autores: Ana Lucia Gonçalves da Silva; Ana Maria Carneiro; Carlos Raul Etulain... [et al.]. Campinas, SP: NEPP/UNICAMP, 2021, p. 298-324.

ETULAIN, C.R. et al. *Política pública no Brasil: estudos interdisciplinares contemporâneos*. 1a ed. - Córdoba: Editorial de la UNC. Campinas: Universidade Estadual de Campinas-Unicamp. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas-Nepp, 2021.

ETULAIN, C.R. et al. *Perfil do Trabalho Infantil nos Municípios de Ibiúna, Itapevi e Carapicuíba- SP*, NEPP/NEPO/UNICAMP e MPTSP, (Extrato do Relatório de Pesquisa), 2020.

FARIA, N. "As trabalhadoras do campo: diversidade e formas de inserção no mundo do trabalho" in, LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira (orgs.) *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

VILANI, J.A.S. *O que é Trabalho Infantil*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.



CAPÍTULO 3

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS TRABALHO INFANTIL: NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE AS FONTES DE INFORMAÇÃO

Natália Demétrio⁷
Rosana Baeninger⁸
Jóice Domeniconi⁹

O ano de 2021 foi estabelecido pela Assembleia das Nações Unidas como marco internacional para a eliminação do trabalho infantil (ONU, 2019). Essa

⁷ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Coordenadora-adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: ndemetri@unicamp.br.

⁸ Professora colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO-UNICAMP; coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

⁹ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: joicedomeniconi@outlook.com.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

iniciativa corrobora as medidas adotadas pelos países-membros na Organização das Nações Unidas (ONU) para atender aos objetivos estabelecidos pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável. Nessa proposta, consideram-se dimensões econômicas, sociais e ambientais fundamentais para o combate e erradicação da pobreza e seus efeitos deletérios.

Destaca-se entre o conjunto de metas estabelecidas na Agenda a de número 8, responsável por “promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos” (ONU, 2015). Entre os subtemas apresentados nesse quesito, tem-se o de número 8.7, o qual visa a adoção de medidas para a erradicação do trabalho infantil em suas diferentes formas até 2025 (ONU, 2015).

O trabalho infantil pode ser compreendido como todo “trabalho que priva as crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade, e que é prejudicial ao desenvolvimento físico e mental” (ILO, *s.d.*). Encontram-se nesse grupo atividades laborais que sejam mental, física e moralmente prejudiciais às crianças e/ou interfiram em suas atividades e frequência escolar. Cabe ressaltar que as particularidades do que é considerado trabalho infantil, no entanto, tendem a variar de acordo com o que cada país estabelece segundo idade, tipo e duração do trabalho e as condições em que este é realizado.

Segundo os critérios da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho, as piores e mais extremas formas de trabalho infantil, para jovens menores de 18 anos de idade, envolvem quatro categorias principais. São elas:

- (a) todas as formas de escravidão ou práticas similares à escravidão, tais como a venda e o tráfico de crianças, escravidão por dívidas e servidão e trabalho forçado ou compulsório, incluindo o recrutamento forçado ou compulsório de crianças para uso em conflitos armados;
- (b) o uso, aquisição ou oferta de uma criança para a prostituição, para a produção de pornografia ou para espetáculos pornográficos;
- (c) o uso, a aquisição ou a oferta de uma criança para atividades ilícitas, em particular para a produção e o

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

tráfico de drogas, conforme definido nos tratados internacionais pertinentes;

(d) trabalho que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é realizado, seja susceptível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças (ILO, 1999, tradução nossa).

No caso brasileiro, o debate acerca do trabalho infantil tem se desenvolvido de forma mais expressiva desde os anos 1990, pautando-se, por um lado, em documentos internacionais, entre eles, a Convenção dos Direitos da Criança de 1989 (UNICEF, 1989), a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1999 (ILO, 1999) e a Agenda 2030 (ONU, 2015) e, por outro, em normativas internas, incluindo-se a Constituição Federal (1988); a Emenda Constitucional de 1998 (BRASIL, 1998), a Lei nº 8.069, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990); a Lei nº 10.097, sobre Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BRASIL, 2000); o Decreto nº 6.481 (BRASIL, 2008), que regulamenta os critérios sobre trabalho infantil, especialmente suas piores formas (Lista TIP), segundo a Convenção 182 da OIT (1999); o Decreto nº 9.579, que trata sobre os direitos das crianças e dos adolescentes (BRASIL, 2018) e o Decreto nº 10.088 (BRASIL, 2019a), que regulamenta demais convenções e recomendações da OIT no Brasil.

O conjunto dessas jurisdições harmonizou a legislação nacional aos pressupostos colocados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), balizando a “introdução de um novo paradigma na maneira de abordar o trabalho infantil no país” (BRASIL, 2011, p.9). Respeitando diretrizes internacionais, no Brasil, são proibidas todas as atividades de caráter laboral para crianças de até 13 anos completos, enquanto entre os 14 e 16 anos é possível realizar a contratação de jovens na modalidade aprendiz (BRASIL, 1998). Não obstante, adolescentes entre 16 e 17 anos podem trabalhar apenas em tarefas que não envolvam atividades “noturnas, insalubres, perigosas ou penosas, constantes na lista nacional das piores formas de trabalho

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

infantil”, ou lista TIP, segundo os critérios estabelecidos no Decreto de número 6.481 (BRASIL, 2008; 2019b).

Nesse contexto, embora a percepção do trabalho infantil como tema de política pública no Brasil remonte aos anos 1950 – quando o movimento sindical passou a incluir “a elevação da idade para trabalhar em suas pautas de negociação” (MONTAGNER, 2016, p.86) – é somente em fins do século XX, à luz de todas essas normativas, que tal compromisso começa a subsidiar ações estatais concretas, alterando o sistema estatístico nacional no sentido de fazê-lo produzir informações essenciais ao planejamento de programas preocupados com essa agenda.

Ainda em 1980, o Censo Demográfico – principal pesquisa sociodemográfica do país – passou a coletar informações sobre o trabalho de crianças com idade igual ou superior a 10 anos (MONTAGNER, 2016). Em paralelo, desde 1992, as Pesquisas Nacionais de Amostras Domiciliares (PNADs) contam com um módulo específico sobre trabalho infantil¹⁰, cobrindo lacunas importantes nos indicadores sobre o tema no período intercensitário. Ademais, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, de 2019, contempla importantes perguntas que denotam as capacidades locais de gestão das políticas públicas de direitos humanos, em geral, incluindo crianças e adolescentes.

A partir disso, as principais fontes de informação sobre o panorama do trabalho infantil no Brasil, sua evolução, composição e distribuição espacial envolvem pesquisas sociodemográficas com ampla cobertura e alcance, tais como, o Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), todas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não obstante, o uso de fontes de dados complementares, registros administrativos e/ou pesquisas direcionadas a temas correlatos ao trabalho infantil corroboram a compreensão das principais

¹⁰ Vale ressaltar que o tema do trabalho infantil aparece pela primeira vez na PNAD de 1985. No entanto, é apenas depois de 1992 que esse módulo passa a ser recorrente nesse levantamento (IBGE, 2020a).

tendências em curso e a complexidade deste problema social no século XXI.

Trabalho Infantil

Censo Demográfico - 2000 e 2010

O Censo Demográfico é uma pesquisa realizada pelo IBGE com o objetivo de contar a totalidade da população no território brasileiro, captar características sociodemográficas, econômicas e habitacionais e corroborar com a produção de indicadores para a realização de políticas públicas em diferentes níveis de desagregação. Realizado a cada dez anos, o Censo Demográfico é a única pesquisa que permite apreender tendências em torno da dinâmica populacional nos diferentes municípios brasileiros, apresentando, inclusive, recortes intramunicipais. Trata-se de uma pesquisa realizada em uma periodicidade decenal e com cobertura nacional, contando, para isso, com questionários aplicados para o universo – em todos os domicílios – e para uma amostra probabilística da população, com informações mais detalhadas sobre diferentes temas (IBGE, *s.d.a.*).

De acordo com essa fonte de informação, considera-se enquanto população que trabalha as pessoas que atendam aos seguintes critérios:

- (i) pessoa que, na semana de referência, trabalhou remuneradamente;
- (ii) pessoa que, na semana de referência, tinha trabalho, mas estava afastada;
- (iii) pessoa que, na semana de referência, ajudou sem remuneração no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio, ou como aprendiz/estagiário (também sem remuneração);
- (iv) pessoa que, na semana de referência, ajudou sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio em atividade de cultivo, extração vegetal, pesca, etc.;
- (v) pessoa que, na semana de referência, trabalhou em cultivo, etc., para alimentação de pessoas moradoras no domicílio.

Ademais, em diálogo com as previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente, a operacionalização do conceito de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

trabalho infantil no Censo Demográfico leva em consideração a idade¹¹ e as ocupações realizadas (IBGE, s.d.b). Até os 13 anos, considera-se como trabalho infantil todas as pessoas que realizam alguma atividade econômica ou de autoconsumo. Entre os 14 e 15 anos, enquadram-se nessa categoria trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores com jornada de trabalho acima de 30h semanais (para quem tem fundamental incompleto) ou acima de 40h semanais (para quem tem fundamental completo). No grupo dos 16 e 17 anos, considera-se como trabalho infantil trabalhadores que realizam atividade econômica com jornada de trabalho superior a 44h semanais. Independentemente da idade, o conceito de trabalho infantil aplica-se a todas as pessoas entre 10 e 17 anos que estejam na informalidade, que não frequentem escola, que realizem trabalho não remunerado ou trabalhos previstos na Lista TIP.

A construção da Lista TIP, sintetizada no Anexo I, pautou-se nos parâmetros definidos pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, e na classificação de setor de atividade e ocupação utilizada no recenseamento de 2000. Para compor essa categoria, a pessoa precisar estar, simultaneamente, nos setores de atividades e nas ocupações discriminados em cada trabalho. Como é possível verificar, em várias situações, não foi possível compatibilizar as condições discriminadas na lei com as limitações das padronizações utilizadas.

É importante ressaltar que o Censo Demográfico 2000 utilizou pela primeira vez a adaptação da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) para as pesquisas domiciliares, denominada CBO – Domiciliar. Essa classificação mantém-se idêntica à CBO no nível mais agregado – grande grupo – e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, considerando-se as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares. Dessa forma, a pesquisa aderiu à padronização nacional e internacional de classificação de ocupações, uma vez que a CBO tem como referência a

¹¹ No Censo Demográfico, o módulo “trabalho” é respondido apenas por pessoas com idade igual ou superior a 10 anos.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Classificação Internacional Uniforme de Ocupação – CIUO 88 adaptada a esse tipo de pesquisa.

Já no Censo de 2010, as ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD), que foi desenvolvida pelo IBGE para as pesquisas domiciliares, tendo como referência a *International Standard Classification of Occupations - ISCO-08*, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A COD mantém-se idêntica a ISCO-08 no nível mais agregado (grande grupo) e reagrupa alguns subgrupos principais, subgrupos e grupos de base, considerando-se as especificidades nacionais e as dificuldades de sua captação com precisão nas pesquisas domiciliares.

Ainda que o Censo Demográfico seja a principal e mais detalhada fonte de informações sociodemográficas no país, apresenta limitações, sobretudo, em termos de sua temporalidade, visto que ocorre apenas a cada 10 anos. Sua última pesquisa, prevista para 2020, no entanto, não foi realizada até o momento, o que limita ainda mais a compatibilização e análise das mudanças observadas ao longo do tempo em torno do trabalho infantil no Brasil.

De acordo com essa fonte de informação, em 2000, estimou-se em 3.690.151 crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos em situação de trabalho infantil (Tabela 1). Dez anos depois, esse volume caiu para 2.999.619, uma redução equivalente a uma taxa geométrica de crescimento negativa em 2% a.a. Esse declínio se deve tanto aos efeitos da queda da fecundidade e do envelhecimento da população brasileira (WONG; CARVALHO, 2006), quanto à expansão das políticas públicas de combate à pobreza, ao trabalho precoce e de permanência escolar (MONTAGNER, 2016).

Em se tratando das piores formas de trabalho infantil, essa queda é ainda mais acentuada. Ao longo de uma década, o contingente de crianças e adolescentes em ocupações discriminadas na Lista TIP se reduziu à metade, passando de 1.118.823 para 691.549. Desse total, quase 34% (234.330) se concentrava na Região Sudeste (Tabela 1).

Tabela 1. População de 10 a 17 anos total, que trabalha, em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil (Lista TIP) para Brasil, segundo Grandes Regiões

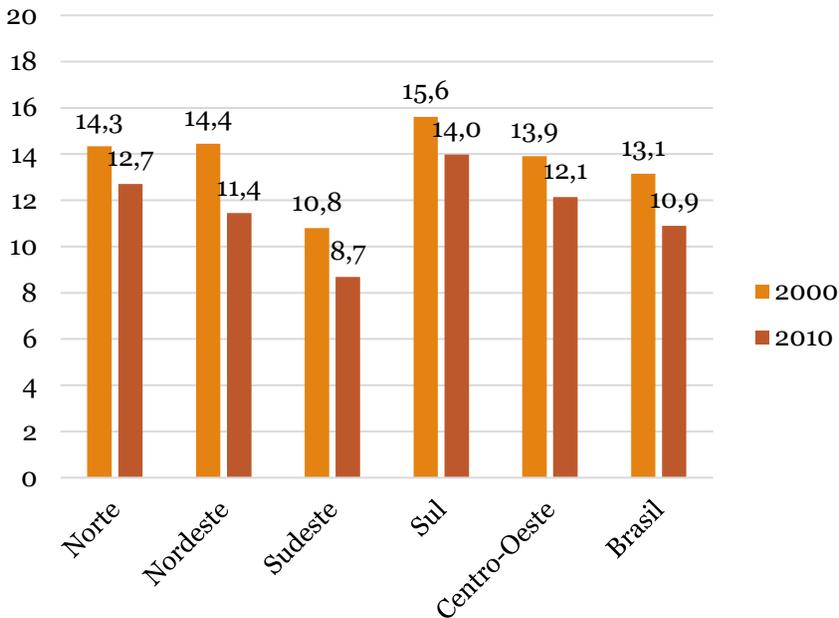
Grandes Regiões	População de 10 a 17 anos		População de 10 a 17 anos que trabalha		População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil		População de 10 a 17 anos nas piores formas de trabalho infantil (Lista TIP)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Norte	2.489.900	2.775.397	366.232	378.994	356.959	352.508	97.178	68.261
Nordeste	8.956.662	8.401.695	1.329.483	1.019.855	1.293.569	961.631	346.151	194.908
Sudeste	10.888.895	10.607.124	1.300.054	1.107.471	1.175.072	920.743	381.396	234.330
Sul	3.840.340	3.714.668	656.888	617.724	599.575	519.165	196.361	129.538
Centro Oeste	1.904.924	2.022.116	282.837	282.470	264.976	245.573	97.737	64.512
Brasil	28.080.721	27.521.000	3.935.495	3.406.514	3.690.151	2.999.619	1.118.823	691.549

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Em termos relativos, os declínios mais acentuados ocorreram nas regiões Nordeste e Sudeste, com o Sul permanecendo com as mais altas proporções de pessoas em situação de trabalho infantil no total da população nessa faixa etária (Figura 1; Gráfico 1).

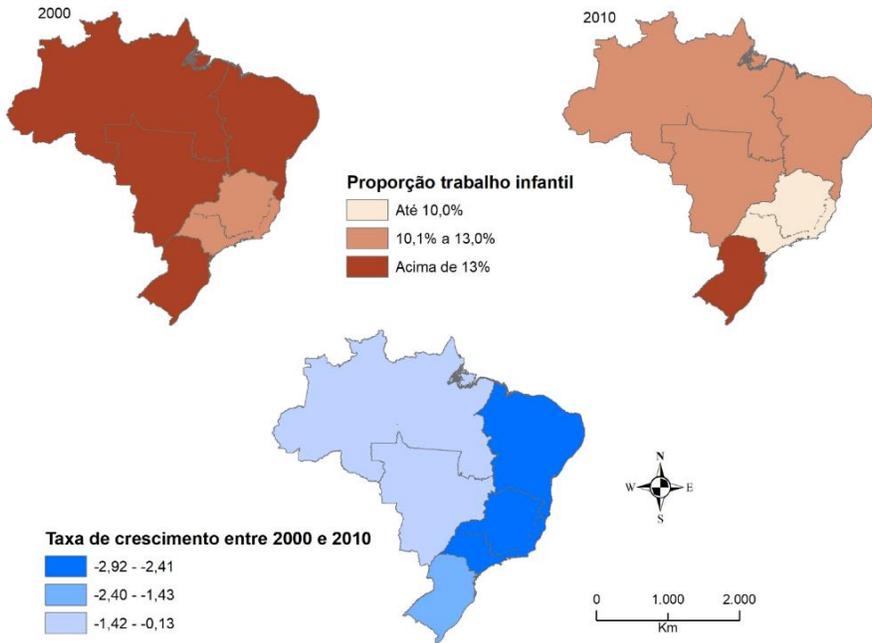
Gráfico 1. Proporção da população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil em relação à população de 10 a 17 anos para Brasil por Grandes Regiões, 2000 e 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 1. Proporção da população de 10 a 17 em situação de trabalho infantil no total da população de 10 a 17 anos e taxa geométrica da população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil (em % a.a.) para Brasil, segundo Grandes Regiões, 2000 e 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

As diferenças regionais também se verificam na composição por idade e sexo dessa população: enquanto o Norte e o Nordeste apresentam uma pirâmide de base mais larga, evidenciando a maior participação de crianças mais jovens em situação de trabalho infantil, o Sul, Sudeste e Centro-Oeste se destacam por sua estrutura etária mais envelhecida, inclusive com expansão da proporção de mulheres entre os 16 e 17 anos nessa condição (Gráfico 2).

Os maiores percentuais de homens – em todas as regiões e idades – combinam-se com a relevância da população autodeclarada preta ou parda, que, no Norte e Nordeste, chega a

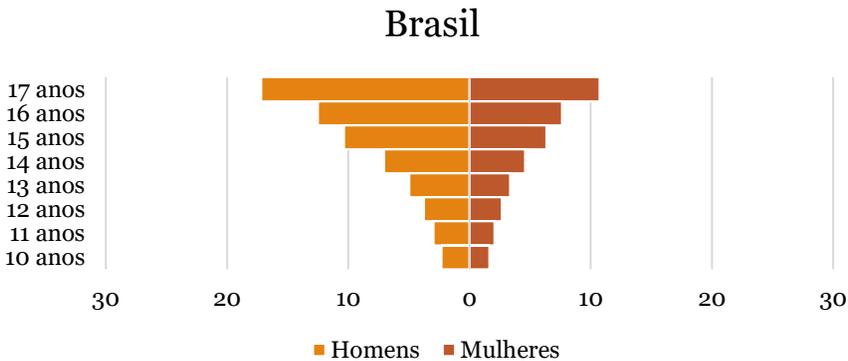
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

representar cerca de 70% de todas as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil (Gráfico 3).

No tocante à situação de domicílio, o Censo Demográfico 2010 já apontava para o perfil urbano do trabalho infantil no século XXI (Gráfico 4). No Brasil, quase 70% das crianças e adolescentes nessa situação residiam em áreas urbanas. A média nacional esconde, contudo, desigualdades regionais importantes: se no Norte e Nordeste cerca de metade da população em situação de trabalho infantil residia no rural, no Sudeste, esse percentual era de 15% (Gráfico 4).

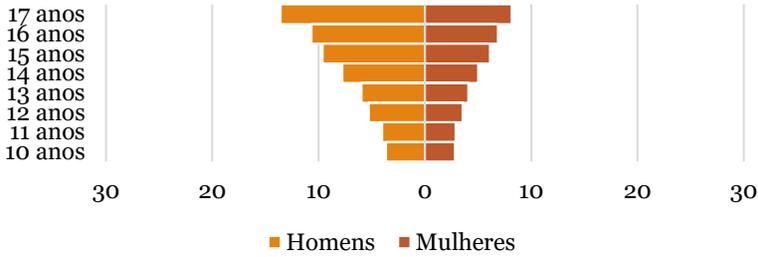
Quanto à frequência escolar, embora a maior parte da população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil vá à escola, chama atenção a proporção de jovens que, apesar de terem iniciado seus estudos, não mais frequentam uma instituição de ensino. No Sul e Sudeste, esse grupo chega a representar quase 30% da população em trabalho infantil, patamar acima do registrado para o conjunto do Brasil (Gráfico 5).

Gráfico 2. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil, segundo idade e sexo para Brasil por Grandes Regiões, 2010

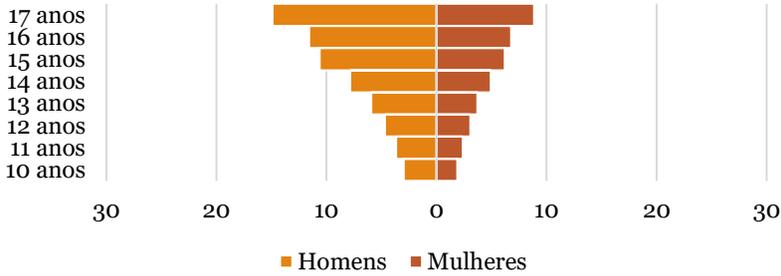


POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

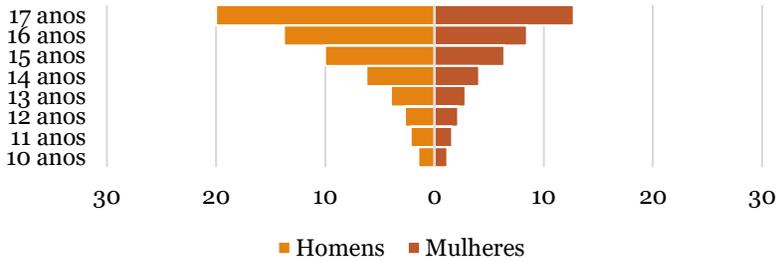
Região Norte



Região Nordeste

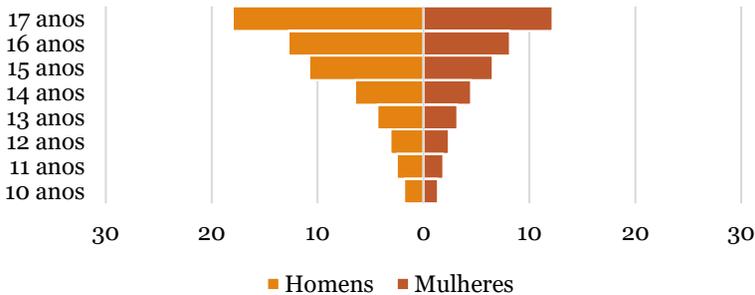


Região Sudeste

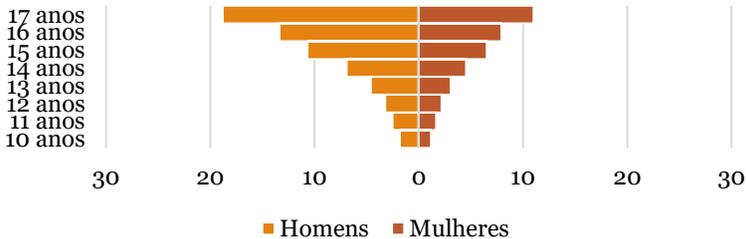


POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Região Sul

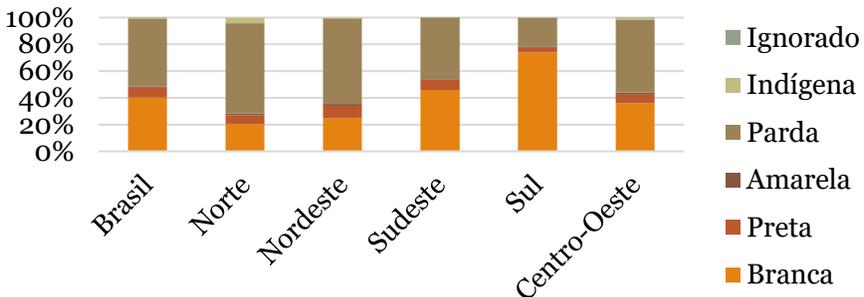


Região Centro Oeste



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

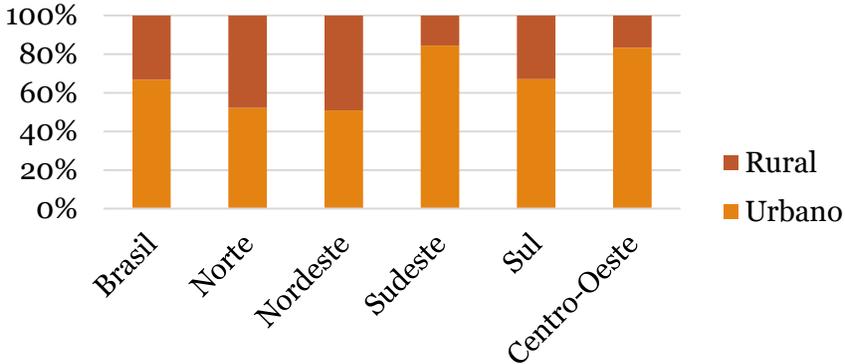
Gráfico 3. Proporção da população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil por raça/cor, segundo Grandes Regiões, 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

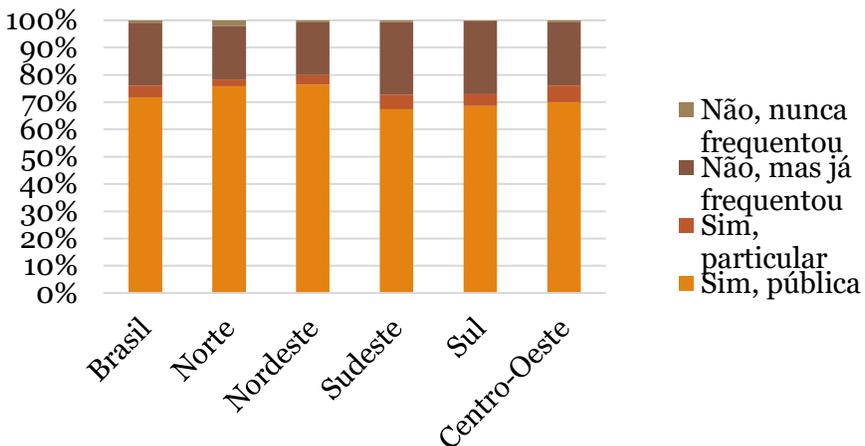
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 4. Proporção da população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil por situação de domicílio, segundo Grandes Regiões, 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Gráfico 5. Proporção da população de 10 a 17 anos nas piores formas de trabalho infantil, segundo frequência à escola ou creche por Grandes Regiões, 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Tabela 2. Distribuição relativa (%) da população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil por setor de atividade para Brasil por Grandes Regiões, 2000 e 2010

Setor de atividade (segundo a CNAE 2.0)	2000						2010					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	42,0	52,0	21,2	38,1	20,4	36,7	42,8	47,0	15,7	28,9	17,3	31,3
Pesca	3,1	1,0	0,2	0,2	0,1	0,8	3,8	1,4	0,1	0,2	0,2	1,0
Indústrias extrativas	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Indústrias de transformação	9,7	7,2	13,5	14,8	11,2	11,0	4,9	6,9	10,8	13,4	9,2	9,2
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Construção	2,9	2,5	5,7	4,8	5,0	4,1	3,4	3,4	6,7	6,8	6,5	5,3
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	14,9	13,0	23,1	16,4	24,8	17,8	15,8	16,9	23,9	18,9	25,7	20,0
Alojamento e alimentação	4,3	3,9	6,4	3,7	6,1	4,9	3,6	3,2	5,9	3,7	5,3	4,3
Transporte, armazenagem e comunicações	1,3	1,9	2,5	1,5	1,8	2,0	0,9	1,1	2,1	1,3	1,4	1,4
Intermediação financeira	0,1	0,1	0,6	0,4	0,5	0,4	0,2	0,2	0,5	0,4	0,5	0,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1,2	1,1	4,4	2,7	3,4	2,6	1,5	1,3	4,8	3,3	3,8	3,0
Administração pública, defesa e seguridade social	2,8	1,0	1,7	1,5	1,8	1,5	0,8	0,5	1,4	1,3	1,3	1,0
Educação	1,0	1,3	2,2	1,9	1,8	1,7	1,2	1,0	2,2	1,4	1,5	1,5
Saúde e serviços sociais	0,4	0,3	1,6	1,0	1,2	0,9	0,4	0,4	1,3	1,3	1,2	0,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,9	1,8	3,3	2,5	3,5	2,5	1,5	1,9	3,9	2,6	3,8	2,7
Serviços domésticos	13,0	11,9	11,9	9,0	16,6	11,8	9,1	8,5	8,3	7,0	10,6	8,4
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atividades mal especificadas	1,1	0,7	1,4	1,0	1,2	1,0	9,7	6,1	12,1	9,3	11,7	9,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

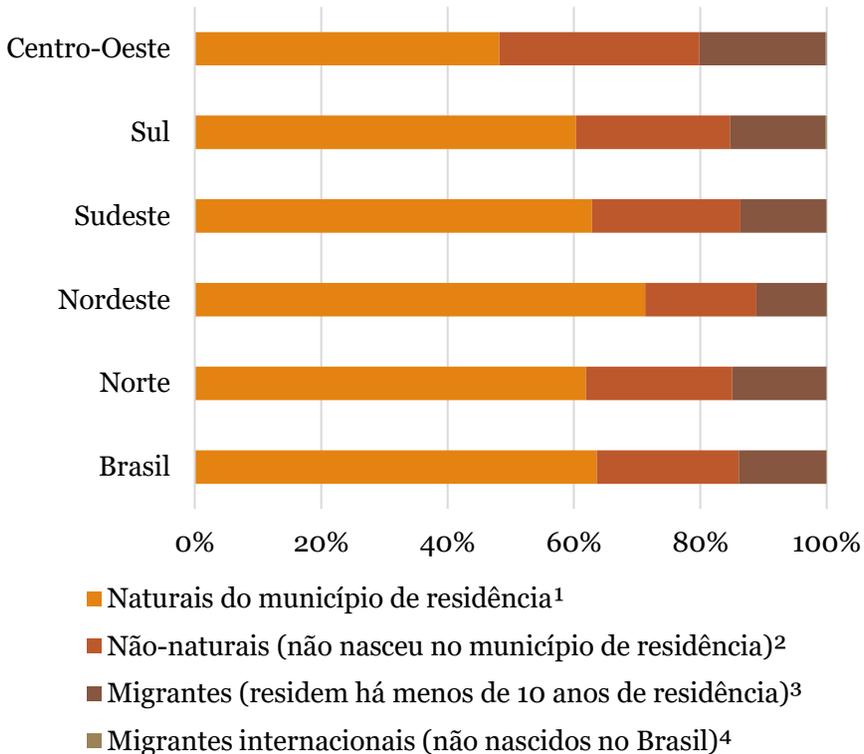
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Com relação à inserção laboral por setor de atividade, destaca-se, acima, a participação de jovens e adolescentes nos serviços domésticos, os quais respondem por 8.4% de toda a população em situação de trabalho infantil em 2010 (Tabela 2). Sobressaem também os setores ligados à construção e ao comércio, cuja participação relativa inclusive aumentou entre 2000 e 2010. A indústria de transformação também desponta como um segmento importante na composição do trabalho infantil, principalmente na Região Sul, onde chega a representar 13,4% dessa população. Por fim, vale ressaltar que a proporção de pessoas nessa condição com trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal passou de 36,7% para 31,3%, concentrada principalmente nas regiões Norte e Nordeste (Tabela 2).

Por fim, é importante mencionar a participação majoritária da população que nasceu e nunca migrou do município onde foi recenseada no trabalho infantil, sobretudo no Nordeste, onde esse indicador alcança a casa de 70% (Gráfico 6). A presença de migrantes internacionais, embora pequena, cresceu de maneira significativa na porção Centro-Sul do Brasil, particularmente no Sudeste, onde os não nascidos no Brasil em situação de trabalho infantil passaram de 395 para 1.145 pessoas, um aumento superior a 11% a.a. (Figura 2).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 6. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil, segundo condição de naturalidade, para Brasil e Grandes Regiões, 2010



¹ Essa categoria refere-se apenas às pessoas que nasceram no município onde foram censadas e sempre moraram nele

² Essa categoria inclui migrantes internacionais (não nascidos no Brasil)

³ Essa categoria pode incluir naturais do município que já moraram em outra localidade

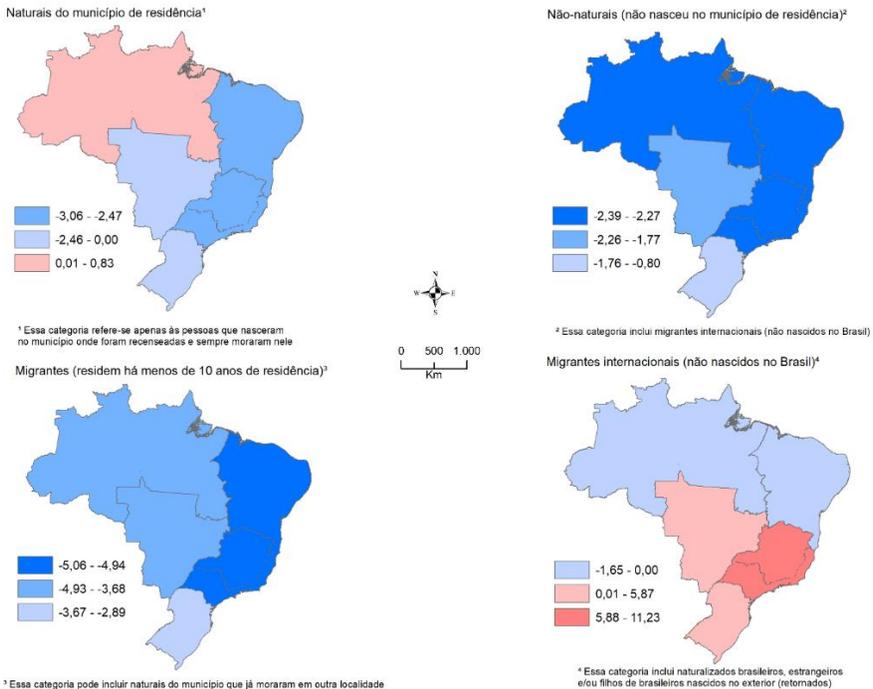
⁴ Essa categoria inclui naturalizados brasileiros, estrangeiros e/ou filhos de brasileiros nascidos no exterior (retornados)

⁵ É importante destacar que a somatória das pessoas nas condições de naturalidade discriminadas não equivale ao total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 2. Taxa geométrica de crescimento (em % ao ano) da população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil, segundo condição de naturalidade por Grandes Regiões, 2000-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo. NEPO/UNICAMP.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Para complementar o retrato sociodemográfico oferecido pelo Censo Demográfico, cuja previsão de realização é decenal, o IBGE realiza periodicamente a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD). Embora não produza estimativas em nível municipal, esse levantamento permite acompanhar as principais transformações na dinâmica de inserção sociolaboral da população brasileira no mercado de trabalho, com informações desagregadas por sexo, idade, nível de instrução, ocupação, entre outras (IBGE, *s.d.c.*).

A preocupação com o tema do trabalho infantil sempre tangenciou essa pesquisa, que, desde 1967, contém perguntas

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

referentes ao trabalho de crianças e adolescente entre 10 e 17 anos (IBGE, 2020a). No entanto, é somente a partir dos anos 1990 que esse módulo passa a abranger, também, a população entre 5 e 9 anos (IBGE, 2020a).

Levando em consideração tal pesquisa, essa publicação considerou todas as pessoas entre 5 e 17 anos que trabalham, sejam elas em situação ou não de trabalho infantil. Além dessa limitação, vale esclarecer que as estimativas apresentadas são relativas à semana de referência de cada PNAD, não contemplando a execução de tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinados à própria alimentação das pessoas moradoras no domicílio, ou a construção de prédio, cômodo, poço e outras obras destinadas ao usufruto dos moradores do domicílio, perguntas estas respondidas tendo como base apenas o ano de referência da pesquisa.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Em 2016, a PNAD passou por uma profunda alteração de seu plano amostral, com mudanças significativas em seus quesitos. No tocante ao trabalho infantil, essa categoria passou a ser construída diretamente pelo IBGE, respeitando diretrizes estabelecidas pela Constituição de 1988 e reforçadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Seguindo essas normativas, esse grupo compõe as pessoas que, na semana de referência:

- Tinham entre 5 e 13 anos e exerciam qualquer tipo de atividade econômica¹² ou de autoconsumo¹³;

¹² Pessoas que realizaram atividade econômica são aquelas que, na semana de referência, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.); em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio; ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2021).

¹³ O trabalho na produção para o próprio consumo se constitui das atividades de produção de bens e serviços voltados para o uso exclusivo dos moradores do domicílio ou de parentes não moradores. Ele é identificado por meio do exercício em quatro conjuntos de atividades: cultivo, pesca, caça e criação de animais; produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material; fabricação de calçados, roupas,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- Tinham entre 14 e 15 anos e realizavam atividade de autoconsumo, trabalhavam em ocupações da Lista TIP, trabalhavam sem carteira assinada, exerciam trabalho doméstico, por conta própria ou eram empregadores, ajudavam no trabalho remunerado de morador do domicílio, excediam a jornada de trabalho definida pela legislação (30 horas efetivas semanais para quem tem o ensino fundamental incompleto ou acima de 40 horas efetivas semanais, para quem tem o ensino fundamental completo) ou não frequentavam a escola;
- Tinham entre 16 e 17 anos e realizavam atividade econômica com jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, atividade de autoconsumo, estavam na informalidade¹⁴ ou exerciam ocupação da Lista TIP¹⁵.

Esse redesenho do quesito de trabalho infantil na PNAD contínua (PNADc) representa um grande avanço para os estudos da área, facilitando o acesso à informação. Também é preciso considerar a ampliação do conjunto de perguntas feitas para as crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, as quais passaram a contemplar também questões relacionadas aos afazeres domésticos e trabalho reprodutivo. Apesar dessas inovações, deve-se ponderar o caráter experimental dessa pesquisa, na medida em que seus resultados ainda “estão sob avaliação porque ainda não atingiram um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia”, segundo o IBGE¹⁶.

Considerando-se as diferenças conceituais e amostrais presentes na PNAD em seu modelo antigo e em seu formato atual, este texto optou por apresentar apenas as estimativas construídas no âmbito da PNAD contínua (PNADc), entre 2016 e

móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos; e construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção (IBGE, 2021).

¹⁴ Envolve empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada; todos os trabalhadores domésticos, independente da informação de ter ou não a carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores sem CNPJ; trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2021).

¹⁵ É necessário ponderar que a construção da Lista TIP pela equipe do Observatório das Migrações em São Paulo, para os censos demográficos, não corresponde exatamente às delimitações dessa categoria feita pelo IBGE, para a PNADc.

¹⁶ Mais informações sobre estatísticas experimentais da PNAD contínua realizadas pelo IBGE no tema do trabalho de crianças e adolescentes estão disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=29652&t=sobre>. Acesso em: 14 set. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

2019¹⁷. Reforçando as tendências já vislumbradas pelos Censos Demográficos 2000 e 2010, a pesquisa aponta para a diminuição do total de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil em termos relativos e absolutos. Se, em 2016, essa população era estimada em 2,1 milhões (ou 5,32% do total de pessoas nessa faixa etária), em 2019, tem-se um total de 1,7 milhão (ou 4,62%) (Tabela 3).

Essa pesquisa também reforça a participação majoritária dos homens, que chegaram a representar entre 66% e 68% das pessoas nessa condição entre 2016 e 2019 (Gráfico 7). A composição por idade também não apresentou grandes alterações, com o grupo dos 16 e 17 anos respondendo por cerca de 53% dessa população ao longo do período (Gráfico 8).

Tabela 3. População de 5 a 17 anos total, que trabalha (realiza atividade e econômica ou de autoconsumo), em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil (Lista TIP) (em mil pessoas) para Brasil, 2016 a 2019

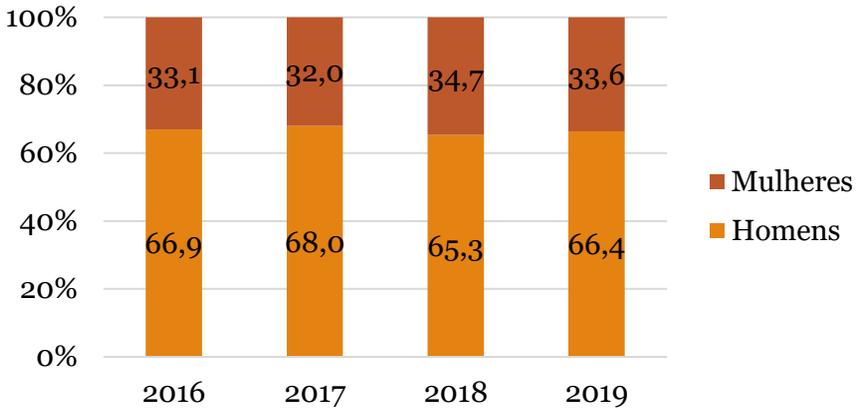
População	2016	2017	2018	2019
População total entre 5 e 17 anos	39.923	39.235	38.681	38.281
População entre 5 e 17 anos que trabalha	2.374	2.209	2.164	2.003
Em situação de trabalho infantil	2.125	1.976	1.916	1.768
Lista TIP	933	781	765	706

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

¹⁷ Vale ressaltar que as informações sobre trabalho infantil extraídas da PNAD antiga já foram amplamente exploradas por Montagner (2016).

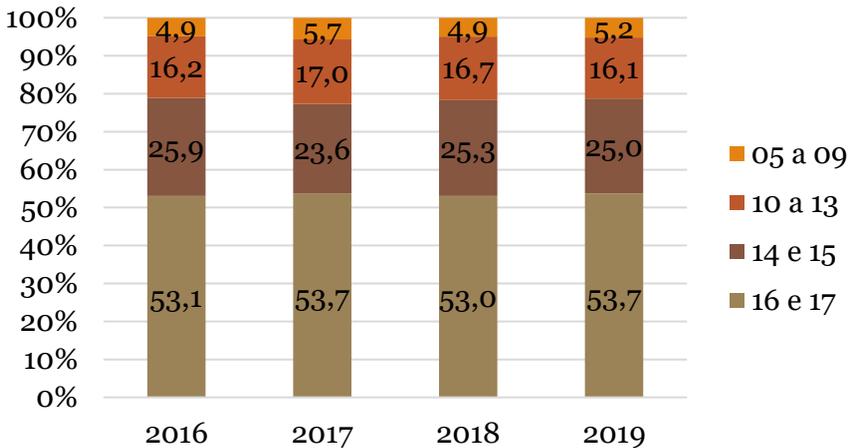
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 7. População em situação de trabalho infantil, segundo sexo (em %), para Brasil, 2016 a 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Gráfico 8. População em situação de trabalho infantil, segundo grupos etários (em %), para Brasil, 2016 a 2019.



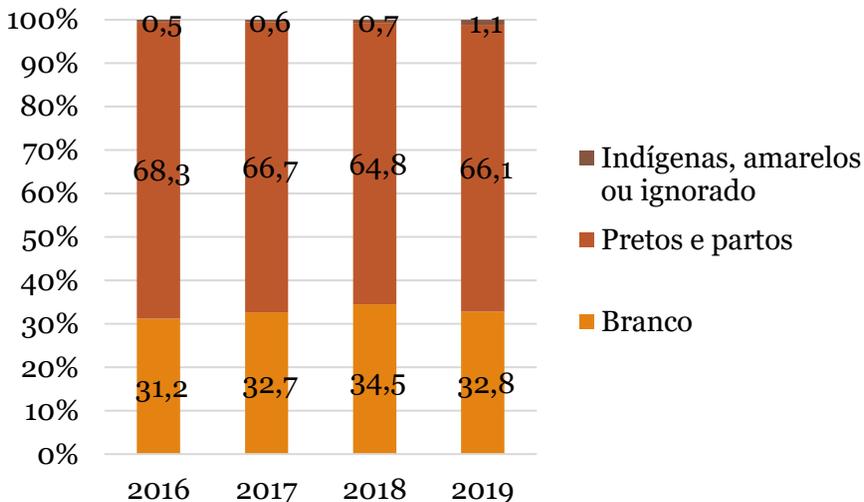
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A análise do quesito raça/cor, por sua vez, aponta para uma pequena diminuição relativa de pretos e pardos (de 68% para 66%) (Gráfico 09), enquanto a variável referente ao setor de atividade no trabalho principal reforça a importância do trabalho não agrícola, sobretudo no ramo do comércio e reparação (Gráficos 10 e 11).

Outras evidências empíricas importantes extraídas da PNADc dizem respeito à estabilização do trabalho infantil perigoso (isto é, em ocupações previstas na Lista TIP), que, entre 2017 e 2019, permaneceu na casa dos 39% (Gráfico 12)¹⁸, além do aumento relativo dos estudantes na composição dessa população de 84% para 86% (Gráfico 13).

Gráfico 9. População em situação de trabalho infantil, segundo raça/cor (em %) para Brasil, 2016 a 2019

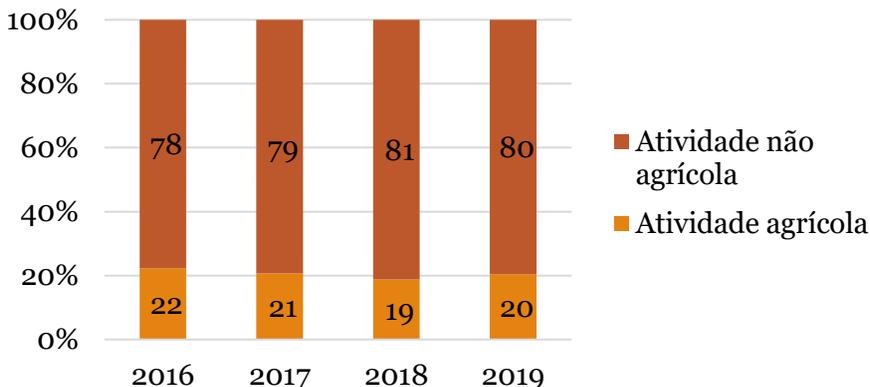


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

¹⁸ É necessário destacar que a operacionalização do Decreto nº 6.481, que regulamenta as piores formas de trabalho infantil, para o Censo Demográfico, foi realizada pela equipe do Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp) e pode apresentar discrepâncias em relação à utilizada pelo IBGE para análise da PNADc.

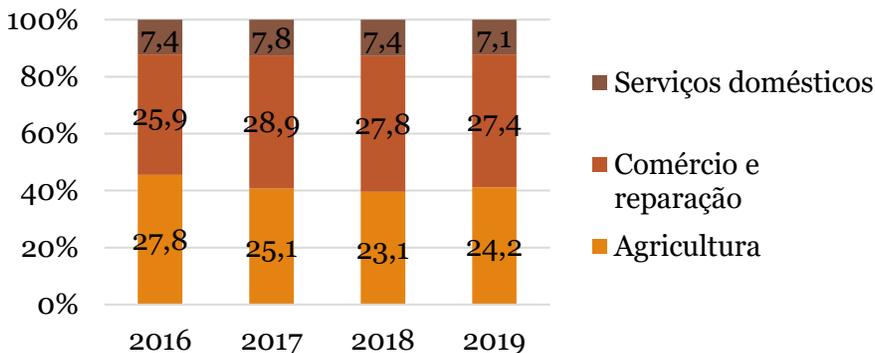
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 10. Participação relativa do setor de atividade no trabalho principal na composição da população 05 a 17 anos em situação de trabalho infantil que realizam apenas atividade econômica (em %) para Brasil, 2016 a 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Gráfico 11. Participação relativa dos grupos de atividade na composição da população 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil que realizam atividade econômica (em %) para Brasil, 2016 a 2019

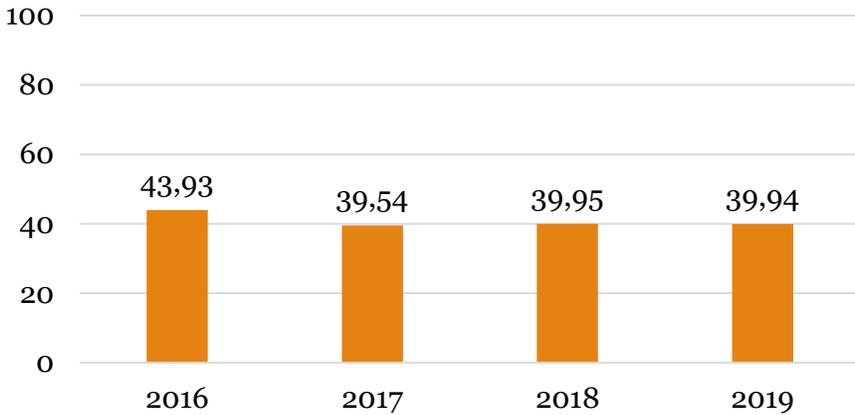


Nota: Não se considerou a categoria “outros grupos de atividade”.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

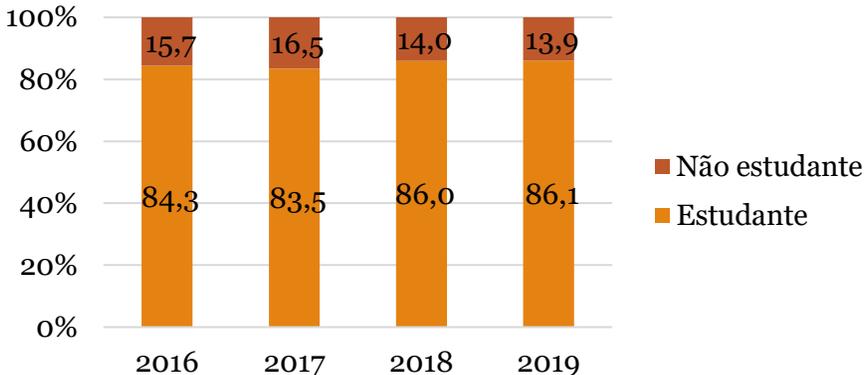
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 12. Participação relativa das pessoas de 5 a 17 anos nas piores formas de trabalho infantil no total da população em situação de trabalho infantil (em %) para Brasil, 2016 a 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Gráfico 13. Proporção da população de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, segundo condição de estudante (em %), para Brasil, 2016 a 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)

A MUNIC é uma pesquisa de gestão pública, com divulgação anual, que tem por objetivo levantar informações desagregadas em nível municipal sobre a “estrutura, dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais” brasileiras, bem como, aspectos relativos às políticas públicas a cargo dessa esfera governamental (IBGE, *s.d.c*). Trata-se de um estudo cuja população-alvo são os municípios e os informantes as próprias prefeituras em suas diferentes configurações setoriais.

A pesquisa envolve, portanto, a totalidade de municípios do país, apresentando uma periodicidade anual. Em 2019, foram contabilizados, nesse sentido, 5.570 prefeituras (IBGE, *s.d.c*). Entre os temas abordados tem-se Rendimento, despesa e consumo; Estatísticas multidomínio; Gênero; Administração pública e participação político-social; Educação; Meio Ambiente; Estrutura e gestão da administração pública; Habitação; Cultura, recreação e esporte; Saúde; Proteção social; Justiça e segurança; e Uso do Tempo (IBGE, *s.d.c*).

Algumas das informações apreendidas na MUNIC, por sua vez, corroboram a análise do trabalho infantil. Entre essas questões, destacam-se:

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Quadro 1. Perguntas existentes na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) sobre combate ao trabalho infantil. Brasil, 2019

Perguntas
Existe no município Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
Existe no município Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)
Existe no município Delegacia da Criança e do Adolescente (especialidades não separadas)
O órgão gestor da política de direitos humanos é responsável por executar programas e ações para crianças e adolescentes?
Existe legislação municipal específica sobre Promoção do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária ¹
Existe legislação municipal específica sobre Proteção Integral à Primeira Infância ¹
O município possui Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente? ²
Existe no município Comissão para a implantação e acompanhamento de plano de promoção do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária?
Nos últimos quatro anos, a gestão municipal realizou conferências municipais sobre Direitos ou políticas para a Criança e o Adolescente?
Existe no município Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente?
A gestão municipal desenvolve política ou programa de promoção dos direitos e defesa das crianças e adolescentes relacionadas ao enfrentamento ou erradicação do trabalho infantil?
Existe no município Conselho Tutelar ⁴

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), 2019. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Fontes Complementares

Perfil da população de 10 a 17 anos no mercado de trabalho formal: 2000-2019 Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

A RAIS é um registro administrativo derivado de declarações obrigatórias junto ao antigo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Trata-se de uma das principais fontes estatísticas sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, tendo sido instituída oficialmente em 1975 pelo Decreto nº 76.900 (BRASIL, 1975). Este registro apresenta uma abrangência nacional, com importante capacidade de desagregação espacial, periodicidade anual e rica caracterização tanto das empresas contratantes, quanto dos empregados registrados (IBGE, *s.d.d*).

No que diz respeito ao trabalho infantil no Brasil, a RAIS contempla, oficialmente, profissionais com registro formal na carteira de trabalho e previdência social brasileira, estando sujeita, portanto, aos critérios estabelecidos em lei que proíbem a contratação de menores de 13 anos em quaisquer circunstâncias e permitem a contratação de pessoas entre 14 e 24 anos em regimes preestabelecidos de trabalho. Não obstante, encontram-se registrados na base, também, jovens entre os 10 e 13 anos de idade. A análise da inserção sociolaboral de jovens e adolescentes no mercado formal, ainda que, em alguns casos, dentro dos parâmetros legais, compõe o cenário do trabalho entre jovens e adolescentes no país e suas principais tendências.

É importante destacar que a unidade de análise apresentada pela RAIS é o vínculo de trabalho formal e não o trabalhador, de modo que, um profissional pode contar simultaneamente com mais de um registro de trabalho ativo ao final do ano de referência. Estão inclusos profissionais com contratos celetistas, estatutários, com contratos temporários, por prazo determinado, avulsos e, com isso, aprendizes. Não são contemplados vínculos informais e/ou profissionais autônomos nessa fonte de dados.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Dentre as variáveis disponíveis, encontram-se informações para vínculos ativos em 31/12 do ano base segundo idade; ano de registro; Unidade da Federação (UF); município; subsetor econômico do IBGE; principais ocupações, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); sexo; nível de escolaridade; horas contratadas; remuneração; tempo no emprego; tipo de contrato; número de empregados; nacionalidade, tipo de vínculo e motivo do desligamento.

Famílias com situação de trabalho infantil Cadastro Único da Assistência Social (CADÚnico)¹⁹

O registro administrativo da estrutura de assistência social brasileira, a cargo do Ministério da Cidadania, é outra importante fonte de informações acerca do trabalho infantil no país, pois contempla dados sobre a parcela da população que se encontra nos piores contextos de pobreza e extrema pobreza. Ademais, parte importante das pessoas que buscam auxílio da assistência social nos municípios encontra-se inserida em políticas públicas de transferência condicionada de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF). Entre as informações apreendidas sobre o tema tem-se, nesse sentido, as famílias que indicaram haver situação de trabalho infantil e, entre elas, aquelas beneficiárias do PBF (SMARTLAB, *s.d.a.*).

¹⁹ SMARTLAB. Cadastro Único e Programa Bolsa Família. In: Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil – MPT/ Ministério da Cidadania – SAGI/VIS DATA, s.d.a. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=cadUnicoBolsaFamilia>. Acesso em: 08 set. 2021.

Trabalho infantil no setor agropecuário Ocupação de crianças e adolescentes no Censo Agropecuário 2017²⁰

O Censo agropecuário do IBGE (IBGE, *s.d.e*) é uma pesquisa quinquenal que teve sua última edição realizada em 2017, permite aprender, também, elementos para o estudo do trabalho infantil no Brasil, sobretudo, de crianças e adolescentes com menos de 14 anos de idade em estabelecimentos agropecuários. Ademais, diferentes atividades realizadas na agricultura, pecuária, silvicultura e extração vegetal encontram-se presentes na lista das piores formas de trabalho infantil e, por isso, devem ser analisadas de forma particular (SMARTLAB, *s.d.b*).

Por estabelecimento agropecuário compreendem-se aqueles envolvidos nos “segmentos de agricultura, pecuária, aquicultura, avicultura, ranicultura, apicultura, sericicultura, extração vegetal e silvicultura. Incluem-se os estabelecimentos independentemente do seu tamanho, de sua forma jurídica, ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda” (IBGE, *s.d.e*).

Tendo em vista a especificidade do fenômeno social no meio rural a pesquisa fomenta, sobretudo, o entendimento do contexto rural em que esse trabalho infantil ocorre. Entre as principais informações disponíveis sobre o tema tem-se:

- Crianças/adolescentes com menos de 14 anos ocupados em estabelecimentos agropecuários;
- Meninas e meninos com menos de 14 anos ocupados em estabelecimentos agropecuários;
- Crianças/adolescentes com menos de 14 anos ocupados em estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar;

²⁰ SMARTLAB. Ocupação de Crianças e Adolescentes no Censo Agropecuário 2017. In: Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil – MPT/ IBGE - Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola - 2017, *s.d.b*. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=censoAgro>. Acesso em: 08 set. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- Atividades econômicas com o maior número de crianças/adolescentes ocupados

Alunos de 5º e 9º ano de escolas públicas que trabalham Prova Brasil²¹

É um instrumento utilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC) para avaliação, em nível nacional e com uma ampla cobertura, das escolas brasileiras tanto públicas. Cabe reforçar que sua cobertura apresenta resultados muito mais expressivos para escolas públicas em comparação com escolas privadas (SMARTLAB, *s.d.c.*).

O tema do trabalho infantil esteve presente na edição de 2017, na qual jovens e adolescentes de 5º e 9º ano declararam se trabalhavam e se trabalhavam fora de casa.

Notificações relacionadas ao trabalho de crianças e adolescentes²² **Sistema de registro contínuo das notificações de investigação de casos de doenças e agravos (SINAN)**

O SINAN é um sistema de registro contínuo das notificações de investigação de casos de doenças e agravos presentes na Lista Brasileira de doenças de notificação compulsória sob responsabilidade do Ministério da Saúde. No que diz respeito aos jovens e adolescentes de 05 a 17 anos, as informações obtidas a partir dessa fonte permitem analisar casos de doenças e agravos entre jovens e adolescentes em situação de

²¹ SMARTLAB. Prova Brasil 2017. In: Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil – MPT/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/ pelo Ministério da Educação (MEC), *s.d.c.* Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=provaBrasil>. Acesso em: 08 set. 2021.

²² SMARTLAB. Notificações Relacionadas ao Trabalho de Crianças e Adolescentes (SINAN). In: Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil – MPT/ SINAN – Ministério da Saúde, *s.d.d.* Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=acidentesTrabalhoSinan>. Acesso em: 08 set. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

trabalho infantil, seja na informalidade ou em atividades presentes na Lista TIP.

Entre as informações disponibilizadas pelo SINAN que se aproximam do tema do trabalho infantil destacam-se eventos relacionados ao trabalho: “acidente de trabalho com exposição a material biológico; acidente de trabalho grave; acidentes por animais peçonhentos; câncer relacionado ao trabalho; dermatoses ocupacionais; intoxicação exógena; lesão por esforço repetitivo (LER)/DORT; perda auditiva induzida por ruído (PAIR); pneumoconioses; transtornos mentais relacionados ao trabalho” (SMARTLAB, *s.d.d*).

Acidentes de trabalho com adolescentes Sistema de registro de acidentes de trabalho²³

O Sistema de registro de acidentes de trabalho é um registro administrativo a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Essa fonte de informações é particularmente importante para a análise de acidentes de trabalho com crianças e adolescentes. Com uma série histórica importante, de 2012 a 2020 e potencial de cobertura nacional com desagregação municipal, pode-se apreender os espaços de ocorrência do fenômeno, bem como, sua evolução e mudança ao longo do tempo, ou seja, um “panorama da acidentalidade” entre jovens ainda que em casos de contratação permitidos pela legislação brasileira. Como apresentado na Plataforma Smartlab do Ministério Público do Trabalho (MPT), as informações do INSS para acidentes de trabalho de jovens e adolescentes, dizem respeito à meninos e meninas “expostos a riscos à vida e ao seu desenvolvimento por meio do trabalho inseguro” (SMARTLAB, *s.d.e*). Entre as informações disponibilizadas a partir desse registro e utilizadas nessa publicação encontram-se:

²³ SMARTLAB. Acidentes de Trabalho com Adolescentes (Comunicação de Acidentes de Trabalho). In: Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil – MPT/ Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), *s.d.e*. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=acidentesTrabalho>. Acesso em: 08 set. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- Distribuição dos Acidentes de Trabalho com Adolescentes - CAT
- Série Histórica dos Acidentes de Trabalho com Adolescentes (de 14 a 17 anos) - CAT
- Acidentes de Trabalho com Vítimas Crianças e Adolescentes e Agentes Causadores

Considerações Finais

A partir de um panorama sobre os debates, conceitos operacionais e construções normativas, internas e internacionais, no campo do combate ao trabalho infantil, esse texto permite apontar algumas considerações centrais ao contexto brasileiro.

A primeira delas destaca a relevância da governança internacional e dos documentos firmados no âmbito dos Organismos Internacionais, ainda que de forma não vinculatória, na promoção de avanços no campo dos direitos humanos, na garantia dos direitos fundamentais, particularmente às crianças e adolescentes, e na adoção efetiva de medidas que visem a erradicação do trabalho infantil.

Uma segunda consideração, especialmente no caso do Brasil, envolve o papel central da produção, sistematização e operacionalização de dados e estatísticas confiáveis e coerentes com a realidade social, econômica, política e infraestrutural do país. Essas fontes de informação avançam, particularmente, diante de um potencial complementar entre si, das especificidades regionais existentes e da capacidade de acompanharem a rapidez das transformações sociais observadas no século XXI.

Nesse sentido, às vésperas da realização de um novo Censo Demográfico, previsto para 2022, as estimativas da PNADc e as informações disponíveis nas diferentes fontes de dados apresentadas – para além do cenário histórico apresentado pelos Censos de 2000 e 2010 – cumprem um importante papel na produção de indicadores atualizados sobre trabalho infantil no Brasil. Ainda que sem as possibilidades de desagregação da informação permitidas pelo Censo, esse

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

levantamento reitera o caráter cada vez menos agrícola desse fenômeno no século XXI, impondo novas estratégias de enfrentamento ao problema.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 05 de nov./2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art53. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL, Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) e Subcomissão de Revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescentes Trabalhador (2019-2022)**, 2019b. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-30-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy_of_PlanoNacionalversosite.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 nov./2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm#art126. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL, Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) e Subcomissão de Revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador: Segunda Edição (2011-2015)**, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Crianca_adolescente_IX/plano%20nacional%20preveno%20e%20erradicao%20do%20trabalho%20infantil.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 junho de 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 dez./2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm/Decreto9579/2018. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil, 12 dez./1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 jul./1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil, 05 out./1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 dez./1975. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=32232>. Acesso em: 08 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua - Nota técnica 01/2020: aspectos metodológicos do Trabalho de Crianças e Adolescentes. In: **Investigações experimentais - IBGE**, 2021. Disponível em:

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101806>. Acesso em: 15 set. 2021.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Nota Técnica – Divulgação de Informações sobre Trabalho das Crianças e Adolescentes no Brasil, 2020. In: **PNAD contínua - IBGE, 2020a**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Divulgacao_Trabalho_Crianças_e_Adolescentes_2020_11_17.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2016: PNAD Contínua. In: **Investigações experimentais – IBGE, 2020b**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101777_informativo.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico. In: **IBGE – População, s.d.a**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 08 set. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mapa de indicadores selecionados do trabalho infantil. In: **IBGE – Censo 2010, s.d.b**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/trabalho infantil/Trabalho%20Infantil%20-%20Notas%20tecnicas.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. In: **IBGE – População, s.d.c** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=27258&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 08 set. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). In: **IBGE – Comitê de Estatísticas Sociais, s.d.d**. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais.html>. Acesso em: 08 set. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário. In: **IBGE – Comitê de Estatísticas Sociais, s.d.e**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e->

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

pecuaria/21814-2017-censo-agropecuário.html?=&t=conceitos-e-metodos. Acesso em: 08 set. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **What is child labour**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho (OIT). Disponível em: <https://www.ilo.org/ipecc/facts/lang--en/index.htm>. Acesso em: 08 set. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Worst Forms of Child Labour Convention, 1999 (No. 182)**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho (OIT), jun./1999. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C182. Acesso em: 08 set. 2021.

MONTAGNER, P. O Trabalho Infantil e o Programa Bolsa Família. In: JANNUZZI, P.; FALCÃO, T.; CASTRO, I.; CAMPOS, A. de (Org.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/caderno%20-%2025.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). International Year for the Elimination of Child Labour, 2021: resolution. In: **Assembleia Geral das Nações Unidas**, 73^a sessão. Nova York: Organização das Nações Unidas, jul./ 2019. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3814287>. Acesso em: 08 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. In: **Assembleia Geral das Nações Unidas**, 70^a sessão. Nova York: Organização das Nações Unidas, out./2015. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf. Acesso em: 08 set. 2021.

SMARTLAB. Cadastro Único e Programa Bolsa Família. In: **Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil** – MPT/ Ministério da Cidadania – SAGI/VIS DATA, s.d.a. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/35?dimensao=cadUnicoBolsaFamilia>. Acesso em: 08 set. 2021.

SMARTLAB. Ocupação de Crianças e Adolescentes no Censo Agropecuário 2017. In: **Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil** – MPT/ IBGE - Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola - 2017, s.d.b. Disponível em:

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

<https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=censoAgro>. Acesso em: 08 set. 2021.

SMARTLAB. Prova Brasil 2017. In: **Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil** – MPT/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/ pelo Ministério da Educação (MEC), *s.d.c.* Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=pruvaBrasil>. Acesso em: 08 set. 2021.

SMARTLAB. Notificações Relacionadas ao Trabalho de Crianças e Adolescentes (SINAN). In: **Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil** – MPT/ SINAN – Ministério da Saúde, *s.d.d.* Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=acidentesTrabalhoSinan>. Acesso em: 08 set. 2021.

SMARTLAB. Acidentes de Trabalho com Adolescentes (Comunicação de Acidentes de Trabalho). In: **Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil** – MPT/ Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), *s.d.e.* Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=acidentesTrabalho>. Acesso em: 08 set. 2021.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND (UNICEF). Convention on the Rights of the Child. In: **Assembleia Geral das Nações Unidas**, resolução 44/25. Nova York: Organização das Nações Unidas, nov./1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/child-rights-convention/convention-text#>. Acesso em: 08 set. 2021.

WONG, L. R.; CARVALHO, J. A. M. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 1, jan./jun de 2006.

ANEXO I

Quadro. Construção da Lista TIP

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
1.	Na direção e operação de tratores, máquinas agrícolas e esmeris, quando motorizados e em movimento		6410 TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA 6420 TRABALHADORES DA MECANIZAÇÃO FLORESTAL
2.	No processo produtivo do fumo, algodão, sisal, cana-de-açúcar e abacaxi	1104 Cultivo de algodão herbáceo 1105 Cultivo de cana-de-açúcar 1106 Cultivo de fumo	6229 TRABALHADORES AGRÍCOLAS
3.	Na colheita de cítricos, pimenta malagueta e semelhantes	1112 Cultivo de frutas cítricas	6229 TRABALHADORES AGRÍCOLAS
4.	No beneficiamento do fumo, sisal, castanha de caju e cana-de-açúcar	23400 Produção de álcool 15041 Fabricação e refino do açúcar 16000 Fabricação de produtos do fumo	84 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO 81 PROCESSOS CONTÍNUOS E OUTRAS INDÚSTRIAS
5.	Na pulverização, manuseio e aplicação de agrotóxicos, adjuvantes, e produtos afins, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios		
6.	Em locais de armazenamento ou de beneficiamento em que haja livre desprendimento de poeiras de cereais e de vegetais		
7.	Em estábulos, cavalariças, currais, estrebarias ou pocilgas, sem condições adequadas de higienização		
8.	No interior ou junto a silos de estocagem de forragem ou grãos com atmosferas tóxicas, explosivas ou com deficiência de oxigênio		
9.	Com sinalizador na aplicação aérea de produtos ou defensivos agrícolas		
10.	Na extração e corte de madeira	2001 Silvicultura e exploração florestal Atividades de serviços relacionados com a silvicultura e a exploração florestal 2002	SUPERVISORES DA INDÚSTRIA DA MADEIRA, MOBILIÁRIO E DA CARPINTARIA VEICULAR 7701 7711 MARCENEIROS E AFINS 7721 TRABALHADORES DE TRATAMENTO E PREPARAÇÃO DE MADEIRAS 7731 OPERADORES DE MÁQUINAS DE DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS 7732 OPERADORES DE LAMINAÇÃO, AGLOMERAÇÃO E PRENSAGEM DE CHAPAS 7733 PREPARADORES E OPERADORES DE USINAGEM DE MADEIRAS CONVENCIONAL 7734 OPERADORES DE MÁQUINAS DE MADEIRA (PRODUÇÃO EM SÉRIE)

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
			7735 OPERADORES DE MAQUINAS E CENTROS DE USINAGEM DE MADEIRA CNC
11.	Em manguezais e lamaçais		
Atividade: PESCA			
12.	Na cata de iscas aquáticas	5001 Pesca e serviços relacionados	6319 PESCADORES E CAÇADORES
13.	Na cata de mariscos	5002 Aquicultura e serviços relacionados	
14.	Que exijam mergulho, com ou sem equipamento		
15.	Em condições hiperbáricas		
Atividade: Indústria Extrativa			
16.	Em cantarias e no preparo de cascalho	12000 Extração de minerais radioativos	7121 TRABALHADORES DE BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS
17.	De extração de pedras, areia e argila (retirada, corte e separação de pedras; uso de instrumentos contuso-cortantes, transporte e arrumação de pedras)	13001 Extração de minérios de metais preciosos	7111 TRABALHADORES DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS SÓLIDOS - MINEIROS E AFINS
18.	De extração de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros minerais	13002 Extração de minerais metálicos - exceto metais preciosos e radioativos	7112 TRABALHADORES DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS SÓLIDOS - OPERADORES DE MÁQUINA
19.	Em escavações, subterrâneos, pedreiras, garimpos, minas em subsolo e a céu aberto	10000 Extração de carvão mineral	7122 TRABALHADORES DE BENEFICIAMENTO DE PEDRAS
20.	Em locais onde haja livre desprendimento de poeiras minerais	11000 Extração de petróleo e gás natural e serviços relacionados	7151 TRABALHADORES DE TERRAPLENAGEM E FUNDAÇÕES
		14001 Extração de pedras e outros materiais para construção	7152 TRABALHADORES DE ESTRUTURAS DE ALVENARIA
		14002 Extração de pedras preciosas e semi-preciosas	7153 TRABALHADORES DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO
		14003 Extração de outros minerais não-metálicos	7154 TRABALHADORES NA OPERAÇÃO DE MÁQUINAS DE CONCRETO ARMADO
		14004 Extração de minerais mal especificados	7155 TRABALHADORES DE MONTAGEM DE ESTRUTURAS DE MADEIRA, METAL E COMPÓSITOS (OBRAS CIVIS E AFINS)
			7161 REVESTIDORES DE CONCRETO ARMADO (REVESTIMENTOS RÍGIDOS)
			7162 TELHADORES (REVESTIMENTOS RÍGIDOS)
			APLICADORES DE REVESTIMENTOS
			7165 CERÂMICOS, PASTILHAS, PEDRAS E MADEIRAS
21.	Em salinas		8412 TRABALHADORES DO REFINO DO SAL
			7114 GARIMPEIROS E OPERADORES DE SALINAS
Atividade: Indústria de Transformação			
22.	De lixa nas fábricas de chapéu ou feltro		
23.	De jateamento em geral, exceto em processos enclausurados		7522 CORTADORES, POLIDORES, JATEADORES E GRAVADORES DE VIDROS E AFINS

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
24.	De douração, prateação, niquelação, galvanoplastia, anodização de alumínio, banhos metálicos ou com desprendimento de fumos metálicos	27001 Fabricação de produtos siderúrgicos 27002 Metalurgia dos metais não-ferrosos 27003 Fundição 28001 Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos Forjaria, estamparia, metalurgia do 28002 pó e serviços de tratamento de metais	8221 FORNEIROS METALÚRGICOS (2ª FUSÃO E REAQUECIMENTO) 8211 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE SINTERIZAÇÃO 8212 OPERADORES DE FORNOS DE 1ª FUSÃO E ACIARIA 8213 OPERADORES DE LAMINAÇÃO 8214 OPERADORES DE ACABAMENTO DE CHAPAS E METAIS
25.	Na operação industrial de reciclagem de papel, plástico e metal	37000 Reciclagem	5192 CATADORES DE SUCATA
26.	No preparo de plumas e crinas		
27.	Na industrialização do fumo	16000 Fabricação de produtos do fumo	8421 PREPARADORES DE FUMO 8423 CIGARREIROS 8429 CHARUTEIROS E TRABALHADORES ARTESANAIS DA INDÚSTRIA DO FUMO
28.	Na industrialização de cana de açúcar	15041 Fabricação e refino do açúcar 23400 Produção de álcool	8413 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO E REFINO DO AÇÚCAR
29.	Em fundições em geral	27003 Fundição	7222 TRABALHADORES DE FUNDIÇÃO DE METAIS E DE COMPÓSITOS
30.	Em tecelagem	17001 Beneficiamento de fibras, fiação e tecelagem 17002 Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário	7610 TRABALHADORES POLIVALENTES DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS 7611 TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DA TECELAGEM 7612 OPERADORES DA PREPARAÇÃO DA TECELAGEM 7613 OPERADORES DE TEAR E MÁQUINAS SIMILARES 7614 TRABALHADORES DE ACABAMENTO, TINGIMENTO E ESTAMPARIA DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS 7618 INSPETORES E REVISORES DE PRODUÇÃO TÊXTIL
31.	No beneficiamento de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros bens minerais	14001 Extração de pedras e outros materiais para construção 14002 Extração de pedras preciosas e semi-preciosas 14003 Extração de outros minerais não-metálicos	7121 TRABALHADORES DE BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS 7122 TRABALHADORES DE BENEFICIAMENTO DE PEDRAS

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
		14004 Extração de minerais mal especificados	
32.	Na produção de carvão vegetal	10000 Extração de carvão mineral 23010 Coquerias	
33.	Em contato com resíduos de animais deteriorados, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pelos ou dejetos de animais	15010 Abate e preparação de carne e pescado 19011 Curtimento e outras preparações de couro 19012 Fabricação de artefatos de couro 19020 Fabricação de calçados (de couro)	8485 MAGAREFES E AFINS 7650 TRABALHADORES POLIVALENTES DA CONFECÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS 7651 TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS 7652 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS 7653 OPERADORES DE MÁQUINAS NA FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS 7654 TRABALHADORES DO ACABAMENTO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS 7620 TRABALHADORES POLIVALENTES DO CURTIMENTO DE COUROS E PELES 7621 TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DE PELES 7622 TRABALHADORES DO CURTIMENTO DE COUROS E PELES 7623 TRABALHADORES DO ACABAMENTO DE COUROS E PELES 7605 SUPERVISORES DA CONFECÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS, COUROS E AFINS 7683 TRABALHADORES ARTESANAIS DA CONFECÇÃO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COUROS E PELES
34.	Na produção, processamento e manuseio de explosivos, inflamáveis líquidos, gasosos ou liquefeitos		8121 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE MUNIÇÃO E EXPLOSIVOS QUÍMICOS
35.	Na fabricação de fogos de artifícios		8121 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE MUNIÇÃO E EXPLOSIVOS QUÍMICOS
36.	De direção e operação de máquinas e equipamentos elétricos de grande porte		7321 INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS E CABOS ELÉTRICOS, TELEFÔNICOS E DE COMUNICAÇÃO DE DADOS
37.	Em curtumes, industrialização de couros e fabricação de peles e peliças	19011 Curtimento e outras preparações de couro 19012 Fabricação de artefatos de couro	7620 TRABALHADORES POLIVALENTES DO CURTIMENTO DE COUROS E PELES 7621 TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DE PELES

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
		19020 Fabricação de calçados (em couro)	7622 TRABALHADORES DO CURTIMENTO DE COURO E PELES 7623 TRABALHADORES DO ACABAMENTO DE COURO E PELES 7683 TRABALHADORES ARTESANAIS DA CONFECÇÃO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO E PELES 7650 TRABALHADORES POLIVALENTES DA CONFECÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COURO 7651 TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COURO 7652 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COURO 7653 OPERADORES DE MÁQUINAS NA FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COURO 7654 TRABALHADORES DO ACABAMENTO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COURO 7605 SUPERVISORES DA CONFECÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS, COURO E AFINS 7602 SUPERVISORES DA INDÚSTRIA DO CURTIMENTO
38.	Em matadouros ou abatedouros em geral	15010 Abate e preparação de carne e pescado	8485 MAGAREFES E AFINS
39.	Em processamento ou empacotamento mecanizado de carnes	15010 Abate e preparação de carne e pescado	8485 MAGAREFES E AFINS
40.	Na fabricação de farinha de mandioca		8411 MOLEIROS
41.	Em indústrias cerâmicas	26091 Fabricação de produtos cerâmicos	7502 SUPERVISORES DE VIDRARIA, CERÂMICA E AFINS 7523 CERAMISTAS (PREPARAÇÃO E FABRICAÇÃO) 7524 VIDREIROS E CERAMISTAS (ACABAMENTO E DECORAÇÃO)
42.	Em olarias nas áreas de fornos ou com exposição à umidade excessiva	23010 Coquerias	8212 OPERADORES DE FORNOS DE 1ª FUSÃO E ACIARIA 8221 FORNEIROS METALÚRGICOS (2ª FUSÃO E REAQUECIMENTO) 8116 OPERADORES DE COQUEIFICAÇÃO
43.	Na fabricação de botões e outros artefatos de nácar, chifre ou osso		
44.	Na fabricação de cimento ou cal	26092 Fabricação de produtos diversos de minerais não-metálicos	7111 TRABALHADORES DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS SÓLIDOS - MINEIROS E AFINS

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
			TRABALHADORES DA EXTRAÇÃO DE 7112 MINERAIS SÓLIDOS - OPERADORES DE MÁQUINA
45.	Na fabricação de colchões		
46.	Na fabricação de cortiças, cristais, esmaltes, estopas, gesso, louças, vidros ou vernizes	24010 Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas 26010 Fabricação de vidro e produtos de vidro 26091 Fabricação de produtos cerâmicos	7502 SUPERVISORES DE VIDRARIA, CERÂMICA E AFINS 7521 SOPRADORES E MOLDADORES DE VIDROS E AFINS 7522 CORTADORES, POLIDORES, JATEADORES E GRAVADORES DE VIDROS E AFINS 7523 CERAMISTAS (PREPARAÇÃO E FABRICAÇÃO) VIDREIROS E CERAMISTAS (ACABAMENTO E DECORAÇÃO) 7524 SUPERVISORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (VIDRO, CERÂMICA E COMPÓSITOS) 8202 OPERADORES DE PREPARAÇÃO DE MASSAS PARA VIDRO, CERÂMICA, PORCELANA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO 8231 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE FABRICAÇÃO DE CERÂMICAS, VIDROS E PORCELANAS
47.	Na fabricação de porcelanas		8232 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE FABRICAÇÃO DE CERÂMICAS, VIDROS E PORCELANAS 8231 OPERADORES DE PREPARAÇÃO DE MASSAS PARA VIDRO, CERÂMICA, PORCELANA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
48.	Na fabricação de artefatos de borracha	25010 Fabricação de produtos de borracha	8117 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS DE PRODUTOS PLÁSTICOS, DE BORRACHA E PARAFINAS
49.	Em destilarias de álcool	23400 Produção de álcool	TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE 81 PROCESSOS CONTÍNUOS E OUTRAS INDÚSTRIAS
50.	Na fabricação de bebidas alcoólicas		TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE 8417 CACHAÇA, CERVEJA, VINHOS E OUTRAS BEBIDAS
51.	No interior de resfriadores, casas de máquinas, ou junto de aquecedores, fornos ou alto-fornos		8211 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE SINTERIZAÇÃO 8212 OPERADORES DE FORNOS DE 1ª FUSÃO E ACIARIA 8213 OPERADORES DE LAMINAÇÃO

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
52.	Em serralherias		8214 OPERADORES DE ACABAMENTO DE CHAPAS E METAIS 8221 FORNEIROS METALÚRGICOS (2ª FUSÃO E REAQUECIMENTO) 8621 OPERADORES DE MÁQUINAS A VAPOR E CALDEIRAS 7244 TRABALHADORES DE CALDEIRARIA E SERRALHERIA
53.	Em indústrias de móveis	36010 Fabricação de artigos do mobiliário	7701 MADEIRA, MOBILIÁRIO E DA CARPINTARIA VEICULAR 7711 MARCENEIROS E AFINS 7721 TRABALHADORES DE TRATAMENTO E PREPARAÇÃO DE MADEIRAS 7731 OPERADORES DE MÁQUINAS DE DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS 7732 OPERADORES DE LAMINAÇÃO, AGLOMERAÇÃO E PRENSAGEM DE CHAPAS 7733 PREPARADORES E OPERADORES DE USINAGEM DE MADEIRAS CONVENCIONAL 7734 OPERADORES DE MÁQUINAS DE MADEIRA (PRODUÇÃO EM SÉRIE) 7735 OPERADORES DE MÁQUINAS E CENTROS DE USINAGEM DE MADEIRA CNC 7741 MONTADORES DE MÓVEIS E ARTEFATOS DE MADEIRA 7751 TRABALHADORES DO ACABAMENTO DE MADEIRA E DO MOBILIÁRIO 7764 CONFECCIONADORES DE ARTEFATOS DE MADEIRA, MÓVEIS DE VIME E AFINS 7771 CARPINTEIROS NAVAIS E DE AERONAVES 7772 CARPINTEIROS DE CARROCERIAS E CARRETAS
54.	No beneficiamento de madeira	20000 Fabricação de produtos de madeira	77 TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRA E DO MOBILIÁRIO
55.	Com exposição a vibrações localizadas ou de corpo inteiro		
56.	De desmonte ou demolição de navios e embarcações em geral	35010 Construção e reparação de embarcações	72 TRABALHADORES DA TRANSFORMAÇÃO DE METAIS E DE COMPOSITOS
Atividade: Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água			
57.	Em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	40010 Produção e distribuição de energia elétrica	73 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO ELETROELETRÔNICA

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
			86 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, UTILIDADES, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
Atividade: Construção			
58.	Construção civil e pesada, incluindo construção, restauração, reforma e demolição	45001 Preparação do terreno 45002 Construção de edifícios e obras de engenharia civil 45003 Obras de instalação 45004 Obras de acabamento 45005 construção e demolição com operários 45999 Atividades de construção - especialidade não definida	71 TRABALHADORES DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL
Atividade: Comércio (Reparação de Veículos Automotores Objetos Pessoais e Domésticos)			
59.	Em borracharias ou locais onde sejam feitos recapeamento ou recauchutagem de pneus	50020 Serviços de reparação e manutenção de veículos automotores 50030 Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	91 TRABALHADORES DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO MECÂNICA
Atividade: Transporte e Armazenagem			
60.	No transporte e armazenagem de álcool, explosivos, inflamáveis líquidos, gasosos e liquefeitos	23030 Elaboração de combustíveis nucleares 11000 Extração de petróleo e gás natural e serviços relacionados	8110 OPERADORES POLIVALENTES DE INSTALAÇÕES QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS 8111 OPERADORES DE MOAGEM E MISTURA DE MATERIAIS (TRATAMENTOS QUÍMICOS E AFINS) 8112 OPERADORES DE PROCESSOS TERMOQUÍMICOS E AFINS 8113 OPERADORES DE FILTRAGEM E SEPARAÇÃO 8114 OPERADORES DE DESTILAÇÃO E REAÇÃO 8115 OPERADORES DE PRODUÇÃO E REFINO DE PETRÓLEO E GÁS 8116 OPERADORES DE COQUEIFICAÇÃO 8121 TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO DE MUNIÇÃO E EXPLOSIVOS QUÍMICOS 8131 OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS 8611 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA, ELÉTRICA E NUCLEAR

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
			OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE 8612 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA, ELÉTRICA E NUCLEAR
61.	Em porão ou convés de navio		
62.	Em transporte de pessoas ou animais de pequeno porte	60040 Transporte rodoviário de passageiros 60091 Transporte em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de pontos turísticos 60999 Transporte terrestre - modalidade não especificada 60010 Transporte ferroviário 60020 Transporte metroviário 60031 Transporte rodoviário de cargas - exceto de mudanças	7823 CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE RODAS (TRANSPORTE PARTICULAR) 7824 CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE RODAS (TRANSPORTE COLETIVO) 7825 CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE RODAS (DISTRIBUIDOR DE MERCADORIAS) 7826 CONDUTORES DE VEÍCULOS SOBRE TRILHOS 7828 CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRACÇÃO ANIMAL E DE PEDAIS
Atividade: Saúde e Serviços Sociais			
63.	No manuseio ou aplicação de produtos químicos, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	24010 Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas 24020 Fabricação de produtos farmacêuticos 24030 Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e perfumaria 24090 Fabricação de produtos químicos diversos	8101 SUPERVISORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS 8103 SUPERVISORES DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, COSMÉTICOS E AFINS 8110 OPERADORES POLIVALENTES DE INSTALAÇÕES QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS 8111 OPERADORES DE MOAGEM E MISTURA DE MATERIAIS (TRATAMENTOS QUÍMICOS E AFINS) 8112 OPERADORES DE PROCESSOS TERMOQUÍMICOS E AFINS 8113 OPERADORES DE FILTRAGEM E SEPARAÇÃO 8114 OPERADORES DE DESTILAÇÃO E REAÇÃO 8117 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS DE PRODUTOS PLÁSTICOS, DE BORRACHA E PARAFINAS 8118 OPERADORES DE MÁQUINAS E INSTALAÇÕES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, COSMÉTICOS E AFINS 8131 OPERADORES DE OUTRAS INSTALAÇÕES QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS E AFINS

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
64.	Em contato com animais portadores de doenças infectocontagiosas e em postos de vacinação de animais		
65.	Em hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao cuidado da saúde humana, em que se tenha contato direto com os pacientes ou se manuseie objetos de uso dos pacientes não previamente esterilizados		9153 REPARADORES DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES
66.	Em laboratórios destinados ao preparo de soro, de vacinas e de outros produtos similares		5152 AUXILIARES DE LABORATÓRIO DE SAÚDE
Atividade: Serviços Coletivos, Sociais, Pessoais e Outros			
67.	Em lavanderias industriais	93010 Lavanderias e tinturarias	5169 TINTUREIROS, LAVADEIROS E AFINS, À MÁQUINA E À MÃO
68.	Em tinturarias e estamparias	93010 Lavanderias e tinturarias	5169 TINTUREIROS, LAVADEIROS E AFINS, À MÁQUINA E À MÃO
69.	Em esgotos	90000 Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas	8623 OPERADORES DE INSTALAÇÕES DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ESGOTOS
70.	Na coleta, seleção e beneficiamento de lixo	53066 Comércio de resíduos e sucatas 37000 Reciclagem	5192 CATADORES DE SUCATA
71.	Em cemitérios	93030 Atividades funerárias	5165 TRABALHADORES DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS 5166 TRABALHADORES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS
72.	Em serviços externos, que impliquem em manuseio e porte de valores que coloquem em risco a sua segurança (Office-boys, mensageiros, contínuos)		
73.	Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, transporte de pessoas ou animais, entre outros)	55020 Ambulantes de alimentação 53102 Outros tipos de comércio varejista, não realizado em lojas	5173 VIGILANTES E GUARDAS DE SEGURANÇA 5174 GUARDAS E VIGIAS 5241 VENDEDORES A DOMICÍLIO 5243 VENDEDORES AMBULANTES
74.	Em artesanato		7519 JOALHEIROS E ARTESÃOS DE METAIS PRECIOSOS E SEMI-PRECIOSOS 7681 TRABALHADORES ARTESANAIS DA TECELAGEM 7682 TRABALHADORES ARTESANAIS DA CONFECÇÃO DE ROUPAS 7683 TRABALHADORES ARTESANAIS DA CONFECÇÃO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO E PELES 7764 CONFECIONADORES DE ARTEFATOS DE MADEIRA, MÓVEIS DE VIME E AFINS 8281 TRABALHADORES ARTESANAIS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
75.	De cuidado e vigilância de crianças, de pessoas idosas ou doentes		5162 ATENDENTES DE CRECHE E ACOMPANHANTES DE IDOSOS 5102 SUPERVISORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS
Atividade: Serviço Doméstico			
76.	Domésticos	95000 Serviços domésticos	5121 TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS EM GERAL
Atividade: Todas			
77.	De manutenção, limpeza, lavagem ou lubrificação de veículos, tratores, motores, componentes, máquinas ou equipamentos, em que se utilizem solventes orgânicos ou inorgânicos, óleo diesel, desengraxantes ácidos ou básicos ou outros produtos derivados de óleos minerais		9191 LUBRIFICADORES MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE 9131 MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES 9144 MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA 9141 MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO NAVAL (EM TERRA) 9142 MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO METROFERROVIÁRIA 9143 MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE BOMBAS, 9111 MOTORES, COMPRESSORES E EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS 9113 CONSERVADORES DE VIAS PERMANENTES (TRILHOS) 9911 MANTENEDORES DE CARROÇARIAS DE VEÍCULOS 9913
78.	Com utilização de instrumentos ou ferramentas perfurocortantes, sem proteção adequada capaz de controlar o risco		
79.	Em câmaras frigoríficas		TRABALHADORES DA PASTEURIZAÇÃO DO 8492 LEITE, FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS E AFINS (INCLUSIVE ARTESANAIS) 8485 MAGAREFES E AFINS
80.	Com levantamento, transporte, carga ou descarga manual de pesos, quando realizados raramente, superiores a 20 quilos, para o gênero masculino e superiores a 15 quilos para o gênero feminino; e superiores a 11 quilos para o gênero masculino e superiores a 7 quilos para o gênero feminino, quando realizados frequentemente		
81.	Ao ar livre, sem proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva, frio		
82.	Em alturas superiores a 2,0 (dois) metros		

DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008		CNAE-Dom (Censo 2000)	CBO-Dom (Censo 2000)
Item	Descrição dos Trabalhos		
83.	Com exposição a ruído contínuo ou intermitente acima do nível previsto na legislação pertinente em vigor, ou a ruído de impacto		
84.	Com exposição ou manuseio de arsênio e seus compostos, asbestos, benzeno, carvão mineral, fósforo e seus compostos, hidrocarbonetos, outros compostos de carbono, metais pesados (cádmio, chumbo, cromo e mercúrio) e seus compostos, silicatos, ácido oxálico, nítrico, sulfúrico, bromídrico, fosfórico, pícrico, álcalis cáusticos ou substâncias nocivas à saúde conforme classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS)		
85.	Em espaços confinados		
86.	De afiação de ferramentas e instrumentos metálicos em afiadora, rebolo ou esmeril, sem proteção coletiva contra partículas volantes		
87.	De direção, operação, de veículos, máquinas ou equipamentos, quando motorizados e em movimento (máquinas de laminação, forja e de corte de metais, máquinas de padaria, como misturadores e cilindros de massa, máquinas de fatiar, máquinas em trabalhos com madeira, serras circulares, serras de fita e guilhotinas, esmeris, moinhos, cortadores e misturadores, equipamentos em fábricas de papel, guindastes ou outros similares)		
88.	Com exposição a radiações ionizante e não-ionizantes (microondas, ultravioleta ou laser)		
89.	De manutenção e reparo de máquinas e equipamentos elétricos, quando energizados		
II. TRABALHOS PREJUDICIAIS À MORALIDADE			
Item	Descrição dos Trabalhos		
1.	Aqueles prestados de qualquer modo em prostíbulos, boates, bares, cabarés, danceterias, casas de massagem, saunas, motéis, salas ou lugares de espetáculos obscenos, salas de jogos de azar e estabelecimentos análogos		5198 TRABALHADORES DO SEXO 4213 COLETADORES DE APOSTAS E DE JOGOS
2.	De produção, composição, distribuição, impressão ou comércio de objetos sexuais, livros, revistas, fitas de vídeo ou cinema e cds pornográficos, de escritos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos pornográficos que possam prejudicar a formação moral		
3.	De venda, a varejo, de bebidas alcoólicas		
4.	Com exposição a abusos físicos, psicológicos ou sexuais.		

Fonte: Informações selecionadas a partir das padronizações de ocupação e setor de atividade utilizadas no censo demográfico de 2000 e do decreto nº 6.481/2008 de regulamentação da lista TIP.

CAPÍTULO 4

PERFIL DO TRABALHO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS DE IBIÚNA, ITAPEVI E CARAPICUÍBA- SP

Carlos Raul Etulain²⁴

Temidayo James Aransiola²⁵

José Ferdinando Ramos Ferreira²⁶

Noan Sallati²⁷

Nota Introdutória

O objetivo deste capítulo é apresentar o estudo realizado por equipe do NEPP sobre as condições e presença do trabalho infantil nos municípios de Ibiúna, Itapevi e Carapicuíba, todos do estado de São Paulo.

²⁴ Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) e Coordenador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

²⁵ Doutor em Economia no Instituto de Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

²⁶ Pesquisador Colaborador no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

²⁷ Mestrando no programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (ICHSA/UNICAMP).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Dois problemas são enfrentados na pesquisa sobre o tema. A ausência de dados (se dispõe no Brasil dos Censos 2000 e 2010, porém não foi realizado o Censo de 2020), e a impossibilidade de se implementar uma pesquisa de campo devido ao isolamento social sanitário em decorrência da epidemia de Coronavírus instalada em 2020.

Diante destes desafios, optou-se por identificar o padrão do trabalho infantil em cada município, o que permite descrever o perfil desse tipo de trabalhadores e trabalhadoras, cuja características são mais persistentes no tempo, de tal forma que é possível descrever e projetar a situação para a atualidade e prever trajetórias de comportamento para o futuro próximo, à maneira de tendência do fenômeno nesses territórios.

Para essa finalidade foram utilizados e analisados os dados oficiais disponibilizados pelos Censos do IBGE e PNAD, no sentido de identificar o padrão do perfil do trabalho infantil e sua evolução ao longo do tempo.

Apresentação e Contextualização

O Artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é proibido qualquer atividade de trabalho para menores de quatorze anos, sendo permitido unicamente a atividade de aprendiz a partir de 15 anos. Não obstante, em 2010, cerca de 3,9% (3,4 milhões em números) de crianças de adolescentes trabalhavam ilegalmente no Brasil (Censo 2010). Embora esse número tenha reduzido expressivamente ao longo dos anos, essa redução ocorreu de maneira desigual entre estados e municípios do país. Especificamente, se observa maior redução nas áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste do país e nenhuma ou baixa redução nas áreas urbanas e regiões Sul e Sudeste do País (ARANSIOLA, JUSTUS, 2020).

O perfil de trabalhadores infantis varia de forma significativa entre regiões do Brasil no que tange a características individuais, familiares e de setores onde trabalham (ARANSIOLA *et al.*, 2020). Por isso, estudos específicos por recortes geográficos são cruciais não apenas para melhor compreender e diagnosticar o problema de trabalho infantil, mas também para desenhar políticas públicas para sua redução. O

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), propôs-se a elaborar o mapeamento, análise e diagnóstico das situações de Trabalho Infantil nos municípios de Ibiúna, Itapevi e Carapicuíba, do estado de São Paulo.

O projeto elaborou o diagnóstico da situação do Trabalho Infantil e incluiu recomendações de ações de políticas públicas de redução que possam contribuir para enfrentar o problema das famílias de crianças e jovens em situação de trabalho, tendo como produto este relatório, e como proposta de continuidade, a organização de seminários do Trabalho Infantil e de possível pesquisa de campo com recorte geográfico e analítico nos territórios correspondentes aos três municípios mencionados.

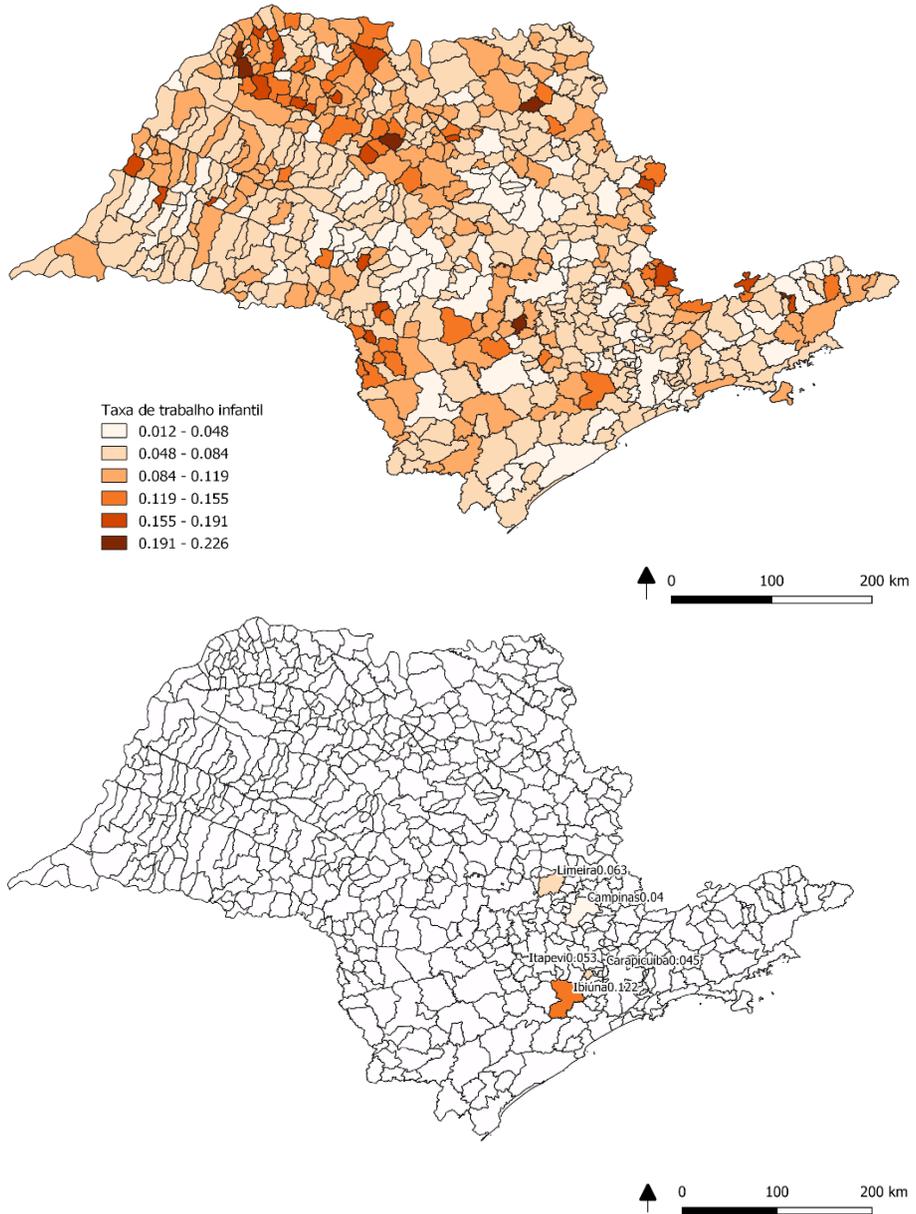
No ano 2010, a taxa de trabalho infantil do estado de São Paulo foi de 5,1% (cerca de 288 mil crianças e adolescentes). Neste mesmo ano, os valores dessa taxa por município foram 12,2% em Ibiúna; 5,3% em Itapevi; 4,5% em Carapicuíba, e, para fins de comparação com um município de grandes proporções: 4% em Campinas (Figura 1).

O principal objetivo desse estudo é conhecer o perfil de trabalho infantil nos municípios específicos de Ibiúna, Itapevi e Carapicuíba, no estado de São Paulo, de tal maneira que permita orientar e desenhar políticas de combate ao trabalho infantil.

Esse objetivo será alcançado ao: a) Identificar o perfil de trabalhadores infantis no que tange a característica individual, familiar e do setor onde trabalham, i.e., diagnóstico; b) Investigar as áreas de concentração geográfica de trabalho infantil nos municípios de interesse; c) Identificar as políticas adotadas pelos municípios de interesse para combater trabalho infantil; d) Verificar a coerência entre as políticas de combate adotadas e o perfil identificado de trabalho infantil nas cidades; e e) Encontrar melhores oportunidades de ação de combate ao trabalho infantil de tal maneira que subsidie as ações do poder público.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 1 - Distribuição espacial da taxa de trabalho infantil no estado de São Paulo e cidades de foco, 2010



Fonte: Elaboração própria usando dados do Censo 2010.

Metodologia

Base de dados

Os principais dados utilizados para identificar o perfil de trabalho infantil nas cidades de foco (Ibiúna, Itapevi e Carapicuíba) são os microdados dos Censos 2000 e 2010 por serem os únicos disponíveis sobre o problema nesse nível de agregação geográfica. Embora defasados, a completude dos dados do Censo permite a caracterização consistente de trabalho infantil nas cidades. A análise deste estudo tem por foco as crianças de 10 a 17 anos em situação de trabalho, sendo que aquelas acima de 14 anos em condição de aprendiz não são consideradas trabalhadores infantis.

Procedimentos e métodos empíricos

O estudo é abordado a partir de três eixos – o diagnóstico do perfil de trabalho infantil, a identificação das áreas de concentração espacial de trabalho infantil, e a identificação de planos de combate ao trabalho infantil nas cidades em questão.

Para identificar o perfil de trabalhadores infantis nos municípios em questão foram investigadas as características individuais, familiares, educacionais e de trabalho dos mesmos. Isso foi feito neste relatório usando duas métricas principais – *taxas* para mensurar a magnitude geral de trabalho infantil ponderada pela população total de crianças e adolescentes no município e *proporções* para compreender a distribuição e composição do universo de trabalhadores infantis por certos atributos ou características. Formalmente, essas métricas são obtidas por

$$TaxaTI_{ti} = \frac{nTI_{ti}}{T_{it}} * 100$$

onde, $TaxaTI_{ti}$ é a taxa de trabalho infantil para município i e no ano t ; nTI_{ti} é o número de crianças e adolescentes que trabalhavam precocemente no município i e no ano t , sendo T_{ti} o

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

número total de crianças e adolescentes que residiam no município no município e no ano.

As proporções foram calculadas usando

$$Prop\ kTI_{ti} = \frac{nk_{ti}}{nTI_{it}} * 100$$

onde $Prop\ kTI_{ti}$ é a proporção de trabalhadores infantis inseridas em uma determinada categoria ou grupo k ; nk é o número de trabalhadores infantil na categoria; e nTI_{it} é o total de trabalhadores infantis no município no município i e no ano t . Exemplos dessas categorias são raça ou cor, setor de atividade, gênero, etc.

Vale ressaltar que tanto as taxas quanto as proporções, calculadas em porcentagem em todo o estudo, foram obtidos levando em conta o peso amostral providenciado pelo IBGE para os dois censos.

Além do cálculo das taxas e proporções, calcularam-se a média (e.g., renda, horas de trabalho) e os desvios padrão. Os valores monetários contidos na base de dados do censo 2000 e 2010 são nominais e não podem ser comparados diretamente devido à inflação. Por este motivo, os valores nominais do ano 2010 foram deflacionados para serem comparáveis a valores do ano 2000 usando o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essa correção foi feita da seguinte forma

$$Valor\ deflacionado = \left(\frac{Valor_{2000}}{IGPDI_{2000}} \right) * IGPDI_{2010}$$

onde os índices de IGP-DI para ano 2000 e 2010 foram 189.746 e 425.788, respectivamente.

O primeiro eixo de análise deste relatório, de diagnóstico do perfil dos trabalhadores infantis, envolve três procedimentos, sendo o primeiro a caracterização individual das crianças que trabalham tais como o gênero, raça ou cor, status educacional e área de residência (urbana ou rural); segundo, a caracterização da família pela renda família; o terceiro procedimento se dedica a identificar os setores de atividade empregadores e as condições

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

laborais em que as crianças estão inseridas. Para melhor identificar o perfil representativo dos trabalhadores infantis de cada município, os resultados obtidos desses três procedimentos do primeiro eixo foram cruzados e comparados ao longo do tempo.

Na análise do segundo eixo, de “Identificação das áreas de concentração espacial de trabalho infantil” se buscou reconhecer a distribuição espacial nos municípios de Ibiúna, Itapevi e Carapicuíba das áreas de residência das crianças que trabalham, para o qual, foram processadas as informações selecionadas segundo as áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2010 e o perfil das famílias, complementadas ainda com informações da dotação de equipamentos de serviços públicos. A área de ponderação, de acordo com a definição do IBGE, é uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. É também a menor unidade geográfica para identificação dos microdados da amostra de maneira a preservar o sigilo em relação aos informantes da pesquisa²⁸. No entanto, mesmo obtendo as taxas de trabalho infantil pelas áreas de ponderação do censo, o mapeamento desses resultados nas malhas cartográficas disponibilizadas pelo IBGE é impossibilitado devido à incompatibilidade dos códigos das áreas e o agrupamento de áreas de ponderação.

Na análise do terceiro eixo, sobre “Planos de ação de combate ao trabalho infantil”, foram discutidas as ações e programas implementados e/ou desenhados em cada município que estejam associados principal ou mesmo secundariamente, à finalidade de erradicar o Trabalho Infantil. Assim como no caso do segundo eixo metodológico, também aqui foram relacionados os equipamentos públicos disponíveis para atender esse setor da população estudada, com o mapeamento das áreas e instituições dedicadas ao enfrentamento do trabalho infantil.

²⁸

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/familias/censo2000_familias.pdf

Ver

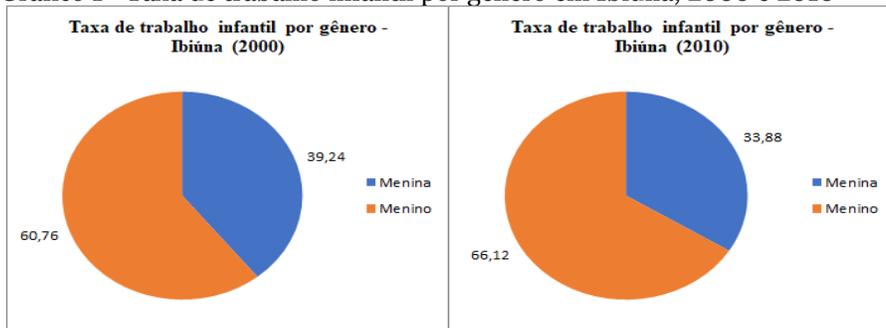
Perfil de trabalhadores infantis

Ibiúna

Gênero

O município de Ibiúna teve aumento da taxa geral de trabalho infantil entre os dois Censos. Esse crescimento se deu devido ao aumento do número de meninos empregados, acrescentando-se em 39,2%, de 2000 a 2010; neste ano, a quantidade de meninos empregados foi o dobro da taxa de meninas empregadas. Proporcionalmente, os garotos eram 60,76% da mão de obra infantil em 2000, e no decênio seguinte, passaram a representar 66,12%, o que indica um aumento de 8,8%. Como resultado dessa expansão, diminuiu-se a participação das garotas no trabalho infantil em 13,7% entre os dois Censos.

Gráfico 1 - Taxa de trabalho infantil por gênero em Ibiúna, 2000 e 2010



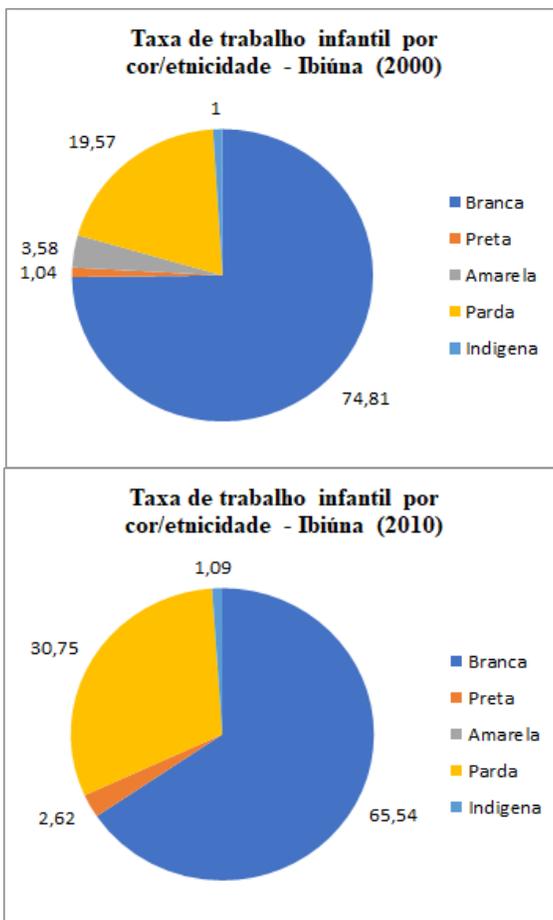
Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Raça-cor

Houve crescimento na taxa calculada para os Censos de 2000 e 2010, predominando o trabalho infantil em brancos e pardos.

Gráfico 2 - Taxa de trabalho infantil por cor/etnicidade em Ibiúna, 2000 e 2010



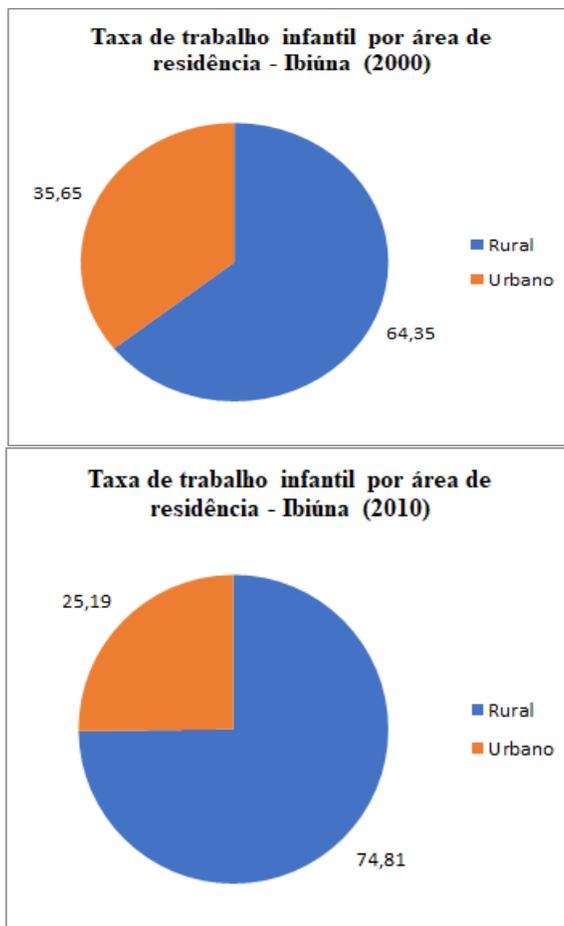
Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Residência

Ibiúna se caracteriza pelo contexto predominantemente rural, possuindo a segunda maior população rural do estado de São Paulo (Censo, 2010) e é o sétimo município em habitantes por zona rural e urbana do estado. O trabalho infantil é maior neste município e a comparação entre Censos permite observar que houve avanço do trabalho infantil no campo.

Gráfico 3 - Taxa de trabalho infantil por área de residência em Ibiúna, 2000 e 2010



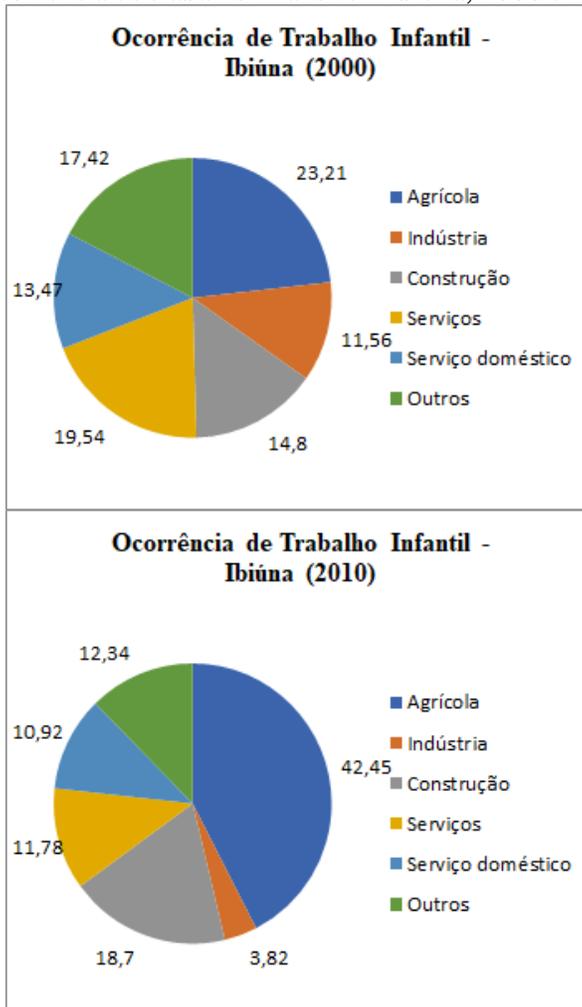
Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Setor de Atividade

No primeiro Censo (2000) verificou-se distribuição setorial homogênea, orientando-se, no Censo de 2010, para um perfil mais agrícola.

Gráfico 4 - Ocorrência de trabalho infantil em Ibiúna, 2000 e 2010



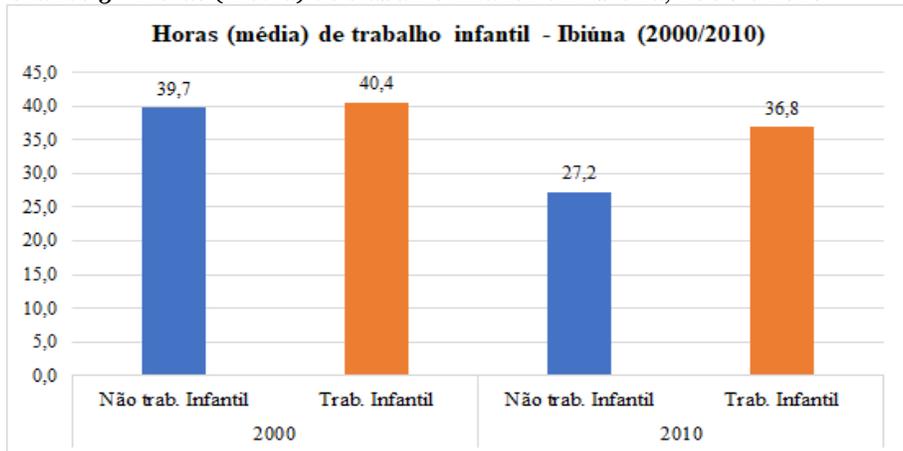
Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Horas de trabalho por semana

Considerando a escala de horas semanais destinadas ao trabalho infantil, Ibiúna apresentou queda, porém pouco expressiva.

Gráfico 5 - Horas (média) de trabalho infantil em Ibiúna, 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

Renda do trabalhador infantil e renda familiar

Houve aumento da capacidade de renda entre os que não estão no trabalho infantil. O inverso ocorre para os que exerceram trabalho infantil (R\$ 227,07 para R\$ 221,79) no período (Ver Anexo).

Educação

Houve crescimento de 91,1% do trabalho infantil entre os que estudam, passando de 22,69% para 43,36%. Entre os que não estudam, houve um avanço de 14,9% entre os dois Censos, ou seja, observou-se crescimento dos que desistiram dos estudos.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

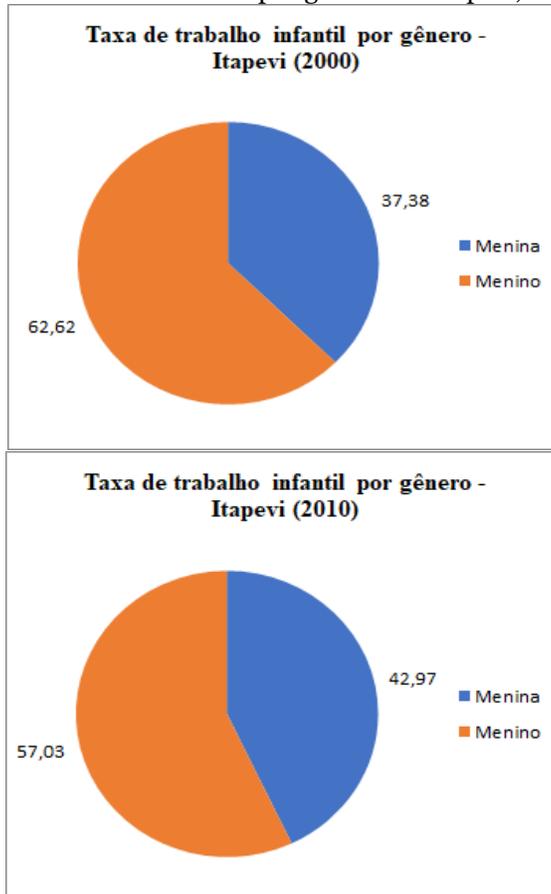
Itapevi

Gênero

No município de Itapevi, a taxa de trabalho infantil entre meninas cresceu 19,4%, e entre os meninos, caiu 9,80% na comparação entre 2000 e 2010.

Proporcionalmente isso significa maior participação das garotas no total do trabalho infantil empregado no município, que, entretanto, ainda é prevalente pelos garotos.

Gráfico 6 - Taxa de trabalho infantil por gênero em Itapevi, 2000 e 2010



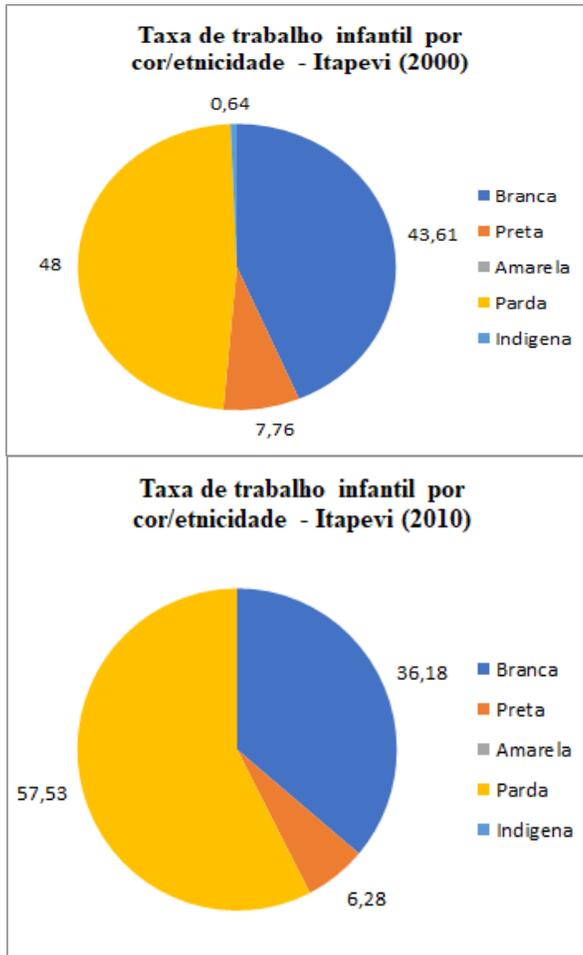
Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Raça-cor

Houve queda de 1,8% na taxa de trabalho infantil entre crianças brancas enquanto que, para crianças pretas, se registrou queda de 33,5%; já para o grupo de crianças pardas houve aumento da taxa de 7,6%.

Gráfico 7 - Ocorrência trabalho infantil por cor/etnicidade em Itapevi, 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

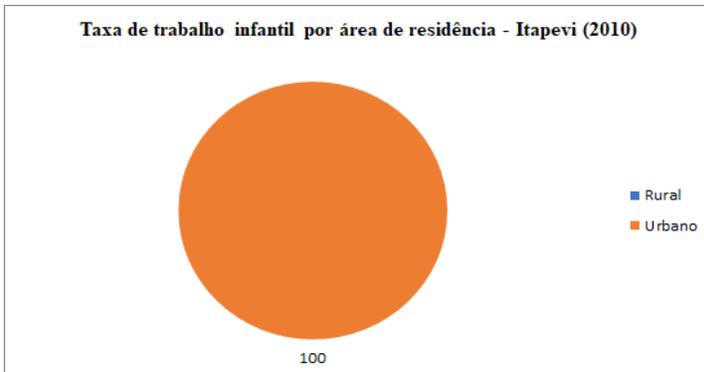
Educação

A proporção de crianças que conciliaram no período estudo e trabalho infantil reduziu-se em 36% neste município, por outro lado, houve aumento na taxa de crianças que não estudam e só trabalham. E, entre os que não estudam e não trabalham, houve crescimento de 26,9% (Ver Anexo).

Residência

A totalidade dos trabalhadores infantis do município de Itapevi reside na urbana.

Gráfico 8 - Taxa de trabalho infantil por área de residência em Itapevi, 2000 e 2010



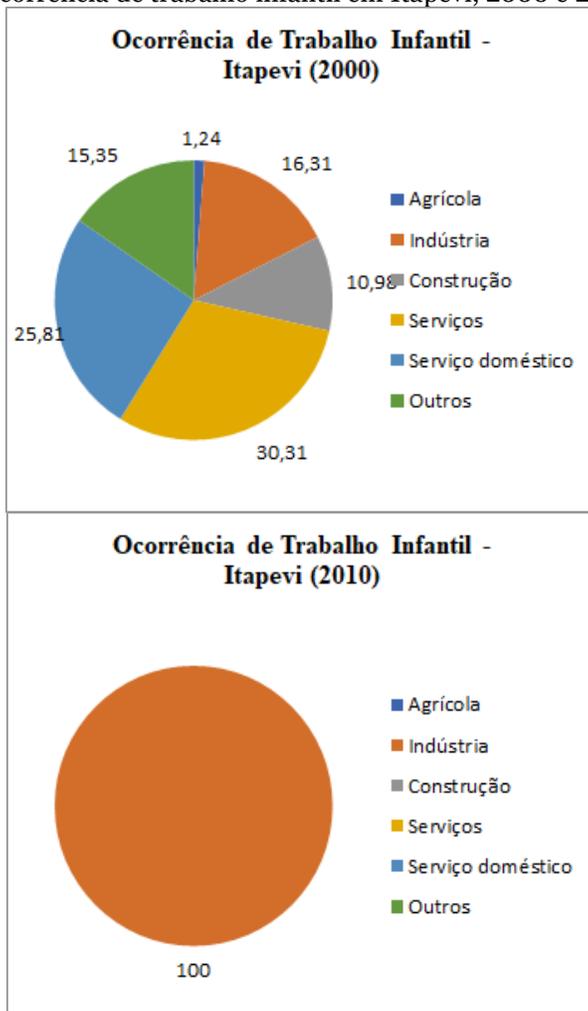
Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

Setor de Atividade

Itapevi apresentou menor participação agrícola com maioria do trabalho infantil no setor de serviços no censo de 2000, e ocorrência de todos os trabalhadores infantis na área urbana em 2010. O que faz sentido pela região, que pode ser visualizada no mapa de distribuição de ocupação infantil do estado de São Paulo, para as três localidades.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 9 - Ocorrência de trabalho infantil em Itapevi, 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

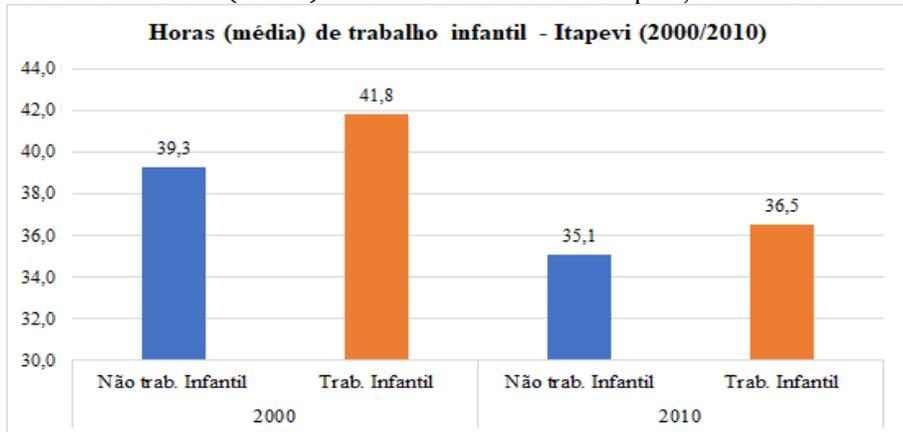
Renda do trabalhador infantil e renda familiar

O mesmo fenômeno observado nos demais municípios foco da análise ocorreu neste município, ou seja, houve aumento da renda entre os que não estão no trabalho infantil.

Horas de trabalho por semana

A carga horária do trabalho infantil no município de Itapevi teve redução no período. Considerando a escala da redução de horas destinadas ao trabalho infantil, o município apresentou maior queda na média de horas trabalhadas que Ibiúna, ficando atrás da cidade de Carapicuíba.

Gráfico 10 - Horas (média) de trabalho infantil em Itapevi, 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

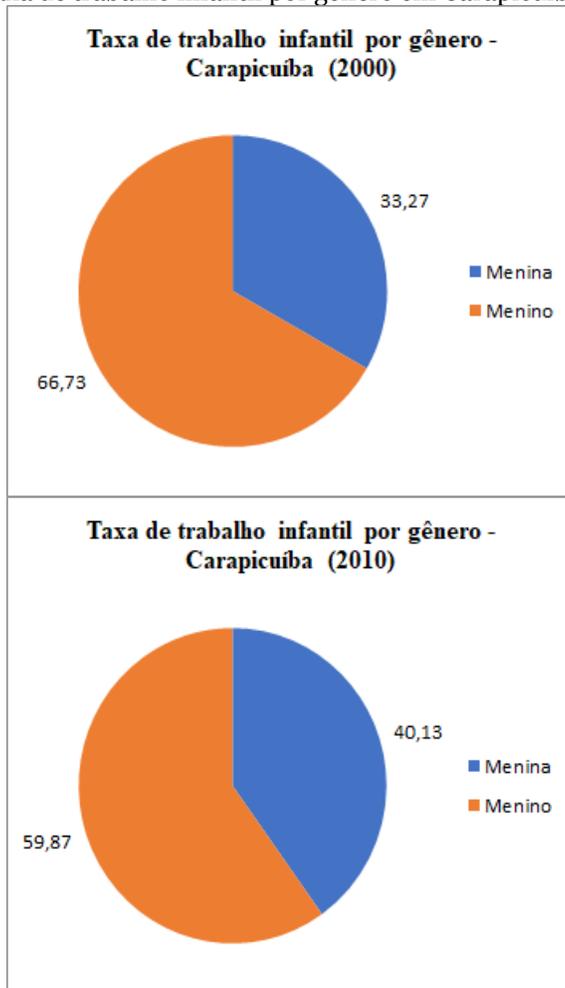
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Carapicuíba

Gênero

Entre as meninas, foi observado crescimento de 2,5% na taxa de trabalho infantil no período, e entre os meninos, redução de 24,8%.

Gráfico 11 - Taxa de trabalho infantil por gênero em Carapicuíba, 2000 e 2010



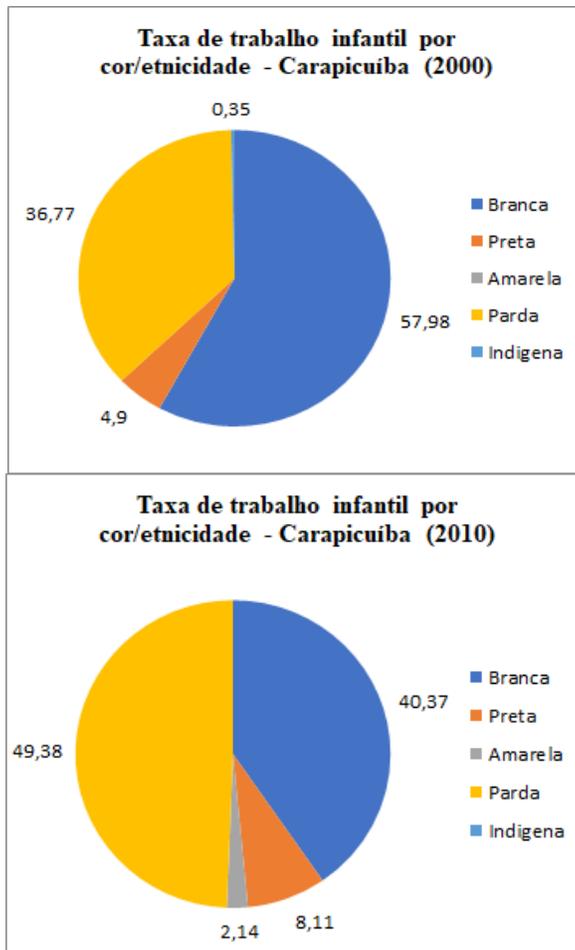
Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Raça-cor

De forma geral, houve redução na taxa de trabalho infantil em todas as classificações de raça-cor. Especificamente, a redução foi maior para o grupo de população branca (-27,7%), seguido pelo grupo de população preta (-14,8%). No entanto, proporcionalmente, em 2000, a maioria dos trabalhadores infantis era branca, enquanto que em 2010 passou para pardos.

Gráfico 12 - Taxa de trabalho infantil por cor/etnicidade em Carapicuíba, 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

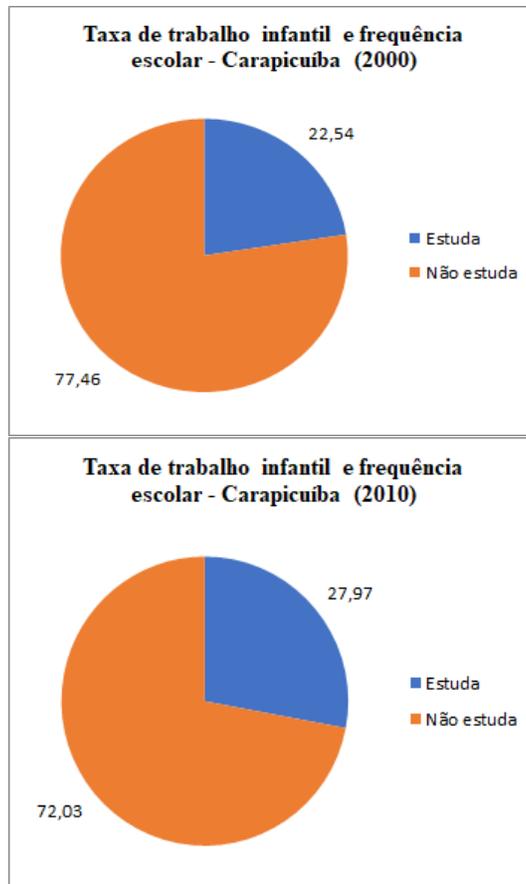
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Educação

Em Carapicuíba o aumento na taxa de trabalho infantil foi de menos de 4,6% entre as crianças que conciliam estudo e trabalho, ao mesmo tempo em que houve redução na taxa dos que só trabalham.

Os que não estudam e trabalham foram reduzidos na sua participação no trabalho infantil em 21,5%. Não se pode afirmar, entretanto, que com isto tenha aumentado o acesso das crianças ao estudo.

Gráfico 13 - Taxa de trabalho infantil e frequência escolar em Carapicuíba, 2000 e 2010



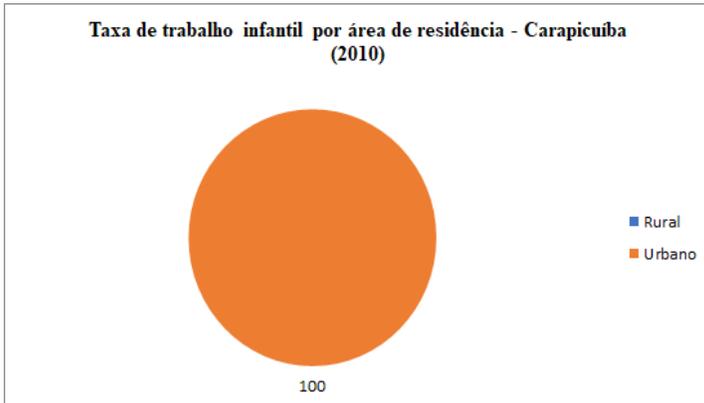
Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Residência

O município de Carapicuíba, assim como Itapevi, não apresenta população rural. Deste modo, todos os casos de trabalho infantil se encontram na área urbana do município.

Gráfico 14 - Taxa de trabalho infantil por área de residência em Carapicuíba, 2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

Renda do trabalhador infantil e renda familiar

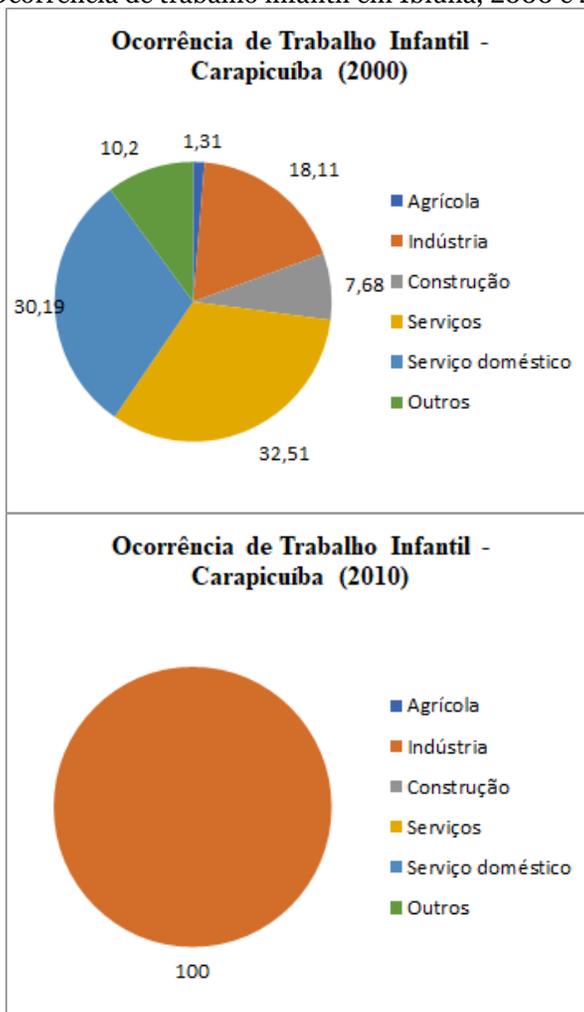
Tanto a renda do trabalho infantil como a renda dos aprendizes se reduziu no período. Quanto à renda familiar se observou pouca variação no período. (Ver Anexo).

Setor de Atividade

O Município de Carapicuíba também apresentou maior ocorrência de trabalhadores infantis no setor de serviços (62% em 2000), enquanto que em 2010 todos os casos de trabalho infantil se deram no setor da indústria.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 15 - Ocorrência de trabalho infantil em Ibiúna, 2000 e 2010



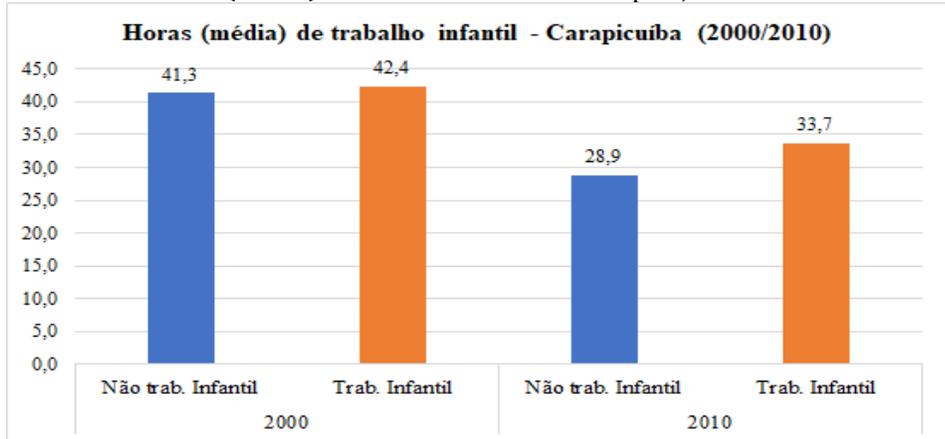
Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Horas de trabalho por semana

Considerando a escala da redução de horas destinadas ao trabalho infantil, Carapicuíba apresentou queda substancial no período, quando comparado aos municípios de Itapevi e Ibiúna.

Gráfico 16 - Horas (média) de trabalho infantil em Itapevi, 2000 e 2010.



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 2000 e 2010. Elaborado pelos autores, 2020.

Discussão

A magnitude do trabalho infantil nos três municípios brasileiros (Ibiúna, Itapevi e Carapicuíba) foco deste estudo está inserida na dinâmica da história do trabalho no Brasil e do curto período de desenvolvimento econômico, entre 2003 e 2014. Disto se observa que no país a melhoria das condições de vida da população e, virtuosamente, a faixa etária de 15 a 17 anos foi responsável por boa parte da queda na taxa de ocupados, pois houve, segundo Furtado (2016), grande avanço na escolarização dessa faixa etária, que se deu a partir de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o Pró-Jovem e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), todos exigiram a frequência escolar como parte das condicionalidades de participação (FURTADO, 2016).

Passados cinco anos, a recessão econômica de 2015 e 2016 e o redirecionamento das políticas sociais de 2017, levaram

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

à reversão da tendência do início do século XXI, precarizando novamente o mercado de trabalho e ampliando a vulnerabilidade social (PRONI, 2017).

Tendo em conta que o fim da recessão econômica não foi seguida por aumento (significativo) do PIB no Brasil, nem por alguma forma de recuperação expressiva do emprego e dos salários ao longo de 2017 (DIEESE, 2017; IPEA, 2017) e utilizando o critério do Banco Mundial (linha de corte da pobreza extrema de US\$ 1,90 por dia) se chegou ao patamar de 9,5 milhões pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil em 2013. O impacto desta reversão econômica nos municípios brasileiros e conseqüentemente no trabalho infantil foi considerável.

Quanto aos municípios verificados neste estudo, percebe-se que Itapevi e Carapicuíba seguem a mesma tendência em termos da magnitude do trabalho infantil, embora, em Itapevi houve aumento modesto e em Carapicuíba uma redução expressiva. Ibiúna, por sua vez, teve comportamento na contramão dos outros municípios apresentando aumento significativo do trabalho infantil no período.

Verificado a partir dos Censos de 2000 e 2010, observou-se que o trabalho infantil de meninas apresentou redução apenas no município de Ibiúna, enquanto que entre meninos teve aumento nesse mesmo município. Nos três municípios, se percebe evolução desigual do trabalho infantil quando mensurado por gênero, sobretudo entre meninos. Ao mesmo tempo, é necessário verificar os setores produtivos nos quais estão envolvidas essas crianças.

De acordo com Custódio (2006), a invisibilidade do trabalho infantil doméstico faz parte da realidade da exploração de crianças e adolescentes, inclusive essa realidade invisível está ausente também na literatura sobre o tema. O autor salienta ainda que, de 1991 a 2000, o trabalho doméstico se distribuía de forma relativamente equilibrada entre crianças e jovens até 19 anos; mas que, proporcionalmente, o número de meninas era inferior ao de meninos, quando comparados ao total da população etária de meninos (CUSTÓDIO, 2006).

Comparando os três municípios na sua dimensão temporal e, ao passar do Censo de 2000 para 2010 percebe-se

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

que, proporcionalmente, a diferença da taxa entre meninos e meninas sofreu queda expressiva em Itapevi e Carapicuíba. Isto se deve, principalmente, à redução da taxa de trabalho dos meninos.

É consenso da literatura sobre o tema o fato de que existe maior incidência do trabalho infantil entre os meninos (KASSOUF, 2005 e 2015; MESQUITA, RAMALHO, 2015; CACCIAMALI, 2008). Geralmente meninas trabalham dentro de casa (DEGRAFF *et al*, 2016), o que pode ser indício de sub-representação nos valores dessas taxas. Este comportamento pode denotar que o trabalho infantil está se tornando mais oculto, considerando os setores de trabalho. Outra possibilidade quanto a este ponto é a probabilidade das meninas começarem a sair para realizar este tipo de trabalho fora de casa.

Especialmente, a questão da distribuição de trabalhadores infantis por raça-cor segue a tendência demográfica que é comum à região. A análise demográfica por raça-cor traz características específicas em virtude da declaração da população no Censo do IBGE. Embora os municípios apresentem características de pessoas brancas, este grupo certamente não é o mais vulnerável entre os estratos sociais.

Proporcionalmente, o trabalho infantil realizado por brancos representa menor parcela e resulta mais significativo entre não brancos, notadamente entre pretos e pardos, fato que é tendência na literatura, tal como Kassouf (2002).

Observou-se a representatividade do recorte por raça-cor, mas as dimensões estatísticas apresentam variações, ressaltando o fato de que as taxas representam mais a demografia do que o problema em si.

De acordo com os dados dos Censos de 2000 e 2010, os três municípios não apresentaram diferenças substanciais na taxa de trabalho infantil entre brancos e não brancos. Contudo, ao desmembrar os dados proporcionais da população de trabalho infantil, observou-se uma distribuição não homogênea por raças e grupos étnicos. De um lado, se percebe que o município de Ibiúna apresenta um perfil de trabalhadores infantis predominantemente branco, comparado com Itapevi e Carapicuíba que se caracterizam pelo predomínio do trabalho infantil de pretos e pardos.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Em termos de evolução temporal, a participação de pretos e pardos aumentou em todos os municípios de 2000 a 2010. Disto pode-se observar que existe um aspecto, recorrente na literatura (PRONI, GOMES, 2015) que trata das desigualdades raciais e socioeconômicas na história do mundo do trabalho no Brasil, ainda que a trajetória temporal analisada envolve um período relativamente próspero de investimento em políticas públicas de inclusão social, como apontado para os anos de 2004 a 2013.

Pode se dizer que o perfil do trabalho infantil mudou como um todo, entretanto o comportamento observado no município de Ibiúna seguiu caminho contrário aos outros dois municípios.

A realidade dos trabalhadores infantis para os três municípios é a de um perfil que concilia estudo e trabalho, e que, ao longo de dez anos, vem se alargando. Entretanto, de um período para outro, a cultura do trabalho produziu efeito diferente em cada município. Em Carapicuíba houve crescimento nas taxas que indicam conciliação entre estudo e trabalho infantil, mas houve também redução da taxa de trabalho infantil de quem não estuda. Carapicuíba tem menor taxa de trabalho infantil e maior permanência na escola. Já o município de Ibiúna apresenta baixa possibilidade de desenvolvimento de capital humano pois registrou aumento da taxa de crianças que não estudam e trabalham. Ou seja, pode se dizer que a prática do trabalho infantil que persiste ao longo do tempo e reproduz a deterioração das relações de trabalho resultará na persistência intergeracional desse ciclo da pobreza (AQUINO *et al.*, 2010). Sabe-se ademais que o baixo desenvolvimento do capital humano na fase infanto-juvenil prejudica o rendimento futuro dessas mesmas crianças na vida adulta (KASSOUF; DOS SANTOS, 2010).

Muitas vezes, os altos índices de trabalho infantil são parte da estratégia de sobrevivência das famílias em condição de pobreza. Os baixos salários fazem com que os pais decidam que filhos devam trabalhar para ajudar no sustento da casa, ainda que, para isso, sacrifiquem a frequência escolar. A larga oferta da mão de obra infantil desestimula empregadores a investirem em novas tecnologias e na qualificação dos adultos. Finalmente, à

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

medida que as crianças que trabalham alcançam a idade adulta, elas tendem a permanecer sem qualificação e mal remuneradas, quando não acabam aumentando as estatísticas do desemprego. As péssimas condições de trabalho que muitas pessoas enfrentam contribuem para que outras formas de exclusão sejam geradas. Existe grande probabilidade de que os filhos das crianças que trabalham sejam, como seus pais, obrigados a trabalhar precocemente. Tal situação perpetua um ciclo de pobreza e desemprego que ameaça o futuro crescimento social e econômico de um país. Mais uma vez, cabe ao Estado garantir, junto à família, as condições necessárias para o crescimento e vida saudável de uma criança, com base na Constituição Federal (VILANI, 2010, p. 48-49).

O trabalho precoce é árduo e nunca foi estágio necessário para uma vida bem-sucedida, não qualifica e, portanto, funciona como impedimento aos mecanismos de ascensão social. A criança que trabalha tem menos tempo disponível para se dedicar aos estudos, o que influencia negativamente no seu desempenho profissional na vida adulta (VILANI, 2010, p. 84-85).

Educação, trabalho e lazer são três categorias que devem compor o desenho das políticas de transferência de renda. Deduz-se, portanto, que o abandono do estudo pode contribuir para o crescimento da geração corriqueiramente chamada de “nem nem” e produzir reflexos na qualidade da atividade produtiva e no posicionamento no mercado de trabalho.

Foi identificado que houve aumento na possibilidade de desistência escolar assim como a probabilidade de conciliar estudo e trabalho (KASSOUF, 2015) e ainda, que pode haver aumento na proporção dos que não estudam e aumento do trabalho de baixa qualificação e da informalidade. O trabalho infantil, socialmente negativo e reprodutor das condições de pobreza, se torna um hábito. É invisível nas suas variadas formas de manifestação e, na cultura do trabalho, acaba sendo aceito e considerado atraente, mas não é possível afirmar que indique qualquer ganho de qualidade em relação ao processo da educação formal a que todas as crianças e jovens têm direito. Ao contrário de certos consensos equivocados que promovem a aceitação do

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

trabalho infantil, ele funciona como mecanismo que agudiza a vulnerabilidade social.

Localidades como Itapevi e Carapicuíba apresentam distribuição do trabalho infantil em serviços vinculados a setores econômicos heterogêneos, Ibiúna se caracteriza pela homogeneidade do trabalho infantil de predominância rural.

Em nível nacional, há predominância de trabalho infantil no meio rural (KASSOUF, 2015), mas essa realidade varia conforme recortes geográficos (ARANSIOLA *et al.*, 2020). Embora seja possível dizer para o Brasil que áreas urbanas têm um perfil de trabalhadores infantis vinculado ao setor de serviços e no meio rural à atividade agrícola, o caso brasileiro apresenta a especificidade do latifúndio (MORAES, 2006; PRADO JR. 2006; SODRÉ, 1979; PRADO JR., 1935), que amplia a escala do setor agrícola. Entretanto, havendo processo de industrialização, pode-se inferir que, mesmo em ambientes rurais, venha a crescer o setor de serviços, perceptível no alargamento da atividade econômica do campo para a indústria e que com ele também se articulem novas formas do trabalho infantil na indústria e nos serviços urbanos.

Em Ibiúna, o trabalho infantil agrícola impulsionou a média de horas de trabalho para cima, com salto expressivo. A agricultura familiar é justamente um âmbito em que se mantém a invisibilidade do trabalho infantil, dificultando o alcance de políticas públicas direcionadas à redução do fenômeno (BRASIL, 2013). Ao mesmo tempo, a agricultura familiar não é considerada como trabalho pelas famílias devido a essa cultura do trabalho como educador e dignificador (CAMPOS e ALVERGA, 2001; LIMA, ALMEIDA, 2010).

O trabalho infantil quando observado a partir de setores da atividade econômica apresenta alguns pontos polêmicos. Em primeiro lugar, porque a questão setorial do trabalho infantil aumenta a complexidade do problema e pode levá-lo a se apresentar sob alguma forma de manifestação menos evidente. No ambiente urbano, o trabalho infantil se associa a estratos sociais mais vulneráveis, com uma dinâmica que o faz migrar para a informalidade, no ambiente rural, o trabalho agrícola se relaciona mais à agricultura familiar, com uma lógica mais fixa ao longo do tempo. Para ambos os territórios, grande parte da

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

atividade infantil não é vista como jornada de trabalho e exploração, mas desde uma perspectiva moral que aclama o trabalho infantil como valor formativo da criança em oposição direta a alternativa da criminalidade.

Neste estudo a variável “horas de trabalho” foi tratada como exploração do trabalho e, neste sentido, a alocação de maior carga de trabalho aos trabalhadores infantis tem consequência no tempo disponível para a educação que, por sua vez, causa novos problemas como a deserção escolar ou os piores desempenhos acadêmicos. Tudo isso prejudica a aquisição de capital humano e o desempenho econômico e social futuro dos cidadãos que foram submetidos ao trabalho infantil (KASSOUF, 2010).

A exploração do trabalho infantil demanda maior quantidade de horas sobretudo em função do grau de tecnologia empregada e da escala e nível da informalidade, porém nos três municípios se observou a redução na exploração infantil em função do comportamento das horas de trabalho ao longo do período.

Quanto à renda do trabalhador infantil, ela tem relação com a do jovem aprendiz, sendo que o trabalhador infantil trabalha mais horas e ganha menos do que o jovem aprendiz.

Quanto à renda familiar, deve-se considerar que existe o aspecto que diz respeito à percepção que se tem da mesma e o fato de ter sido deflacionada para permitir a comparação entre os dois Censos. Em termos de análise, considerou-se a ideia de renda real, isto é, do poder de compra que representa cada unidade monetária da renda.

O efeito da renda ademais está condicionado aos determinantes da desigualdade social, mesmo que não seja tão direta assim a relação entre pobreza e trabalho infantil (Brasil, 2013). Este não é, em consequência, um indicador perfeito.

E a relação entre pobreza/renda e trabalho infantil não é tão direta ou simples como as teorias as vezes fazem parecer (BHALOTRA, HEADY, 2003; KASSOUF, JUSTUS, 2010; FAN, 2011) porque muitos fatores mensuráveis (por exemplo, desigualdade de renda) e não mensuráveis (por exemplo, cultura e ideologia do trabalho) condicionam o efeito da renda sobre trabalho infantil.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Uma questão dramática diz respeito ao ingresso prematuro de crianças à força de trabalho. Existem percentuais expressivos de ocupação de crianças de 13 anos completos, de 5,2% de ocupação no Brasil e de 2,7% no estado de São Paulo. Dos três municípios estudados, Ibiúna apresenta percentuais proporcionais nos níveis de ocupação mais expressivos, de 7,4% do total de crianças entre 10 e 13 anos trabalhando, se comparados também com o país e o estado de São Paulo (IBGE, 2020). A seu turno, Itapevi e Carapicuíba apresentam, respectivamente 1,7% e 2,7% em nível de ocupação em relação ao total dessa faixa etária na sua população.

Ao completar 14 anos, a criança tem a possibilidade de ingressar no trabalho como “aprendiz”, ou seja, invariavelmente, crianças de 10 a 13 anos de idade não poderiam sequer trabalhar. Eles, no entanto, representam 7,4% em Ibiúna, 1,7% em Itapevi e 2,7% em Carapicuíba, considerando o nível de ocupação total para esta faixa etária.

Relatórios da OIT que analisaram o impacto do trabalho infantil nos rendimentos de uma pessoa (com base na faixa etária em que ela começou a trabalhar) mostram uma realidade preocupante: em média, as pessoas que começaram a trabalhar quando crianças não apresentam renda mensal superior a três salários-mínimos. Todavia, quanto menor a idade em que as pessoas começaram a trabalhar, menor resulta, proporcionalmente, o rendimento mensal ao longo de suas vidas (VILANI, 2010, p. 83).

O argumento de que o trabalho infantil possa retirar a criança e adolescentes da pobreza deve antes considerar que a condição de sobrevivência da criança em idade escolar é obrigação do Estado, enquanto política pública e social. O que se percebe é que, tentando garantir a sobrevivência, as famílias mais pobres lançam mão das crianças para complementar a renda familiar.

A literatura mostra que, ao argumento da pobreza como principal justificativa para aqueles que utilizam a mão de obra infantil, deve se associar a análise da própria estrutura do mercado de trabalho que, aliado à pobreza, cria as condições para a exploração de crianças e adolescentes, sobretudo quando verificado o aumento da informalidade desde a década de 1980

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

e, conseqüentemente, a exclusão social (POCHMANN, 2005; LIRA, 2016; LIETEN, 2004; CUSTÓDIO, 2006; CUSTÓDIO, 2009). Neste sentido, pobreza é um componente central de análise para explicar o trabalho infantil, mas que requer uma interpretação tal que não justifique nem permita o trabalho das crianças até os 13 anos de idade. Neste sentido, a pobreza contribui decisivamente para a expansão do trabalho infantil.

Conclusão e sugestões de políticas

Analisados as taxas de trabalho infantil nos três municípios, Ibiúna apresenta aumento drástico, Itapevi, aumento modesto e Carapicuíba, melhora considerável. No primeiro período (2000), Ibiúna apresentou taxas trabalho infantil duas vezes maior que os outros dois municípios e no segundo período (2010), cerca de três vezes mais.

Ao mesmo tempo, verificou-se que Ibiúna tem um perfil de trabalho infantil predominantemente rural enquanto Itapevi e Carapicuíba tem perfil de trabalho infantil urbano. Comparando os Censos de 2000 e 2010, proporcionalmente o trabalho da população masculina aumentou no universo dos trabalhadores infantis.

Do presente estudo foi possível concluir que o trabalho infantil, ao mesmo tempo em que apresenta características específicas, também amplia as desigualdades sociais e reproduz disparidades salariais entre os trabalhos exercidos por crianças brancas, pretas e pardas.

Entretanto, quando se discute políticas públicas, alguns fatores devem ser considerados, e no caso dos municípios objeto desta pesquisa, são justamente as suas particularidades. A iniciar pela cidade de Ibiúna que difere de Carapicuíba e Itapevi principalmente pela dinâmica de seu território – possui a segunda maior população rural do estado de São Paulo –, o que se reflete no setor de residência dos casos de trabalho infantil, e também no tipo de ramo em que se produzem as ocorrências e no setor de atividade em que estão situadas.

Carapicuíba e Itapevi, apesar de geograficamente próximas e não possuírem população rural, também apresentam dessemelhanças. Enquanto a primeira apresenta redução na taxa

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

de trabalho infantil de 15,7% e melhoras em diversos aspectos (por exemplo, cor/etnicidade e no que tange a escolaridade), a segunda cidade apresenta leve aumento na incidência de trabalho, de 1,6%, assim como a deterioração que ocorre no cenário da educação.

Ponto central da análise é, portanto, que cada localidade necessita de uma política pública própria, de acordo com as especificidades do município e de sua população, não havendo um modelo pronto para implementação.

Destaca-se também a necessidade de uma abordagem intersetorial da Administração Pública para o combate à temas complexos, como é o trabalho infantil. Como o mesmo está atrelado frequentemente à vulnerabilidade social, a intersetorialidade permite construir um olhar plural sobre o fenômeno, possibilitando a abordagem integrada de diferentes secretarias dos municípios, dentre as mais conhecidas: Educação, Assistência Social, Lazer e Esporte, e os departamentos de fiscalização, por exemplo. A intersetorialidade pressupõe o trabalho conjunto de diferentes áreas e de diferentes pessoas tendo o foco definido na redução do trabalho infantil.

Essa abordagem, quando colocada de forma estruturante na ação governamental, permite uma compreensão e atuação mais completa, dado que por diversas vezes o modelo setorial não consegue abranger a realidade social em sua totalidade e complexidade (DOMINICI, 2017, p. 6).

Na perspectiva do envolvimento de diferentes campos do poder público na elaboração, implementação e execução da política pública, todas as pastas são consideradas essenciais e todas as ações são identificadas e ordenadas em conjunto. Para lidar com o trabalho infantil, a literatura destaca a importância do ambiente escolar como fundamental para a ocupação das crianças e como perspectiva de futuro das mesmas. Vilani (2010, p. 90) defende a implementação de escolas públicas em tempo integral para ajudar a combater o trabalho precoce, uma vez que garante à criança um ambiente protegido, longe de situações de risco às quais o trabalho infantil as expõe, e ainda, possibilita que ela obtenha resultados positivos em sua vida pessoal e profissional.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Ao mesmo tempo, se faz necessário o cuidado com a condição de vulnerabilidade das famílias; há indispensabilidade de uma renda mínima que permita o sustento de todos os integrantes de maneira digna – através de programas de garantia de emprego e/ou programas de transferência de renda –, o acesso a cuidados com a assistência social, todos atendendo às particularidades de cada território e sua população. Em municípios de grande incidência de trabalho no meio rural, por exemplo, o panorama altera-se e se faz necessária a entrada de outros atores não comuns em cidades tipicamente rurais, como por exemplo, as Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura.

Fato é que a Administração Pública tem o dever constitucional de conduzir o assunto com prioridade e gestão profissional. Trata-se de um problema complexo, habitualmente relacionado a questões estruturais que acarreta com ele sequelas para a dinâmica econômica e social, e principalmente, para jovens e famílias envolvidas nesta atividade extremamente degradante e prejudicial à uma vida humana.

Não é possível afirmar se o que ocorreu nos três municípios pode ser categorizado pela “cultura do trabalho”, ou se resulta de alguma outra forma de uma imposição social, moral ou cultural, sobretudo quando se avalia a precarização crescente do trabalho e a qualificação exigida para o exercício da atividade produtiva.

Quanto à verificação de possíveis ações para a agenda política municipal, ressaltam-se primeiramente algumas considerações e iniciativas.

A redução do trabalho infantil passa por medidas estatais que ofereçam cobertura à qualidade de vida da criança e das suas famílias antes mesmo dela ingressar na atividade produtiva. O Programa Bolsa Família, instituído pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, é um exemplo deste tipo de iniciativa.

A respeito da socialização do trabalho do cuidado, em especial do trabalho infantil, Faria (2017) destaca que é importante ressaltar iniciativas como “Programa Brasil Carinhoso”, cujo objetivo desde início foi prestar serviços de educação às populações mais pobres, incentivando o aumento da quantidade de vagas para as crianças de 0 a 4 anos nas creches públicas e/ou conveniadas com o poder público. Este programa

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

foi vinculado ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) com dados que evidenciaram aumento significativo no número de creches apoiadas, sobretudo a partir do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC-2), em 2011.

O programa supracitado pode valorizar políticas públicas sobretudo a Ibiúna, posto que um problema significativo que existia no Brasil (e ainda persiste) era que a maioria das creches existentes eram localizadas em áreas urbanas, enquanto as áreas rurais permaneciam descobertas. Trata-se, pois, de uma lacuna relevante no meio rural que se constituía como mais um limitante para a saída da mulher trabalhadora rural da agricultura familiar do âmbito estritamente doméstico.

Existem outras questões que permanecem para serem investigadas, a saber, qual setor permite flexibilidade de tempo para conciliar trabalho e estudo? E também, qual a periculosidade de cada tipo de trabalho infantil?

Quanto às medidas destinadas ao enfrentamento do trabalho infantil, pode-se dizer que a superação institucional dos cenários de trabalho infantil acontece centralmente a partir das ações de políticas públicas. Vilani (2010) explica que a criança possui o direito fundamental de não trabalhar, cabendo ao poder público promover políticas para tal. É necessário que o Estado assegure o direito do jovem vivenciar plenamente a infância, o que agirá de maneira favorável para seu desenvolvimento físico, moral, psicológico e intelectual, a fim de que, na fase adulta, essa criança possa contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (VILANI, 2010, p. 53-54).

Como observado pela OIT e grande parte da literatura, assim como pelo Decreto 6.481 de 12 de junho de 2008, todos os setores apresentam suas piores formas de exploração de trabalho infantil (OIT, 2020), mas o setor agrícola se destaca (DEGRAFF *et al.*, 2016). No que se refere ao trabalho infantil, destacam-se violências e sofrimentos tais como o abuso sexual em ambiente doméstico, o acidente de trabalho na indústria, e danos à saúde produzidos por agrotóxicos no ambiente de trabalho rural.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Desde 2006 a OIT (OIT, 2006) ambicionou eliminar o trabalho infantil em sua totalidade até o presente ano, projeto que parece distante da realidade atual de certos municípios. No site da OIT encontra-se disponível o “Diagnóstico Intersectorial Municipal”, para que possa ser utilizado por gestores públicos. Neste mesmo site, encontra-se também o “Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil”, apresentando dados federais e subnacionais no sentido de se aproximar da realidade do trabalho infantil dos demais municípios brasileiros.

Referências

- ARANSIOLA, T. J.; JUSTOS, M. "Evolution of Child Labor Rate in Brazilian States: Policy Limits and Contradictions". *Economia & Sociedade*, 2020, 29 (1), 273-295.
- ARANSIOLA, T. J.; ETULAIN, C.; SILVA, S. S. "Evolução do perfil de trabalhadores infantis no estado de São Paulo". IN: ETULAIN, C. (Org.) *Política Pública no Brasil*. Editorial de la Universidad de Córdoba (UCOPress), 2020. Pp. 427-467. (no prelo)
- BARBOSA, Augusto Maganha. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, n. 36, p. 81-119, jul./dez. 2017.
- BASU, Kaushik; VAN, Pham Hoang. "The economics of child labor". *American economic review*, p. 412-427, 1998.
- BHALOTRA, Sonia; HEADY, Christopher. "Child farm labor: The wealth paradox". *The World Bank Economic Review*, v. 17, n. 2, p. 197-227, 2003.
- BRASIL, Repórter. "Brasil livre de trabalho infantil: contribuições para o debate sobre a eliminação das piores formas do trabalho de crianças e adolescentes". *Repórter Brasil—Organização de comunicação e projetos sociais*, 2013.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. "Trabalho infantil e o status ocupacional dos pais". *Brazilian Journal of Political Economy*", v. 28, n. 2, p. 269-290, 2008.
- CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. "Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho". *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 6, n. 2, p. 227-233, 2001.
- CUSTÓDIO, André Viana. *A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil: limites e perspectivas para sua erradicação*. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Crianças esquecidas: A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil*. Curitiba: Multidéia, 2009.

DEGRAFF, Deborah S.; FERRO, Andrea R.; LEVISON, Deborah. "In harm's way: children's work in risky occupations in Brazil". *Journal of International Development*, v. 28, n. 4, p. 447-472, 2016.

DOMINICI, Maria Celeste. "A importância da articulação intersetorial na Administração Pública". Texto para Discussão. *Companhia de Planejamento do Distrito Federal*, n. 31, nov. 2017.

FAN, C. Simon. "The luxury axiom, the wealth paradox, and child labor". *Journal of Economic Development*, v. 36, n. 3, p. 25, 2011.

FNPETI.

"Trabalho infantil deixa 2,4 milhões com infâncias ceifadas no Brasil".

Disponível

em:

<<https://fnpeti.org.br/noticias/2020/06/12/trabalho-infantil-deixa-24-milhoes-com-infancias-ceifadas-no-brasil/>>. Acesso em: 10/12/2020.

FARIA, Nalu. "As trabalhadoras do campo: diversidade e formas de inserção no mundo do trabalho" in, LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira (orgs.) *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

FURTADO, A. *Desemprego entre jovens: situação do Brasil e lições da experiência internacional*. Estudo Técnico, Câmara dos Deputados, Brasília, julho 2016. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-daconle/tema7/2016_12418_desemprego-entre-jovens_adolfo-furtado>. Acesso em 10/12/2020.

KASSOUF, Ana Lúcia. "Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil". IN: **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Secretaria dos Direitos Humanos, 2002.

KASSOUF, Ana Lúcia. "Evolução do trabalho infantil no Brasil". *Sinais Sociais*, v. 9, n. 27, p. 9-45, 2015.

KASSOUF, Ana Lúcia. "O que conhecemos sobre o trabalho infantil?". *Nova economia*, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007.

KASSOUF, Ana Lúcia; JUSTUS, Marcelo. "Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o "paradoxo da riqueza"". *Economia Aplicada*, v. 14, n. 3, p. 339-353, 2010.

KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, M. J. "Consequência do trabalho infantil no rendimento futuro do trabalho dos brasileiros: diferenças

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- regionais e de gênero". 380. *Encontro Nacional de Economia ANPEC*, 2010.
- LIETEN, Kristoffel Geoges. *El problema del trabajo infantil: temas y soluciones*. Bolívia: C&C, 2004.
- LIMA, Adriana Carnielli de; ALMEIDA, Ana Maria F. "Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil". *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 111, p. 347-369, 2010.
- LIRA, Terçália Suassuna Vaz. *O sentido do trabalho infantil doméstico: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes*. Tese (Doutorado em Serviço Social). - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- MESQUITA, Shirley Pereira de; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. "Trabalho infantil no Brasil urbano: qual a importância da estrutura familiar?". *Revista de Economia Contemporânea*, v. 19, n. 1, p. 97-134, 2015.
- MORAES, João Quartin. "Sodré, Caio Prado e a luta pela terra". IN: CABRAL, Fátima and CUNHA, Paulo (Orgs.) *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*, São Paulo: UNESP, 2006, 155-164.
- OIT. *Trabalho infantil*. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>>. Acesso em 10/12/2020.
- POCHMANN, Marcio *et al.* *Atlas da exclusão social: agenda não liberal da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005. v. 5.
- OIT. Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015. *Informe do Diretor Geral*. XVI Reunião Regional Americana. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, mai. 2006.
- OIT. *Generando trabajo decente en el Mercosur. Empleo y estrategia de crecimiento: el enfoque de la OIT*. Buenos Aires: OIT, marzo de 2004.
- PRADO Junior, Caio. "Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo". *Revista Geografia* 1: 1 (1935): 52-67.
- *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRONI, Marcelo Weishaupt. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, n. 36, p. 1-21, jul./dez. 2017.
- PRONI, MARCELO WEISHAUPT; GOMES, DARCILENE CLAUDIO. "Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça". *Estud. av.*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 137-151, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500010>.
- SODRE, Nelson Werneck. *A Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

VILANI, Jane Araújo dos Santos. *O que é Trabalho Infantil*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

Anexos

Tabela 1 - Taxa de trabalho infantil por município, 2000 e 2010 (%)

Município	Trabalho infantil (%)				Variação
	2000		2010		
	Não	Sim	Não	Sim	
Ibiúna	90,15	9,85	87,48	12,52	27,1%
Itapevi	94,96	5,04	94,88	5,12	1,6%
Carapicuíba	94,64	5,36	95,48	4,52	-15,7%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela 2 – Taxa de trabalho infantil por gênero e município, 2000 e 2010 (%)

Município		Trabalho infantil (%)				Variação
		2000		2010		
		Não	Sim	Não	Sim	
Ibiúna	Menina	92,21	7,79	91,51	8,49	9,0%
	Menino	88,11	11,89	83,45	16,55	39,2%
Itapevi	Menina	96,29	3,71	95,57	4,43	19,4%
	Menino	93,58	6,42	94,21	5,79	-9,8%
Carapicuíba	Menina	96,42	3,58	96,33	3,67	2,5%
	Menino	92,87	7,13	94,64	5,36	-24,8%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela 3 – Proporção de trabalho infantil por gênero e município, 2000 e 2010 (%)

Município		Trabalho infantil (%)				Variação
		2000		2010		
		Não	Sim	Não	Sim	
Campinas	Menina	50,16	41,91	49,63	37,74	-9,9%
	Menino	49,84	58,09	50,37	62,26	7,2%
Ibiúna	Menina	50,77	39,24	52,3	33,88	-13,7%
	Menino	49,23	60,76	47,7	66,12	8,8%
Itapevi	Menina	51,57	37,38	49,97	42,97	15,0%
	Menino	48,43	62,62	50,03	57,03	-8,9%
Carapicuíba	Menina	50,75	33,27	49,88	40,13	20,6%
	Menino	49,25	66,73	50,12	59,87	-10,3%
Limeira	Menina	49,24	47,63	49,9	43,66	-8,3%
	Menino	50,76	52,37	50,1	56,34	7,6%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 4 – Taxa de trabalho infantil por cor/etnicidade e município, 2000 e 2010 (%)

Município		Trabalho infantil (%)				Variação
		2000		2010		
		Não	Sim	Não	Sim	
Ibiúna	Branco	90,25	9,75	86,48	13,52	38,7%
	Não Branco	89,97	10,03	87,93	12,07	20,3%
Itapevi	Branco	94,46	5,54	94,36	5,64	1,8%
	Não Branco	95,42	4,58	95,59	4,41	-3,7%
Carapicuíba	Branco	94,52	5,48	94,97	5,03	-8,2%
	Não Branco	94,67	5,33	96,01	3,99	-25,1%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela 5 – Proporção de trabalho infantil por cor/etnicidade e município, 2000 e 2010 (%)

Município		Trabalho infantil (%)			
		2000		2010	
		Não	Sim	Não	Sim
Ibiúna	Branca	76,28	74,81	65,51	65,54
	Preta	3	1,04	1,48	2,62
	Amarela	2,51	3,58	3,61	
	Parda	18,13	19,57	29,07	30,75
	indígena	0,08	1	0,33	1,09
Itapevi	Branca	49,07	43,61	41,92	36,18
	Preta	5,75	7,76	7,25	6,28
	Amarela	0,1		0,37	
	Parda	44,99	48	50,42	57,53
	indígena	0,08	0,64	0,04	
Carapicuíba	Branca	58,57	57,98	47,76	40,37
	Preta	4,17	4,9	6,83	8,11
	Amarela	0,13		0,67	2,14
	Parda	36,78	36,77	44,68	49,38
	indígena	0,34	0,35	0,06	

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela 6 - Detalhamento do trabalho infantil cor/etnicidade e município, 2000 e 2010 (%).

		Trabalho infantil (%).							
		2000				2010			
Município	Cor	Número (amostra)	%	Número (população)	%	Número (amostra)	%	Número (população)	%
Ibiúna	Branca	5.688	75,43	48.670,56	75,59	4.581	66,21	47.194,80	66,27
	Preta	233	3,09	2.050,79	3,19	190	2,75	1.957,88	2,75
	Amarela	219	2,9	2.135,38	3,32	224	3,24	2.363,80	3,32
	Parda	1.282	17	10.596,23	16,46	1.915	27,68	19.601,23	27,52
	indígena	15	0,2	110,29	0,17	9,00	0,13	99,28	0,14
Itapevi	Branca	8.576	51,8	83.564,13	51,45	8.723	44,64	90.268,38	44,96
	Preta	1.060	6,4	10.504,75	6,47	1.558	7,97	16.023,53	7,98
	Amarela	21	0,13	211,02	0,13	92	0,47	953,38	0,47
	Parda	6.758	40,82	66.804,34	41,13	9.078	46,46	92.760,64	46,2
	indígena	28	0,17	241,26	0,15	17	0,09	179,24	0,09
Carapicuíba	Branca	19.583	58,05	200.130,26	58,08	18.282	50,68	187.447,56	50,72
	Preta	1.706	5,06	17.337,04	5,03	2.926	8,11	30.192,69	8,17
	Amarela	86	0,25	946,37	0,27	248	0,69	2.490,52	0,67
	Parda	11.959	35,45	121.917,97	35,38	14.557	40,36	148.803,99	40,26
	indígena	97	0,29	1.052,26	0,31	36	0,1	379,49	0,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 7 – Taxa de trabalho infantil por status educacional e município, 2000 e 2010 (%)

Município		Trabalho infantil (%)				Variação
		2000		2010		
		Não	Sim	Não	Sim	
Ibiúna	Estuda	77,31	22,69	56,64	43,36	91,1%
	Não estuda	93,31	6,69	92,31	7,69	14,9%
Itapevi	Estuda	80,39	19,61	87,45	12,55	-36,0%
	Não estuda	96,54	3,46	95,61	4,39	26,9%
Carapicuíba	Estuda	85,06	14,94	84,37	15,63	4,6%
	Não estuda	95,48	4,52	96,45	3,55	-21,5%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela 8 – Taxa de trabalho infantil por status educacional (crianças entre 10 e 14 anos) e município, 2000 e 2010 (%)

Município		Trabalho infantil (%)				Variação
		2000		2010		
		Não	Sim	Não	Sim	
Ibiúna	Estuda	96,09	3,91	67,88	32,12	721,5%
	Não estuda	98,03	1,97	98,26	1,74	-11,7%
Itapevi	Estuda	83,48	16,52	85,9	14,1	-14,6%
	Não estuda	99,62	0,38	99,45	0,55	44,7%
Carapicuíba	Estuda	90,82	9,18	86,65	13,35	45,4%
	Não estuda	99,63	0,37	99,3	0,7	89,2%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela 9 – Taxa de trabalho infantil por status educacional (crianças entre 14 e 17 anos) e município, 2000 e 2010 (%)

Município		Trabalho infantil (%)				Variação
		2000		2010		
		Não	Sim	Não	Sim	
Ibiúna	Estuda	72,66	27,34	54,5	46	66,4%
	Não estuda	87,81	12,19	84,68	15,32	25,7%
Itapevi	Estuda	79,91	20,09	87,8	12,2	-39,3%
	Não estuda	93,1	6,9	91,14	9	28,4%
Carapicuíba	Estuda	83,91	16,09	83,66	16	1,6%
	Não estuda	91,33	8,67	93,24	7	-22,0%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 10 – Taxa de trabalho infantil por área de residência e município, 2000 e 2010 (%)

Município		Trabalho infantil (%)			
		2000		2010	
		Não	Sim	Não	Sim
Ibiúna	Rural	90,54	9,46	86,18	13,82
	Urbano	89,34	10,66	90,21	9,79
Itapevi	Rural				
	Urbano	94,96	5,04	94,88	5,12
Carapicuíba	Rural				
	Urbano	94,64	5,36	95,48	4,52

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela 11 – Proporção de trabalho infantil por área de residência e município, 2000 e 2010 (%)

Município		Trabalho infantil (%)				Variação
		2000		2010		
		Não	Sim	Não	Sim	
Ibiúna	Rural	67,35	64,35	66,79	74,81	16,3%
	Urbano	32,65	35,65	33,21	25,19	-29,3%
Itapevi	Rural					
	Urbano	100	100	100	100	0,0%
Carapicuíba	Rural					
	Urbano	100	100	100	100	0,0%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 12 – Taxa de trabalho infantil por setor da economia, 2000 e 2010 (%)

		Trabalho infantil (%)				Variação
		2000		2010		
		Não	Yes	Não	Yes	
Ibiúna	Agrícola	53,51	23,21	49,46	42,45	-7,6%
	Indústria	8,55	11,56	11,46	3,82	34,0%
	Construção	0,8	14,8	0	18,7	-100,0%
	Serviços	23,07	19,54	25,22	11,78	9,3%
	Serviço doméstico	11,68	13,47	12,89	10,92	10,4%
	Outros	2,4	17,42	0,97	12,34	-59,6%
Itapevi	Agrícola	1,62	1,24	100	100	459,6%
	Indústria	17,87	16,31			
	Construção	2,27	10,98			
	Serviços	39,72	30,31			
	Serviço doméstico	37,36	25,81			
	Outros	1,16	15,35			
Carapicuíba	Agrícola	0	1,31	100	100	314,8%
	Indústria	24,11	18,11			
	Construção	2,83	7,68			
	Serviços	27,3	32,51			
	Serviço doméstico	43,79	30,19			
	Outros	1,98	10,2			

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela 13 – Horas (média) de trabalho infantil município, 2000 e 2010

Município		Trabalho infantil (%)	
		horas (média)	
Ibiúna	2000	Não trab. Infantil	39,7
		Trab. Infantil	40,4
	2010	Não trab. Infantil	27,2
		Trab. Infantil	36,8
Itapevi	2000	Não trab. Infantil	39,3
		Trab. Infantil	41,8
	2010	Não trab. Infantil	35,1
		Trab. Infantil	36,5
Carapicuíba	2000	Não trab. Infantil	41,3
		Trab. Infantil	42,4
	2010	Não trab. Infantil	28,9
		Trab. Infantil	33,7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 14 – Renda familiar com ou sem trabalho infantil, 2000 e 2010

Município	Ano	Categoria	Valor (R\$)	
			Nominal	Real
Ibiúna	2000	Não trab. Infantil	174,38	174,38
		Trab. Infantil	227,07	227,07
	2010	Não trab. Infantil	446,53	198,99
		Trab. Infantil	497,70	221,79
Itapevi	2000	Não trab. Infantil	166,90	166,90
		Trab. Infantil	198,12	198,12
	2010	Não trab. Infantil	392,37	174,86
		Trab. Infantil	538,32	239,90
Carapicuíba	2000	Não trab. Infantil	221,45	221,45
		Trab. Infantil	272,56	272,56
	2010	Não trab. Infantil	480,31	214,04
		Trab. Infantil	612,87	273,12

Nota: os valores foram deflacionados para valores constantes de ano 2000 usando o índice IDP-DI. O valor dos índices para ano 2000 e 2010 são 189,746 e 425,788, respectivamente.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela 15 – Renda de trabalhadores infantis e jovens aprendizes, 2000 e 2010

Município	Ano	Categoria	Valor (R\$)	
			Nominal	Real
Ibiúna	2000	Não trab. Infantil	208,5	208,5
		Trab. Infantil	166,01	166,0
	2010	Não trab. Infantil	527,24	235,0
		Trab. Infantil	393,28	175,3
Itapevi	2000	Não trab. Infantil	237,47	237,5
		Trab. Infantil	196,7	196,7
	2010	Não trab. Infantil	530,1	236,2
		Trab. Infantil	441,49	196,7
Carapicuíba	2000	Não trab. Infantil	269,59	269,6
		Trab. Infantil	227,48	227,5
	2010	Não trab. Infantil	579,22	258,1
		Trab. Infantil	453,37	202,0

Nota: os valores foram deflacionados para valores constantes de ano 2000 usando o índice IDP-DI. O valor dos índices para ano 2000 e 2010 são 189,746 e 425,788, respectivamente.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.



CAPÍTULO 5

TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CACONDE

Juliana Ribeiro²⁹
Rosana Baeninger³⁰
Jóice Domeniconi³¹
Natália Demétrio³²
Catarina von Zuben³³

²⁹ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: jrgeo@unicamp.br.

³⁰ Professora colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO-UNICAMP; coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

³¹ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: joicedomeniconi@outlook.com.

³² Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Coordenadora-adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: ndemetri@unicamp.br.

³³ Catarina von Zuben. Procuradora do Trabalho e Coordenadora Regional da CONAETE (Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas) da 15ª Região.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil: 2000 e 2010

Os censos demográficos produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam elas provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Constituem, assim, importante fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios brasileiros, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados.

Dessa forma, os censos são relevantes referências em estudos de população e constituem a primeira base para a análise que este documento se propõe. Como a temática investigada é a exploração do trabalho infantil no município de Caconde-SP neste século 21, recorre-se, nesta primeira sessão, aos dados dos censos demográficos de 2000 e de 2010 referentes à população de 10 a 17 anos.

Antes das análises, considera-se relevante compreender a lista TIP, que permeia a temática sob estudo. Em 12 de junho de 2008, o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabeleceu, a partir do decreto nº 6.481, que

[...] fica aprovada a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), na forma do Anexo, de acordo com o disposto nos artigos 3º, “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999 e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000. [...] fica proibido o trabalho do menor de dezoito anos nas atividades descritas na Lista TIP, salvo nas hipóteses previstas neste decreto. [...] integram as piores formas de trabalho infantil: I - todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativo ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório; II - a utilização,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas; III - a utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas; e IV - o recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados. [...] Art. 6º Este Decreto entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação. Brasília, 12 de junho de 2008; 187º da Independência e 120º da República ³⁴ (BRASIL, 2008).

Considerando todo o exposto, iniciam-se as análises às quais este documento se dedica. Segundo o Censo Demográfico 2000, a população de Caconde-SP com idade entre 10 e 17 anos era de 2.951 habitantes. Desse total, 546 (18,50%) trabalhavam, 513 (17,38%) encontravam-se em situação de trabalho infantil e 134 (4,54%) estavam submetidos às piores formas de trabalho infantil – estes últimos compoendo, assim, a lista TIP. Considerando-se apenas o universo composto pela população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil – 513 –, a proporção dos que desempenham as piores formas de trabalho infantil aumenta consideravelmente, uma vez que 26,12% enquadram-se na lista TIP (Tabela 1).

Estendendo esta mesma leitura para o Censo Demográfico 2010, a população de Caconde-SP com idade entre 10 e 17 anos era de 2.774 habitantes. Desse total, 613 (22,09%) trabalhavam, 521 (18,80%) encontravam-se em situação de trabalho infantil e 89 (3,20%) estavam submetidos às piores formas de trabalho infantil – estes últimos compoendo, assim, a lista TIP. Considerando-se apenas o universo composto pela população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil – 521 –, a proporção dos que desempenham as piores formas de trabalho infantil aumenta consideravelmente, uma vez que 17,07% enquadram-se na lista TIP (Tabela 1).

Observa-se, portanto, um aumento, entre 2000 e 2010, da proporção da população de 10 a 17 que trabalha – de 18,50%

³⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em: 12 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

para 22,09% –; bem como da proporção da população de 10 a 17 que se encontra em situação de trabalho infantil – de 17,38% para 18,80%. Por outro lado, observa-se, para este mesmo período, uma queda da proporção da população de 10 a 17 anos que desempenha as piores formas de trabalho infantil – de 4,54% para 3,20%. Da mesma forma, observa-se uma queda quando comparamos a proporção dos que desempenham as piores formas de trabalho infantil sobre a população em situação de trabalho infantil em ambos os períodos – 26,12% em 2000 para 17,07% em 2010 (Tabela 1).

Finalmente, pode-se observar que, entre 2000 e 2010, houve um crescimento negativo – -0,62%a.a. – da população de 10 a 17 anos; um crescimento positivo desta faixa etária que estava trabalhando – 1,17%a.a. –; e também um crescimento positivo desta faixa etária que se encontrava em situação de trabalho infantil – 0,16%a.a. (Tabela 1).

A partir de uma estratificação que classifica os municípios do estado de São Paulo segundo a proporção da sua população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil – 3,2 a 9,4; 9,5 a 13,0; 13,1 a 17,0; 17,1 a 22,0; e 22,1 a 36,1 –, Caconde-SP, com seus 18,80% da população de 10 a 17 anos em 2010 em situação de trabalho infantil, enquadra-se na penúltima parcela, estando entre os mais altos índices de exploração de trabalho infantil (Mapa 1).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 1. População de 10 a 17 anos, população de 10 a 17 anos que trabalha, população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil segundo participação relativa e taxa geométrica de crescimento (em % a.a.), Caconde/SP, 2000 e 2010

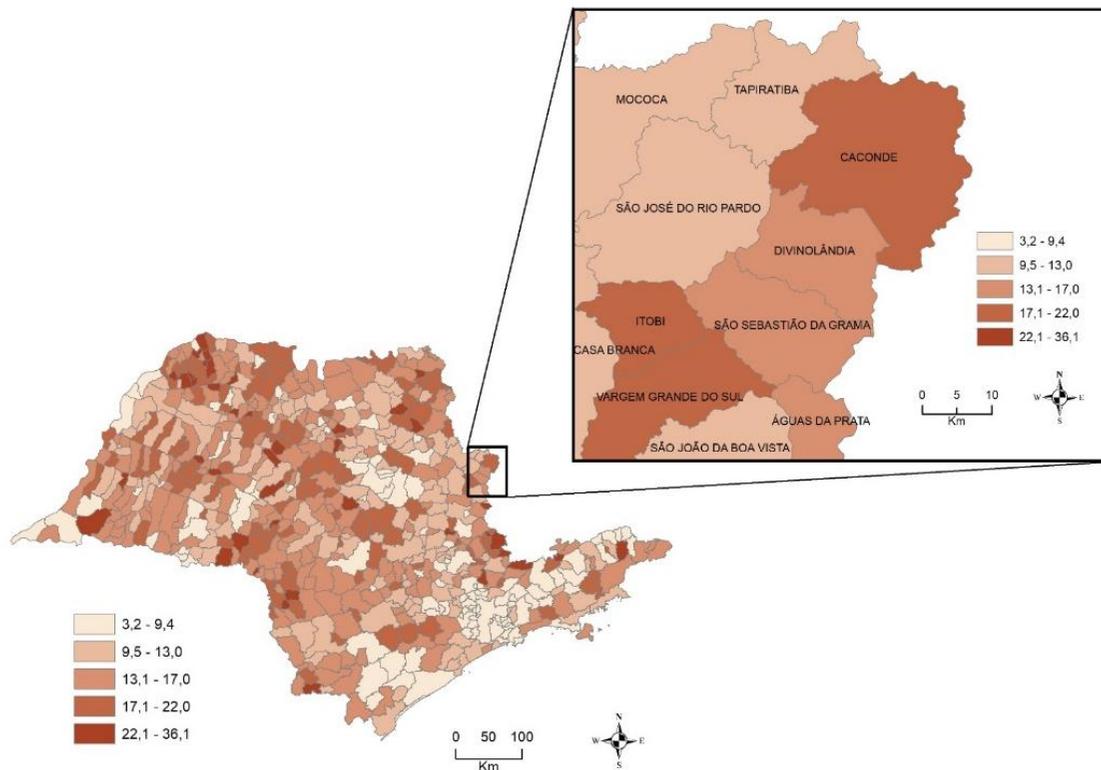
População	2000	2010
População 10 a 17 anos	2.951	2.774
População de 10 a 17 anos que trabalha	546	613
População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil	513	521
População de 10 a 17 anos nas piores formas de trabalho infantil (Lista TIP)	134	89
Proporção da população de 10 a 17 anos que em situação de trabalho infantil sobre a população total de 10 a 17 anos	17,38	18,80
Proporção da população de 10 a 17 anos nas piores formas de trabalho infantil sobre a população em situação de trabalho infantil	26,12	17,07
Taxa de Crescimento da população de 10 a 17 anos (%a.a.) 2000-2010		-0,62
Taxa de Crescimento da população de 10 a 17 anos que trabalha (%a.a.) 2000-2010		1,17
Taxa de Crescimento da população de 10 a 17 em situação de trabalho infantil (%a.a.) 2000-2010		0,16

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Nota: até os 13 anos, considera-se como trabalho infantil todas as pessoas que realizam alguma atividade econômica ou de autoconsumo; entre os 14 e 15 anos, enquadra-se nessa categoria trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores com jornada de trabalho acima de 30h semanais (para quem tem fundamental incompleto) ou acima de 40h semanais (para quem tem fundamental completo); no grupo dos 16 e 17 anos, considera-se como trabalho infantil trabalhadores que realizam atividade econômica com jornada de trabalho superior a 44h semanais. Independentemente da idade, o conceito de trabalho infantil aplica-se a todas as pessoas entre 10 e 17 anos que estejam na informalidade, que não frequentem escola, que realizam atividade de autoconsumo, trabalho não remunerado ou trabalhos previstos na Lista TIP. Vou retomar o trabalho do Atlas com essa operacionalização de trabalho infantil e da Lista TIP.

Nota: No Censo de 2000, para definição de trabalho infantil, considerou-se o total de horas trabalhadas na semana para todos os trabalhos. No Censo de 2010, essa categoria refere-se apenas ao trabalho principal.

Mapa 1. Proporção da população 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil no total da população de 10 a 17 anos. Estado de São Paulo, segundo municípios, com ênfase na região de Caconde, 2010



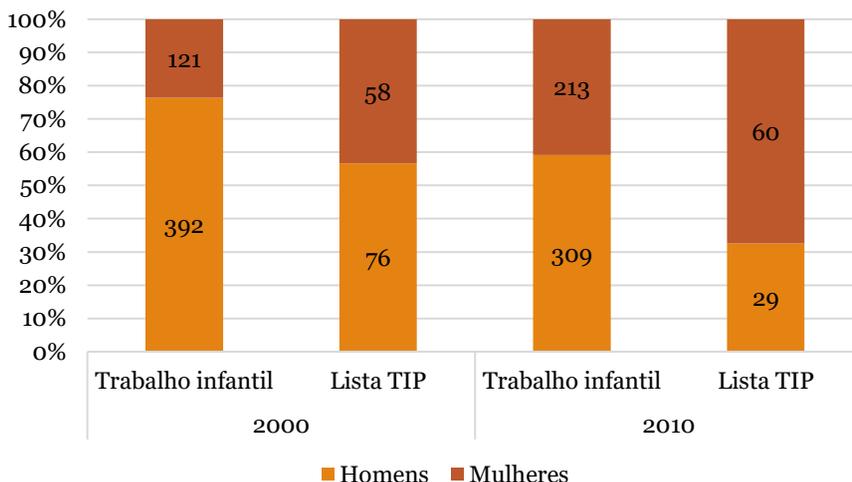
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Analisando agora a população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil segundo sexo, observa-se que a maior parte dos registros, tanto em 2000 como em 2010, pertence ao sexo masculino. Já a população de 10 a 17 anos nas piores formas de trabalho infantil segundo sexo, observa-se prevalência do sexo masculino em 2000 e do sexo feminino em 2010 (Gráfico 1).

Em 2000, dos 513 registros de trabalho infantil, 392 (76,41%) eram do sexo masculino e 121 (23,59%) do sexo feminino; e, compondo a lista TIP, 76 (56,72%) eram do sexo masculino e 58 (43,28%) do feminino. Em 2010, dos 522 registros de trabalho infantil, 309 (59,20%) eram do sexo masculino e 213 (40,80%) do sexo feminino; e, compondo a lista TIP, 29 (32,58%) eram do sexo masculino e 60 (67,42%) do feminino. Houve, portanto, um drástico aumento da exploração de trabalho infantil e da lista TIP quando se considera o sexo feminino (Gráfico 1).

Gráfico 1. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo sexo, Caconde/SP, 2000 e 2010

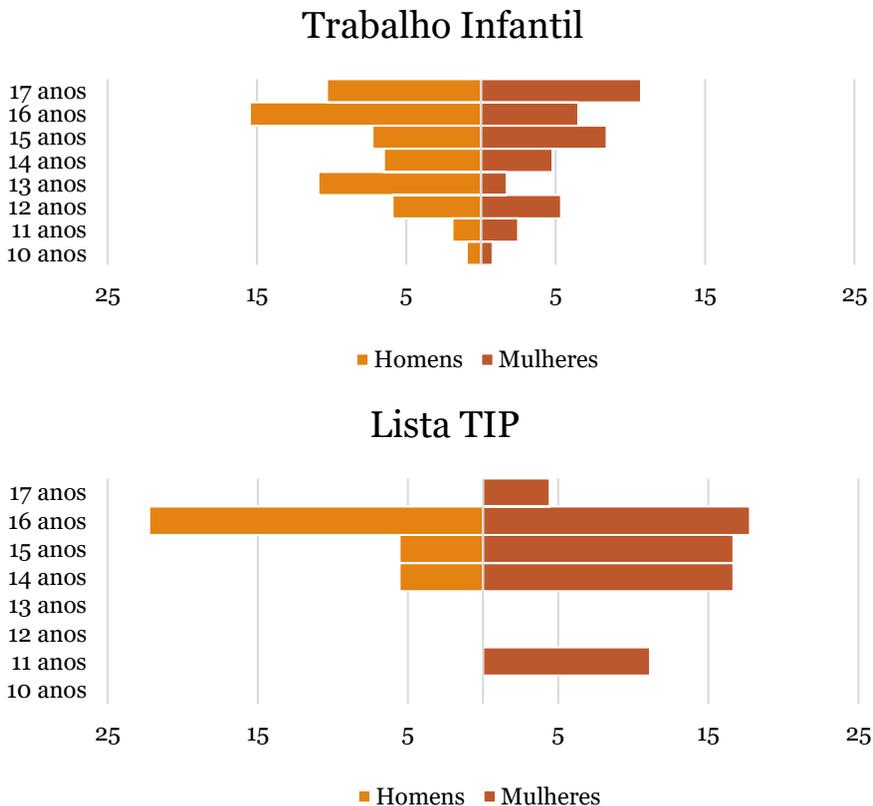


Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Restringindo a análise para dados do Censo Demográfico 2010 da população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo idade e sexo, observa-se maior participação das últimas idades – sobretudo no que tange a lista TIP, cujos casos se concentram entre 14 e 16 anos. Além disso, o sexo masculino se destaca quando se analisa o trabalho infantil, enquanto a representatividade do sexo feminino é absolutamente maior quando se analisa a lista TIP (Gráfico 2).

Gráfico 2. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo idade e sexo, Caconde/SP, 2010

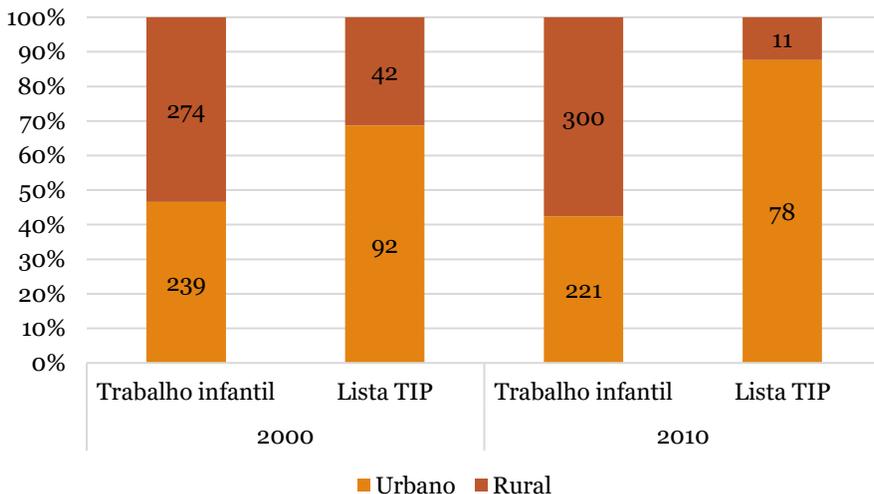


Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Quando a base de reflexão é a situação de domicílio, observa-se que a maior parte da exploração de trabalho infantil acontece na zona rural, enquanto a maior parte da lista TIP vincula-se ao urbano. Em 2000, dos 513 registros de trabalho infantil, 274 (53,41%) vinculam-se à zona rural e 239 (46,59%) vinculam-se ao urbano; e, dos 134 registros que compunham a lista TIP, 92 (68,66%) vinculam-se ao urbano e 42 (31,34%) vinculam-se à zona rural. Em 2010, dos 521 registros de trabalho infantil, 300 (57,58%) vinculam-se à zona rural e 221 (42,42%) vinculam-se ao urbano; e, dos 89 registros que compunham a lista TIP, 78 (87,64%) vinculam-se ao urbano e 11 (12,36%) vinculam-se à zona rural. Estabelecendo uma comparação entre 2000 e 2010, observa-se, para a exploração do trabalho infantil, um aumento percentual da importância do meio rural – de 53,41 em 2000 para 57,58 em 2010 – e, para as piores formas de trabalho infantil, um percentual da importância do meio urbano – 68,66% em 2000 para 87,64% em 2010 (Gráfico 3).

Gráfico 3. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo situação de domicílio, Caconde/SP, 2000 e 2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

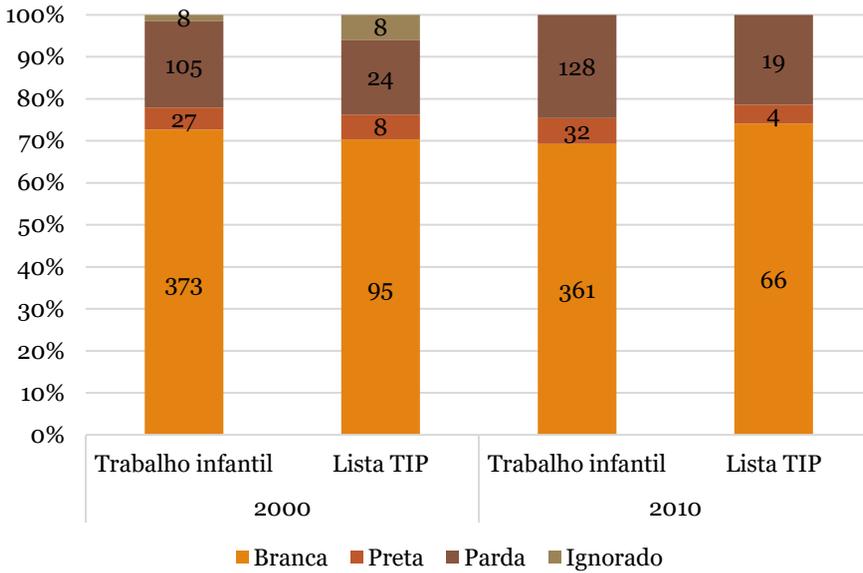
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

No quesito raça/cor, para dados dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010, observa-se maior participação de brancos tanto na exploração de trabalho infantil, quanto nas piores formas de trabalho infantil, seguidos, primeiro por pardos, depois por pretos. Em 2000, dos 513 submetidos ao trabalho infantil, 373 (72,71%) eram brancos, 105 (20,47%) eram pardos, 27 (5,26%) eram pretos e 8 (1,56%) constavam entre os que tinham a raça/cor ignorada; e, dos 135 submetidos às piores formas de trabalho infantil, 95 (70,38%) eram brancos, 24 (17,78%) eram pardos, 8 (5,92%) eram pretos e 8 (5,92%) constavam entre os que tinham a raça/cor ignorada. Em 2010, dos 521 submetidos ao trabalho infantil, 361 (69,29%) eram brancos, 128 (24,57%) eram pardos, e 32 (6,14%) eram pretos; e, dos 89 submetidos às piores formas de trabalho infantil, 66 (74,16%) eram brancos, 19 (21,35%) eram pardos, e 4 (4,49%) eram pretos (Gráfico 4).

Pode-se perceber ainda que, de 2000 para 2010, no que tange a exploração de trabalho infantil, houve queda da representatividade de brancos – de 72,71% em 2000 para 69,29% em 2010 – e aumento da de pardos – de 20,47% em 2000 para 24,57% em 2010 – e da de pretos – de 5,26% em 2000 para 6,14% em 2010. Já no que tange as piores formas de trabalho infantil, percebe-se, de 2000 para 2010, aumento da representatividade de brancos – de 70,38% em 2000 para 74,16% em 2010 – e da de pardos – de 17,78% em 2000 para 21,35% em 2010 –, com queda da representatividade de pretos – de 5,92% em 2000 para 4,49% em 2010 (Gráfico 4).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 4. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo raça/cor, Caconde/SP, 2000 e 2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Quando analisamos a frequência à escola da população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, para dados dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010, observa-se que a maior parte deles frequentava uma escola da rede pública, seguidos, primeiro, pelos que não se encontravam frequentando, mas já frequentaram e, depois, pelos que frequentavam uma escola da rede particular de ensino (Gráfico 5).

Em 2000, dos 513 submetidos ao trabalho infantil, 271 (52,83%) frequentavam a rede pública de ensino, 220 (42,89%) não se encontravam frequentando uma escola, mas já haviam frequentado alguma, 11 (2,14%) frequentavam a rede particular de ensino e 11 (2,14%) nunca haviam frequentado uma escola; e, dos 134 submetidos às piores formas de trabalho infantil, 98 (73,13%) frequentavam a rede pública de ensino, 14 (10,45%) não se encontravam frequentando uma escola, mas já haviam

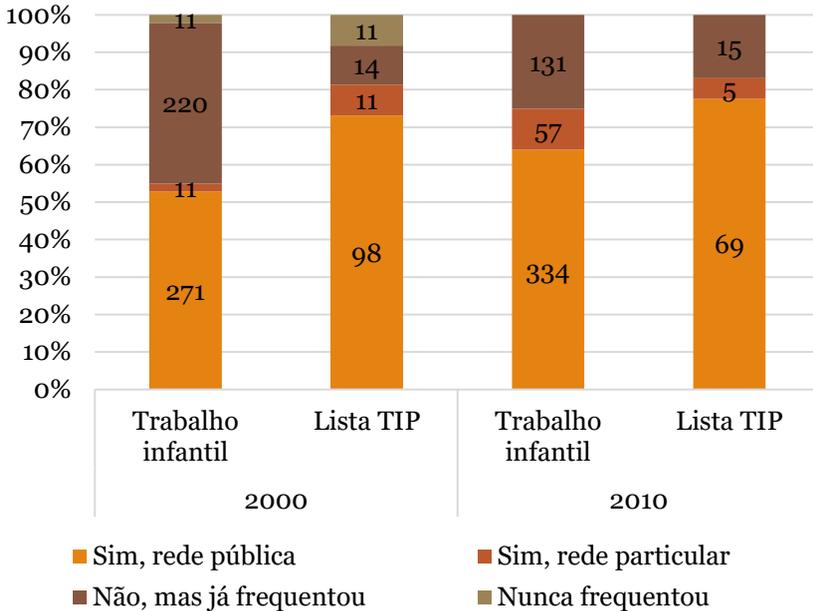
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

frequentado alguma, 11 (8,20%) frequentavam a rede particular de ensino e 11 (8,20%) nunca haviam frequentado uma escola. Em 2010, entre a população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, todos já haviam frequentado ou estavam frequentando uma escola. Dos 522 submetidos ao trabalho infantil, 334 (63,98%) frequentavam a rede pública de ensino, 131 (25,10%) não se encontravam frequentando uma escola, mas já haviam frequentado alguma, e 57 (10,92%) frequentavam a rede particular de ensino; e, dos 89 submetidos às piores formas de trabalho infantil, 69 (77,53%) frequentava a rede pública de ensino, 15 (16,85%) não se encontravam frequentando uma escola, mas já haviam frequentado alguma, e 5 (5,62%) frequentavam a rede particular de ensino (Gráfico 5).

Pode-se perceber ainda que, de 2000 para 2010, houve aumento da participação dos que frequentam a rede pública, tanto para a população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil – de 52,83% em 2000 para 63,98% em 2010 –, quanto para as piores formas de trabalho infantil – de 73,13% em 2000 para 77,53% em 2010. Entre os submetidos ao trabalho infantil e que não se encontravam frequentando uma escola, mas já haviam frequentado alguma, observa-se, de 2000 para 2010, uma queda importante – de 42,89% em 2000 para 25,10% em 2010 –; porém, observa-se aumento entre os submetidos às piores formas de trabalho infantil e que não se encontravam frequentando uma escola, mas já haviam frequentado alguma – de 10,45% em 2000 para 16,85% em 2010. Finalmente, entre os submetidos ao trabalho infantil e que frequentavam a rede particular de ensino, observa-se, de 2000 para 2010, um considerável aumento – de 2,14% em 2000 para 10,92% em 2010 –; porém, observa-se queda entre os submetidos às piores formas de trabalho infantil e que frequentavam a rede particular de ensino – de 8,20% em 2000 para 5,62% em 2010. Como já mencionado, apesar de, em 2000, 2,14% da população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e 8,20% dos submetidos às piores formas de trabalho infantil nunca terem tido a oportunidade de frequentar uma escola, em 2010 não havia representantes nesta situação (Gráfico 5).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 5. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo frequência à escola, Caconde/SP, 2000 e 2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Quando o foco se volta para setor de atividade, observa-se um destaque para “agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca”, que concentrava 63,74% da exploração de trabalho infantil em 2000 (327 de um total de 513), com aumento dessa concentração em 2010 para 65,45% (341 de um total de 521). “Serviços” compreende a 2ª maior atividade responsável pela exploração do trabalho infantil, tanto em 2000 (ocupando 63 de um total de 513, ou 12,28%), quanto em 2010 (ocupando 90 de um total de 521, ou 17,27%). Também esta última atividade teve a sua participação aumentada de 2000 para 2010. “Construção” é a terceira atividade responsável pela exploração do trabalho infantil em 2000 (ocupando 53 de um total de 513, ou 10,33%), mas perde importância em 2010 (ocupando a 5ª posição, empregando 16 de um total de 521, ou 3,07%). “Serviços domésticos” ocupam a 4ª posição enquanto

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

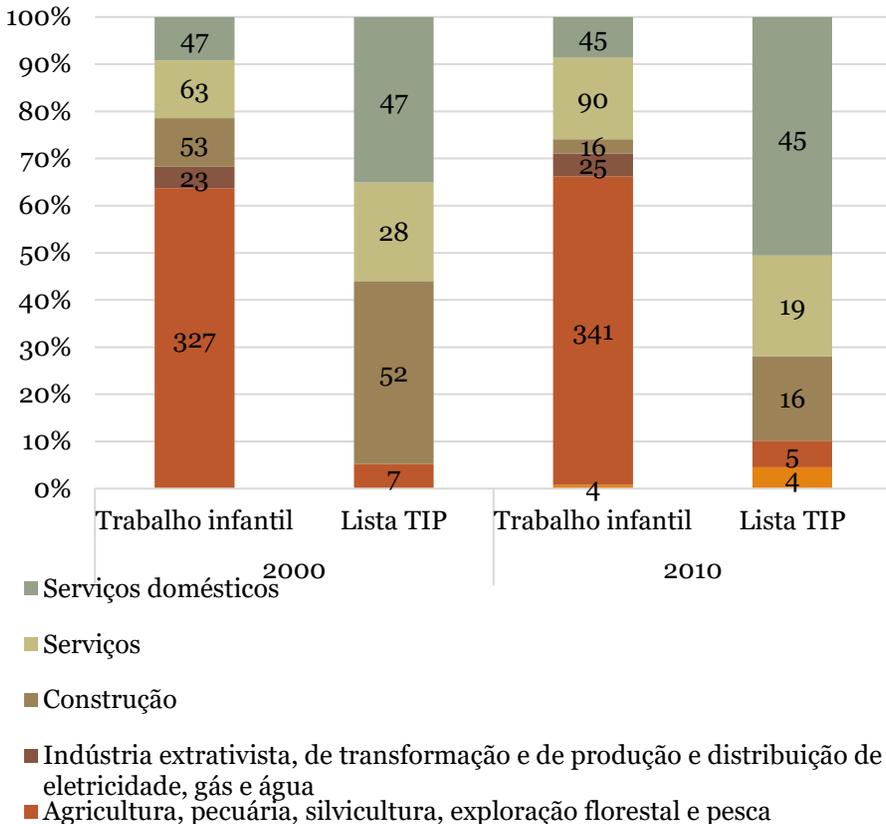
atividade responsável pela exploração do trabalho infantil em 2000 (empregando 47 de um total de 513, ou 9,16%), e ganha importância em 2010 (passando a ocupar a 3ª posição, ao empregar 45 de um total de 521, ou 8,64%). “Indústria extrativista, de transformação e de produção e distribuição de eletricidade, gás e água” ocupam a quinta e última posição enquanto atividade responsável pela exploração do trabalho infantil em 2000 (empregando 23 de um total de 513, ou 4,48%), e ganha importância em 2010 (ocupando a 4ª posição, e não mais a última como em 2000, ao empregar 25 de um total de 521, ou 4,80%). Há ainda uma classificação, entre as listadas pelo Censo Demográfico 2010, identificada como “atividades mal classificadas”, compreendendo os demais 4 registros do total de 521, ou 0,77%. Esta última não aparece no Censo Demográfico 2000 (Gráfico 6).

Realizando esta mesma análise, com foco no setor de atividade, mas observando a população de 10 a 17 anos submetida às piores formas de trabalho infantil, observa-se, em 2000, o destaque para o setor de “Construção” (ocupando 52 de um total de 134, ou 38,81%), que perde importância nessa exploração em 2010 (passando a ocupar a 3ª posição, ao empregar 16 de um total de 89, ou 17,98%). “Serviços domésticos” ocupam a 2ª posição enquanto atividade responsável pela exploração das piores formas de trabalho infantil em 2000 (empregando 47 de um total de 134, ou 35,07%), e ganha importância em 2010 (passando a ocupar a 1ª posição, ao empregar 45 de um total de 89, ou 50,56%). “Serviços” compreende a 3ª maior atividade responsável pela exploração das piores formas de trabalho infantil em 2000 (ocupando 28 do total de 134, ou 20,90%), enquanto em 2010 ocupa a 2ª posição (empregando 19 de 89, ou 21,35%). “Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca”, que concentrava a maior parcela de exploração de trabalho infantil em 2000, é a menor responsável pela exploração das piores formas de trabalho infantil neste mesmo Censo Demográfico (7 de 134, ou 5,22%), e tem sua proporção praticamente mantida, apesar de ligeiramente aumentada, em 2010 (quando ocupa a 4ª posição, empregando 5 de 89, ou 5,62%). A classificação identificada como “atividades mal

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

classificadas” pelo Censo Demográfico 2010 compreende os demais 4 registros do total de 89, ou 4,49%. Esta última não aparece no Censo Demográfico 2000 (Gráfico 6).

Gráfico 6. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo setor de atividade, Caconde/SP, 2000 e 2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Analisando a população de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo tipo de trabalho, observa-se a predominância do trabalho remunerado sobre os demais tipos de trabalho – ajuda de trabalho remunerado de morador do domicílio e trabalho para

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

autoconsumo. Isso acontece em ambos os anos sob análise – 2000 e 2010 (Gráfico 7).

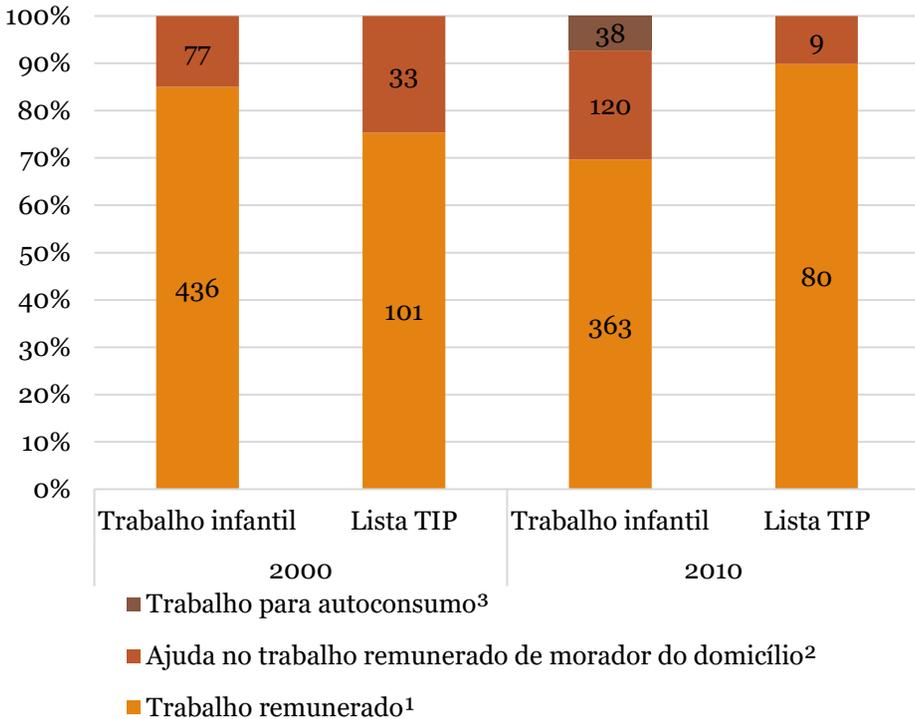
Em 2000, o trabalho remunerado representava 436 dos 513 registros de trabalho infantil (ou 85% deles) e a ajuda de trabalho remunerado de morador do domicílio representava 77 dos 513 registros (ou 15% deles). Em 2010, observa-se queda percentual da importância do trabalho remunerado, que passa a representar 363 dos 521 registros (ou 69,67% deles), enquanto a ajuda de trabalho remunerado de morador do domicílio ganha importância percentual, passando a representar 120 dos 521 registros (ou 23,03% deles) e, além desses dois tipos, aparecem registros de trabalho para autoconsumo, 38 dos 521 (ou 7,30%) (Gráfico 7).

No que tange à Lista TIP, em 2000, o trabalho remunerado representava 101 dos 134 registros das piores formas de trabalho infantil (ou 75,37% deles) e a ajuda de trabalho remunerado de morador do domicílio representava 33 dos 134 registros (ou 24,63% deles). Em 2010, ao contrário do que aconteceu em relação ao trabalho infantil, observa-se aumento percentual da importância do trabalho remunerado, que passa a representar 80 dos 89 registros (ou 89,89% deles), enquanto a ajuda de trabalho remunerado de morador do domicílio perde importância percentual, passando a representar 9 dos 89 registros (ou 10,11% deles). Nos dados referentes à Lista TIP de 2000 e de 2010, não há registros de trabalho para autoconsumo (Gráfico 7).

Grifa-se ainda que, entre 2000 e 2010, observou-se aumento, em termos absolutos, dos registros de exploração de trabalho infantil – de 513 em 2000, para 521 em 2010. Por outro lado, houve queda, também em termos absolutos, dos registros das piores formas de trabalho infantil – de 134 em 2000, para 89 em 2010 (Gráfico 7).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 7. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo tipo de trabalho, Caconde/SP, 2000 e 2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Voltando-nos para as horas trabalhadas por semana pela população de Caconde-SP de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, pode-se observar, de 2000 para 2010, queda dos registros das maiores cargas de trabalho e aumento das menores. No que tange ao trabalho infantil, em 2000, 207 dos 513 registros (ou 40,35%) referiam-se a mais de 45 horas de trabalho semanal, 73 (ou 14,23%) referiam-se a um carga de trabalho de 41 a 44 horas semanais, 98 (ou 19,10%) referiam-se a um carga de trabalho de 31 a 40 horas semanais, 56 (ou 10,92%) referiam-se a um carga de trabalho de 21 a 30 horas semanais, 61 (ou 11,89%) referiam-se a um carga de trabalho de 11 a 20 horas semanais, e 18 (ou

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

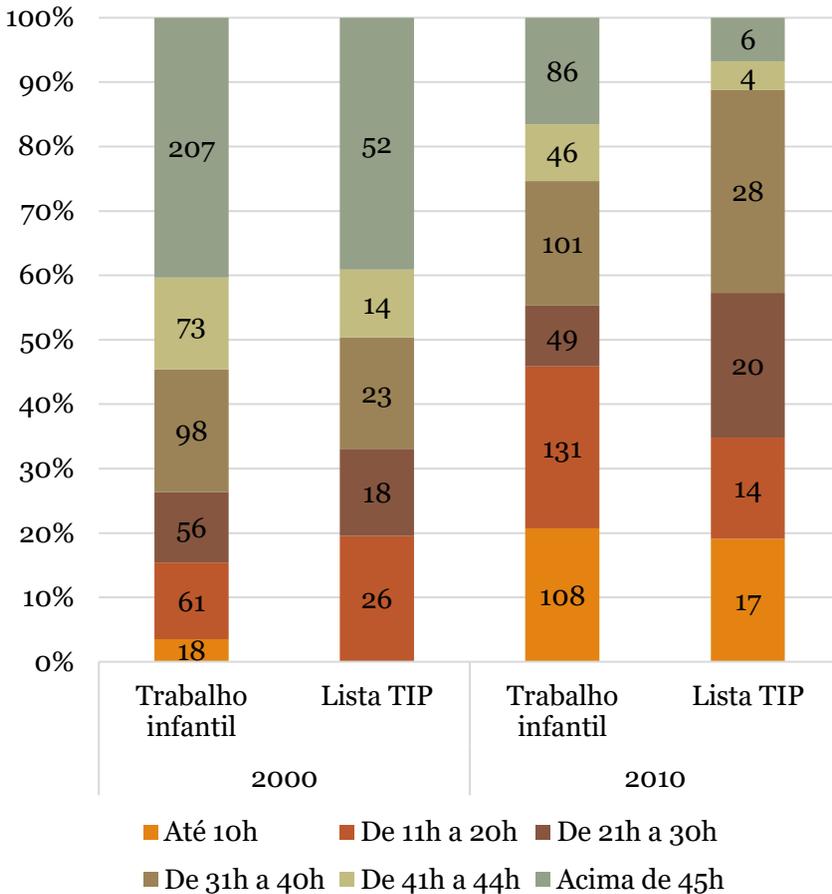
3,51%) referiam-se a um carga de trabalho de até 10 horas semanais. Em 2010, 86 dos 521 registros (ou 16,51) referiam-se a mais de 45 horas de trabalho semanal, revelando queda em relação aos 40,35% registrados em 2000; 46 (ou 8,82%) referiam-se a um carga de trabalho de 41 a 44 horas semanais, revelando queda em relação aos 14,23% registrados em 2000; 101 (ou 19,38) referiam-se a um carga de trabalho de 31 a 40 horas semanais, mantendo-se bem próximos dos 19,10% registrados em 2000; 49 (ou 9,40) referiam-se a um carga de trabalho de 21 a 30 horas semanais, revelando queda em relação aos 10,92% registrados em 2000; 131 (ou 20,73) referiam-se a um carga de trabalho de 11 a 20 horas semanais, revelando aumento em relação aos 11,89% registrados em 2000; e 108 (ou 20,73) referiam-se a um carga de trabalho de até 10 horas semanais, revelando grande aumento em relação aos 3,51% registrados em 2000 (Gráfico 8).

No que tange às piores formas de trabalho infantil, pode-se observar, em 2000, que 52 dos 133 registros (ou 39,10%) referiam-se a mais de 45 horas de trabalho semanal, 14 (ou 10,53%) referiam-se a um carga de trabalho de 41 a 44 horas semanais, 23 (ou 17,29%) referiam-se a um carga de trabalho de 31 a 40 horas semanais, 18 (ou 13,53%) referiam-se a um carga de trabalho de 21 a 30 horas semanais, e 26 (ou 19,55%) referiam-se a um carga de trabalho de 11 a 20 horas semanais. Em 2000, não há registros de carga de trabalho de até 10 horas semanais na lista TIP. Em 2010, 9 dos 89 registros (ou 6,74%) referiam-se a mais de 45 horas de trabalho semanal, revelando intensa queda em relação aos 39,10% registrados em 2000; 4 (ou 4,49%) referiam-se a um carga de trabalho de 41 a 44 horas semanais, revelando também uma queda em relação aos 10,53% registrados em 2000; 28 (ou 31,46%) referiam-se a um carga de trabalho de 31 a 40 horas semanais, revelando aumento em relação aos 17,29% registrados em 2000; 20 (ou 22,47%) referiam-se a um carga de trabalho de 21 a 30 horas semanais, revelando também um aumento em relação aos 13,53% registrados em 2000; 14 (ou 15,73%) referiam-se a um carga de trabalho de 11 a 20 horas semanais, revelando queda em relação aos 19,55 registrados em 2000. Em 2010, ao contrário de 2000, há 17 registros de carga de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

trabalho de até 10 horas semanais na lista TIP, que correspondem a 19,10% do total (Gráfico 8).

Gráfico 8. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, horas médias trabalhadas por semana, Caconde/SP, 2000 e 2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Nota: No Censo de 2000, utilizou-se a variável V4534 (número inteiro de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos - trabalho principal e demais trabalhos). Já no Censo 2010, utilizou-se a variável V0653 (total de horas trabalhadas no trabalho principal).

Quando se analisa o rendimento no trabalho principal, em salários-mínimos, da população de Caconde-SP de 10 a 17

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, pode-se observar, tanto em 2000 quanto em 2010, a concentração dos registros em até 1 salário-mínimo: este valor era recebido por 52,44% dos que se encontravam submetidos ao trabalho infantil em 2000 e 50,86% deles em 2010, bem como por 60,45% dos que se encontravam na lista TIP em 2000 e 69,66% deles em 2010 (Gráfico 9).

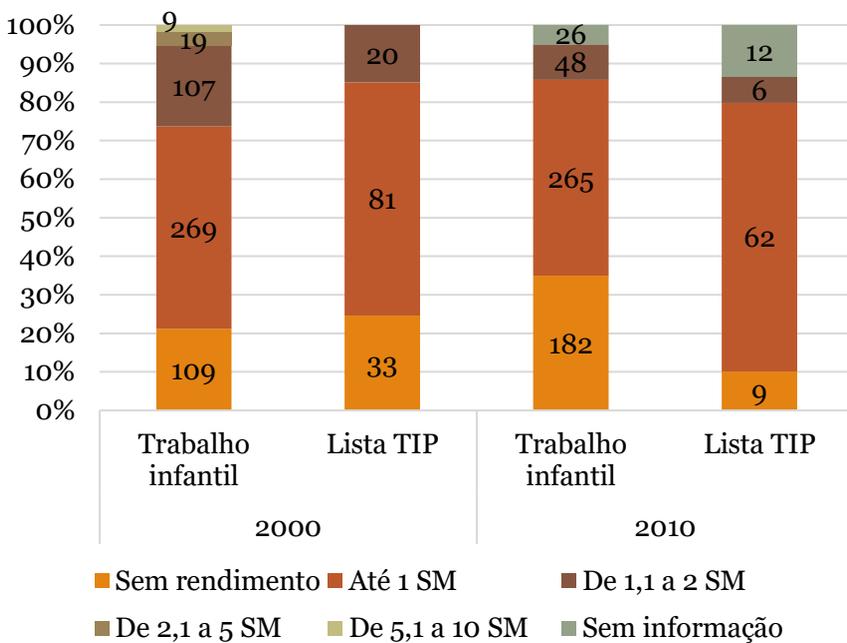
Em 2000, dos 513 registros de trabalho infantil: 9 (ou 1,75%) recebiam de 5,1 a 10 salários-mínimos; 19 (ou 3,70%) recebiam de 2,1 a 5 salários-mínimos; 107 (ou 20,86%) recebiam de 1,1 a 2 salários-mínimos; 269 (ou 52,44%) recebiam até 1 salário-mínimo; e 109 (ou 21,25%) não tinham qualquer rendimento. Em 2010, observa-se aumento do número absoluto de registros de trabalho infantil, que passam de 513 para 521. Desses 521: 26 (ou 4,99%) não apresentam informação acerca do rendimento no trabalho principal; não há registros de recebimento de 5,1 a 10 salários-mínimos, nem de 2,1 a 5 salários-mínimos; 48 (ou 9,21%) recebiam de 1,1 a 2 salários-mínimos, o que revela redução em relação aos 20,86% que recebiam esse valor em 2000; 265 (ou 50,86%) recebiam até 1 salário-mínimo, o que revela pequena redução em relação aos 52,44% que recebiam esse valor em 2000; e 182 (ou 34,93%) não tinham qualquer rendimento, o que revela considerável aumento em relação aos 21,25% que também não tinham rendimento em 2000 (Gráfico 9).

No que tange às piores formas de trabalho infantil, pode-se observar que, em 2000, não há registros de recebimento de 5,1 a 10 salários-mínimos, nem de 2,1 a 5 salários-mínimos. Dos 134 registros da Lista TIP deste ano: 20 (ou 14,93%) recebiam de 1,1 a 2 salários-mínimos; 81 (ou 60,45%) recebiam até 1 salário-mínimo; e 33 (ou 24,63%) não tinham qualquer rendimento. Ao contrário do que se observou para o trabalho infantil, observa-se, de 2000 para 2010, redução do número absoluto de registros das piores formas de trabalho infantil, que passam de 134 para 89. Desses 89: 12 (ou 13,48%) não apresentam informação acerca do rendimento no trabalho principal; não há registros de recebimento de 5,1 a 10 salários-mínimos, nem de 2,1 a 5 salários-mínimos; 6 (ou 6,74%) recebiam de 1,1 a 2 salários-mínimos, o que revela considerável redução em relação aos

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

14,93% que recebiam esse valor em 2000; 62 (ou 69,66%) recebiam até 1 salário-mínimo, o que revela pequeno aumento em relação aos 60,45% que recebiam esse valor em 2000; e 9 (ou 10,11%) não tinham qualquer rendimento, o que revela queda em relação aos 24,63% que também não tinham rendimento em 2000 (Gráfico 9).

Gráfico 9. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo rendimento no trabalho principal, em salários-mínimos, Caconde/SP, 2000 e 2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Quando se analisa a posição na ocupação da população de Caconde-SP de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, pode-se observar, tanto em 2000 quanto em 2010, a concentração dos registros como empregado sem carteira assinada: esta era a posição ocupada por 77,19% dos que se encontravam submetidos ao trabalho infantil em 2000 e 50,67 % deles em 2010, bem como por 65,67% dos

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

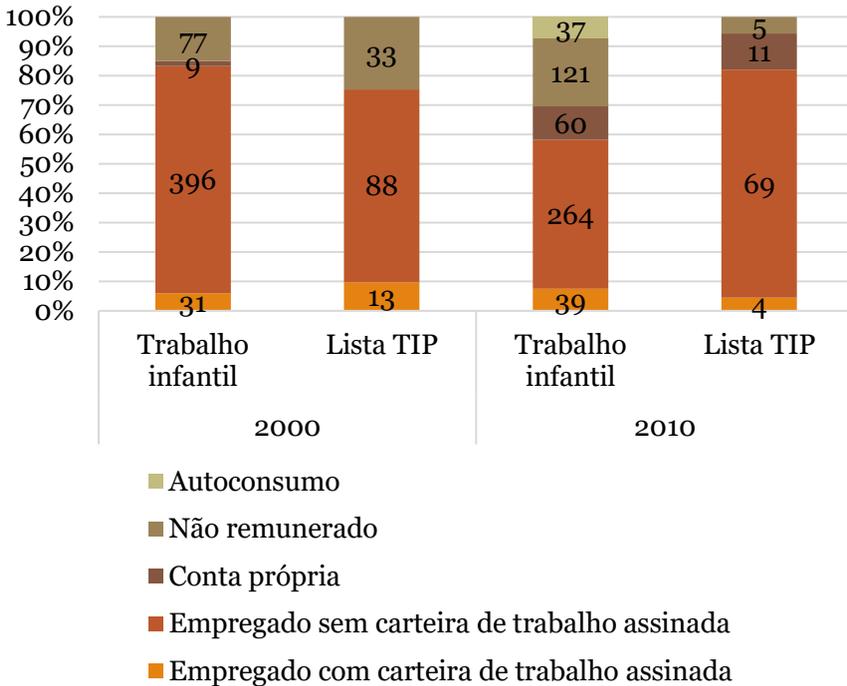
que se encontravam na lista TIP em 2000 e 77,53% deles em 2010 (Gráfico 10).

Em 2000, dos 513 registros de trabalho infantil: 77 (ou 15,01%) não eram remunerados; 9 (ou 1,75%) trabalhavam por conta própria; 396 (ou 77,19%) eram empregados sem carteira assinada; e 31 (ou 6,04%) eram empregados com carteira assinada. Em 2010, dos 521 registros de trabalho infantil: 37 (ou 7,10%) trabalhavam para autoconsumo, o que não aparece em 2000; 121 (ou 23,22%) não eram remunerados, revelando aumento em relação aos 15,01% registrados em 2000; 60 (ou 11,62%) trabalhavam por conta própria, revelando considerável aumento em relação aos 1,75% registrados em 2000; 264 (ou 50,67%) eram empregados sem carteira assinada, revelando queda em relação aos 77,19% registrados em 2000; e 39 (ou 7,49%) eram empregados com carteira assinada, revelando pequeno aumento em relação aos 6,04% registrados em 2000 (Gráfico 10).

No que tange às piores formas de trabalho infantil, pode-se observar que, em 2000, não há registros de ocupação por conta própria. Dos 134 registros da Lista TIP deste ano: 33 (ou 24,63%) não eram remunerados; 88 (ou 65,67%) eram empregados sem carteira assinada; e 13 (ou 9,70%) eram empregados com carteira assinada. Já em 2010, há 11 (ou 12,36%) registros de ocupação por conta própria na Lista TIP. Além desses, há 5 (ou 5,62%) registros de trabalho não remunerado, revelando considerável queda em relação aos 24,63% registrados em 2000; 69 (ou 77,53%) de empregos sem carteira assinada, revelando aumento em relação aos 65,67% registrados em 2000; e 4 (ou 4,49%) com carteira assinada, revelando queda em relação aos 9,70% registrados em 2000 (Gráfico 10).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 10. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo posição na ocupação, Caconde/SP, 2000 e 2010



¹ O trabalho para autoconsumo está apresentado como casos em branco no recenseamento de 2010, para esse quesito.

² Para fins de compatibilização com os dados de 2010, somou-se as seguintes categorias discriminadas no recenseamento de 2000: trabalhador doméstico com carteira assinada e empregado com carteira assinada

³ Para fins de compatibilização com os dados de 2010, somou-se as seguintes categorias discriminadas no recenseamento de 2000: trabalhador doméstico sem carteira assinada e empregado sem carteira assinada

⁴ Para fins de compatibilização com os dados de 2010, somou-se as seguintes categorias discriminadas no recenseamento de 2000: aprendiz ou estágio sem remuneração e não remunerado em ajuda a membro do domicílio

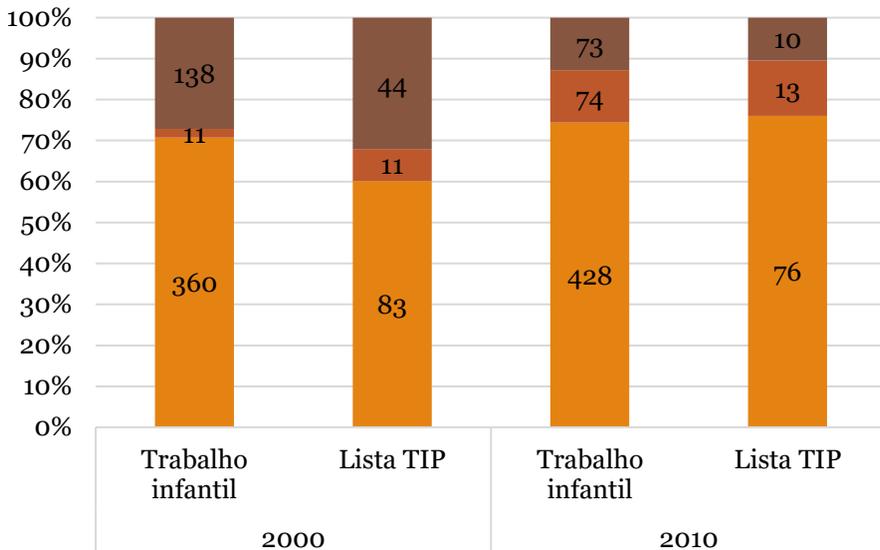
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Quando se analisa a população de Caconde-SP de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, em 2000 e em 2010, segundo a naturalidade, observa-se que a maior parte dos registros refere-se naturais do

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

município de residência, seguida por uma parcela intermediária composta por migrantes, que residem há menos de 10 anos no município e, finalmente, por uma parcela menor composta por não naturais, que não nasceram no município de residência (Gráfico 11).

Gráfico 11. População de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil e nas piores formas de trabalho infantil, segundo naturalidade, Caconde/SP, 2000 e 2010



- ¹ Essa categoria refere-se apenas às pessoas que nasceram no município onde foram recenseadas e sempre moraram nele
- Migrantes internacionais (não nascidos no Brasil)⁴
- Migrantes (residem há menos de 10 anos de residência)³
- Não-naturais (não nasceu no município de residência)²
- Naturais do município de residência¹

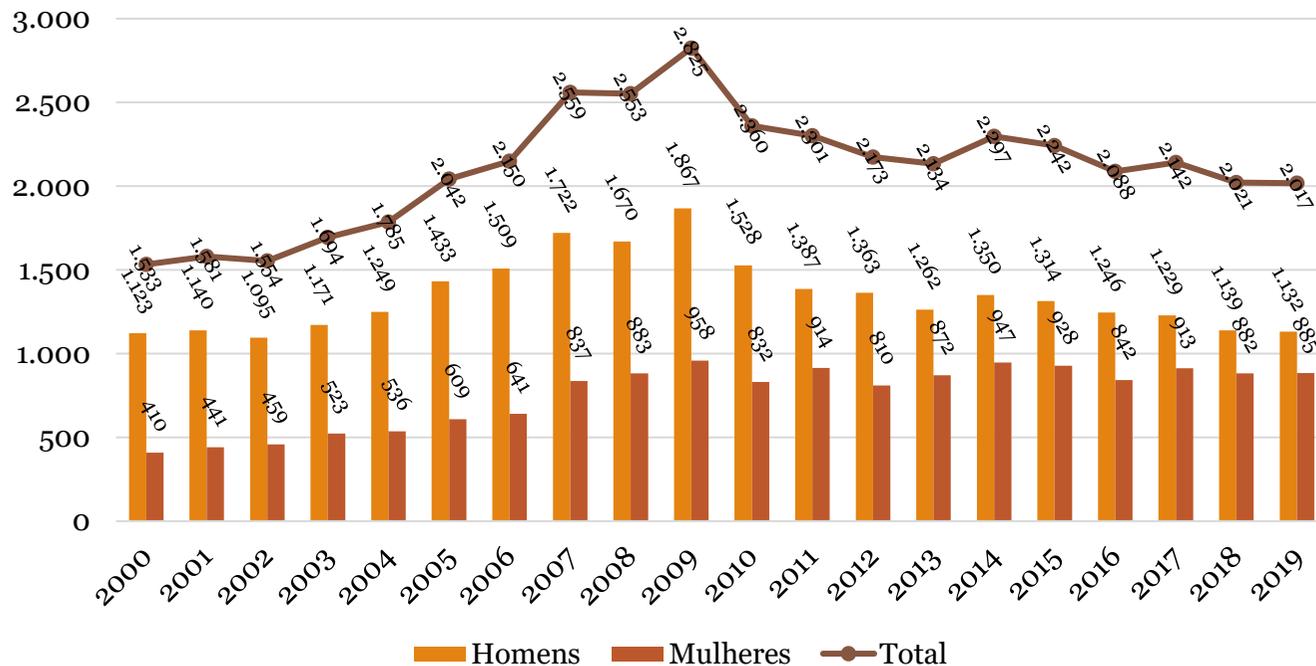
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Tendências recentes da população de 10 a 17 anos no mercado de trabalho formal

A presente sessão deste documento se baseia na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), considerando, em algumas análises, o período de 2000 a 2019 e, em outras, o período de 2010 a 2019. Esta fonte se apresenta como importante instrumento para gestão do setor do trabalho pela administração pública, uma vez que ela tem por objetivo prover dados referentes aos vínculos de empregos no mercado de trabalho formal. Optou-se por usar também esses registros disponíveis, buscando números recentes, o que permite uma leitura da evolução dos aspectos sob análise. Torna-se necessário registrar, porém, que essa fonte de dados apresenta apenas os vínculos laborais ativos de determinado período. Há, ainda, outra questão a ser levantada. Uma mesma pessoa pode ter mais de um vínculo empregatício formal, o que lhe garante mais de um registro na RAIS. Grifa-se ainda que, entre os vínculos de trabalho formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP, para jovens de 10 a 17 anos, não foram registrados imigrantes internacionais entre 2010 e 2019. Além disso, entre os vínculos de trabalho formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 10 a 17 anos, não foram contabilizados desligamentos no ano.

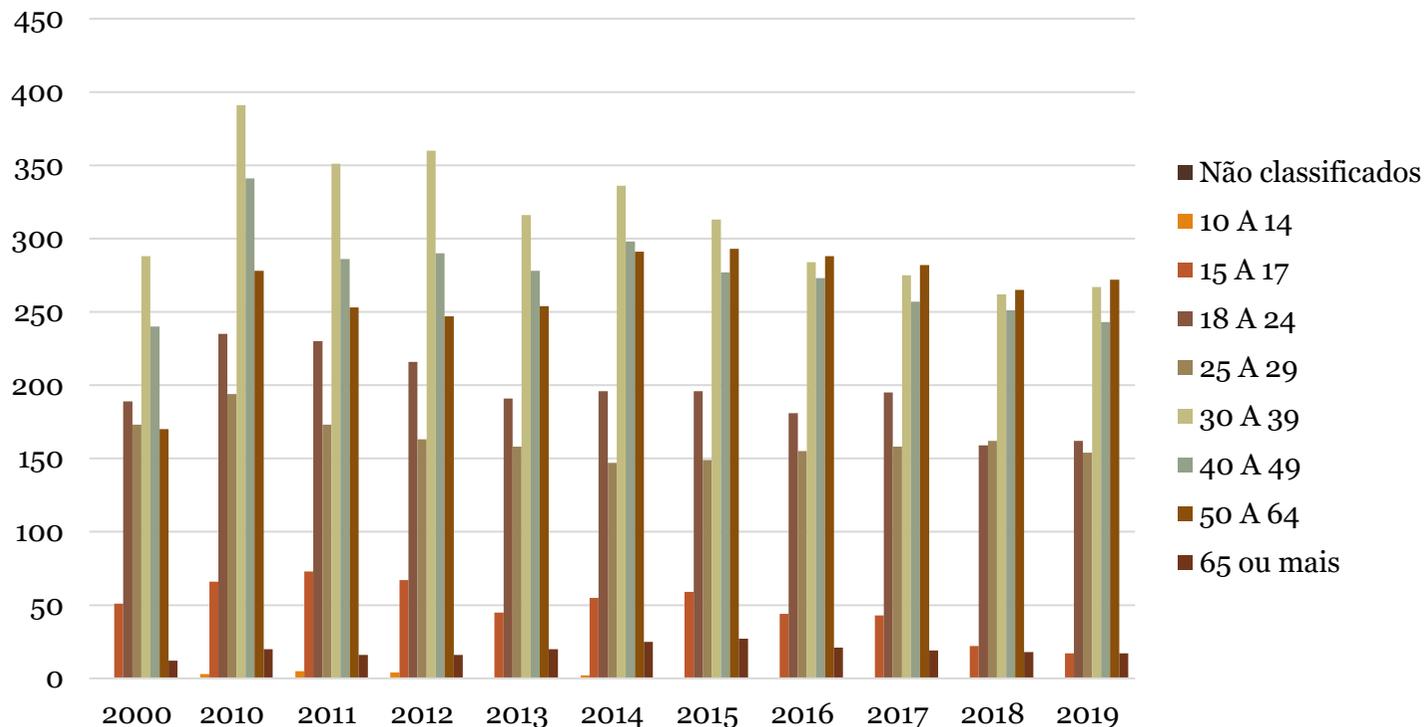
Guardadas essas breves ponderações, começamos a análise observando os vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP, segundo sexo e ano de registro, de 2000 a 2019. Há uma crescente participação de mulheres nesses vínculos, com pontuais exceções ao longo do período – apenas em 2010, 2012, 2015 e 2016 elas apresentaram registros maiores em relação ao ano anterior – ao contrário dos homens que, a partir de 2009, têm sua importância gradualmente diminuída. A proporção de mulheres cresce em relação à proporção de homens ao longo de todo o período. Finalmente, observa-se que até 2009 há quase constante crescimento de vínculos de empregos formais ativos em 31/12 neste município, quando os registros iniciam considerável queda (Gráfico 12). Essa leitura pode ser feita de forma mais detida observando a sua estratificação em faixas etárias considerando apenas os vínculos para homens (Gráficos 13), para mulheres (Gráfico 14) e para os vínculos totais (Gráfico 15).

Gráfico 12. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP, segundo sexo e ano de registro, 2000-2019



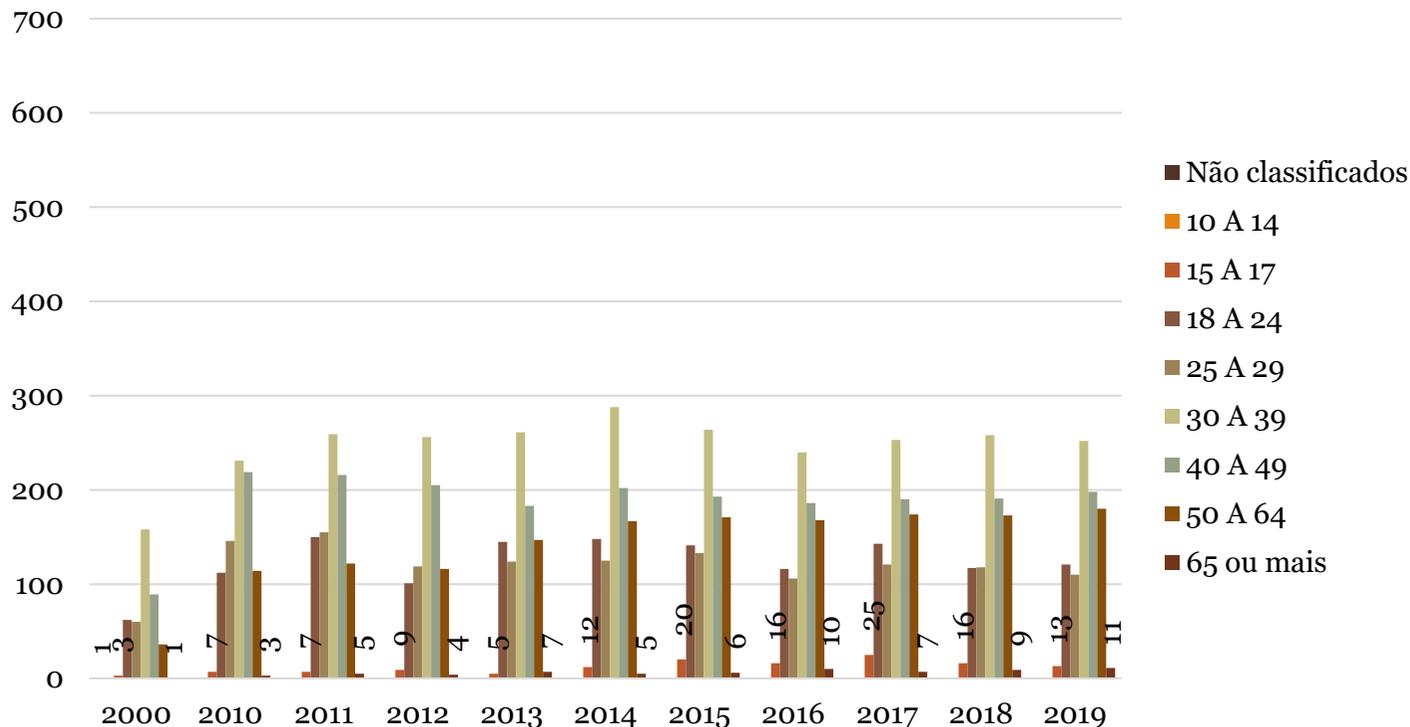
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Gráfico 13. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para homens, segundo faixas etárias e ano de registro, 2000-2019



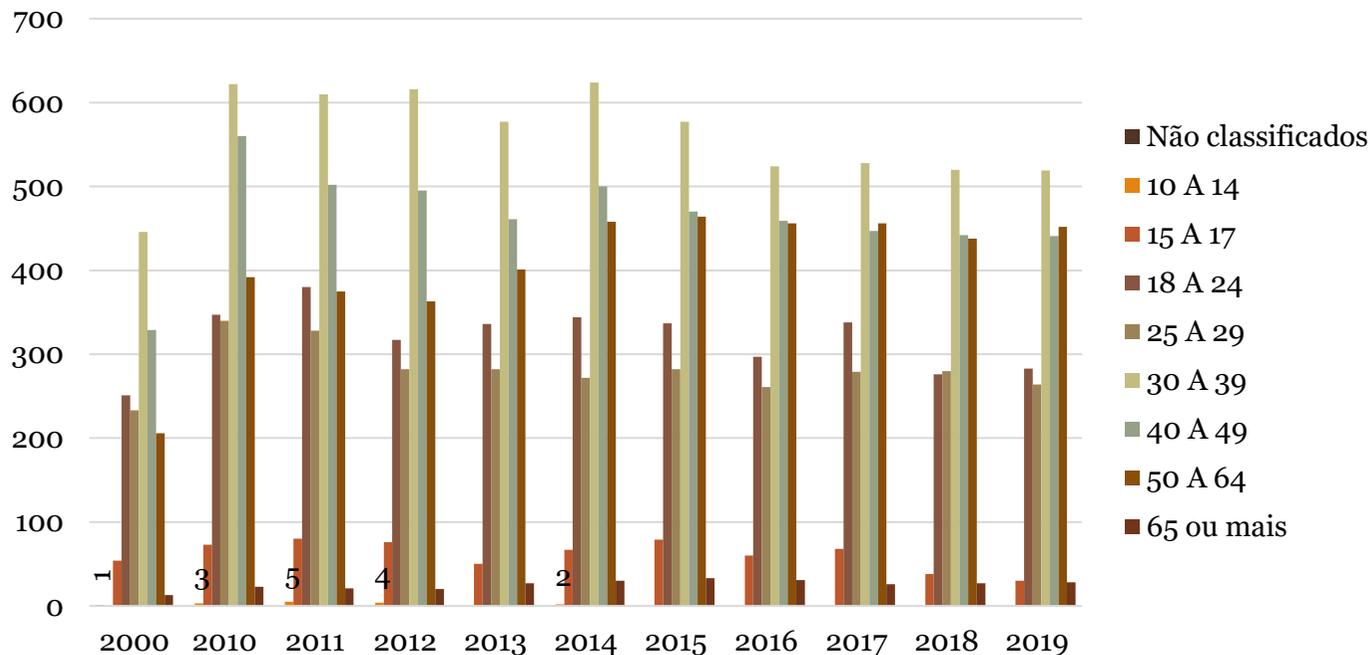
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Gráfico 14. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para mulheres, segundo faixas etárias e ano de registro, 2000-2019



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Gráfico 15. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP, segundo faixas etárias e ano de registro, 2000-2019



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Debruçando-nos mais detidamente sobre as faixas etárias mais jovens, observa-se, no período de 2010 a 2019, salvo pontuais exceções entre um ano e outro, queda da participação das idades de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos nos vínculos de empregos formais ativos em 31/12 de homens no município de Caconde-SP, em termos absolutos e percentuais, e aumento nos vínculos de mulheres. Enquanto a participação percentual de homens nessas faixas etárias era de 4,5% em 2010, a de mulheres era de 0,8%. Em 2019, essa participação de homens cai drasticamente, chegando a 1,5%, e a de mulheres cresce, alcançando esse mesmo percentual (Tabela 2).

Tabela 2. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP, segundo participação das faixas etárias mais jovens, 10 a 14 e 15 a 17 anos, no total e ano de registro, 2010-2019

Homens										
Faixas Etárias	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
10 A 14	3	5	4		2					
15 A 17	66	73	67	45	55	59	44	43	22	17
%	4,5	5,6	5,2	3,6	4,2	4,5	3,5	3,5	1,9	1,5
Total	1.528	1.387	1.363	1.262	1.350	1.314	1.246	1.229	1.139	1.132
Mulheres										
Faixas Etárias	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
10 A 14										
15 A 17	7	7	9	5	12	20	16	25	16	13
%	0,8	0,8	1,1	0,6	1,3	2,2	1,9	2,7	1,8	1,5
Total	832	914	810	872	947	928	842	913	882	885
Total										
Faixas Etárias	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
10 A 14	3	5	4		2					
15 A 17	73	80	76	50	67	79	60	68	38	30
%	3,2	3,7	3,7	2,3	3,0	3,5	2,9	3,2	1,9	1,5
Total	2.360	2.301	2.173	2.134	2.297	2.242	2.088	2.142	2.021	2.017

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Analisando agora os vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP, para jovens de 10 a 14 anos, no período de 2010 a 2019, segundo ocupações e ano de registro, observa-se a concentração dos registros em “escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos”. Há 3 registros em 2010, 5 em 2011, 4 em 2012, 2 em 2014, e os demais anos não possuem registros (Tabela 3).

Voltando esta mesma análise para jovens de 15 a 17 anos, observa-se maior variedade de ocupações e de anos de registro, apesar de “escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos” continuar se destacando entre as demais ocupações. Enquanto ela sustentava 100% dos registros para 10 a 14 anos, esta ocupação é responsável por 80,68% dos registros de vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 15 a 17 anos, no período de 2010 a 2019. Além desta ocupação, também se destacam: “Trabalhadores agrícolas nas culturas de plantas estimulantes e especiarias (exceto extração florestal)”, responsável por 3,86% dos registros; “Trabalhadores na exploração agropecuária em geral”, responsável por 3,06% dos registros; e “Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados”, também responsável por 3,06% dos registros (Tabela 4).

Tabela 3. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 10 a 14 anos, segundo ocupações e ano de registro, 2010-2019

Ocupações	20 10	20 11	20 12	20 13	20 14
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	3	5	4	0	2
Total	3	5	4	0	2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Tabela 4. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 15 a 17 anos, segundo ocupações e ano de registro, 2010-2019

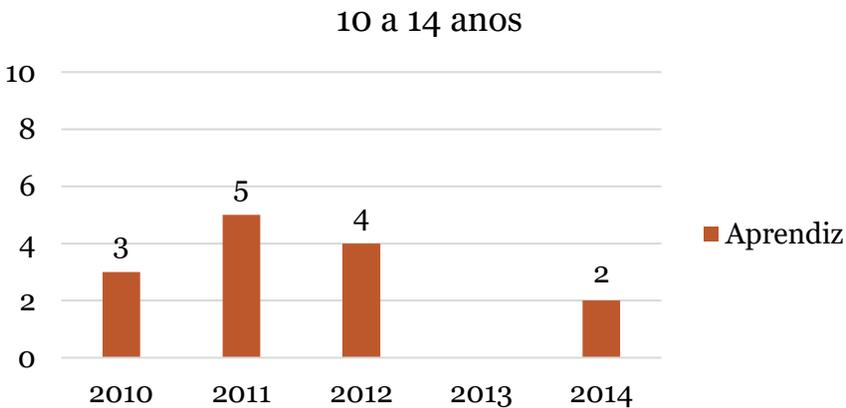
Ocupações	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alimentadores de linhas de produção	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Contínuos	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	52	54	60	37	53	67	57	61	34	26
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0
Magarefes e afins	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de materiais de construção	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Padeiros, confeitheiros e afins	4	2	1	0	0	2	0	0	0	0
Reparadores de carrocerias de veículos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Secretários executivos e bilíngues	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0
Técnicos de vendas especializadas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores agrícolas nas culturas de plantas estimulantes e especiarias (exceto extração florestal)	2	6	5	3	2	2	2	1	0	1
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia das indústrias têxteis	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores de apoio à agricultura	1	1	2	0	1	1	0	0	0	1
Trabalhadores de caldeiraria e serralheria	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	4	1	1	3	3	2	1	2	2	0
Trabalhadores na industrialização de café, cacau, mate e de produtos afins	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Trabalhadores na pecuária de grande porte	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	4	5	2	1	3	2	0	0	0	2
Total	73	80	76	50	67	79	60	68	38	30

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

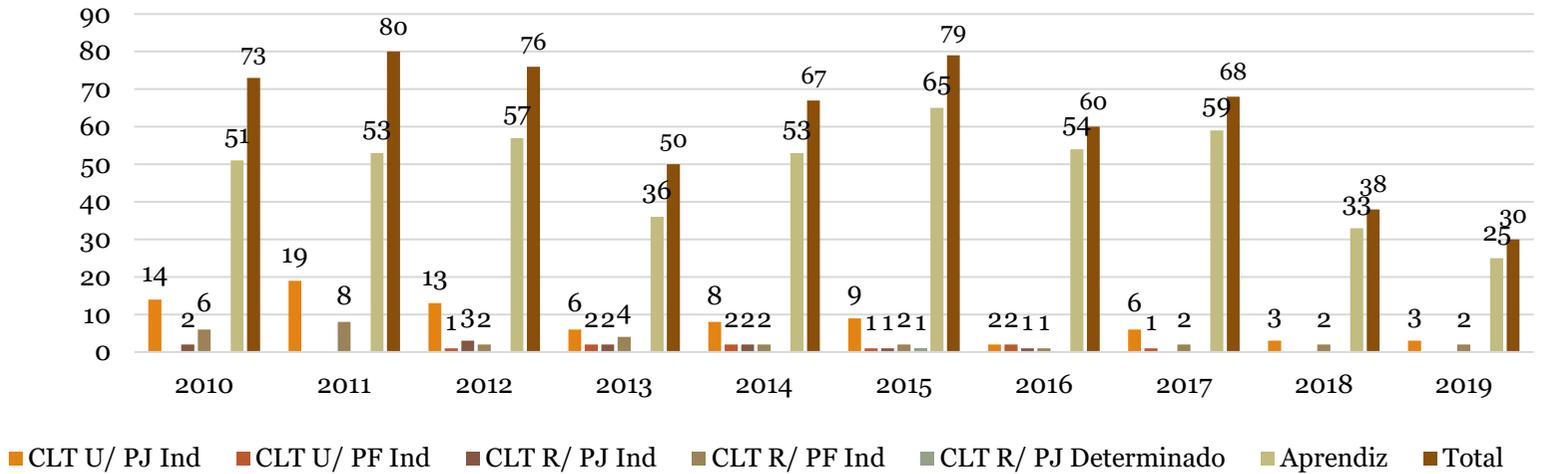
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Quanto ao tipo de vínculo de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP, para jovens de 10 a 14 anos, no período de 2010 a 2019, todos os registros são de “aprendiz”. Analisando os registros para jovens de 15 a 17 anos, observa-se que este tipo continua se destacando. Enquanto “aprendiz” sustentava 100% dos registros para 10 a 14 anos, este tipo de vínculo é responsável por 78,26% dos registros para jovens de 15 a 17 anos, no mesmo período (Gráfico 16).

Gráfico 16. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 10 a 14 e 15 a 17 anos, segundo tipo de vínculo e ano de registro, 2010-2019



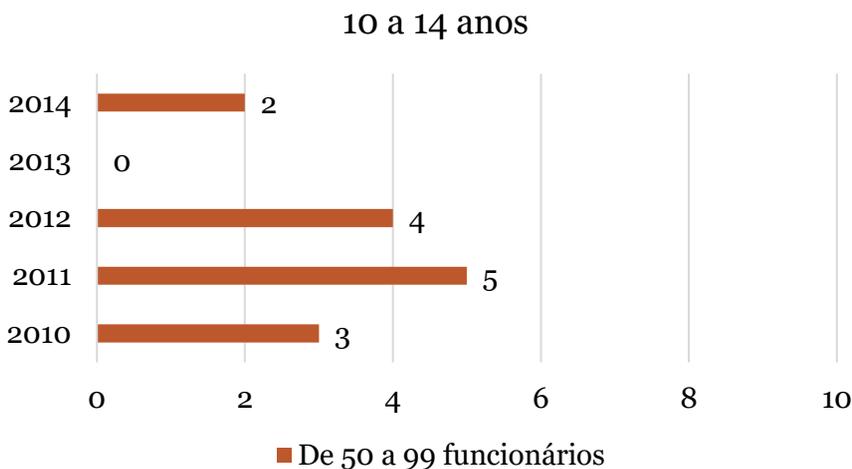
15 a 17 anos



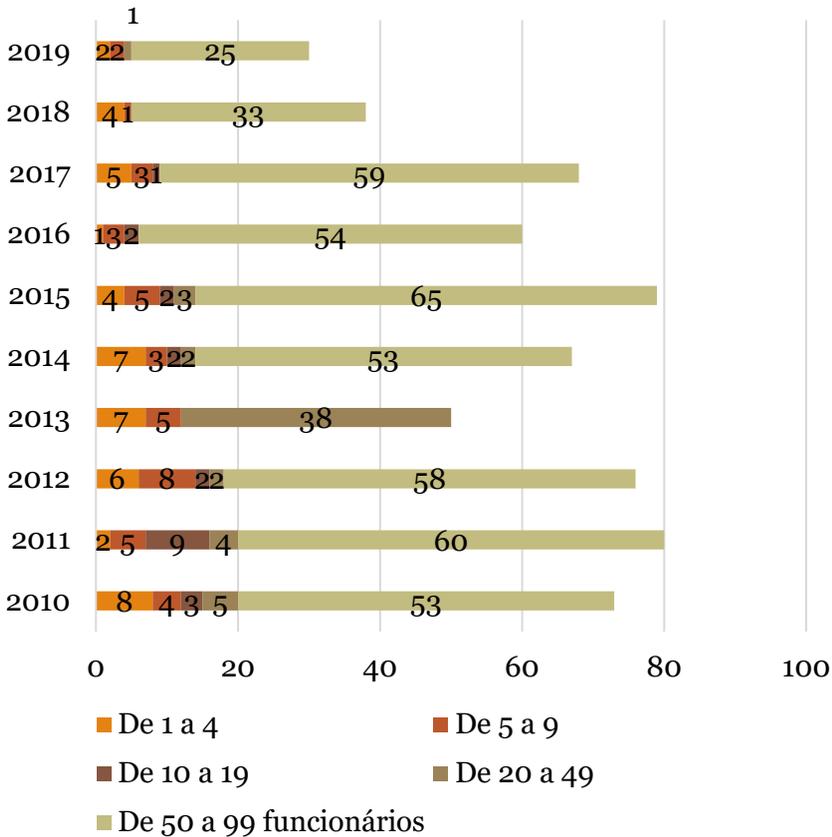
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Analisando agora os vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP, no período de 2010 a 2019, segundo tamanho do estabelecimento em número de funcionários e ano de registro, todos os registros para jovens de 10 a 14 anos são de estabelecimentos com 50 a 99 funcionários. Para jovens de 15 a 17 anos, observa-se que este tamanho de estabelecimento continua se destacando. Enquanto estabelecimentos com 50 a 99 funcionários sustentavam 100% dos registros para 10 a 14 anos, este mesmo tamanho é responsável por 74,07% dos registros para jovens de 15 a 17 anos, no mesmo período. Os demais registros para jovens de 15 a 17 anos referem-se a estabelecimentos com 20 a 49 funcionários (8,86% dos registros), com 10 a 19 funcionários (3,38% dos registros), com 5 a 9 funcionários (6,28% dos registros), e com 1 a 4 funcionários (7,41% dos registros) (Gráfico 17).

Gráfico 17. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 10 a 14 e 15 a 17 anos, segundo tamanho do estabelecimento em número de funcionários e ano de registro, 2010-2019



15 a 17 anos



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Analisando agora os vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP, para jovens de 10 a 14 anos, no período de 2010 a 2019, segundo subsetor econômico do IBGE e ano de registro, observa-se a concentração dos registros em “Serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação”. Há 3 registros em 2010, 5 em 2011, 4 em 2012, 2 em 2014, e os demais anos não possuem registros (Tabela 5).

Tabela 5. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 10 a 14 anos, segundo subsetor econômico do IBGE e ano de registro, 2010-2019

IBGE Subsetor	2010	2011	2012	2013	2014
Indústria de produtos minerais não metálicos	0	0	0	0	0
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	0	0	0	0	0
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. Técnico	0	0	0	0	0
Comércio Atacadista	0	0	0	0	0
Comércio Varejista	0	0	0	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	0	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	0	0	0	0	0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	0	0	0	0	0
Instituições de crédito, seguros e capitalização	0	0	0	0	0
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	3	5	4	0	2
Total	3	5	4	0	2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Voltando esta mesma análise para jovens de 15 a 17 anos, observa-se maior variedade de subsectores econômicos do IBGE e alcance de mais anos de registro, apesar de “Serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação” continuar se destacando entre os demais subsectores. Enquanto ele sustentava 100% dos registros para 10 a 14 anos, este subsetor é responsável por 79,39% dos registros de vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 15 a 17 anos, no período de 2010 a 2019. Além deste subsetor, também se destacam: “Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal”, responsável por 9,02% dos registros; “Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico”, responsável por 6,60% dos registros; e “Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos”, responsável por 2,58% dos registros (Tabela 6).

Tabela 6. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 15 a 17 anos, segundo subsetor econômico do IBGE e ano de registro, 2010-2019

IBGE Subsetor	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Indústria de produtos minerais não metálicos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	8	8	8	9	6	6	4	3	2	2
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. Técnico	0	0	2	0	1	0	2	1	0	0
Comércio Atacadista	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Comércio Varejista	10	10	4	2	6	4	0	1	1	3
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Indústria Metalúrgica	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1	7	2	2	0	1	0	2	1	0
Instituições de crédito, seguros e capitalização	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	52	53	58	36	54	67	54	60	34	25
Total	73	80	76	50	67	79	60	68	38	30

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Considerando o período de 2010 a 2019, quando os vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP são analisados segundo escolaridade e ano de registro, observa-se que a maior parte dos registros para jovens de 10 a 14 anos contemplam o ensino médio incompleto: 9 dos 14 registros – 5 em 2011, 2 em 2012, e 2 em 2014 –, representando 64,29% deles. Há, ainda, 4 registros de ensino fundamental incompleto – 2 em 2010 e 2 em 2012 –, representando 28,57% deles, e 1 registro de ensino fundamental completo – em 2010 –, representando 7,14% deles. Os demais anos não possuem registros (Tabela 7).

A mesma análise pode ser feita para jovens de 15 a 17 anos e, para essas idades, há registros para todos os anos do período considerado – 2010 a 2019. O ensino médio incompleto continua concentrando a maior parte dos registros e aumenta a sua importância, passando a representar 76,33% deles. Registros de ensino fundamental incompleto perdem importância, que passam a representar 10,95% deles; bem como os de ensino fundamental completo, que passam a representar 6,12% deles. Para essas idades, ainda há 1 registro de analfabeto, que representa 0,16%; e 40 de ensino médio completo, que representam 6,44% dos registros (Tabela 8).

Tabela 7. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 10 a 14 anos, segundo escolaridade e ano de registro, 2010-2019

Escolaridade	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Total
2010		2	1			3
2011				5		5
2012		2		2		4
2013						
2014				2		2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Tabela 8. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 15 a 17 anos, segundo escolaridade e ano de registro, 2010-2019

Escolaridade	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Total
2010		20	16	33	4	73
2011	1	24	13	38	4	80
2012		3	3	64	6	76
2013		5		42	3	50
2014		4	1	55	7	67
2015		4	4	66	5	79
2016		5	1	53	1	60
2017		2		63	3	68
2018		1		35	2	38
2019				25	5	30

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Quanto à faixa de remuneração média dos vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 15 a 17 anos, considerando o período de 2010 a 2019, observa-se que a maior parte dos registros ocupam a faixa de 0,51 a 1 salário-mínimo, representando 77,62% deles. Em seguida, está a faixa de 1,01 a 1,5 salários-mínimos, representando 16,91% dos registros; a de até 0,5 salário-mínimo, representando 4,67% deles e, finalmente, a faixa de 1,51 a 2,0, representando 0,80% dos registros (Tabela 9).

Tabela 9. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 15 a 17 anos, segundo faixa de remuneração média em salários-mínimos (SM) e ano de registro, 2010-2019

Ano de registro	Faixa Remuneração Média (SM)				Total
	Até 0,50	0,51 a 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	
2010	22	32	19	0	73
2011	0	55	22	3	80
2012	1	58	16	1	76
2013	1	37	11	1	50
2014	2	54	11	0	67
2015	0	68	11	0	79
2016	2	55	3	0	60
2017	1	61	6	0	68
2018	0	35	3	0	38
2019	0	27	3	0	30

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Quanto à faixa de tempo no emprego para jovens de 15 a 17 anos, considerando o período de 2010 a 2019, observa-se que: 37,84% dos registros referem-se a vínculos de 12,0 a 23,9 meses; 36,55% deles referem-se a vínculos de 6,0 a 11,9 meses; 15,46% referem-se a vínculos de 3,0 a 5,9 meses; 9,50% referem-se a vínculos de até 2,9 meses; e 0,64% deles referem-se a vínculos de 24,0 a 35,9 meses (Tabela 10).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 10. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 15 a 17 anos, segundo faixa de tempo no emprego em meses e ano de registro, 2010-2019

Ano de registro	Faixa Tempo Emprego					Total
	Até 2,9 meses	3,0 a 5,9 meses	6,0 a 11,9 meses	12,0 a 23,9 meses	24,0 a 35,9 meses	
2010	7	15	26	25	0	73
2011	12	9	27	32	0	80
2012	7	11	32	26	0	76
2013	2	5	7	34	2	50
2014	4	12	23	26	2	67
2015	9	14	32	24	0	79
2016	7	10	21	22	0	60
2017	4	11	30	23	0	68
2018	3	0	19	16	0	38
2019	4	9	10	7	0	30

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Pode-se observar ainda que mais de metade dos vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP, para jovens de 15 a 17 anos, no período de 2010 a 2019, referem-se a admissão de empregado no primeiro emprego: 56,20% dos registros. Outra parcela considerável, 38,49% dos registros, referem-se a vínculos de não admitidos naquele ano, ou seja, que mantiveram o emprego anteriormente conquistado. Dos demais, 5,15% referem-se a vínculos de reemprego, quando há admissão de empregado com emprego anterior ou nomeação de servidor em caráter efetivo ou em comissão, com emprego anterior; e 1 dos registros, representando 0,16% do total, refere-se a transferência de empregado oriundo de estabelecimento da mesma empresa ou de outra empresa sem ônus para a cedente (Tabela 11).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 11. Vínculos de empregos formais ativos em 31/12 no município de Caconde-SP para jovens de 15 a 17 anos, segundo tipo de admissão e ano de registro, 2010-2019

Ano de registro	Tipo Admissão				Total
	Não Admitido Ano	Primeiro Emprego	Reemprego	Transferência sem Ônus	
2010	25	45	3	0	73
2011	32	42	6	0	80
2012	26	45	5	0	76
2013	36	10	4	0	50
2014	28	36	3	0	67
2015	24	52	2	1	79
2016	22	36	2	0	60
2017	23	42	3	0	68
2018	16	20	2	0	38
2019	7	21	2	0	30

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Indicadores sobre o trabalho de crianças e adolescentes³⁵

A iniciativa SmarlLab surgiu para proporcionar conhecimento relevante para promoção de políticas públicas voltadas para o trabalho decente, a partir do uso de um recurso público de baixíssimo custo: dados públicos abertos. Trata-se de uma iniciativa conjunta do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da OIT Brasil, cuja parceria deu origem à Plataforma SmartLab, projeto que tem fortalecido a cooperação com organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuam na promoção dessa agenda e que precisam de informações para tomar decisões embasando as ações que desenvolvem. Por meio de Observatórios Digitais, esta plataforma beneficia também a comunidade científica, que passa a ter acesso a informações para pesquisa, com facilidade sem precedentes. Segundo consta no sítio eletrônico do SmartLab³⁶,

³⁵ Mais informações sobre o SmarlLab – Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil estão disponíveis no seu sítio eletrônico: <https://smarlabb.org/trabalho infantil/>.

³⁶ Disponível em: <https://smarlabb.org/>. Acesso em 22 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

No Observatório da Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil, busca-se organizar dados de repositórios públicos e oficiais integrantes do Sistema Estatístico Nacional, abarcando informações de pesquisas e levantamentos censitários do IBGE e das áreas da Educação, Saúde, Trabalho e Previdência Social, Justiça, e Assistência e Desenvolvimento Social. O diferencial da plataforma é a apresentação de todos esses dados de forma plenamente integrada, amigável e acessível para todas as localidades brasileiras que integram o pacto federativo. A eliminação efetiva do trabalho infantil é um dos princípios que esteve na base da criação da OIT, em 1919, e que tem permanecido como um objetivo fundamental ao longo destes [mais de] 100 anos. A ampliação da base de conhecimento sobre as especificidades do trabalho infantil é fundamental para a sua prevenção e erradicação e, portanto, o lançamento deste Observatório é um importante contributo para o cumprimento da meta 8.7 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente no concernente à parte que abarca a eliminação das piores formas de trabalho infantil e, até 2025, acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

Buscando, portanto, ampliar a base de conhecimento sobre as especificidades do trabalho infantil no século 21 em Caconde-SP, começa-se as análises concernentes às informações fornecidas pelo SmartLab a partir de um panorama de indicadores sobre o trabalho de crianças e adolescentes, inclusive em suas piores formas. Este município contava, em março de 2021, com 58 registros de aprendizes com vínculo ativo. Em janeiro deste mesmo ano, as cotas de aprendizagem somavam 12 registros. Os acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes não contavam com registros, mas observa-se a existência de 25 notificações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) relacionadas ao trabalho de crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos, de 2016 a 2020. Aconteceram também 5 denúncias formais ao Disque Direitos

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Humanos - Disque 100. Não há informações sobre pontos de risco de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em 2019 e 2020. Foram identificadas 25 pessoas de menos de 14 anos ocupadas em estabelecimentos agropecuários em 2017 e 50 estudantes declararam trabalhar fora de casa neste mesmo ano. Finalmente, nenhum trabalho infantil foi identificado pela inspeção em 2019, bem como não contam famílias beneficiárias do Bolsa Família com situação de trabalho infantil neste mesmo ano (Tabela 12).

Tabela 12. Panorama de indicadores sobre o trabalho de crianças e adolescentes, inclusive em suas piores formas

Município	Caconde
UF	SP
Aprendizes com vínculo ativo (03/2021)	58
Total de cotas de aprendizagem (01/2021)	12
Acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes - CAT (2012-2020)	
Notificações relacionadas ao trabalho no SINAN - Crianças e adolescentes (0 a 17 anos) - (2016-2020)	25
Denúncias ao Disque direitos Humanos - Disque 100 (2012-2019)	5
Pontos de risco de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (2019-2020)	
Pessoas ocupadas de menos de 14 anos em estabelecimentos agropecuários - Total (2017)	25
Trabalho infantil identificado pela inspeção (2019)	0
Estudantes que declararam trabalhar fora de casa (2017)	50
Famílias com situação de trabalho infantil beneficiárias do Bolsa Família (2019)	0

Fonte: ME - RAIS e Novo CAGED, ME - IDEB/SIT, INSS - CATWEB, MS - SINAN, Disque Direitos Humanos (Disque 100), PRF - MAPEAR, IBGE - Censo Agropecuário, ME - SIT, Prova Brasil e Ministério da Cidadania - SAGI/VIS DATA. Tratamento e análise: SmartLab.

Link para acesso:
<https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/3508702?dimensao=comparativa>.

Quando o foco se volta para as ações de Caconde-SP para o enfrentamento do trabalho infantil e proteção integral de crianças e de adolescentes, observa-se que o município conta com políticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, com atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a Lei, com política de combate ao

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

uso de drogas entre crianças e adolescentes, bem como com ações ou medidas municipais para diminuição da evasão escolar. Por outro lado, Caconde-SP ainda não possui política de enfrentamento e erradicação do trabalho infantil, nem ações ou medidas municipais de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola. Em termos de instituições que atuem neste enfrentamento, protegendo crianças e adolescentes, o município conta com 1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), mas não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou Centros de Atenção Psicossocial (Tabela 13).

Tabela 13. Panorama comparativo de algumas ações de enfrentamento do trabalho Infantil e proteção integral de crianças e de adolescentes

Município	Caconde
UF	SP
Estimativas da população (2020)	19.009
Política de enfrentamento e erradicação do trabalho infantil	Não
Políticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (2019)	Sim
Atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a Lei (2019)	Sim
Política de combate ao uso de drogas entre crianças e adolescentes (2019)	Sim
Ações ou medidas municipais de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola (2014)	Não
Ações ou medidas municipais para a diminuição da evasão escolar (2014)	Sim
Centros de atenção psicossocial (2016)	-
CRAS (2017)	1
CREAS (2017)	-

Fonte: IBGE - Pesquisa de Informações Municipais, MDS - Censo SUAS. Tratamento e análise: SmartLab.

Link <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3508702?dimensao=comparativa> para acesso:

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

ACIDENTES DE TRABALHO COM ADOLESCENTES (COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO)

Segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de 2012 a 2020, não há registros de acidentes de trabalho com adolescentes (comunicação de acidentes de trabalho):

A perspectiva da frequência dos acidentes de trabalho com crianças e adolescentes permite identificar, pelo exame da série histórica e da distribuição geográfica das ocorrências, a evolução quantitativa dos registros em seus números absolutos em diferentes intervalos de tempo. Consideradas as diferentes fontes de dados analisadas, busca-se desenhar um panorama de acidentalidade em diferentes unidades de análise, de acordo com a organização da federação brasileira e com foco especial em municípios, contexto político por excelência da implementação de políticas públicas. Ainda que em casos de trabalho permitido e com contrato de trabalho formal, trata-se de meninas e meninos que estão expostos a riscos à vida e ao seu desenvolvimento por meio do trabalho inseguro³⁷ (SMARTLAB, s.d.).

AÇÕES DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Também a partir da Plataforma do SmartLab, entende-se que

Os diferentes módulos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC, ambas do IBGE, abordam aspectos relevantes dos atendimentos às crianças em situação de rua nos entes federativos considerados, contemplando informações sobre a existência de política, programas e ações de promoção de direitos das

³⁷ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/350870>. Acesso em: 22 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

crianças em situação de rua visando seu pleno desenvolvimento com direito à educação mirando seu preparo para o exercício da cidadania com qualificação para um futuro com trabalho decente³⁸ (SMARTLAB, s.d.).

No que tange a esses atendimentos, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) - IBGE, 2019, foram realizados atendimentos de crianças e adolescentes em situação de rua no município de Caconde-SP.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO, LAZER, CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Já em relação às ações de educação, lazer e convivência familiar e comunitária, encontra-se que

Os diferentes módulos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC, ambas do IBGE, abordam aspectos relevantes sobre educação, lazer e convivência familiar e comunitária nos entes federativos considerados, contemplando informações sobre a existência de lei específica sobre promoção do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, de comissões e outras ações e programas específicos visando seu pleno desenvolvimento com direito à educação mirando seu preparo para o exercício da cidadania com qualificação para um futuro com trabalho decente³⁹ (SMARTLAB, s.d.).

³⁸ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/3508702?dimensao=atendimentoRua>. Acesso em: 22 nov. 2021.

³⁹ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/3508702?dimensao=educacaoLazer>. Acesso em: 22 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) - IBGE, 2019, no município de Caconde-SP não foi registrada a existência de lei específica sobre a promoção do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, não foi registrada a existência de ações ou medidas municipais de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola e não há registro de Comissão para plano de promoção do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Por outro lado, foi registrada a existência de ações ou medidas municipais para a diminuição da evasão escolar.

AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

No que tange as ações de enfrentamento da violência sexual, encontra-se que

Os diferentes módulos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC, ambas do IBGE, abordam aspectos relevantes sobre o enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes nos entes federativos considerados, contemplando informações sobre a existência de lei específicas, de comitês e outras ações e programas específicos que contribuem para diminuir essa grave violação dos direitos humanos⁴⁰ (SMARTLAB, s.d.).

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) - IBGE, 2019, no município de Caconde-SP não foi registrada a existência de legislação específica para enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, mas foi registrada a existência de políticas de enfrentamento à violência sexual contra esse público. Não há, por outro lado, registro de Comitê para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

⁴⁰ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/3508702?dimensao=violenciaSexual>. Acesso em: 22 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL

Quanto às ações de enfrentamento do trabalho infantil, encontra-se que

Os diferentes módulos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC, ambas do IBGE, abordam aspectos relevantes sobre o enfrentamento ao trabalho infantil nos entes federativos considerados, contemplando informações como a existência de políticas de enfrentamento e erradicação do trabalho infantil com vistas ao pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes com direito à educação mirando seu preparo para o exercício da cidadania com qualificação para um futuro com trabalho decente⁴¹ (SMARTLAB, s.d.).

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) - IBGE, 2019, no município de Caconde-SP não foi registrada a existência de política de enfrentamento e erradicação do trabalho infantil.

AÇÕES GERAIS DE PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

No que tange as ações de enfrentamento da violência sexual, encontra-se que

Os diferentes módulos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC, ambas do IBGE, abordam aspectos relevantes sobre ações gerais de promoção da proteção integral nos entes federativos considerados, contemplando informações sobre a existência de lei, ações e

⁴¹ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3508702?dimensao=enfrentaTrabalhoInfantil>. Acesso em: 22 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

programas específicos sobre proteção integral à primeira infância, de fundo municipal de direito da criança e do adolescente além de realização de conferências sobre o tema nos últimos anos ⁴² (SMARTLAB, s.d.).

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) - IBGE, 2019, no município de Caconde-SP foi registrada a existência de políticas, programas, ações ou medidas de promoção dos direitos das crianças e adolescentes, foi registrada a existência de Fundo Municipal de Direitos da criança e do adolescente, foi registrada a existência de política de combate ao uso de drogas entre crianças e adolescentes, e foram registradas Ações e Programas de Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Por outro lado, não foi registrada a existência de lei específica sobre proteção integral a primeira infância, e não foram realizadas Conferências nos últimos quatro anos sobre política para a criança e do adolescente.

AÇÕES SOCIEDUCATIVAS

Quanto às ações socioeducativas, encontra-se que

Os diferentes módulos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC, ambas do IBGE, abordam aspectos relevantes sobre ações socioeducativas nos entes federativos considerados, contemplando informações sobre a existência de lei específica sobre atendimento socioeducativo, protocolos de atendimento socioeducativo e unidades de atendimento ao adolescente em conflito com a lei⁴³ (SMARTLAB, s.d.).

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) - IBGE, 2019, no município de Caconde-SP não foi

⁴² Disponível em:
<https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/3508702?dimensao=protecaoIntegral>. Acesso em: 22 nov. 2021.

⁴³ Disponível em:
<https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/3508702?dimensao=socioeducativa>. Acesso em: 22 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

registrada a existência de Lei Específica Sobre Atendimento Socioeducativo, mas foi registrada a existência de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei. Além disso, foi registrada a existência de uma unidade de atendimento ao adolescente em conflito – Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No que tange ao Cadastro Único e ao Programa Bolsa Família, encontra-se que

Os registros administrativos do Cadastro Único (incluindo os do Bolsa Família) trazem importantes informações sobre o trabalho infantil. Esse enfoque permite observar uma parcela prioritária da população inserida em contexto de pobreza e extrema pobreza e que de certa forma já é atendida por meio de políticas públicas de transferência condicionada de renda. Fica clara, nesse contexto, a necessidade de ampliação e qualificação do processo de busca ativa de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil residentes nesses domicílios. É importante que famílias que possuam essa característica estejam devidamente refletidas no Cadastro Único, o que garantirá o acesso à rede de proteção social. Note-se que o fato de alguns municípios não possuírem famílias identificadas com pessoas em situação de trabalho infantil não significa, necessariamente, a inexistência de crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho. Nesse sentido, deve-se buscar o aprimoramento contínuo da coleta desses dados⁴⁴ (SMARTLAB, s.d.).

Segundo o Ministério da Cidadania - SAGI/VIS DATA - Maio/2019, no município de Caconde-SP não foi registrada nenhuma família com situação de trabalho infantil, bem como

⁴⁴ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3508702?dimensao=cadUnicoBolsaFamilia>. Acesso em: 22 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

não foi registrada nenhuma família com situação de trabalho infantil e beneficiária do bolsa família.

CONSELHOS, CENTROS E INSTITUIÇÕES DE PROTEÇÃO

Os diferentes módulos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC, ambas do IBGE, ainda abordam aspectos relevantes sobre conselhos, centros e instituições de proteção nos entes federativos considerados

[...] contemplando informações sobre a existência de conselho tutelar, conselho de direitos da criança e do adolescente, centros de convivência, de geração de trabalho e renda profissional, de juventude e de CRAS e CREAS, visando o pleno desenvolvimento com direito à educação mirando seu preparo para o exercício da cidadania com qualificação para um futuro com trabalho decente⁴⁵ (SMARTLAB, s.d.).

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) - IBGE, 2019, em Caconde-SP foi registrada a existência de Conselho tutelar e foi registrada a existência de Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. E, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), não foram registradas informações sobre a existência de Centros de Atenção Psicossocial (2016), não foram registradas informações sobre a existência de Centros de Convivência (2013), não foram registradas informações sobre a existência de Centros de Geração de Trabalho e Renda Profissional (2013), não foram registradas informações sobre a existência de Centros de Juventude, e não foram registradas informações sobre a existência de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (2017). Por outro lado, foi registrada a existência de um Centro de Referência de Assistência Social no município (2017).

⁴⁵ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3508702?dimensao=centrosProtecao>. Acesso em: 22 nov. 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES RESGATADOS DO
TRABALHO ESCRAVO**

Pode-se encontrar ainda no sítio eletrônico do SmartLab, informações acerca de crianças e adolescentes resgatados do trabalho escravo:

Essa informação apresenta para naturalidade: “o número de crianças e adolescentes vítimas do trabalho escravo de acordo com o local de nascimento, considerando os registros com naturalidade apurada desde 2003, quando se iniciou o pagamento do benefício do seguro-desemprego para resgatados” e para residência declarada “o número de crianças e adolescentes vítimas do trabalho escravo de acordo com o local de residência declarada, considerando os registros com residência apurada desde 2003, quando se iniciou o pagamento do benefício do seguro-desemprego para resgatados⁴⁶ (SMARTLAB, s.d.).

Segundo o Ministério da Economia - Secretaria de Trabalho, não foi registrada nenhuma criança e adolescente natural de Caconde-SP resgatada do trabalho escravo de 2003 a 2020, bem como não foi registrada nenhuma criança e adolescente que declarou residir em Caconde-SP resgatada do trabalho escravo de 2003 a 2020.

⁴⁶ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/3508702?dimensao=resgatesTrabalhoEscravo>. Acesso em: 22 nov. 2021.

FISCALIZAÇÃO PARA O COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Encontra-se, acerca da fiscalização para o combate ao trabalho infantil:

A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia desenvolve ações de fiscalização para o combate ao trabalho infantil e, em parceria com diversas instituições, atua também na articulação e mobilização social destinadas à prevenção e erradicação do trabalho infantil no país (SMARTLAB, s.d.). São apreendidas, portanto, informações sobre crianças e adolescentes alcançados em situação irregular de trabalho pelas ações fiscais. Note-se que os municípios sem informação são aqueles nos quais não foram realizadas ações fiscais de combate ao trabalho infantil ou não foram alcançados crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho ⁴⁷ (SMARTLAB, s.d.).

Segundo o SFITWEB - Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, SIT/ME, 2019, no município de Caconde-SP, não foram registradas crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho, nem crianças até 13 anos de idade em situação irregular de trabalho, bem como não foram registradas crianças e adolescentes – do sexo masculino ou do sexo feminino – em situação irregular de trabalho.

⁴⁷ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3508702?dimensao=fiscalizacao> TI. Acesso em: 22 nov. 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

OCUPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Pode-se encontrar também no sítio eletrônico do SmartLab, informações acerca da ocupação de crianças e adolescentes no Censo Agropecuário 2017:

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE, de 2017, permitem recortar importantes informações sobre o trabalho de crianças e adolescentes com menos de 14 anos de idade em estabelecimentos agropecuários. Diversas atividades de trabalho da agricultura, pecuária, silvicultura e extração vegetal figuram na lista das piores formas de trabalho infantil. Portanto, são tipos de trabalho expressamente proibidos para pessoas com menos de 18 anos. Embora o Censo Agropecuário não permita obter informações sobre a ocupação de adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos, grupo onde se encontra o maior número de ocupados, seja no meio urbano ou no meio rural com menos de 18 anos, os dados coletados pela pesquisa ajudam na identificação do trabalho infantil de uma faixa etária (até os 13 anos) na qual qualquer forma de trabalho é proibida⁴⁸ (SMARTLAB, s.d.).

Segundo o Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola – IBGE, 2017, foram registradas 25 crianças ou adolescentes com menos de 14 anos ocupados em estabelecimentos agropecuários, 11 meninos com menos de 14 anos ocupados em estabelecimentos agropecuários, 14 meninas com menos de 14 anos ocupados em estabelecimentos agropecuários, 20 crianças ou adolescentes com menos de 14 anos ocupadas em estabelecimentos agropecuários para agricultura familiar, 5 crianças ou adolescentes com menos de 14 anos ocupadas em estabelecimentos agropecuários para agricultura não familiar. Grifa-se ainda que a pecuária foi a atividade econômica com maior número de pessoas de menos de 14 anos ocupadas em

⁴⁸ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3508702?dimensao=censoAgro>. Acesso em: 22 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

estabelecimentos agropecuários no município, além das lavouras permanentes e temporárias.

PROVA BRASIL 2017

No sítio eletrônico do SmartLab há também informações sobre a Prova Brasil 2017:

A Prova Brasil (SAEB), promovida pelo INEP/MEC, é uma ferramenta de diagnóstico e avaliação de larga escala, com uma grande cobertura em relação às escolas públicas brasileiras. Já nas escolas privadas, a cobertura é mais reduzida. Um dos questionários da Prova Brasil de 2017, distribuídos aos alunos, abordou o tema do trabalho infantil perguntando se as crianças ou adolescentes que responderam ao questionário haviam trabalhado fora da casa no período de referência. Os resultados funcionam como um indicador proxy da prevalência e do risco de trabalho infantil, construído a partir das respostas espontâneas e diretas de alunos e alunas, sobretudo de escolas públicas - e de forma granular, com alto potencial de informar políticas públicas de prevenção e repressão⁴⁹ (SMARTLAB, s.d.).

Segundo o INEP/MEC - Prova Brasil, em 2017 foram registrados 50 estudantes de 5º e 9º ano de escolas públicas que trabalhavam fora de casa em Caconde-SP, bem como 24 estudantes de 5º ano de escolas públicas e 26 estudantes de 9º ano de escolas públicas na mesma situação.

⁴⁹ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3508702?dimensao=provaBrasil>. Acesso em: 22 nov. 2021.

**RISCOS DE TRÁFICO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO
SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES (MAPEAR 2020)**

Sobre os riscos de tráfico para fins de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, a Plataforma do SmartLab expressa:

O mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) nas rodovias e estradas federais – MAPEAR – tornou-se referência no delineamento de ações para o enfrentamento dessa grave violação de direitos humanos. As ações realizadas para compor este mapeamento têm vasta abrangência, percorrendo em torno de 71.000 quilômetros de rodovias e estradas federais, distribuídos pelos 26 estados e o Distrito Federal. A atuação exemplar da Polícia Rodoviária Federal brasileira no campo rendeu relevante levantamento de dados para o combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial em uma de suas piores formas, em que a violência agride crianças e adolescentes⁵⁰ (SMARTLAB, s.d.).

Sobre isso, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), em 2019 e em 2020 nenhum ponto de risco de tráfico para fins de exploração comercial de crianças e adolescentes foi mapeado, nenhum ponto em que já se constatou a exploração de crianças e adolescentes foi registrado, bem como nenhum ponto vulnerável com atuação de conselhos tutelares e nenhum ponto vulnerável sem atuação apurada de Conselhos tutelares.

⁵⁰ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3508702?dimensao=exploracaoSexual>. Acesso em: 22 nov. 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

NOTIFICAÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – SINAN

A plataforma do SmartLab também traz as notificações relacionadas ao trabalho de crianças e adolescentes – SINAN:

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017, anexo V - Capítulo I). Quanto às ocorrências envolvendo crianças e adolescentes, os dados do SINAN mostram preocupante cenário em que grande parte das vítimas trabalhava na informalidade e em atividades definidas pelo Decreto 6.481/2008 como piores formas de trabalho infantil. Nesta dimensão, apresenta-se o panorama dessas notificações considerando as faixas etárias do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) das normas que regulam a proibição para o trabalho. Segundo o ECA, crianças são pessoas até 12 anos incompletos, ao passo que adolescentes são todos aqueles a partir de 12 anos completos até 17 anos. Por outro lado, a Constituição da República, em seu artigo 5º, inciso XXXIII, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Consideram-se os seguintes eventos, quando relacionados ao trabalho: acidente de trabalho com exposição a material biológico; acidente de trabalho grave; acidentes por animais peçonhentos; câncer relacionado ao trabalho; dermatoses ocupacionais; intoxicação exógena; LER/DORT; perda auditiva induzida por ruído (PAIR); pneumoconioses; transtornos mentais relacionados ao trabalho ⁵¹ (SMARTLAB, s.d.).

⁵¹ Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3508702?dimensao=acidentesTrabalhoSinan>. Acesso em: 22 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Segundo dados do SINAN, do Ministério da Saúde, de 2007 a 2020, em Caconde-SP foram registradas 29 notificações de acidentes de trabalho grave para jovens de 14 a 17 anos, sendo 2 delas em 2020; e 54 notificações relacionadas ao trabalho para jovens de 5 a 17 anos, sendo 4 delas em 2020. Por outro lado, neste mesmo período, não foram registradas notificações de acidentes de trabalho grave para jovens entre 5 e 13 anos (trabalho proibido), bem como não foram registradas notificações relacionadas ao trabalho para jovens entre 5 e 13 anos (trabalho proibido). Entre as notificações relacionadas ao trabalho conforme agravos e doenças encontram-se as seguintes causas: acidente de trabalho grave, acidente por animais peçonhentos e intoxicação exógena.

TRABALHO INFANTIL NO DISQUE DIREITOS HUMANOS (DISQUE 100)

Finalmente, outra ferramenta fundamental para o combate ao trabalho infantil é o Disque Direitos Humanos (Disque 100), e o SmartLab o apresenta como

[...] um serviço de disseminação de informações sobre direitos de grupos vulneráveis e de denúncias de violações de direitos humanos, atendendo graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes e possibilitando o flagrante ⁵² (SMARTLAB, s.d.).

Segundo o Disque Direitos Humanos (Disque 100), foram registradas, neste canal, no período de 2012 a 2019, 5 ocorrências relativas ao município de Caconde-SP.

Políticas Municipais

⁵² Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3508702?dimensao=disque100>. Acesso em: 22 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Para contribuir com o combate ao trabalho infantil, Caconde-SP conta com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar. O município não possui, por outro lado, Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Delegacia da Criança e do Adolescente (especialidades não separadas), legislação municipal específica sobre Promoção do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, legislação municipal específica sobre Proteção Integral à Primeira Infância, Comissão para a implantação e acompanhamento de plano de promoção do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Além disso, a gestão municipal não realizou conferências municipais sobre direitos ou políticas para a criança e para o adolescente nos últimos quatro anos, nem desenvolveu política ou programa de promoção dos direitos e defesa das crianças e adolescentes relacionadas ao enfrentamento ou erradicação do trabalho infantil (Quadro 1).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Quadro 1. Perguntas existentes na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) sobre combate ao trabalho infantil. Caconde/SP, 2019

Perguntas	Resposta
Existe no município Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)	Não
Existe no município Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)	Não
Existe no município Delegacia da Criança e do Adolescente (especialidades não separadas)	Não
O órgão gestor da política de direitos humanos é responsável por executar programas e ações para crianças e adolescentes?	-
Existe legislação municipal específica sobre Promoção do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária ¹	Não
Existe legislação municipal específica sobre Proteção Integral à Primeira Infância	Não
O município possui Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente?	Sim
Existe no município Comissão para a implantação e acompanhamento de plano de promoção do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária?	Não
Nos últimos quatro anos, a gestão municipal realizou conferências municipais sobre Direitos ou políticas para a Criança e o Adolescente?	Não
Existe no município Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente?	Sim
A gestão municipal desenvolve política ou programa de promoção dos direitos e defesa das crianças e adolescentes relacionadas ao enfrentamento ou erradicação do trabalho infantil?	Não
Existe no município Conselho Tutelar	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), 2019. Tabulações Especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp).

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

CAPÍTULO 6

PARA VER, LER, OUVIR E SENTIR: O TRABALHO INFANTIL

Sueli Soares dos Santos Batista⁵³

- *Mãe, por que aquela criança está mexendo no lixo?*, pergunta uma menina no banco de trás do carro conduzido por sua mãe enquanto o semáforo está vermelho. As duas, mãe e filha, dirigem o olhar para uma lixeira que está sendo revirada por um menino. A mãe responde: “*Que criança? Criança aqui só tem você?*”. Esse diálogo faz parte de vídeos produzidos e veiculados pela Rede Globo em 2009 (Figura 1).

⁵³ Professora da Unidade de Pós-Graduação do Ceeteps. Fatec Jundiaí e FatecSP-Centro Paula Souza

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 1. *Print* de tela do vídeo da Campanha “Veja o mundo pelos olhos de uma criança”



Fonte: Rede Globo, 2009. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1076761/>.

A invisibilidade do menino revirando o lixo põe em evidência que ser criança ou ser visto e tratado como tal impõe também uma educação do olhar. Essa educação do olhar é política e cultural e diz respeito à multidimensionalidade da percepção. Vemos, ouvimos e sentimos o que nos toca de alguma maneira. A campanha da qual esse vídeo faz parte visava divulgar o Projeto Criança Esperança em 2009, destacando o problema do trabalho infantil, que, de tão recorrente, teria se tornado invisível no cotidiano das cidades (Esse vídeo e outros relacionados a essa campanha podem ser vistos no link: <https://globoplay.globo.com/v/1076761/>).

Mas, para se dar conta dos desafios das crianças trabalhadoras em diferentes contextos e espaços, qual é o papel a ser desempenhado por campanhas de conscientização e de arrecadação de recursos em que essas crianças – no caso anteriormente exposto, atores contratados – finalmente aparecem? A imprensa em geral e as redes sociais, ao mostrarem as crianças e os jovens em situação de vulnerabilidade, podem, efetivamente, educar esse olhar? Ou terminariam por contribuir para uma espetacularização dessa vulnerabilidade?

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Esta é uma pergunta difícil, para a qual não há apenas uma resposta. No entanto, à medida que crianças e jovens, nossos alunos ou não (e também nós, adultos), cotidianamente, são atingidos por imagens, vale a pena refletirmos como as consumimos. É importante não só buscarmos prestar atenção nelas, mas, também, descobrirmos como usá-las no nosso cotidiano de educadores. Há que aproximar essa realidade da nossa compreensão e visão de mundo para construirmos melhores diagnósticos e estratégias de transformação.

Como as crianças e jovens trabalhadores aparecem nas mídias? É apenas em campanhas como a que acabamos de convidá-los a assistir? Ou é também como sujeitos de sua própria história e protagonistas na luta pela sobrevivência, como, efetivamente, o são? Isso quer dizer que, nesta seção, mais do que colher sugestões de vídeos, músicas, poesias e outros recursos audiovisuais para o conhecimento e o reconhecimento do trabalho infantil, é importante que venhamos a pensar em como temos acesso a essa realidade, mais comum do que talvez estejamos dispostos a enxergar.

Vale a pena conhecer o estudo desenvolvido e publicado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e outros parceiros para discutir o enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil, especialmente o doméstico (Figura 2).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 2. Foto da capa do livro “Crianças Invisíveis” pelo fotógrafo Tuca Vieira (2003)



Fonte: ANDI, OIT (2003).

A foto da capa do livro intitulado “*Crianças Invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração*” continua sendo replicada em notícias recentes que tratam do crescimento do trabalho infantil em São Paulo durante a pandemia de Covid 2019 (DMT, 2021). Para ler notícias como essa, é só acessar o link: <https://www.dmtemdebate.com.br/trabalho-infantil-aumenta-21-em-sao-paulo-durante-a-pandemia/>.

Uma das primeiras considerações que ali observamos é a de que a divulgação dos indicadores que denunciam a permanência e o recrudesimento do trabalho infantil – especialmente o doméstico – não é a única nem a mais importante tarefa dos meios de comunicação comprometidos com a infância. Dar voz à infância e à juventude trabalhadora é um importante caminho. Foi assim que, na tentativa de detectar qual é a percepção das crianças e jovens sobre as notícias e imagens divulgadas sobre o trabalho infantil, a ANDI realizou uma série de grupos focais em diferentes partes do país em 2003. Esse estudo pode ser consultado e lido na íntegra acessando o link: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/--ro-lima/---ilo-brasilica/documents/publication/wcms_233620.pdf.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

As falas das meninas trabalhadoras de diferentes cidades brasileiras sobre como percebem o papel da imprensa na divulgação e combate ao trabalho infantil foram coletadas e analisadas. Destacamos aqui alguns trechos:

“O lugar de criança é na escola, mas só que os espaços que têm aqui no Brasil são muitos poucos espaços pras crianças. Existem muitas crianças e pouco espaço (sic).” Salvador

“Como fazem matérias sobre animais, fazem diversas, poderiam fazer mais matérias sobre o Trabalho Infantil Doméstico.” Salvador

“O ideal seria que eles mostrassem que o problema é o desemprego dos nossos pais. Se dessem o trabalho para os adultos, a gente não precisaria trabalhar.” Belo Horizonte

“Eu acho assim que não é só dizer que tem que combater. Tem, sim, que colocar as soluções.” Belém

“Eles nos perguntam sempre as mesmas coisas. Podiam perguntar também se nós temos em mente alguma coisa que possa fazer para acabar com o trabalho (sic).” Belo Horizonte (ANDI, 2003, p. 156)

É comum que façamos esse exercício com nossos alunos no sentido de saber deles que experiências têm ou tiveram de trabalho infantil? Como essa experiência ocorre ou ocorreu nas famílias de nossos alunos, com seus avós, pais ou irmãos mais velhos? E a nossa experiência particular e familiar? Nunca trabalhamos enquanto crianças? As atividades domésticas que realizávamos são enquadráveis em trabalho infantil? Como enxergamos o trabalho infantil dentro das nossas casas? Estudos de natureza acadêmica, informações de caráter jornalístico, vídeos, imagens e outras fontes audiovisuais às quais temos

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

acesso todos os dias estão nos ajudando a refletir sobre a nossa realidade cotidiana junto aos nossos alunos? É possível que estejamos criando narrativas, produzindo imagens e fazendo circular ideias e experiências que nos levam a considerar que o trabalho infantil é coisa de *outras crianças* ou de outras realidades. Esse seria apenas um início de conversa.

Uma menina de Recife ouvida no projeto da Andi afirma que “Hoje em dia, a criança não está tendo infância”. Uma outra, da mesma cidade, falando sobre o trabalho infantil, também destaca: “Tem também a agressão e o abuso” (ANDI, 2003, p. 157). O que nossos alunos teriam a dizer sobre essas falas? Que outras falas surgiriam a partir delas, construindo memórias e prospectando outros mundos possíveis?

Se esta seção é dedicada ao ver, ler, ouvir e sentir, é importante que busquemos caminhos para a produção de narrativas. Lugares de memória também são lugares de fala. Nesse sentido, convidamos todos à leitura do livro “*Histórias de Meninas: Histórias de Sinhá*”. Nele está registrada a experiência do grupo Meninas de Sinhá, fundado em 1996 no bairro do Alto Vera Cruz, em Belo Horizonte-MG. O livro é o resultado da parceria desse grupo com pesquisadores da Faculdade de Educação da UFMG (GALVÃO et al., 2010). São histórias de meninas contadas por elas mesmas enquanto senhoras, mães e avós. Relembrem em forma de poesia, música e dança a infância, que, quando recordada, já aparece acompanhada pelo trabalho. As organizadoras do livro esclarecem:

O pertencimento de gênero imprime marcas muito fortes em suas vivências: eram elas que cozinhavam e levavam a comida para os homens trabalhadores da roça e cuidavam dos irmãos pequenos; muitas foram proibidas de frequentar a escola porque os pais achavam que aprenderiam a escrever cartas para namorados; por fazerem parte de famílias numerosas, “sem recursos”, ou que por serem órfãs, eram “dadas” para serem criadas por famílias de posses, em troca do serviço doméstico; [...] tornaram-se empregadas

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

domésticas, faxineiras em empresas de limpeza e conservação [...] são elas que convivem com a violência existente nas periferias das grandes cidades... (p. 13)

As mulheres meninas de Sinhá, ao retomarem suas experiências infantis, cantam, dançam, relembram antigas cirandas e cantigas de roda e voltam, à sua maneira, às brincadeiras de criança. Encontram nelas o trabalho precoce e a cultura popular que surgem como dimensões indissociáveis da infância. No *site* deste grupo, intensamente premiado e reconhecido, é possível acessar as cantigas infantis que gravaram. Elas possuem uma discografia própria, além de produzirem vídeos e eventos (Figura 3).

Figura 3. *Print* de tela de vídeo institucional do Projeto Meninas de Sinhá



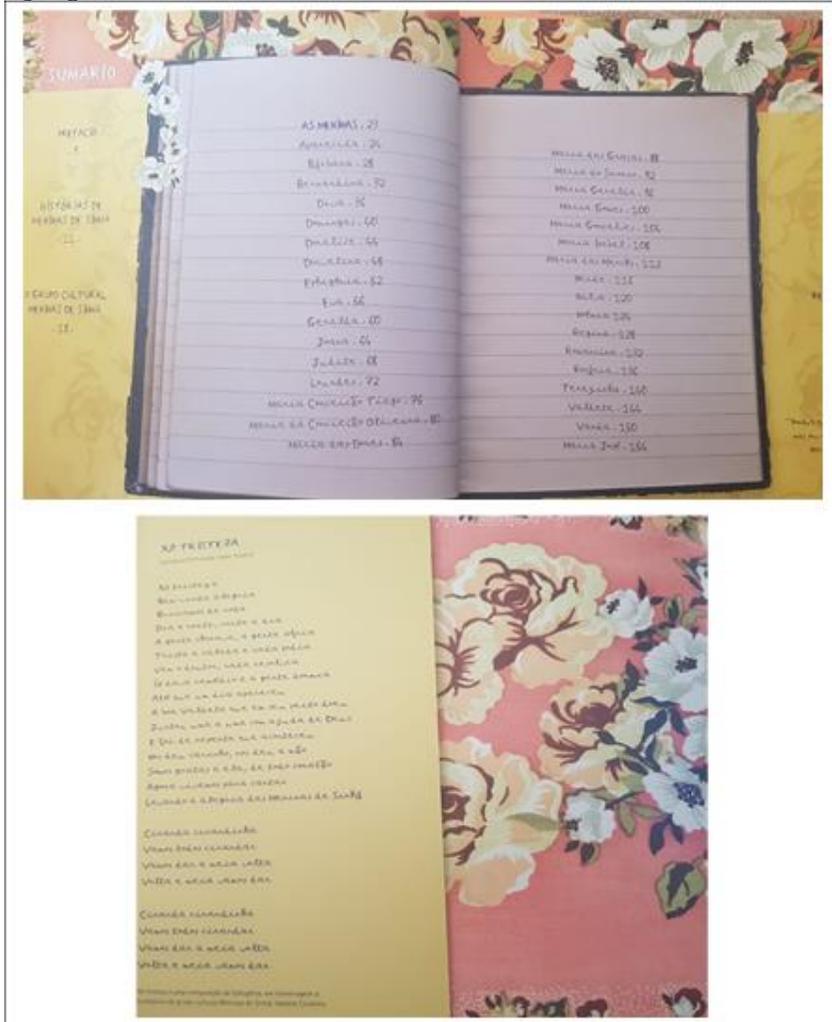
Fonte: Meninas de Sinhá (2021).

A alegria e a vitalidade das Meninas de Sinhá podem ser vistas, ouvidas e sentidas de múltiplas formas: em suas canções, festas, danças e narrativas de resistência (Acessar: <https://meninasdesinha.org.br/videos/>). A tristeza de mulheres isoladas, mas com histórias comuns, foi superada pelo encontro entre elas em que as narrativas da infância são fundamentais,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

como é possível perceber na poesia “Xô Tristeza”, da mulher menina Ephigênia (Figura 4).

Figura 4 – Sumário constando nomes das meninas e poesia de Ephigênia (Meninas de Sinhá)



Fonte: Galvão et al., 2010.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

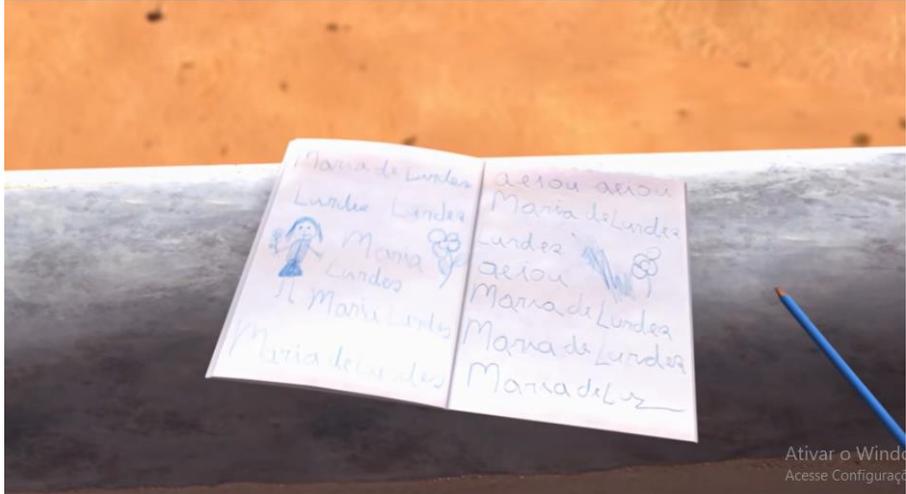
Transcrição do poema “Xô tristeza”, de Ephigênia Romualda Lopes Teixeira: Xô tristeza / Bem-vinda alegria / Brincamos de roda / Dia e noite, noite e dia / A gente chorava, a gente sofria / Triste e calada e nada podia / Vem o doutor, nada resolvia / Só dava remédio e a gente dormia / Até que um dia apareceu / A boa Valdete que em seu peito doeu / Juntou uma a uma com ajuda de Deus / E foi de repente que aconteceu / Nos deu carinho, nos deu a mão / Somos gratas a ela, de todo coração / Agora vivemos para cantar / Levando a alegria das Meninas de Sinhá / Ciranda cirandinha / Vamos todos cirandar / Vamos dar a meia volta / Volta e meia vamos dar / Ciranda cirandinha / Vamos todos cirandar / Vamos dar a meia volta / Volta e meia vamos dar. (Nota ao final do poema: “Xô tristeza é uma composição de Ephigênia, em homenagem à fundadora do grupo cultural Meninas de Sinhá, Valdete Cordeiro”)

Maria Conceição, Maria das Dores, Maria das Graças, Maria do Socorro, Maria Geralda, Maria Gomes, Maria Gonçalves, Maria Isabel, Maria das Mercês e Maria José, entre outras “Marias”, mesmo que tenham outros nomes, povoam as páginas do livro “*História de Meninas: Meninas de Sinhá*” com suas fotos, histórias e poesias. A trajetória deste grupo é uma resposta importante para as inquietações propostas pela animação “Vida Maria”, de 2006. O curta-metragem de animação, com cerca de oito minutos, mostra ciclos nada virtuosos de vida de meninas e mulheres pobres. “Vida Maria” venceu inúmeros festivais nacionais e internacionais no ano de seu lançamento. É uma produção cearense de Joelma Ramos e Marcio Ramos. O vídeo pode ser assistido em https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4.

A partir da história de uma menina nordestina de cinco anos de idade que ainda pode brincar de desenhar o seu próprio nome, mas que é interrompida pela mãe para se dedicar às tarefas domésticas, a animação mostra a reprodução de infâncias, juventudes e maturidades femininas alijadas da escola e entregues precocemente ao trabalho. O caderno abandonado da menina Maria José será rabiscado por sua filha Maria de Lurdes, que ali encontrará registros de outras Marias que as sucederam: Maria do Carmo, Maria da Conceição, Maria das Dores, Maria de Fátima e Maria Aparecida (Figura 4).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 5. *Print* das cenas finais do curta “Vida Maria”



Fonte: Vida Maria (2006).

Oliveira, Castro e Batista (2019) realizam uma experiência com alunas de uma escola técnica paulista para perceberem como elas lidavam com a narrativa deste curta-metragem e se encontravam similaridades com suas experiências e trajetórias familiares de trabalho infantil. O objetivo ao assistir ao curta-metragem de maneira compartilhada e, depois, discuti-lo coletivamente não era informar ou entreter as meninas, mas, sim, provocar a reflexão sobre um processo histórico que é naturalizado e as possibilidades de superá-lo. Em sua maioria, as mães dessas alunas aprenderam a ler e a escrever já adultas, o que significou uma grande vitória ao superarem os entraves aos quais foram submetidas desde a infância. As alunas da escola técnica pública paulista não só identificaram a trajetória de suas mães, mas também relataram os bloqueios que tiveram de romper para permanecerem na escola e se profissionalizarem.

Nem sempre nos damos conta do quão difícil foi e ainda tem sido para muitos dos alunos e alunas permanecerem nas escolas e, de alguma forma, romperem com o ciclo das “vidas Marias”. Dar voz a essas histórias tão comuns é também compreender que, para muitas das nossas crianças, estar na escola ainda não é um direito garantido, mas um desafio de difícil enfrentamento por parte delas mesmas e de suas famílias.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

O trabalho infantil, impedindo que crianças vivam o tempo e o espaço da infância, está associado a muitos fatores e traz muitos desdobramentos que podemos identificar a partir das experiências socioculturais que apresentamos até aqui. Essas experiências socioculturais se traduzem em filmes, poesias, estudos, músicas e em diversas outras manifestações que fazem parte do nosso cotidiano e da nossa própria história.

Meninas e meninos trabalhadores no campo e no espaço urbano, dentro e fora das casas, vivendo diversas e inumeráveis situações de risco, têm algo em comum: estão fora da escola ou prestes a deixá-la – se a ela algum dia conseguiram chegar. É desse universo, num contexto urbano, que trata o curta-metragem “Bilu e João”, de Kátia Lund. Feito em 2005 para um projeto da Unesco envolvendo o registro de situações vividas por crianças em todo o mundo, o filme narra um dia de trabalho de duas crianças que vivem numa favela às margens das sofisticadas da maior metrópole paulista. Pode ser visto na íntegra no link: https://www.youtube.com/watch?v=OIQQ_26E3hk.

Os atores principais de “Bilu e João” foram localizados pela cineasta Kátia Lund nas ruas de São Paulo. Eram crianças catadoras que moravam em ocupações na região central da cidade. Foram convidados para fazer o filme, que tem uma dose grande de improvisação à medida que o objetivo era o de mostrar as 24 horas do dia dessas crianças no espaço urbano. Os personagens Bilu e João, bem como os atores não profissionais que os representaram, são sobreviventes no espaço aberto da cidade (Figura 5).

Kátia Lund, responsável por outros filmes como “Cidade de Deus”, tem procurado tratar da vida na periferia a partir da própria periferia. Em entrevista, afirmou que procura se colocar no lugar dos moradores das periferias e das favelas, saber como sobrevivem, “[...] sem ficar presa aos rótulos”. Nesse sentido, “Bilu e João” tenta mostrar a vida que meninos e meninas pobres vivem na cidade (Figura 6).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 6 – Cena do curta-metragem “Bilu e João”



Fonte: Bilu e João, 2005. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OIQQ_26E3hk.

O curta-metragem, com cerca de 15 minutos, mostra que, numa cidade como São Paulo, existem muitas outras cidades produtoras de infâncias e adolescências variadas. Se a favela produz crianças e adolescentes viciados e infratores, também produz meninos e meninas como Bilu e João, que são trabalhadores e que saem à rua porque já vivem à margem da sociedade, tendo que sobreviver de maneira criativa do lixo. Brincam, fazem amizade, negociam o que catam e gastam tudo o que ganham com a comida que consomem. Ao final de mais um dia sem escola, Bilu e João voltam para casa cansados e planejando um novo dia de trabalho.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 6. Bilu e João voltando do trabalho nas ruas para a casa



Fonte: Bilu e João, 2005. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=OIQQ_26E3hk.

As crianças de “Bilu e João” se relacionam com os adultos no espaço da cidade quase sempre de maneira não hierarquizada, entregues à própria sorte. É uma vida que foi normalizada por eles pela falta absoluta de alternativas. Os atores do filme, também catadores na vida cotidiana, ao assistirem ao filme em seu formato final, se limitaram a avaliá-lo como “normal”. É o que eles vivem e conhecem. É a vida na cidade que lhes permitiram viver.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 7. Curta-metragem “Bilu e João”



Fonte: Bilu e João, 2005. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OIQQ_26E3hk.

O trabalho infantil se mostra, portanto, como a regra em que ser criança é a exceção: uma experiência efêmera e entrecortada pelos desafios de uma sobrevivência progressivamente difícil, em que o direito de ser criança é algo não reconhecido. A experiência de Bilu e João é atravessada por jogos eletrônicos, ainda que obsoletos, e pela brincadeira com os repentistas que “cantam” a história dessas crianças na noite paulista, hora em que as crianças assim consideradas já deveriam estar em casa. Há uma dimensão lúdica mostrando que a infância resiste e reaparece, nem que seja mais tarde, como vimos com as Meninas de Sinhá.

Não há como não nos referirmos ao fato de que a infância reserva lugares e tempos para si nas brincadeiras, nas músicas e nos espaços diminutos para a imaginação e o sonho. A música Upa Neguinho, de Giafrancesco Guarniere e Edu Lobo, remete a esses tempos e lugares em que o menino e a menina, herdeiros de uma sociedade desigual, precisam de valentia e a conquistam, a um preço bastante alto (Figura 8). Para acompanhar a música interpretada por Elis Regina, acesse o link <https://www.youtube.com/watch?v=BNG7FWuLFw>.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Figura 8 – Letra da música “Upa Neguinho”

*Upa neguinho na estrada
Upa pra lá e pra cá
Vixi, que coisa mais linda
Upa neguinho começando a andar
Upa neguinho na estrada
Upa pra lá e pra cá
Vixi, que coisa mais linda
Upa neguinho começando a andar
Começando a andar, começando a andar
E já começa a apanhar*

*Cresce neguinho me abraça
Cresce me ensina a cantar
Eu vim de tanta desgraça mas muito eu te posso ensinar*

*Capoeira, posso ensinar
Ziquizira, posso tirar
Valentia, posso emprestar
Liberdade só posso esperar*

Analisando a canção “Upa Neguinho”, de Edu Lobo e Gianfrancesco Guarnieri, percebe-se a temática do trabalho escravo, da opressão social e a naturalização de uma condição infantil que deve ser historicamente superada. Capoeira se pode ensinar. Ziquizira se pode tirar. Valentia se pode emprestar. Liberdade não dá mais para esperar.

Referências

Textos consultados e citados

ANDI/OIT. Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração. **Série Mídia e Mobilização Social**, vol.6. São Paulo: Cortez, 2003.

GALVÃO, Ana Maria, et al. Histórias de meninas: Meninas de Sinhá. Belo Horizonte, Duo Editorial, 2010.

OLIVEIRA, Rodrigo. R.; CASTRO, Dagmar. S. P.; BATISTA, Sueli S. S. Reflexões sobre escolarização e trabalho na vida de meninas e mulheres brasileiras a partir do Curta-Metragem Vida Maria. *Research, Society and Development*, v. 8, p. 11-21, 2019.

Vídeos

BILU E JOÃO. Direção de Kátia Lund. 2005. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OIQQ_26E3hk. Acesso em: 06 set. 2021.

REDE GLOBO. **Campanha Criança Esperança**. Veja o mundo pelos olhos de uma criança. 2009. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1076761>. Acesso em: 06 set. 2021.

VIDA MARIA. Direção de Márcio Ramos. ViaCG, 2006. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4. Acesso em: 06 set. 2021.

Notícia

DMT. **Democracia e mundo do trabalho. Trabalho infantil aumenta 21% em São Paulo durante a pandemia**. Disponível em: <https://www.dmt debate.com.br/trabalho-infantil-aumenta-21-em-sao-paulo-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 06 de set. 2021.

Música

LOBO, Edu; GUARNIERI, Gianfrancesco. **Upa neguinho**. 1967. Disponível em: <https://www.letras.com/elis-regina/87857/>. Acesso em: 07 set. 2021.

ATLAS TEMÁTICO

Observatório das Migrações em São Paulo

Observatório da Infância e Adolescência

Populações Vulneráveis - Trabalho Infantil



Para acesso ao **Atlas Temático Populações Vulneráveis – Trabalho infantil** utilize o QRcode a seguir:



BANCO INTERATIVO DO OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO Populações Vulneráveis – Trabalho infantil

O Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo é um desdobramento dos Atlas Temáticos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa. A iniciativa tem por objetivo ampliar o acesso às informações organizadas nessas publicações, sistematizá-las de modo simples, integrado, dinâmico e compreensível aos mais diferentes públicos: da comunidade acadêmica, aos gestores públicos, estudantes e professores da educação básica, jornalistas e demais interessados.

Nesse sentido, o Banco Interativo reforça o compromisso social da pesquisa científica, articulando o rigor teórico e metodológico da academia no tratamento das bases de dados e na construção de indicadores à necessidade de informação que respaldem a elaboração de trabalhos e diagnósticos na área das migrações internacionais recentes para São Paulo.

A partir desse trabalho, desenvolveu-se o Banco Interativo Populações Vulneráveis – Trabalho infantil, um desdobramento do Projeto “Populações Vulneráveis”. Este projeto envolve a parceria do Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP e do Ministério Público do Trabalho e visa atualizar, analisar e sistematizar informações acerca das populações vulneráveis. Nesse sentido, envolve diferentes perspectivas de análises e informações em âmbito local, regional e nacional bem como contempla variados públicos-alvos, como imigrantes, refugiados, população em extrema pobreza, mulheres, crianças, população em idade ativa, população em trabalho infantil, população em situação análoga ao trabalho escravo, dentre outras.

*Para acesso ao **Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo - Populações Vulneráveis – Trabalho infantil** utilize o QRcode a seguir:*



PARTE II

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS: MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS



Fotografia: Ponte da Integração - Fronteira Brasil e Peru. Imigrantes Haitianos em trânsito para os EUA. Fotógrafo: Edmilson Lopes Pereira Júnior.



CAPÍTULO 7

MIGRAÇÃO, CONDIÇÕES DE VIDA, PRIVAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Flávia M. Uchôa de Oliveira⁵⁴
Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis⁵⁵
Luís Renato Vedovato⁵⁶
Shailen Nandy⁵⁷

⁵⁴ Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, com estudos de pós-doutorado pela Universidade de Cardiff no Projeto Brazil Wastewater Surveillance Hub; docente no curso de graduação em Psicologia da Universidade Nove de Julho (São Paulo, SP, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6847-8436>.

⁵⁵ Jurista, Pedagoga, Mestre, Doutora e Pós-Doutora em Educação. Professora da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Direito do Sul de Minas e da Faculdade de Educação da UNICAMP. Pesquisadora e líder do Laboratório de Políticas Públicas e Direitos Fundamentais (LabDirF/FDSM), bem como pesquisadora e vice-líder do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional - LaPPlanE da Faculdade de Educação. E-mail: anelisasqa@gmail.com.

⁵⁶ Pesquisador da FAPESP Projeto “Direito das migrações nos tribunais - a aplicação nova lei de migração brasileira diante da mobilidade humana internacional”; Pesquisador Associado do Observatório das Migrações em São Paulo; Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da USP; Professor de Direito Internacional Público da PUC de Campinas; Professor Doutor da UNICAMP; Pesquisador do Projeto de pesquisa conjunto (Cardiff University e UNICAMP) “Examining poverty in a polarised and unequal society: the potential of the Consensual Approach to poverty research in Brazil” - UK Global Challenges Research Fund (GCRF); Membro do Academic Advisory Group of the Global Center for Legal Innovation on Food Environments (“Global Center”) do O’Neill Institute for National and Global Health Law (Georgetown University). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0684-4522>.

⁵⁷ Professor de Política Social na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Cardiff, Reino Unido. Pesquisa pobreza e desenvolvimento internacional, tendo colaborado com agências da ONU, como a UNICEF, por mais de 20 anos. Atualmente, pesquisa a relação entre a medição da pobreza multidimensional e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em colaboração com pesquisadores no Brasil, Índia, Uganda e no Pacífico Sul, incluindo o Reino de Tonga e Fiji.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Este capítulo apresenta os principais resultados da pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual”⁵⁸ realizada pelo Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ao longo de dezembro de 2020 e janeiro de 2021.

Com base no estudo piloto desenvolvido em cooperação entre a Universidade de Cardiff, a Unicamp e o Ministério Público do Trabalho (UCHÔA DE OLIVEIRA et al., 2021), esta pesquisa teve por objetivo expandir a compreensão da relação entre migração, privação e pobreza, durante a pandemia do novo coronavírus, utilizando a Abordagem Consensual (ASSIS et al., 2021). Para tanto, utilizou-se questionário, aplicado entre os dias 08/12/2020 e 22/01/2021, com a participação de 104 respondentes.

Para apresentação dos resultados, este capítulo está dividido em duas partes: metodologia e resultados, nas quais, descrevemos a amostra estudada e apresentamos os principais resultados em relação i) ao nível de privação entre os respondentes; ii) ao grau de consenso sobre o que é um padrão de vida digno; iii) e, por fim, o grau de confiança dos respondentes nas instituições e as fontes de informação que fazem uso no dia a dia.

Metodologia

A Abordagem Consensual (AC) é uma metodologia de pesquisa estabelecida e validada internacionalmente. Elaborada por Joanna Mack e Stewart Lansley (1985), essa metodologia está sustentada teoricamente no conceito de privação relativa de Peter Townsend (1979), em que a pobreza é compreendida como um dado relativo, que deve ser estudado a partir dos critérios socioculturais de cada contexto. Dessa forma, seria equivocado pensar e mensurar a pobreza como um dado absoluto relativo apenas à renda (MACK, LANSLEY, 1985, p. 32).

Baseados nisso, Mack e Lansley desenvolveram a AC, na busca por enfatizar o ponto de vista dos atores sociais no

⁵⁸ Protocolo de Aprovação no Comitê de Ética CAAE: 09505619.2.0000.8142.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

processo de definição e medição da pobreza, e recusar uma leitura absoluta e meramente monetária desse fenômeno. Esses autores consideram que perguntar ao público em geral o que é considerado como necessidade básica para um padrão de vida digno é um meio efetivo de definir democraticamente o que é pobreza e o que deve ser considerado em sua mensuração tendo em vista sua erradicação.

Os grupos focais são a técnica primordial nessa Abordagem (NANDY, POMATI, 2015). Neles, amostras representativas da população são convidadas a discutir e buscar um consenso sobre o que pensam ser as necessidades básicas para que se tenha um padrão de vida digno em seu contexto. A discussão desses grupos é iniciada com a apresentação de uma variedade de itens, serviços, atividades e direitos sociais em uma lista definida previamente pelos pesquisadores.

Com essa lista de itens e atividades, os participantes dos grupos focais são orientados a discutir cada um dos itens buscando classificá-los em três grupos: o grupo de itens considerados necessidades, ou seja, imprescindíveis para um padrão de vida digno; o grupo de itens desejáveis, o que quer dizer, itens que, apesar de sua importância, não são imprescindíveis para que se tenha um padrão de vida digno; e o grupo de itens ditos de luxo, ou itens considerados supérfluos para que se tenha um padrão de vida digno.

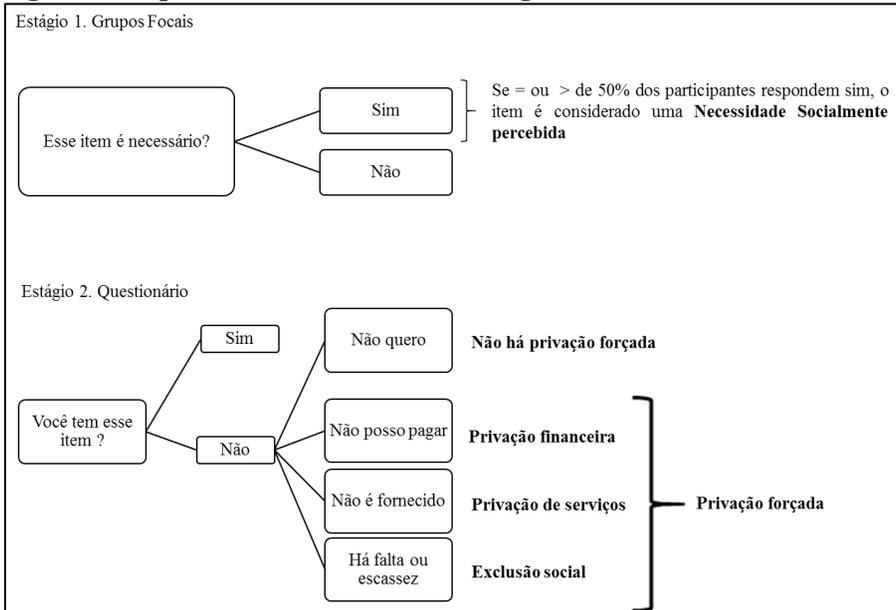
Os itens e atividades são testados durante a discussão entre os participantes, aqueles classificados por 50% ou mais do total de participantes como necessidades são nomeados como “necessidades socialmente percebidas”. Deve ser considerada privação forçada aquela que se dá somente quando os indivíduos não têm acesso aos itens e às atividades por falta de recursos e/ou acesso, desconsiderando os itens que eles não possuam por uma escolha pessoal.

As discussões promovidas nos grupos focais, portanto, servem como a base para estabelecer um consenso e definir uma lista que faça sentido em cada contexto sociocultural, sustentada por amostras representativas da população estudada. Por meio dessa lista, a pobreza passa a ser mensurada a partir da “privação forçada das necessidades socialmente percebidas” a que certos grupos ou indivíduos estão sujeitos (MACK, LANSLEY, 1985, p.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

38). A Figura 1 apresenta um esquema conceitual da Abordagem Consensual.

Figura 1. Esquema conceitual da Abordagem Consensual



Fonte: elaboração própria.

Em 2019, foi realizado um estudo piloto, pioneiro na utilização da AC, na cidade de Campinas (GOMES et al., 2020). Como parte do projeto interinstitucional entre a Universidade de Cardiff e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nesse estudo, foram realizados 08 grupos focais com 70 participantes homens e mulheres, adolescentes e adultos, tendo por objetivo compreender o que os participantes pensam sobre um padrão de vida digno em nosso país.

Em continuidade aos grupos focais, em 2020, um estudo piloto foi realizado no município de São Paulo, com a elaboração e aplicação de um questionário com a participação de 150 respondentes, tendo em vista a expansão da utilização da Abordagem Consensual, investigando o que os brasileiros pensam ser necessário para um padrão de vida digno a partir de um questionário, aplicado em três bairros da cidade de São Paulo (UCHÔA DE OLIVEIRA et al., 2021). Esse estudo piloto

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

demonstrou a importância da ampliação do debate teórico sobre a definição e mensuração da pobreza no Brasil. Ampliação necessária para inclusão de uma metodologia que promova o diálogo e participação social nas definições que sustentam as políticas públicas em nosso contexto, sobretudo, quando de uma crise sanitária e econômica de grandes proporções (ASSIS et al., 2021).

No bojo da aplicação da Abordagem Consensual, a presente pesquisa foi o terceiro passo realizado. Nela foi utilizado o questionário do estudo piloto em São Paulo, para explorar a relação entre migração e pobreza, no intuito de reconhecer as vulnerabilidades de migrantes, e a partir disso, construir políticas públicas que erradiquem tais vulnerabilidades nesses grupos. Nas páginas a seguir, os principais resultados são apresentados.

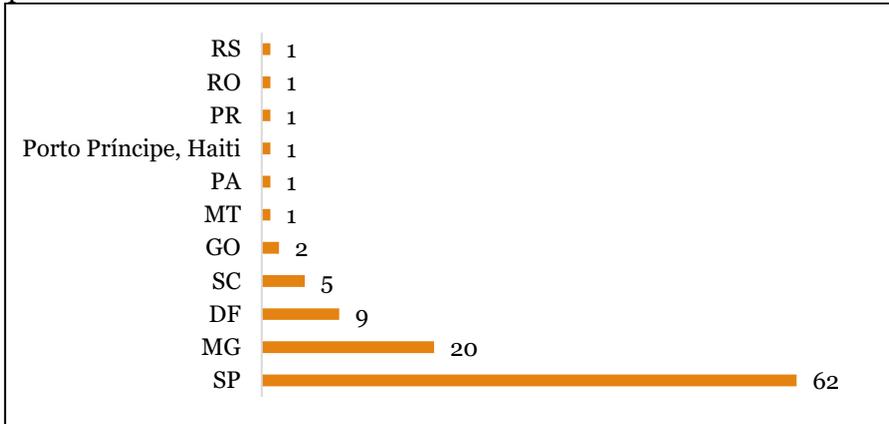
Resultados

Descrição da amostra

Como já citado, a amostra aqui analisada diz respeito a aplicação do questionário entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, com a participação de 104 respondentes no Brasil e no Haiti. No gráfico 1, é possível compreender a distribuição de respondentes por local de aplicação do questionário.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 1. Distribuição de Respondentes por Local de aplicação do questionário



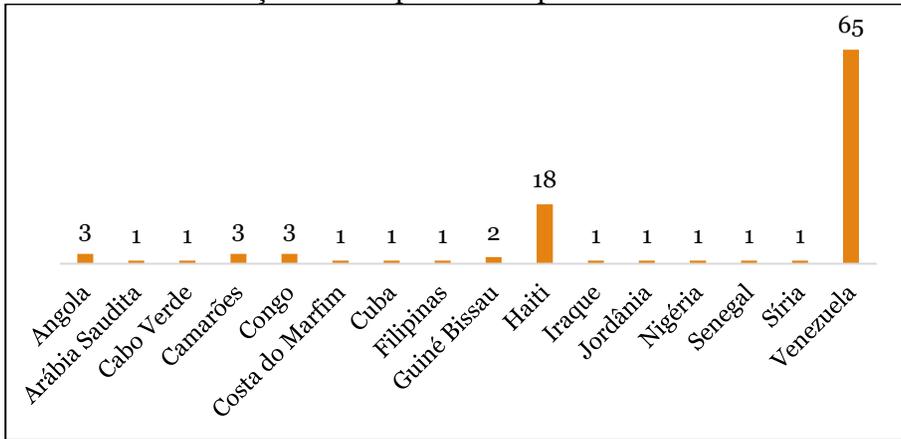
Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

Por se tratar de uma pesquisa com migrantes, ilustramos no gráfico 2, a distribuição dos respondentes por nacionalidade. Em média, os respondentes se estabeleceram no seu atual local de moradia há 2 anos e meio. Mais de 60% dos respondentes indicaram que antes de se mudar para seu atual local de moradia, viviam em áreas urbanas, isto é, em outras cidades, mas no mesmo país em que residem atualmente. Outros 20% indicaram que, antes de se mudar para seu atual local de moradia, viviam em outro país. Apenas 2% dos respondentes viviam em área rural, antes de se mudar para seu atual local de moradia.

Sobre o tipo de documento de autorização de permanência para residir no Brasil, 38% responderam que possui o Registro nacional de estrangeiros/ Registro Nacional Migratório (RNE/RNM) ou outro fundamento, 35% indicaram possuir RNE/RNM Refugiado, 27% indicaram ser solicitante de refúgio. Em relação a via de entrada no país, 56% responderam ter ingressado no país onde reside atualmente por via terrestre, 42% por transporte aéreo e 3% por transporte marítimo.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 2. Distribuição dos respondentes por nacionalidade



Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

No gráfico 3, a distribuição dos respondentes por faixa etária é apresentada.

Gráfico 3. Distribuição dos respondentes por faixa etária

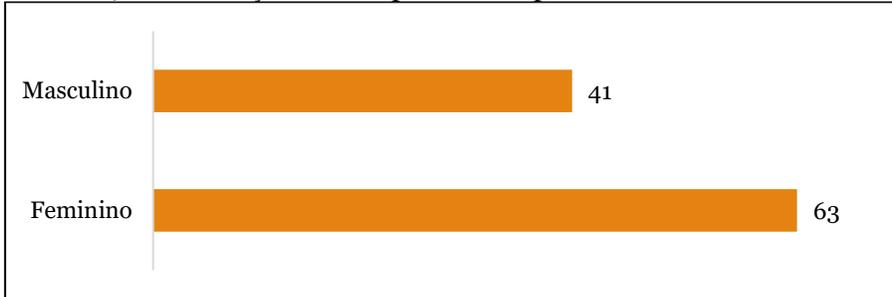


Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

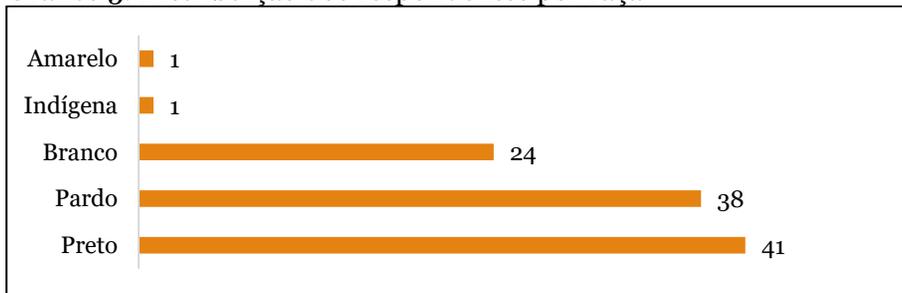
As distribuições por sexo e raça da amostra podem ser visualizadas nos Gráficos 4 e 5, respectivamente.

Gráfico 4. Distribuição dos respondentes por sexo



Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

Gráfico 5. Distribuição dos respondentes por raça

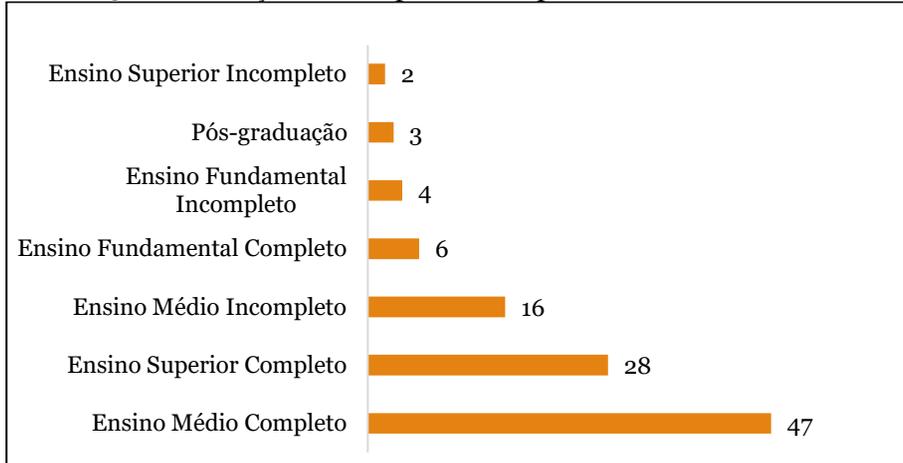


Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

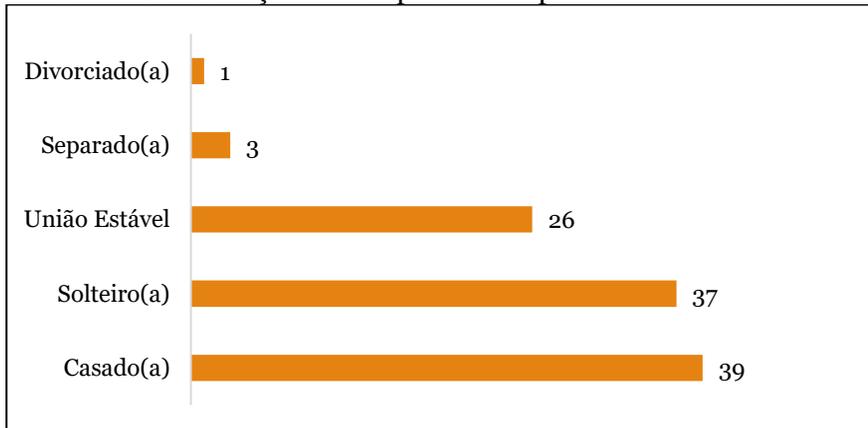
Nos Gráficos 5 e 6, ilustra-se a distribuição dos respondentes por estado civil e nível de escolaridade.

Gráfico 5. Distribuição dos respondentes por estado civil



Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

Gráfico 6. Distribuição dos respondentes por nível de escolaridade



Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

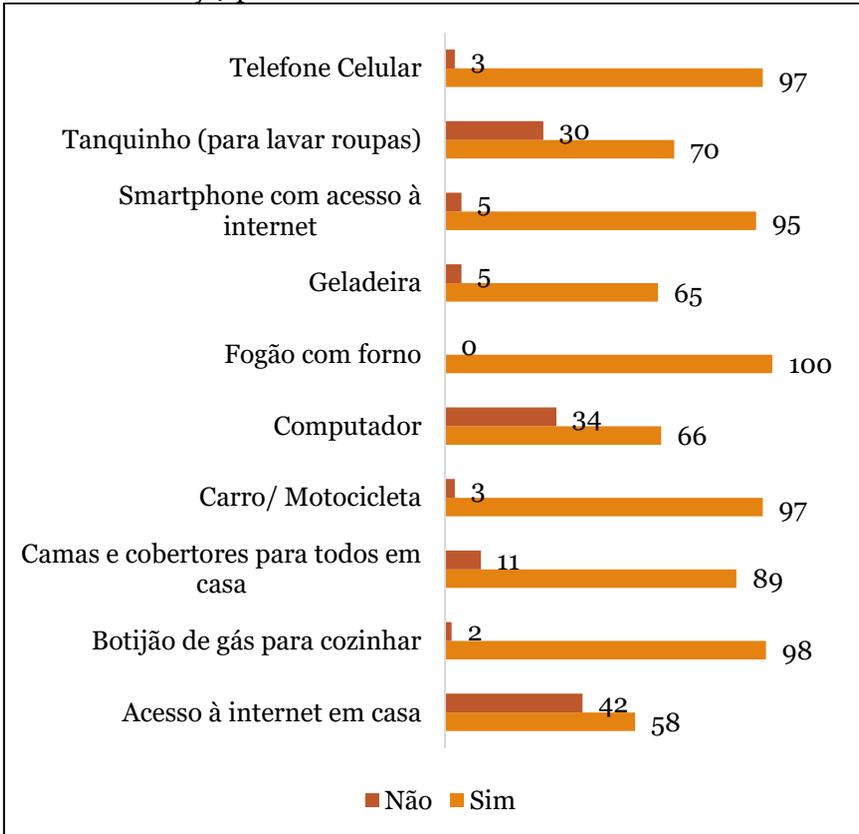
Condições de Vida

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Com o objetivo de identificar as vulnerabilidades a que estão sujeitos os respondentes, utilizando a Abordagem Consensual, foram feitas questões sobre as condições de vida dos respondentes que incluem suas condições de moradia, os itens que possuem e as atividades a tem acesso. Sobre as condições de moradia, mais de 80% dos respondentes residem em casa alugada. Apenas 14% indicaram ter casa própria já paga ou ainda sendo paga. Outros 6% residem em casas emprestadas por seus empregadores atuais ou por outras pessoas (conhecidos, amigos ou parentes). Em média, os respondentes residem em casa com até quatro cômodos, de alvenaria, com banheiro dentro de casa e de uso exclusivo dos moradores, com acesso à água e energia elétrica. Para compreender quais bens e itens básicos o respondente e aqueles que moram com ele possuem (ou tem acesso à), foi apresentada uma lista de itens para que o respondente indicasse se possuía ou não. O Gráfico 7 apresenta os resultados sobre tais itens.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 7. Itens que o respondente ou algum membro da sua família (adulto ou criança) possui

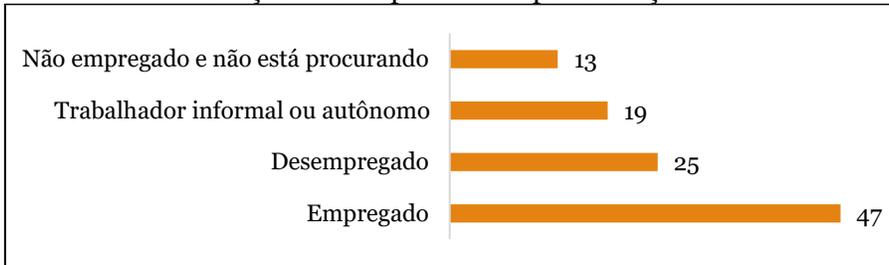


Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

Ainda sobre a condição de vida dos respondentes, é importante ressaltar sua situação de trabalho. O Gráfico 8 apresenta a distribuição dos respondentes por situação de trabalho.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 8. Distribuição dos respondentes por situação de trabalho



Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

Privação

Seguindo a Abordagem Consensual, os respondentes indicaram em uma lista de itens e atividades aqueles que possuem (ou tem acesso a). A Tabela 1, apresentada acima, representa o nível de privação dos respondentes, com a primeira coluna indicando os itens e as demais colunas apresentando o percentual de respondentes em cada opção de resposta. As células coloridas em uma escala entre verde, amarelo e vermelho indicam, respectivamente, dos menores aos maiores percentuais de respondentes que não possuem o item por não terem dinheiro para pagar, o que, por conseguinte, reflete o nível de privação de determinado item entre os respondentes. Ressalta-se nessa tabela, os altos percentuais de privação relativos ao acesso à saúde (por falta de dinheiro para compra de medicamentos), aos custos da educação, à possibilidade de manutenção e reparos na moradia e às atividades de importância simbólica, como celebrações de aniversários.

Há, ainda, preocupantes percentuais relacionados à alimentação diária, com impacto no consumo de vegetais e proteína animal, que refletem a alta insegurança alimentar que atinge a população brasileira durante a pandemia (Rede PENSSAN, 2021). Por essa situação, a insegurança alimentar tornou-se um dos focos da pesquisa, abordado a partir da Escala de Vivência da Insegurança Alimentar (*Food Insecurity Experience Scale* - FIES). Essa Escala indica a severidade da

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Insegurança Alimentar por meio das respostas dadas a questões sobre o acesso à comida suficiente e de qualidade (Smith et al., 2017). A Tabela 2 representa o nível de insegurança alimentar encontrada entre os respondentes, em uma escala de cor entre verde, amarelo e vermelho que ressalta dos menores (amarelos) aos maiores (avermelhados) percentuais de respondentes que responderam sim às perguntas relativas a falta ou dificuldade na alimentação.

A Abordagem Consensual exige que a mensuração da pobreza seja realizada a partir de uma discussão democrática que reflita a experiência da pobreza para além dos índices monetários. O nível de consenso entre os respondentes desta pesquisa foi investigado e está ilustrado na Tabela 3, acima apresentada. Nela é possível verificar um “mapa de calor”, nos quais as células avermelhadas mostram o alto grau de consenso entre os participantes sobre a necessidade do item ou atividade para que se tenha um padrão de vida digno em nosso país. Mesmo em itens de aspecto simbólico como a celebração de aniversários, tem-se considerável consenso sobre sua necessidade em nosso contexto social. Artigos de higiene pessoal, acesso à energia elétrica e água, ter moradia e mobília são os itens de maior consenso, o que demonstra que, na experiência desses participantes, esses itens são de maior consenso que a necessidade de três refeições ao dia.

A Tabela 3 apresenta um panorama das Necessidades Socialmente Percebidas (NPS), isto é, os itens e atividades que para metade ou mais dos participantes são considerados essenciais para alcançar e manter um padrão de vida digno no Brasil de hoje. Cabe assinalar que a diferença entre “Necessário” e “Desejável” é importante, já que os participantes devem indicar aquilo que é imprescindível para um padrão de vida digno (Necessidade) e aquilo que seria em algum nível importante, porém prescindível para esse padrão de vida (Desejável). Portanto, considerando a totalidade da amostra e a quantidade de itens em vermelho, laranja e amarelo, é possível indicar que a maioria dos itens listados é considerada NPS, imprescindível para uma vida digna.

Tabela 1. Nível de privação entre os respondentes

O respondente consegue/ possui/ tem acesso a	Sim	Não, porque não posso pagar	Não, porque não quero	Não, por outro motivo
	%	%	%	%
poder comprar os medicamentos quando precisar	42	55	3	0
poder comer arroz/macarrão (carboidrato / amido) todos os dias	57	33	4	6
poder colocar todas as crianças na escola	65	9	1	25
conseguir pagar os custos da educação de todas as crianças (taxas, uniformes, livros, materiais)	17	54	0	29
poder fazer celebrações em ocasiões especiais (por exemplo, aniversários de crianças)	30	60	6	4
ter artigos de higiene pessoal para poder tomar banho todos os dias (por exemplo, sabonete)	79	18	0	3
ter dinheiro suficiente para consertar um teto vazando nos principais cômodos	15	77	0	8
ter um rádio ou uma televisão	61	37	0	2
poder comer vegetais todos os dias	45	45	6	4
ter acesso à água e à eletricidade	92	8	0	0
ter mesas e camas em casa	88	11	0	1
ter duas mudas de roupas	86	12	0	2
poder comer carne/frango/porco/peixe todos os dias	47	49	1	3
ter pelo menos dois pares de sapatos	81	19	0	0
fazer três refeições ao dia	77	16	1	6
ter recursos para usar o transporte público para o trabalho	49	42	0	9

Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 2. Nível de insegurança alimentar entre os respondentes

No último mês, o respondente...	Sim	Não	Não sei ou não quero responder
ficou sem comida em sua casa por falta de dinheiro ou outros meios	20	78	2
teve preocupação de não ter comida suficiente por falta de dinheiro ou outros meios	58	40	2
não conseguiu ter uma alimentação saudável e nutritiva por falta de dinheiro ou outros meios	30	68	2
comeu apenas alguns poucos tipos de alimentos por falta de dinheiro ou outros meios	48	49	3
comeu menos do que achou que devia, por falta de dinheiro ou outros meios	44	54	2
ficou um dia inteiro sem comer por falta de dinheiro ou outros meios	13	85	2
deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro ou outros meios para obter comida	27	71	2
sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro ou outros meios para obter comida	17	81	2

Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

Consenso

Tabela 3. Consenso entre os respondentes

Para manter um padrão de vida digno no Brasil de hoje	Necessário	Desejável	Não necessário
poder comprar os medicamentos quando precisar	84	14	2
poder comer arroz/macarrão (carboidrato / amido) todos os dias	71	17	12
poder colocar todas as crianças na escola	87	12	1
conseguir pagar os custos da educação de todas as crianças (taxas, uniformes, livros, materiais)	76	20	4
poder fazer celebrações em ocasiões especiais (por exemplo, aniversários de crianças)	60	34	6
ter artigos de higiene pessoal para poder tomar banho todos os dias (por exemplo, sabonete)	94	6	0
ter dinheiro suficiente para consertar um teto vazando nos principais cômodos	80	18	2
ter moradia (própria ou alugada)	92	8	0
ter um rádio ou uma televisão	67	27	6
poder comer vegetais todos os dias	80	18	2
ter acesso à água e à eletricidade	93	7	0
ter mesas e camas em casa	90	7	3
ter duas mudas de roupas	84	11	5
poder comer carne/frango/porco/peixe todos os dias	66	24	10
ter pelo menos dois pares de sapatos	78	17	5
fazer três refeições ao dia	84	14	2
ter recursos para usar o transporte público para o trabalho	83	14	3

Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Instituições e fontes de informação

Como anunciado, nesta pesquisa um dos focos explorados, de especial interesse para a equipe da Unicamp, foi o grau de confiança dos respondentes em grupos e instituições. Para investigar essa temática, foi utilizada como referência o formato e a escala de perguntas validadas pelo *Latinobarómetro* (*Latinobarómetro Database*, 2021). A Tabela 4 apresenta em um “mapa de calor”, o grau de confiança nas instituições e grupos apresentados aos respondentes. As células avermelhadas indicam o maior percentual no grau de confiança para cada instituição ou grupo.

Tabela 4. Grau de confiança nas instituições e grupos

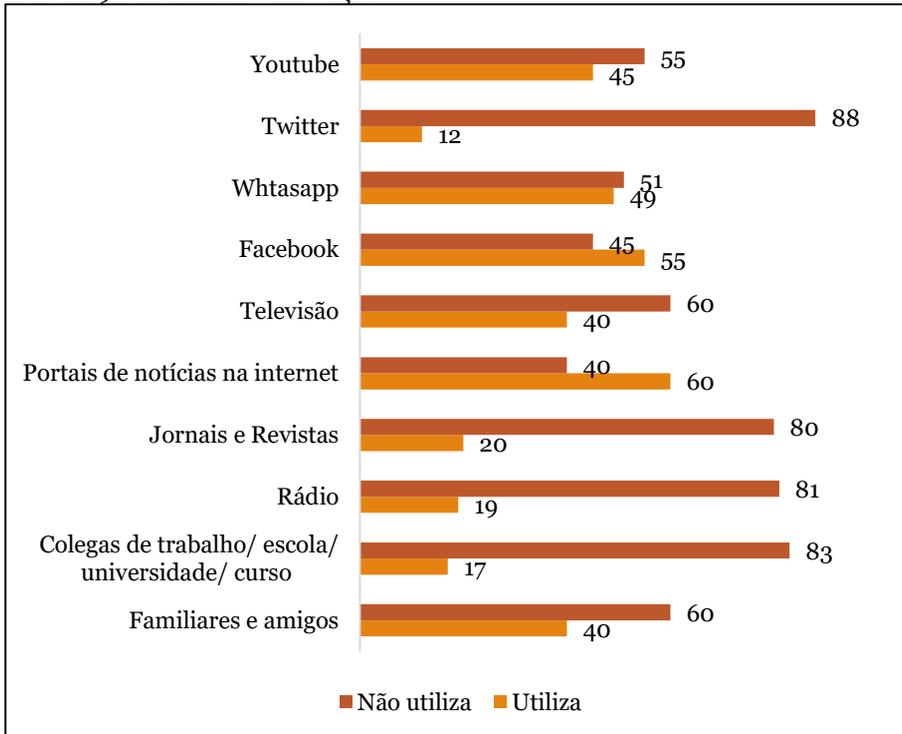
Instituição ou grupo	Grau de Confiança				
	Muita	Alguma	Pouca	Nenhuma	Não sei
Forças Armadas	42	6	8	10	34
Polícia Militar	36	9	17	17	21
Polícia Civil	25	15	17	16	27
Polícia Federal	62	11	10	8	9
Igrejas	53	19	8	17	3
Congresso Nacional	2	9	18	43	28
Governo Federal	14	12	14	30	30
Poder Judiciário	15	16	17	17	35
Partidos Políticos	1	4	8	56	31

Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

O gráfico 9 sintetiza quais as mais fontes utilizadas pelos respondentes para se informarem sobre o que está acontecendo no mundo.

Gráfico 9. Fontes de informação



Fonte: Pesquisa “Examinando a Pobreza Multidimensional no Brasil utilizando a Abordagem Consensual” - Observatório das Migrações em São Paulo – MPT/NEPO/UNICAMP e Universidade de Cardiff, dez./2020-jan./2021.

Comentário Final

Embora não se fundamentem em uma amostra representativa e que se leve em consideração a excepcionalidade do período em que os dados foram produzidos, esse estudo permite afirmar que o questionário aplicado é uma possibilidade científica e democrática para a mensuração da pobreza multidimensional no Brasil, em diferentes parcelas e grupos populacionais, o que inclui os migrantes. Apesar de ser mais um

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

passo ainda tímido para que se estabeleça uma análise a partir da AC nacionalmente, este estudo demonstra nítido consenso entre os respondentes em dez estados diferentes espalhados no Norte, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil sobre quais os itens e as atividades imprescindíveis para que se alcance e se mantenha um padrão de vida digno no Brasil.

Para além disso, por meio desta pesquisa, é possível afirmar que a Abordagem Consensual se apresenta como uma metodologia adequada de definição e mensuração da pobreza na busca pela efetividade de aplicação dos direitos sociais. Argumenta-se que o direito pode se tornar mais efetivo quanto mais se construírem políticas que minimizem e erradiquem as situações de vulnerabilidade (Assis et al., 2021). Dessa forma, propomos que a Abordagem Consensual da pobreza seja utilizada no reconhecimento das vulnerabilidades e na construção de políticas públicas que fortaleçam os direitos humanos.

Referências

- ASSIS, A. E., Uchôa de Oliveira, F. M. de, Vedovato, L. R., & Nandy, S. (2021). Lei de Migração e o tratamento das Vulnerabilidades: Migração, pobreza e o tráfico de pessoas. In C. Nogueira & A. Meirinho (Orgs.), *Erradicação do Tráfico de Pessoas* (1a ed.). Grupo de Trabalho sobre Tráfico de Pessoas do Ministério Público do Trabalho.
- GOMES, J. D. G., Pessoa, V. de A., Franco, L., & Vedovato, L. R. (2020). Pensando a Pobreza entre Crianças no Brasil: Relatório de aplicação de grupos focais a partir da metodologia da Abordagem Consensual. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, 32(1(57)), Article 1(57). <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/48136>
- Latinobarómetro Database*. (2021). <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>
- MACK, J., & LANSLEY, S. (1985). *Poor Britain*. G. Allen & Unwin. <https://www.poverty.ac.uk/system/files/poor-britain-Mack&Lansley.pdf>
- NANDY, S., & POMATI, M. (2015). Applying the Consensual Method of Estimating Poverty in a Low Income African Setting. *Social Indicators Research*, 124(3), 693–726. <https://doi.org/10.1007/s11205-014-0819-z>

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

- Rede PENSSAN. (2021). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf
- SMITH, M. D., Kassa, W., & Winters, P. (2017). Assessing food insecurity in Latin America and the Caribbean using FAO's Food Insecurity Experience Scale. *Food Policy*, 71, 48–61. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2017.07.005>
- TOWNSEND, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom: A survey of household resources and standards of living*. Penguin Books. <https://www.poverty.ac.uk/system/files/townsend-book-pdfs/PIUK/piuk-whole.pdf>
- UCHÔA DE OLIVEIRA, F. M. de, Nandy, S., Fernandez, G. F., Del Vecchio, V., Assis, A. E. S. Q., & Vedovato, L. R. (2021). O que os brasileiros pensam ser necessário para que se tenha um padrão de vida digno em seu país? Estudo piloto na cidade de São Paulo. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 4. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v4.87>.

CAPÍTULO 8

MULHERES NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

Rosana Baeninger⁵⁹

Natália Demétrio⁶⁰

Jóice Domeniconi⁶¹

O contexto das migrações internacionais contemporâneas exige novos olhares e aportes para a compreensão da complexidade, direções, sentido e diversidade de experiências migratórias, em particular quando se considera a presença das mulheres nessas migrações (EREL; MOROKVASIC; SHINOZAKI, 2003). O aporte feminista corrobora, dessa forma, na desconstrução do entendimento da migração como fenômeno essencialmente masculino, onde as

⁵⁹ Professora colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO-UNICAMP; coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

⁶⁰ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Coordenadora-adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: ndemetri@unicamp.br.

⁶¹ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: joicedomeniconi@outlook.com.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

mulheres são atrizes secundárias (MOROKVASIC, 1984). Essa perspectiva de análise ganha força, sobretudo, a partir dos anos 1990, com o avanço dos debates envolvendo as questões de gênero presentes nos processos migratórios (PERES, 2009).

Pessar (1989) afirma que a compreensão da migração feminina passa necessariamente pelo ciclo de vida, que afeta sua condição no âmbito da família e mesmo as decisões individuais na migração. As mulheres sempre estiveram presentes nos fluxos migratórios, quer como uma decisão familiar quer como uma decisão individual (MOROKVASIC, 1984). Assim, os avanços nas perspectivas interpretativas para a incorporação da dimensão de gênero nas migrações internacionais têm sido imprescindíveis para o debate teórico e metodológico (BILAC, 1994; MAGUID, 1995, PERES, 2009).

Contudo, Maguid (1995) aponta que as fontes tradicionais ainda carecem de perspectivas e conceitos que possibilitem apreendem aspectos da migração feminina. De fato, há ainda uma lacuna interpretativa acerca das características e especificidades da migração feminina. A própria construção metodológica do fenômeno requer abandonar o “sexism methodological”⁶² presente nas análises das migrações internacionais de mulheres, como define Dumitru (2014):

O sexismo é, geralmente, definido como tratamento desigual de homens e mulheres com base em uma ideologia tradicional sobre os papéis sexuais. A ideologia de gênero tradicional separa os papéis sexuais, especialmente na família: os homens devem cumprir seus papéis familiares por meio de atividades instrumentais, de sustento da família, enquanto as mulheres são associadas a atividades de nutrição, cuidado doméstico e maternidade (DUMITRU, 2014, p.204, tradução nossa)⁶³.

⁶² A autora traz esta definição a partir de suas análises sobre o “brain drain” e a metáfora do “care drain”.

⁶³ No original: “Sexism is usually defined as unequal treatment of men and women based on a traditional ideology about sex roles. Traditional gender ideology separates sex roles especially in the family: men are supposed to fulfill their family roles through instrumental, breadwinning activities, while women are associated to nurturing, homemaking, and parenting activities” (DUMUTRI, 2014 p. 204).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

O primeiro passo nesta direção é, portanto, reconhecer características sociodemográficas de mulheres nas migrações internacionais, a partir de fontes de informações disponíveis, de modo a produzir um conhecimento que possa compreender o fenômeno de forma independente (MOROKVASIC, 2003). Dumitru (2014, p. 204) afirma que “nos estudos de migração, a representação das mulheres está ligada ao agregado familiar e / ou a família e isto pode explicar como elas foram invisibilizadas como migrantes” (tradução nossa)⁶⁴.

Em meio a esse debate, as migrações Sul-Sul trazem ainda o desafio da enorme heterogeneidade educacional e ocupacional de imigrantes, predominando arranjos familiares nas migrações e, portanto, atribuindo às mulheres “papéis familiares”. Para Dumitru (2014),

Enquanto Ravenstein (1885) pensava que as mulheres migram mais do que os homens, um século de estudos teimosamente presumiu que elas migram menos ou principalmente como esposas. Por muito tempo, esses estereótipos deixaram a migração laboral das mulheres pouco estudada e, hoje, levam à descoberta, e provável superestimação, da “feminização” da migração (DUMITRU, 2014, p.204, tradução nossa)⁶⁵.

A partir destes argumentos, busca-se analisar as informações secundárias disponíveis sobre mulheres imigrantes no Brasil, considerando o fluxo migratório de mulheres como um “campo social” (BOURDIEU, 1996), marcado por conflitos e, por isso, dominado pelo sexismo metodológico.

Considerações sobre as fontes de informação utilizadas

⁶⁴ No original: “in migration studies, the representation of women as attached to the household and/or to the family may explain how they were made invisible as migrants” (DUMITRU, 2014, p. 204).

⁶⁵ No original: “While Ravenstein (1885) thought that women migrate more than men, a century of scholarship has stubbornly assumed that they migrate less or mainly as wives. Those stereotypes left women's labor migration longtime understudied and lead nowadays to discover, and probably overestimate, the “feminization” of migration” (DUMITRU, 2014, p.204).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A dinâmica das migrações internacionais contemporâneas aponta os desafios de se acompanhar um fenômeno em movimento. Desse modo, a partir do uso de registros administrativos, tem sido possível conhecer as migrações internacionais no Brasil no século XXI. Para tanto, são reunidas nesse artigo distintas fontes de informação que, analisadas de forma articulada, avançam no panorama e na interpretação das mulheres na imigração internacional no país. A exploração de fontes alternativas, tais como os registros administrativos de diferentes órgãos públicos, possibilitam conhecer as tendências e especificidades das migrações internacionais ao longo dos anos (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020). Embora esses cadastros tenham sido idealizados para o controle das instituições que os criaram, sua apropriação pela academia e gestão pública tem colaborado na produção de indicadores atualizados (mensais e anuais), fundamentais no período intercensitário (JANNUZZI, 2017).

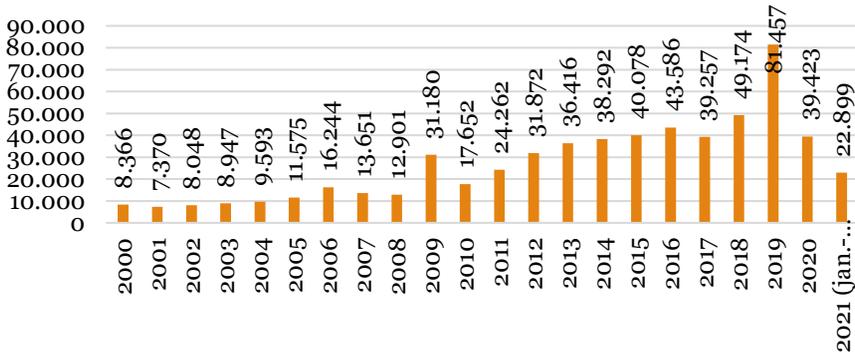
No entanto, a própria condição de registro administrativo impõe uma limitação central dessas fontes de informação: restringem-se à área de atuação das instituições responsáveis por sua formulação. A isso, somam-se os possíveis problemas de preenchimento, compatibilização, publicidade e acesso à informação. No propósito de minimizar essas lacunas, o presente trabalho aposta na complementaridade desses registros. Assim, a pesquisa inicia-se com a exploração dos microdados do Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiro (SISMIGRA/OBMIGRA): registro administrativo da Polícia Federal por meio do qual se faz o controle de todos os imigrantes internacionais com carteira de identidade do Brasil (Registro Nacional Migratório). As lacunas referentes aos solicitantes de refúgio – pessoas não incluídas no SISMIGRA e cujo fluxo tem aumentado significativamente nos últimos anos – conduz a exploração de outro registro: o do Sistema de Tráfego Internacional (STI MAR). Os problemas associados à variável ‘ocupação’ no SISMIGRA (informação inexistente nos registros de solicitantes de refúgio) são contornados, por sua vez, com as estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Os Registros Administrativos da Polícia Federal

A presença de mulheres nas migrações internacionais para o Brasil tem passado por significativas transformações ao longo do século XXI. Se o Censo Demográfico 2010 estimou um total de pouco mais de 200 mil mulheres não nacionais no país – majoritariamente idosas, sobreviventes de processos migratórios do Pós Segunda Guerra, concentradas em São Paulo e no Rio de Janeiro, vindas do Norte Global –, as informações do SISMIGRA apontam para o aumento dos fluxos na última década (Gráfico 1).

Em 2009, a Lei de Anistia (Lei 11.961/2009) conferiu documentação a mais de 16 mil mulheres em território nacional, dando visibilidade às migrações latino-americanas, em especial à presença de bolivianas, peruanas e paraguaias, mas também de chinesas. A partir de 2014, a dinâmica das migrações Sul-Sul passa a apontar para novas nacionalidades que têm como destino o Brasil, com destaque para a chegada de haitianas, cubanas, argentinas e colombianas (Tabela 1).

Gráfico 1. Mulheres imigrantes internacionais registradas no Brasil, entre 2000 e junho de 2021, segundo ano de registro (n= 592.243 mulheres)



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Desde 2016, os registros de venezuelanas passar a crescer de forma mais acentuada, tornando esse cenário ainda mais complexo⁶⁶. Sob os efeitos da pandemia de Covid-19, a queda brusca dos registros em 2020 reflete as restrições à mobilidade da população colocados pela crise sanitária, o fechamento das fronteiras (sobretudo as terrestres), acenando para uma nova conjuntura nas migrações internacionais no Brasil e no mundo (YAYBOKE, 2020; DUMONT, 2020; GAMLEN, 2020; BAENINGER, 2020).

As informações sistematizadas na Tabela 1 apontam ainda a presença relevantes de mulheres do Norte Global, com destaque para as americanas, francesas, portuguesas, alemãs, italianas e japonesas no período 2020-2021, sugerindo a presença de mulheres também para ocupar cargos empresariais. Observa-se, portanto, a emergência de múltiplas modalidades migratórias, atravessadas por diferentes seletividades, formas de ingresso e composições sociodemográficas.

De fato, o século XXI representou a consolidação do Brasil na rota das migrações Sul-Sul, com diminuição da participação relativa das imigrantes com origem nos países do Norte Global – como os EUA – e fortalecimento dos fluxos latino-americanos e caribenhos (Figura 1). Essa nova inserção internacional é acompanhada de uma mudança na distribuição interna dessas mulheres imigrantes no país (Figura 2), de sua estrutura etária (Gráfico 3) e nas formas de sua regulamentação e amparos legais (Quadro 1).

⁶⁶ Em Baeninger, Demétrio, Domeniconi (coord), Atlas Temático do Observatório das Migrações em São Paulo – Mulheres nas Migrações Internacionais, encontram informações detalhadas e desagregadas para as Unidades da Federação do país. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_atlas_mulheres.php. Acesso em: 20 out. 2021.

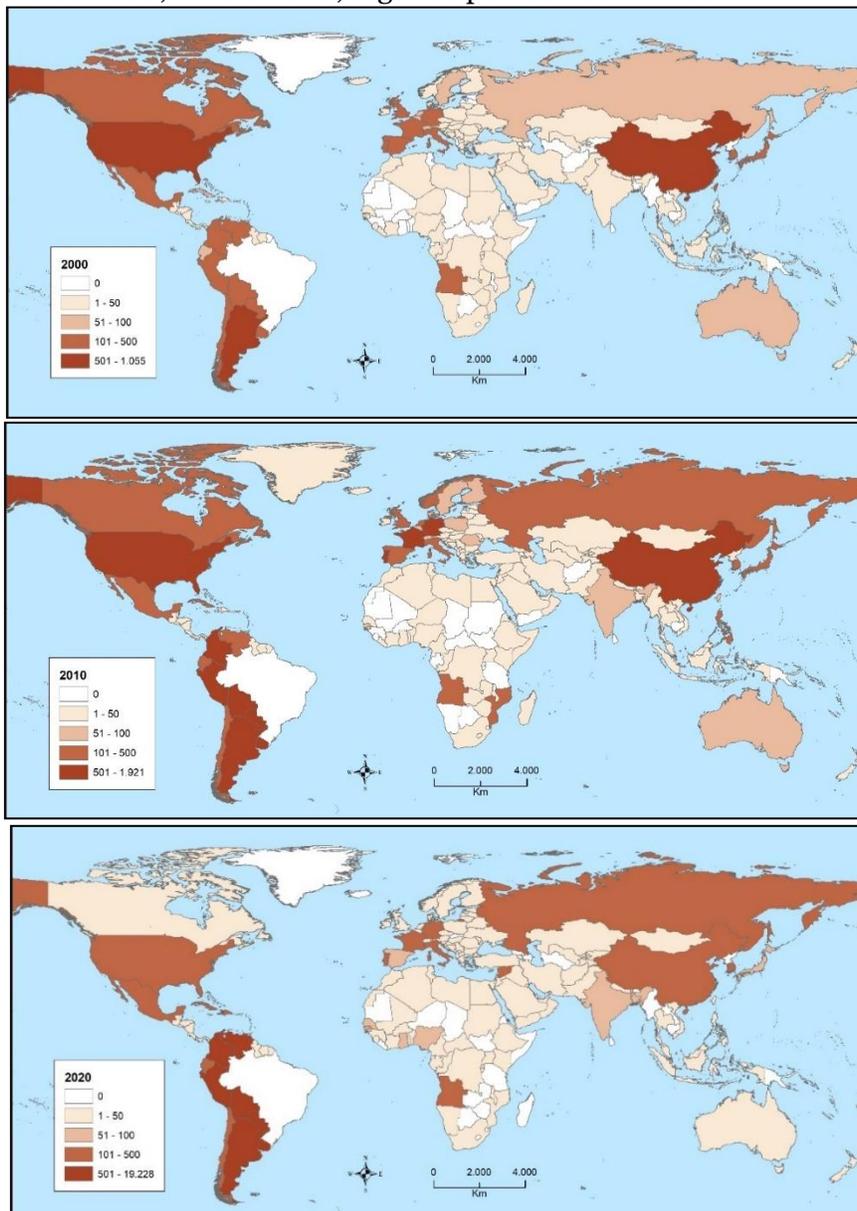
Tabela 1. Mulheres imigrantes internacionais registradas no Brasil, entre 2000 e junho de 2021, segundo ano de registro e país de nascimento

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan.-jun.)	Total
Venezuela	111	86	74	135	130	140	150	181	156	270	300	425	435	450	519	460	471	3.031	15.001	44.132	19.228	10.398	96.283
Bolívia	239	209	235	597	665	814	4.307	1.624	1.178	8.826	1.921	5.493	7.338	6.160	3.206	3.911	2.941	3.225	3.764	4.626	1.247	715	63.241
Haiti	2	1	1	1	0	1	4	15	6	6	30	77	660	1.351	3.233	5.301	12.533	6.483	6.451	8.762	10.081	4.744	59.743
Argentina	511	459	648	734	692	781	1.398	1.517	1.213	1.211	1.296	1.496	1.771	2.003	2.289	2.550	2.313	2.204	2.233	2.550	1.053	1.037	31.959
Colômbia	218	218	286	278	312	403	426	472	511	821	714	863	1.107	2.237	2.333	2.623	2.654	2.888	3.287	3.352	1.323	886	28.212
Estados Unidos	1.055	928	953	1.028	1.042	1.211	1.184	1.124	1.128	1.323	1.229	1.568	1.715	1.810	1.806	1.598	1.344	1.042	1.039	1.098	357	183	25.765
China	750	481	745	524	562	612	694	573	574	2.569	760	1.120	1.386	1.474	2.391	2.461	1.812	1.539	1.680	1.385	438	267	24.797
Paraguai	154	197	187	297	245	377	386	370	337	2.212	1.252	1.447	1.702	1.610	1.748	2.326	1.431	1.544	1.447	1.546	550	651	22.016
Uruguai	334	278	179	220	328	545	592	1.010	696	910	823	773	940	1.306	1.379	1.887	2.021	1.764	2.273	1.795	673	332	21.058
Peru	271	240	232	367	354	448	372	362	339	2.197	600	582	1.946	1.675	1.566	1.650	1.343	1.342	1.292	1.398	518	287	19.381
Cuba	91	100	146	96	110	93	123	101	88	160	101	118	135	3.127	3.718	953	2.744	3.254	862	503	348	573	17.544
França	494	335	350	375	411	479	546	497	507	687	760	863	1.151	1.332	1.387	1.329	1.168	1.181	1.090	1.161	263	190	16.556
Portugal	319	286	274	324	488	695	713	564	570	1.090	893	1.120	1.549	1.790	1.556	1.266	906	685	495	398	102	65	16.148
Alemanha	474	468	504	471	586	631	681	621	659	939	871	861	906	930	961	885	727	645	500	511	101	51	13.983
Espanha	264	223	253	229	240	261	275	259	298	452	488	693	940	1.229	1.060	964	640	477	397	361	87	47	10.137
México	173	190	188	199	278	290	328	349	408	468	464	674	782	809	797	796	624	536	552	569	160	89	9.723
Itália	181	162	166	220	237	289	386	366	321	477	407	495	639	726	860	808	658	550	503	498	117	66	9.342
Japão	363	316	284	383	321	382	325	360	329	459	393	481	583	529	512	582	503	351	377	376	67	71	8.347
Chile	202	154	173	229	197	187	227	193	222	474	383	434	529	551	594	589	553	469	450	508	203	192	7.713
Angola	133	76	104	100	129	186	225	226	290	535	385	411	409	391	466	696	635	542	536	552	202	407	7.636
Coréia do Sul	147	127	150	188	144	195	319	228	197	730	299	405	456	380	363	468	343	344	325	305	136	0	6.249
Outros países	1.880	1.836	1.916	1.952	2.122	2.555	2.582	2.638	2.874	4.364	3.283	3.862	4.791	4.546	5.546	5.974	5.221	5.160	4.620	5.044	2.169	1.648	76.583
Total	8.366	7.370	8.048	8.947	9.593	11.575	16.243	13.650	12.901	31.180	17.652	24.261	31.870	36.416	38.290	40.077	43.585	39.256	49.174	81.430	39.423	22.899	592.206

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. . Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 1. Mulheres imigrantes internacionais registradas no Brasil nos anos de 2000, 2010 e 2020, segundo país de nascimento

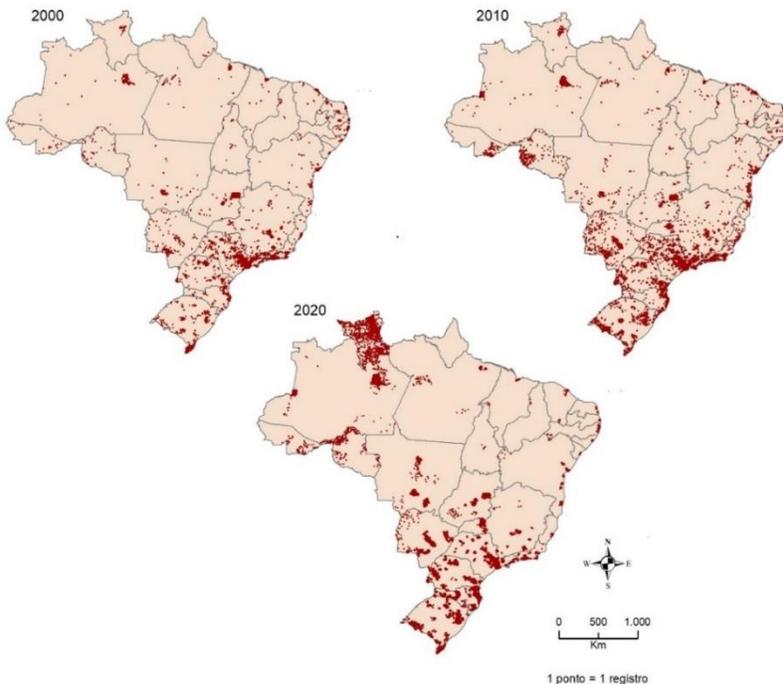


Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

No tocante aos novos rumos da migração internacional de mulheres no Brasil, a Figura 2 indica a perda da importância relativa das capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, municípios onde se concentravam quase 40% dos registros efetuados em 2000 (Figura 2). No ano de 2010, a porção centro-sul do território já se consolidava como principal área de redistribuição da migração internacional no país, fenômeno acompanhado pela expansão da migração de mulheres no litoral nordestino e nos estados de fronteira terrestre, sobretudo Roraima, mas também no Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul (Figura 2), em particular pela forte presença de mulheres nas migrações venezuelanas.

Figura 2. Mulheres imigrantes internacionais registradas no Brasil nos anos de 2000, 2010 e 2020, segundo município de residência

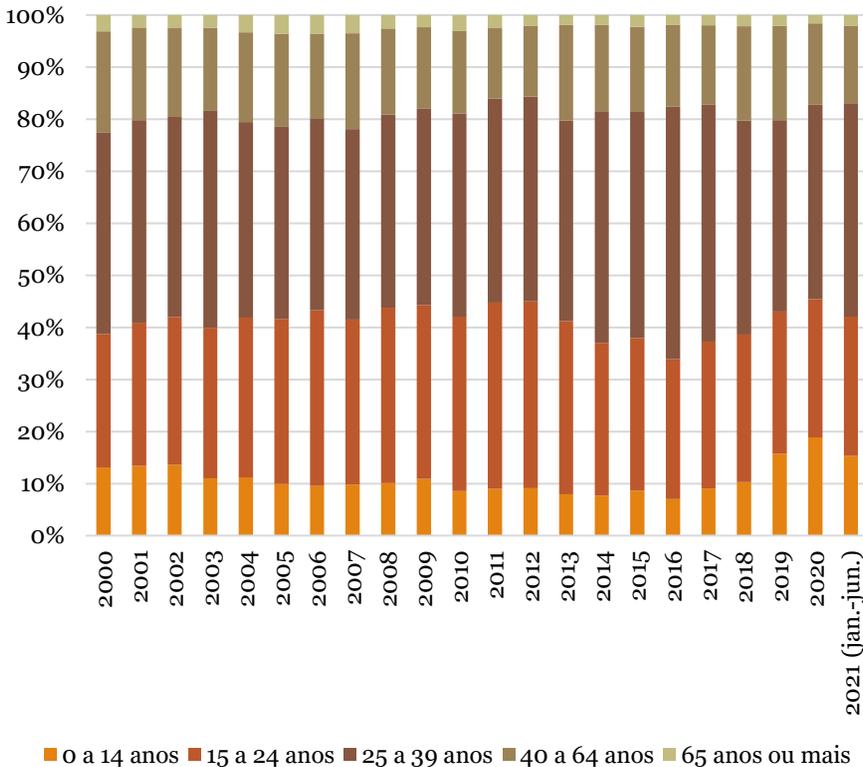


Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Quanto à idade, verifica-se um rejuvenescimento da migração, com maior participação das meninas entre 0 e 14 anos, especialmente a partir de 2018, provavelmente relacionada à imigração familiar venezuelana, bem como o incremento de mulheres no grupo de 15 a 39 anos (Gráfico 2).

Gráfico 2. Mulheres imigrantes internacionais registradas no Brasil, entre 2000 e outubro de 2020, segundo faixa etária e ano de registro



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Finalmente, em se tratando dos principais amparos legais utilizados na regularização dessas mulheres imigrantes no Brasil, destaca-se o Acordo de Residência do Mercosul (Decreto 6.975/09), responsável por conferir documentação a 17% de todas as mulheres cadastradas no SISMIGRA no período de 2020-2021 (Quadro 1). A Portaria Interministerial nº9, de 2018, uma das principais legislações na gestão da migração venezuelana, ocupa a segunda posição nesse ranking, com atuação concentrada nos anos de 2019 e 2020, momento no qual mais de 60.064 mulheres contaram com esse respaldo legal para permanência no Brasil e outras 102.460 mulheres com o Decreto 6.975/09 do Acordo de Residência do Mercosul e Associados, totalizando mais de 162 mil mulheres imigrantes com este amparo legal e representando quase 30% dos vistos de permanência de mulheres no imigrantes no Brasil, sugerindo situações muito heterogêneas e diferentes condicionantes nessas migrações de mulheres. São relevantes ainda as normativas associadas à vinda de cientistas, pesquisadoras e professoras ou estudantes, à reunião familiar, à Lei de Anistia (Lei 11.961/09), a residentes fronteiriços, às formas de regularização específica da migração haitiana (Artigo 16 e 18 lei 6815/80 com Resolução Normativa 97/12) e Decreto 6.736/09 (Acordo Brasil e Argentina) que disciplina a concessão de visto permanente a detentores de vistos temporários ou a turistas (Quadro 1). Ressalte-se que os amparos legais que indicam “reunião familiar” totalizaram 83.232 mulheres, correspondendo a 14% no total das mulheres registradas no período.

Quadro 1. Mulheres imigrantes internacionais registradas no Brasil, entre 2000 e outubro de 2020, segundo amparo legal e ano de registro

Amparo legal	Descrição	2000-2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan.-jun.)	Total
Decreto 6.975/09 - Acordo Residência Mercosul e Associados	Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile.	4.802	2.310	6.645	10.796	11.991	9.683	10.858	9.447	9.951	9.823	10.267	3.437	2.450	102.460
Portaria interministerial n 9/18	Regulamenta a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43.923	16.141	0	60.064
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	16.093	3.043	3.567	4.425	4.957	5.294	4.994	4.963	3.950	413	1	0	0	51.700

Amparo legal	Descrição	2000-2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan.-jun.)	Total
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	1.031	262	545	845	1.061	6.319	10.176	7.231	6.463	163	0	0	0	34.096
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	21.558	2.630	2.763	2.807	2.007	605	257	332	142	76	0	0	0	33.177
Artigo 13 - Item I - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos	9.451	1.320	1.292	1.351	3.903	3.759	1.556	3.168	3.566	463	0	0	0	29.829
Resolução Normativa 36/99 CNI/MTE	Concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	16.221	1.288	1.878	2.582	2.439	1.285	239	110	69	15	0	0	0	26.126
Artigo 16 e 18 lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e Resolução Normativa 97/12	Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.	2	2	2	168	921	2.814	4.144	7.928	5.756	1.515	0	0	0	23.252
Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de	6.827	1.140	1.695	2.202	2.089	1.862	1.550	1.271	1.042	382	0	0	0	20.060

Amparo legal	Descrição	2000-2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan.-jun.)	Total
	cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro;														
Artigo 1 - Resolução Normativa 126/17 CNIg	Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço.	1	0	0	2	1	3	0	4	2.528	14.734	0	0	0	17.273
Dependente de Titular de Resolução Normativa	Disciplina a concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	2.818	667	863	1.099	1.515	1.201	1.139	1.078	1.075	193	0	0	0	11.648
Artigo 37, Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar ao imigrante: I) cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II) filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III) ascendente, descendente até o segundo grau ou	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.248	2.902	2.212	11.362

Amparo legal	Descrição	2000-2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan.-jun.)	Total
	irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV) que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.														
Lei 11.961/09	Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.	14.742	863	282	212	64	5	16	9	3	2	0	0	0	16.198
Acordo Brasil/Argentina Decreto 6736/09	Promulga o acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas	3.315	757	762	768	331	122	265	87	53	795	1.773	826	885	10.739
Outros amparos legais		31.014	3.370	3.968	4.615	5.137	5.340	4.884	7.958	4.659	20.600	19.245	16.117	17.352	144.259
Total		127.875	17.652	24.262	31.872	36.416	38.292	40.078	43.586	39.257	49.174	81.457	39.423	22.899	592.243

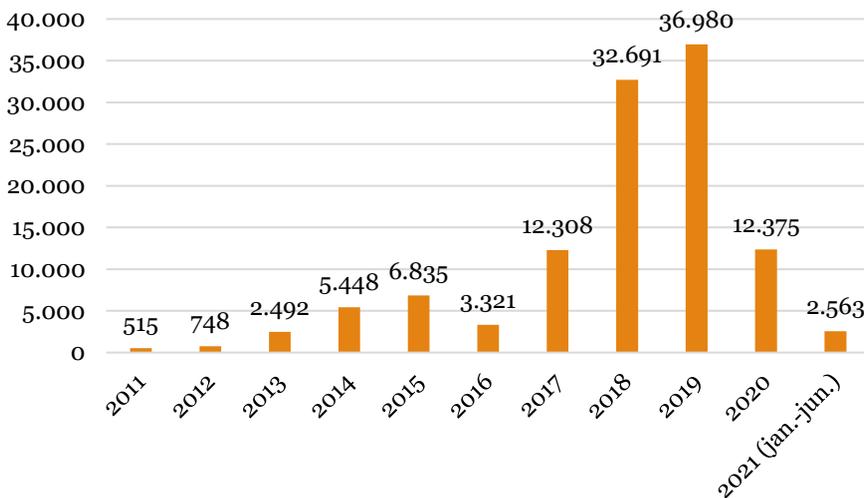
Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A constituição de modalidades migratórias com a presença de mulheres aponta também para a recomposição do entendimento do campo social migratório, em especial na condição de refugiadas. Esta é uma modalidade migratória que exige atributos legais que, de um lado, concedem ao indivíduo o reconhecimento de sua condição de refúgio e, de outro lado, preveem a reunião familiar, podendo novamente trazer o viés da invisibilidade das mulheres nesta migração refugiada.

Entre 2011 e 2020, foram protocolados cerca de 100 mil pedidos de refúgio de mulheres no Brasil, concentrados, sobretudo, nos anos de 2018 e 2019 (Gráfico 3). Entre as 140 origens diferentes, sobressaem as solicitações de venezuelanas (69 mil) e de haitianas (14 mil), além de cubanas, angolanas, chinesas e sírias.

Gráfico 3. Mulheres solicitantes de reconhecimento da condição de refugiada, segundo ano de registro. Brasil, 2011 a junho 2020 (total = 116.276)

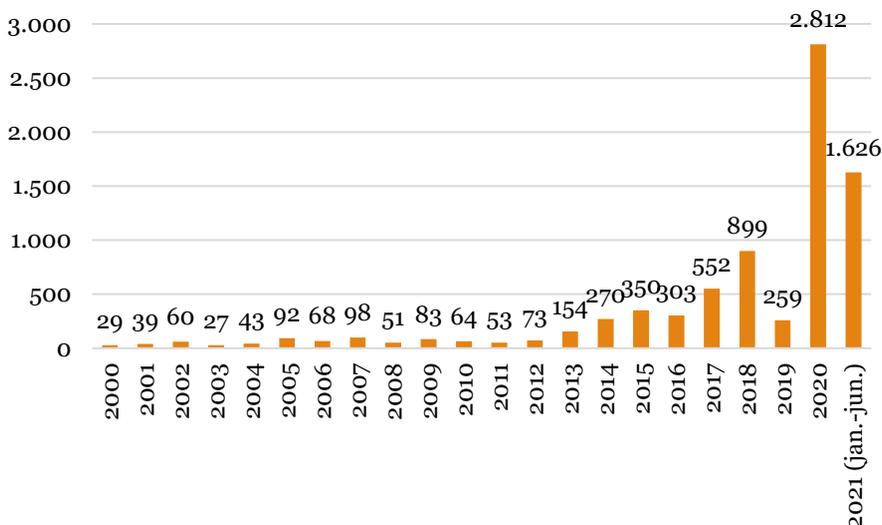


Fonte: Sistema de Tráfego Internacional – Módulo de Alerta e Restrições (STI/MAR), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

O volume de solicitantes de refúgio contrasta com a pequena fatia dos pedidos que, de fato, são deferidos pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). No SISMIGRA, pouco mais de 5 mil mulheres encontravam-se amparadas pela Lei 9.474 (Estatuto dos Refugiados) entre 2000 e 2020, das quais 4.438 eram venezuelanas reconhecidas como refugiadas nos últimos dois anos (Gráfico 4).

Gráfico 4. Mulheres imigrantes internacionais com a condição de refúgio registrados no Brasil, entre 2000 e junho de 2021, segundo ano de registro (n= 8.005 mulheres)

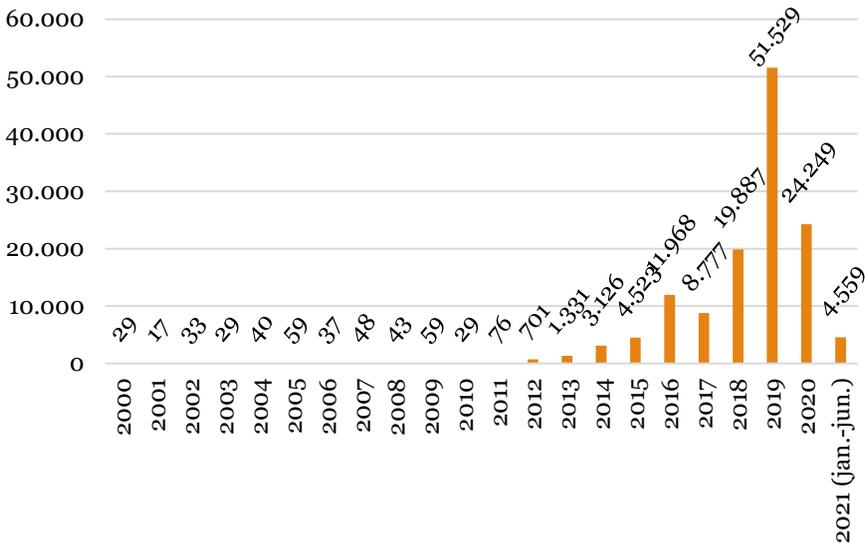


Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

No entanto, se considerarmos o refúgio desde uma perspectiva mais ampla, englobando também os dispositivos jurídicos adotados na gestão das migrações de crise (CLOCHARD, 2007), temos quase 125 mil mulheres nas migrações transnacionais de refúgio (BAENINGER, 2017) registradas no Brasil (Gráfico 5).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 5. Mulheres imigrantes internacionais com amparo legal associado à migração transnacional de refúgio, registradas no Brasil entre 2000 e junho de 2021, segundo ano de registro (n= 131.149 mulheres)⁶⁷



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Registros Administrativos do Ministério do Trabalho e Previdência

Dumitru (2014) afirma que o preconceito sexista em relação às mulheres imigrantes é fortemente atribuído à maior presença de mulheres em trabalho doméstico (incluindo os serviços domésticos). Ainda que esta seja a realidade de muitas mulheres migrantes, que precisam desempenhar jornadas

⁶⁷ Nota: Nessa categoria são considerados os seguintes amparos legais: (1) Artigo 2. Decreto 9.277/18; (2) Artigo 14, I, letra c da Lei 13.445/17; (3) Artigo 30, I, letra c, da Lei 13.445/17; (4) Portaria interministerial n 9/18; (5) Resolução Normativa 126/17 CNIg; (6) Resolução Normativa 97/12 e port. 10/18 – Ministério da Justiça; (7) Portaria interministerial n° 12/19; (8) Resolução Conjunta 01/18 - MTE/MJ/CGI; (9) Portaria Interministerial n° 05 de 26/07/19; (10) Portaria Interministerial n° 10/19; (11) Resolução Normativa 06/99 – CONARE; (12) Resolução Normativa 27 de 25/11/98 do CNIg /MTE; e (13) Artigo 16 e 18 lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) com Resolução Normativa 97/12.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

duplas de trabalho cotidianamente (MOROKVASIC, 1984), os dados sobre a inserção desse grupo no mercado formal brasileiro, entre 2000 e 2019, apontam para um cenário mais diverso, seja em termos de volume, nível educacional, idade, nível salarial ou ocupações desempenhadas por essas trabalhadoras imigrantes em diferentes espaços das migrações do Brasil.

No período considerado, ao longo desses vinte anos, observa-se aumento expressivo (de 2,7 vezes) no estoque anual de vínculos de trabalho ativos para mulheres imigrantes, as quais passaram de 12.794 registros em 2000, para 17.904 em 2010 e alcançam o marco de 47.930 vínculos formais em 2019, correspondendo a quase 30% dos vínculos de emprego (Tabela 2).

Tabela 2. Vínculos ativos de trabalho formal no Brasil em 31/12 para mulheres imigrantes internacionais, segundo ano de registro, 2000-2019

Ano de registro	Mulheres imigrantes	% no total de vínculos	Total de vínculos
2000	12.794	29,3	43.691
2001	12.959	30,3	42.816
2002	13.178	30,8	42.731
2003	13.040	31,1	41.973
2004	13.201	31,1	42.458
2005	13.553	30,9	43.856
2006	13.673	31,2	43.768
2007	14.793	31,3	47.214
2008	15.507	31,4	49.439
2009	16.345	31,5	51.815
2010	17.904	31,1	57.492
2011	19.888	30,7	64.711
2012	22.049	29,3	75.154
2013	26.098	27,6	94.485
2014	31.924	26,8	119.312
2015	34.983	26,7	131.037
2016	32.847	28,3	115.961
2017	35.817	28,5	125.690
2018	40.813	28,8	141.793
2019	47.930	28,9	165.646

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Considerando a participação das mulheres imigrantes no mercado formal de trabalho, estas passaram de 29,3% do total de vínculos formais para imigrantes internacionais no começo do século, para 31,5% em 2009 e 28,9% em 2019. A diminuição na participação relativa dos registros de mulheres, entre 2010-2016, porém, se relaciona à um aumento expressivo no volume de vínculos ativos anuais ao longo das últimas duas décadas, um estoque de 165.646 casos apenas em 2019. Essa tendência dialoga, por um lado, com um processo de acesso à documentação e formalização dos vínculos de trabalho envolvendo a mão de obra imigrante e, por outro, com a perspectiva de coexistência de diferentes modalidades migratórias que tem o Brasil como espaço de destino e trânsito no século XXI e que contemplam, também, uma parcela importante de imigrantes em idade economicamente ativa.

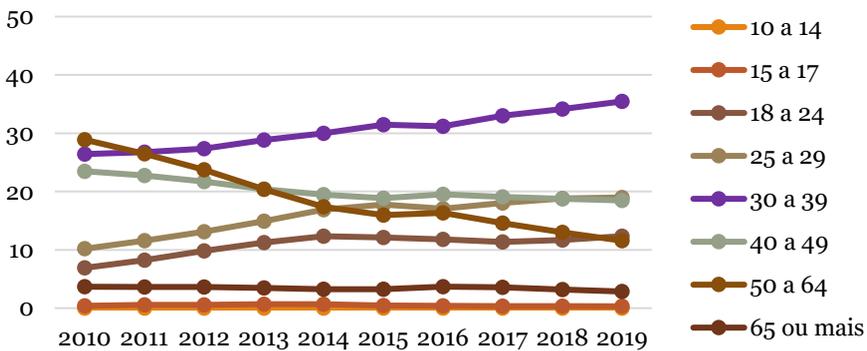
Tal panorama, no entanto, desenvolve-se em meio a transformações no mundo do trabalho, da produção e na esfera legislativa tanto migratória, quanto trabalhista que reforçam seletividades e possíveis hierarquizações na inserção sociolaboral de imigrantes na estrutura ocupacional brasileira, particularmente das mulheres imigrantes. De fato, as taxas de crescimento dos vínculos de trabalho foram de 11,56% a.a. para as mulheres imigrantes, entre 2010-2019, e de 12,87% a.a. para os homens imigrantes, no mesmo período, revelando – mesmo que para as mulheres imigrantes em volumes menores - o mesmo ritmo de inserção laboral no mercado de trabalho formal no Brasil e a necessidade de se romper com o sexismo metodológico (DUMITRU, 2014) nas interpretações das relações migrações-trabalho e suas especificidades.

Dentre estas especificidades, a composição por idade das mulheres imigrantes inseridas no mercado de trabalho formal nacional evidencia transformações que refletem novos contextos dos processos migratórios e não a homogeneização de tendências (Gráfico 6). Enquanto em 2010 predominavam profissionais nas faixas de 50 a 64 anos (28,9%), 30 a 39 anos (26,4%) e 40 a 49 anos (23,5%), ao longo da década a faixa de 30 a 39 anos passou a se destacar de forma importante, atingindo o marco de 35,5% dos 47.930 vínculos de mulheres imigrantes em 2019. Ainda que a tendência de crescimento absoluto dos registros tenha se

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

mantido para todas as faixas etárias, perderam espaço relativo os registros de trabalho daquelas profissionais com 40 anos ou mais e ganharam, comparativamente, aqueles de imigrantes entre 18 e 39 anos, reforçando um perfil mais rejuvenescido dessas trabalhadoras migrantes na estrutura ocupacional nacional entre 2010 e 2019.

Gráfico 6. Distribuição relativa dos vínculos ativos de trabalho formal no Brasil em 31/12 para mulheres imigrantes internacionais, segundo ano de registro e faixa etária, 2000-2019



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Os espaços em que se inserem essas trabalhadoras migrantes são outra dimensão central pois dialogam com o lugar do país na rota de diferentes fluxos migratórios, os quais podem ou não apresentar relações históricas prévias (SEYFERTH, 2002). Desse modo, na Tabela 3 e Gráfico 8 apresentam-se os registros ativos formais para mulheres imigrantes segundo Unidades da Federação e grandes regiões do Brasil entre 2010 e 2019, enquanto o Gráfico 8 contempla a distribuição dos registros para grandes regiões.

Nota-se, segundo os dados da RAIS, uma importante inserção laboral formal de trabalhadoras imigrantes na região Sudeste, historicamente um espaço de presença da migração internacional no país (BAENINGER, 2012). A centralidade histórica desta região no panorama nacional tem sido alterada em função das migrações na fronteira, sobretudo, a partir de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

2015, com a entrada da imigração venezuelana pela região Norte e sua interiorização pela Operação Acolhida do Governo Federal. Nesse sentido, entre 2010 e 2019, ganharam mais espaço em termos absolutos e relativos outras regiões e estados. A região Sul aumentou em quase seis vezes o estoque anual de registros de mulheres imigrantes no mercado formal de trabalho (de 866 em 2010, para 2.088 em 2015 e 20.073 em 2019), com Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul se consolidando como espaço centrais de inserção sociolaboral formal de trabalhadoras imigrantes no país, principalmente a partir de 2015. Enquanto a região Centro-Oeste passou de 866 registros de vínculos de empregos de mulheres imigrantes em 2010, para 3.348 em 2019; a Norte, que iniciou a década com 589 vínculos ativos anuais, está encerrando com 2.156 (particularmente Roraima, que passou de 23 registros para 800 em 9 anos) e a região Nordeste, por sua vez, que passou de 926 registros para mulheres no mercado formal em 2010, para 1.552 em 2019.

Finalmente, deve-se levar em consideração que - apesar dessa recomposição em nível nacional da distribuição espacial dos vínculos ativos de trabalho formal para mulheres imigrantes - São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais permanecem sendo importantes espaços de inserção dessa parcela de profissionais, visto que representaram apenas em 2019 42,7% do total de registros na RAIS (20.511 em 47.930). De modo geral, portanto, tem-se tanto uma intensificação da inserção de trabalhadoras migrantes no mercado nacional em condições formais, com carteira assinada e acesso a seguridade social, como uma reconfiguração de seus espaços de reprodução social para além dos grandes centros econômicos e financeiros do país.

Tabela 3. Vínculos ativos de trabalho formal no Brasil em 31/12 para mulheres imigrantes internacionais, segundo ano de registro, regiões e Unidades Federativas (UFs), 2000-2019

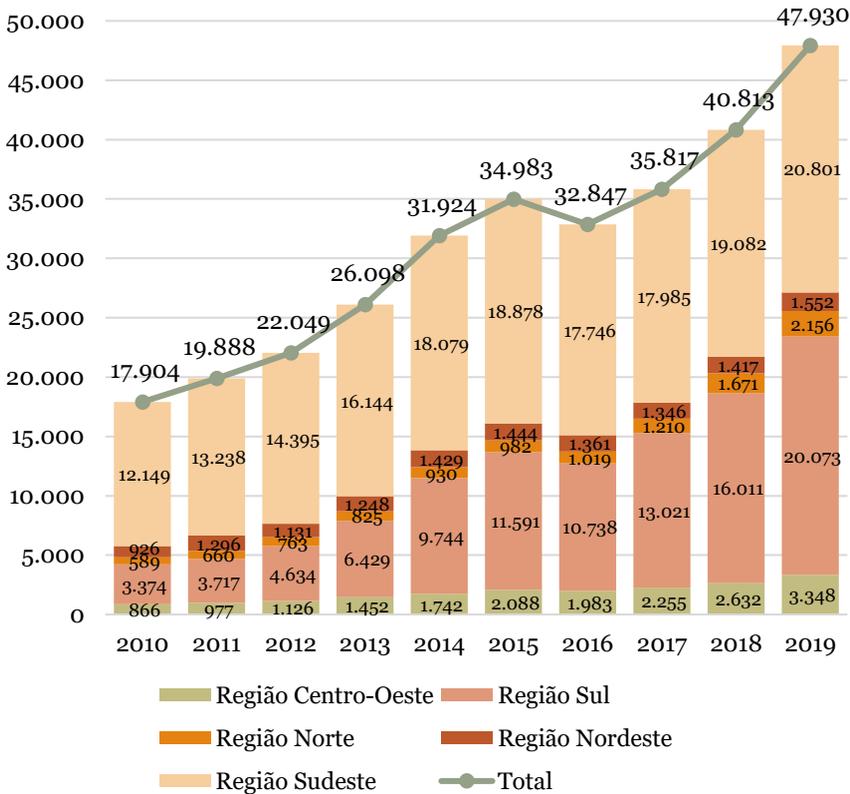
Grandes regiões e Unidades Federativas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Região Norte	589	660	763	825	930	982	1.019	1.210	1.671	2.156
Rondônia	90	114	143	156	187	207	161	169	208	250
Acre	67	59	71	73	87	69	64	61	57	53
Amazonas	279	328	362	402	428	434	449	431	564	814
Roraima	23	31	48	46	52	81	134	337	605	800
Pará	93	91	99	107	114	120	145	136	161	160
Amapá	12	12	15	16	17	19	20	26	18	22
Tocantins	25	25	25	25	45	52	46	50	58	57
Região Nordeste	926	1.296	1.131	1.248	1.429	1.444	1.361	1.346	1.417	1.552
Maranhão	33	38	40	43	43	47	56	53	39	38
Piauí	12	272	22	22	18	20	19	24	22	24
Ceará	105	119	128	179	229	205	199	194	211	220
Rio Grande do Norte	87	105	108	112	135	150	138	127	143	157
Paraíba	45	54	59	60	70	71	64	69	78	94
Pernambuco	180	194	200	240	280	283	257	264	271	315
Alagoas	32	30	34	36	49	48	48	58	51	59
Sergipe	34	37	45	52	57	61	52	44	53	47
Bahia	398	447	495	504	548	559	528	513	549	598
Região Sudeste	12.149	13.238	14.395	16.144	18.079	18.878	17.746	17.985	19.082	20.801
Minas Gerais	604	671	733	918	1.096	1.165	1.146	1.267	1.461	1.795
Espírito Santo	141	146	174	194	211	211	221	228	236	290
Rio de Janeiro	2.587	2.878	3.023	3.248	3.706	3.849	3.506	3.269	3.273	3.289
São Paulo	8.817	9.543	10.465	11.784	13.066	13.653	12.873	13.221	14.112	15.427
Região Sul	3.374	3.717	4.634	6.429	9.744	11.591	10.738	13.021	16.011	20.073
Paraná	1.200	1.392	1.900	2.700	3.847	4.395	4.137	4.782	5.788	6.977

Grandes regiões e Unidades Federativas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Santa Catarina	911	1.026	1.210	1.835	3.208	4.013	3.622	4.646	5.819	7.654
Rio Grande do Sul	1.263	1.299	1.524	1.894	2.689	3.183	2.979	3.593	4.404	5.442
Região Centro-Oeste	866	977	1.126	1.452	1.742	2.088	1.983	2.255	2.632	3.348
Mato Grosso do Sul	241	271	340	398	525	650	634	728	868	1.130
Mato Grosso	113	138	150	302	450	560	490	607	751	918
Goiás	125	152	175	232	249	319	325	380	420	582
Distrito Federal	387	416	461	520	518	559	534	540	593	718
Total	17.904	19.888	22.049	26.098	31.924	34.983	32.847	35.817	40.813	47.930

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 8. Vínculos ativos de trabalho formal no Brasil em 31/12 para mulheres imigrantes internacionais, segundo ano de registro e grandes regiões, 2000-2019



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

A composição por nível de escolaridade dessas mulheres imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro é outra dimensão fundamental a ser considerada, seja pelas seletividades, restrições burocráticas ou mesmo pela morosidade e alto custo da transferência internacional de competências (DOMENICONI, 2021), pela participação expressiva do mercado informal na composição da estrutura laboral do país⁶⁸ ou mesmo

⁶⁸ A condição informal de trabalho foi registrada para 41,6% dos trabalhadores em 2019, ou 39,3 milhões de pessoas, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

pelas altas taxas de desocupação ou subocupação observadas ao longo da última década (IBGE, 2020).

A partir disso, a Tabela 4 apresenta os registros ativos anuais da RAIS para trabalhadoras migrantes no Brasil entre 2010 e 2019, segundo nível de escolaridade: analfabeto, baixa (ensino fundamental incompleto, completo e ensino médio incompleto), intermediária (ensino médio completo e superior incompleto) e alta (ensino superior completo, mestrado e doutorado). Observa-se, de modo geral, um crescimento no estoque anual de registros para essa parcela da força de trabalho migrante em seus diferentes níveis de escolaridade. Entretanto, o ritmo de crescimento observado em cada grupo aponta para tendências importantes em torno do mercado laboral, como apresentam as taxas de crescimento geométricas anuais do período, maiores à medida que o nível de escolaridade diminui: 0,12% para o total, 0,04% para vínculos de trabalhadoras com alto nível de escolaridade, 0,15% para intermediário, 0,20% para baixo e 0,59% para analfabetos (Tabela 4). Esse crescimento pode ser interpretado tanto pela maior presença de trabalhadoras imigrantes com diferentes níveis de escolaridade no mercado nacional, como pela criação de postos de trabalho em condições de subocupação, mais flexíveis, temporários e precarizados que demandem menores níveis de instrução e especialização.

Se no início da década os registros para mulheres imigrantes com alta escolaridade representavam 55,6% do total (9.957 em 17.904), sua participação relativa apresenta um decréscimo a cada ano, tendo atingido o marco de 30,7% em 2019 (14.735 em 47.930 vínculos) apesar de seu crescimento em números absolutos. Em contraposição ganharam espaço vínculos de trabalho para mulheres imigrantes com nível intermediário (de 31,7% para 42,8%), baixo (de 12,6% para 24,1%) e analfabeto (de 0,1% para 2,3%), entre 2010 e 2019 (Tabela 4).

Tabela 4. Vínculos ativos de trabalho formal no Brasil em 31/12 para mulheres imigrantes internacionais, segundo ano de registro e nível de escolaridade, 2010-2019

Ano de Registro	Nível de Escolaridade								Total
	Analfabeto	%	Baixa	%	Intermediária	%	Alta	%	
2010	17	0,09	2.256	12,60	5.674	31,69	9.957	55,61	17.904
2011	16	0,08	2.919	14,68	6.471	32,54	10.482	52,71	19.888
2012	8	0,04	3.222	14,61	7.317	33,19	11.502	52,17	22.049
2013	69	0,26	4.739	18,16	8.877	34,01	12.413	47,56	26.098
2014	218	0,68	7.075	22,16	11.223	35,16	13.408	42,00	31.924
2015	326	0,93	8.388	23,98	12.689	36,27	13.580	38,82	34.983
2016	385	1,17	7.099	21,61	12.366	37,65	12.997	39,57	32.847
2017	604	1,69	8.209	22,92	13.865	38,71	13.139	36,68	35.817
2018	774	1,90	9.906	24,27	16.472	40,36	13.661	33,47	40.813
2019	1.106	2,31	11.561	24,12	20.528	42,83	14.735	30,74	47.930
Taxa de crescimento geométrica anual (%) 2010-2019	0,59		0,20		0,15		0,04		0,12

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A recomposição do perfil sociodemográfico nas migrações e, especialmente no mercado de trabalho formal brasileiro, pode ser notada ainda nas ocupações desempenhadas pelas trabalhadoras imigrantes (Tabela 5). Em 2011, destacavam-se na RAIS registros para escriturárias, agentes, assistentes e auxiliares administrativas com escolaridade alta e intermediária; vendedoras e demonstradoras em lojas ou mercados com escolaridade intermediária e baixa e médicas clínicas com alta escolaridade. Assim como, professoras do ensino fundamental; operadoras de máquinas para costura; instrutoras e professoras de escolas; professoras nas áreas de língua e literatura; gerentes administrativas, financeiras e de riscos; gerentes de marketing, comercialização e vendas; e garçons, bartenders, copeiras e sommeliers.

Já em 2019, desponta-se um aumento em volume e diversificação das ocupações com presença de mulheres imigrantes, segundo dados da RAIS, particularmente para aquelas que demandam nível baixo e intermediário de escolaridade. Destacam-se, assim, registros para como trabalhadoras imigrantes nos serviços de manutenção; magarefes; vendedoras; alimentadoras de linha de produção; garçons e copeiras e cozinheiras. Por outro lado, apresentaram tendências positivas também os vínculos de trabalhadoras com elevada escolaridade na posição de médicas, gerentes e professoras, ainda que em volumes menos expressivos (Tabela 5).

A inserção sociolaboral dessas mulheres imigrantes com diferentes origens, perfis educacionais e laborais, no entanto, perpassa distintos tipos de barreiras e seletividades. De fato, as dificuldades de inserção laboral para mulheres imigrantes, muitas vezes, as conduzem a condições de incompatibilidade entre sua formação, experiência profissional e atividade desempenhada nos locais de destino migratório (WATERS, 2009), reforçando interpretações da presença de mulheres em serviços domésticos ou mesmo sem trabalho e na condição de esposa/ acompanhante que não são apreendidas pela RAIS. São nessas condições de incompatibilidade entre a formação profissional e a inserção laboral de mulheres imigrantes que Dumitru (2014) atribui o peso do sexismo metodológico, com a

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

presença dessas mulheres sendo remetidas aos cuidados, mesmo que possam ter uma formação ocupacional de maior escolaridade.

Uma informação que permite apontar possíveis incompatibilidades entre a formação/instrução prévia das mulheres imigrantes e a condição de inserção sociolaboral no Brasil é a relação entre seu nível de escolaridade e a remuneração média obtida (Tabela 6), apesar das contrariedades e limitações próprias ao mercado de trabalho brasileiro e às tendências laborais contemporâneas (ANTUNES, 2012).

Nota-se assim que em 2011 dos 19.888 registros para mulheres imigrantes, 44,2% contavam com remuneração entre 1,01 e 3 salários-mínimos (SM), 12,3% entre 3,01 e 5 e 9,2% recebiam entre 10,01 e 15. Em 2019, porém, a renda média obtida por essas mulheres imigrantes encontra-se sobremaneira na faixa de 1,01 e 3 salários-mínimos, o equivalente a 71,3% do total (34.184 em 47.930). Nessa faixa predominam mulheres imigrantes com nível de escolaridade analfabeto (1.090), baixa (10.734), intermediária (17.776), mas também, com nível alto (4.584).

Em termos absolutos, todas as faixas de renda apresentaram um crescimento no número de registros de mulheres imigrantes com diferentes níveis de escolaridade. Contudo, entre as imigrantes com ensino superior completo, mestrado e doutorado, nota-se, relativamente, que estas passaram, de uma remuneração média de 1,01 a 15 salários-mínimos em 2010, para, no ano de 2019, uma remuneração média inferior a 5 salários-mínimos (Tabela 6). Cabe ressaltar, ainda, crescimento dos casos de mulheres imigrantes com níveis médios e altos de escolaridade que, no entanto, encontravam-se registradas em ocupações com rendimento médio igual ou inferior a 1 salário-mínimo, o caso de 729 registros em 2010 e 1.567 registros em 2019.

Tabela 5. Vínculos ativos de trabalho formal no Brasil em 31/12 para mulheres imigrantes internacionais, segundo ano de registro, ocupações e nível de escolaridade, 2011 e 2019

Ocupações	2011				Total
	Nível de Escolaridade				
	Analfabeto	Baixa	Intermediária	Alta	
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	-	242	1.087	754	2.083
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	-	388	730	105	1.223
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta series)	1	88	74	598	761
Médicos clínicos	-	-	-	710	710
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	4	296	264	6	570
Instrutores e professores de escolas livres	-	8	176	382	566
Professores nas áreas de língua e literatura do ensino superior	-	-	-	549	549
Gerentes administrativos, financeiros e de riscos	-	39	159	349	547
Gerentes de marketing, comercialização e vendas	-	29	144	313	486
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	-	197	234	7	438
Receptionistas	-	49	274	81	404
Professores na área de formação pedagógica do ensino superior	-	-	-	390	390
Professores do ensino médio	1	1	31	353	386
Secretários executivos e bilingues	-	14	136	219	369
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	-	87	243	25	355
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	1	218	106	2	327
Supervisores de serviços administrativos (exceto contabilidade, finanças e controle)	-	20	93	201	314
Cozinheiros	-	147	123	9	279
Técnicos e auxiliares de enfermagem	-	23	228	20	271
Professores de nível médio no ensino fundamental	-	2	37	227	266
Administradores de empresas	-	-	-	237	237
Outras ocupações	9	1.071	2.332	4.945	8.357
Não classificados	-	-	-	-	-
Total	16	2.919	6.471	10.482	19.888

2019

Ocupações	Nível de Escolaridade				Total
	Analfabeto	Baixa	Intermediária	Alta	
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	58	1.765	2.346	162	4.331
Magarefes e afins	860	2.590	544	39	4.033
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	5	594	2.388	407	3.394
Alimentadores de linhas de produção	41	1.611	1.038	107	2.797
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	2	276	1.515	980	2.773
Trabalhadores auxiliares nos serviços de alimentação	33	604	1.284	76	1.997
Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	11	328	1.162	118	1.619
Cozinheiros	11	420	856	51	1.338
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	4	138	992	135	1.269
Médicos clínicos	-	-	-	1.017	1.017
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	1	334	625	25	985
Receptionistas	-	60	572	184	816
Gerentes de marketing, comercialização e vendas	-	21	146	610	777
Gerentes administrativos, financeiros e de riscos	-	29	223	458	710
Instrutores e professores de escolas livres	1	5	220	480	706
Camareiros, roupeiros e afins	11	195	448	39	693
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta series)	-	-	15	675	690
Professores nas áreas de língua e literatura do ensino superior	-	1	38	623	662
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	9	268	291	18	586
Operadores de telemarketing	1	11	354	158	524
Professores na área de formação pedagógica do ensino superior	-	-	-	483	483
Outras ocupações	58	2.310	5.470	7.888	15.726
Não classificados	-	1	1	2	4
Total	1.106	11.561	20.528	14.735	47.930

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 6. Vínculos ativos de trabalho formal no Brasil em 31/12 para mulheres imigrantes internacionais, segundo ano de registro, faixa de remuneração média (Salários-Mínimos) e nível de escolaridade, 2011 e 2019

Faixa Remuneração Média (SM)	2011				Total	%
	Nível de Escolaridade					
	Analfabeto	Baixa	Intermediária	Alta		
≤ 1	2	146	295	434	877	4,4
1,01 a 3,00	13	2.448	4.495	1.828	8.784	44,2
3,01 a 5,00	-	176	803	1.475	2.454	12,3
5,01 a 7,00	1	51	306	1.163	1.521	7,6
7,01 a 10,00	-	20	246	1.330	1.596	8,0
10,01 a 15,00	-	17	155	1.657	1.829	9,2
15,01 a 20,00	-	1	59	973	1.033	5,2
Mais de 20,00	-	2	47	1.506	1.555	7,8
Não Classificados	-	58	65	116	239	1,2
Total	16	2.919	6.471	10.482	19.888	100

Faixa Remuneração Média (SM)	2019				Total	%
	Nível de Escolaridade					
	Analfabeto	Baixa	Intermediária	Alta		
≤ 1	6	480	946	621	2.053	4,3
1,01 a 3,00	1.090	10.734	17.776	4.584	34.184	71,3
3,01 a 5,00	-	77	759	1.982	2.818	5,9
5,01 a 7,00	-	17	239	1.331	1.587	3,3
7,01 a 10,00	-	10	114	1.484	1.608	3,4
10,01 a 15,00	2	3	69	1.855	1.929	4,0
15,01 a 20,00	1	-	21	1.059	1.081	2,3
Mais de 20,00	-	2	24	1.417	1.443	3,0
Não Classificados	7	238	580	402	1.227	2,6
Total	1.106	11.561	20.528	14.735	47.930	100

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Finalmente, os dados obtidos a partir da RAIS permitem apreender as nacionalidades das mulheres imigrantes registradas anualmente no mercado formal de trabalho brasileiro (Tabela 7). Em 2011, destacavam-se registros para nacionais da América Latina e Caribe, 49,7% (9.875 em 19.888) e para a Europa 30,8% (6.121 em 19.888), além de, em menor medida, Ásia (2.087), América do Norte (806) e África (163). Entre os vínculos ativos computados, aqueles de mulheres portuguesas representavam 16% do total (3.179 em 19.888) e contemplavam profissionais com nível de escolaridade alta (1.646) e

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

intermediária (1.066), além de, latino-americanas e caribenhas de nacionalidade argentina (1.849), paraguaia (1.487), boliviana (1.453), chilena (1.412), uruguaia (1.363); asiáticas, sobretudo chinesas (1.065), e na América do Norte as trabalhadoras norte-americanas (712).

Já em 2019 observa-se, inicialmente, uma maior diversificação das nacionalidades apresentadas na RAIS, o que acompanha as tendências em torno da multiplicidade de origens e destinos dos fluxos migratórios no Brasil em anos recentes, particularmente para profissionais com escolaridade intermediária. Os registros para trabalhadoras latino-americanas e caribenhas passam a apresentar 75,5% do total (36.174 em 47.930), com destaque para nacionais do Haiti (14.113), com nível de escolaridade entre intermediária (5.736), baixa (7.171) e analfabeta (1.000); da Venezuela 11,9% (5.681 em 47.930), com escolaridade principalmente entre os níveis alto (1.427), intermediário (3.422) e baixa (786). Perderam espaço em termos relativos e absolutos - em número de vagas no mercado formal brasileiro - mulheres de nacionalidades europeias, que contabilizaram um montante de 4.955 registros no ano de 2019 (10,3% de 47.930). Ressalta-se o caso das portuguesas, italianas, francesas, espanholas, alemãs e outras. A exceção encontra-se no caso de trabalhadoras de nacionalidade russa, que passaram de 60 registros em 2011, para 127 em 2019.

Por outro lado, ganharam espaço no mercado formal brasileiro em termos absolutos os registros de nacionais de países da África (1.329), angolanas (558), sul-africanas (94) e guineenses (87); América do Norte (893), norte-americanas (785) e Ásia (3.079), chinesas (1.266), japonesas (950), sul-coreanas (141) e sírias (43) (Tabela 7).

Tabela 7. Vínculos ativos de trabalho formal no Brasil em 31/12 para mulheres imigrantes internacionais, segundo ano de registro, regiões do mundo, nacionalidades e nível de escolaridade, 2011 e 2019

Regiões do mundo e nacionalidades	2011					2019				
	Nível de Escolaridade				Total	Nível de Escolaridade				Total
	Analfabeto	Baixa	Intermediária	Alta		Analfabeto	Baixa	Intermediária	Alta	
América Latina e Caribe	12	1.604	3.549	4.710	9.875	1.078	10.499	16.415	8.182	36.174
Argentina	1	146	657	1.045	1.849	3	273	1.240	1.355	2.871
Boliviana	3	391	544	515	1.453	2	361	1.078	748	2.189
Chilena	2	88	549	773	1.412	-	44	431	708	1.183
Colombiana	-	10	39	105	154	-	35	327	752	1.114
Cubana	-	-	-	-	-	3	36	203	262	504
Equatoriana	-	-	6	21	27	-	8	37	87	132
Haitiana	-	33	14	2	49	1.000	7.171	5.736	206	14.113
Paraguaia	5	595	684	203	1.487	19	1.319	2.153	396	3.887
Peruana	-	20	75	162	257	3	84	581	733	1.401
Uruguaia	-	267	637	459	1.363	1	328	921	489	1.739
Venezuelana	-	3	21	79	103	46	786	3.422	1.427	5.681
Outras Latino-Americanas	1	51	323	1.346	1.721	1	54	286	1.019	1.360
América do Norte	1	21	120	664	806	-	33	164	696	893
Canadense	1	3	11	79	94	-	5	16	87	108
Norte-Americana	-	18	109	585	712	-	28	148	609	785
África	-	20	59	84	163	8	255	703	363	1.329
Guineense	-	-	-	-	-	-	17	43	27	87
Marroquina	-	-	-	-	-	-	3	12	4	19
Angolana	-	12	31	37	80	3	84	321	150	558
Congolesa	-	-	-	4	4	1	13	59	13	86
Sul-Africana	-	-	10	15	25	-	28	36	30	94
Ganesa	-	-	-	-	-	1	9	12	3	25
Senegalesa	-	-	-	-	-	3	20	14	3	40
Outras Africanas	-	8	18	28	54	-	81	206	133	420

Continua...

Regiões do mundo e nacionalidades	2011					2019				
	Nível de Escolaridade				Total	Nível de Escolaridade				Total
	Analfabeto	Baixa	Intermediária	Alta		Analfabeto	Baixa	Intermediária	Alta	
Ásia	1	413	793	880	2.087	9	327	1.476	1.267	3.079
Bengalesa	-	-	-	-	-	2	7	23	12	44
Chinesa	-	278	432	355	1.065	6	183	627	450	1.266
Coreana	-	11	92	145	248	-	5	54	104	163
Indiana	-	-	3	4	7	-	3	8	47	58
Japonesa	1	103	204	241	549	-	82	538	330	950
Paquistanesa	-	1	-	2	3	-	8	6	2	16
Síria	-	-	-	-	-	1	3	17	22	43
Sul-Coreana	-	-	-	-	-	-	3	32	106	141
Outras Asiáticas	-	20	62	133	215	-	33	171	194	398
Europa	-	635	1.759	3.727	6.121	5	305	1.385	3.260	4.955
Alemã	-	20	119	300	439	-	9	67	298	374
Belga	-	7	17	67	91	-	1	9	54	64
Britânica	-	6	45	168	219	-	1	19	149	169
Espanhola	-	46	160	429	635	-	22	113	293	428
Francesa	-	7	63	370	440	3	8	53	389	453
Italiana	-	60	188	342	590	-	30	188	335	553
Portuguesa	-	467	1.066	1.646	3.179	2	213	806	1.265	2.286
Russa	-	2	7	51	60	-	1	17	109	127
Suíça	-	3	24	66	93	-	2	15	48	65
Outras Europeias	-	17	70	288	375	-	18	98	320	436
Outras Nacionalidades	2	226	191	417	836	6	142	385	967	1.500
Total	16	2.919	6.471	10.482	19.888	1.106	11.561	20.528	14.735	47.930

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Considerações Finais

Este trabalho buscou aproximar o aporte crítico ao sexismo metodológico proposto por Dumitru (2014) às evidências empíricas da presença de mulheres imigrantes no Brasil. Nesse sentido, o recorte para as informações secundárias para mulheres imigrantes nas diferentes fontes de informações possibilitou conhecer a presença dessas mulheres nas migrações contemporâneas como fenômeno independente e desvinculado de interpretações homogeneizantes que assumem como totalizantes as tendências dos homens nas migrações internacionais.

O uso complementar de diferentes fontes de informação secundárias constituídas a partir de registros administrativos do poder público brasileiro demonstra ser importante via teórico-metodológica na reconstrução empírica desse fenômeno. De um lado, permite uma rica caracterização sociodemográfica da presença de mulheres nas migrações internacionais contemporâneas para o país e a apreensão das heterogeneidades e modalidades migratórias. De outro, o debate poderá avançar na crítica ao sexismo metodológico, em especial, com análises referentes às tendências das mulheres nas migrações internacionais.

*Para acesso ao **Atlas Temático das Mulheres nas Migrações Internacionais** do Observatório das Migrações em São Paulo, Observatório das Migrações em Rondônia e Observatório das Migrações de Santa Catarina utilize o QRcode a seguir:*



Referências

- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. *In: Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. especial, p. 44-559, 2012.
- BAENINGER, R. Migrações internacionais e a pandemia de covid-19: mudanças na era das migrações? *In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.
- BAENINGER, R. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. *In: LUSSI, Carmem (org.). Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos*. v. 1. 1 ed. Brasília, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017, p. 13-29.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2012
- BILAC, E. Gênero, família e migrações internacionais. *In: Seminário de Emigração e Imigração no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Programa de Avaliação e acompanhamento das Migrações Internacionais, 1994.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil - Relatório Anual 2020**. *In: Série Migrações - OBMigra; MJSP/CNIg/CGIL*. Brasília, DF: OBMigra, 2020.
- CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. *In: EchoGéo*, 2007.
- COSTA, N. B. N.; GURGEL, H. C. Potencialidades e limites dos registros administrativos no estudo dos fluxos migratórios para o Brasil. *In: ENANPEGE*, 12., 2017, Porto Alegre, RS. **Anais...** [S. l.]: ANPEGE, 2017.
- DOMENICONI, J.O.S. **Migrações internacionais qualificadas: o contexto das migrações Sul-Sul no Brasil no século XXI**. 477 f. Tese (Doutorado) – IFCH/UNICAMP. Campinas, SP, 2021. Disponível em:
<http://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1165799?guid=1635516757447&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1635516757447%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1165799%231165799&i=1>. Acesso em: 20 out. 2021.
- DUMITRU, S. From “brain drain” to “care drain”: Women's labor migration and methodological sexism. *In: Women's Studies International Forum* 47, 2014.
- DUMONT, G. F. Covid-19: fim da geografia da hiper mobilidade? *In: Espaço e Economia* (Online), n 18, ano IX, 2020.
- EREL, U.; MOROKVASIC, M.; SHINOZAKI, K. Introduction – bringing gender into migration. *In: MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K.*

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

- (eds) **Crossing Borders and shifting boundaries**. Vol I - Gender on the move. Oplanden, p.9-22, 2003.
- GAMLEN, A. Migration and Mobility after the 2020 Pandemic: The End of an Age?. *In: Centre on Migration, Policy and Society*, Working Paper No. 146, University of Oxford, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. *In: Estatísticas Sociais*, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2017.
- MAGUID, A. Desafios metodológicos e sistemas de informação no Mercosul. *In: PATARRA, N. (coord.) Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FUNAP, 1995, p.194-1995
- MOROKVASIC, M. Transnational mobility and gender: a view from post-wall Europe. *In: MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) Crossing Borders and shifting boundaries*. Vol I - Gender on the move. Oplanden, p.101-133, 2003.
- MOROKVASIC, M. Birds of passage are also women... *In: International Migration Review*, vol XVIII, nº 4, 1984.
- PERES, R. G. **Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia da UNICAMP. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2009.
- PESSAR, P. R. The Linkage Between the household and workplace of Dominican women in the U.S. *In: International Migration Review*, vol XVIII, nº 4, 1989.
- SEYFERTH, G. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. *In: Revista USP*, São Paulo, SP, n. 53, p. 117-149, 2002.
- WATERS, J. L. Transnational geographies of academic distinction: the role of social capital in the recognition and evaluation of 'overseas' credentials. *In: Globalisation, Societies and Education*, New York, NY, v. 7, n. 2, p. 113-129, 2009.
- YAYBOKE, E. Five Ways COVID-19 Is Changing Global Migration. *In: Centre for strategic & International studies*. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/five-ways-covid-19-changing-global-migration>. Acesso em: 25 mar. 2020.



CAPÍTULO 9

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI E INSERÇÃO SOCIOLABORAL DE IMIGRANTES

Jóice Domeniconi⁶⁹

Para compreender as migrações internacionais contemporâneas para o Brasil, particularmente em um contexto Sul-Sul, é fundamental ter em mente a diversidade de modalidades migratórias (WENDEN, 2001) em curso. Apreende-se, assim, que diferentes contingentes populacionais são colocados em movimento a depender das demandas e necessidades apresentadas nos espaços de origens e de destino desses fluxos (HARVEY, 1992). As migrações internacionais compõem, de tal forma, um excedente populacional constituído pelo modo de produção capitalista, disponível e altamente rotativo (BAENINGER, 2012), que se modifica continuamente a depender das transformações

⁶⁹ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: joicedomeniconi@outlook.com.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

observadas no mundo do trabalho e nos diferentes espaços da produção (SINGER, 1976), cada vez mais, em uma escala transnacional (GLICK-SCHILLER, 2010).

Os espaços, tempos e composições das migrações contemporâneas se conectam, nesse sentido, ao lugar dos países na divisão internacional do trabalho e às relações geopolíticas estabelecidas por esses atores diante da reespecialização da produção global (LIMA, 2020), cada vez mais dispersa, em termos das cadeias de produção, e concentrada, no que diz respeito aos centros financeiros e políticos de gestão e coordenação da informação e conhecimento (HARVEY, 1992).

Segundo dados da Organização Internacional para o Trabalho (OIT), o número de imigrantes internacionais em idade produtiva (acima de 15 anos) que exercem alguma atividade laboral tem apresentado um aumento expressivo ao longo das últimas décadas, tendo alcançado o marco de 169 milhões de imigrantes em idade produtiva trabalhando fora de seus países de origem ou 62,13% dos 272 milhões de imigrantes estimados no mundo em 2019 (OIT, 2021). Sua distribuição espacial e composição populacional, no entanto, apontam para mudanças importantes a serem levadas em consideração particularmente no que diz respeito ao aumento de imigrantes nessa categoria em países em desenvolvimento, como o Brasil, - um resultado, também, do fechamento de fronteiras em países do Norte Global- (DE HAAS, 2010); ao perfil rejuvenescido dessas migrações, em grupos de adultos-jovens; à presença da mão de obra migrante no setor de serviços (66,2%), e à participação de mulheres imigrantes no mundo do trabalho (41,5%) (OIT, 2021).

A partir disso, o Brasil articula-se no cenário internacional, desde uma perspectiva periférica (LIMA, 2020), como rota das migrações internacionais contemporâneas, sendo espaço de origem, destino e trânsito dos diferentes fluxos migratórios internacionais, sobretudo, nas migrações Sul-Sul (BAENINGER, 2018). O lugar do país nessa dinâmica envolve, por um lado, as relações historicamente estabelecidas no processo de constituição do Estado-nação, os princípios ideológicos vigentes e as políticas adotadas para [re]distribuição espacial da população e ocupação do território brasileiro (SEYFERTH, 2002; VAINER, 1995), e, por outro, as tendências

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

em torno das transformações na esfera econômica e produtiva que intensificam em alcance e volume a mobilidade internacional do capital e do trabalho (SASSEN, 1988). As migrações em suas diferentes modalidades, portanto, constituem e são socialmente constituídas como parte fundamental da circulação do capital, de bens, de serviços, de conhecimento e, também, do fator trabalho, para além das fronteiras físicas e políticas dos Estados-nação (PELLEGRINO, 2003).

A relação entre migração e trabalho, no caso do Brasil, passa, portanto, pelo processo de gestão e governança das migrações internacionais ao longo da história pelo Estado brasileiro (VAINER, 1995; MÁRMORA, 2010), pelas seletividades (LEE, 1976) social e politicamente impostas aos diferentes grupos de imigrantes tanto na migração como na inserção sociolaboral no país e pela garantia e reconhecimento de direitos a essa população. É importante considerar que o processo de avanço no entendimento dos imigrantes enquanto sujeitos de direitos, no país, se desenvolve *a posteriori* da consolidação dos direitos humanos como princípios do ordenamento jurídico nacional e atende, ainda que de forma gradativa e muitas vezes morosa, as normativas internacionais das quais o país é signatário (VEDOVATO, 2013; 2019). Como aponta Vedovato (2013), essas restrições e seletividades impostas pelo Estado ao ingresso dos diferentes contingentes migratórios envolvem em grande parte a nacionalidade como fundamento para a diferenciação e regulação da mobilidade. Desse modo, estabelecem-se critérios de permeabilidade das fronteiras estatais que envolvem ao mesmo tempo elementos xenofóbicos, socioeconômicos, culturais, temporais, entre outros (VEDOVATO, 2013).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

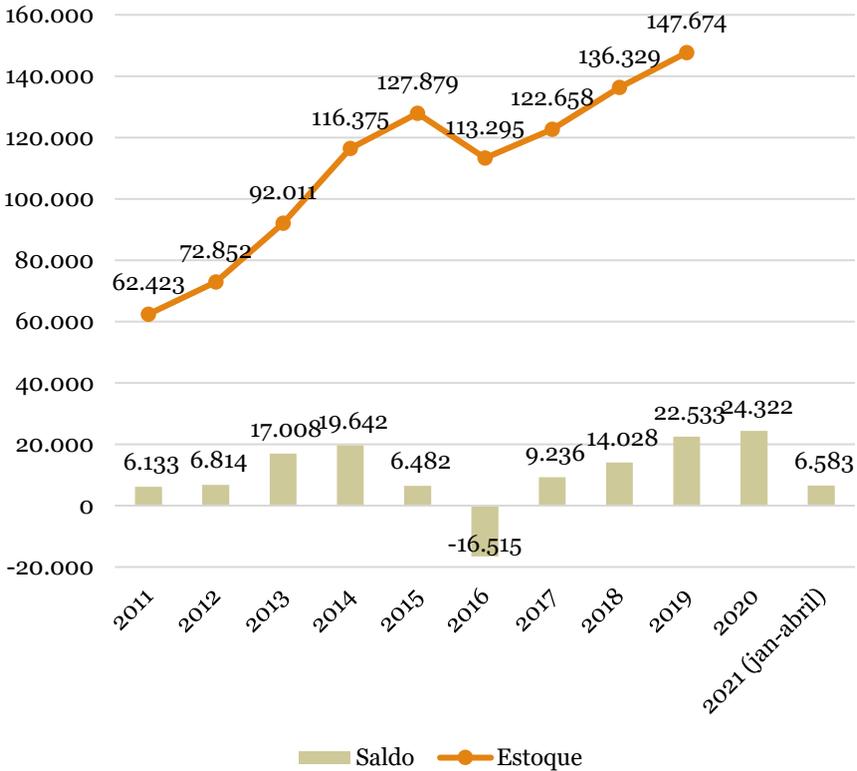
Somam-se a isso debates acerca da promoção de um trabalho digno em escala transnacional, o combate ao trabalho infantil, à exploração do trabalhador e/ou imposição de condições degradantes ou análogas a de escravos (OIT, 2021), uma preocupação constante e que se intensifica, sobretudo, em tempos de pandemia, visto que, as possibilidades de fiscalização, vigilância e combate se tornam mais escassas (OIT, 2020).

Em termos do perfil do trabalhador e da trabalhadora imigrantes inseridos no mercado laboral brasileiro é importante pontuar a possibilidade de análise discriminada a partir dos registros administrativos da secretaria de trabalho, os quais, no entanto, contemplam apenas aqueles profissionais com vínculos no mercado formal, não dispondo de dados acerca do grupo de imigrantes que atua como autônomo ou no mercado informal, ainda que estes representem parte importante da estrutura sócio-ocupacional do país.

Ao longo da última década o Brasil passou da marca dos 60 mil registros de trabalho de imigrantes internacionais no mercado formal, para 147 mil, ou seja, mais do que dobrou a inserção laboral dessa parcela da população no mercado nacional. Compõem esse contingente pessoas de diferentes nacionalidades que se encontram no país segundo status migratórios diversos. São imigrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, apátridas, homens e mulheres de diferentes idades e inseridos em modalidades migratórias distintas (Gráfico 1).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 1. Estoque de trabalhadores imigrantes com vínculos ativos em 31/12 e Saldo de admissões e desligamentos de trabalhadores imigrantes no mercado formal do Brasil, segundo ano de registro, 2011-abril/2021



Fonte: Bases harmonizadas estoque e fluxo - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2011-abril/2021.Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

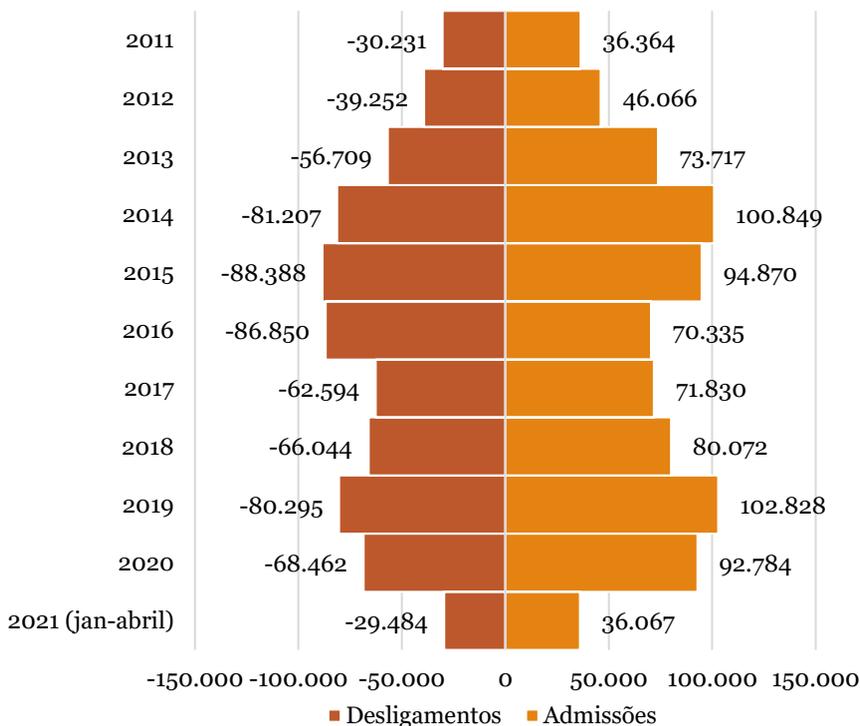
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Segundo dados da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia brasileiro, a movimentação dessa parcela de imigrantes internacionais inseridos no mercado formal do país entre 2011 e abril de 2021 apresentou, em geral, saldos anuais positivos, ou seja, foram criadas mais vagas de trabalho (admissões), do que encerradas (desligamentos). A exceção do ano de 2016, em que os efeitos das crises política e econômica vividas pelo país impactaram de forma mais direta o mercado (Gráfico 1). Em termos da criação de novos postos, nota-se, inclusive, que 2020, mesmo diante de um arrefecimento da economia, contabilizou-se um saldo positivo de mais de 20.000 vagas de trabalho. Nota-se, portanto, que a inserção sócio-ocupacional desses imigrantes tem apontado para uma crescente tanto no estoque anual, como na rotatividade dessa mão de obra migrante no mercado laboral do Brasil em suas diferentes espacialidades, temporalidades, setores e perfis profissionais. É importante ponderar, em termos da fonte utilizada, que os desligamentos se relacionam tanto à tendências de retração e recomposição do mercado laboral, ou desocupação, como à casos de óbitos ou mesmo de [re]migração ou retorno desses profissionais imigrantes.

Em termos do total de registros computados anualmente, destaca-se cada vez mais a diversidade de origens desses trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, se em 2010, com 55.148 vínculos ativos, destacavam-se imigrantes de nacionalidades da Europa e América do Sul, ao longo da década observou-se uma tendência positiva na presença de profissionais de outros países da América do Sul, mas também da América Central e Caribe, da África e da Ásia, tanto em termos relativos, como absolutos. Localidades com as quais o Brasil possui ou não relações históricas em torno das migrações e do campo geopolítico (SEYFERTH, 2002). Observa-se, portanto, que América Latina e Caribe passam a representar mais de 67,7% dos 147.674 registros de trabalho para imigrantes em 2019 (Gráfico 1 e 2).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

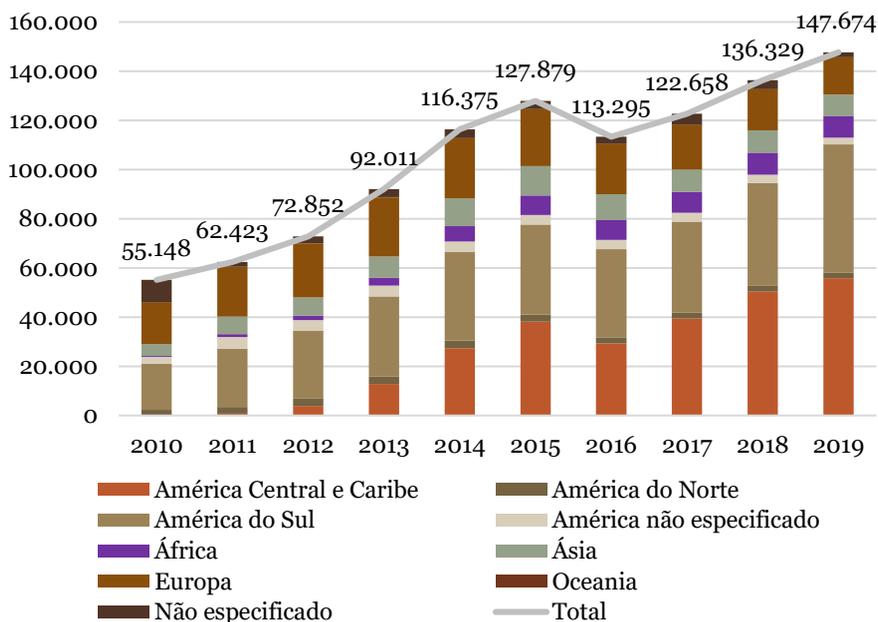
Gráfico 2. Estoque de trabalhadores imigrantes com vínculos ativos em 31/12 e Saldo de admissões e desligamentos de trabalhadores imigrantes no mercado formal do Brasil, segundo ano de registro, 2011-abril/2021



Fonte: Base harmonizada fluxo – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2011-abril/2021. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 3. Evolução do número de trabalhadores imigrantes com vínculos formais ativos no Brasil em 31/12, segundo ano de registro e grande região do mundo de nacionalidade, 2010-2019



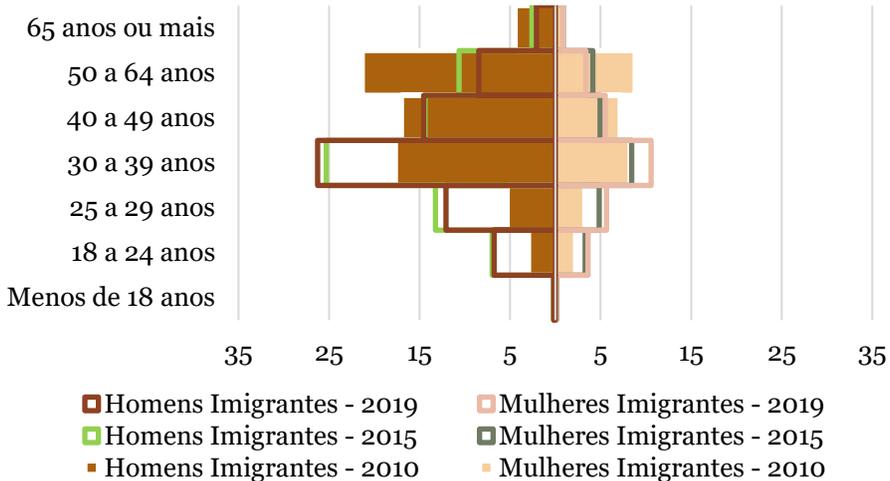
Fonte: Base harmonizada estoque – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2010-2019. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

É possível notar mudanças importantes também no perfil sociodemográfico desses trabalhadores e trabalhadoras imigrantes inseridos no mercado formal brasileiro. Se no início da década, em 2010, predominavam profissionais em idades mais avançadas, sobretudo, homens entre 30 e 64 anos, ao longo da década notou-se um aumento da participação relativa de homens em idade adulta-jovem, entre 30 e 39 anos, mas também entre 18 e 29 anos. As trabalhadoras imigrantes acompanham essa tendência, ainda que com uma participação relativa mens expressiva, passando de um predomínio de profissionais entre 50 e 64 anos, para 30 a 39 anos. Essa mudança pode relacionar-se tanto às transformações e seletividades no mercado laboral, como responder às tendências migratórias apontadas, nas

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

origens e composições das migrações para o país ao longo da última décadas (Gráfico 4).

Gráfico 4. Saldo de admissões e desligamentos de trabalhadores imigrantes no mercado formal do Brasil, segundo ano de registro e grande região do mundo de nacionalidade, 2011-abril/2021



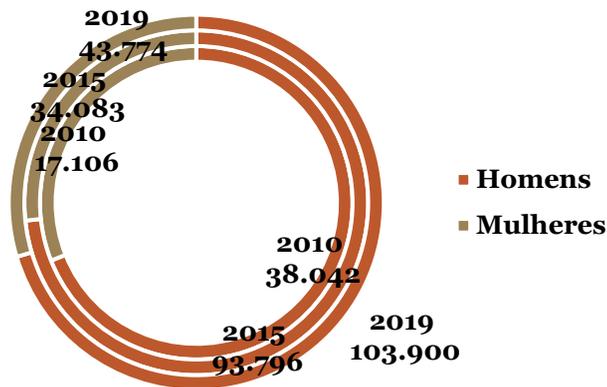
Fonte: Base harmonizada estoque – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2010-2019. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

A inserção sociolaboral da população migrante no mercado formal brasileiro apresenta, ainda, um diferencial importante em termos de sua composição por sexo. Entre 2010 e 2019 os dados da Secretaria de Trabalho apontam para um importante aumento absoluto do número de registros para trabalhadoras migrantes, que passaram de 17.106 vínculos ativos no Brasil, para 34.083 em 2015 e alcançaram o marco de 43.774 em 2019. O aumento em termos absolutos para os trabalhadores imigrantes, no entanto, demonstrou-se ainda mais expressivo, eles passaram de 38.042 vínculos em 2010, para 93.796, ou seja, mais do que dobrou a presença desses profissionais no mercado formal brasileiro, e atingiram o marco de 103.900 vínculos ativos em 2019. Essa tendência indica que, apesar do aumento absoluto, as mulheres perderam espaço relativo entre 2010,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

quando eram 31% e os homens 69% do total, e 2019, com 26,7% dos registros em comparação aos homens, com 73,3% (Gráfico 5).

Gráfico 5. Saldo de admissões e desligamentos de trabalhadores imigrantes no mercado formal do Brasil, segundo ano de registro e grande região do mundo de nacionalidade, 2011-abril/2021



Fonte: Base harmonizada estoque – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2010-2019. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

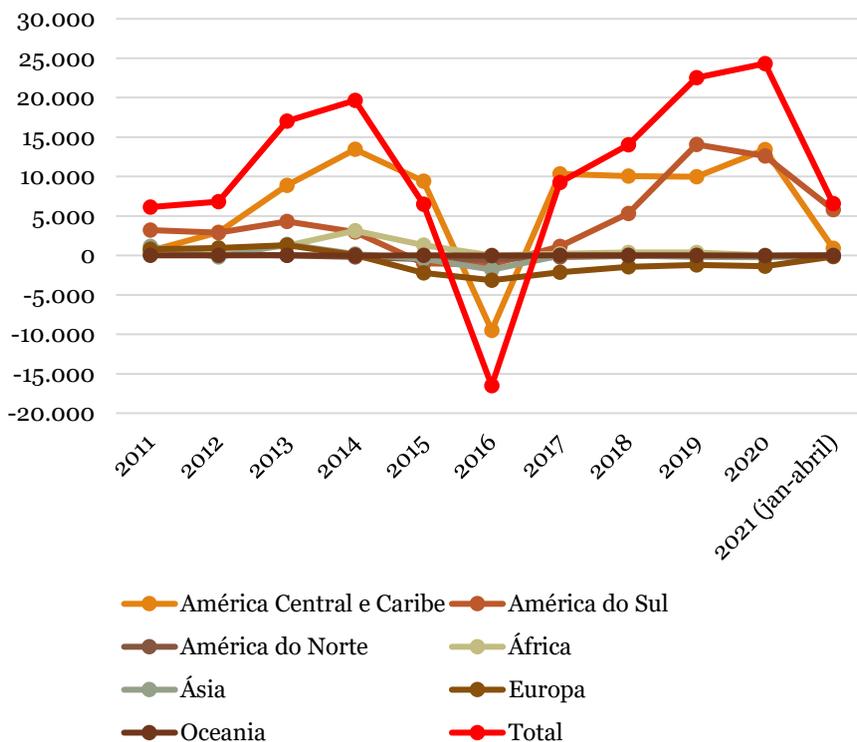
As condições de inserção sociolaboral e a movimentação desses trabalhadores no mercado brasileiro são importantes elementos a serem levados em consideração, visto que, a transferência de conhecimentos, títulos e habilidades profissionais entre países apresenta-se como fator crucial à atuação laboral desses imigrantes em condições compatíveis com sua trajetória educacional e profissional prévia (WATERS, 2009).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Os dados do CAGED/CTPS/RAIS apontam, nesse sentido, que entre 2011 e 2021 (até abril) a movimentação entre admissões e desligamentos para nacionais da África, Oceania e Ásia mantiveram-se próximo a zero, também por sua participação absoluta de menor expressividade. Já entre nacionais da Europa, observou-se, principalmente, entre 2015 e 2017, um saldo parcialmente negativo, indicando que foram finalizadas mais vagas do que criadas no período para esse grupo. Para nacionais da América do Sul, por sua vez, ao longo da década observou-se um saldo positivo expressivo, inicialmente acima dos 2.500 vínculos, que sofreu um revés no período de 2015 a 2017, mas recuperou-se e atingiu a casa dos 14.062 novas vagas a mais do que os desligamentos em 2019. Finalmente, em relação ao saldo para imigrantes da América Central e Caribe, grupo com maior número absoluto de vínculos nos últimos anos, nota-se uma dinâmica de maior rotatividade. Se na primeira metade da década observaram saldos anuais extremamente positivos, na marca das 13.437 vagas a mais em 2014, em 2016 passou para um saldo negativo de mais de 9.400, ou seja, predominaram as demissões entre nacionais desse grupo. Sua recuperação, no entanto, nos anos seguintes, foi também a mais intensa, de modo que, mesmo em 2020, foram computadas 13.414 novas vagas em comparação aos desligamentos para nacionais da América Central e Caribe no ano (Gráfico 6).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 6. Saldo de admissões e desligamentos de trabalhadores imigrantes no mercado formal do Brasil, segundo ano de registro e grande região do mundo de nacionalidade, 2011-abril/2021



Fonte: Base harmonizada fluxo – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2011-abril/2021. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Não obstante, para além do volume de registros, é fundamental ter em mente quais os tipos de trabalhos que estão sendo criados e quais estão sendo finalizados nesse processo, sobretudo, considerando-se as tendências em torno da flexibilização, precarização e desregulamentação das relações de trabalho observadas ao longo dos últimos anos (ANTUNES, 2018).

O perfil educacional desses trabalhadores imigrantes é um importante indicador a ser levado em consideração na análise dessas mudanças na estrutura do mercado laboral brasileiro e

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

das condições de inserção da mão de obra migrante ao longo da década. Quando analisado o estoque de vínculos ativos entre 2010 e 2019 para imigrantes internacionais no mercado formal, segundo nível de instrução, é possível observar que predominavam, em 2010, vínculos de profissionais com ensino superior completo, 28.201 em 55.148, seguidos de profissionais com ensino médio completo 14.250 em 55.148. Já em 2015, destaca-se um aumento expressivo dos registros para aqueles com ensino médio completo superior a 3,8 vezes o montante do início da década, com 43.050. Esse aumento foi ainda mais intenso entre profissionais imigrantes com nível equivalente a sem instrução ou Ensino fundamental incompleto, os quais passaram de 2.822 registros em 2010, para 17.859 em 2015 e 19.425 em 2019. As tendências positivas foram observadas entre 2010 e 2015 em todos os níveis de instrução, indicando um processo de inserção crescente de imigrantes em suas diferentes composições e experiências educacionais e profissionais no mercado de trabalho brasileiro.

Não obstante, de 2015 a 2019, diante de um período de retração econômica e de crise política no país (BIANVASCHI; TEIXEIRA, 2020), sobretudo em 2016, nota-se um crescimento em menor escala do estoque de trabalhadores e trabalhadoras migrantes atuando no mercado brasileiro, particularmente com uma retração no grupo de profissionais com Ensino superior completo, que passa de 37.494 vínculos para 32.551 no período, em contraposição ao aumento para aqueles com Ensino médio completo. Essa mudança relaciona-se, mais uma vez, à dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, com a criação de postos de trabalho no setor de serviços, mais flexíveis e com menor seguridade (ANTUNES, 2018), mas também, com o perfil da migração internacional, sobretudo nas migrações Sul-Sul, que passa a ter o Brasil como espaço de trânsito e de destino ao longo da última década (BAENINGER, 2018).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 1. Número de trabalhadores imigrantes com vínculos formais ativos no Brasil em 31/12, segundo ano de registro e nível de instrução, 2010, 2015 e 2019

Nível de instrução	2010	2015	2019
Sem instrução ou Ensino fund. incompleto	2.822	17.859	19.425
Ensino fundamental completo	3.346	14.262	14.045
Ensino médio incompleto	2.033	7.963	10.361
Ensino médio completo	14.250	43.050	62.216
Ensino superior incompleto	2.580	3.422	4.301
Ensino superior completo	28.201	37.494	32.551
Pós-graduação	1.916	3.829	4.775
Total	55.148	127.879	147.674

Fonte: Base harmonizada estoque - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2010-2019. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Ademais, é fundamental levar em consideração que a inserção em condições formais no mercado nacional perpassa as relações geopolíticas regionais no que tange a possibilidade de migração e permanência documentada no país a partir do Acordo de Residência do Mercosul, em vigor desde 2009 (OLIVEIRA et al, 2016) e o avanço de normativas internas em termos do acesso à direitos por parte da população migrante, que muitas vezes já se encontrava no país, porém, sem condições apropriadas de acesso ao mercado de trabalho “com carteira assinada” e às estruturas de proteção e seguridade social do país. Avanços estes que, longe de estarem assegurados, demandam uma vigilância constante, sobretudo, em um cenário de crise sanitária e de acirramento das tensões sociais e políticas, sobretudo, a partir de 2020 (VENTURA, 2020; CEPAL, 2020).

Referências

- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.
- BAENINGER, R. Introdução. In: BAENINGER, R. et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2012. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_faces_migracao.php. Acesso em: 10 jun. 2016.
- BIAVASCHI, M. B.; TEIXEIRA, M. Reformas trabalhistas em curso na América Latina. In: LEITE, M. P. et al. (org.). **O trabalho em crise: flexibilidade e precariedades**. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2020, p. 21-45.
- CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19)**. Santiago do Chile, Chile, 2020.
- DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. In: **International Migration Review**, Volume 44, n1, p. 227-264, 2010.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1992.
- GLICK-SCHILLER, N. A global perspective on migration and development. In: GLICK-SCHILLER, N.; FAIST, T. **Migration, development, and transnationalization: a critical stance**. United States: Berghahan Books, 2010. p. 22-62.
- LEE, E. A. A theory of migration. **Demography**, New York, NY, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.
- LIMA, J. C. A globalização periférica e a resignificação dos lugares. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 765-786, 2020.
- MÁRMORA, L. Modelos de gobernabilidad migratoria: la perspectiva política en América del Sur. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU**, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 71-92, 2010.
- OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A pandemia de COVID-19 pode aumentar o trabalho infantil na América Latina e no Caribe – Nota técnica nº 1**. OIT/CEPAL, 2021, 21p.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **ILO Global estimates on international migrant workers – results and methodology**. Genebra: International Labour Organization (ILO), 2021, 74p.

OLIVEIRA, T. A. R. et al. O Acordo de Residência do Mercosul e a inserção da força de trabalho sul-americana no Brasil: uma análise exploratória. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

PELLEGRINO, A. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL; Naciones Unidas, 2003. (Serie Población y Desarrollo, 35).

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 53, p. 117-149, 2002.

SINGER, P. I. **Economia política e urbanização**. 3. ed. São Paulo, SP: CEBRAP; Brasiliense, 1976.

VAINER, C. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. L. (org.). **Emigração e imigração internacionais na Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: Fundo de Populações das Nações Unidas, 1995. p. 41-52.

VEDOVATO, L. R. A Nova Lei de Migração Brasileira: um aniversário com pouco a se comemorar para além da entrada em vigor da lei. **Revista Conceito Jurídico**, Brasília, DF, Ano III, n. 34, p.27-30, 2019.

VEDOVATO, L. R. **O Direito de Ingresso do Estrangeiro: a circulação das pessoas pelo mundo do cenário globalizado**. São Paulo, SP: Atlas S. A., 2013.

VENTURA, D. F. L. et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 36, n. 4, p. 2020. p. 1-5.

WATERS, J. L. Transnational geographies of academic distinction: the role of social capital in the recognition and evaluation of 'overseas' credentials. **Globalisation, Societies and Education**, New York, NY, v. 7, n. 2, p. 113-129, 2009.

WENDEN, C. W. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. **Hommes & Migration**, Paris, n. 1233, p. 5-12, 2001.

CAPÍTULO 10

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NOS FRIGORÍFICOS DO BRASIL

Natália Demétrio⁷⁰

A pandemia de Covid-19 tem inaugurado um novo ciclo de valorização das commodities, alavancado pelo aumento dos preços de grãos, carnes e minério de ferro (JANK, 2021; BINI; PINATTI, 2021). Diferente do verificado no surto expansionista do agronegócio ocorrido na primeira década do século XXI – no qual a bonança comercial advinda dos superávits primários sustentou políticas de redistribuição de renda em vários países latino-americanos (COVARRUBIAS, 2016) – o momento atual se distingue pela “adequação das políticas nacionais ao movimento de expansão da economia global”, com proliferação das modificações legislativas e das formas de atuação do Estado que expressam a inserção

⁷⁰ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Coordenadora-adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: ndemetri@unicamp.br.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

passiva e subordinada do Brasil na economia globalizada (SANTOS; GIMENEZ, 2018, p.39).

Além do desmonte das estruturadas estatais de fiscalização e controle, Krein e Gimenez (2018, p.13) analisam a reforma trabalhista de 2017 como um marco na ampliação do poder e da “liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho”. Esse cenário aponta para a “inclusão ainda mais marginal de contingentes expressivos de trabalhadores”, com profundos “rearranjos territoriais” nas principais regiões produtivas do agronegócio no Brasil (THOMAZ JUNIOR, 2020). Particularmente na agroindústria da carne – setor cujo crescimento atingiu recordes históricos em 2020⁷¹ – a participação crescente de imigrantes internacionais, mesmo em um contexto de altas taxas de desemprego no Brasil, coloca novas questões para o entendimento das migrações internacionais e dos espaços produtivos que integram o modelo agribusiness de produção no país (GRÁS; HERNANDEZ, 2012).

Nessa linha, é necessário destacar que o domínio das transnacionais na agroindústria da carne alimenta a emergência de espaços transnacionais marcados pela intensa circulação internacional de capitais, mercadorias e pessoas, criando novas formas de desigualdade que rompem com processos tradicionais de organização econômica (SASSEN, 1988)⁷². Para a autora, o

⁷¹ Jank (2020) associa o surpreendente aumento das exportações de carne brasileira aos pacotes de socorro implementados pelas principais economias do mundo, à rápida recuperação chinesa e aos impactos das sucessivas epidemias de Peste Suína Africana que, desde 2018, dizimou com quase metade do rebanho de porcos na China. Segundo o autor, a escassez de carne nesse país atingiu seu pico em 2020 e “fez com que a China varresse o mercado mundial de carnes”, com o Brasil ocupando “espaço de destaque nessa demanda emergencial” (JANK, 2020).

⁷² Sassen (1988) entende por economia tradicional uma série de atividades econômicas de subsistência ou mesmo assalariadas, mas que são voltadas para o mercado local ou nacional, com pouco ou nenhum investimento estrangeiro e baixo grau de mecanização no processo produtivo. A análise da agroindústria da carne no Brasil, desde essa perspectiva, coloca algumas questões. Em primeiro lugar, é preciso pontuar que o setor de frigoríficos conta com o apoio de capitais internacionais desde a sua formação, no começo do século XX (MAMIGONIAN, 1976). Ademais, as transformações vivenciadas por esse segmento entre 1950 e 1970 fizeram do Brasil um país com grande capacidade de inovação tecnológica nesse setor (ESPÍNDOLA, 2012). No entanto, é preciso reconhecer a existência de inúmeros mecanismos de proteção do mercado brasileiro – como o controle estatal das exportações de carne – que, até a década de 1980, favoreciam o consumo doméstico (MAMIGONIAN, 1972; ESPÍNDOLA, 2012). Os anos 1990 marcam o afastamento do Estado na gestão desse segmento, a especulação financeira sobre seus preços, bem como a entrada e a constituição das grandes

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

reconhecimento desse fenômeno desloca o foco dos estudos migratórios nos fatores de atração e expulsão (SINGER, 1980) para iluminar as ligações e conexões estabelecidas no âmbito dessas cadeias globais de valorização financeira (SASSEN, 1988).

Por respondem a interesses estruturados nesse campo transnacional de poder é que se tem a ruptura da estrutura de funcionamento do mercado de trabalho das principais agroindústrias no Brasil, com a constituição de ilhas de prosperidade (PACHECO, 1998) especializados no atendimento das demandas internacionais (SASSEN, 1998). Os enclaves produtivos (BRANDÃO, 2007) ligados ao setor de frigoríficos se despontam como localidades urbanas transnacionais (GLICK SCHILLER, 2002), seja porque suas economias, governanças e vida cultural são profundamente afetadas pela reconstituição global do capital que ali se adentra, seja porque a presença de comunidades transnacionais aponta para interações sociais que não se enquadram nas dimensões de tempo, espaço e identidade construídas no âmbito dos Estados-Nação (TARRIUS, 2000).

Embora não responda à ordem imposta pelos Estados Nacionais, o direcionamento de fluxos migratórios internacionais para o trabalho na agroindústria conta com forte participação do Estado brasileiro. Seguindo a perspectiva teórica das migrações dirigidas (BAENINGER, 2018), a concentração de haitianos e venezuelanos no trabalho em frigoríficos deve-se tanto à criação de dispositivos jurídicos específicos para regularização dessas migrações, quando à articulação de uma política organizada de distribuição dessa população no território. Ainda que as redes construídas pelos próprios migrantes constituam uma dimensão fundamental na emergência desse nicho étnico (WALDINGER, 2005), também é necessário destacar o papel desempenhado pelo Estado, em associação com organismos internacionais e ONGs, na ‘drenagem’ das migrações transnacionais na fronteira norte do Brasil para a região Sul, onde se concentram essas agroindústrias (BAENINGER, 2018; 2017).

transnacionais que passaram a atuar de forma oligopólica na agroindústria da carne no Brasil (GRÁS; HERANDES, 2012; CÔRREA, 2012).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Ademais, por se constituir a partir da questão humanitária, o olhar das migrações dirigidas também contempla os princípios do “*care, cure and control*”, com pesados investimentos em sistemas de registro, identificação e rastreamento dessa população (AGIER, 2006, p. 198). O controle e a tutela exercida pelo Estado e por outras instituições, amarrado à dependência humanitária, reitera a “simétrica do biopoder” que despolitiza esses sujeitos (AGIER, 2006, p.213), despontando-se como processo que tonifica as formas de superexploração da força-de-trabalho características desse setor de atividade (MAGALHÃES, 2017).

Ao tratar das condições de saúde e trabalho nas unidades de abate de animais no Mato Grosso entre 2000 e 2005, ou seja, antes da consolidação do Brasil na rota das migrações Sul-Sul (BAENINGER, 2017b), Vasconcelos, Pignatti e Pignati (2009) já identificavam alta rotatividade do emprego nos frigoríficos, diminuição dos salários médios nessas ocupações (apesar do aumento da escolaridade dos trabalhadores) e aumento dos acidentes de trabalho. A insalubridade e precariedade desse trabalho, agravada pela pandemia de Covid-19⁷³, somado à própria dinâmica da população brasileira, em acelerado processo de transição demográfica (CCGE, 2008), faz surgir as migrações dirigidas para a agroindústria da carne, abrindo uma ampla agenda de pesquisa sobre a posição do Brasil no mercado global de desossadores e magarefes; a relação entre formalização do trabalho, conexões transnacionais (GLICK SCHILLER, 2002) e laços de solidariedade que facilitam a inserção laboral (WALDINGER, 2005); e as combinações entre redes internas e internacionais de recrutamento de trabalhadores, com destaque para o papel desempenhado pelos estados da Fronteira Norte, em especial pela rota amazônica (SILVA, 2015) nesse processo.

⁷³ A pandemia de Covid-19 trouxe ainda mais um risco à saúde desse trabalhador: a contaminação em massa dentro dos frigoríficos, seja pela proximidade dos funcionários ao longo das esteiras de produção, seja por falta de ventilação nesses ambientes. No Rio Grande do Sul, até maio de 2020, quase um terço dos casos confirmados de Covid-19 estava entre trabalhadores do segmento (UOL, 2020). Outras reportagens associam surtos da doença em pequenos municípios à presença de frigoríficos, com relatos de embates entre a Justiça do Trabalho e empresas (G1, 2020).

Metodologia: Registros Administrativos do Ministério do Trabalho e Previdência Social

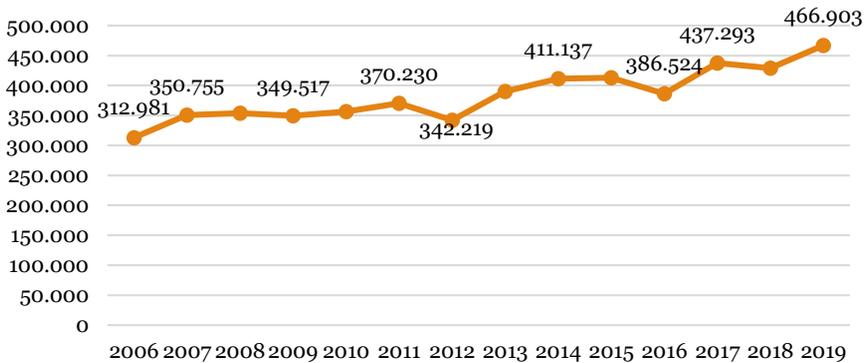
Essa pesquisa vale-se dos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Previdência Social: Relação Anual de Informações Sociais e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Por um lado, os registros das RAIS entre 2006 e 2019 permitem visualizar a evolução dos vínculos empregatícios formais na agroindústria da carne⁷⁴, apontando a participação crescente de imigrantes internacionais (sobretudo haitianos e venezuelanos), bem como para o descolamento cada vez maior entre a dinâmica desse segmento com o resto do mercado de trabalho brasileiro. Por outro lado, as informações do CAGED corroboram o *boom* dos frigoríficos ao longo de 2020, reforçando a influência do mercado internacional na composição da demanda de carne produzida no Brasil. O ritmo acelerado das admissões e desligamentos registrados nesse cadastro iluminam a alta rotatividade característica do setor, marcado por graves danos à saúde do trabalhador (VASCONCELOS; PIGNATTI; PIGNAI, 2009).

Nessa direção, os gráficos 1 e 2 reiteram a ruptura (SASSEN, 1988) na dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho da agroindústria da carne, com tendência de crescimento que, desde 2016, contrasta-se com a estagnação dos vínculos empregatícios formais para o conjunto do Brasil.

⁷⁴ A categoria “agroindústria da carne” compõe os seguintes setores de atividade identificados pela CNAE 2.0: Frigorífico - abate de bovinos; Frigorífico - abate de eqüinos; Frigorífico - abate de ovinos e caprinos; Frigorífico - abate de bufalinos; Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos; Abate de aves; Abate de pequenos animais; Frigorífico - abate de suínos; Matadouro - abate de suínos sob contrato; Preparação de subprodutos do abate.

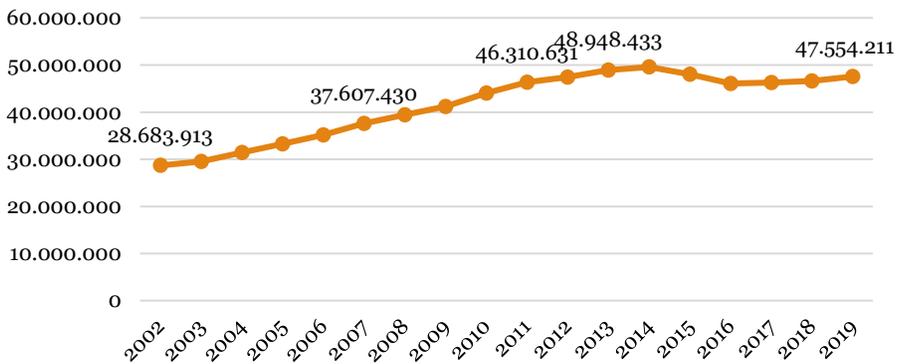
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 1. Evolução dos vínculos empregatícios ativos em 31/12 na agroindústria da carne. Brasil, 2006 a 2019



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Gráfico 2. Evolução do total de vínculos empregatícios ativos em 31/12. Brasil, 2002 a 2019

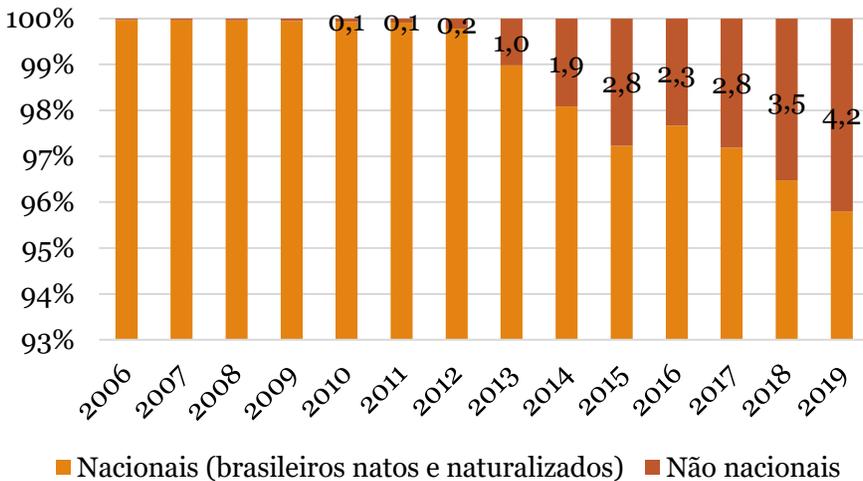


Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

As informações dos Gráfico 3 e 4 indicam, por sua vez, que a expansão dos postos de emprego nos frigoríficos ocorre paralelamente ao aumento de imigrantes internacionais nesse segmento: se em 2012 havia apenas 732 registros de não nacionais no setor (o que representava 0,2%), em 2019 são 19.592 vínculos (ou 4,2%).

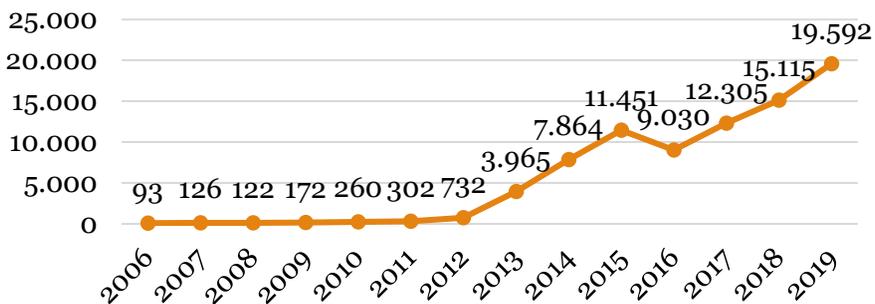
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 3. Proporção de vínculos empregatícios formais na agroindústria da carne, segundo nacionalidade. Brasil, 2006 a 2019



Nota: Foram considerados os vínculos ativos em 31/12 do ano de referência.
 Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Gráfico 4. Evolução dos vínculos empregatícios ativos em 31/12 na agroindústria da carne de não nacionais. Brasil, 2006 a 2019



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

Dos quase 20 mil registros de imigrantes internacionais na agroindústria da carne, mais de 15 mil são de haitianos. Venezuelanos, grupo que passa a compor esse segmento somente em 2015, já em 2019 registra quase 1.700 vínculos (Tabela 1). Os

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

indicadores da Tabela 1 mostram, ainda, outras nacionalidades do Sul Global com presença crescente no setor, dentre os quais se destacam os senegaleses e bengaleses. A análise desses fluxos, embora não se encaixe nas perspectivas teóricas das migrações dirigidas (BAENINGER, 2018), também é importante para o entendimento das migrações internacionais associada aos frigoríficos, na medida em que expressa “a exportação organizada de trabalhadores” (SASSEN, 2010, p.166) para o abate halal. De acordo com Silva (2013, p.13), a expansão das exportações de carne brasileira para países com grande população muçulmana se surgir “no Brasil uma ‘burocracia halal’, formada por empreiteiras que comandam a contratação de mão-de-obra qualificada para ‘a sangria’” nas unidades de abate que adotam essa prática.

Como exemplo de uma das mais importantes empreiteiras com atuação no setor, Silva (2013, p.13) cita o “Grupo de Abate Halal, sediado em São Bernardo do Campo, formado por empresários oriundos da comunidade sírio-libanesa radicada no Brasil desde o final do século XIX”. É sobretudo no âmbito dessa rede que ocorre o recrutamento de senegaleses e bengaleses para o trabalho nos frigoríficos (SILVA, 2013). Ainda que a participação do Estado brasileiro e de ONGs sejam importantes no oferecimento de documentação provisória (a maioria dessa população regulariza-se via solicitação de refúgio) e na promoção da acolhida humanitária, o protagonismo na mediação para o trabalho recai sobre essa “burocracia halal” (SILVA, 2013).

Ainda que as migrações Sul-Sul sejam as protagonistas na composição da força-de-trabalho imigrante nesse segmento, as informações da RAIS iluminam a presença das migrações envolvendo o Norte Global, em especial de portugueses, franceses e americanos (Tabela 1). Embora minoritários, esses registros apontam para a globalização por cima no setor, resultante das intensas fusões e aquisições que misturam capitais nacionais e internacionais na composição das principais empresas que comandam o setor (CÔRREA, 2012).

Tabela 1. Evolução dos vínculos empregatícios ativos em 31/12 na agroindústria da carne, segundo nacionalidade. Brasil, 2006 a 2019

Nacionalidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasileira	312.876	350.620	353.774	349.327	356.256	369.895	341.449	386.126	403.118	401.614	377.348	424.787	413.736	446.565
Naturalidade Brasileira	12	9	10	18	28	33	38	95	155	119	146	201	254	746
Argentina	7	8	8	9	11	11	18	63	123	90	83	85	89	98
Boliviana	4	4	5	3	6	6	9	20	16	17	17	19	20	21
Chilena	3	3	4	4	5	4	5	8	10	9	9	8	10	7
Paraguaiá	27	41	39	49	64	73	177	256	440	520	580	624	664	697
Uruguaiá	10	20	20	18	14	13	22	27	25	24	20	35	31	32
Venezuelano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	13	90	1.697
Colombiano	0	0	0	0	0	2	3	11	5	13	11	13	14	16
Peruano	0	0	0	0	0	1	2	6	7	7	8	12	14	12
Equatoriano	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1	1	1	0
Alemã	3	6	5	3	2	1	4	2	2	3	3	3	2	3
Belga	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1
Britânica	4	2	4	3	3	4	1	1	0	0	0	0	0	0
Canadense	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Espanhola	0	1	3	2	2	0	4	3	6	5	3	1	1	2
Norte-Americana	0	1	1	1	1	2	2	1	0	2	3	3	1	7
Francesa	0	2	1	0	0	1	0	6	5	9	6	6	6	12
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Italiana	4	5	4	4	5	4	4	7	3	2	3	4	3	1
Haitiano	0	0	0	0	0	0	298	2.155	4.391	6.801	5.309	8.252	10.916	15.302
Japonesa	3	2	0	0	0	0	0	1	1	2	2	5	6	2
Chinesa	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Russo	0	0	0	0	0	0	0	6	5	3	0	0	0	0
Portuguesa	8	8	9	7	9	10	8	9	14	12	8	7	9	9
Paquistanês	0	0	0	0	0	0	0	54	93	117	48	62	21	20
Indiano	0	0	0	0	0	2	2	23	29	8	4	3	2	1
Outras Latino-Americanas	1	4	4	2	4	3	2	161	400	532	421	552	660	5
Outras Asiáticas	0	0	1	1	1	16	22	446	539	499	247	174	72	34
Outras Nacionalidades	16	18	13	66	133	132	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Europeus	0	0	0	0	0	2	1	3	6	2	1	4	3	5
Guine Bissau (Guineense)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Marroquino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14

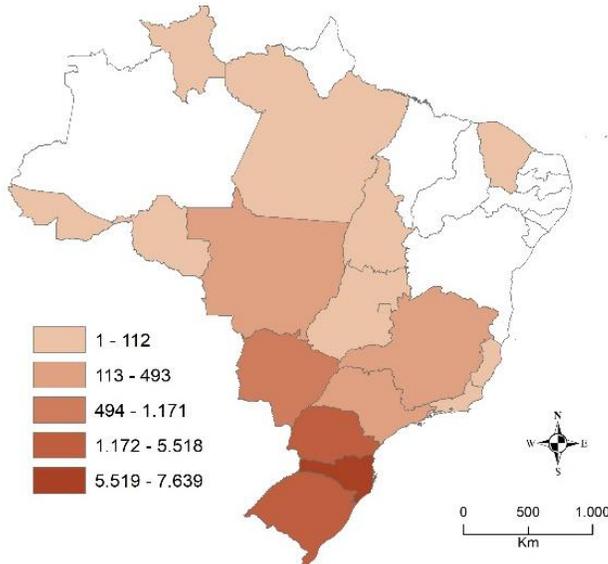
Nacionalidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cubano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70
Sírio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Bengalesa	0	0	0	0	0	0	0	0	46	47	36	42	28	341
Angolano	0	0	0	0	0	3	3	16	3	4	2	8	14	16
Congolês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	11	11	10
Sul-Africano	0	0	0	0	0	1	74	1	2	5	2	4	6	67
Ganesa	0	0	0	0	0	0	0	0	73	270	164	135	69	92
Senegalesa	0	0	0	0	0	0	0	0	28	232	418	350	283	574
Outros Africanos	0	0	0	0	0	9	40	298	797	1.025	827	1.047	1.098	347
Outros	0	0	0	0	0	0	31	381	791	1.183	785	820	969	63
Total	312.981	350.755	353.906	349.517	356.544	370.230	342.219	390.186	411.137	413.184	386.524	437.293	429.105	466.903

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

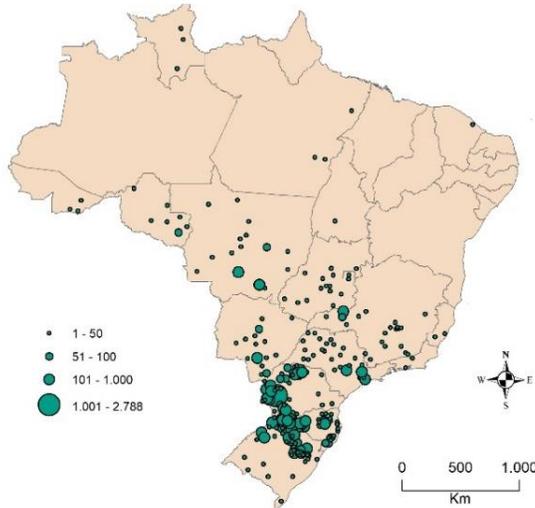
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

No tocante à distribuição espacial desses vínculos empregatícios, é nítida a concentração de imigrantes nos estados do Sul, particularmente em Santa Catarina (Figura 1), região que combina uma forte inserção global pela ação dos frigoríficos com um acelerado processo de envelhecimento populacional (CCGE, 2008; ESPÍNDOLA, 2012). Chapecó/SC, Cascavel/PR e Dourados/MS estão entre os municípios que mais concentram trabalhadores não nacionais nos frigoríficos (Figura 1), assumindo também posição de destaque nas localidades de destino da interiorização de venezuelanos idealizada pela Operação Acolhida (PLATAFORMA DE COORDENAÇÃO INTERAGENCIAL PARA REFUGIADOS Y MIGRANTES DE VENEZULENA, 2021).

Figura 1. Vínculos empregatícios ativos em 31/12 na agroindústria da carne de trabalhadores **não** nacionais, segundo município e Unidade da Federação. Brasil, 2019



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

Finalmente, as estimativas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) corroboram o boom do setor de frigoríficos no ano de 2020, especialmente a partir de março, momento em que a China reabre seu comércio internacional, paralisado entre os meses de janeiro e fevereiro por conta da pandemia (JANK, 2021). Apesar dos impactos deletérios da pandemia no mercado de trabalho brasileiro, 2020 marcou um saldo positivo em mais 9 mil vínculos empregatícios no ramo de frigoríficos (Tabela 2), aprofundando o descolamento entre esse setor e o resto do país. Para esse ano, aumenta-se não apenas as admissões, mas também os desligamentos, reiterando a alta rotatividade característica desse nicho de trabalho (VASCONCELOS; PIGNATTI; PIGNAI, 2009)

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Tabela 2. Imigrantes internacionais¹ admitidos e desligados no mercado de trabalho formal na agroindústria da carne. Brasil, 2020

Mês da movimentação	Admissões	Desligamentos	Saldo
Janeiro	970	437	533
Fevereiro	1.147	513	634
Março	1.570	537	1.033
Abril	927	373	554
Mai	1.195	356	839
Junho	1.173	380	793
Julho	1.419	532	887
Agosto	1.336	514	822
Setembro	1.296	555	741
Outubro	1.670	694	976
Novembro	1.695	704	991
Dezembro	1.777	807	970
Total	16.175	6.402	9.773

¹Estão incluídos os brasileiros naturalizados.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) - Ministério da Justiça/OBMigra.

Considerações finais

O conjunto dessas informações levantam o debate sobre os rumos da migração internacional no Brasil que acompanham o circuito espacial produtivo (CASTILLO; FREDERICO, 2010) dos frigoríficos. A concentração de imigrantes nesse setor aponta para a constituição de um nicho étnico (WALDINGER, 2005) com forte apoio do Estado brasileiro, onde a combinação de solidariedades orgânicas e organizacionais (SANTOS, 2002) colocam novas questões para o entendimento fenômeno. Por um lado, as intervenções do Estado criam dispositivos jurídicos que facilitam o acesso à documentação, pressuposto para a formalização do trabalho exigida em vários circuitos transnacionais de produção e consumo. Por outro lado, a atuação dos organismos internacionais e ONGs colaboram com a criação de canais específicos de recrutamento, marcados pela tutela e pelo controle (AGIER, 2006). Nesse sentido, a perspectiva das migrações dirigidas (BAENINGER, 2018) desponta-se como paradigma promissor de análise.

Referências

- AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, 2006, p. 197-215. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R. *et al.* **Migrações Venezuelanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018.
- BAENINGER, R. Migrações Transnacionais na Fronteira: Novos Espaços da Migração Sul-Sul. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (Orgs.) **Migrações Fronteiriças**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018b, p. 462-474. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_migfronteiricas.php. Acesso em: 03 mar. 2021.
- BINI, D. L. de C.; PINATTI, E. Preços Agropecuários Sobem 1,09% em Abril/2021: alta de 35,47% no acumulado em 12 meses. Análises e Indicadores do Agronegócio, São Paulo, v. 16, n. 5, maio 2021, p. 1-4. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14915>. Acesso em: 18/07/2021.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.
- CGEE. **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/18demografia_livro_2008_6418.pdf/80852175-0e8e-4e53-a623-d7c1852a7e7d?version=1.0. Acesso 18/05/2020.
- CÔRREA, D. S. **Fusões e Aquisições nos Segmentos Carne Bovina, Óleo de Soja e Sucroalcooleiro**. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2012.
- ESPÍNDOLA, C. J. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 27, n. 53, p 89-113, jan./jun. 2012.
- GLICK-SCHILLER, N. **Beyond the Nation-State and Its Units of Analysis: Towards a New Research Agenda for Migration Studies - Essentials of Migration Theory**. In: Center on Migration, Citizenship and Development, Arbeitspapiere - Working Papers, n. 33, 2007.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. El agro como negocio: producción, sociedad y territorios em la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2012.
- JANK, M. S. Estamos em um novo Boom Agropecuário? In: REVISTA VEJA (Org.) O novo ciclo das commodities – As oportunidades e desafios para a economia brasileira. Publicado na internet em de junho de 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/insights-list/o-novo-ciclo-das-commodities-as-oportunidades-e-desafios-para-a-economia-brasileira/>. Acesso 18/07/2021.
- KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M. Prefácio. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. dos. Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.
- MAMIGONIAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário. **Boletim Paulista de Geografia**, n.51, p. 7-14, jun.1976.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SANTOS, A. L. dos; GIMENEZ, D. M. Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. dos. Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.
- SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. New York: Cambridge University Press, 1988.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SILVA, A. da S. Fronteira Amazônica: Passagem Obrigatória para Haitianos? Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU). Brasília, ano XXIII, n.44, p.119-134, jan./jun.2015.
- SILVA, R. de C. **Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- TARRIUS, A. Leer, describir, interpretar. Las circulaciones migratorias: conveniència de la noción de “território circulatório”. Los nuevos hábitos de la de identidad. **Relaciones**, vol XXI,nº 83, 2000.
- THOMAZ JUNIOR, A. O pior está porvívus: em defesa da classe trabalhadora para além da pandemia da COVID-19. Disponível em: <http://otim.fct.unesp.br/o-pior-esta-porvivirus-em-defesa-da-classe-trabalhadora-para-alem-da-pandemia-da-covid-19/>. Acesso 16/06/2020.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

VASCONCELOS; M. de C.; PIGNATTI, M. G.; PIGNATI, W. A. Emprego e Acidentes de Trabalho na Indústria Frigorífica em Áreas de Expansão do Agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Saúde Soc. São Paulo**, v.18, n.4, p.662-672, 2009.

WALDINGER, R. Networks and niches: The continuing significance of ethnic connections. In G. Loury, T. Modood, & S. Teles (Eds.), *Ethnicity, Social Mobility, and Public Policy: Comparing the USA and UK*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p.342-362.



CAPÍTULO 11

MIGRAÇÕES BOLIVIANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Juliana Ribeiro⁷⁵

Lugar do encontro, espaço inventado para a palavra, a cidade é a praça. Nela, os homens se encontram e se reconhecem.

Cássio Eduardo Viana Hissa

Hissa (2008, p. 267), ao refletir sobre a natureza da identidade, afirma que “[...] os lugares urbanos são a manifestação da vida social”. Com o movimento que esta colocação sugere, compreender as relações estabelecidas em “lugares urbanos” exige captar as interações sociais de grupos – variados e distintos – com o espaço, exercício que busca a

⁷⁵ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: jcrgeo@unicamp.br.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

essência da identidade entre eles e a apropriação consequente desta relação. Ainda nas palavras de Hissa (2008, p. 269), a cidade é “nascida para ser encontro”; e como “[...] lugar da vida, contraditoriamente, é o da exclusão, dos sonhos frustrados e da marginalidade”.

Trazendo esta reflexão para a Região Metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais (RMBH-MG), migrantes bolivianas e bolivianos vivem o contraditório e as exclusões inerentes às interações sociais, e são colocados à margem por nacionais – pela sociedade brasileira, de forma geral, e, também, pelo poder público. Esta presença se explica pela mobilidade da força de trabalho, que resulta na criação de novos processos migratórios (SASSEN, 1988) e, a partir deles, surgem novos espaços das migrações internacionais no âmbito global, nacional e local (BAENINGER, 2012). A inserção das localidades na divisão social e territorial do trabalho (BAENINGER, 2014) contribui em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados (SASSEN, 1988). É nesta nova realidade que Belo Horizonte-MG emerge como importante espaço da migração da atualidade (CASTRO; FERNANDES, 2014) para a imigração boliviana (FERNANDES, 2015), que revela a vivência da cidade pelos seus sujeitos de maneira diferenciada.

Em seu processo de reterritorialização, os sujeitos desta pesquisa – bolivianas e bolivianos na RMBH-MG – buscam por segurança – física, espacial, emocional – no novo espaço da migração (BAENINGER, 1999). Para tanto, reúnem-se e identificam-se a partir da sua raiz – as suas origens. No encontro com seus pares e na identidade com “lugares urbanos”, esses sujeitos buscam fortalecimento e resistência; daí a praça-cidade, onde “[...] se encontram e se reconhecem” (HISSA, 2008, p. 269).

Para o encontro, esses sujeitos se apropriaram de um espaço público em Ribeirão das Neves-MG – a quadra Maura Pereira Andrade, no bairro Conjunto Henrique Saporì –, que se revelou a principal territorialidade produzida por migrantes bolivianas e bolivianos na RMBH-MG (RIBEIRO, 2021). Pensando nessa apropriação do espaço como resistência – viabilizando sua (sobre)vivência no contexto do xenorracismo (OLIVEIRA, 2019) –, recorre-se a Santos (2004), que grifa que

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

as pessoas vivem o mundo nos lugares. O mundo expressa-se no cotidiano dos sujeitos através do lugar; “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2004, p. 314). Bolivianas e bolivianos na RMBH-MG vivem, nos seus momentos de lazer, o seu mundo, nesta quadra. É nessa perspectiva que o termo “territorialidade quadra-mundo” (RIBEIRO, 2021) foi elaborado para identificar, nomear e conceituar este espaço apropriado por bolivianas e bolivianos na RMBH-MG para vivenciarem momentos nele e por meio dele.

A pandemia de Covid-19 e o isolamento social imposto trazem reflexos nos usos desse espaço e, conseqüentemente, nos encontros entre esses sujeitos. Essa realidade afeta diretamente, portanto, a “territorialização da bolivianidade” (RIBEIRO, 2021) na RMBH-MG.

Evidências para o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a principal territorialidade produzida por migrantes bolivianas e bolivianos na RMBH-MG – a quadra Maura Pereira Andrade, no bairro Conjunto Henrique Saporì, em Ribeirão das Neves-MG –, compreendendo o seu uso por esses sujeitos, a apropriação deste espaço público e os desdobramentos do contexto pandêmico para esta realidade.

Nesse sentido, compreende-se que o estudo sobre migrações transnacionais requer um olhar que capte sua complexidade e, sobretudo, suas especificidades. Baeninger (2014, p.8) esclarece que o desafio teórico e metodológico se impõe “[...] pela diversidade de fluxos, de situações, de permanência, de seletividade, de afinidades eletivas, da não-formação de comunidades, de idas-e-vindas, [...] que transcendem as fronteiras do Estado-Nação.”.

Esta diversidade dá corpo à imigração boliviana na RMBH-MG, um processo novo e altamente dinâmico que, portanto, ainda não apresenta dados demográficos coesos e precisos. Desta forma, entrevistas mostram-se imprescindíveis para a compreensão e o desenho dessa história recente, cumprindo o fundamental papel da ciência de ouvir as vozes de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

migrantes. Junto a esses sujeitos, recorre-se à história oral, resgatada através de entrevistas semiestruturadas (ARIZA & VELASCO, 2012), gravadas e transcritas, e previamente registradas e aprovadas pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil.

Para compreender os desdobramentos do contexto da pandemia de Covid-19 para os sujeitos da pesquisa foram necessárias novas entrevistas. Em função da imposição do distanciamento social, elas foram feitas por telefone, com quatro dos interlocutores anteriores. A escolha destes quatro participantes se deu pela desenvoltura que eles apresentaram durante os encontros em ocasião das pesquisas de campo: por terem apresentado menor timidez, maior facilidade de comunicação e pleno desejo de exposição da sua vida em prol da presente pesquisa, apesar de todos os receios que essa prática impõe a tais sujeitos.

No processo de apropriação do espaço público, a corporeidade se mostra fundamental. O corpo compõe a paisagem; ele se integra e dá identidade a ela. Os corpos de migrantes bolivianas e bolivianos estão e são paisagem e, a partir disso, territorialidades são produzidas e notadas por nacionais. A presença desses corpos concretiza a imposição da presença desses sujeitos, e os “espaços da bolivianidade” de Grimson (2006) subsidiaram a identificação do processo que foi nomeado “territorialização da bolivianidade”. A apropriação da quadra Maura Pereira Andrade, em Ribeirão das Neves-MG – com a produção da “territorialidade quadra-mundo” – evidencia a organização social desses sujeitos e a imposição da sua presença na RMBH-MG. Fortalecidos pelo aumento do número de sujeitos e, portanto, pela maior presença imposta, eles buscam ampliar a resistência a partir dos encontros na quadra (Figura 1). E esses sujeitos se identificam não só com a quadra em si, mas com a praça que a abriga (Figura 2).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

FIGURA 1. Portão de entrada da quadra Maura Pereira Andrade, em Ribeirão das Neves-MG



Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

FIGURA 2. Praça junto à quadra Maura Pereira Andrade, Ribeirão das Neves-MG



Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

No processo de vivência do mundo no lugar (SANTOS, 2004), bolivianas e bolivianos na RMBH-MG estreitam suas relações entre si por meio de suas relações com a praça e com a quadra, apropriando-se daquele espaço, vivenciando-o à sua maneira, tornando-o lugar para esses sujeitos, reconhecendo-o e se reconhecendo nele. A quadra é abraçada pelos sujeitos da pesquisa como resposta à exclusão imposta pelos nacionais. “Na interação território-sociedade, o território participa num sentido explicitamente relacional, tanto como ‘ator’ quanto como ‘agido’ ou ‘objeto da ação’” (COSTA, 2011, p. 12-13; grifos do autor). Assim, aquele espaço público, apropriado e incorporado como lugar por bolivianas e bolivianos, aproxima e fortalece esses sujeitos, tornando-se, pouco a pouco, e cada vez mais, o seu mundo. Acontece, ali, “[...] em analogia com a territorialização, a ‘lugarização’ [...] ‘Lugarizar’ significa atribuir sentido, na base de algum tipo de vivência – que *não* precisa ser direta, forte ou cotidiana” (SOUZA, 2013, p. 123-124; grifos do autor).

Souza (2013, p. 124) afirma que “[...] há uma visceral necessidade psicológica de ‘lugarização’, de tornar familiares e dotar de significado e carga afetiva as porções do espaço com as quais mais interagimos.”. O futebol, esporte que não fazia parte do cotidiano de bolivianas e bolivianos em sua terra natal, apresenta-se, no processo de reterritorialização, como o principal lazer desses sujeitos, atuando ativamente no processo de “lugarização” (SOUZA, 2013) da “quadra-mundo” (Figuras 3 e 4).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

FIGURA 3 – Bolivianos jogando futebol na quadra Maura Pereira Andrade, no Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves



Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

FIGURA 4 – Bolivianas jogando futebol na quadra Maura Pereira Andrade, no Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves



Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Quando questionados acerca da sua percepção de uma possível identidade de bolivianas e de bolivianos com espaços da RMBH-MG, muitos foram os relatos que apontavam esse vínculo estabelecido a partir do futebol:

Antigamente, [...] tinha um grupo por aqui, outro por allá [...] Era tudo boliviano, mas não juntava. Aí, conversamos. [...] Agora [mais recentemente] que estamos disputando um futebol, lembrando siempre acá de Bolívia, quando estamos juntos. Muito bom! Lembramos de La Paz... Agora estamos disputando um campeonato de La Paz. Nos campeonatos, convidamos a sus filhos. Cada um tem sus filhos, de diferentes idades. Colocamos os meninos para jogar. É mucho legal! É bonito. Nós gostamos de reunir e jogar futebol. [...] Nossa alegria é vim aqui, reunir, jogar futebol, lembrar Bolívia (Hugo).

Trabajamos mucho por la semana y nos dedicamos a los hijos los fines de semana. A mis hijos y a mi esposa les encanta venir aquí. Es muy agradable. Pasamos la semana difícil y llegamos el fin de semana desesperados por venir aquí. (Risos). Mis hijos dicen: ha llegado el fin de semana, vamos a la cancha. (Risos). Estamos acostumbrados (Eva).

É aqui na quadra que a gente reúne. Só tem aqui. Só bolivianos mesmo. E aí a gente se sente mais em família mesmo. É muito bom! Por isso que a gente vem para cá todos os sextas e sábados. E às vezes domingos (risos). [...] a gente continuou morando lá em Mantiqueira. A gente vem aqui só pra jogar bola (risos) (Martín).

A apropriação do futebol por migrantes não é exclusividade da imigração boliviana⁷⁶, mas também na RMBH-

⁷⁶ Destaca-se entre as publicações acerca desta temática, “Imigração e Futebol – O caso Palestra Itália”, um relevante documento histórico do professor José Renato de Campos Araújo. Constituindo sua tese universitária, Araújo (1996) apresenta em detalhes a relação entre a imigração italiana em São Paulo-SP e a fundação do antigo Palestra Itália, hoje clube Palmeiras. Alves (2012) também aborda a relação de migrantes, neste caso bolivianos, e o futebol, em sua publicação “Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol”. Destaca-se, ainda, a Copa dos Refugiados em São Paulo, que reúne, desde 2013, diversas nacionalidades para competições de futebol na capital paulista.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

MG ele se torna um novo hábito, inserido na rotina e muito valorizado pela comunidade boliviana:

[...] o futebol ajuda a aproximar a gente más. Porque o brasileiro tem o futebol más gostoso do mundo! Então nos acostumamos a jogar bola, né? A gente no jogava assim... agora, aqui na quadra, a gente joga bola! Aprendemos juntos. [...] Mi filho está también na escolinha de futebol. [...] e a gente vai se divertindo (Hugo).

Da mulher a mesma coisa. Elas jogam também. Atrás de nosotros, elas fizeram. Agora a gente tá pensando em unir mais, mulher e homem (Juan).

Os brasileiros jogam melhor do que a gente. Então, a gente tem que aprender mais. Mas aqui é bom porque a gente aprende e eu gosto de estar com a turma! Tem vez que a gente disputa os campeonatos, tudo na amizade mesmo! (Daniel).

Estamos aprendendo futebol. A gente vem aqui na quadra. Meu esposo e eu gostamos muito de jogar futebol! A gente vem todos sexta e sábado. E as crianças também gostam muito. Para brincar (Alba).

Ao citarem a importância do futebol para a identidade nacional brasileira, os interlocutores revelam que o processo de migração transforma os migrantes também culturalmente. Migrantes têm uma capacidade de absorver o novo dado pelo lugar, em um movimento de necessidade de integração e de se sentirem pertencentes – o mesmo acontece em relação ao idioma. Ao mesmo tempo que se reúnem na “quadra-mundo” a partir da nacionalidade boliviana, em momentos marcadamente bolivianos, constroem novas referências para o próprio grupo deslocado de seu país, utilizando da cultura brasileira, ou seja, do país em que estão construindo sua vida migrante. O trabalho na costura não era comum na Bolívia, tampouco o jogo de futebol. É um verdadeiro encontro cultural entre a Bolívia e o Brasil, mediado pelo espaço público, apropriado e territorializado no momento da realização dos encontros para os jogos.

Atuando no processo de “lugarização” da quadra Maura Pereira Andrade, os sujeitos desta pesquisa, numa

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

correspondência com a praça-cidade sugerida por Hissa (2008), transformam-na na “quadra-mundo”. A identidade boliviana os conecta e eles buscam, no espaço da quadra, se resguardarem das vulnerabilidades que permeiam suas vidas, construindo novas identidades que se revelam resistência:

Doy un paseo por la calle, por la rua. Mi primo dice ven y llévame a caminar, a passear. Si me quedo en casa, solo me pone triste, solo a entristecer. Porque tu familia está lejos de ti. Pero venimos más aquí, por diversión, para estar con amigos [...] aquí en la cancha. Es mucho bom venir a jugar aquí. Los bolivianos se encuentran, amigos, familiares... Converso mucho con ellos, les digo cómo quiero traer a mi familia aquí... Vivir con ellos es muy bueno, porque a veces estoy triste (Pablo).

[...] quando cheguei aqui na quadra de futebol, aí que eu acabei conhecendo mais amigos aqui e vi que aqui era o melhor lugar (Iago).

[...] aqui na quadra [...] Todos os sextas-feiras e sábados. A gente não falta. Pra divertir um pouco. É muito bom pra nós. [...] Porque a gente trabalha muito! Trabalha duro. Aqui, diversão. Encontra nuestros conterrâneos, conversa ... (Lucia).

Realmente me gusta venir a la cancha, aquí en la quadra. Me gusta estar con mis compatriotas, me gusta ver los juegos, me gusta porque me divierto. Venimos aquí para desestresarnos (Rúbia).

As vulnerabilidades, porém, são demasiadamente ampliadas pela pandemia de Covid-19. Com a imposição do isolamento social para conter a disseminação da doença, a utilização de praças e outros locais públicos para a prática de atividades de esporte e lazer que possam gerar aglomeração de pessoas foi suspensa por decreto – nº 17.328, de 8 de abril de 2020⁷⁷ – em Belo Horizonte-MG, e esta conduta foi seguida pelos municípios da região metropolitana. Segundo os interlocutores, o policiamento tornou-se mais ostensivo na

⁷⁷ Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/covid-19/decretos-municipais>. Acesso em: 04 jul. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

quadra Maura Pereira Andrade, buscando evitar qualquer aglomeração:

A gente tá jogando ainda nosso futebol, eu com meu menino, a gente joga lá no cantinho, lá escondidinho... Na quadra, no. A quadra lá fechou. Aquela onde bolivianos fazia reunião, fechou tudo. No é mais permitido. E tem muito controle, entendeu? A patrulha, a polícia vai rodar, então no tem jeito no... (Álvaro).

A dificuldade de acesso ao lazer e, sobretudo, àquele espaço que os reúne como comunidade, amplia a vulnerabilidade de migrantes, uma vez que agrava a sensação de insegurança, aumenta o estresse e piora a qualidade de vida desses sujeitos. À beira de um colapso social, nacionais sofrem com as restrições impostas pelo contexto pandêmico, mas a situação revela-se também muito difícil para bolivianas e bolivianos na RMBH-MG:

E tem que se aguentar. Chorar no pode no... Aqui [em Ribeirão das Neves-MG] tem umas 80, 100 famílias pelo menos... Que precisa de ajuda. Toda ajuda é bem-vinda agora. Toda! (Álvaro).

Nessas horas assim que a gente tá passando, a gente tem que procurar um ajudar o outro. Seria tão bom se as pessoas fizessem isso, as coisas, pela outra. O mundo seria melhor. Como se fosse assim... mas, infelizmente, não é muito assim (Miriam).

Então este fue el conflicto de todos da nossa comunidade. No ter documentos atrapalhou demais. Lamentavelmente, contas de aluguel, contas de luz, foram acumulando. E a gente ta precisando ainda. Es difícil e ainda vai ter depois da pandemia. Ta tudo acumulado e a gente tem que pagar las dívidas (Jade).

Jade revela-se consciente que as muitas dificuldades não abarcam apenas migrantes, mas também nacionais. A interlocutora ainda se mostra grata pela ajuda recebida — oferecida por brasileiras e por brasileiros —, bem como por estudos que os têm como sujeitos de pesquisa:

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Sabemos también que a dificuldade está también con brasileiros. Sabemos también que hay brasileiros que están passando dificuldade con esta situación de pandemia. E nosotros que estamos morando aqui en Brasil, eu fico muy grata con todas as personas que están ajudando, siempre nos dando una mão, una força. Tem muita gente que es ruim e que no es bueno para ter amizade. Muito obrigada a você por tomarem conta porque você vai ser praticamente como nossa porta-voz. Para toda a gente saber como que a comunidade imigrante tem dificuldade para morar (Jade).

Considerações finais

Este estudo se propõe a uma reflexão acerca da presença da imigração boliviana na RMBH-MG, compreendida à luz das histórias dos interlocutores da pesquisa – analisados como sujeitos coletivos. Relações de confiança construídas ao longo dos trabalhos de campo permitiram a horizontalidade que os diálogos demandam e, assim, foi possível presenciar a “territorialização da bolivianidade” no recorte espacial da pesquisa, produzida com tanto afinco para sustentar as raízes – mesmo que estejam tão distantes da terra que as sustentam – e a integração ao novo que a migração os impele. Para tanto, os sujeitos da pesquisa se apropriam da quadra Maura Pereira Andrade, em Ribeirão das Neves-MG, a “territorialidade quadramundo”.

A construção do conceito “territorialização da bolivianidade” (RIBEIRO, 2021) tem inspiração nos “espaços da bolivianidade” de Grimson (2006). De acordo com o autor, esses espaços representam a união de migrantes bolivianas e bolivianos entre eles e com a origem, e a produção deles vincula-se estreitamente à prática laboral na indústria têxtil. Bolivianas e bolivianos na RMBH-MG vivem, nos seus momentos de descanso, o seu mundo na quadra Maura Pereira Andrade, no bairro Conjunto Henrique Saporì, a “territorialidade quadramundo” (RIBEIRO, 2021), que simboliza a presença boliviana perante a sociedade receptora, concretizando e evidenciando a “territorialização da bolivianidade” na RMBH-MG. Ali, os sujeitos da pesquisa se fazem presentes e são notados pelos nacionais.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A “quadra-mundo” vai além. Ela mantém, sim, os sujeitos da pesquisa conectados à origem e promove a reunião deles em comunidade, mas, para além disso, ela concretiza identidades, transformando aquele espaço em lugar pra eles, em abrigo. Ela significa, também, organização social, ocupação e apropriação do espaço público, imposição de poder e visibilidade, resistência. Ela é, portanto, a principal expressão da cada vez mais consolidada “territorialização da bolivianidade”. Ela não está isenta, claro, de relações conflituosas e contraditórias, sobretudo por abrigar exploradores e explorados, que convivem nesta territorialidade. Isso só reafirma a sua importância para os interlocutores que, apesar disso, continuam a frequentando.

Praticado, inicialmente, para servir de elo entre esses sujeitos – que buscam não só um lazer, mas, sobretudo, segurança – o futebol-resistência serve para os reunir, fortalecendo-os como grupo, e contribuindo para a produção e afirmação desta territorialidade. Na quadra e (também e sobretudo) a partir do futebol-resistência, os sujeitos da pesquisa ganham notoriedade como produtores de lugar e de território – produzindo a “quadra-mundo”, que se apresenta como o principal espaço de sociabilidade da imigração boliviana na RMBH-MG.

A trágica pandemia deixa “suspensa” a “quadra-mundo”, que fica com seu uso proibido por decreto durante um período, para cumprir o necessário isolamento social para contenção da disseminação do vírus. A mencionada relação de confiança também permitiu que se retornasse aos interlocutores, remotamente, quando se assolou sobre todo o mundo a inesperada e assombrosa pandemia de Covid-19, viabilizando a investigação dos seus desdobramentos para os sujeitos da pesquisa.

No novo contexto, sujeitos que já viviam situações de precariedade e invisibilidade se depararam com uma situação que conseguiu aprofundar ainda mais as desigualdades em uma crise socioeconômica que o Brasil parece abraçar – à deriva – a partir das escolhas políticas no âmbito, sobretudo, do governo federal. A pandemia parece nos tirar os fios de esperança a que nos agarrávamos.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Apesar de a pandemia ter “suspendido” o uso da “quadra-mundo”, a territorialidade migrante se fortalece nas práticas sociais, inclusive entre migrantes e nacionais, neste momento de crise sanitária e econômica. Redes migratórias e redes sociais viabilizam o processo migratório e ajudam a sustentar a permanência de migrantes com a construção de laços que intensificam identidades e reforçam as territorialidades. E são essas territorialidades que, além de iluminar a presença desses sujeitos, evidenciam a dinâmica migratória e a (re)configuração territorial, concretizando a “territorialização da bolivianidade”.

Dessa forma, são também os momentos de crise que nos revelam a necessidade de enfatizar, ainda mais, a luta, a resistência, a força e os sentimentos que permitem alavancar outras possibilidades de conexões, coexistências e vivências. É nesse contexto – que por vezes parece um redemoinho de tantas dúvidas – que esta pesquisa pretende contribuir para a visibilidade de migrantes – em especial, bolivianas e bolivianos na RMBH-MG – e, portanto, para que suas vozes ecoem e reverberem.

Referências

- ALVES, Ubiratan Silva. Imigrantes bolivianos em São Paulo. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012. p. 231-255.
- ARAÚJO, José Renato de Campos. **Imigração e futebol: o caso Palestra Itália**. 1996. 179f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.
- ARIZA, Marina e VELASCO, Laura (coords.). **Métodos qualitativos e su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional**. INAMY: Colegio de la Frontera Norte, México, 2012.
- BAENINGER, Rosana. **Migrações internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa**. Anais do VI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima- Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014.
- BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp; FAPESP; CNPq, 2012.

BAENINGER, Rosana. **Região, metrópole e interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996. 1999. 234f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes; FERNANDES, Duval. A emigração dos haitianos para cidades brasileiras: desafios para políticas públicas de integração. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2014, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: PUC Minas, 2014.

COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. **Migrações e trabalho.** Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 19-40.

GRIMSON, Alejandro. Etnicidad y clase en barrios populares de Buenos Aires. **Estudios Migratorios Latinoamericanos,** Argentina, v. 20, n. 60, p. 343-361, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Cidade e ambiente: dicotomias e transversalidades. In: HISSA, C. E. V. (org.). **Saberes ambientais:** desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2008. p. 259-282.

OLIVEIRA, Leila Maria. **Imigrantes, xenofobia e racismo:** uma análise de conflitos em escolas municipais de São Paulo. 2019. 228f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

RIBEIRO, Juliana Carvalho. **A presença boliviana na região metropolitana de Belo Horizonte-Minas Gerais:** dinâmica migratória e (re)configuração territorial. 2021. 467f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 1^a reimp. São Paulo, SP: EdUSP, 2004.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital:** a study in international investment and labor flow. New York: Cambridge University Press, 1988.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2013.

TARRIUS, Alain. Intérêt et faisabilité de l'approche des territoires des circulations transnationales. In: CORTES, Geneviève & FARET, Laurent (dirs). **Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines**. Paris: Aarmand Colin, 2009. pp. 43-51.

TARRIUS, Alain. **La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine**. Paris. Éditions Balland, 2002.

TARRIUS, Alain. **Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants**. Annales de la Recherche Urbana. No. 59-60, 1993. pp. 50-59.

WALDINGER, Roger. **The making of an immigrant niche**. International Migration Review, Vol. 28, N^o 1, pp.3-30, 1994.

CAPÍTULO 12

MIGRACIONES VENEZOLANAS Y DESPLAZAMIENTO: IMPLEMENTACIÓN DE VISAS OBLIGATORIAS EN PAÍSES SUDAMERICANOS

Edith Carolina Simao Bonilla⁷⁸
Joselin Marly Utrera Ávila⁷⁹

De acuerdo con ÁLVAREZ (2007) en la primera mitad del siglo XX con las primeras actividades de exploración y explotación petrolera llegan a Venezuela las compañías extranjeras que impulsaron la migración desde el exterior, con el estallido de la Segunda Guerra Mundial la migración se reduce, pero permanece el flujo de migración Colombia-Venezuela. Para mediados de siglo entre

⁷⁸ Graduada em Sociologia pela Universidad Central de Venezuela. Asistente de investigación del Centro de Investigación Social (CISOR). Email: carol209414@gmail.com

⁷⁹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Demografia-IFCH/UNICAMP e pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP. Bolsista Capes. Email: joselinutrerao906@gmail.com

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

1949, y 1958 (durante la dictadura de Marcos Pérez Jiménez), los requisitos para ingresar al país se flexibilizaron y se dio paso a una política de “puertas abiertas” para migrantes, al caer la dictadura se pone fin a la política, y se conceden permisos de permanencia solo bajo ciertos criterios. Para 1963, debido a la bonanza generada por la industria petrolera incrementó el número de sudamericanos interesados en establecerse económicamente en el país. Este flujo fue una consecuencia de la instauración de regímenes dictatoriales en varios países de la región, así como de la llegada de mano de obra calificada de empresas transnacionales que tenían concesiones de explotación petrolera. Para la década de los ochenta, la caída en los precios del petróleo y el endeudamiento externo sumado a la respuesta del gobierno con la implementación inmediata de medidas de ajuste económico para saldar la deuda, despojaron al país de su promesa de prosperidad y con ello se ralentizó el flujo de migrantes, pero nunca se detuvo completamente.

Durante los últimos veintiún años, con la fallida instauración del modelo económico socialista, el país ha registrado eventos que han significado un punto de quiebre para los venezolanos, obligándolos a convertirse en emigrantes. En este periodo de tiempo los expertos dividieron el fenómeno demográfico en olas migratorias que coinciden con momentos de tensión política y agudización de la crisis económica y social.

Este artículo fue realizado con un arqueo bibliográfico de publicaciones relacionado a las políticas migratorias que implican la obligatoriedad de la visa para transitar y residir en Perú, Ecuador y Chile, también se revisaron páginas oficiales sobre la migración y se compilaron artículos de prensa.

Contexto sociopolítico venezolano (2013 – 2019)

2013: Muerte de Chávez y nuevas elecciones presidenciales

Luego de ganar las elecciones el presidente Chávez se traslada a Cuba para recibir tratamiento médico por el cáncer, tras complicaciones derivadas de una operación quirúrgica, regresa a Venezuela y es internado en el Hospital Militar. En marzo de 2013 se anuncia su muerte. Convirtiéndose en presidente Encargado el vicepresidente: Nicolás Maduro. Ese

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

mismo año, el Consejo Nacional Electoral convoca elecciones, y Nicolás Maduro se postula como el candidato apadrinado por Chávez, una vez más Henrique Capriles se postula como representante de la oposición, pero Nicolás Maduro fue electo con el 50,61% de los votos. Las esperanzas por cambiar de modelo se esfumaron y la población se mantuvo cuestionando la transparencia del Consejo Nacional Electoral.

2014: Inicios de la presidencia de Nicolás Maduro (Periodo 2014 – 2020)

Para finales del año 2013 se intensificó la escasez y se comenzaron a ver largas colas en los establecimientos comerciales para adquirir productos de consumo básico, tanto alimentos como productos de higiene. Esto solo fue una consecuencia de varias cosas, entre ellas el estricto control cambiario vigente desde 2003, que ya obstaculizaba la adquisición de dólares, y que se volvió aún más difícil con la baja en el precio del barril de petróleo, que dejó menos dólares disponibles para la importación, para la inversión y para el pago de la deuda.

En enero de 2014 comenzaron protestas en el estado Táchira, rápidamente se extendieron a la capital y fueron respaldadas por la oposición, el gobierno no dudó en utilizar la represión como método de contención, dejando como resultado más de cincuenta muertos y el encarcelamiento del líder del partido político Voluntad Popular: Leopoldo López, por ser considerado el responsable de las muertes. Las protestas se realizaron diariamente hasta mayo, a lo largo y ancho del país, el gobierno no reparó en el uso de su poder: tortura y encarcelamiento de estudiantes, censura de canales internacionales de televisión que transmitían las protestas, prohibición de las manifestaciones sin permiso y despliegue militar en Táchira. Eventualmente ante la magnitud de la represión, las protestas pararon y la crisis económica se acentuó. El presidente Maduro responsabilizó agentes externos por la situación del país e insistió que era resultado de la “guerra económica”.

2015: Una nueva Asamblea Nacional

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

En el año 2015 se realizaron las elecciones parlamentarias, la oposición bajo la figura de la Mesa de la Unidad Democrática (MUD) gana de manera abrumadora 112 escaños de un total de 167. Sin embargo, el gobierno liderado por Maduro presentó siete denuncias ante el Tribunal Supremo de Justicia (TSJ) sobre irregularidades en el proceso de votación. La única que se declaró procedente denunciaba irregularidades en los circuitos del estado Amazonas (donde se vieron afectados tres diputados de la MUD), el TSJ declaró la suspensión de la totalización de votos y posterior proclamación de los resultados. Pero la MUD continuó adelante y juramentó a sus 112 diputados, ante esto, el TSJ declaró la Asamblea en desacato, ordenando retirar a los tres diputados, la oposición se negó, dado que eso significaba perder la mayoría en el parlamento.

Ese mismo año, la Asamblea discutió el proyecto de Ley de Amnistía para algunos presos políticos, sin éxito de implementación debido a las distintas negativas del gobierno. También se puso en marcha el proyecto de referendo revocatorio, en abril el Consejo Nacional Electoral entregó el formulario para la activación del proceso y el parlamento solicitaba como fecha algún momento a finales del año 2016, pese a todo el esfuerzo en la promoción, participación y convocatoria, el CNE decidió que por razones logísticas el referéndum quedaría para el 2017, sin embargo, no se llevó a cabo.

2017: Asamblea Nacional en desacato y Asamblea Nacional Constituyente

Ante el supuesto desacato de la Asamblea Nacional, tras la decisión del TSJ en el año 2015, este último asume las funciones de la primera, mientras el presidente llama a la elección de una Asamblea Nacional Constituyente. El órgano legislativo rechaza tal situación, y además de negarse a participar de las elecciones, convoca un plebiscito. Se instalaron 14.303 mesas de votación y participaron 7.186.170 personas tanto, dentro como fuera del país, pese a la poca preparación del evento y considerando que no se contaba con el apoyo del órgano ejecutor del Poder Electoral, la consulta sirvió para demostrar que la opinión pública estaba a favor de la Asamblea Nacional elegida democráticamente en 2015. Después que el TSJ asumiera

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

las funciones de la Asamblea Nacional, la población se manifestó en las calles a favor de la Asamblea, exigiendo la destitución de los magistrados del TSJ, la apertura del canal humanitario y posteriormente la suspensión de las elecciones para la Asamblea Nacional Constituyente. Las protestas duraron 134 días (entre marzo y agosto), y al igual que en 2014 el gobierno nacional utilizó la represión y la censura como método de contención del descontento público. El gobierno fue responsabilizado de las agresiones que sufrieron manifestantes por parte de las fuerzas de seguridad nacional ante entes internacionales. Pese a todos los esfuerzos de la población por detener la Asamblea Nacional Constituyente, el 30 de julio se realizaron las elecciones y 4 de agosto se instaló en el mismo salón del Capitolio donde sesionaba la Asamblea Nacional. Su duración fue propuesta por dos años, pero en la actualidad el gobierno ha reconsiderado la extensión de su vigencia.

2019: Agudización de la crisis

La hiperinflación desvalorizó aún más el ingreso, haciendo la adquisición de alimentos y servicios más difícil, se mantienen dos tipos de cambio para el dólar: el que maneja el Banco Central, considerado el oficial, y el paralelo del mercado negro, es sobre este segundo que se calcula el valor de muchos servicios y productos. El costo de la canasta básica para septiembre de 2019, según datos del Centro de Documentación y Análisis para los Trabajadores (CENDA), era de 3.724.390,25 bolívares, el equivalente a U\$\$ 177,13 al cambio oficial mientras el salario mínimo para la misma fecha era de Bs. 65.000 (Sueldo base: Bs. 45.000 y Cestaticket Bs. 20.000).⁸⁰ Por otro lado, es notorio el deterioro de los servicios públicos como el agua, la luz y el transporte. Solo en 2019 se registraron 3 apagones nacionales y en algunos estados del país continúa el racionamiento eléctrico, siendo el Zulia uno de los estados más afectados.

Durante estos años los ciudadanos han depositado sus esperanzas en figuras políticas de la oposición que denuncian los

⁸⁰ Durante la realización de este artículo, en mayo de 2021 el sueldo mínimo aumentó a 7.000.000 bolívares equivalente a 2,40 dólares al cambio oficial de ese momento, y la canasta alimentaria en agosto de 2021, alcanzó el valor de 953.909.306,87 bolívares, el equivalente a U\$\$ 232,80 (CENDA, 2021).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

excesos del gobierno, pero el tiempo pasa y no se concreta ninguna acción que debilite el gobierno, la oposición continúa participando en las mesas de diálogo propuestas por el gobierno y los ciudadanos no perciben ningún resultado de ello. Los ánimos se reavivaron cuando Juan Guaidó, presidente de la Asamblea Nacional, se proclamó el 23 de enero de 2019 como presidente encargado de Venezuela, fue reconocido por otros países e incluso designó representantes diplomáticos, sin embargo, el “cese de usurpación, gobierno de transición y elecciones libres” todavía no se ha cumplido y los venezolanos ven una vez más sus ilusiones diluirse.

Además de los problemas económicos y sociales en Venezuela han reaparecido enfermedades como la difteria y el sarampión, consecuencia de la situación precaria de los hospitales, escasez de medicamentos y el alto costo de estos, situación propicia para la propagación de estas enfermedades consideradas erradicadas. La Sociedad de Salud Pública y en la Red de Defendamos la Epidemiología (OLETTA & RÍSQUEZ, 2019) señala que la reemergencia de difteria en Venezuela, inició en julio de 2016, después de 24 años de silencio epidemiológico, y un año después el sarampión, en julio de 2017, después de 11 años de notificado el último caso, pusieron en evidencia el pobre desempeño del Plan Nacional Ampliado de Inmunizaciones en Venezuela.

Venezolanos en el extranjero

En los últimos años, la migración venezolana se ha caracterizado por ser una migración sur-sur, teniendo como destinos principales: Perú, Ecuador, Colombia y Chile. Según los informes de movilidad humana (2019), los factores que han impulsado la migración de los venezolanos han sido: violencia e inseguridad, desesperación y altos niveles de estrés por falta de alimentos, problemas de salud e imposibilidad de obtener tratamiento, incertidumbre por no saber qué va a pasar y en algunos casos reagrupación familiar.

Los venezolanos han decidido dejar su país en búsqueda de mejores condiciones de vida, la migración por supuesto tiene un costo monetario y para lograr costear el viaje algunas

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

personas utilizan sus ahorros, otras reciben ayuda de algún familiar que ya se encuentre en el extranjero, o existen quienes optan por vender sus propiedades (viviendas, autos, electrodomésticos, etc.). En la actualidad aquellos venezolanos con menos posibilidades económicas han optado por salir del país caminando a través de las fronteras con Brasil y Colombia.

Cuadro 1. Evolución de la población venezolana en el exterior. 2005-2019

Región	2005	2010	2015	2017/2018	2019
Mundo	437.280	556.641	695.551	2.648.509	4.326.330
América del Norte	155.140	196.910	273.418	310.999	371.919
América Central y México	12.437	21.260	33.065	118.266	166.974
Caribe	24.367	19.629	21.074	42.950	119.333
Sudamérica	54.616	62.240	86.964	1.848.581	3.239.730

Fuente: Organización Internacional para las Migraciones. Tendencias migratorias en las Américas. Julio 2019.

La cifra que maneja la Organización Internacional de la Migración (OIM) para el periodo 2018 a 2019 (Cuadro 1), muestra un incremento de 63,34% en la migración. Los venezolanos en el exterior sobrepasan los cuatro millones de personas, y es en Sudamérica donde se concentra el 74,8% de esta población. Destacamos que para el año 2005 el 35,5% de la población en el exterior se concentraba en América del Norte (Estados Unidos y Canadá), trece años después, considerando las dificultades de obtener la residencia legal y la proximidad geográfica, apenas alberga al 8,6%.

Aunque el medio de transporte y la ruta de viaje utilizados lo determinan tanto el destino como la cantidad de dinero disponible, en los últimos años, muchas aerolíneas han dejado de prestar sus servicios en Venezuela por diversos motivos, lo que reduce considerablemente la cantidad de vuelos internacionales disponibles e incrementa el precio de las rutas aéreas disponibles. Esto coloca sobre la mesa otras opciones al momento de emigrar, la primera: realizar parte del trayecto vía terrestre hasta algún aeropuerto cercano desde donde el costo del

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

pasaje sea menor, la segunda: realizar el viaje completamente por vía terrestre y finalmente: realizar el viaje por vía marítima.

Son cinco puntos fronterizos en la ruta para llegar a Argentina desde Venezuela, categorizada por la Organización Internacional para las Migraciones como “Corredor Andino”, es una de las más transitadas por los venezolanos que emprenden el viaje por vía terrestre, y ha presentado aumentos muy pronunciados de 2017 a 2018:

Cuadro 2. Rutas migratorias de los venezolanos por el corredor andino. 2017-2018

Frontera	2017	2018
Venezuela - Colombia 1/	421.000	795.000
Colombia - Ecuador 2/	228.000	800.000
Ecuador - Perú 3/	155.000	695.000
Perú - Chile 4/	61.000	138.000
Chile - Argentina 5/	5.300	12.000

Notas:

1/ Puente Internacional Simón Bolívar-Villa del Rosario

2/ Puente Internacional Rumichaca

3/ Centro Binacional de Atención Fronteriza Huaquillas – Tumbes

4/ Puesto de Control Santa Rosa-Chacalluta

5/ Sistema Cristo Redentor

Fuente: Organización Internacional para las Migraciones. Tendencias migratorias en las Américas. Julio 2019.

Observamos en el Cuadro 2 que el trecho entre Colombia y Chile es transitado por un gran volumen de personas, de 2017 a 2018 la circulación entre Colombia y Ecuador registró un aumento de 250,8%. Entre Ecuador y Perú aumentó 348,3%. Y finalmente entre Perú y Chile aumentó 126,3%. Esta información nos confirma dos cosas: la primera es que el flujo de venezolanos se multiplicó entre un año y otro, y la segunda es que se consolida la vía terrestre como la más utilizada.

En enero de 2018 un pasaje aéreo a Chile (solamente ida) podía llegar a costar alrededor de 700 dólares, mientras que, por vía terrestre, todo el viaje podía costar alrededor de 300 dólares. Esta es una diferencia significativa para quién no cuenta con suficientes recursos. La vía terrestre es una de las formas más económicas de traslado porque pese a la duración e incomodidad

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

que pueda tener el viaje, es mucho más fácil acceder a buses y planificar un viaje basado en otras experiencias que comprar un pasaje aéreo. Sin contar con que es necesario dinero para llegar al destino y cubrir los gastos durante determinado tiempo sin generar ingresos. A destacar, que no siempre ha sido fácil atravesar las fronteras terrestres:

En agosto de 2014 el presidente Maduro ordenó el cierre nocturno de la frontera con Colombia, se extendió cuatro meses con el objetivo de controlar y disminuir el contrabando. Muchos venezolanos utilizaban esta ruta para realizar compras de primera necesidad en ciudades fronterizas y volver a su país, con el cierre de la frontera esas personas comenzaron a buscar pasos clandestinos para cruzar a Colombia. En septiembre de 2015 se abrió desde Venezuela un corredor humanitario para permitir el paso de niños, niñas y adolescentes estudiantes y sus representantes. Finalmente, después de casi un año, en agosto de 2016, se abrió gradualmente la frontera.

En febrero de 2019, Maduro ordenó el cierre total de las fronteras con Brasil y con Colombia con el objetivo de evitar el paso de la ayuda humanitaria solicitada por el presidente encargado Juan Guaidó. Las fronteras eran utilizadas por una gran cantidad de venezolanos que intentaban escapar de la crisis, por ser una de las rutas más económicas para la emigración, después del cierre, se volvieron a poner en vigencia las rutas clandestinas, hasta que finalmente se abrieron nuevamente las fronteras entre mayo y junio de 2019.

En medio de la pandemia generada por el COVID-19 las fronteras se han cerrado aún más para los venezolanos, el principal motivo fue contener el contagio de COVID-19. En marzo de 2020 Brasil anunció el cierre de la frontera con Venezuela, permitiendo el paso solo para circulación de camiones de carga y acción comunitaria, ciudadanos naturalizados, venezolanos con autorización previa de residencia o que trabajasen con el gobierno brasileño. En el mismo periodo Colombia también decretó el cierre peatonal y comercial con Venezuela, con previsión de apertura en septiembre de 2021. (RAQUEL, 2020) El cierre de fronteras no detiene la migración, al contrario, se reactivan y crean rutas clandestinas, que a su vez

contribuyen a la proliferación de una migración desordenada, irregular e insegura.

Implementación de visas obligatorias

Con la normativa implementada en el marco del Mercado Común del Sur (MERCOSUR)⁸¹, establecido en junio de 2008, los Estados asociados acordaron considerar como válidos documentos de identidad personal como la cédula para transitar por el país, eliminando la obligatoriedad del pasaporte. Esta medida facilitó el ingreso de los venezolanos a los países del cono sur, debido a que la emisión y renovación de pasaporte en Venezuela supone un costo muy elevado y someterse a largas esperas debido al retraso del sistema de identificación que se justificaba en la falta de material. Al mes de agosto de 2021, el costo de un pasaporte de diez años era doscientos dólares y una prórroga (una extensión de validez por cinco años) cien dólares. La solicitud de un pasaporte puede llevar hasta dos años para obtenerlo, lo que condiciona la planificación de los viajes que requieran dicho documento.

Sin barreras migratorias y sin la obligatoriedad de un pasaporte para poder ingresar a estos países el flujo de venezolanos se multiplicó en corto tiempo, esto trajo como consecuencia desde casos de indigencia, condiciones laborales irregulares e incremento de la informalidad laboral, hasta actos ilícitos. De acuerdo con BARBIERI et al. (2020) los gobiernos analizados han tratado la migración venezolana buscando un equilibrio entre el derecho a migrar de las personas y la soberanía nacional de los gobierno, respaldándose en la lógica costo-beneficio y caracterizando el fenómeno como “éxodo migratorio” o “crisis migratoria”, discurso revestido con el adjetivo humanitario, que no por ello deja de estar acompañado de medidas de control y seguridad para contener el fenómeno, como por ejemplo la implementación de la obligatoriedad de una visa.

En 2017, Venezuela fue suspendida del MERCOSUR y eventualmente los beneficios también fueron suspendidos para

⁸¹ MERCOSUR/CMC/DEC. N° 18/08.
<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec18o8s.pdf>

Ver:

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

los venezolanos: hasta enero de 2019, Perú y Chile permitieron el ingreso de los venezolanos a su territorio solo con la cédula, un documento de identidad obligatorio para mayores de nueve años en Venezuela, cuya vigencia es de diez años, y de uso común en el día a día. Esto facilitó la migración de muchas personas que estaban en espera de la emisión de su pasaporte. Cabe destacar que Perú había permitido el ingreso de venezolanos con cédula en el año 2018, esta medida fue anulada y más tarde fue retomada. Chile en la resolución que fue promulgada el 18 de abril de 2019 facilitaba la entrada y regularización del estatus migratorio con cédulas venezolanas y pasaportes que hubiesen sido expedidos a partir del año 2013 incluso vencidos, considerándolos como vigentes por un periodo de dos años. (ROJAS, 2019)

Ante la cantidad de inmigrantes venezolanos que Perú, Chile y Ecuador recibieron los últimos años, han ido modernizando sus políticas migratorias con el fin de garantizar una migración ordenada, segura, regular y responsable. Recientemente, en junio de 2019, decidieron otorgar el carácter de obligatorio a las visas ya existentes para el ingreso de venezolanos, sin importar que el motivo fuese turismo, tránsito o radicación. Esto marcó un antes y después en la forma de emigrar, el tiempo para planear el viaje, el costo del pasaje, la manera en la que se llega al país de acogida, entre otros.

Antes de la obligatoriedad de visas para el ingreso en estos tres países, el venezolano podía entrar como turista y cambiar su estatus migratorio a través de la solicitud de las visas de permanencia vigentes en esos países. Y los requisitos para esa solicitud podían ser: título universitario, contrato laboral o una oferta de trabajo, antecedentes penales, según fuera el país y tipo de visa. El costo de esta solicitud variaba según el país, y el tiempo de espera para la aprobación y la obtención de un permiso de trabajo también podían variar, lo que pausaba la vida laboral de la persona, siendo necesario un capital monetario suficiente para poder mantenerse esos meses de espera.

Antes de la implementación de la visa como requisito obligatorio para la entrada de venezolanos habían optado por políticas migratorias que facilitaron la regularización de los venezolanos. En 2017 entra en vigencia el Permiso Temporal de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Permanencia (PTP) en Perú, el cual estaba orientado a regularizar exclusivamente la estadia de migrantes venezolanos, este permiso era otorgado por un año, con este permiso los beneficiarios podían obtener un empleo formal y un número de Registro Único de Contribuyentes (RUC) para pagar los impuestos correspondientes, así como acceder a servicios de educación, salud, servicios bancarios, entre otros. Esta medida tuvo modificaciones en el tiempo, ya que estaba dirigida a venezolanos que llegaron al inicio antes del 31 de julio de 2017 y luego fue dirigido a las personas que entraran hasta el 31 de diciembre de 2018. Aunque para los venezolanos era un beneficio, debido al desconocimiento de los peruanos en cuando a la legalidad de este documento, evitaban contratar a personas que tuvieran el PTP.

En el Cuadro 3 se pueden observar las visas vigentes de carácter obligatorio y sus requisitos para ingresar a estos países, el objetivo es que los venezolanos que deseen emigrar puedan radicarse y tener una migración más segura. Existen otros tipos de visa, como la visa de turista cuya vigencia es de 90 días, pero con la que no se puede realizar ningún tipo de actividad económica en el país donde se encuentre. Los requisitos principales que solicitan estos tres países son: pasaporte, certificado de antecedentes penales y fotografía tipo pasaporte, estos requisitos son para personas mayores de edad. Para el caso de menores de edad solicitan partida de nacimiento y permiso de viaje en caso de que este solo uno de los padres presente. Además de esto, la solicitud de la visa puede tener otros requisitos dependiendo del país donde se solicite. De ser solicitadas en los Consulados en Venezuela o de otro país, también varían los requisitos.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Cuadro 3. Visas vigentes para el ingreso y radicación de los venezolanos en Perú, Chile y Ecuador (junio 2019)

País	Tipo de visa para ingresar y radicarse	Fecha de implementación	Requisitos	Costo	Validez
Chile	Visa de Responsabilidad Democrática	9 de abril de 2018	1. Pasaporte ordinario vigente, por vencer o vencido 2. Certificado de antecedentes penales venezolanos apostillados. 3. Fotografía tamaño pasaporte a color.	30\$	1 año
Ecuador	Residencia temporal - Visa de excepción por razones humanitarias	26 de agosto de 2019		Gratuita	2 años
Perú	Visa humanitaria	15 de junio de 2019		Gratuita	6 meses

Fuente: Consulado General del Perú en Caracas; Consulado Virtual Ecuador; Servicios consulares (Chile).

Con este nuevo trámite, los viajes por vía terrestre necesitan una planificación mayor y dependen de los tiempos de las visas, a diferencia de los viajes aéreos, en los que la visa es necesaria para entrar al país, pero no para circular entre ellos por ser un viaje directo. Sin embargo, viajar por vía aérea sigue siendo menos ventajoso, considerando que el pasaporte debe tener mínimo seis meses de vigencia y el pasaje desde Venezuela suele ser costoso (más si se trata de un viaje con el núcleo familiar).

Según datos del Informe de Movilidad Humana (junio 2019), de los encuestados: el 3,6% utilizó avión, el 94,9% vía terrestre y el 1,9% por tierra y avión, teniendo como principales países de destino: Perú, Ecuador, Colombia y Chile. Hoy en día el venezolano que desee emigrar solo o con su núcleo familiar está sujeto a la emisión y estampado de la visa en su pasaporte, cuya demora puede ser entre tres meses y un año, según el país de destino. Así mismo, la implementación de visas, ha traído como consecuencia que los venezolanos que viajan por carretera no puedan circular sin poseer visa de tránsito del país de escala, incluso aunque tengan otro tipo de visa del país destino.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Por ejemplo: un venezolano que tenga como destino Perú y ya tenga visa estampada, si viaja por vía terrestre, debe pasar por Colombia (donde sella su pasaporte en la entrada y salida), y luego debe transitar por Ecuador, pero si no posee visa de turista o de tránsito para este país, no puede circular y su pasaporte no será sellado, por lo que al momento de ingresar a Perú su visa pierde validez porque no tiene los sellos de Ecuador. Las personas que tengan la visa humanitaria del Perú deben de tener visa de turista de Ecuador, de lo contrario no pueden transitar por ese país de manera legal. No se sella la entrada y salida del país, por lo que, en Perú al no ver esos sellos, no sellan la entrada y automáticamente la visa peruana pierde validez. Es decir, aunque tenga la visa humanitaria del Perú entraría de manera ilegal a ese país.

Al llegar al país destino, la visa estampada debe registrarse en un tiempo menor a 30 días, de esta manera se le facilita a la persona el ingreso al campo laboral, a los servicios de salud, a los centros educativos, entre otros. El gobierno de Ecuador propuso a Colombia la creación de un corredor humanitario e insta a la comunidad internacional a ayudar a financiar la ayuda humanitaria para los migrantes venezolanos. Esta medida todavía está en discusión. Ante estas medidas algunos venezolanos con destino al cono Sur, optan por comprar pasajes aéreos que salgan desde Brasil o Colombia, debido a que no es necesario comprar un pasaje de retorno, invirtiendo en un viaje más seguro hacia el país de destino. Desde estas ciudades el pasaje sale mucho más económico que desde el Aeropuerto Internacional de Maiquetía en Venezuela, por lo que se sigue utilizando la vía terrestre hacia Manaus, Boa Vista (Brasil) y Cúcuta, Bogotá (Colombia) para tomar el avión.

Hasta enero de 2019, Perú y Chile permitían el ingreso de los venezolanos a su territorio solo con la cédula de identidad, este es un documento de identidad obligatorio para mayores de nueve años en Venezuela, cuya vigencia es de diez años, y es de uso común en el día a día. Esto facilitó la migración de muchas personas que estaban en espera de la emisión de su pasaporte. Cabe destacar que Perú había permitido el ingreso de venezolanos con cédula en el año 2018, esta medida fue anulada y más tarde fue retomada. Chile en la resolución que fue

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

promulgada el 18 de abril de 2019 facilitaba la entrada y regularización del estatus migratorio con cédulas venezolanas y pasaportes que hubiesen sido expedidos del año 2013 en adelante a pesar de que estuviesen vencidos, considerándolos como vigentes por un periodo de dos años.

Los gobiernos de estos países no contaban con la estructura y la economía para atender las necesidades de un flujo migratorio inesperado, así mismo, al no tener antecedentes como países receptores, se mantienen una constante prueba de políticas migratorias para tratar de garantizar una migración que, en lugar de perjudicar, favorezca al país de acogida. Hasta el momento las políticas migratorias consideradas más rígidas para la migración han sido las visas. Y es que hemos de mirar los dos escenarios de su implementación:

Perú y Ecuador

Las visas para estos países fueron implementadas a través de anuncios de entes gubernamentales y no fueron ejecutadas inmediatamente. En el caso de Perú, la medida fue anunciada el 6 de junio de 2019 y entró en vigencia a partir del día 15 de junio de 2019. En el caso de Ecuador, fue anunciada por decreto el día 25 de julio de 2019 y entró en vigencia a partir del 25 de agosto de 2019. A pesar de que la ejecución de la medida no fue inmediata, el tiempo entre el anuncio y la entrada en vigencia fue corto, lo que pudo haber influido en la anticipación del viaje para poder ingresar antes de la fecha límite de exigencia de la visa.

Por razones humanitarias, el gobierno peruano abrió cuatro excepciones a la medida aplicada, y es que si la persona cumple uno de los siguientes requisitos puede entrar sin necesidad de visa:

- ✓ Mayores de edad con su cédula de identidad, sin la exigencia de pasaporte, en cuanto hubiese reunificación con familiares residentes en Perú o en casos de extrema vulnerabilidad.
- ✓ Mujeres embarazadas en extrema vulnerabilidad (exenta exigencia de pasaporte, pudiendo utilizar su cédula de identidad).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- ✓ Adultos mayores de 60 años (exentos exigencia de pasaporte, pudiendo utilizar su cédula de identidad).
- ✓ Niños y niñas que ingresen para la reunificación familiar, (pueden presentar solo partida de nacimiento).

Chile

Con el objetivo de regular y ordenar la migración, en el año 2018 se implementó la Visa de Responsabilidad Democrática (VDR) para aquellas personas que desearan residir en Chile, pero sin carácter obligatorio, por lo que a ese país seguían llegando los venezolanos sin esa visa y cambiando su estatus migratorio posteriormente. El venezolano que entrase al país con la VDR, podía solicitar al momento de su ingreso el RUT (Rol Único Tributario), equivalente a la cédula de identidad en Venezuela, y trabajar de manera inmediata. Después de entrar en vigencia, la medida sufrió varias modificaciones: a) Al momento de entrar en vigencia el 9 de abril del 2018 los pasaportes o prórrogas debían tener una vigencia mínima de 18 meses; b) A partir del 18 de abril del 2019, Chile ya no toma en consideración las prórrogas sino solo los pasaportes vencidos o por vencer emitidos después del 2013; c) En la actualidad es un requisito obligatorio para entrar y residir, pero se mantiene la medida de aceptar pasaporte emitido después del 2013.

Tras la medida obligatoria del ingreso a los venezolanos a Chile mediante las visas de turista o VDR, el gobierno chileno tuvo una excepción con las personas que tuvieran un familiar en Chile y no cumplieran con la condición del pasaporte emitido después del 2013. El salvoconducto es solo con el vínculo familiar: cónyuges (incluyendo concubinato legal), hijos menores de edad y casos excepcionales de especial complejidad, cuyas circunstancias ameriten una razón humanitaria. Pero la persona que está en Chile (con la cual se va a reunir) debe tener visa de residencia temporal.

La migración ha sido un proceso continuo, por lo que inclusive los días de ejecución de las políticas migratorias, hubo migrantes en camino que esperaban poder ingresar a los países. El caso con mayor repercusión fue Chile, quien anuncio su medida dos días antes de su implementación efectiva,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

ocasionando que muchos venezolanos que se encontraban viajando por vía terrestre quedasen en el limbo. Luego de la entrada en vigencia de la medida, un grupo numeroso de venezolanos se permaneció en la ciudad de Tacna (frontera Perú – Chile). Al llegar de viaje y encontrarse con que no podían ingresar a Chile, algunas personas se quedaron en la línea fronteriza, inclusive personas vulnerables como mujeres embarazadas, niños y adolescentes, y otro grupo siguió a Chile a través de pasos clandestinos. Una vez en el país no tenían la opción de regularizarse, debido a que no contaban con el sello de entrada, por lo que debían autodenunciarse en la Jefatura Nacional de Migraciones y Policía de Investigación de Chile (PDI), informando al Departamento de Extranjería del Ministerio del Interior que su situación migratoria era irregular, con el fin de que estas instituciones encontrasen la solución adecuada.

Las personas que se quedaron en la frontera intentaron solicitar la visa en Tacna, pero sin posibilidades de ser aprobada de inmediato. A pesar de que el gobierno chileno manifestó que la visa podía solicitarse desde cualquier consulado chileno en el extranjero, uno de los requisitos eran los antecedentes penales venezolanos apostillados, otro era estar de manera legal en el país desde donde se realizaba la solicitud; a las semanas la medida fue rectificada y exigía a la persona una residencia menor de 90 días. En caso de tener más de 90 días residiendo, se sugirió solicitar otro tipo de visa (visa profesional, visa por contrato, entre otras). Sobre el paso fronterizo de Bolivia y Chile no se conocen detalles sobre la implementación de la medida

Reflexiones Finales

El listado de requisitos para acceder a alguna de las visas es una de las principales preocupaciones de los migrantes venezolanos, la falta de alguno de esos documentos inhabilita automáticamente a la persona para optar por las visas y la planificación de su migración se altera, imposibilitando o retardando, por ejemplo, la reunificación familiar. Los países podrían pensar que esto funcionó como regulador del flujo migratorio, pero en realidad fomenta la entrada ilegal al país a

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

través de caminos clandestinos y el desarrollo de una economía informal que se encarga del transporte por estas rutas, exponiendo al migrante a posibles escenarios de extorsión, secuestros, abusos y estafas. Sumado a que se dificulta la regularización de esa persona en el país de acogida y por ende el acceso al mercado laboral y a los servicios básicos.

La migración se trata de un proceso bastante complicado, sea o no planificada, es un desplazamiento que implica el desprendimiento de las raíces culturales y sociales, para adaptarse a un nuevo entorno cultural. Es por ello, que la legalización del estatus migratorio es tan vital, puesto que facilita la incorporación de la persona en la sociedad de acogida. Parte de los venezolanos intentan realizar los trámites pertinentes antes de salir del país, legalizando y apostillando sus documentos, pero estos trámites también vienen acompañados de dificultades. A partir de noviembre de 2019, la apostilla de documentos dejó de ser un trámite gratuito, limitando en algunos casos apostillar todos los documentos deseados por falta de dinero. Otro problema fundamental, es la solicitud o renovación del pasaporte, documento que puede demorar meses o años en adquirir por las vías regulares, proliferando la figura de gestores como los nuevos apoderados del sistema y sumando un gasto más.

Hasta cierto punto, la implementación de visas obligatorias a los venezolanos ha permitido una migración más segura y responsable, aunque el tiempo de estadía en Venezuela de la persona que desee emigrar cumpliendo los requisitos sea mayor. Esto solo angustia a la persona, que piensa que no va a poder salir del país y que se desgasta realizando trámites para demostrar que quiere tener un estatus migratorio regular en el país de acogida. Así como hay muchas personas que se van sin planificarse, hay otros tantos que siguen los pasos regulares para evitar caer en un limbo migratorio. El impacto positivo de esta implementación de visas todavía está muy difuso, los países del cono sur intentan controlar el flujo, pero la situación en Venezuela se agudiza e incrementa el movimiento.

Es importante resaltar que este trabajo hace mención específicamente a la implementación de visas en junio 2019 porque marcan en el tiempo un antes y después para la migración

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

venezolana. Posteriormente estas medidas sufrieron modificaciones, siendo Chile donde se han encontrado más reformas, siendo actualmente una visa de reunificación familiar. El impacto positivo de esta implementación de visas todavía está muy difuso, los países del cono sur intentan controlar el flujo, pero la situación en Venezuela solo empeora e incrementa el movimiento.

Bibliografía

ÁLVAREZ, RAQUEL. Evolución histórica de las migraciones en Venezuela. Breve recuento. Revista sobre Fronteras e Integración, 11(22), 89-93. 2007.

BARBIERI, N., GALLEGOS, J., GRAJALES, B., CAMPOS, B. y ALVIS, S. Respuestas de los países del pacífico suramericano ante la migración venezolana: Estudio comparado de políticas migratorias en Colombia, Ecuador y Perú. N° 63, 2020. Páginas 219-233.

Centro de Documentación y Análisis para los Trabajadores (CENDA). Recuperado de: <http://cendas.org.ve/noticias.asp> Consultado día: 29/08/2021.

CONSULADO VIRTUAL ECUADOR. Visitante temporal – de excepción por razones humanitarias en el exterior para ciudadanos venezolanos. Disponible en: [https://www.consuladovirtual.gob.ec/servicios/2019_req_vis_temHHumanitariaExt_es.html](https://www.consuladovirtual.gob.ec/servicios/2019_req_vis_temHumanitariaExt_es.html) Consultado el día: 09/05/2021.

CHILE. Servicios Consulares. Visa de Responsabilidad Democrática. Disponible en: <https://serviciosconsulares.cl/tramites/visa-de-responsabilidad-democratica> Consultado el día: 09/05/2021.

GOBIERNO DEL PERÚ (2019). Obtener visa para ingresar al Perú. Visa humanitaria para ciudadanos venezolanos. Disponible en: <https://www.gob.pe/1063-obtener-visa-para-ingresar-al-peru-visa-humanitaria-para-ciudadanos-venezolanos> Consultado el día: 09/05/2021.

MAZUERA-ARIAS, R., ALBORNOZ-ARIAS, N., MORFFE PERAZA, M.A., RAMÍREZ-MARTÍNEZ, C. y CARREÑO-PAREDES, M.T. Informe de movilidad humana venezolana II: Realidades y perspectivas de quienes emigran [8 de abril al 5 de mayo de 2019]. San Cristóbal, Venezuela: SIR (Venezuela) - Centro Gumilla - UCAT - IIES - UCAB.

MIGRACIONES SUPERINTENDENCIA NACIONAL PERÚ.
Recuperado de:

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

<https://www.migraciones.gob.pe/index.php/tramites-para-ciudadanos-venezolanos/> Consultado: 21/09/2019.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. Chile. Recuperado de: <https://chile.gob.cl/chile/blog/venezuela/información-sobre-visa-de-responsabilidad-democratica> Consultado: 21/09/2019.

ROJAS, I. ¿Cuáles son los nuevos requisitos de ingreso para venezolanos que migran a países de América del Sur?. 2019. Prodavinci. Disponible en: <https://prodavinci.com/cuales-son-los-nuevos-requisitos-de-ingreso-para-los-venezolanos-que-migran-a-paises-de-america-del-sur/> Consultado dia: 09/06/2021.

RAQUEL, M. Coronavirus: Brasil cierra fronteras e impide que venezolanos vuelvan a Roraima. Trad. MANÇANO, L. 2020. Disponible en:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/23/coronavirus-brasil-cierra-fronteras-e-impide-que-venezolanos-vuelvan-a-roraima> Consultado dia: 06/06/2021.

OLETTA, JOSÉ Y RÍSQUEZ, ALEJANDRO. Fracaso del Plan Nacional Ampliado de Inmunizaciones en Venezuela. Sociedad Venezolana de Salud Pública Red Defendamos la Epidemiología Nacional. 2019 Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela. (R4V) Disponible en: <https://www.r4v.info/es/home> Consultado dia: 16/06/2021.



CAPÍTULO 13

INTERIORIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO NORDESTE

Silvana Nunes de Queiroz⁸²
Rosana Baeninger⁸³

Desde 2018 o Nordeste brasileiro tem recebido imigrantes da Venezuela que partem de Roraima com destino a mais de cinquenta cidades da região, com destaque para a concentração em suas capitais. Essa migração dirigida (Baeninger, 2018) revela a presença de diferentes atores sociais na alocação desse contingente de imigrantes, compondo uma das novas fases da mobilidade da população no Brasil: a migração interna das migrações internacionais.

Hammar (2005) afirma que os Estados constroem políticas migratórias que intersectam política internacional com política interna, incluindo instituições domésticas na construção

⁸² Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: silvana.queiroz@urca.br

⁸³ Professora colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO-UNICAMP; coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

dessa política. A aprovação da Lei de Migração contou com a participação da sociedade civil organizada e com instituições do Estado (Oliveira; Sampaio, 2020), construindo uma forte dimensão político-institucional (Jepperson, 1991) na elaboração e aprovação da Lei. Portanto, a dimensão político-institucional torna-se o elemento-chave para a compreensão da regulação das migrações internacionais, com a presença do Estado no (re)direcionamento e distribuição dos principais fluxos migratórios no território brasileiro. A Lei de Migração possibilita a ordenação da imigração através da documentação - com vistos de residênciatemporária, visto humanitário, visto fronteiriço e o Estatuto do Refúgio de 1997 que permite a solicitação de refúgio e o reconhecimento de refugiados.

Nessa perspectiva institucional, o Estado assume lugar de destaque quer seja pela regulamentação da nova Lei de Migração quer seja por sua posição geopolítica, reorganizando internamente a presença migratória no território nacional. Desse modo, o Estado, os organismos internacionais (ACNUR, OIM, especialmente) e as instituições domésticas (sociedade civil, ONG, entidades religiosas) compõem a dimensão político-institucional na distribuição e reorganização das migrações internacionais no Brasil no século XXI.

As “migrações dirigidas” constituem elemento fundamental da política interna das migrações internacionais, com a política do Governo Federal de interiorização a partir de 05 de abril de 2018. No caso da migração venezuelana, a Operação Acolhida na fronteira entre Roraima e Venezuela é o aparato institucional que desenha a política interna dessa imigração no Brasil, com a documentação providenciada no momento de ingresso no país e com a “Estratégia de Interiorização” liderada na fronteira em Roraima pelas Forças Armadas, como instrumentalização da política interna de redistribuição dessa população imigrante.

A interiorização da imigração venezuelana alcançou 608 municípios brasileiros, no período de abril de 2018 a junho de 2021, com 54.430 imigrantes da Venezuela que partiram de Roraima neste programa (OIM, 2021), concentrando-se em Manaus (4.968 imigrantes da Venezuela interiorizados), São Paulo (3.304), Curitiba (3.765), Dourados (2.630) e Porto Alegre

(1.970).

De acordo com Sampaio e Silva (2018 p.393), “até o momento, há quatro modalidades de interiorização, entre elas há ações não coordenadas pelo Subcomitê:

1) a “abrigo a abrigo” facilitada pelo Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com quatro agências das Nações Unidas, seus parceiros implementadores e a Força Aérea Brasileira (FAB); 2) a reunião familiar com apoio da OIM e da FAB (quando da disponibilidade de vagas em seus voos); 3) a modalidade de trabalho promovida pelo Exército brasileiro com apoio da FAB; 4) e, por último, os vários modelos de deslocamento assistidos por distintas organizações da sociedade civil brasileira com fontes de recursos variadas. Ressalta-se, ainda, que inúmeras pessoas venezuelanas vêm se interiorizando espontaneamente desde o início do fluxo em 2015”. Essas modalidades de interiorização espelham, portanto, o desenho institucional da política interna das migrações no Brasil, a partir da Lei de Migração, em especial com a documentação a imigrantes.

Evidências da interiorização de imigrantes da Venezuela no Nordeste

O debate acerca da interiorização da imigração venezuelana para a Região Nordeste nesse trabalho envolve a sistematização de informações oriundas do ACNUR/OIM sobre os fluxos de imigrantes interiorizados.

Nesse sentido, observa-se que a interiorização de imigrantes da Venezuela transferidos de Roraima em direção aos estados do Brasil iniciou-se em 05 de abril de 2018. Um dos principais motivos desse processo de redistribuição espacial tem relação com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho roraimense, que possui a economia e ocupações centrada em empregos públicos (Augusto; Moraes, 2018), bem como uma alternativa para aqueles que não desejam retornar para a Venezuela (MELO et al., 2018). Com isso, a Região Nordeste passou a compor - o que denominaremos de “espaços domésticos da imigração venezuelana”, como resultado da migração dirigida - com seu início em julho de 2018, com a transferência de 69

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

imigrantes para o estado de Pernambuco e 44 imigrantes para a Paraíba (Tabela 1).

Tabela 1. Interiorização de Imigrantes da Venezuela. Região Nordeste, 2018-2019

Unidades da Federação	Início da interiorização	Imigrantes
Alagoas	maio de 2019	2
Bahia	julho de 2018	1
Ceará	novembro de 2018	4
Maranhão	maio de 2019	1
Paraíba	julho de 2018	44
Pernambuco	julho de 2018	69
Piauí	novembro de 2018	4
Sergipe	janeiro de 2019	35
Rio Grande do Norte	setembro de 2018	3

Fonte: R4V-Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela/ ACNUR-OIM

Conforme Melo et al. (2018), no Brasil, em 2018, os primeiros estados a receberem imigrantes venezuelanos através do Programa Nacional de Interiorização (PNI) foram São Paulo e Cuiabá. E no Nordeste, Pernambuco, Paraíba e Bahia já se inserem nessa fase inicial (julho/2018), compondo os “espaços domésticos da imigração venezuelana”, ratificando os resultados plotados na Tabela 1.

Ainda em 2018, as primeiras chegadas em solo nordestino acontecem através do aeroporto do Recife e se distribui para o município de Igarassu em Pernambuco, além da capital João Pessoa e do município de Conde Jacumã (PB). Em Pernambuco e na Paraíba, novos espaços domésticos da imigração venezuelana, a recepção conta com informações sobre políticas de inserção e direitos dos migrantes, suporte psicológico e jurídico, através de uma rede de apoio que conta com a Cáritas brasileira, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Universidades, Ministério Público, Prefeituras, Casa do Migrante, Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (SPMNE), parcerias locais, entre outros (MELO et al., 2018; PACÍFICO; SANTANA; SILVA, 2018).

A Tabela 2 mostra que o Programa Nacional de Interiorização (PNI), através de sua rede de apoio institucional, tem sido eficiente ao aumentar o número de venezuelanos pelo

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Brasil e redistribuí-los pelos estados da Região Nordeste. Mesmo em 2020, com a pandemia da Covid-19, o país e o Nordeste permaneceram recebendo imigrantes venezuelanos, com volumes ligeiramente inferior ao ano de 2019 e bem superior ao ano inicial do PNI, em 2018. Entretanto, os resultados acumulados no primeiro semestre de 2021 para o país (entre janeiro até junho), sugerem que nesse ano a atração será menor quando comparado aos anos de 2019 e 2020, mas ainda assim, suplanta o número de venezuelanos recebidos em 2018 (início do processo de interiorização).

No Nordeste, o destaque nos espaços domésticos da imigração venezuelana foram Pernambuco, seguido de perto pela Paraíba e a Bahia (Tabela 2). É preciso lembrar que esses três estados desde 2018 (Tabela 1) integram a política de interiorização desse fluxo migratório. Ademais, chama atenção a Bahia e o Ceará quereceberam mais imigrantes durante 2020, ano marcado pela crise sanitária, com a pandemia da Covid-19, crise econômica e aumento do desemprego. Além disso, durante o primeiro semestre/2021, essas duas UFs permanecem como as mais atrativas da região. É provável que a rede de apoio e de acolhida na Bahia e no Ceará tenha se fortalecido durante esses anos desafiadores, 2020 e 2021, com o novo coronavírus, justificando o aumento de sua atratividade.

Portanto, ao longo desse curto espaço de tempo, evidencia-se que o fluxo de interiorização pelo Nordeste é marcado por mudanças na redistribuição espacial, com novos espaços domésticos da imigração venezuelana, como é o caso do Rio Grande do Norte que também vem ganhando destaque (Tabela 2). Contudo, a estratégia de interiorização e acolhida ainda avança lentamente nos estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe. Mas não resta dúvidas que o Nordeste adentra o século XXI na rota das migrações transnacionais, com um fluxo composto por distintas nacionalidades, com protagonismo das relações Sul-Sul, notadamente o fluxo de venezuelanos que se espalha pelos grandes centros urbanos e capitais da região, mas também chega em municípios de pequeno e médio porte do interior (Queiroz et al., 2021), sendo um desafio à construção de políticas sociais para imigrantes internacionais nos diferentes estados da região, com distintos portes de UFs e de municípios,

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

e que se espalha do litoral ao sertão.

Tabela 2. Interiorização de Imigrantes da Venezuela. Região Nordeste, 2018-2021

Unidades da Federação	2018	2019	2020	jan/junho 2021	Total
Alagoas	0	9	0	0	9
Bahia	49	252	391	75	767
Ceará	4	101	179	68	352
Maranhão	0	1	10	1	12
Paraíba	198	287	231	67	783
Pernambuco	237	322	188	39	786
Piauí	4	7	4	0	15
Sergipe	0	50	9	4	63
Rio Grande do Norte	75	126	51	2	245
Região Nordeste	567	1.155	1.063	256	3.032
Brasil	4.972	22.228	19.389	7.841	54.530

Fonte: R4V-Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela/ ACNUR-OIM

Com relação a modalidade de interiorização, no Brasil, a mais presente é para reunião social (Tabela 3), enquanto no Nordeste tipifica a modalidade institucional (Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe) que diz respeito a realocação voluntária dos imigrantes venezuelanos dos abrigos de Roraima em direção aos centros de acolhida e integração nos estados/municípios de destino, em moradias temporárias ofertadas pelo governo federal, estadual, municipal ou pela sociedade civil. Isso mostra que a dimensão político-institucional (Jepperson, 1991), incluindo as instituições domésticas (Hammar, 1991; Moreira, 2012), são importantes nos arranjos institucionais na política interna das migrações internacionais no Brasil do século XXI, ao criar novos espaços domésticos da imigração venezuelana, como é o caso da Região Nordeste.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 3. Imigrantes da Venezuela segundo modalidade de interiorização, 2018-2021

Unidades da Federação	Institucional	Reunião Social	Reunião Familiar	Vaga de Emprego	s/informação	Total
Alagoas	0	0	4	2	3	9
Bahia	346	256	119	36	10	767
Ceará	99	163	29	60	1	352
Maranhão	0	6	6	0	0	12
Paraíba	480	140	145	10	8	783
Pernambuco	398	187	165	30	6	786
Piauí	0	8	3	4	0	15
Sergipe	35	11	13	0	4	63
Rio Grande do Norte	167	32	33	18	4	254
Região Nordeste	1.525	803	517	160	36	3.041
Brasil	11.618	21.235	8.821	4.362	8.394	54.430

Fonte: R4V-Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela/ ACNU

Por sua vez, as redes sociais estão presentes no processo da imigração venezuelana que chegam ao Ceará e o Piauí, e seguem a tendência do país, com predominância da modalidade para reunião social, no qual o acolhedor/receptor do imigrante venezuelano é um amigo ou alguém de confiança, mostrando também o papel e a importância das redes migratórias (Fusco, 2002; Truzzi, 2008), através de mecanismos como a circulação de informações, relações de solidariedade e reciprocidade (CANALES, 2015).

Considerações Finais

Diante de um cenário marcado pela importância político-institucional, com atuação marcante dos organismos internacionais e do Estado, seja em nível federal, estadual ou municipal, que o Nordeste se insere nos novos espaços domésticos da imigração venezuelana. Portanto, a atratividade do Nordeste, a partir das “migrações dirigidas” que partem de Roraima para a região e os seus municípios, é devido contar também com o aparato institucional no destino, através de uma ampla rede de apoio, desde a Cáritas brasileira/estadual, Universidades da região Nordeste, Ministério Público dos estados

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

da região, Prefeituras e Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (SPMNE), entre várias parcerias locais.

Fica claro que a presença de distintos atores sociais na origem e no destino é de vital importância para o acolhimento e integração nos estados do Nordeste, como foi o caso de Pernambuco, Paraíba e Bahia que, desde 2018, se organizaram para receber os venezuelanos através do Programa Nacional de Integração. Os desafios e as demandas são enormes, dado que a região e notadamente os municípios do interior não tem tradição na atração migratória internacional. Mas diante desse novo cenário e dos distintos desafios impostos, ainda mais no contexto da pandemia da Covid-19, baixo crescimento econômico e alta taxa de desemprego, os distintos atores sociais, através da rede local ganham relevância e, inclusive, conseguem aumentar a atratividade em um cenário nada propício, como foi o caso da Bahia e do Ceará que, em 2020 e durante o primeiro semestre de 2021, receberam os maiores volumes de imigrantes venezuelanos.

Em suma, a inserção do Nordeste como um dos espaços domésticos da imigração venezuelana está associada a questões político-institucional, com destaque para a participação das instituições domésticas na distribuição espacial e acolhida, dado que a modalidade institucional é a justificativa predominante entre os venezuelanos que chegam na maioria dos estados da região.

Referências

- AUGUSTO, I. R.; MORAIS, V. M. I. Brasil profundo: a identidade nacional a partir da recepção midiática da interiorização dos imigrantes venezuelanos. *Revista del CESLA. International Latin American Studies Review*, (22), 2018: 265-296.
- BAENINGER, R. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. *In: LUSSI, Carmem (org.). Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos*. v. 1. 1 ed. Brasília, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017, p. 13-29.
- BRASIL. Operação Acolhida – Histórico. Brasília, DF: Governo Federal, 2020.
- CANALES, A. E Pur Si Muove. Elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global. Guadalajara: M.A Porrúa Y

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Universidad de Guadalajara, 2015.

FUSCO, W. As redes sociais nas migrações internacionais: migrantes brasileiros paraos Estados Unidos e Japão. In: Revista Brasileira de Estudos da População, v. 19, 2002, p. 161-163.

HAMMAR, T. European Immigration policy: a comparative study. In: MESSINA, A.; LAHAV, G. The migration reader: exploring politics and policies. Boulder, Colo.: LynneRienner Publishers, 2005.

JEPPERSON, R.L. Institutions, institutional effects and institutionalism. In: POWELL, W.W.; DIMAGGIO, P.J. (Orgs.). The New Institutionalism in organizational analysis. Chicago and London: The University of Chigado Press, 1991.

LUSSI, C. Formulação legal e políticas públicas no trato das migrações nacionais e internacionais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. Migrações e Trabalho. Brasília, DF:Ministério Público do Trabalho, 2015.

MELO, B. J. A. V. ET. AL. BAREM – Banco de dados sobre refugiados e migração forçada [recurso eletrônico] / Recife: Fadic, 2018. 118 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). OIM Brasil - Histórico. Disponível em: <https://brazil.iom.int/>. Acesso em: julho/2021.

PACÍFICO, A. P.; SANTANA, M.; SILVA, S. F. L. A proteção aos refugiados na Paraíba: uma análise descritiva do Programa Nacional de Interiorização (PNI) dos venezuelanos. In: Migrações Venezuelanas / Rosana Baeninger; João Carlos Jaroshinski Silva (Coordenadores) – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, 400 p.

QUEIROZ, S. N. de; SILVA, C. C.; BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONE, J. O Nordeste na rota das migrações transnacionais: primeiras impressões. In: Migração, trabalho e gênero: textos selecionados / Wilson Fusco; Luana Junqueira Dias Myrrha; Jordana Cristina de Jesus (Organizadores) – Belo Horizonte, MG: ABEP, 2021.

SAMPAIO, C., SILVA, J.C.J. Complexidade x singularidade- a necessidade de outras soluções duradoras. In: Baeninger, R. et all Migrações Venezuelanas.NEPO/UNICAMP, 2018.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. Tempo Social, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

CAPÍTULO 14

A PONTE COMO O NÃO-LUGAR DE PASSAGEM PARA HAITIANOS E VENEZUELANOS: INTERDIÇÃO DA MOBILIDADE, CAOS E CONFLITOS INTERNACIONAIS NA PANDEMIA

Marília Lima Pimentel Cotinguiba⁸⁴

Geraldo Castro Cotinguiba⁸⁵

Aurinete Souza Brasil Freire⁸⁶

Roziane da Silva Jordão⁸⁷

O presente relato etnográfico antropológico aborda um dos conflitos internacionais mais alarmantes deste ano de 2021, a saber, em plena pandemia, a retenção, o embate e o confronto de/entre setecentas pessoas e o

⁸⁴ Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia. Coordenadora do Observatório das Migrações em Rondônia. Líder do Grupo de Pesquisa Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira. Colaboradora da Pastoral do Migrante em Porto Velho. Contato: marhil@unir.br

⁸⁵ Professor e pesquisador do Instituto Federal de Rondônia. Vice-coordenador do Observatório das Migrações em Rondônia. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira. Colaboradora da Pastoral do Migrante em Porto Velho.

⁸⁶ Aurinete Souza Brasil Freire: membro da Cáritas brasileira – articulação Noroeste. Membro da Pastoral do Migrante em Rio Branco.

⁸⁷ Roziane da Silva Jordão: doutorando em Antropologia do PPGAS/UFAM. Membro do Observatório das Migrações em Rondônia. Membro do Grupo de Pesquisa Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira e (GEMA) Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

poder público (tanto civil quanto militar) na *Ponte da Integração*, qual seja, a fronteira física que demarca os limites simbólicos entre o Brasil e o Peru. Aqui, nossa pretensão analítica objetiva, além de tornar público esse acontecimento que escapa a todos os limites do humanamente suportável; refletir sobre o caos instaurado, no sentido de perceber as principais facetas da interdição da mobilidade e cerceamento da liberdade dos imigrantes por três longos meses em plena pandemia; bem como, ponderar sobre os alcances e limites das recomendações oficiais com roupagem de sanitização social. Para tanto, utilizou-se a metodologia etnográfica com abordagem qualitativa para análise dos dados obtidos em campo *in loco* a partir de uma parceria firmada entre os autores deste capítulo e a Cáritas, que contribuiu significativamente no levantamento dos dados organizados nessa breve seção.

No final de 2020, quando a pandemia ganhava proporções catastróficas no cenário internacional, Jordão e Silva (2020)⁸⁸ analisaram os impactos da doença Covid-19 para os projetos migratórios de haitianos no Brasil. Naquele momento, era cedo para apresentar conclusões sobre a totalidade dos impactos que a pandemia de coronavírus e as atuais recomendações de interdição da mobilidade exercera sobre os projetos migratórios internacionais tanto de haitianos quanto de venezuelanos. Ainda assim, além de dialogar sobre a interdição da mobilidade durante a pandemia, os autores concluíram que “houve descontinuidades e rupturas significativas nas trajetórias migratórias individuais dos haitianos e que reverberaram também nos projetos coletivos”.

Diante desse contexto, em fevereiro de 2021, após um ano em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Pandemia de Covid-19, na tentativa de passar do Brasil para o Peru, um grupo de setecentas pessoas imigrantes, em sua maioria de nacionalidade haitiana, ficou impedido de seguir viagem, em razão do fechamento da fronteira entre o Brasil e Peru, precisamente nas cidades divididas apenas pela *Ponte da Integração* entre Assis Brasil e Iñapari.

⁸⁸ JORDÃO, Roziane da Silva; SILVA, Sidney Antonio da. Coronavírus e interdição da mobilidade em tempos de crise. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 29, n. supl, p. 75-84, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Marilene, agente da Pastoral do Migrante e da Cáritas, nos concedeu o relato de que, “primeiramente, era um grupo pequeno que chegou em busca de comida em nossa casa, em Assis Brasil. Diziam que procuravam alguém da Igreja Católica, pois sabiam que teriam ajuda”.

O grupo procurava pela igreja e pela Cáritas porque, no Brasil, já haviam passado pelas malhas dessa rede de apoio significativa e sabiam que, naquela situação de vulnerabilidade social, bem como de irregularidade documental, não era seguro procurar ajuda da polícia.

A alegação dos entes oficiais para a não passagem e interdição da mobilidade dos imigrantes por/sobre a Ponte da Integração era por segurança sanitária, em decorrência da pandemia de Covid-19. A medida foi adotada por meio de portarias interministeriais, porém só proibia os imigrantes que chegavam por terra, aos que vinham de avião nunca foi aplicada a proibição, o que nos leva a ponderação de que os motivos práticos e simbólicos da retenção do grupo na fronteira não era apenas a segurança sanitária como foi alegado em notas oficiais. O grupo chegou a ter 700 pessoas entre haitianos e venezuelanos; estes tentavam sair do Peru e entrar no Brasil.

A situação logo se tornou notícia, tanto por grupos de WhatsApp como na mídia nacional e internacional, o que acirrou a cada dia a situação, atraindo grupos diversificados na tentativa de ajuda humanitária. Com quatro dias em que estavam sobre a ponte, já cansados pela situação exposta, enfrentaram a polícia peruana e tentaram adentrar nas terras peruanas, mas foram impedidos pontualmente pela força militar daquele país.

A cena não era das melhores, havia ali muitos imigrantes querendo seguir pelo Peru, separados pelas forças policiais peruanas. O grupo correspondia aos que entraram há mais de dois anos pelo mesmo local e se dispersaram pelo Brasil, em busca de empregabilidade.

É fato que não se sai de um lugar, mesmo não sendo o “seu lugar” para ficar sobre uma ponte em uma fronteira entre duas cidades pequenas, com capacidade mínima para os seus municípios, como é o caso de Assis Brasil e Iñapari. Diante disso, a *Ponte da Integração* cujo nome, ironicamente, estabelece relação antitética com o episódio internacional aqui relatado,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

tornou-se um não-lugar de passagem, cerceando os imigrantes por três longos meses num jogo de embates entre forças militares, sanitárias e, sobretudo, políticas.

Para além da percepção teórico-crítica dos autores deste capítulo, no sentido de acrescentar a este relato um olhar de dentro para fora do embate, apresentamos, ao longo do texto, excertos narrativos intrigantes e detalhados dos relatos testemunhais que nos concederam nossos interlocutores *in loco*.

A causa do retorno pela Fronteira Brasil x Peru

Com a crise agravada pela pandemia de Covid-19, quando muitos trabalhadores foram demitidos, e com esperança de encontrar novas oportunidades em outros países, principalmente nos Estados Unidos, que acabara de trocar de presidente, o grupo tentou sair do Brasil pela fronteira com o Acre, o que ocasionou o referido conflito na ponte que divide Brasil e Peru.

Inúmeras foram as tentativas de negociação e diálogo com o governo peruano, tanto por parte das equipes locais, como de grupos da sociedade civil e da Igreja Católica representada pela Pastoral do Migrante e Cáritas, com o objetivo de resolver a situação, todavia, nenhuma delas logrou êxito.

Não havendo acordo, os imigrantes se reuniram e decidiram ficar na ponte para pressionar os governantes a tomarem uma posição. Inicialmente eram famílias inteiras, com crianças, mulheres grávidas e idosos. Como não se chegou a uma decisão de abertura das fronteiras, ao menos para passar esse grupo, a alternativa foi fazer da ponte um espaço de permanência. Assim, a equipe da prefeitura de Assis Brasil organizou lonas e água, e a Pastoral do Migrante e Cáritas paroquial contribuíram com alimentação para evitar maiores danos ao grupo.

A seguir, transcrevemos o afetado relato de um dos nos nossos interlocutores que presenciou atos violentos da força militar dos países envolvidos contra os imigrantes que tentavam atravessar a fronteira:

“Pensamos que a Ponte tinha ficado limpa, sem pessoas “morando” ali, quando chega um grupo grande de haitianos,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

africanos, onde em poucos dias a Ponte de Integração ficou coberta de lonas pretas, não se tinha espaço para andar, muitas pessoas doentes, muitas mulheres grávidas, muitas crianças, a luta foi muito grande, uma situação muito tensa, mas o que mais me chocou foi aquela entrada dos haitianos com africanos no Peru, onde foram espancados, mulheres grávidas sendo espancadas, um momento triste. Quando cheguei na Escola, pois pediram apoio e fui até eles, e visualizei as pessoas espancadas; tinha uma senhora chamada Maria, ela era morena, mas ela estava vermelha de tanto spray de pimenta, mulheres grávidas que tivemos que levar para o hospital, uma situação triste... tivemos que trazer os colchões que estavam na Ponte, colchão molhado, trocando colchões, uma situação terrível... e eles resistindo para não sair. Fizemos de tudo para ajudar, as pessoas moradoras colocaram seus carros à disposição, e por mais que a gente fizesse de tudo para amenizar a dor, mas ainda era pouco, com tantas instituições envolvidas, ainda não conseguimos que saíssem de lá. Uma haitiana que passou por esse momento foi levada para Rio Branco, mas não resistiu e chegou a falecer”.

A Ponte como um Não-lugar

Após 4 dias que estavam sobre a ponte, os imigrantes tentaram avançar e furar o bloqueio, enfrentando o policiamento, o que gerou um conflito intenso, a partir do qual homens ficaram machucados, mulheres grávidas e crianças foram agredidas e precisaram, inclusive, de socorro médico.

“Tudo na Ponte é mais difícil, tem sol, tem chuva e tem situações muito difíceis. Uma vez em que estive lá e houve uma ventania forte, que chegou a movimentar as barracas montadas, porém molhou tudo, foi um caos”, afirma uma das agentes humanitárias que estava prestando apoio às famílias detidas na fronteira.

Nosso lugar de fala e de sentimentos é do ressoar das pessoas que estavam no local, na acolhida forçada em uma cidade

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

extremamente carente, de uma população pequena (aprox. 7.649 habitantes)⁸⁹.

Júnior, um dos agentes da Cáritas e Pastoral do Migrante em Assis Brasil relata que por volta de 20h, naquela noite, após o embate com as forças militares peruanas, chegou em sua residência o grupo familiar de um venezuelano chamado Dani e com eles havia uma mulher grávida. De acordo com ele:

Por incrível que pareça, não tínhamos nada e não podíamos acolhê-los. E indicamos que fossem para a Praça Central da cidade e ficasse na parte de alimentação; e neste momento a polícia já chegou lá na minha casa, porque houve uma denúncia, indagando sobre a presença das pessoas, ao que disse a eles que não tinha nada demais e que eram pessoas que tinham chegado em nosso país, pedindo acolhida. Preocupado, fui até à Praça e me apresentei como Igreja, e que trabalhava com migrante. Chamei atenção para que tratassem as pessoas de maneira humana, ainda que estivessem irregular.

Diante desse pedido de ajuda, a Cáritas foi acionada e mobilizou também a secretaria de saúde para fazer os testes de temperatura, além disso, aquele grupo foi encaminhado para um hotel da cidade, dentre outras medidas práticas, tais como assumir em tese, diante da força militar, a situação, mesmo sem ter a mínima condição logística, mas para garantir a segurança das pessoas. Conforme continua Júnior em seu detalhado relato:

Ligamos para o Padre e solicitamos o Centro de Formação Paz e Bem para acolher as pessoas que chegaram, além do grupo, em torno de 20 pessoas. O trabalho foi feito a muitas mãos, contamos com a colaboração de algumas pessoas. Mas estávamos preocupados com a mulher grávida, intercedemos junto à Polícia Federal para que ao menos ela com seu companheiro seguissem viagem, e eles foram sensíveis. Depois conseguimos encaminhar aos poucos o restante do grupo. Foi um momento

⁸⁹ <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=assis+brasil>.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

marcante, comemoramos com um almoço a saída deles.

Felizmente para o grupo familiar de Dani, que conseguiu buscar apoio com Júnior, o desfecho da situação foi atenuante, infelizmente, nem todos puderam ser acolhidos, encaminhados, tratados com dignidade. Sobre os fatídicos momentos na *Ponte da Integração*, ouvimos o seguinte desabafo de um dos agentes humanitários, nosso interlocutor:

Precisamente, naquele fevereiro de 2021, tinha um grupo de haitianos com muitas crianças, e disseram que estavam com fome e precisavam dormir, e já chegaram buscando o pessoal da igreja católica. Todos estavam com fome, mas uma criança teve a coragem de verbalizar: - moço, eu só quero comer! - Eu chorei porque foi muito forte esse momento.

Outras pessoas, um grupo grande, chegaram mais de 22h, vinham caminhando pelas florestas, a fim de desviar dos pontos de fiscalização. “Não tínhamos mais o que servir”, lamenta nosso interlocutor.

Na manhã seguinte iam para a Ponte, na perspectiva de, enfim, atravessar a fronteira, mas não deu certo e tiveram que retornar a outras cidades do Brasil e recomeçar. Alguns seguiram viagem de forma clandestina, enfrentando os perigos das florestas e dos atalhos; outros, que podiam contar com recursos próprios, regressaram para o “lugar de origem”.

Conforme relata um dos moradores de Iñapari, “houve momento também da própria polícia resgatar pessoas migrantes nas ruas e levar para a Ponte, como forma de punição.” Marilene, que mora em Assis Brasil e que também faz parte da Pastoral do Migrante e da Cáritas declarou que:

a primeira turma que chegou na Ponte de Integração tinha até peruanos, onde os peruanos residentes em Iñapari deram umas casas e cederam para os outros migrantes também, com muita dificuldade. Depois apresentaram resistência e não deixavam os peruanos entrarem no Peru. Abril (venezuelana) estava com um amigo também da Venezuela, ficaram

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

por três meses, os dias eram muito quentes e as noites frias. Eles não tinham onde fazer suas necessidades, e o banho era no Rio, onde precisavam descer os barrancos para fazer suas necessidades e ficavam sujeitos a qualquer perigo, ferradas de insetos, cobras e animais peçonhentos. Porém, eu percebia que sempre estavam animados, sempre sorrindo, mesmo com aquela situação.

Quando enfim, o grupo se desfez com a abertura da fronteira, após tantos embates, pressão internacional e também a morte da mulher grávida, pairou no ar uma mistura de sentimentos contraditórios, um misto de alegria e pesar. Nenhuma das teorias que acessamos nas universidades é capaz de amenizar a afetação que nos envolve na descrição deste relato de campo.

Sabemos ser a ciência um discurso que se pretende imparcial, teórico e analítico, entretanto, as dores dos nossos interlocutores, o luto, o embate, tudo nos move a olhar para além da teoria e ver, com olhos humanos, que os relatos denunciam as mais variadas formas de violência e autoritarismo. Entre outras violações dos direitos sociais, presenciamos uma morte violenta por agressão quando as medidas políticas eram tidas como preventiva de óbitos por Covid-19. Neste ponto específico, reside a principal contradição do discurso oficial dos governos Brasil e Peru para o que ocorreu na prática naquele fatídico fevereiro de 2021.



CAPÍTULO 15

DEPORTAÇÕES DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS NA PANDEMIA: O CASO BRASILEIRO⁹⁰

Rosana Baeninger⁹¹
Natália Demétrio⁹²
Jóice Domeniconi⁹³

A terceira década do século XXI inaugura uma nova fase na dinâmica das migrações internacionais no mundo baseada na restrição à mobilidade, retrocesso do debate sobre direitos humanos e em perspectivas cada vez mais securitárias e seletivas de governança migratória

⁹⁰ Este trabalho consta nos Anais do III^o Seminário do Observatório da Migração Internacional do Estado de Minas Gerais – OBMinas, realizado on-line entre os dias 16 e 17 de junho de 2021.

⁹¹ Professora colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO-UNICAMP; coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

⁹² Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Coordenadora-adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: ndemetri@unicamp.br.

⁹³ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: joicedomeniconi@outlook.com.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

(YAYBOKE, 2020; DUMONT, 2020; NEWLAND, 2020; GAMLEN, 2020; DE HAAS, 2010). No Brasil, a pandemia de Covid-19 parece ter colocado fim a quase trinta anos de conquistas e avanços jurídicos no campo das migrações e do refúgio, particularmente, diante das tendências em torno das migrações Sul-Sul contemporâneas (FELDMAN-BIANCO, 2019; MOREIRA, 2012; ASSIS, 2018). A partir disso, este texto tem por objetivo discutir um indicador central desse processo: as deportações.

Com base nas estimativas disponibilizadas pelo Sistema de Tráfego Internacional (STI), registro administrativo da Política Federal referente à movimentação de pessoas em todos os postos de controle dessa instituição, o trabalho analisa a saída compulsória de imigrantes internacionais do Brasil entre 2011 e outubro de 2020, seus diferenciais por nacionalidade, local da deportação e tipo de documento utilizado na viagem.

Em linhas gerais, o estudo dessa fonte de informação revela uma importante transformação no fenômeno de interesse se ao longo da última década. Se inicialmente os casos de deportação diziam respeito à entrada de brasileiros, a partir do ano de 2020 é possível observar um aumento significativo de saídas de não nacionais, especialmente, para nacionais de países fronteiriços. Essa evidência, acompanhada de diferentes aparatos jurídicos voltados à gestão das migrações, reforça a conformação de um novo paradigma da mobilidade global da população pautado, em grande parte, no controle e na regulação por parte dos Estados-Nação dos movimentos de entrada e saída de imigrantes de seu território (BAENINGER, 2020, p.212).

As migrações Sul-Sul e a governança dos fluxos migratórios no Brasil

Ainda que as primeiras décadas do século XXI tenham registrado desenvolvimentos importantes no debate sobre direitos humanos no âmbito das Nações Unidas, no que diz respeito às migrações internacionais, é importante observar as contradições e revezes sofridos diante de medidas pautadas no controle, regulação e seletividade das políticas migratórias adotadas tanto em países do Norte como do Sul Global

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

(YAYBOKE, 2020; DUMONT, 2020; NEWLAND, 2020; GAMLEN, 2020; DE HAAS; NATTER; VEZZOLI, 2016).

Por um lado, tem-se um cenário de avanços nos meios de comunicação, na circulação da informação e na rapidez dos meios de transporte (PELLEGRINO, 2003) acompanhados de uma diversificação e intensificação da mobilidade internacional do capital e do trabalho (SASSEN, 1988), assim como, de distintas modalidades migratórias (WENDEN, 2001), que se desenvolvem com temporalidades, espacialidades, composições próprias. Esses movimentos articulam-se, como observado por Baeninger (2018), entre antigos e novos espaços das migrações internacionais, com relações históricas ou não, sendo compostos por modalidades migratórias que se sobrepõem e se reconfiguram a depender do contexto em que se desenvolvem e das seletividades existentes, caracterizando dinâmicas muitas vezes transitórias de migração.

Por outro, observa-se uma tendência em torno de uma gestão das migrações baseada no controle, regulação e securitização da mobilidade populacional em torno dos diferentes grupos migrantes. Esse cenário se verifica especialmente em países do Norte Global, onde, com o acirramento do nacionalismo no discurso político, das crises econômicas e da violência tensionam as relações sociais, mas tem ganhado espaço, também, nas migrações Sul-Sul.

Como apontam Amaral e Costa (2017), configura-se um panorama de securitização da migração que não é exclusivo do momento histórico atual, mas ganha novos recortes diante de momentos de crises econômicas e políticas, da instabilidade social e da intensificação de sentimentos xenofóbicos na sociedade, corroborando, nesse sentido, com medidas de restrição de direitos, cerceamento da mobilidade, fechamento de fronteiras e exclusão dos imigrantes. Para os autores:

a securitização da imigração traz o imigrante não como alguém que possa vir a ser integrado à sociedade e contribuir com ela, mas como um estranho que rivaliza com os nacionais do país e muitas vezes servem de “bodes expiatórios” para as

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

crises, desordens sociais e sensação de insegurança (AMARAL, COSTA, 2017, p. 213).

No caso brasileiro, a Nova Lei de Migração 13.445/2017 (BRASIL, 2017a) representou avanços fundamentais em relação à legislação migratória anteriormente em vigor, o Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815/1980 (BRASIL, 1980), ainda que sua aprovação tenha envolvido pressões e tensões entre os diferentes atores do governo e da sociedade civil e um longo processo de articulação política e debate sobre diferentes propostas normativas (ASSIS, 2018).

Ao partir do conceito de migração, a nova legislação, por um lado, estabelece critérios para a garantia de direitos aos imigrantes no Brasil e aos brasileiros emigrantes. Por outro, retoma princípios de proteção dos direitos fundamentais e da dignidade humana – estabelecidos em tratados internacionais, ratificados e internalizados no país -, bem como, a perspectiva de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos estabelecida pela Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), questões estas que a legislação anterior fragrantemente desrespeitava (RODRIGUES; PEREIRA, 2017; MILANESI, 2007; RAMOS; VEDOVATO; BAENINGER, 2020; RAMOS, 2020). Para Ramos (2020),

Ao contrário do revogado Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80; adotado na ditadura militar e inspirado na doutrina de segurança nacional), a nova lei é fruto da constatação de que negar direitos, gerar entraves burocráticos na regularização migratória, atuar com arbítrio e sem coerência, são condutas que *não* reduzem o deslocamento de pessoas, mas apenas degradam as condições de vida do migrante, bem como prejudicam empresas, trabalhadores e a sociedade em geral. A lei avança ao prever uma série de princípios e diretrizes que conformam a atuação dos órgãos públicos à luz da gramática dos direitos humanos. Ao migrante é garantida, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurando-lhe também os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos (art.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

4º, *caput* e inciso I). Estabelece-se, com o novo marco legal, a regra geral de vedação da discriminação e proibição do arbítrio na entrada, permanência e saída compulsória do migrante, com várias menções ao direito de ser informado e de obter assistência jurídica integral (RAMOS, 2020, p. 73).

Na mesma linha, Assis (2018, p.618) observa que a “Lei 13.445/2017, rompe com o paradigma da Segurança Nacional presente no Estatuto do Estrangeiro, representando um avanço em relação à regulamentação anterior, pois abandonou o viés autoritário presente na legislação” até então em vigor. Entre suas principais conquistas tem-se, segundo a autora, a compreensão da migração desde uma perspectiva de direitos humanos, de não criminalização dos imigrantes e combate à discriminação e preconceitos como a xenofobia; a facilitação dos processos documentais para permanência, inserção sociolaboral e acesso a serviços; o não cerceamento da liberdade dos imigrantes diante da situação migratória irregular no Brasil; a permissão para manifestação política e associativa; a cobertura dos brasileiros em situação migratória no exterior; a institucionalização dos vistos humanitários entre outras (ASSIS, 2018).

Os vetos realizados pela presidência da república e a posterior regulamentação da Lei a partir do Decreto nº 9.199/2017 (BRASIL, 2017b) também envolvem críticas, visto que, segundo Ramos, Vedovato e Baeninger (2020) e diferentes atores da sociedade civil, defensoria pública e academia, apresentam pontos centrais de conflito com o texto original da Lei 13.445/2017. Essas “brechas” estabelecidas na implementação e regulamentação da norma corroborariam, inclusive, com a adoção de medidas, decretos e resoluções normativas que questionam fundamentalmente os princípios de proteção dos direitos humanos e de não criminalização da condição migratória no país e estabelecem aberturas para a discricionariedade na aplicação da Lei. Como apresentado por Ramos, Vedovato e Baeninger (2020), as

[...] verificam-se contradições nesse sentido no documento em si e em seu Decreto Regulamentar (Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017), bem

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

como em parte dos 22 vetos ao texto. Há, por exemplo, ainda no regime de governança migratória brasileira dispositivos de nítida criminalização e securitização das migrações, além de previsão da possibilidade de prisão de migrantes em situação irregular*, em um sentido contrário ao princípio de acolhida humanitária.

*Nota: Por exemplo, a previsão da possibilidade de solicitação de prisão estabelecida no art. 211 do Decreto é significativo dessa perspectiva. (RAMOS; VEDOVATO, BAENINGER, 2020, p.55).

Esse tema dialoga, sobretudo, com o debate entre o poder de regulação do ingresso, estabelecido pela soberania do Estado, e o direito de ingresso dos imigrantes em um determinado país - à exceção dos refugiados que apresentam diplomas internacionais específicos. Segundo Ramos (2020, p.71), os tratados de direitos humanos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, estabelecem parâmetros e critérios a serem seguidos no direito interno no que tange a promoção do “direito à igualdade aos migrantes, independentemente de seu estatuto migratório, bem como estabelecem o dever de assegurar outros direitos como o acesso à justiça e o devido processo legal”.

Tem-se, nesse sentido, duas dimensões a serem consideradas. A primeira, trata do impedimento de ingresso em território nacional e a segunda da retirada compulsória de imigrantes (RAMOS, 2020). Em relação à primeira, Ramos observa, para o caso brasileiro, que o texto original da Lei 13.445 apresentava restrições mínimas às autoridades nacionais no impedimento de ingresso, carecendo de clareza ao garantir o direito de ingresso de beneficiários de visto ao mesmo tempo em que resguardava possibilidades de cerceamento da entrada no país (RAMOS, 2020). Esse quesito, no entanto, foi um dos que recebeu o veto presidencial por “esvaziar indevidamente a discricionariedade para exercício da soberania nacional” (BRASIL, 2017c). De acordo com Ramos (2020), esse posicionamento reforça o interesse do poder público brasileiro em instrumentalizar a discricionariedade das autoridades administrativas nacionais no que tange a questão migratória, retomando elementos presentes no antigo Estatuto do

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Estrangeiro. Para o autor, as possibilidades estabelecidas pelo texto final da Lei 13.445/2017

transformaram a categoria de impedimento ao ingresso em uma área de arbítrio e decisionismo, incompatível com a atuação fundamentada e racional que se espera de uma decisão administrativa em um estado democrático de direito (RAMOS, 2020, p. 75).

Destacam-se, nesse sentido, o impedimento por expulsão anterior ainda efetiva; condenação ou existência de processo por terrorismo/genocídio/crime contra a humanidade, guerra ou agressão; condenação ou existência de processo por crime doloso em país com o qual o Brasil estabeleça possibilidade de extradição; presença em listas de restrição por ordem judicial ou compromisso do Brasil em órgão internacional e, finalmente, de forma ampla e genérica, a possibilidade de impedimento de ingresso por ato contrário aos princípios e objetivos da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2017a). A partir disso, estabelecem-se critérios para a não obtenção de visto e em casos de aquisição deste, para o impedimento da entrada por agente federal brasileiro, segundo critérios pré-estabelecidos na norma e passíveis de ampla defesa no processo administrativo adequado (RAMOS, 2020).

Já no que diz respeito à segunda dimensão, que versa sobre a retirada compulsória de estrangeiros do território brasileiro - sejam eles imigrantes, visitantes ou apátridas segundo termos da Lei de Migração-, segundo Ramos (2020), tem-se duas condições estabelecidas: a retirada cooperacional e administrativa. Em todas elas, no entanto, ressalta-se a necessidade de respeito ao procedimento legal, ao direito à ampla defesa e ao devido processo legal (BRASIL, 2017a).

Em relação à retirada cooperacional, compreendida por Ramos (2020) como aquela realizada por autoridades do Brasil a partir de solicitação ou permissão de outros Estados ou Organizações Internacionais, compreende-se os processos relacionados à cooperação jurídica internacional em questões

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

penais. Compreende-se nesse caso a extradição, a entrega e a transferência de pessoa condenada.

Na retirada administrativa considera-se o processo de retirada compulsória realizado por autoridades da administração brasileira diante do descumprimento dos processos e regras para entrada e permanência no país (RAMOS, 2020). Encontram-se nessa categoria a repatriação, a expulsão e a deportação para “país de nacionalidade ou de procedência do imigrante ou do visitante, ou para outro que o aceite, em observância aos tratados dos quais o Brasil seja parte” (BRASIL, 2017a).

Esse trabalho analisa em específico o caso das retiradas administrativas mediante processos de deportação registrados ao longo dos últimos anos no Brasil e suas principais tendências. Compreende-se por deportação, segundo a Lei de migração e seu Decreto regulamentar, a retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular em território nacional (BRASIL, 2017a; 2017b). São consideradas na análise, especialmente, as mudanças apreendidas diante da adoção de portarias, resoluções normativas e emergenciais no decorrer da pandemia de COVID-19 a partir de março de 2020 e os desafios enfrentados para a garantia de direitos dos imigrantes nesse período (CHAVES, 2020).

Cabe ponderar, no entanto, que medidas adotadas antes mesmo da pandemia já apontavam para um novo paradigma da governança migratória no Brasil (RUSEISHVILI; CHAVES, 2020), com destaque para as Portarias nº666 de 26 de julho de 2019 (BRASIL, 2019a) e nº 770 de 11 de outubro de 2019 (BRASIL, 2019b).

A Portaria nº666/2019, em especial, foi intensamente questionada por acadêmicos, especialistas da área de migração e direitos humanos e representantes de movimentos em defesa dos imigrantes, os quais observavam a “ilegalidade e inconstitucionalidade da medida”, visto que seu texto estaria “em desacordo com os conceitos e as normas estabelecidas na Lei. nº13.445/2017”, como argumentam Ruseichvili e Chaves (2020, p.16). Para os autores,

A Portaria - uma medida normativa que introduz o conceito de “pessoa perigosa” – não apenas

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

(re)inaugura um campo semântico do estrangeiro como risco e ameaça, mas também cria de forma muito real a “ilegalidade” do migrante e o seu significado específico (RUSEISHVILI; CHAVES, 2020, p.17).

Os autores argumentam que essa Portaria, ainda que muito questionada, retoma a construção da retórica do imigrante como alguém “perigoso”, estabelecendo um cenário de constante insegurança e tensão diante do risco de deportação sumária por parte das autoridades brasileiras, o que desmobiliza e despolitiza a atuação e presença desses grupos nos espaços públicos e na sociedade brasileira. A adoção desse tipo de dispositivo por parte do poder público construiria, assim, um processo de disciplinamento do imigrante, à medida que este se encontra continuamente sob risco de ser considerado “suspeito” e, portanto, passível de ser deportado. Nesse sentido, instaura-se uma condição de “permanente provisoriedade”, como define Domenech (2017, p.35), ou de permanente deportabilidade, segundo Ruseichvili e Chaves (2020), reforçada pela terminologia em contradição com os princípios da Lei de Migração vigente.

Além da introdução da noção de “deportabilidade” enquanto horizonte de possibilidade permanente para a gestão migratória e o exercício do poder soberano pelo Estado, pelo controle direto do corpo do migrante por meio de uma forma jurídica indeterminada – o conceito normativo aberto de “pessoa perigosa” – é também relevante perceber o quanto a Portaria nº 666 está inserida num paradigma fluido de governança migratória, em sentido contrário ao anunciado pela nova Lei de Migração (RUSEISHVILI; CHAVES, 2020, p.18).

Diante de tantas contradições e intensos questionamentos, a Portaria nº 666/2019 (BRASIL, 2019a) logo foi revogada e substituída pela Portaria 770/2019 (BRASIL, 2019b), entretanto, seus objetivos e conceitos mantiveram-se, sobretudo, no que diz respeito ao entendimento do imigrante

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

potencialmente como “pessoa perigosa” e na forma como essa figura “continua orientando as medidas da retirada compulsória de imigrantes do país” (RUSEISHVILI; CHAVES, 2020, p.18). Estabelece-se, portanto, “um novo paradigma migratório fundamentado em princípios securitários em detrimento dos princípios da nova Lei de Migração respaldada nos direitos humanos (RUSEISHVILI; CHAVES, 2020, p.18).

Ramos (2020) avança ao apresentar as especificações de “pessoas perigosas” presentes na Portaria nº770/2019 (BRASIL, 2019b, p.78), ou seja, “pessoas que tenham cometido ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na CF/88”. Encontram-se nesse grupo pessoas envolvidas em atos de terrorismo, grupo criminoso organizado, tráfico de drogas, pessoas ou armas de fogo e;/ou pornografia ou exploração sexual infantojuvenil. Nessa Portaria não mais utiliza-se o termo “deportação sumária”, como na anterior, mas mantém-se um processo acelerado do que o previsto no texto normativo para a deportação do imigrante envolvido em crimes graves que já tenha ingressado no Brasil (RAMOS, 2020).

Não obstante, para que se proceda um processo de deportação no Brasil, desde a regulamentação da Lei de migração, é necessário que este atenda três condições fundamentais.

(i) ser hipótese prevista na Lei; (ii) ser compatível com os direitos protegidos de todos os indivíduos (mesmo estrangeiros no momento do ingresso), como o direito ao devido processo legal, presunção de inocência e direito ao acolhimento (no caso do solicitante de refúgio) e (iii) ter sido a decisão produzida em procedimento administrativo, com ampla defesa e contraditório, que pode ser submetido a controle (para evitar o arbítrio) judicial inclusive (RAMOS, 2020, p. 82).

Ramos (2020) pondera, no entanto, que a aplicação de um conceito incerto como o de “razões sérias” não pode ser utilizada como base para o cerceamento do ingresso e possível cancelamento da condição migratória regular no Brasil, considerando-se os parâmetros normativos existentes e, sobretudo, por restringir inclusive as possibilidades de defesa e contraditório diante de sua indefinição. Segundo o autor, institucionaliza-se, a partir da Portaria nº770/2019 (BRASIL,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

2019b), uma “irregularidade migratória fabricada” (RAMOS, 2020, p.83), visto que, ainda que se encontre em condição regular, por motivos de “razões sérias”, a permanência e residência legítima do imigrante no país pode ser questionada e até mesmo cancelada com limite de 5 dias para saída do país. Trata-se de uma medida particularmente contraditória diante da faculdade do Refúgio a qual contempla o princípio do *non refoulement* ou não devolução do imigrante para país onde sua vida, integridade física ou liberdade encontram-se em risco.

A perspectiva de seletividade, discricionariedade e controle das migrações intensificou-se ainda mais diante do cenário da Pandemia de Covid-19 vivido a partir de 2020, sobretudo, diante da necessidade – e da possibilidade emergencial - de adoção de medidas de controle da mobilidade humana e fechamento das fronteiras por questões sanitárias no mundo todo (BAENINGER, 2020). Essa tendência pode ser observada diante da série de Portarias adotadas e das prioridades estabelecidas pelo poder público nesse processo.

Assim, tem-se a Portaria nº 120 de março de 2020, primeira publicada durante a pandemia. Em seu texto a medida apresenta “a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa” (BRASIL, 2020a). Trata-se do fechamento das fronteiras à migração terrestre venezuelana com exceção do transporte de cargas e ações humanitárias mediante possibilidade de responsabilização civil, penal e administrativa; repatriação ou deportação imediata e inabilitação de pedido de refúgio.

Ruseishvili e Fernandes (2021) observam, diante disso, que a primeira medida oficial do governo brasileiro diante do cenário de pandemia caracteriza duas questões fundamentais:

- i) que o combate a pandemia passava, necessariamente, pelo combate à migração internacional.
- ii) que as práticas de controle e fechamento de fronteiras seguiriam por um caminho do exercício de soberania seletiva e pautada em contraditórios argumentos sanitários, uma vez que

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

não se aplicava a toda extensão fronteiriça, mas apenas à fronteira entre Brasil e Venezuela (RUSEISHVILI; FERNANDES, 2021, p. 8).

Retoma-se ainda um conjunto perspectivas teóricas e políticas já superados com a Lei nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017a), mas recuperados a partir do uso do termo “estrangeiro” nos textos das diferentes Portarias publicadas subsequentemente. Ademais, como destacado por Ruseishvili e Fernandes (2021), essa primeira Portaria já estabelece, em contradição com diferentes novas internas e tratados internacionais, a restrição à solicitação de refúgio e a possibilidade de deportação sumária de imigrantes nos espaços de fronteira.

Com o avanço da pandemia, porém, novas Portarias foram publicadas, passando a englobar outros países e vias de acesso (por meio terrestre, aquaviário e aéreo), culminando no fechamento completo das fronteiras - com exceção dos casos de nacionais, imigrantes com residência estabelecida e demais situações específicas de regularização no país (excetuando-se venezuelanos). Estendeu-se, com isso, as restrições à solicitação de refúgio, segundo Ruseishvili e Fernandes (2021), a todas as nacionalidades, mas ainda em condições diferenciadas, sobretudo, nos espaços de fronteira com a Venezuela.

Destacam-se:

Portaria nº 125, 03/2020 – Fechamento das fronteiras terrestres com outros países da AL;

Portaria nº 126, 03/2020 – Fechamento das vias aéreas com outros países da AN; EUR e ÁSIA;

Portaria nº 47, 03/2020 – Fechamento das vias aquaviárias;

Portaria nº 203, 04/2020 – Fechamento para todas as nacionalidades flexibilizado em junho para imigração por via aérea;

nº 655, 06/2021 – Reabertura parcial da fronteira com a Venezuela para grupos em situação de vulnerabilidade social e retomada dos movimentos transfronteiriços entre cidades-gêmeas.

De acordo com os autores, diante das diversas Portarias adotadas ao longo de 2020 e 2021 foi possível observar que o enfrentamento da pandemia por parte do governo brasileiro

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

estabeleceu - ainda que mediante discursos contrários às restrições e ao combate à pandemia - condições de “desigualdade espacial do controle entre fronteira terrestre e os aeroportos e enfraquecia cada vez mais as justificativas de restrições baseadas nos argumentos sanitários” (RUSEISHVILI; FERNANDES, 2021, p.10). Desse modo, os autores ressaltam que

o que estava em jogo não eram somente os distintos locais de controle, mas sobre quem se exerceria esse controle, amplificando as hierarquias de circulação que reservavam a grupos seletos as parcas oportunidades de mobilidade (RUSEISHVILI; FERNANDES, 2021, p.10).

A fronteira com a Venezuela foi reaberta, como observado na Portaria nº655 de 23 de junho (BRASIL, 2020b), apenas em 2021, mais de um ano depois de seu fechamento oficial. Permitindo, com isso, a retomada do trânsito entre cidades gêmeas nos espaços dessa fronteira. No entanto, diante do reconhecimento de que esse fechamento não impediu a entrada de diferentes grupos imigrantes no país, a normativa, em concordância com a legislação migratória em vigor, estabelece a possibilidade de regularização para aqueles que tenham entrado no país em condição irregular.

Durante o período de fechamento, mas antes da pandemia também, diferentes casos de deportação foram registrados nos espaços de fronteira com a Venezuela, e veementemente contestados pela sociedade civil e por representações do poder público como a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF), sendo questionados juridicamente nas instâncias cabíveis. Não obstante, apenas em 13 de março de 2021 a Justiça Federal de Roraima proibiu a deportação automática de imigrantes em situação de vulnerabilidade no estado. São considerados hipervulneráveis “crianças e adolescentes desacompanhados do núcleo familiar, pessoas com problemas graves de saúde e pessoas cuja integridade e segurança física estejam em risco (BRASIL, 2021). Essa medida só foi adotada, no entanto, em resposta à uma ação realizada pela DPU e pelo MPF após a

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

invasão de um abrigo que abrigava venezuelanos e venezuelanas e encaminhamento de parte destes para deportação sumária pela Polícia Federal (BRASIL, 2021). A seguir, destacam-se trechos da Ação civil pública cível número: 1001365-82.2021.4.01.4200 que versa sobre o assuntos: admissão, entrada, permanência, saída, proteção internacional a direitos humanos e prestação de alimentos.

A presente demanda tem por objeto a condenação da União em obrigação de não adotar medidas de deportação em face de migrantes reconhecidos como hipervulneráveis pela Força Tarefa Humanitária (Operação Acolhida) em Roraima e no Amazonas, garantindo-lhes a possibilidade de regularização documental e o acesso às demais políticas e estratégias de acolhimento (BRASIL, p.1).

Essas sanções e o tratamento discriminatório conferido aos migrantes, especialmente os venezuelanos, reconhecidos pelo Estado brasileiro como vítimas de graves e generalizadas violações de direitos humanos (art. 1º do Decreto 9.285/2018), têm dado margem para o cometimento de ilegalidades por parte da União, que extrai dos dispositivos indicados fundamento para praticar condutas incompatíveis com a legislação e, mais do que isso, atentam contra normas fundantes da Constituição da República, do Direito Internacional dos Refugiados, do Direito Internacional dos Direitos Humanos, do Estatuto dos Refugiados e da Lei de Migração, podendo acarretar a responsabilização internacional do Estado brasileiro por graves violações de direitos humanos (BRASIL, p.6).

Assim, se por um lado a Operação Acolhida e o Poder Judiciário atendem os migrantes indocumentados; por outro, a Polícia Federal, o Pelotão Especial de Fronteira, a Força Nacional e outras instituições de segurança pública, ao invés de prestar acolhimento e proteção, dão cumprimento cego e automático à Portaria nº 652, de 25 de janeiro de 2021 (BRASIL, p.17).

Portanto, para uma pessoa com grave problema de saúde – e para todos os casos de extrema vulnerabilidade -, o fator decisivo entre o

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

abrigo e acesso a serviços de saúde e a deportação é tão-somente o órgão que primeiro os encontra. (BRASIL, p.18)

O objeto da presente ação são as condutas ilegais da União, cujo fundamento se extrai da Portaria Interministerial acima identificada, a qual extrapola o poder regulamentar e está em desacordo com a legislação aplicável ao prever sanções em seu artigo 8º como a responsabilização, a repatriação ou deportação imediatas e a inabilitação do pedido de refúgio. (BRASIL, p.29)

As questões levantadas no processo reforçam a perspectiva de violação de direitos humanos e a institucionalização do paradigma da deportabilidade como forma de controle e criminalização da condição migratória, especialmente observada no caso dos venezuelanos.

Assim, a partir do contexto de publicação dessas Portarias e Medidas provisórias e das ações adotadas pelo Governo Federal/Polícia Federal, observa-se, como tendência, o aumento da parcela de imigrantes em situação indocumentada, resultado das restrições sanitárias e normativas impostas durante a pandemia, especialmente, aos imigrantes que ingressam por terra no Brasil pela fronteira, destaque para o caso dos venezuelanos e venezuelanas em Roraima. Reforça-se, portanto, uma condição de conflito entre a governança das migrações aplicada ao longo dos últimos anos e os princípios constitucionais de ampla defesa, direito ao contraditório e respeito ao processo legal para a população migrante em situação indocumentada no Brasil.

Para complementar esse panorama serão analisados, a seguir, dados quantitativos do Sistema de Tráfego Internacional (STI) sobre as deportações registradas no Brasil nos últimos anos.

Deportações no Sistema de Tráfego Internacional (STI)

Disponibilizada ao público pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Sistema de Tráfego Internacional (STI) constitui um importante registro

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

administrativo da Polícia Federal brasileira, referente à movimentação de todas as pessoas em seus diferentes postos de controle. No “Portal de Imigração” do governo federal, é possível ter acesso a essa base em uma série histórica de 2011 a 2021 (janeiro a agosto)⁹⁴, com informações desagregadas por tipo de transporte utilizado na viagem, tipo de fronteira cruzada, classificação e município do movimento, nacionalidade, data de nascimento e sexo do viajante, entre outras variáveis.

Tendo em vista apenas as deportações registradas no STI⁹⁵, mais de 21 mil pessoas entraram ou saíram do país nessa condição, entre 2011 e agosto de 2021. Desse total, cerca de 79% referem-se à entrada de brasileiros, ou seja, 16.654 casos de retorno de nacionais deportados de outros países para o Brasil. Uma média superior a 1.000 pessoas deportadas ao ano, tendo seu nível mais baixo em 2015, com 791 registros, e mais alto em 2011, com 2.721 casos (Tabela 1).

Já a saída do país de não nacionais ou brasileiros com dupla nacionalidade somam 4.378 registros, o que equivale a 21% de todas as deportações presentes na base (Tabela 1). Na análise desse segundo grupo, são nítidos os efeitos imediatos da Nova Lei de Migração na diminuição dos registros de pessoas deportadas do Brasil. Em 2016, o STI registrou 314 deportados: o maior número verificado na série histórica, resultado das crescentes deportações de venezuelanos na fronteira (ALVIM, 2018). Em 2017, esse montante cai para 77 e, em 2018, para 29. No entanto, em 2019 contabilizaram-se 36 deportações, e, em 2020, esse número saltou para 2.022. Tendência essa também mantida em 2021, onde já se registraram 1.214 deportações realizadas pelo governo brasileiro apenas entre janeiro e agosto desse ano (Tabela 1).

Diante das tendências apresentadas, o saldo de entradas e saídas registradas pelo STI entre 2011 e 2021 tem apontado para resultados expressivamente positivos, ou seja, com mais pessoas sendo deportadas para o Brasil do que desde o país.

⁹⁴ Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados>. Acesso março de 2020 (para os dados referente a 2011-2019) e novembro de 2021 (para os dados relativos a 2020 e 2021).

⁹⁵ A seleção dessa categoria foi feita a partir da variável “Classificação”. Esse quesito discrimina tanto deportados, como solicitantes de refúgio, refugiados, turistas, tripulantes, viajantes a negócio ou passageiros em conexão.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Entretanto, os últimos dois anos indicam mudanças importantes nesse processo, visto que o saldo registrado em 2020 foi de -436 e, em 2021, +237, ou seja, níveis muito inferiores aos demais anos da série histórica e até mesmo negativos, reforçando uma predominância de pessoas sendo deportadas do Brasil (Tabela 1).

Tabela 1. Movimentação de deportados nos postos de controle da Polícia Federal brasileira, segundo nacionalidade. Brasil, 2011 a 2021 (até agosto)

Ano	Entradas	Saídas	Saldo	Total
2011	2.721	204	2.517	2.925
2012	1.804	127	1.677	1.931
2013	1.202	124	1.078	1.326
2014	963	96	867	1.059
2015	791	135	656	926
2016	962	314	648	1.276
2017	1.346	77	1.269	1.423
2018	1.480	29	1.451	1.509
2019	2.348	36	2.312	2.384
2020	1.586	2.022	-436	3.608
2021 (jan. a ago.)	1.451	1.214	237	2.665
Total	16.654	4.378	12.276	21.032

Fonte: Sistema de Tráfego Internacional (STI), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

A análise dos dados do STI permite ainda apreender as deportações realizada a partir do país de nacionalidade das pessoas registradas.

Considerando-se a série histórica de 2011 a agosto de 2021, a Tabela 2 apresenta as saídas de imigrantes deportados do Brasil, segundo postos de controle da Polícia Federal. De modo geral, nota-se que, no início da década, as deportações ficavam na casa das centenas, não mais do que os 204 registros de 2011, e envolviam um número menos diverso de países de nacionalidade e envolviam, principalmente, imigrantes da Itália, China, Peru, e Bolívia, mas sem grande destaque nos valores.

Em 2015 e 2016, no entanto, observam-se números importantes de portação já de venezuelanos, respectivamente, 69 e 223 casos. Entre 2017 e 2019, já com a adoção e regulamentação

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

da Lei de Migração, esse montante anual decaiu de forma importante, chegando ao marco de 29 registros em 2018. A partir de 2020, entretanto, em acordo com as portarias e medidas apresentadas ao longo desse trabalho, observa-se um salto expressivo do número de deportados no país, um total de 2.022 casos no ano e 1.214 em 2021. No total, foram deportadas em 2020 pessoas de 24 países diferentes, em 2021 de 32. Em ambos os anos, a maioria dessas deportações referem-se a bolivianos e venezuelanos, ainda que outras nacionalidades do Sul Global também mereçam destaque, como Haiti, Cuba e Peru (Tabela 2).

Por outro lado, é importante ressaltar, a partir dos dados do STI, as significativas entradas de brasileiros deportados 1.586 casos em 2020, e 1.451 casos apenas nos primeiros oito meses de 2021. Processo este ainda mais intenso do que os de saída de imigrantes, o que reforça a perspectiva do paradigma da deportabilidade (RUSEISHVILI; CHAVES, 2020) como tendência não apenas no Brasil, mas nos espaços de destino das migrações brasileiras também.

Tabela 2. Saída de deportados nos postos de controle da Polícia Federal brasileira, segundo país de nacionalidade. Brasil, 2011 a 2021 (até agosto)

País de Nacionalidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	jan.-ago./2021	Total
Venezuela			4	4	69	223			1	850	924	2.075
Bolívia	10	1	6	2		2	3	1		1.018	145	1.188
Cuba	1	2			1	3	3	1		41	21	73
Portugal	11	12	14	8	2	8	12	1	2	2	1	73
Peru	12	5	1	5	2	2	1			16	20	64
Colômbia	4	10	4	9	7	4	1		1	17	5	62
China	14	4	4	4	2	7	15		1	1		52
Haiti		1			2	3		3	1	2	39	51
Itália	21	3	6	4	3	6	2	2	1		2	50
Nigéria	7	10	1	3	3	2		1	11		2	40
Estados Unidos	5	7	4	2	2	7	3	4	3		1	38
Camarões	3	5	4	1	5	1	4	1	3		4	31
Espanha	5	8	4	2	3	5	3			1		31
França	4	5	3	5	3	1	4			2	4	31
Argentina	3	3	2	4	1	1		1	3	5	5	28
Paraguai	2		1	1	1	1			1	19	2	28
Iêmen										27		27
Angola	5	4	2	2	4	1	1				3	22
Alemanha	4	2	2	4	1	6	1					20
Coréia do Sul	6	7	1	1		2	2				1	20
Bangladesh	11		7				1					19
Uruguai	5	1			2	1				4	6	19
Chile	9	1		3				3			1	17
Gana	3	1		2	1		5	3				15
Índia	9	1	4								1	15
Guiné		3	2		1		1	3	2		2	14
Canadá	3		1		2		3	1	1	1		12

País de Nacionalidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	jan.-ago./2021	Total
Tanzânia	3	1	6	1								11
África do Sul	2	1	1	2	1	1	2					10
Cabo Verde										2	2	4
Filipinas											4	4
República Dominicana										1	3	4
Serra Leoa											4	4
Sri Lanka										4		4
Mali											3	3
Egito										2		2
Guiana											2	2
Holanda										1	1	2
Iraque										2		2
Nepal											2	2
Panamá										2		2
Equador											1	1
Jordânia										1		1
México											1	1
Polônia											1	1
Reino Unido										1		1
Tuvalu											1	1
Outros países	42	29	40	27	17	27	10	4	5			201
Sem informação												-
Total	204	127	124	96	135	314	77	29	36	2.022	1.214	4.378

Fonte: Sistema de Tráfego Internacional (STI), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Mesmo sem a possibilidade de identificar solicitantes de refúgio ou refugiados deportados, na medida em que correspondem a diferentes categorias de uma mesma variável, os trabalhos de Ramos (2020) e as denúncias feitas por organizações da sociedade civil⁹⁶ e da mídia⁹⁷ atentam para o fato de violação explícita ao princípio do *non refoulement*⁹⁸ na análise dos dados apresentados.

No que se refere aos venezuelanos, dos 160 mil registros presentes no SISMIGRA⁹⁹, entre 2000 e março de 2020, 112 mil estavam sob o amparo da Portaria Interministerial n^o 9, de 2018, que prevê a extensão do Acordo de Residência do Mercosul a todos os países fronteiriços com o Brasil¹⁰⁰. Para esse grupo, vale ressaltar também os quase 40 mil pedidos de reconhecimento da condição de refugiado deferidos pelo CONARE entre fins de 2019 e começo de 2020 – que ainda não tinham registro no SISMIGRA até março de 2020 –, além das quase 100 mil pessoas com solicitação de refúgio ativa em fins de 2020¹⁰¹.

No caso de imigrantes da Bolívia, dos quase 135 mil registros de bolivianos no SISMIGRA, entre 2000 e março de 2020, quase 100 mil estão sob o amparo legal referente ao Acordo de Residência do MERCOSUL e países associados, Decreto n^o 6.975/2009 (BRASIL, 2009). Ou seja, se a deportação de bolivianos pode não ferir o princípio do *non refoulement* (embora possa ser entendido como violação aos direitos consagrados pela Nova Lei de Migração), entre os venezuelanos, há indícios de que isso tenha ocorrido.

⁹⁶ Consultar <https://www.conectas.org/noticias/entrevista-migracao-e-refugio-no-contexto-da-pandemia/>. Acesso 17/05/2021.

⁹⁷ Consultar <https://www.conjur.com.br/2020-ago-19/portaria-governo-federal-nao-impedir-entrada-migrantes>. Acesso 17/05/2021

⁹⁸ “[...] o princípio da proibição da devolução (ou rechaço) ou *non refoulement* [...] consiste na vedação da devolução do refugiado ou solicitante de refúgio para o Estado em face do qual tenha o fundado temor de ser alvo de perseguição odiosa” (RAMOS, 2020, p.116).

⁹⁹ Outro registro da Polícia Federal, referente a todos os imigrantes internacionais com Registro Nacional Migratório.

¹⁰⁰ Para acessar as informações apresentadas do Sincre/SISMIGRA, consultar o Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo, disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincere-SISMIGRA/>. Acesso 17/05/2021.

¹⁰¹ Informação disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/conare/>. Acesso 17/05/2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A partir das informações extraídas do STI, há 86 registros de deportações realizadas pelo governo brasileiro de imigrantes indocumentadas ou beneficiárias de acolhida humanitária, 65 casos de pessoas portadores de passaporte comum e quase 1.200 deportados com cédula de identidade de residente.

Com relação ao tipo de documento utilizado na viagem, sobressai as deportações de pessoas que possuíam cédula de identidade (Tabela 3). No entanto, vale destacar o número de deportados indocumentados ou beneficiários de acolhida humanitária: 102 em 2020, e 214 em 2021 (Tabela 4).

Tabela 3. Saída de deportados nos postos de controle da Polícia Federal, segundo tipo de documentação. Brasil, 2020 e 2021 (até agosto)

Tipo de documento	2020	2021
Cédula de identidade	1.797	889
Cédula de identidade de residente	20	14
Laissez-passer	1	2
Passaporte comum	102	92
Viajante indocumentado ou beneficiário de acolhida humanitária	102	214
Carteira de tripulante marítimo		3
Total	2.022	1.214

Fonte: Sistema de Tráfego Internacional (STI), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

No tocante aos principais municípios onde ocorreu a expulsão, destaca-se Corumbá/MS e Pacaraima/RR, localidades na fronteira do Brasil com a Bolívia e Venezuela, respectivamente. Também é relevante o papel exercido por outros postos da Polícia Federal em fronteiras terrestres, como Epitaciolândia, Foz do Iguaçu e Guajará-Mirim (Tabela 4).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 4. Saída de deportados nos postos de controle da Polícia Federal, segundo municípios. Brasil, 2020 e 2021 (até agosto)

Município da deportação	2020	2021
Assis Brasil	71	78
Bonfim	3	1
Cáceres	3	6
Confins	2	
Corumbá	957	143
Epitaciolândia	126	35
Fortaleza		9
Foz Do Iguaçu	16	1
Guajará-Mirim	59	1
Guarulhos	8	10
Não especificado	12	26
Oiapoque	7	
Pacaraima	747	882
Ponta Porã		2
Rio Branco		5
Salvador	2	
Santana do Livramento	7	10
Santo Ângelo		2
Tabatinga	2	1
Uruguaiana		2
Total	2.022	1.214

Fonte: Sistema de Tráfego Internacional (STI), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Considerações finais

A partir das questões apresentadas nesse capítulo reforça-se um cenário de mudanças importantes no campo das migrações internacionais no Brasil em anos recentes, como apontado por Ruseishvili e Chaves (2020), Feldman- Bianco (2019) e Assis (2018). Em especial, destaca-se a deportação como uma mudança de paradigma na política migratória brasileira (RUSEISHVILI; CHAVES, 2020). Em 2018, Assis (2018) também alertava para o cenário conservador que constrangeria a aplicação da Nova Lei de Migração (NLM). Nessa linha,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Feldman-Bianco (2019) anunciou vários retrocessos que marcaram o começo da gestão Bolsonaro quanto à governabilidade da migração internacional no país (MÁRMORA, 2010).

Essa transformação e recomposição do debate pode ser observada especialmente a partir dos dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI), pois, se até 2019 os casos de deportação referiam-se, em sua maioria, à entrada de brasileiros; a partir de 2020, verifica-se um aumento significativo das saídas de não nacionais. Essa evidência reforça a conformação de um “novo panorama para a mobilidade global da população”, com “forte controle governamental dos Estados-nação na [...] regulação da entrada [e também da saída] de imigrantes indesejados” (BAENINGER, 2020, p.212).

Levando em consideração esse processo, a crise sanitária em curso parece sepultar, em definitivo, os mecanismos de governança global (NEULAND, 2020) que orientaram a criação do Estatuto do Refugiado, em 1997 (MOREIRA, 2012), subsidiaram a redação da NLM vinte anos depois (FELDMAN-BIANCO, 2019) e que influenciaram na promulgação de várias outras portarias especiais e resoluções normativas (FERNANDES et al, 2014).

As informações apresentadas nesse trabalho, com destaque para o período da pandemia de Covid-19, corroboram a guinada vivenciada pelo Brasil no direito de entrada ao imigrante conferido pela Lei de Migração e pelo Estatuto do Refugiado.

Referências

ALVIM, M. A cronologia da crise migratória em Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela. In: BBC News Brasil, 20 ago. 2018. São Paulo, SP: BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45242682>. Acesso em: 20 nov. 2021.

AMARAL, A. P. M.; COSTA, L. R. A (não) criminalização das migrações e políticas migratórias no Brasil: do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração. In: **Revista Justiça do Direito**. Passo Fundo, RS: UPF, vol. 31, nº 02, 2017, p. 208-228.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

ASSIS, G. O. Nova Lei de Migração no Brasil: Avanços e Desafios. *In*: BAENINGER, R. *et al.* **Migrações Sul-Sul** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

BAENINGER, R. Migrações internacionais e a pandemia de covid-19: mudanças na era das migrações? *In*: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020a.

BAENINGER, R. Lei de Migração e política interna das migrações internacionais: a distribuição espacial da população imigrante no Brasil. *In*: RAMOS, A.C.; VEDOVATO, L.R.; BAENINGER, R. (Coords.) **Nova Lei de Migração: Os Três Primeiros Anos**. Campinas, SP: NEPO/ UNICAMP/FADISP, 2020b, p.349-362.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018.

BRASIL. **Ação Civil Pública - 1001365-82.2021.4.01.4200 de 13 de março de 2021**. Manaus, AM/ Boa Vista, RR: Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público Federal (MPF), 13 mar. 2021. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/decisao-liminar-impedimento-a-deportacao-de-migrantes>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Portaria nº 120, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Brasília - DF, 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marco-de-2020-248564454>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Portaria nº 655, de 23 de junho de 2021**. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Brasília - DF, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-655-de-23-de-junho-de-2021-327674155>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). **Portaria nº 666, de 25 de julho de 2019**. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. Brasília - DF, 2019a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>. Acesso em 17 maio 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). **Portaria nº 770, de 11 de outubro de 2019**. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. Brasília - DF, 2019b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-770-de-11-de-outubro-de-2019-221565769>. Acesso em 17 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Lei 13.445, 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília - DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em 17 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017**. Regulamenta a Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9199.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mensagem nº 163, de 24 de maio de 2017**. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 2017c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/msg/vep-163.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.975, de 7 de outubro de 2009**. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 outubro de 1988**. Brasília - DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 6.815, de 19 de agosto 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

CHAVES, J. A atuação da Defensoria Pública da União em favor de imigrantes durante a pandemia de Covid-19: um relato de campo. *In*: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). **Migrações**

- Internacionais e a pandemia de Covid-19.** Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020, p. 62-78.
- DE HAAS, H.; NATTER, K.; VEZZOLI, S. Growing restrictiveness or changing selection? The nature and evolution of migration policies1. **International Migration Review**, New York, NY, p. 1-44, 2016.
- DOMENECH, E. Las políticas de migración en Sudamérica: elementos para el análisis crítico del control migratorio y fronterizo. In: **Terceiro Milênio**, Revista Crítica de Sociologia e Política. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense, v. 8, n. 1, 2017, p. 19-48.
- DUMONT, G. F. Covid-19: fim da geografia da hiper mobilidade? In: **Espaço e Economia** (Online), n 18, ano IX, 2020.
- FELDMAN-BIANCO, B. Democracias y derechos humanos amenazados: Políticas migratorias nacionales y políticas globales en Brasil, de Lula a Bolsonaro (2002-2019), 2019. In: **Region**. Disponível em:
<https://region.org.co/index.php/publicamos/documentos/item/432-democracias-y-derechos-humanos-amenazados>. Acesso em: 03 jan. 2021.
- FERNANDES, D. et al. **Estudos sobre a Imigração no Brasil e Diálogo Bilateral**. Relatório Ministério do Trabalho/OIM/PUCMinas, 2014.
- GAMLEN, A. Migration and Mobility after the 2020 Pandemic: The End of an Age?. In: **Centre on Migration, Policy and Society**, Working Paper No. 146, University of Oxford, 2020.
- MÁRMORA, L. Modelos de Governabilidade Migratoria. La perspectiva política en América del Sur. In: **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Ano XVIII, Nº 35, 2010, p. 71-92.
- MILANESI, R. **Por uma Lei de Migração**: a perspectiva dos direitos humanos. Brasília, DF: Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH, 2007.
- MOREIRA, J. B. **Política em Relação aos Refugiados no Brasil (1947-2010)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2012.
- NEULAND, K. Will International Migration Governance Survive the COVID-19 Pandemic? In: **Migration Policy Institute**, 2020. Disponível em:
<https://www.migrationpolicy.org/research/international-migration-governance-covid-19-pandemic>. Acesso em: 17 mai. 2021.
- PELLEGRINO, A. La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes. In: **Serie Población y Desarrollo**, 35. Santiago de Chile, Chile: CEPAL; Naciones Unidas, 2003.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

RAMOS, A. C. Construindo muralhas: o fechamento de fronteiras na pandemia do covid-19. *In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19.* Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.

RAMOS, A. C.; VEDOVATO, L. R.; BAENINGER, R. A Lei de Migração nos seus três primeiros anos de vigência. *In: RAMOS, A.C.; VEDOVATO, L.R.; BAENINGER, R. (Coords.) Nova Lei de Migração: os três primeiros anos.* Campinas, SP: NEPO/UNICAMP/FADISP, 2020, p. 35-37.

RODRIGUES, S. B.; PEREIRA, L.M. A proteção dos direitos humanos dos migrantes no Brasil: breves considerações sobre o projeto de lei n. 2516/2015 e o estatuto do estrangeiro. *In: Revista Juris UniToledo, Araçatuba, SP, v.2, n.2, 2017, p.74-89.*

RUSEISHVILI, S.; FERNANDES, C. S. Política migratória em regime de exceção: crise sanitária e controle seletivo da mobilidade internacional no Brasil no contexto da pandemia da COVID-19. *In: Anais...20º Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS).* Belém, PA: SBS, jul./2021, p. 1-29.

RUSEISHVILI, S.; CHAVES, J. Deportabilidade: um novo paradigma na política migratória brasileira? *In: PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.27.1, jan./jul., 2020, p.15-38.*

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital:** a study in international investment and labor flow. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SISTEMA DE TRÁFEGO INTERNACIONAL (STI), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados>. Acesso em: 20 mar. 2020.

WENDEN, C. W. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. **Hommes & Migration**, Paris, n. 1233, p. 5-12, 2001.

YAYBOKE, E. Five Ways COVID-19 Is Changing Global Migration. *In: Centre for strategic & International studies.* Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/five-ways-covid-19-changing-global-migration>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CAPÍTULO 16

“QUEM E QUANTOS SERÃO ELES?”¹⁰² Migrantes de crise do Afeganistão no Brasil

Rosana Baeninger¹⁰³

Jóice Domeniconi¹⁰⁴

Natália Demétrio¹⁰⁵

Juliana Ribeiro¹⁰⁶

Imigrantes afegãos compõem um pequeno contingente populacional no contexto das

¹⁰² Adaptado de Appadurai (2009).

¹⁰³ Professora colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO-UNICAMP; coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

¹⁰⁴ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Coordenadora-adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: joicedomeniconi@outlook.com.

¹⁰⁵ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: ndemetri@unicamp.br.

¹⁰⁶ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: jrcgeo@unicamp.br.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

migrações internacionais no Brasil neste século. São cerca de 208 imigrantes vivendo no Brasil, dos quais 66 com a condição de refúgio reconhecida, entre 2000-2021, de acordo com o SISMIGRA e outros 112 solicitantes de refúgio, totalizando 320 imigrantes.

Do ponto de vista das perspectivas teóricas pode-se adotar a abordagem da migração de crise (CLOUCHARD, 2007), uma vez que, desde os anos 1990, o Afeganistão assiste a saída forçada de sua população pela violência política no país. Ainda nesta perspectiva, Baeninger (2017) complementa que, no destino migratório, essa migração de crise se expressa nas limitações e constrangimentos do Estado brasileiro na gestão migratória, tratam-se de migrações transnacionais de refúgio.

Para análise da imigração afegã, autores como Stemple e Alemi (2020), para o caso dos Estados Unidos, incorporam, como um de seus marcos teóricos, a teoria da construção de fronteiras étnicas de Wimmer (2013). Destacam nesse aporte teórico, a possibilidade da formação de um grupo unitário na sociedade receptora a partir de identidades étnicas, normas e valores culturais, redes de associação frente à discriminação e estigmatização que esses imigrantes tenderão a sofrer em seus processos migratórios. Contudo, os autores chamam a atenção, pois esses imigrantes passaram por mais de 40 anos de violência política, formam um grupo pequeno e são provenientes de um país muito pobre, o que limita redes transnacionais dessa migração e a própria formação dessas comunidades nos países de destino e, conseqüentemente, sua precária inserção laboral. Desse modo, Stemple e Alemi (2020) concluem que a diversidade étnica intra-grupo, o pequeno número de imigrantes, as questões relativas ao preconceito e identidade muçulmana, contribuem para a dispersão do grupo e forte discriminação. A teoria da construção de fronteiras étnicas traz elementos para a compreensão da heterogeneidade migratória e para as dificuldades de inserção na sociedade de destino.

Para o caso brasileiro torna-se necessário estudos para análises e conhecimento desse fluxo migratório. Certamente, “o medo ao pequeno número” de Appadurai (2009) será importante nas análises do contexto brasileiro: “*Quem e Quantos serão eles?*” pergunta de Appadurai (2009) que permeia as normativas

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

para o visto humanitário (BRASIL, 2021a), em especial pela apropriação pelos Estados ao relacionar islamismo e terrorismo, como enfatiza o autor.

Como uma primeira aproximação para identificar as especificidades e características da imigração afegã para o Brasil, as análises, a seguir, indicam o perfil desses imigrantes no país, apontando para tendências que necessitarão de trabalhos futuros, em particular, no cenário das migrações Sul-Sul. Com o recente acontecimento, em agosto de 2021 da retirada das tropas americanas e o Talibã no poder, emerge a questão humanitária (AGIER, 2006) para a população afegã, sendo o Brasil uma das possibilidades de destinos migratórios.

Relações bilaterais entre Brasil e Afeganistão

A compreensão da presença de imigrantes do Afeganistão no Brasil passa, necessariamente, pelo entendimento das relações bilaterais entre o Brasil e o Afeganistão. Trata-se de um país localizado na Ásia Central, distante das raízes culturais e linguística do Brasil e, portanto, a chegada desses fluxos migratórios está relacionada a momentos de aumento da violência no Afeganistão e os esforços do Brasil em se inserir na ajuda humanitária a essa população afegã.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (BRASIL, 2016 p. 10), em 1952 o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Afeganistão, sendo esta a cronologia das relações bilaterais entre os países:

1979 O Brasil não reconhece o regime instalado por força da intervenção da antiga União Soviética no país.

1996 Com a tomada de poder, no Afeganistão, pelo movimento islâmico radical Talibã, o Brasil suspende as relações bilaterais e mantém seu reconhecimento ao governo islâmico moderado de Burhanuddin Rabbani como legítimo representante do Afeganistão.

2001 O Brasil reconhece a Autoridade Interina do Afeganistão, constituída no final de 2001.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

2002 O Brasil acolhe grupo de 23 refugiados afegãos sob a proteção do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR).

2004 O Brasil retoma relações diplomáticas com o país. O embaixador, não residente, do Afeganistão apresenta credenciais ao governo brasileiro. O embaixador do Brasil em Islamabad recebe agrément como representante diplomático brasileiro junto ao governo afegão.

2006 O então ministro de Estado participa, em Londres, da Conferência Internacional sobre o Afeganistão e oferece cooperação técnica ao país como gesto de apoio à sua reconstrução. O embaixador, não residente, do Afeganistão, Said Tayeb Jawad, visita o Brasil. Assinado Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países. O presidente Hamid Karzai mantém encontro bilateral com o ex-presidente Lula - e o então ministro das Relações Exteriores, com o chanceler Rangin Spanta, à margem da 61a AGNU.

2008 O então Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial do MRE representa o Brasil na Conferência Internacional de Apoio ao Afeganistão, em Paris, e anuncia a doação brasileira de US\$ 100 mil ao Fundo Fiduciário de Reconstrução do Afeganistão. Encontro bilateral entre o ministro de estado e o chanceler Spanta, por ocasião da Aliança das Civilizações e à margem da 63a AGNU, oportunidade em que o presidente Lula mantém novo encontro bilateral com o presidente Karzai. O embaixador não residente do Afeganistão, Said Tayeb Jawad, realiza sua segunda visita ao Brasil.

2009 O embaixador do Brasil em Islamabad, Alfredo Leoni, comparece à posse do presidente reeleito Hamid Karzai, em 19.11.2009.

2010 O embaixador Said Jawad visita o Brasil pela terceira vez.

2010 Decreto de criação da embaixada residente do Brasil em Cabul

2012 Abertura da embaixada do Afeganistão em Brasília

2015 Fechamento da embaixada do Afeganistão em Brasília

2016 Decreto determinando que a embaixada em Cabul volte a ser cumulativa com a embaixada em Islamabad. O mesmo Decreto determina que essa medida seja de caráter temporário,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

enquanto não estiverem reunidas as condições para a abertura de uma embaixada residente em Cabul

Os acontecimentos do 11 de setembro de 2001 marcaram o início da Guerra no Afeganistão liderada pelos Estados Unidos, com a perda do poder por grupos extremistas (UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN-UNAMA, 2016). O Brasil apoiou o novo governo de coalisão em 2001, como indica a cronologia acima. As estimativas de mortos na Guerra do Afeganistão, de 2001 a 2021, chegou a mais de 240 mil pessoas, dos quais 3.586 mortes de tropas dos EUA e aliados, 75.971 de militares e polícia, 78.314 civis, 84.191 mortes de grupos contrários (UNIVERSIDADE DE BROWN *apud* PORTAL G1, 2021).

Passados 20 anos, em 2021 houve a retirada das tropas americanas do Afeganistão e a retomada do poder pelo grupo extremista Talibã. Diante dessa situação, o Governo Brasileiro publicou a Portaria interministerial nº 24, de 3 de setembro de 2021, que

Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão” (BRASIL, 2021)¹⁰⁷.

Apesar desta Portaria, muitos são os entraves para a vinda de afegãos para o Brasil, uma vez que têm que recorrer à Embaixada do Brasil no Irã ou no Paquistão. Além disso, a Defensoria Pública da União tem apontado para exigências ilegais como condicionante para o visto humanitário, as quais podem ser identificar no site da Embaixada do Brasil em Teerã; a saber¹⁰⁸:

¹⁰⁷ Encontra-se no Anexo a referida Portaria.

¹⁰⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil em Teerã, *s.d.b.* Disponível em: http://teera.itamaraty.gov.br/pt-br/visto_humanitario.xml. Acesso em 24 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Visto humanitário para cidadãos afegãos

Por meio da portaria interministerial de número 24, de 3 de setembro de 2021, o Brasil estabeleceu a concessão de visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.

Ao menos por enquanto, o referido visto poderá ser emitido pelas Embaixadas do Brasil em Teerã, Abu Dhabi, Ancara, Doha, Islamabad e Moscou.

Ressalta-se que o visto é direcionado aos que estejam sob real ameaça em função dos recentes acontecimentos políticos no Afeganistão.

Interessados em solicitar o visto em Teerã devem comparecer à Embaixada munidos dos seguintes documentos:

I - documento de viagem válido;

II - formulário de solicitação de visto preenchido; (<https://formulario-mre.serpro.gov.br>)

III - comprovante de reserva de passagem para o Brasil; e

IV - atestado de antecedentes criminais expedido pelo Afeganistão ou, na impossibilidade de sua obtenção, declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais em qualquer país.

Não será cobrada taxa de processamento para o visto humanitário.

Para obter esse visto, o cidadão deve, no ato da entrevista na Embaixada do Brasil, apresentar **reserva de bilhete aéreo para o Brasil**.

Salienta-se que **toda a responsabilidade de sustento no Brasil caberá ao solicitante**.

É ainda desejável, mas não fundamental, que **o cidadão já tenha contato com residente em território brasileiro que o possa receber e acolher quando de sua chegada**.

É de se ressaltar que, consideramos a decisão do Governo Brasileiro pelo visto humanitário para estes imigrantes do Afeganistão como uma forma de controle do fluxo (AGIER, 2006): “*Quem e Quantos serão eles?*” (APPADURAI, 2009).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

No caso do visto humanitário, este é concedido antes da chegada ao Brasil, depois de entrevista e documentação pertinente. Não há a responsabilidade da “proteção do Estado” a esta população – como no caso do refúgio – uma vez estando em território brasileiro. Por isso, surgem as exigências de que *“toda a responsabilidade de sustento no Brasil caberá ao solicitante”* e de que *“o cidadão já tenha contato com residente em território brasileiro que o possa receber e acolher quando de sua chegada”*, eximindo do Estado a hospitalidade à essa população.

Embora, em 02 de dezembro de 2020, o Comitê Nacional para os Refugiados tenha reconhecido a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos (BRASIL, 2019), cabível para a solicitação e concessão do refúgio pela Lei n.9.474/97 (Estatuto do Refugiado), esta política de refúgio não foi a adotada pelo Governo Brasileiro diante dos acontecimentos de agosto de 2021 no Afeganistão e de sua migração de crise. Optou-se, a partir da publicação da Portaria Interministerial nº24 de 03 de setembro de 2021, pela concessão de vistos temporários e autorizações de residência para fins humanitários à afegãos, apátridas e pessoas afetadas por esse conflito no Afeganistão. Com isso, em outubro de 2021, o Ministério das Relações Exteriores informou que concedeu visto humanitário a 30 afegãos, decorrente de ação da Associação dos Magistrados Brasileiros para a vinda de sete juízas afegãs, três magistrados e seus familiares (RISSATO, 2021).

Em 01 de dezembro de 2021, segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o país já contabilizava 339 vistos humanitários concedidos a cidadãos afegãos, isso em um prazo de 90 dias desde a publicação da Portaria, enquanto outros 393 encontram-se em análise com entrevistas sendo realizadas em Islamabad (Paquistão), Teerã (Irã), Moscou (Rússia), Ancara (Turquia), Doha (Catar) e Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos). Os vistos concedidos incluem imigrantes que atuam como juízes, jornalistas, magistrados e seus familiares (BRASIL, 2021b).

Tendências da imigração afegã no Brasil

De acordo com o Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) - que apresenta as informações de imigrantes com documentos de permanência no Brasil com vistos permanentes, temporários, de residência, fronteiriços, refúgio, humanitário - no decorrer dos anos 2000, os registros ativos de imigrantes do Afeganistão apontaram uma tendência que pode ser dividida nos períodos de 2000-2009 (27 imigrantes), 2010-2015 (64 imigrantes) e 2016-2021 (117 imigrantes), totalizando 208 imigrantes com registros ativos na Polícia Federal (Gráfico 1).

Os solicitantes de refúgio encontram-se em outra fonte de informações advindas do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e não estão contemplados no SISMIGRA até que o imigrante tenha sua solicitação de refúgio deferida (BRASIL, *s.d.a*). No Gráfico 2 é possível acompanhar também a evolução das análises de 127 pedidos de refúgio de imigrantes do Afeganistão no Brasil entre 2005 a 2021. Nota-se que os anos de decisão das solicitações de refúgio seguem a mesma periodização dos registros do SISMIGRA, apesar das solicitações de refúgio estarem concentradas nos anos de 2014 e 2015, que depois - com o refúgio reconhecido – esses registros entrarão no SISMIGRA.

Dessas 127 solicitações de refúgio de imigrantes do Afeganistão analisadas entre 2005-2021, 87 foram deferidas por elegibilidade e 34 por extensão da condição de refugiado, totalizando 121 solicitações deferidas entre 2005-2021; 5 foram indeferidas e 1 condição de refúgio foi cessada. Considerando as solicitações de refúgio pendentes em 23 de novembro de 2020, solicitações ainda para serem decididas pelo CONARE, há 112 imigrantes do Afeganistão à espera da decisão com pedidos ativos desde 2013 e ainda não analisados (10 imigrantes) bem como nos anos posteriores até 2020, quando mesmo com a pandemia houve 03 solicitações de refúgio (Gráfico 3).

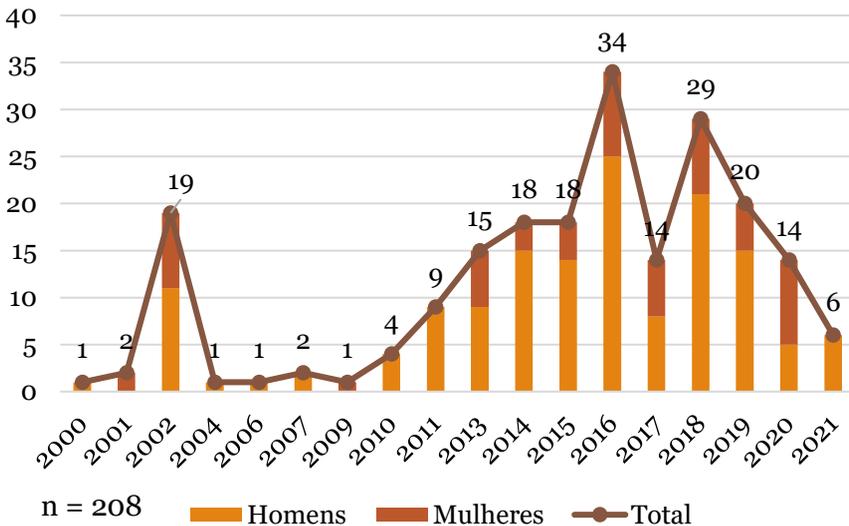
Para o primeiro período, destaca-se o ano de 2002 com o registro de 19 imigrantes do Afeganistão no SISMIGRA. De fato, neste ano, tendo o Brasil apoiado o governo de coalisão no Afeganistão, o Governo FHC, juntamente com o ACNUR, reassentou esses afegãos, que foram residir em Porto Alegre.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Entre 2010-2015 houve incremento da presença dessa imigração, embora sempre em volumes bastante baixos: 9 imigrantes com registro ativo no SISMIGRA em 2011 para 18 em 2015. Nas decisões das solicitações de refúgio esse foi o período com maior presença de refugiados afegãos (86 imigrantes), com destaque para os anos de 2014 (30 solicitações de refúgio analisadas) e 2015 (28 solicitações). Dentre as solicitações de refúgio pendentes, estes também são os anos que concentram os pedidos, com 21 solicitações de refúgio ainda pendentes de 2014 e outras 23 de 2015. Nesse período há abertura da Embaixada do Brasil em Cabul, em 2010, e da Embaixada do Afeganistão no Brasil, em 2012, facilitando a entrada de imigrantes.

Contudo, em 2014 inicia-se a retirada das forças internacionais e o aumento da violência (UNAMA, 2016) e a Embaixada do Afeganistão foi fechada em 2015 no Brasil, sendo que a Embaixada do Brasil no Afeganistão em 2016.

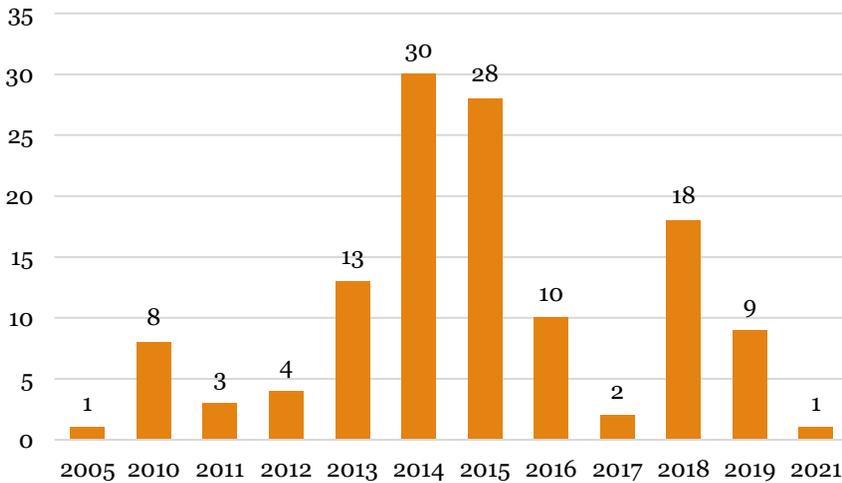
Gráfico 1. Imigrantes internacionais nascidos no Afeganistão com registros ativos no Brasil (Registro Nacional Migratório), segundo ano de registro e sexo, 2000-jun./2021 (208 imigrantes)



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2019. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

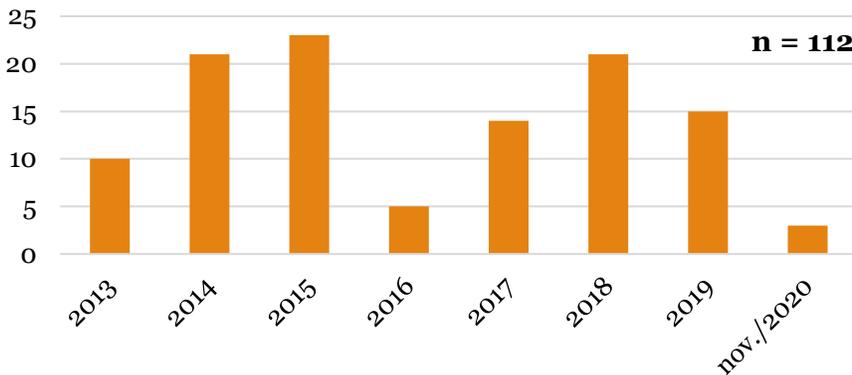
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 2. Solicitações de reconhecimento de refúgio – que foram analisadas - de imigrantes do Afeganistão segundo ano de decisão, 2005- novembro/2021 (127 solicitações de refúgio com decisões)



Fonte: Refúgio em Números e Publicações – CONARE/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Gráfico 3. Solicitações ativas de reconhecimento de refúgio – pendentes de análise - de imigrantes do Afeganistão em 23 de novembro 2020, segundo ano da solicitação.



Fonte: Refúgio em Números e Publicações – CONARE/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Mesmo com o fechamento das embaixadas, entre 2016-2019 houve o aumento nos registros do SISMIGRA, tanto pela concessão do refúgio aos imigrantes do Afeganistão, como mostra o Gráfico 2, quanto pelo agravamento da Guerra do Afeganistão, em função de combates entre forças governamentais e grupos contrários (UNAMA, 2016), expressando-se nas solicitações de refúgio ainda pendentes desse período (58 solicitações de refúgio pendentes).

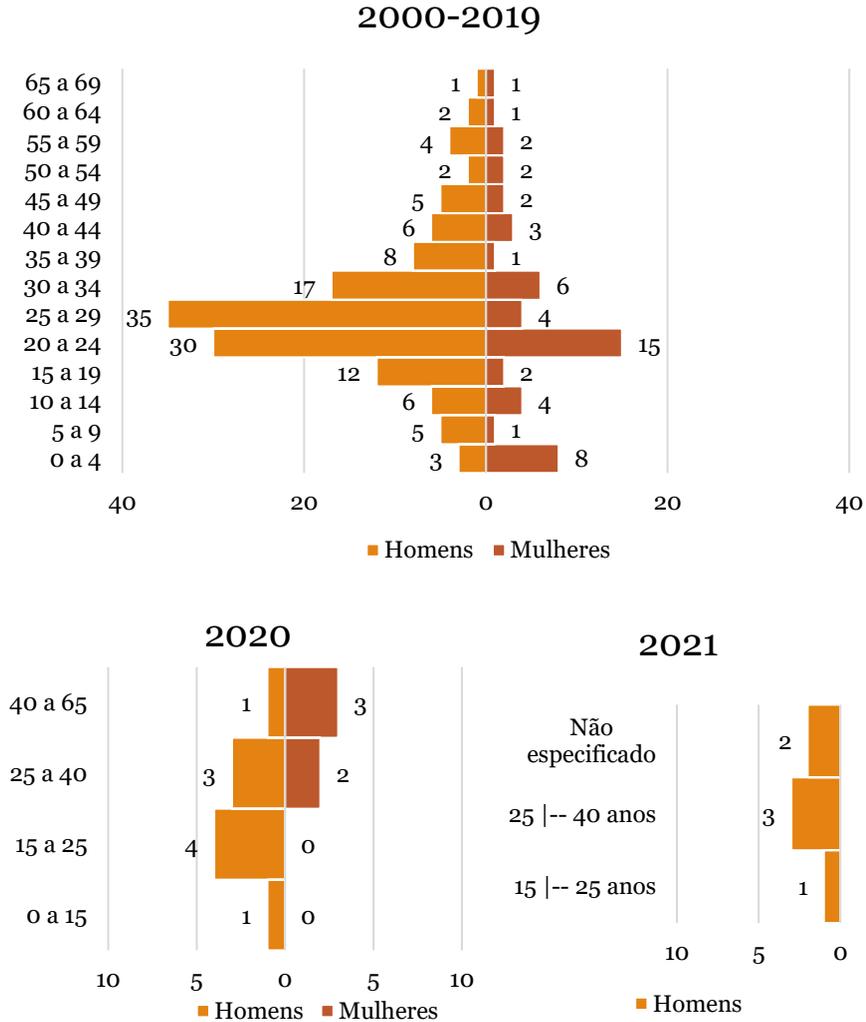
Em 2020, há o contexto da pandemia com o fechamento das fronteiras brasileiras, incluindo os aeroportos, e a diminuição de registros de afegãos no Brasil - com 14 registros de imigrantes em 2020 e outras 03 solicitações de refúgio pendentes, e somente 6 imigrantes até junho de 2021 no SISMIGRA - embora a situação dos ataques do Talibã contra o governo afegão tenha se intensificado a partir de então, chegando a tomada do poder em 2021.

De acordo com o ACNUR (2020), 2,6 milhões de afegãos deixaram o país, 1,4 milhão são refugiados e outras 3 milhões de pessoas são deslocadas internas. “Cerca de 65% da população deslocada interna e refugiada do Afeganistão são crianças e jovens. Das cerca de 500 mil pessoas afegãs forçadas a abandonar suas casas desde o início de 2021, aproximadamente 80% das são mulheres e crianças” (ACNUR, *s.d.*).

A presença de crianças e mulheres também está no fluxo de afegãos para o Brasil (Gráfico 4). A pirâmide etária ilustra, de 2000-2019, a composição de uma imigração majoritariamente de homens entre 20-29 anos solteiros, mas com a participação de mulheres jovens e crianças.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 4. Imigrantes internacionais nascidos no Afeganistão com registros ativos no Brasil, segundo grupo etário e sexo, 2000-2019, 2020, jan.-jun./2021



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2000-jun./2021. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Tabela 1. Imigrantes internacionais nascidos no Afeganistão com registros ativos no Brasil, 2000-jun./2021, segundo amparo legal

Amparo Legal	Descrição	Sexo		Total
		Homens	Mulheres	
Lei 9.474 de 22/06/1997 - CONARE	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.	52	14	66
Artigo 30, II, letra e Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, ao residente fronteiriço ou ao visitante que seja beneficiário de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida.	28	11	39
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	19	9	28
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	5	4	9
Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro;	8	1	9
Resolução Normativa 06/97 CNIg/MTE	Concessão de permanência definitiva a asilados ou refugiados e suas famílias	6	2	8
Artigo 37 - Lei 13.445/17	O visto ou a autorização de residência para fins de reunião familiar será concedido ao imigrante: I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II - filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III - ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.	5	3	8
Artigo 37, Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar ao imigrante: I) cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II) filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III) ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV) que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.	5	2	7
Resolução Normativa 27 de 25/11/98 do CNIg /MTE	Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração.	4	2	6
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	2	2	4
Artigo 2. Decreto 9.277/18	Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.	3	1	4

Amparo Legal	Descrição	Sexo		Total
		Homens	Mulheres	
Artigo 14, I, letra e, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de trabalho	3	0	3
Artigo 7 - Lei 11.961/09	No prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao término da validade da CIE, o estrangeiro poderá requerer sua transformação em permanente, na forma do regulamento.	2	1	3
Resolução Normativa 84/09 CNIg/MTE	Disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física.	2	0	2
Artigo 13 - Item I - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos	1	1	2
Lei 11.961 de 02/07/09	Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.	0	1	1
Artigo 30, I, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que venha ao Brasil com finalidade de: a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; b) tratamento de saúde; c) acolhida humanitária; d) estudo; e) trabalho; f) férias-trabalho; g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário; h) realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural; i) reunião familiar;	1	0	1
Artigo 1 resolução normativa 45/00 do CNIg /MTE	Dispõe sobre a concessão de visto permanente a estrangeiro aposentado, acompanhado de até dois dependentes, que comprovar poder transferir mensalmente para o Brasil a importância, em moeda estrangeira, em montante igual ou superior a R\$6.000,00 (seis mil reais)	0	1	1
Resolução Normativa 10/03 - CONARE	Dispõe sobre a situação dos refugiados detentores de permanência definitiva	0	1	1
Resolução Normativa 42/99 CNIg	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que venha ao País para estágio	1	0	1
Resolução Normativa 36/99 CNI/MTE	Concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	1	0	1
Resolução Normativa 43/99 CNI/MTE	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que pretenda vir ao País ao abrigo de acordo de cooperação internacional.	0	1	1
Resolução Normativa 60/04 CNI/MTE	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física.	1	0	1
Resolução Normativa 88/10	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que venha ao Brasil para estágio.	1	0	1
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 9/2018	Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional	1	0	1
Total		151	57	208

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2000-jun./2021. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OB Migra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

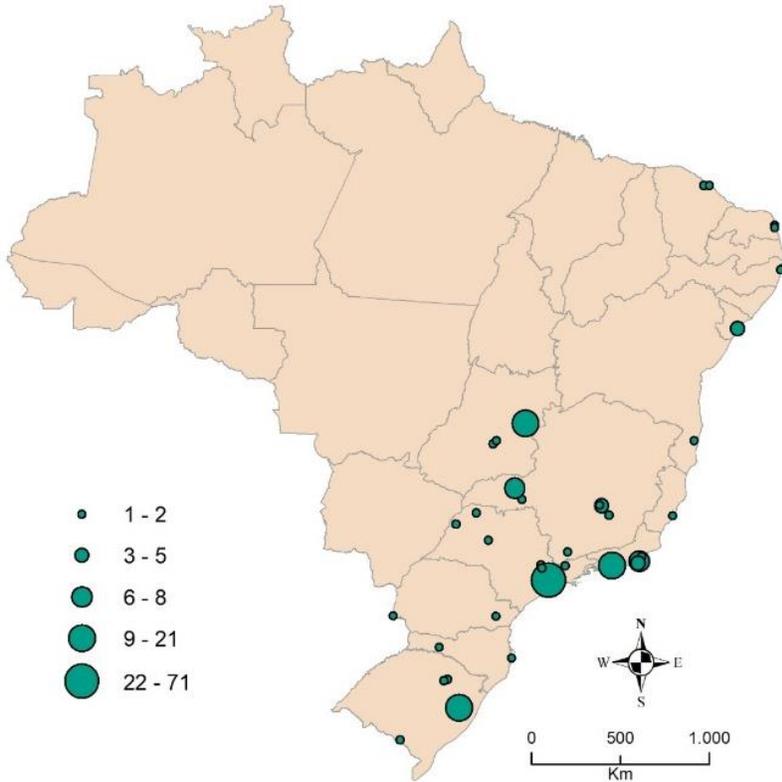
Através dos amparos legais (Tabela 1) é possível verificar para o período de 2000 a junho/2021 a importância que a concessão do refúgio teve para esta imigração afegã no Brasil até então, com 52 homens refugiados e 14 mulheres amparados pela Lei 9.474/97, representando mais de 30% dos amparos legais. Outros amparos legais também estão vinculados ao refúgio, mas a concessão de residência será a partir de Resolução Normativa, Nova Lei de Migração (Lei n. 13.444/17), Portaria Interministerial e, portanto, outros tipos de vistos. Há várias situações de vistos para reunião familiar, como no caso de 28 afegãs com amparo legal através de autorização de residência.

No que se refere à distribuição espacial da imigração do Afeganistão no Brasil, o Mapa 1 indica, para o período 2000-junho de 2021 segundo os dados do SISMIGRA, a concentração em São Paulo (52 homens e 19 mulheres), Porto Alegre (12 homens e 09 mulheres), Rio de Janeiro (09 homens e 06 mulheres) e Brasília (09 homens e 06 mulheres), sendo que há uma presença mais dispersa em cidades do Nordeste, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (Tabela 2).

As solicitações de refúgio pendentes até 23 de novembro de 2020 apontam para 57 imigrantes nesta situação em São Paulo, 27 no Distrito Federal e outras 28 solicitações de refúgio dispersas entre Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. Emergem espaços na Fronteira Norte com a presença afegã como Roraima, Amazonas e Acre, bem como no Centro Oeste (Gráfico 5).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Mapa 1. Imigrantes internacionais nascidos no Afeganistão com registros ativos no Brasil, segundo municípios de residência, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2000-jun./2021. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

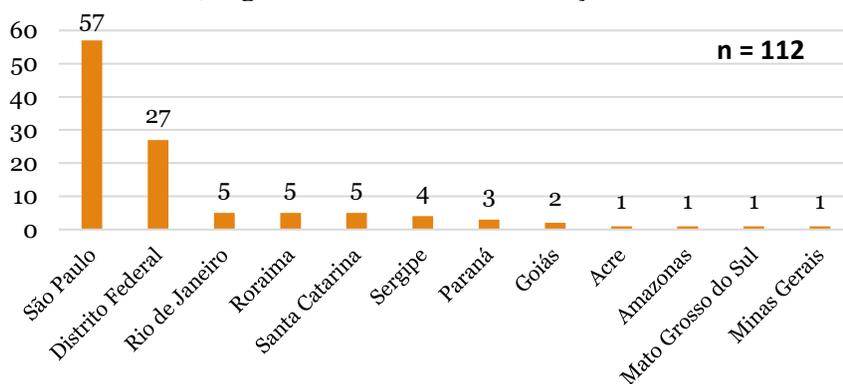
**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 2. Imigrantes internacionais nascidos no Afeganistão com registros ativos no Brasil, segundo principais municípios de residência e sexo, 2000-2019

Municípios de Residência	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
São Paulo - SP	52	19	71
Porto Alegre - RS	12	9	21
Rio de Janeiro - RJ	9	6	15
Brasília - DF	9	6	15
Uberlândia - MG	6	2	8
Cabo Frio - RJ	4	2	6
São Pedro da Aldeia - RJ	4	1	5
Guarulhos - SP	3	1	4
Aracaju - SE	2	1	3
Belo Horizonte - MG	3	0	3
Parnamirim - RN	2	0	2
Natal - RN	2	0	2
Olinda - PE	2	0	2
Curitiba - PR	1	1	2
Florianópolis - SC	2	0	2
Outros Municípios	38	9	27
Total	151	52	188

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2000-2019. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Gráfico 5. Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado de imigrantes de nacionalidade afegã ativas e pendentes em 23 de novembro 2020, segundo Unidade da Federação de residência



Fonte: Refúgio em Números e Publicações – CONARE/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Para completar a análise do perfil da migração de crise afegã, as informações do SISMIGRA possibilitam conhecer a inserção ocupacional de imigrantes do Afeganistão no Brasil, para o período 2000-junho de 2021 (Tabela 3).

Tabela 3. Imigrantes internacionais nascidos no Afeganistão com registros ativos no Brasil, segundo ocupação e sexo, 2000-jun./2021

Ocupação	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Vendedor ou empregado de casa comercial, comerciante, vendedor ambulante, vendedor em domicílio, jornaleiro, ou assemelhado	27	1	28
Estudante	18	7	25
Diretor, gerente ou proprietário, de casa comercial, atacadista ou varejista, exportadora ou importadora, ou assemelhado	10	0	10
Prendas domésticas (lides do lar)	0	10	10
Menor (criança, não estudante)	4	4	8
Cozinheiro, mordomo, governanta, camareiro, garçom, ou assemelhado	5	1	6
Professor	4	2	6
Programador, analista, ou outro técnico, no processamento eletrônico de dados	5	0	5
Padeiro	4	0	4
Dependente de titular.	1	2	3
Engenheiro	3	0	3
Mecânico de precisão, relojoeiro, joalheiro, ourives, ou assemelhado	3	0	3
Oficial, piloto, maquinista, marinho, ou outro trabalhador, na navegação marítima ou fluvial	3	0	3
Aposentado, pensionista, ou assemelhado	1	1	2
Arquiteto, engenheiro, agrimensor, ou assemelhado	2	0	2
Capitalista	2	0	2
Decorador	2	0	2
Escritor	2	0	2
Médico	2	0	2
Motorista, condutor, ou outro trabalhador, de transporte rodoviário	2	0	2
Profissional liberal, técnico, ou assemelhado, não classificado sob outra denominação	1	1	2
Aeronauta	1	0	1
Artista	1	0	1
Atleta	1	0	1
Barbeiro	0	1	1
Carpinteiro	1	0	1
Economista	1	0	1
Empregado de escritório	1	0	1
Industriário ou servente	1	0	1

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Ocupação	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Jurista	1	0	1
Patrulheiro	1	0	1
Psicólogo, analista, sociólogo, assistente social, ou assemelhado	1	0	1
Tabelião, oficial de cartório, oficial de justiça, ou assemelhado	1	0	1
Trabalhador da fabricação, de instrumentos musicais, artesão ou trabalhador, dos diversos processos de produção, não classificado sob outra denominação	0	1	1
Trabalhador de transporte	1	0	1
Vendedor viajante, propagandista, representante comercial, comissionista, ou assemelhado	1	0	1
Outra ocupação não classificada	14	5	19
Sem ocupação	15	15	30
Não informação	8	6	14
Total	151	57	208

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2000-jun./2021. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

É de se notar a seletividade migratória presente nessa imigração para esse período, que antecede os acontecimentos de agosto de 2021: há expressiva inserção laboral em atividades de comércio (28 imigrantes), diretores/gerentes (10 imigrantes), estudantes (25 imigrantes), professor (06 imigrantes), programador/TI (05 imigrantes), engenheiros/mecânico de precisão/arquitetos/piloto/médico/aeronauta/industrial/psicólogo (24 imigrantes), indicando, como aponta Stemple e Alemi (2020) para os Estados Unidos, uma primeira onda de maior poder aquisitivo e cuja invisibilidade (tanto numérica quanto pelas ocupações qualificadas e visto de refúgio) se ancora na teoria das fronteiras étnicas para sua permanência na sociedade de destino.

Contudo, já se pode visualizar a participação de “sem ocupação” (30 imigrantes), ocupações não classificadas (19 imigrantes) e outras como cozinheiro/padeiro (10 imigrantes) denotando, de um lado, situações precárias de inserção laboral e, por outro lado, a busca por um “nicho econômico” (WALDINGER, 1994) para imigrantes com menor qualificação

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

profissional, como indica a presença em ocupações da culinária e mesmo a presença na costura (decorador).

Destaca-se, ainda, a diminuta presença das mulheres afegãs no mercado de trabalho, estando concentradas em prendas domésticas (10 imigrantes), sem ocupação (15 imigrantes), ocupação não classificada (5 imigrantes) e estudantes (07 imigrantes).

Considerações Finais

A situação recente no Afeganistão trouxe a necessidade de voltarmos o olhar para as análises acerca das migrações afegãs no Brasil. De um lado, acompanhar a política brasileira para a possibilidade de chegada desses imigrantes no país e, de outro lado, analisar o fluxo de imigrantes já residentes no Brasil. Nesse contexto, a abordagem teórica da migração de crise contribui para o entendimento dos fluxos migratórios na origem, como aponta Clouchard (2007) e as políticas migratórias de controle dessa imigração no destino. A migração de crise é, portanto, compreendida no contexto origem-destino na governança das migrações por ambos Estados (BAENINGER, 2017).

Nesse sentido, o perfil da imigração afegã no Brasil, no período 2000 a junho de 2021, aponta para um grupo bastante seletivo: com etapas da chegada dessa imigração em consonância com acordos bilaterais, com reconhecimento pelo Governo brasileiro da condição de refugiado, com ocupações mais qualificadas e concentradas nas áreas de maior dinamismo econômico do país.

Contudo, já emergiam situações que apontaria para uma nova onda da migração de crise afegã, entre 2000-junho de 2021, com solicitações de refúgio pendentes, com ocupações que buscam a inserção em nichos econômicos para imigrantes, com a presença desses fluxos entrando pela Fronteira Norte do Brasil e, assim, seguindo a rota de outros fluxos migratórios Sul-Sul. Essa tendência parece se encerrar com a Portaria Interministerial n. 24, com a concessão do visto humanitário pós acontecimentos no Afeganistão de agosto de 2021.

Quem e Quantos serão eles? Perpassa as decisões de concessões de vistos humanitários, tanto pelas dificuldades de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

saída dessa população forçada a emigrar do Afeganistão - e quem consegue sair para chegar a uma Embaixada brasileira e bancar os custos financeiros dessa emigração e permanência no Brasil -, quanto pelas concessões já realizadas, como para juízas, magistrados e seus familiares.

Referências

- AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 197-215, 2006. Acesso em 03 de 03 de 2021, disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2>.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Global trends forced displacement in 2020**. Disponível em: <https://www.unhcr.org/flagship-reports/globaltrends/>. Acesso em 20 novembro 2021.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Afeganistão**. ACNUR Brasil, s.d. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/afeganistao/>. Acesso em 20 novembro 2021.
- APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número**: Ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.
- BAENINGER, R. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. Em C. Lussi, **Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos**, pp. 13-29, 2017. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria interministerial nº 24, de 3 de setembro de 2021**. Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão. Brasília, DF, 2021a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-24-de-3-de-setembro-de-2021-343300675>. Acesso em 20 novembro 2021.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à imprensa nº 164**. Vistos humanitários para afegãos - 1º de dezembro de 2021. Brasília, DF, 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vistos-humanitarios-para-afegaos-1deg-de-dezembro-de-2021. Acesso em 03 dez. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- BRASIL, 2019. Ministério da Justiça e Segurança Nacional. Secretaria Nacional de Justiça. NOTA TÉCNICA Nº 3/2020/CONARE. Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf. Acesso em:
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Subsecretaria-Geral Política II. Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania (DACMO), Divisão da Ásia Central (DASC). **AFEGANISTÃO**, mimeo, maio, 2016. [sf-sistema-sedol2-id-documento-composto-59634.pdf](https://www.mre.gov.br/sf-sistema-sedol2-id-documento-composto-59634.pdf).
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em Números e Publicações – Bases de dados**. Brasília, DF, CONARE/ Ministério da Justiça e Segurança Pública, s.d.a. Disponível em: <https://legado.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros#categorias>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Embaixada do Brasil em Teerã**, s.d.b. Disponível em: http://teera.itamaraty.gov.br/pt-br/visto_humanitario.xml. Acesso em 24 nov. 2021.
- CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. *EchoGéo*, v. 2, 2007.
- PORTAL G1. **Entenda a Guerra no Afeganistão**, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/16/entenda-a-guerra-no-afeganistao.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- RISSATO, L. **Juíza Renata Gil acolhe magistradas afegãs ameaçadas: 'Lá o risco é maior'**. In: UNIVERSA – UOL, 01 nov. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/11/01/entrevista-juiza-criminal-renata-gil.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- STEMPEL, C.; ALEMI, Q. Challenges to the economic integration of Afghan refugees in the U.S. In: **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2020. DOI: 10.1080/1369183X.2020.1724420.
- UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION IN AFGHANISTAN (UNAMA). **AFGHANISTAN- Midyear report 2016 Protection of Civilians in Armed Conflict**. Kabul, Afghanistan: UNAMA, jul./2016. Disponível em: <https://unama.unmissions.org/afghanistan-record-level-civilian-casualties-sustained-first-half-2016-un-report>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- WALDINGER, R. The Making of a immigrant niche. **The International Migration Review**, 3-30., 1994. doi:<https://doi.org/10.2307/2547023>.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

WIMMER, A. *Ethnic Boundary Making: Institutions, Power, Networks*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ANEXO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 24, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.

OS MINISTROS DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista os arts. 37 e 45 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o disposto no § 3º do art. 14, e na alínea "c" do inciso I do art. 30 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e no § 1º do art. 36 e § 1º do art. 145 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e o que consta no Processo Administrativo nº 08018.031401/2021-67, resolvem:

Art. 1º A presente Portaria Interministerial dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.

§ 1º Para o fim do disposto no caput, observar-se-á o disposto no § 3º do art. 14, e na alínea "c" do inciso I do art. 30 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e no § 1º do art. 36, e no § 1º do art. 145 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

§ 2º A hipótese de acolhida humanitária prevista nesta Portaria não afasta a possibilidade de outras que possam ser reconhecidas pelo Estado brasileiro.

Art. 2º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido aos nacionais afegãos, aos apátridas e às pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.

§ 1º O visto temporário previsto nesta Portaria terá prazo de validade de cento e oitenta dias.

§ 2º A concessão do visto a que se refere o caput ocorrerá sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas na Lei nº 13.445, de 2017, e no Decreto nº 9.199, de 2017.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

§ 3º Na concessão do visto a que se refere o caput, será dada especial atenção a solicitações de mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e seus grupos familiares.

Art. 3º Para solicitar o visto temporário previsto nesta Portaria, o requerente deverá apresentar à Autoridade Consular:

I - documento de viagem válido;

II - formulário de solicitação de visto preenchido;

III - comprovante de meio de transporte de entrada no território brasileiro; e

IV - atestado de antecedentes criminais expedido pelo Afeganistão ou, na impossibilidade de sua obtenção, declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais em qualquer país.

Parágrafo único. De forma excepcional e devidamente motivada, o visto de que trata o caput poderá ser concedido, mediante consulta à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ainda que diante da ausência de algum ou alguns dos documentos descritos nos incisos I a IV, também do caput.

Art. 4º O imigrante detentor do visto a que se refere o art. 2º deverá registrar-se em uma das unidades da Polícia Federal em até noventa dias após seu ingresso em território nacional.

Parágrafo único. A residência temporária resultante do registro de que trata o caput terá prazo de dois anos.

Art. 5º O nacional afegão, que já se encontre em território brasileiro, independentemente da condição migratória em que houver ingressado no Brasil, poderá requerer autorização de residência para acolhida humanitária perante uma das unidades da Polícia Federal.

§ 1º O prazo de residência previsto no caput será de dois anos.

§ 2º O requerimento previsto no caput poderá ser formalizado pelo interessado, por seu representante legal ou por seu procurador constituído.

§ 3º Na hipótese de requerente criança, adolescente, ou qualquer indivíduo relativamente incapaz, o requerimento de autorização de residência poderá ser feito por qualquer dos pais, assim como por representante ou assistente legal, conforme o caso, isoladamente, ou em conjunto.

§ 4º Ainda que o requerimento tenha sido apresentado nos termos dos §§ 2º ou 3º deste artigo, o registro será realizado mediante a identificação civil por dados biográficos e biométricos, com a presença do interessado.

Art. 6º O requerimento de autorização de residência deverá ser formalizado com os seguintes documentos:

I - documento de viagem, ainda que a data de validade esteja expirada;

II - certidão de nascimento ou de casamento, ou certidão consular, desde que não conste a filiação nos documentos mencionados no inciso I; e

III - declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais no Brasil e no exterior, nos últimos cinco anos anteriores à data de requerimento de autorização de residência.

§ 1º Em caso de indisponibilidade do sistema de coleta de dados biométricos da Polícia Federal, poderá ser exigida a apresentação de uma foto no formato 3x4.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

§ 2º As certidões de nascimento e de casamento mencionadas no inciso II do caput poderão ser aceitas, independentemente de legalização e tradução, desde que acompanhadas por declaração do requerente, sob as penas da lei, a respeito da autenticidade do documento.

§ 3º Caso seja verificado que o imigrante esteja impossibilitado de apresentar o documento previsto no inciso II do caput, conforme o § 2º do art. 68 do Decreto nº 9.199, de 2017, tal documentação poderá ser dispensada, hipótese em que os dados de filiação serão autodeclarados pelo requerente, sob as penas da lei.

§ 4º Quando se tratar de imigrante menor de dezoito anos, que esteja desacompanhado ou separado de seu responsável legal, o requerimento deverá observar os termos do art. 12 da Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare, do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, e da Defensoria Pública da União - DPU.

Art. 7º Apresentados e avaliados os documentos mencionados no art. 6º, será realizado o registro e processada a emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM.

§ 1º Na hipótese de necessidade de retificação ou de complementação dos documentos apresentados, a Polícia Federal notificará o imigrante para fazê-lo no prazo de trinta dias.

§ 2º Decorrido o prazo sem que o imigrante se manifeste, ou caso a documentação esteja incompleta, o processo de avaliação de seu requerimento será extinto, sem prejuízo da utilização, em novo processo, dos documentos que foram inicialmente apresentados, e que ainda permaneçam válidos.

§ 3º Indeferido o requerimento, aplica-se o disposto no art. 134 do Decreto nº 9.199, de 2017.

Art. 8º O imigrante poderá requerer, em uma das unidades da Polícia Federal, no período de noventa dias anteriores à expiração do prazo de dois anos previstos nos arts. 4º e 5º desta Portaria Interministerial, autorização de residência com prazo de validade indeterminado, desde que:

I - não tenha se ausentado do Brasil por período superior a noventa dias a cada ano migratório;

II - tenha entrado e saído do território nacional exclusivamente pelo controle migratório brasileiro;

III - não apresente registros criminais no Brasil e no exterior; e

IV - comprove meios de subsistência.

§ 1º O requisito previsto no inciso III do caput será demonstrado por autodeclaração e certidões de antecedentes criminais ou documento equivalente, emitido pela autoridade judicial competente da localidade onde tenha residido durante a residência temporária.

§ 2º Para atendimento do requisito previsto no inciso IV do caput, serão aceitos quaisquer dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros que possam cumprir idêntica função probatória:

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

I - contrato de trabalho em vigor ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS com anotação do vínculo vigente;

II - contrato de prestação de serviços;

III - demonstrativo de vencimentos, em meio impresso;

IV - comprovante de recebimento de aposentadoria;

V - contrato social de empresa ou de sociedade simples em funcionamento, no qual o imigrante figure como sócio ou responsável individual;

VI - documento válido de registro ativo em Conselho Profissional no Brasil;

VII - carteira de registro profissional ou equivalente;

VIII - comprovante de registro como microempreendedor individual;

IV - declaração comprobatória de percepção de rendimentos;

X - declaração de ajuste anual para fins de imposto de renda;

XI - inscrição como autônomo nos cadastros dos órgãos competentes;

XII - comprovante de investimentos financeiros ou de posse de bens ou direitos suficientes à manutenção própria e da família;

XIII - declaração, sob as penas da lei, de que possui meios de vida lícitos e suficientes que permitam a subsistência do interessado e de sua família no País; ou

XIV - declaração, sob as penas da lei, de dependência econômica nos casos dos dependentes legais, hipótese em que também deverá ser juntado comprovante de subsistência do responsável.

§ 3º São considerados dependentes econômicos, para fins do disposto no inciso XIV do § 2º:

I - descendentes menores de 18 (dezoito) anos, ou de qualquer idade, quando comprovada a incapacidade de prover o próprio sustento;

II - ascendentes, quando comprovada a incapacidade de prover o próprio sustento;

III - irmão, menor de 18 (dezoito) anos ou de qualquer idade, quando comprovada a incapacidade de prover o próprio sustento;

IV - cônjuge ou companheiro ou companheira, em união estável;

V - enteado ou menor de dezoito anos sob guarda; e

VI - que estejam sob tutela.

§ 4º Os dependentes a que se referem os incisos I, III e V do § 3º, se comprovadamente estudantes, serão assim considerados até o ano calendário em que completarem vinte e quatro anos.

Art. 9º A obtenção da autorização de residência prevista nesta Portaria implica a desistência de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.

Art. 10. Ao imigrante beneficiado por esta Portaria fica garantido o livre exercício de atividade laboral no Brasil, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. Aplica-se ao imigrante beneficiado por esta Portaria a isenção de taxas, emolumentos e multas para obtenção de visto, registro e autorização de residência, nos termos do § 4º do art. 312 do Decreto nº 9.199, de 2017.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, poderão ser cobrados valores pela prestação de serviços pré-consulares por terceiros contratados pelo governo brasileiro para realizar tal atividade.

§ 2º A isenção tratada no caput estende-se aos chamados pelos beneficiados por esta Portaria para fins de reunião familiar.

Art. 12. Considera-se cessado o fundamento que embasou a acolhida humanitária prevista nesta Portaria na hipótese de o imigrante sair do Brasil com ânimo definitivo, ou o faça fora dos pontos de controle migratório, desde que comprovado por meio de informações que demonstrem ter ele realizado tentativa de residir em outro país.

Art. 13. Constatada, a qualquer tempo, a omissão de informação relevante ou declaração falsa no procedimento desta Portaria, será instaurado processo de cancelamento da autorização de residência, conforme previsto no art. 136 do Decreto nº 9.199, de 2017, sem prejuízo de outras medidas legais de responsabilização civil e penal cabíveis.

Parágrafo único. Durante a instrução do processo, poderão ser realizadas diligências para verificação de:

- I - dados necessários à decisão do processo;
- II - validade de documento perante o respectivo órgão emissor;
- III - divergência nas informações ou documentos apresentados; e
- IV - indícios de falsidade documental ou ideológica.

Art. 14. Aplica-se o art. 29 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na instrução dos pedidos de que trata esta Portaria.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

Ministro de Estado das Relações Exteriores



CAPÍTULO 17

O DIREITO AO TRABALHO NA COLEÇÃO VAMOS JUNTOS (AS)!: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DE UM MATERIAL DIDÁTICO DE PLAC

**Louise Hélène Pavan¹⁰⁹
Jael Sânera Sigales-Gonçalves ¹¹⁰
Monica Panigassi Vicentini ¹¹¹**

Nas últimas décadas, a intensificação dos movimentos migratórios, noticiada como um fenômeno de proporções superiores aos deslocamentos provocados pela Segunda Guerra Mundial, tem acarretado novas e necessárias discussões sobre acolhimento, hospitalidade e

¹⁰⁹ Graduada em Estudos Literários e Letras pela Unicamp e mestranda em Linguística Aplicada pela mesma universidade.

¹¹⁰ Graduada, mestre e doutora em Letras pela UCPel e bacharel e mestre em Direito pela UFPel.

¹¹¹ Graduada em Letras pela Unicamp, mestra e doutoranda em Linguística Aplicada pela mesma universidade.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

políticas de inserção da população migrante nas sociedades que a recebem. Nesse contexto, é importante ressaltar, como nos alertam Baeninger e Peres (2017), que o Brasil tem se colocado, no panorama das migrações, como um importante país de destino e de rota de migrantes de diferentes locais com os quais não temos, necessariamente, nenhum vínculo histórico. Tendo isso em vista, a diversificação dos países de origem implica, conseqüentemente, diversidades linguística, étnica, racial, cultural e social com as quais é necessário lidar enquanto um local envolvido nas dinâmicas migratórias.

Levando isso em consideração, os embates linguísticos ganham relevância, em especial quando a língua do país de acolhimento se coloca como entrave para acesso a direitos e para o estabelecimento de laço social. Por isso, o elemento linguístico é entendido, muitas vezes, como um elemento indispensável para a inclusão do migrante na sociedade, o que demanda a implementação de políticas linguísticas cujos instrumentos promovam o acesso a direitos, ao exercício da cidadania e à justiça social. A produção de livros didáticos direcionados ao ensino de português em contexto de migração de crise¹¹² é um desses instrumentos.

No contexto das migrações de crise no Brasil, em que o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) “é um elemento chave nos processos que levam ao acesso a direitos, a capacidades de agenciamento dos migrantes de crise no Brasil, dentre outras possibilidades de inserção em diferentes práticas sociais” (ANUNCIACÃO; CAMARGO; LOPEZ, 2021, p. 212), a

¹¹² Utilizamos a expressão “migrações de crise” em acordo com o que propõem Baeninger e Peres (2017). Ampliando o conceito a partir dos trabalhos de Simon (1995) e Clochard (2017), as autoras incorporam ao conceito de “migrante” sujeitos que juridicamente estão excluídos dessa condição, como refugiados, solicitantes de refúgio e portadores de visto humanitário. Neste trabalho, portanto, quando empregamos a palavra “migrante”, estamos nos referindo ao sujeito alcançado pelo escopo teórico-conceitual da “migração de crise”, independentemente da condição jurídica aferida pelo ordenamento jurídico do Estado de destino. Ainda, endossando as palavras e o posicionamento de Camargo (2018), optamos por tratar de “migrantes” as pessoas que passam por deslocamentos, uma vez que entendemos, junto a Sayad (1998), a dupla injunção que recai sobre esses corpos que são tanto emigrantes em relação aos seus países de origem quanto imigrantes para os países de acolhimento. Compreendendo, portanto, a complexidade envolta nas formas como designamos o outro, acreditamos que o termo “migrante” reflita melhor nossa tentativa de distanciamento de engessamentos da figura do migrante, que se constitui no ponto de encontro entre imigração e emigração.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

coleção *Vamos juntos(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento* (doravante *Vamos juntos(as)!*) procura suprir a falta de materiais pedagógicos voltados para esse público. A coleção conta¹¹³ com quatro volumes, cada qual dando ênfase a um aspecto da língua-cultura brasileira considerado importante para a inserção da população migrante e refugiada na sociedade de acolhimento, selecionado a partir de experiências prévias dos organizadores com o ensino de português nesse contexto. No volume *Trabalhando e estudando*, organizado por Ana Cecília Cossi Bizon, Leandro Rodrigues Alves Diniz e Helena Regina Esteves de Camargo, o objetivo principal é dar subsídios para o “conhecimento dos direitos trabalhistas e de possibilidades de atuação profissional, além de informação sobre acesso à educação e sobre trajetórias educacionais” (ANUNCIAÇÃO; CAMARGO; LOPEZ, 2021, p. 215).

Este trabalho tem o objetivo de apresentar o processo de elaboração da Unidade 2 do volume *Trabalhando e estudando* da coleção *Vamos Juntos (as)!*, intitulada *Eu me informo sobre os direitos trabalhistas no Brasil*, elaborada pelas três autoras deste trabalho. Nessa Unidade, buscamos abordar práticas discursivas e aspectos linguísticos envolvidos nas questões jurídicas dos direitos trabalhistas e na inserção da população migrante no mundo laboral, sem deixar de considerar os efeitos produzidos pela pandemia de Covid-19 – momento histórico em que a coleção e este texto são produzidos –, que agrava a potencial situação de vulnerabilidade da socialização dessa população no mundo do trabalho, evidenciada pelo aumento de casos de trabalho análogo à escravidão no cenário brasileiro.¹¹⁴

Neste texto, nosso foco recai sobre as bases teórico-metodológicas que sustentaram a concepção da Unidade e da coleção como um todo. Em meio aos debates sobre a crise migratória, refletir sobre o acolhimento linguístico – desde a

¹¹³ A Unidade aqui apresentada encontra-se em volume já publicado e disponível para download no site: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vamosjuntos/trabalhando_estudando.pdf. Os outros três volumes estão em processo de elaboração e publicação.

¹¹⁴ Registros de exploração do trabalho aumentam com desemprego e pandemia. Poder360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/registros-de-exploracao-do-trabalho-aumentam-com-desemprego-e-pandemia/>. Acesso em: 08 set. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

forma como ele se dá até possíveis caminhos a serem pensados para uma política linguística não assimilacionista – é essencial, especialmente na contemporaneidade, em que não apenas os deslocamentos humanos têm sido mais intensos, mas em que as políticas estatais têm evidenciado o caráter perverso da globalização (SANTOS, 2000). Em uma corrente contra-hegemônica, pensamentos decoloniais emergem como respostas em confronto com conhecimentos enraizados no Norte global (SANTOS, 2009), propondo “configurações conceituais que denotam outras formas de conhecimento, partindo da necessária diferença colonial rumo à construção de um mundo diferente” (WALSH, 2019, p. 10).

Sendo assim, o trabalho está estruturado da seguinte forma: logo depois desta introdução, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos a partir dos quais compreendemos a concepção de materiais didáticos para PLAc, apresentando nossa perspectiva decolonial das políticas linguísticas e a abordagem multinível e multilíngue que guiou a elaboração das atividades; em seguida, mostramos algumas atividades que compõem a Unidade, com a pretensão de evidenciar o impacto dessa perspectiva no processo de elaboração do material didático.

Pressupostos teórico-metodológicos

Os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam a produção da coleção *Vamos Juntos(as)!* envolvem os estudos sobre decolonialidade, bem como uma visão de língua e de língua de acolhimento que se materializa em materiais multilíngues e multiníveis.

Concepção de instrumentos linguísticos e PLAc em uma perspectiva decolonial

Este trabalho se insere no campo das Políticas Linguísticas e do Direito Linguístico, na medida em que consideramos que materiais didáticos para o ensino de Português como Língua de Acolhimento são instrumentos de política linguística que contribuem para a efetivação dos direitos

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

linguísticos dos migrantes no Brasil. O campo das Políticas Linguísticas é marcado por uma multiplicidade de abordagens e de usos da designação “políticas linguísticas”, conforme apontam Diniz e Silva (2019): ora para distinguir entre a tomada de decisão (política linguística) diante de uma situação sociolinguística e a sua implementação propriamente dita (planejamento linguístico), como em Wright (2003); ora para designar o campo de pesquisa, como em Spolsky (2004), Ricento (2006) e Shohamy (2006). Neste texto, empregamos a expressão “políticas linguísticas” tanto para nos referirmos à área na qual situamos estas reflexões como para nos referirmos a práticas de intervenção sobre as línguas através da criação de um instrumento linguístico específico – o livro didático.

Nesse ponto, a partir de Auroux (2009, p. 65), consideramos que os instrumentos linguísticos fazem parte do “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua”, o processo de gramatização, que diz sobre a construção do saber metalinguístico através de tecnologias. O dicionário e a gramática foram as duas tecnologias contempladas no conceito de gramatização de Auroux e, conforme apontam Diniz e Bizon (2019), estudos brasileiros realizados a partir do diálogo entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise materialista de Discurso têm permitido que outros instrumentos sejam compreendidos no processo de gramatização brasileira, entre os quais estão os livros didáticos. Importante referir que, por essa perspectiva, não se trata de políticas linguísticas apenas como intervenções conscientes, deliberadas, de agentes políticos sobre as línguas, mas de práticas sociais que podem ser não institucionalizadas, não formais, não explícitas e, inclusive, não conscientes.

Já o campo do Direito Linguístico tem sido concebido na literatura acadêmica brasileira como espaço que contempla o estudo dos direitos linguísticos e dos deveres linguísticos (ABREU, 2019; SIGALES-GONÇALVES, 2020). A emergência dos direitos linguísticos – garantias dos sujeitos – e dos deveres linguísticos – obrigações dos sujeitos – coincide temporalmente com o que a literatura em Políticas Linguísticas refere como marco das primeiras intervenções conscientes em políticas linguísticas (LAGARES, 2018, p. 20). A década de 50 do século

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

XX marca a previsão jurídica da não-discriminação em razão da língua na Carta das Nações Unidas (1945) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1958), reproduzida em outros documentos internacionais a partir de então. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) é um desses documentos, e traz expressamente a previsão de que “Todos têm direito a aceder ao conhecimento da língua própria da comunidade onde residem” (artigo 13º).

Assim, neste trabalho, materiais didáticos como a coleção *Vamos Juntos(as)!* são “concebidos como instrumentos de política linguística” (BIZON; DINIZ, 2019, p. 156) que podem contribuir para a efetivação de direitos linguísticos da população migrante no Brasil. Nossa posição teórico-metodológica diante da produção do livro didático considera que as escolhas tomadas pelos sujeitos durante o processo de produção de dado instrumento linguístico são afetadas por condições sócio-históricas que constituem sua própria subjetividade, de tal modo que os instrumentos linguísticos, à revelia das boas intenções de quem os elabore, estão atravessados por injunções históricas e ideológicas que acabam por materializar apagamentos (BIZON; DINIZ, 2019), que, por sua vez, também são de ordem histórica e ideológica.

O efeito da globalização acerca da produção de saberes sobre a língua, ou seja, sobre a produção de instrumentos de políticas linguísticas é, muitas vezes, objeto desse apagamento. Para tratar disso, a partir de Bizon e Diniz (2019), buscamos em Milton Santos (2000) e em Boaventura de Sousa Santos (2002) pontos de apoio para pensar os efeitos da globalização sobre os pressupostos teórico-metodológicos que conduziram a elaboração da Unidade 2 do *Vamos Juntos (as)!*.

Aderindo ao pensamento de Milton Santos (2000) e voltando-nos à globalização como base para o entendimento das políticas linguísticas, partimos da ideia de que é “possível redesenhá-la por meio do uso político que se faz do sistema” (BIZON; DINIZ, 2019, p. 158), uma vez que, enquanto sujeitos inseridos historicamente e atravessados pelos processos advindos dessa globalização, é-nos essencial pensar maneiras para começarmos a esboçar novos contornos para uma diferente perspectiva de futuro. Assim, esse sistema perverso (SANTOS,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

2000) contemporâneo é responsável pela produção de sentidos, sujeitos e posicionamentos por meio dos quais determinados corpos são invisibilizados e, mais do que isso, não são reconhecidos como humanos; determinados conhecimentos são apagados ou, então, não são considerados científicos.¹¹⁵ Como salientam Bizon e Diniz (2019), o próprio material didático é um espaço que não está isento da produção de apagamentos, mas que, embora não possam ser evitados, podem ser deslocados.

Nesse sentido, entender que apagamentos sempre existirão é fundamental para o desenvolvimento de uma visão crítica do funcionamento dos materiais didáticos e do embate de forças que o perpassam. As escolhas realizadas dizem de nós, como autoras, e de nossa visão de ensino, bem como revelam silenciamentos presentes em qualquer tomada de posição e de enunciação. Ao nos posicionarmos de determinada maneira, estamos deixando de nos posicionar de outra. Por isso, o ato de escrita de um material didático é também um ato de (de)cisão (DERRIDA, 2004), um corte feito na superfície do discurso suturado por teoria e metodologia específicas, por objetivos e enfoques particulares, lente que olha para o ensino e para os sujeitos sob um enquadramento que, inevitavelmente, delimita e deixa algo de fora desse limite.

No entanto, ainda que (de)limitado, esse direcionamento do olhar pode ser uma via de expressão política de posicionamentos que presentificam conhecimentos e corpos desejados ausentes. Nesse sentido, a argumentação de Milton Santos (2000) sobre *uso político do sistema*, assim como a de Boaventura de Sousa Santos (2002) sobre a *sociologia das ausências e emergências* são base da perspectiva poscolonial. Santos (2002) trata da sociologia das ausências e da sociologia das emergências como procedimentos sociológicos da “razão cosmopolita” (SOUSA SANTOS, 2002, p. 238), um modelo de

¹¹⁵ Referimo-nos às discussões empreendidas por Butler no livro *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”* ([1996] 2020), em que, extrapolando os limites do sexo e da heteronormatividade, a autora realiza uma análise cirúrgica a respeito do que ela chama de corpos abjetos, isto é, “corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (BUTLER, 2002). Ademais, também reportamo-nos a Krenak que, em diálogo com Boaventura de Sousa Santos, trata do valor ocidental dado às narrativas indígenas, questionando o porquê de serem “esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente” (KRENAK, 2019, p. 10).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

racionalidade proposto por ele em crítica ao modelo racional ocidental dominante, que o sociológico chama de “razão indolente” (SOUSA SANTOS, 2002, p. 238). O autor parte de três pontos:

Em primeiro lugar, a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo. Em segundo lugar, a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade. Em terceiro lugar, a característica mais fundamental da concepção ocidental da racionalidade é o facto de, por um lado, **contrair o presente** e, por outro, **expandir o futuro** (SOUSA SANTOS, 2002, p. 239, grifos nossos).

Diante dessa contração do presente e expansão do futuro, características da razão indolente – concepção ocidental da racionalidade –, Sousa Santos vê como necessário um novo espaço-tempo em que haja a expansão do mundo através da expansão do presente e a contração do futuro, por meio da *sociologia das ausências* e da *sociologia das emergências*, respectivamente.

A dilatação do presente exige que os efeitos da razão metonímica – uma das formas de ocorrência da indolência da racionalidade ocidental, “obcecada pela ideia de totalidade” (SOUSA SANTOS, 2002, p. 241) –, como a proliferação de totalidades homogêneas excludentes, sejam superados. A *sociologia das ausências* é o procedimento com o qual se deve começar a dilatação do presente e cujo objetivo é “transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SOUSA SANTOS, 2002, p. 246). Esse procedimento faz questionar algumas dicotomias que sustentam a produção social de ausências na sociedade:

o que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/medicina tradicional? O que é que existe na mulher que independe da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar à relação de subalternidade? (SOUSA SANTOS, 2002, p. 246).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Assim, produzem-se, segundo o autor, formas sociais de não-existências e de sub-humanidades (SOUSA SANTOS, 2009), fruto de um modelo imperialista, colonialista, machista, racista... que, por meio das linhas abissais, reverencia determinados conhecimentos enquanto, propositalmente, oculta outros em prol de uma única verdade da ciência e única forma de ver o mundo (SOUSA SANTOS, 2009). Com a sociologia das ausências, a monocultura do saber científico que produz essas não-existências é substituída por uma ecologia dos saberes, em que os saberes julgados não-científicos são considerados e epistemologias outras são valorizadas. Assim, em confronto com a colonialidade, a sociologia das ausências procura um ponto de articulação para que a igualdade e a diferença sejam vistas sob novos prismas “abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais - uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos” (SOUSA SANTOS, 2002, p. 252).

A nosso ver, a sociologia das emergências traz dois sentidos atrelados ao seu nome. Um primeiro relacionado à urgência em ampliar o reconhecimento simbólico de outras práticas, saberes e agentes, e um segundo sentido atrelado ao verbo “emergir”, apontando para o alçamento de uma sociologia outra. Assim, ao mesmo tempo em que revela, por meio da contração do futuro (SOUSA SANTOS, 2002), uma expansão do presente nessa urgência de pensarmos o aqui e agora, também diz da importância de focalizarmos e darmos a ver outros tipos de conhecimentos e saberes para a construção do futuro.

Mobilizar os procedimentos da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, enquanto alternativos à razão metonímica que caracteriza a indolência da racionalidade ocidental dominante, tem consequências para a produção de conhecimento e, inclusive, para a produção de conhecimentos sobre a língua por meio de instrumentos linguísticos tal como o livro didático. Por isso, assumindo-os como pressupostos teóricos e metodológicos da elaboração da coleção *Vamos Juntos(a)!*, considera-se, com Bizon e Diniz (2019), que tal coleção sustenta-se em uma perspectiva poscolonial¹¹⁶,

¹¹⁶ Com Diniz e Bizon (2019, p. 159), entendemos que “tal perspectiva poscolonial, vale ressaltar, longe de apenas referir a uma discussão relacionada ao período após o tempo colonial, busca firmar compromisso com um posicionamento anticolonial e

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

cujos preceitos epistemológicos podem sustentar políticas que objetivem desestabilizar o pensamento central, buscando diálogo com “saberes, práticas e agentes, de modo a ampliar e conhecer tendências de futuro e definir princípios de ação que promovam a realização dessas tendências” (BIZON; CAVALCANTI, 2015, p. 464 *apud* BIZON; DINIZ, 2019, p. 159).

Sob essa perspectiva, os efeitos totalizantes produzidos pela razão metonímica são postos em suspensão pela preocupação com formas sociais não-existentes segundo o saber dominante e pela ecologia dos saberes, dos agentes e das práticas em torno do ensino de Português como Língua de Acolhimento. Conforme mostraremos adiante, essa posição teórica tem implicações diretas na metodologia utilizada para a elaboração da Unidade 2 da coleção.

Os materiais multiníveis e multilíngues

No que concerne ao ensino de Português como Língua de Acolhimento, não podemos deixar de lado fatores importantes que perpassam as salas de aula nesse contexto e que devem ser levados em consideração quando pensamos na produção de materiais didáticos que dialoguem com a realidade tanto do professor quanto do aluno. Além de serem aulas, em geral, voluntárias, oferecidas por Organizações Não Governamentais muitas vezes ligadas a instituições religiosas, as salas de aula de PLAc também têm como característica a presença de diversas línguas em um mesmo ambiente de ensino bem como alunos com diferentes níveis de proficiência (ANUNCIACÃO; CAMARGO; LOPEZ, 2021). Desse modo, em razão dos recentes fluxos migratórios, não é incomum, por exemplo, depararmos-nos com situações em que o português é ensinado a recém-chegados sírios que estudam ao lado de falantes de espanhol e de falantes de crioulo haitiano. Tem-se, assim, a convivência em sala de aula de línguas maternas com características sintáticas, morfológicas e fonéticas bem diferentes entre si, sendo algumas delas mais próximas do português do que outras. Por isso, consideramos, na

antineocolinal; por isso, também, nossa preferência por não hifenizar o termo” (cf. PATEL; CAVALCANTI, 2013).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

construção do material didático, a heterogeneidade linguística e os diferentes níveis de proficiência que caracterizam o contexto de ensino do Português como Língua de Acolhimento.

Com o intuito de nos aproximarmos de novas práticas pedagógicas em diálogo com as particularidades elencadas, filiamo-nos a uma metodologia multinível (DAVID; ABRY, 2018) e multilíngue. Quanto à primeira, como aponta David (2019), não se trata de reduzir as diferenças linguísticas e culturais dos alunos nem de entendê-las como obstáculos para a aprendizagem. Pelo contrário, a metodologia multinível as evidencia por serem constitutivas dos sujeitos, de suas culturas, línguas e modos de vida, sendo mobilizadas por meio do incentivo a uma aprendizagem não homogeneizadora e sensível à diversidade. Por isso, a autora propõe que as diferenças podem e devem ser incorporadas ao ensino e, para isso, apresenta três maneiras de organizarmos as turmas de acordo com os objetivos das atividades: 1) unir todos os alunos em um grande grupo para trabalhar em conjunto atividades interculturais acessíveis a todos; 2) separar os alunos em pequenos grupos de acordo com seus níveis de proficiência; 3) estabelecer tutorias, nos quais teríamos alunos mais avançados auxiliando alunos com nível de proficiência mais baixo (DAVID, 2019, p. 78).

Apoiando-nos nessa organização norteadora para a divisão da sala de aula, as unidades do material didático *Vamos Juntos(as)!* sempre têm início com atividades envolvendo toda a turma para familiarização com o tema transversal a ser abordado. Nesse momento, por exemplo, temos uma configuração da sala que condiz com a primeira sugestão de David (2019), em que, em um grande grupo, os alunos discutem tópicos de interesse geral, ao passo que, ao longo da Unidade, os alunos são rearranjados de acordo com seus níveis. Como assinalam Anunciação, Camargo e Lopez (2021), as atividades podem ser específicas para estudantes com um determinado nível de proficiência ou, até mesmo, uma mesma atividade pode ser indicada para alunos com diferentes níveis de proficiência em português.¹¹⁷

¹¹⁷ Mais adiante apresentaremos exemplos de atividades que contemplam diferentes formas de trabalhar com uma sala multinível, no que diz respeito à divisão dos alunos de acordo com os diferentes níveis de proficiência.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Além da língua portuguesa, há questões, enunciados e quadros informativos escritos em mais sete línguas que refletem as nacionalidades da maioria dos migrantes de crise que residem hoje no Brasil: árabe, crioulo haitiano, espanhol, francês, inglês, lingala e suaíli. Essas línguas interagem em outros momentos, nos quais os alunos são convidados a se posicionar nas línguas em que se sentem mais confortáveis para elaborar discussões complexas que requeiram um vocabulário ainda não apresentado na Unidade. Em acordo com Anunciação, Camargo e Lopez (2021), compreendemos que a pedagogia multilíngue, pautada em uma visão translíngue (CANAGARAJAH, 2013), extrapola o falar em outra língua. Ainda que seja essencial, em especial nos casos de alunos que estão começando a aprender a língua adicional e, por isso, não dispõem de muitos recursos para transitarem de forma mais autônoma pelo português, a presença de outras línguas no espaço de aprendizagem oferece a possibilidade de construção de conhecimentos conjuntos, por meio do compartilhamento linguístico-cultural.

Nesse sentido, ao recorrermos à pedagogia multilíngue, caminhamos em direção ao que Bizon e Camargo (2018) optam por chamar de *acolhimento em línguas*, denominação que aponta para nossa visão de acolhimento. As línguas em contato no livro refletem uma compreensão de ser e estar no mundo de sujeitos heterogêneos, compostos por traços dos outros que os atravessam e os constituem, inclusive linguisticamente. Por isso, falar em *acolhimento em línguas* traz a diferença e a identidade para o centro do debate e, em termos práticos, é um convite para

pensar em ações para o acolhimento que sejam potencialmente capazes de desenhar políticas públicas mais inclusivas e humanitárias, em que as diferenças trazidas pelo outro não sejam apagadas ou vistas como um problema a ser extirpado, mas um recurso legítimo e enriquecedor das práticas linguísticas e dos processos de construção social (BIZON; CAMARGO, 2018, p. 717).

Ao enfrentarmos o apagamento da língua do outro e, em movimento contrário, ao colocá-la em evidência no material, procuramos nos afastar de binarismos – na medida do possível, uma vez que somos constituídos por eles – e de oposições que

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

trazem consigo, inevitavelmente, posicionamentos valorativos. Conhecidas asserções de cursos de língua que solicitam aos alunos para “deixarem suas línguas da porta para fora”, implicitamente demandam ao sujeito deixar parte de si, invisibilizando-o diante da língua-cultura privilegiada eleita como superior em um parâmetro hierarquizado. Desse modo, perspectivas em que aprender português é integrar-se à comunidade partem do pressuposto de um todo coerente ao qual o migrante deve ser incorporado, a ponto de tornar-se o mesmo. Esse parece ser o sentido evocado quando o acolhimento é associado a um “discurso da falta” (DINIZ; NEVES, 2018), necessariamente, a ser preenchida com língua, cultura, costume daqueles que acolhem.

Propor um *acolhimento em línguas* (BIZON; CAMARGO, 2018) é tratar não apenas da multiplicidade linguística, mas, sobretudo, da multiplicidade identitária, (re)viendo formas de ser, estar e agir perante o outro que reverberam sentidos atrelados a processos de identificação e desidentificação e, conseqüentemente, negociação entre o que imagino que sou e o que espero que o outro seja. Reconhecer línguas e culturas outras no material didático e em sala de aula é reconhecer sujeitos produzidos pela e na linguagem, em meio a formações discursivas específicas perpassadas por relações de poder (FOUCAULT, 1970, 1979), e dar espaço para que, no ambiente de ensino, trocas significativas ocorram entre diferentes línguas-culturas, lugar ocupado pelos migrantes e refugiados.

Por meio do ensino do Português como Língua de Acolhimento, vislumbramos possibilidades de engajamento entre línguas maternas e estrangeiras, entre vozes e culturas que se atravessam e se entrelaçam, diferentes modos de ver o mundo que, em contato, (des)organizam o sujeito e contribuem para o estabelecimento de laço social. Na materialização do *Vamos Juntos(as)!*, abrimo-nos ao estranhamento e expomos o aluno ao diálogo com o outro, provocando deslocamentos ao trazermos para o debate sua visão de mundo estimulada a ser compartilhada com perguntas direcionadas a respeito de seus países de origem.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Às duas características basilares de nossa metodologia elencadas até o momento, a pedagogia multilíngue e multinível, acreditamos ser necessário acrescentar um terceiro ponto, a nosso ver, relevante: a grande rotatividade de alunos, que, por serem pessoas em trânsito, fazem com que os cursos voltados a migrantes de crise recebam constantemente novos participantes (CURSINO *et al.*, 2016). Antes de se fixarem em uma cidade, muitos passam por deslocamentos territoriais sucessivos, o que, em certa medida, pode dificultar o acompanhamento regular de um curso de língua. Dessa forma, os impactos da instabilidade territorial quando associados a uma pedagogia multinível podem ser amenizados, já que em um mesmo material contemplamos três níveis distintos de proficiência: Elementar, Básico e Intermediário. Portanto, em uma mesma aula, conseguimos suprir necessidades de alunos distribuídos nesses três cenários de aprendizagem, além de termos unidades independentes, apesar de seguirem a mesma temática do livro. Nesse sentido, cada unidade, prevista para ser aplicada em duas aulas de uma hora e quarenta minutos, permite uma maior flexibilidade em decorrência dos conteúdos que têm um fio condutor comum, mas não são elementos obrigatórios para o acompanhamento das unidades seguintes.

Além disso, apesar de a coleção consistir em quatro volumes, eles não precisam, necessariamente, ser aplicados em sequência – inclusive, por isso não são numerados. Não apenas podem ser utilizados de acordo com os interesses dos alunos e com o que se coloca como premente em suas vidas, como sinalizam nossa preocupação em ajustar a metodologia a um ambiente de ensino com especificidades, tal qual o universo do Português como Língua de Acolhimento.

A situação do trabalho migrante no Brasil

O direito ao trabalho está entre os direitos fundamentais de todo migrante no Brasil, conforme prevê o artigo 6º da Constituição Federal brasileira. O recorte da Unidade 2 – *Eu me informo sobre os direitos trabalhistas no Brasil* – parte de duas premissas: considera que o acesso ao mundo do trabalho é indutor da inclusão social e da cidadania da população migrante

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

na formação social brasileira; assume que os direitos trabalhistas têm diferentes formas e conteúdos a depender do país de origem da pessoa migrante.

De acordo com o Relatório Anual do OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais¹¹⁸, em 2020 foram gerados 23.945 postos de trabalhos para imigrantes no mercado de trabalho formal, com destaque para pessoas haitianas e venezuelanas. No entanto, dados da pesquisa *Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil* (FERNANDES; BAENINGER, 2020), realizada com 2.475 participantes, revelam o cenário de potencial vulnerabilidade que os migrantes enfrentam na inserção no mercado de trabalho brasileiro, principalmente formal, situação agravada pelas circunstâncias envolvidas na pandemia de Covid-19, instaladas desde 2020.

Além de reiterar a heterogeneidade de nacionalidades na população migratória no Brasil – foram 60 países diferentes representados pelos participantes –, a pesquisa mostrou que, dos 2.475 participantes, 1.094 não estavam trabalhando antes da pandemia. A inserção laboral dos migrantes também é marcada pela polarização: em um dos polos, no qual concentra-se a maioria dos participantes da pesquisa, os migrantes se declararam como trabalhadores no ramo de serviços, do comércio, de embelezamento e higiene, de hotelaria, de alimentação; como trabalhadores domésticos e como ambulantes, por exemplo; em outra extremidade, estão as ocupações ligadas à indústria de bens e serviço, como os frigoríficos; por fim, um terceiro polo concentra migrantes que se declararam inseridos em ocupações tais como técnicos de nível médio, professores e dirigentes.

Além disso, ainda que com dados apenas relativos ao universo de participantes – não contemplando, portanto, toda a população migratória brasileira –, a pesquisa confirma a predominância da informalidade como condição do trabalho migrante no Brasil: apenas 47% das respostas consideradas válidas pela pesquisa indicam migrantes com Carteira de

¹¹⁸ Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 05 set. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Trabalho assinada. Em relação aos efeitos da pandemia sobre a inserção da população migrante no trabalho, os dados mostram que aproximadamente metade dos participantes perderam o emprego depois do início da crise sanitária.

A realidade social evidenciada por essa pesquisa reforça a centralidade que tem o acesso digno ao direito ao trabalho pela população migrante, de modo a promover efetiva substantivação da cidadania e justiça social. Em relação à indução à cidadania e à inclusão promovida pelo acesso ao trabalho da população migrante, uma série de iniciativas coadunam ações da academia, sociedade civil e órgãos públicos implicando tanto a produção de conhecimento sobre migração e trabalho como de políticas públicas concretas de transformação social positiva da vida dos sujeitos. Exemplo disso é a própria coleção *Vamos Juntos (as)!*, resultado da parceria entre diferentes universidades e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

A elaboração da Unidade 2 do *Vamos Juntos (as)!* foi orientada pela indicação dos principais casos de atuação do MPT voltada ao trabalho migrante conforme indicado por Lopes (2015) – trabalho indocumentado, tráfico de pessoas para redução à condição análoga à de escravo, aliciamento para trabalho em condições degradantes/de risco no exterior, trabalho na cadeia têxtil, trabalho em frigoríficos, trabalho na construção civil, trabalho doméstico. A Unidade buscou trazer atividades que contemplassem situações linguísticas relacionadas a alguns desses contextos, além de incluir as realidades identificadas pela pesquisa de Fernandes *et al.* (2020): heterogeneidade da população migrante; estratificação e polarização nas ocupações da inserção laboral; e preponderância da informalidade nas situações de trabalho.

Operacionalização de atividades multilíngues e multiníveis em uma perspectiva poscolonial

Considerando, em primeiro lugar, a escassez de materiais didáticos de Português como Língua de Acolhimento e, em segundo, os desafios envolvidos no contexto de ensino para migrantes de crise, dedicamo-nos, em conjunto com um grupo de pesquisadores e professores da área, à produção de uma coleção

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

didática que materializasse saídas para a operacionalização de uma perspectiva poscolonial, multinível e multilíngue no contexto do PLAc. De modo a exemplificar as escolhas feitas e os recursos mobilizados para a coleção, apresentaremos e discutiremos a seguir algumas atividades elaboradas para a Unidade 2, *Eu me informo sobre os direitos trabalhistas no Brasil*.

O trabalho decente

A primeira seção que compõe todas as unidades do material didático, denominada “#partiu”, é considerada um momento de aquecimento, no qual os alunos entrarão em contato com o tema transversal que guiará a discussão da Unidade. Nesse momento, a turma é exposta a debates, em conjunto, sobre questões relacionadas aos Direitos Humanos e aos direitos dos migrantes no Brasil. Retirado de uma cartilha sobre os Direitos Humanos no trabalho, criada pela Companhia Paranaense de Energia, o seguinte texto abre a Unidade 2:

Você já se perguntou o que são direitos humanos?

Os direitos humanos são **direitos básicos** que **todas as pessoas** têm, não importa a nacionalidade, a cor, a raça, a etnia, o sexo, o gênero, a religião ou qualquer outra característica.

Você tem direito à vida, à liberdade de opinião e de expressão, à educação, ao trabalho... a lista é grande.

O que os direitos humanos têm a ver com o seu trabalho?

Os Direitos Humanos devem estar em todas as partes de nossa vida, inclusive no emprego. Quando esses direitos são respeitados no local de trabalho, existe o que chamamos de **trabalho decente** (COPEL *apud* SIGALES-GONÇALVES; PAVAN; VICENTINI, 2020, p. 40, grifos do autor).

Com esse pequeno texto inicial, tínhamos o objetivo de dar início às discussões sobre o que é um trabalho decente, refletindo sobre as implicações de se considerar o trabalho um direito humano. Acreditamos que explorar tal questão em um material didático de ensino de português é fundamental para criarmos uma prática de ensino de língua política e socialmente responsiva

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

(BIZON; DINIZ, 2018; BIZON; CAMARGO, 2018; LOPEZ; DINIZ, 2018). Assim, após uma breve discussão sobre Direitos Humanos no trabalho, apresentamos alguns itens relacionados à temática do trabalho presentes no artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além de a discussão inicial nessa atividade perpassar toda a Unidade, ela envolve toda a turma em uma atividade conjunta (DAVID, 2019) para familiarização com o tema transversal e promove um debate relevante, especialmente por ser um contexto de vulnerabilidade para muitos alunos (LOPES, 2015).

Cabe ressaltar que os estudantes são convidados a tratar do assunto na língua em que se sintam confortáveis, evidenciando a abordagem multilíngue e a operacionalização de uma proposta decolonial, posto que esta “deve procurar o distanciamento dos efeitos de processos de colonização linguística” (MARIANI, 2004 *apud* BIZON; DINIZ, 2019, p. 181-182) e de real acolhimento em línguas (BIZON; CAMARGO, 2018). Nesse sentido, buscamos também “abrir espaço para que o próprio ensino da língua-alvo contribua para a visibilização e valorização de outras línguas, sejam as dos alunos, sejam as faladas nos espaços onde a língua ensinada pode ser a hegemônica” (BIZON; DINIZ, 2019, p. 182).

Na sequência, encadeamos uma atividade (Figura 1), com a turma toda, mais uma vez, sobre o que é considerado um “trabalho decente” no Brasil. Para isso, propusemos o vídeo “O que é trabalho decente?”, do canal do Youtube “Previdência e Trabalho”, no qual os estudantes tomam conhecimento acerca de uma campanha de conscientização do Ministério do Trabalho do Brasil sobre o que é de fato decente em qualquer situação de trabalho. No vídeo de apenas trinta segundos, vemos o que é considerado decente no trabalho, por exemplo: o trabalho com carteira assinada; o respeito à jornada de trabalho, à segurança e à saúde do trabalhador; trabalho com proteção social; entre outros. Por se tratar ainda de uma atividade a ser realizada com o grupo todo de alunos, o vídeo selecionado opera com diferentes recursos semióticos, possibilitando que mesmo aqueles que têm nível de proficiência Elementar consigam acompanhá-lo, por meio de legendas e imagens que ilustram o que está sendo narrado.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 1. Atividade 4: O que é Trabalho Decente?



- 4 Assista ao vídeo “O que é Trabalho Decente?”, publicado na página oficial de divulgação dos vídeos do Ministério do Trabalho do Brasil: o canal “Previdência e Trabalho” do YouTube.



Imagem: freepik.com



Vídeo disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=zGwL2YNe-0gA&list=PLru_pALPkV0-9L-FIQIF0HbIQdyMBRHEO-Qo&index=7

Acesso em: 13 jun. 2020.



- a. O que indica o símbolo ✓, utilizado ao longo do vídeo?
- () trabalhos decentes
 - () trabalhos precários
 - () trabalhos decentes e precários

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 44)

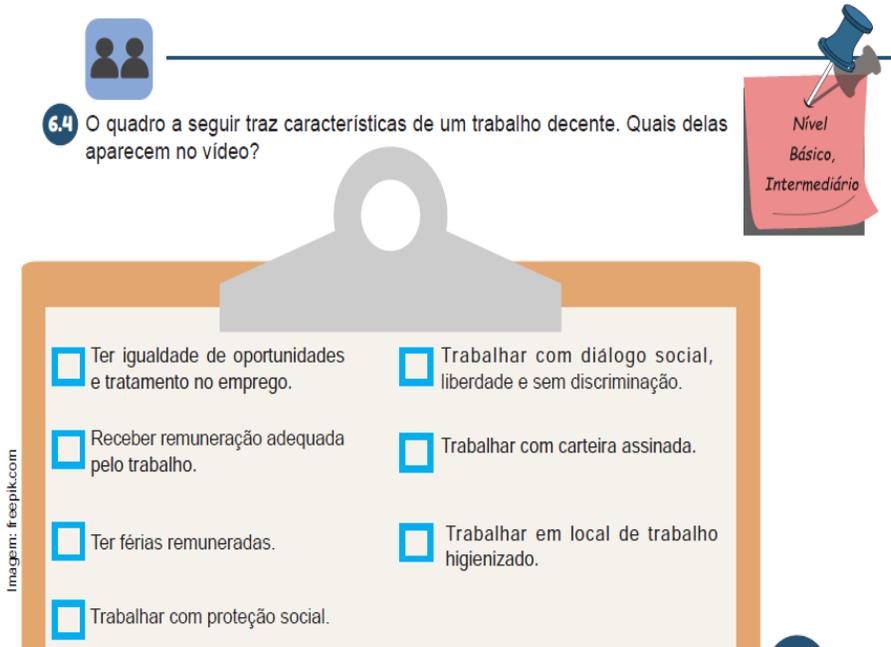
O exercício acima é um exemplo de mobilização de elementos multimodais que aparecem no vídeo a serem interpretados em relação com o que se espera de um trabalho decente. Desse modo, a construção de significados no texto (vídeo) se dá por meio de diferentes modos semióticos que auxiliam na inteligibilidade da narrativa, algo essencial quando pensamos em uma atividade a ser feita por uma turma que apresenta alunos de diferentes níveis de proficiência.

Com essa proposta, um dos objetivos principais, além do estudo e do uso do léxico relacionado ao mundo do trabalho, é apresentar ao estudante migrante as condições adequadas de trabalho no cenário brasileiro, como se pode observar mais claramente nos exercícios 6.4 e 6.5 (Figuras 2 e 3, respectivamente), de forma que ele consiga reconhecer se esses direitos estão sendo cumpridos ou não em suas atuais ou futuras ocupações. O trabalho decente entra em diálogo direto com o que abordamos mais à frente na Unidade sobre o trabalho análogo à

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

escravidão, uma vez que, ao reconhecer seus direitos trabalhistas, conseqüentemente estimulamos o estudante a se atentar a práticas que podem desviar do que é considerado decente e se enquadrar em sistemas de exploração do trabalhador.

Figura 2. Atividade 6.4



6.4 O quadro a seguir traz características de um trabalho decente. Quais delas aparecem no vídeo?

Nível Básico, Intermediário

- Ter igualdade de oportunidades e tratamento no emprego.
- Receber remuneração adequada pelo trabalho.
- Ter férias remuneradas.
- Trabalhar com proteção social.
- Trabalhar com diálogo social, liberdade e sem discriminação.
- Trabalhar com carteira assinada.
- Trabalhar em local de trabalho higienizado.

Imagem: freepik.com

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 47).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 3. Atividade 6.5

- 6.5** Escreva uma legenda para cada uma das fotos a seguir, começando com "Decente é...".

Nível
Básico,
Intermediário

Exemplo:



Decente é trabalhar com os equipamentos de segurança necessários em uma fábrica.

a.



.....
.....
.....

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 48).

Considerando os potenciais diferentes níveis de proficiências dos estudantes em uma sala de aula com migrantes e refugiados, diferentes atividades envolvendo o conteúdo do vídeo foram elaboradas para serem trabalhadas em duplas de acordo com a proficiência (DAVID, 2019). Dando ênfase a uma metodologia multinível, nas atividades 6.4 e 6.5, trabalhamos com a compreensão oral e a produção escrita a partir da interpretação de imagens, respectivamente, para os estudantes de níveis de proficiência Básico e Intermediário. Para os de nível Elementar, sugerimos um trabalho inicial diferente, focalizando o léxico sobre profissões apresentado no vídeo, com o apoio de imagens ilustrativas. Além disso, também apresentamos um exercício de associação de frases para que o aluno, mesmo que não tenha compreendido o vídeo por inteiro, já que apresenta um nível elementar de proficiência linguística, atente-se a alguns pontos principais que dizem respeito às características de um trabalho decente, como se pode visualizar na Figura 4.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 4. Atividade 6.3

6.3 Associe as profissões aos direitos específicos a que elas são relacionadas no vídeo. Se necessário, assista ao vídeo uma terceira vez.

I. empregado(a) doméstico(a)
II. recepcionista
III. operário(a)

() diálogo social
() proteção social
() carteira assinada

Nível Elementar

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 47).

Nessa atividade, portanto, visamos ao estudo e ao uso do léxico relacionado ao mundo do trabalho e também procuramos conscientizar o estudante migrante sobre condições adequadas de trabalho no cenário brasileiro. Adiante, apresentamos outra atividade contida na Unidade, relativa à documentação envolvida no acesso ao direito ao trabalho. Como apontamos anteriormente, a informalidade e a indocumentação são características da inserção laboral do migrante no mercado de trabalho brasileiro, o que mostra a relevância de o material didático, se voltado aos direitos trabalhistas da população migratória no Brasil, explorar atividades sobre a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Tratamos disso a seguir.

A Carteira de Trabalho

Um segundo exemplo que escolhemos para esta exposição foi a seção “A Carteira de Trabalho”, constituída por atividades voltadas para o conhecimento e o acesso à Carteira de Trabalho, documento extremamente importante para a inserção do migrante no mercado de trabalho no Brasil e para a garantia dos direitos trabalhistas.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 5. Atividade 9 – “A Carteira de Trabalho”

 **A CARTEIRA DE TRABALHO**

9 O Direito do Trabalho no Brasil é regulado por uma série de leis, que protegem tanto os brasileiros quanto os migrantes com situação documental regularizada. Dentre elas, está a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), aprovada em 1943 e modificada em diferentes ocasiões desde então. Conforme o artigo 13 da CLT,



A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/lei452.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.



Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 50).

Inicialmente, com os alunos em duplas, propusemos o preenchimento de lacunas de um texto informativo em português sobre a Carteira de Trabalho (Figura 6).

Entretanto, de modo a favorecer a compreensão escrita de todos os estudantes – já que a atividade foi pensada para os três diferentes níveis –, apresentamos a tradução dos textos nas sete línguas presentes na coleção (Figura 7). Além de se tratar de uma atividade multinível, também se apresentou como multilíngue, visto que outro aspecto importante da proposta foi

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

a sugestão de formação de dupla com um colega cuja língua materna fosse distinta. Dessa maneira, o exercício de tradução e de compreensão escrita, por meio do compartilhamento linguístico, poderia ser mais produtivo.

Figura 6. Texto para preenchimento de lacunas sobre a Carteira de Trabalho em português.

Português

Carteira de Trabalho (CTPS)

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), conhecida como “carteira de trabalho”, se parece bastante com um _____. Ela serve como documento de identidade e registra o _____ de sua vida como trabalhador. Em cada emprego que você passar ao longo dos anos, o empregador deve anotar: data de admissão, data de saída, _____ inicial, função, alterações no salário, férias, dentre outros.

Quando você dá a carteira de trabalho a um empregador para assinar, o empregador tem _____ para devolver o seu documento. Ele não pode ficar com sua carteira por mais de 48 horas! A carteira de trabalho é muito importante! Não a deixe rasgar, molhar, sujar, etc. É proibido trocar a fotografia ou alterar anotações na carteira de trabalho.

Para tirar a carteira de trabalho é preciso ter duas fotos _____, um documento de identidade do Brasil (Carteira de Identidade de Estrangeiro – CIE –, ou Protocolo), o seu CPF e um _____ de endereço. Depois, é só levar em um dos postos do MTE (www.mte.gov.br).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Direitos dos trabalhadores – português, 2016, p. 7-8. Disponível em: https://www.trt4.jus.br/portais/media/55805/cartilha-imigrantes-mpt_digital.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 54).

Figura 7. Texto sobre a Carteira de Trabalho em árabe

Unidade 2 Trabalhando e estudando

O texto abaixo, traduzido em diferentes idiomas, dá algumas informações sobre a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Em conjunto com um(a) colega, preferencialmente que fale uma língua diferente da sua primeira língua, leia-o e complete as lacunas do texto em português. Utilize um tradutor online, ou um dicionário bilingue, se necessário.

Árabe

بطاقة العمل (CTPS)

تبدو بطاقة العمل و الضمان الاجتماعي (CTPS) المعروفة باسم "بطاقة العمل" إلى حد كبير مثل جواز السفر وهو بمثابة وثيقة هوية و يسجل تاريخ حياتك المهنية لكل وظيفة (عمل) لديك ، يجب على صاحب العمل أن يكتب : تاريخ القبول في الشركة و تاريخ المغادرة ، وراتب البداية ، و الوظيفة، و تغيير الراتب ، و العطلات وغيرها .
عندما تسلم " بطاقة العمل " إلى صاحب العمل للتوقيع ، أمامه 48 ساعة لإعادة البطاقة لك لا يمكنه الاحتفاظ بالبطاقة لأكثر من 48 ساعة CIE
بطاقة العمل " مهمة جدا ! لا تمزقها ، لا تبللها ، لا توسخها ، إلخ "
يحظر تغيير الصورة و تغيير محتويات بطاقة العمل
لأخذ واستخراج بطاقة العمل تحتاج إلى صورتين 3x4 ، ووثيقة هوية (بطاقة هوية الأجنبي أو بروتوكول) و CPF و إثبات الإقامة ، بعد ذلك يجب أن تذهب إلى موقع MTE
www.mte.gov.br

Tradução feita por Ahmed Freij de texto integrante do seguinte documento: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Direitos dos trabalhadores - português, 2016, p. 7-8. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/portais/media/58806/cartilha-imigrantes-mpt_digital.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 51).

Um aspecto importante dessa atividade, que indica a relevância da abordagem multilíngue e de uma perspectiva poscolonial que opere com as ausências e emergências no ensino de línguas e na concepção de instrumentos linguísticos como os materiais didáticos, é que a Carteira de Trabalho e Previdência Social, enquanto documento central do acesso aos direitos e garantias jurídicas do trabalhador, é elemento que caracteriza o direito ao trabalho no Brasil. Desse modo, tanto na concepção da atividade como em sua própria mobilização em contexto de sala de aula, não se pode estender essa evidência da existência de um documento como a Carteira de Trabalho a todas as realidades jurídicas do repertório de vivências da população migrante – “contraíndo o presente”, nos termos de Santos (2000).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Por isso, em diálogo com uma das premissas que assumimos para a construção da Unidade – a de que os direitos trabalhistas têm diferentes formas e conteúdos a depender do país de origem da pessoa migrante –, os alunos ainda são estimulados a, em momentos específicos, conversarem para estabelecer paralelos entre os direitos trabalhistas no Brasil e em seus países de origem com o objetivo de se informarem e refletirem criticamente sobre esse aspecto, avaliando, comparativamente, realidades distintas.

A formalização do(a) trabalhador(a)

Na seção “A formalização do(a) trabalhador(a)”, considerando a predominância de informalidade como condição do trabalho migrante no Brasil, como apontado anteriormente, propusemos uma atividade que trata das diferenças entre formalidade e informalidade no trabalho. Ainda nessa seção, na atividade 16, abordamos a questão da formalização do trabalhador autônomo como Microempreendedor Individual (MEI) por meio da obtenção de um CNPJ (Figura 8).

Nessas atividades, propusemos discussões em grupo. Nesse momento da Unidade, um grande grupo para o trabalho em conjunto (DAVID, 2019) permitiria a troca de conhecimentos e experiências sobre o tema, bem como possibilitaria que alunos mais avançados auxiliassem novamente alunos com nível de proficiência mais baixo (DAVID, 2019), visto que já teriam conhecimento sobre essa dinâmica de trabalho. As perguntas elaboradas para a discussão envolviam questões específicas sobre a formalização que poderiam orientar a discussão em grupo, tais como o significado de formalização propriamente e as mudanças e as vantagens que a formalização promove.

Figura 8. Atividade 16



- 16 Um(a) trabalhador(a) informal pode se formalizar, para ter acesso a determinados direitos. Leia o texto a seguir a esse respeito e discuta as questões propostas com seus(suas) colegas:

HELOISA
é fotógrafa de casamentos e até o ano passado trabalhava informalmente. Mas isso gerava alguns problemas para assinar contratos com os clientes.

DEPOIS QUE SE FORMALIZOU,
ela passou a ter um CNPJ, emitir nota fiscal, conseguiu investir em equipamentos novos e modernos para fotos mais bonitas. Conseguiu até preços e prazos melhores nos álbuns que entrega.



Saiba mais!

CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) é um número que garante que determinado negócio está registrado nacionalmente. **Nota fiscal** é um documento que registra a realização de qualquer compra / venda de bens ou serviços.

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 61)

Com o intuito de abordarmos aspectos fonético-fonológicos, essa atividade foi desmembrada em duas outras, nas quais a consciência dos sons [s] e [z] foi trabalhada. Diante da intensa migração venezuelana para o Brasil, esse se torna um tópico extremamente relevante, já que, para falantes de espanhol, a distinção fonética entre os dois sons é difícil de ser realizada por conta da inexistência do fonema /z/ nessa língua. Assim, partindo do panfleto e de palavras escritas com “s”, “ss” e “ç”, o aluno deveria preencher uma tabela contrastiva para identificação dos sons [s] e [z] e, posteriormente, a partir da observação empírica, formar as regras, como no exercício abaixo (Figura 9).

Figura 9. Atividade 17

b. Complete as regras abaixo com [s] ou [z].

- A letra “s” entre duas vogais tem sempre o som de [].
- A letra “s” em início de palavra tem sempre o som de [].
- O dígrafo “ss” tem sempre o som de [].
- O “ç” tem sempre o som de [].

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 63).

A denúncia do trabalho escravo ou análogo à escravidão

Um último exemplo interessante a ser apresentado é o da seção “Trabalho escravo ou análogo à escravidão”. Nessa seção, iniciamos com uma proposta de atividade individual, em que o estudante é convidado a ler um gráfico baseado em uma notícia sobre o número de casos registrados de trabalho escravo no Brasil em 2019 (Figura 9). Já que o vocabulário mobilizado é bastante específico, propusemos, inicialmente, uma atividade, para todos os níveis de proficiência, em que os estudantes deveriam associar os setores em que houve ocorrências de trabalho escravo às imagens correspondentes a partir das informações fornecidas pelo gráfico abaixo.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 10. Atividade “Trabalho Escravo ou Análogo à Escravidão”

30 MIN TRABALHO ESCRAVO OU ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

5 MIN

19 Apesar de proibido pela legislação, o trabalho escravo, ou análogo ao de escravo, ainda existe no Brasil. Isso quer dizer que os trabalhadores são submetidos a situações de “trabalho sem dignidade e/ou que retiram a sua liberdade”. Leia o gráfico abaixo, que traz dados nesse sentido:

Nível Elementar, Básico, Intermediário



Adaptado de <https://agenciabrasil.abcc.com.br/boletim-humanoz/noticia/2020-07/brasil-tem-mais-de-mil-pessoas-expostas-ao-trabalho-escravo-em-Acesso-em-23-mai-2020>.

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 64).

Em seguida, introduzimos o gênero denúncia do trabalho escravo ou análogo à escravidão, aspecto extremamente importante em uma Unidade como a proposta. Com base no formulário real do Ministério Público do Trabalho (MPT) para denúncias sobre condições irregulares de trabalho, propusemos a escrita desse gênero. Para isso, ainda em um trabalho individual, cada estudante deveria ler uma denúncia fictícia e, com base nos dados lidos, escrever seu texto. De modo a envolver os diferentes níveis de proficiência nessa atividade, propusemos uma gradação de dificuldade na escrita. Para o nível Elementar, sugerimos o preenchimento do formulário de denúncia de irregularidades trabalhistas inspirado em uma denúncia fictícia

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

feita por telefone (Figuras 10 e 11) que deveria ser, antes, organizada na ordem correta para o aluno conseguir dar prosseguimento à atividade. Trabalhamos, assim, com a modelização do gênero “denúncia” tanto em sua estrutura oral quanto escrita.

Figura 11. Atividades 20 e 20.1



- 20** O Ministério Público do Trabalho (MPT) é o órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista no Brasil. Denúncias sobre condições irregulares de trabalho podem ser feitas ao MPT por meio de ligação telefônica ou de preenchimento de formulário no site do Ministério.

Nas próximas atividades, vamos abordar esse assunto. Ao final das atividades, compare suas respostas às de seus(suas) colegas de turma.

Os(as) alunos(as) com nível Elementar farão as atividades 20.1 e 20.2.

Os(as) alunos(as) com nível Básico farão as atividades 20.3 e 20.4.

Os(as) alunos(as) com nível Intermediário farão a atividade 20.5.

- 20.1** Leia os trechos de uma denúncia feita por ligação telefônica ao MPT e enumere-os de acordo com a seguinte ordem:



1. Cumprimento	5. Detalhes do problema
2. Identificação	6. Pedido de ação
3. Introdução do problema	7. Agradecimento
4. Detalhes do problema	

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- () Trabalho em uma lavoura de café no interior de São Paulo.
- () Obrigada!
- () Boa noite, quero fazer uma denúncia.
- () Por isso, quero formalizar essa denúncia e pedir que tomem providências.
- () Entre 2018 e 2020, meu patrão me obrigou a cumprir uma jornada de serviço muito maior do que combinamos quando assinei o contrato com ele.
- () Além disso, trabalhávamos debaixo do sol por muitas horas seguidas, sem horário para almoço e sem água.
- () Meus colegas de trabalho e eu trabalhávamos até muito tarde todos os dias e não tínhamos tempo para o repouso remunerado. A nossa jornada era muito exaustiva.

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 66).

Figura 12. Atividade 20.2

- 20.2** O campo abaixo foi extraído do formulário de denúncia disponibilizado no site do MPT. Com base nas informações do exercício anterior, denuncie as irregularidades trabalhistas sofridas pelas pessoas que trabalhavam na lavoura de café.



* Irregularidades Trabalhistas (20 caracteres no mínimo):

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, 67).

Dando encaminhamento à gradação de dificuldade, o nível Básico teve como proposta a escrita das irregularidades e do seu período de ocorrência. Para isso, com base no mesmo texto fictício na íntegra, a atividade consistiu no reconhecimento de cada aspecto da denúncia feita por telefone, tais como cumprimento, agradecimento, detalhes do problema, pedido de ação, e posterior preenchimento do formulário escrito. Por fim,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

para o nível Intermediário, além das irregularidades e do período de ocorrência, solicitamos a escrita do local de sua ocorrência, o que demandaria também a compreensão escrita de mais informações. Um relato fictício foi a base para a produção escrita do nível Intermediário (Figura 12).

Figura 13. Atividade 20.5

20.5 Leia o relato de um trabalhador e, em seguida, escreva o que se pede:



- Trabalhei, durante 2018 e 2020, em uma lavoura de café no interior de São Paulo. Meu patrão me obrigou a cumprir uma jornada de serviço muito maior do que combinamos quando assinamos o contrato com ele. Meus colegas de trabalho e eu trabalhávamos até muito tarde todos os dias e não tínhamos tempo para o repouso remunerado. A nossa jornada era muito exaustiva.
- Também trabalhávamos debaixo do sol por muitas horas seguidas, sem horário para almoço e sem água.

Os campos abaixo foram extraídos do formulário de denúncia disponibilizado no site do MPT. Com base no relato que você leu, denuncie as irregularidades trabalhistas sofridas pelas pessoas que trabalhavam na lavoura de café, indicando também o local e o período em que a situação ocorreu.

* Irregularidades Trabalhistas (20 caracteres no mínimo):

* Onde isso acontece? (descreva com detalhes):

* Período da ocorrência das irregularidades:

Fonte: Sigales-Gonçalves, Pavan e Vicentini (2020, p. 69).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Nessa atividade, portanto, nosso objetivo foi propor um trabalho que estimulasse a escrita e, ao mesmo tempo, conscientizasse sobre a existência dessa possibilidade de denúncia do trabalho escravo ou análogo à escravidão, algo extremamente importante em um contexto de vulnerabilidade como o atual, com base no próprio formulário do Ministério Público do Trabalho (MPT) para denúncias sobre condições irregulares de trabalho.

Em suma, procuramos apresentar e discutir exemplos de atividades que foram elaboradas para a Unidade 2, *Eu me informo sobre os direitos trabalhistas no Brasil*, com base nos pressupostos teórico-metodológicos apresentados anteriormente, que materializaram e operacionalizaram uma perspectiva poscolonial, multinível e multilíngue no contexto do PLAc.

Considerações finais

Neste trabalho procuramos apresentar o processo de elaboração da Unidade 2 do volume *Trabalhando e estudando coleção Vamos Juntos(as)!*, intitulada *Eu me informo sobre os direitos trabalhistas no Brasil*, com foco na exposição dos pressupostos teórico-metodológicos que embasaram a construção do material, evidenciando-os por meio de exemplos de atividades retirados da própria Unidade, que tinham como objetivo abordar práticas discursivas e aspectos linguísticos envolvidos na inserção da população migrante no mundo do trabalho. Para tanto, partimos de novas concepções metodológicas de trabalho em salas heterogêneas (DAVID; ABRY, 2018) que, no contexto de PLAc, parecem ser procedimentos significativos a serem adotados tanto pela diversidade de níveis de proficiência contemplados quanto pelas diferentes formações de grupos em sala de aula que estimulam trocas linguístico-culturais, assim como o compartilhamento de conhecimentos.

Ademais, foi possível mostrar o modo como a perspectiva poscolonial, que orientou a construção da Unidade, determinou a seleção e a organização das atividades, inclusive pela abordagem multilíngue e multinível adotada. Por essa mesma

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

perspectiva, calcada na sociologia das ausências – de dilatação do presente – e na sociologia das emergências – de contração do futuro – (SANTOS, 2002), a Unidade foi conduzida pelo reconhecimento e pela valorização das formas sociais de não-existência produzidas pela razão indolente da racionalidade ocidental dominante (SANTOS, 2002), de modo que as atividades buscaram dar existência, no material didático, às heterogeneidades que caracterizam a população migrante no Brasil e, em particular, à população migrante trabalhadora.

Dessa maneira, pensar em materiais didáticos específicos para o ensino de Português como Língua de Acolhimento está além da operacionalização de princípios teóricos. Toca, sobretudo, em um ideal de democratização de ensino politicamente engajado em práticas sociais relevantes para que os estudantes possam exercer seus modos de ser, pensar e agir na sociedade de acolhimento. Acolhimento que, para nós, deve ser construído no contato com o diferente, com o múltiplo e com o plural.

Referências

- ABREU, Ricardo Nascimento. Direito Linguístico: olhares sobre as suas fontes. **A cor das letras (UEFS)**, v. 21, p. 172-184, 2020.
- ANUNCIAÇÃO, Renata Frank Mendonça de; CAMARGO, Helena Rodrigues Esteves de; LOPEZ, Ana Paula de Araújo. Pressupostos teórico-metodológicos de um material didático decolonial, multilíngue e multinível para o ensino de Português como Língua de Acolhimento no Brasil. In: BIZON, Ana Cecília Cossi; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves (Orgs.). **Português como Língua Adicional em uma Perspectiva Indisciplinar**: pesquisas sobre questões emergentes. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021. v. 1. 420p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 02 set. 2021.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 2009.
- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017. DOI: 10.20947/S0102-3098a0017. Disponível em:

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

<https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/887>. Acesso em: 19 set. 2021.

BIZON, Ana Cecília Cossi; CAMARGO, Helena Rodrigues Esteves de Camargo. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. In: BAENINGER *et al.* **Migrações Sul-Sul**. 2 ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp, 2018, v. 01, p. 712-726.

BIZON, Ana Cecília Cossi; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Apresentação - Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens. **Revista X**, v. 13, p. 1-5, 2018.

BIZON, Ana Cecília Cossi; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Uma proposta poscolonial para a produção de materiais didáticos de Português como Língua Adicional. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 43, p. 155-191, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 Edições, [1996] 2000.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. [Entrevista concedida a Baukje Prins e Irene Costera Meijer]. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

CAMARGO, Helena Regina Esteves de. Portas entreabertas do Brasil: narrativas de migrantes sobre políticas públicas de acolhimento. **Revista X**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 57-86, 2018.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; MACEDO, Marília F. R. de. Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020 Disponível em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 05 set. 2021.

CLOCHARD, Olivier. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. **EchoGéo**, v. 2, 2007.

CURSINO, Carla. *et al.* Português Brasileiro para migração humanitária (PBMIH): reflexões linguísticas e pedagógicas para o ensino de PLE em contexto de migração e refúgio. In: RUANO, Bruna Pupatto; SANTOS, Joviana Maria Perin; SALTINI, Lygia Maria Leite (Orgs.). **Cursos de português como língua estrangeira no Celin-UFPR**: práticas docentes e experiências em sala de aula. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

DAVID, Catherine. Perspective actionnelle et différenciation pédagogique en classe de FLE/S: la réalisation d'un journal en ligne dans une classe

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- multilingue et multi-niveaux (A1-B2+). **Didattica Babylonica**, n.1, p. 77-82, 2019.
- DAVID, Catherine; ABRY, Dominique. **Classes multi-niveaux et pédagogie différenciée**. France: Hachette Français Langue Étrangère, 2018.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. **De que amanhã: diálogo**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DINIZ, Leandro Rodrigues Alves; SILVA, Elias Ribeiro da. Remarks on the diversity of theoretical perspectives in language policy research. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, p. 249-263, 2019.
- FERNANDES, Durval; BAENINGER, Rosana (Coords.). **Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa**. 1. ed. NEPO/UNICAMP: NEPO/UNICAMP, v. 1. 2020. 635 p. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/impactos_pandemia/COVID%20NAS%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20INTERNACIONAIS.pdf. Acesso em: 05 set. de 2021.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LAGARES, Xoán Carlos. **Qual a política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.
- LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Migrações, mundo do trabalho e atuação do Ministério Público do Trabalho. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata. (Orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: MPT, 2015.
- LOPEZ, Ana Paula de Araújo; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Iniciativas jurídicas e acadêmicas brasileiras para o acolhimento de migrantes deslocados forçados. **Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira - SIPLÉ**, v. 9, p. 16-28, 2018.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, p. 237-280, out. 2002.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SHOHAMY, Elana. **Language Policy:** Hidden agendas and new approaches. London; New York: Routledge, 2006. Doi: <https://doi.org/10.4324/9780203387962>
- SIGALES-GONÇALVES, Jael Sânera. A noção de deveres linguísticos e sua contribuição para a configuração do Direito Linguístico no Brasil. **Travessias Interativas**, v. 22, p. 256-278, 2020.
- SIGALES-GONÇALVES, Jael Sânera; PAVAN, Louise Hélène; VICENTINI, Monica Panigassi. Unidade 2: Eu me informo sobre os direitos trabalhistas no Brasil. In: BIZON, Ana Cecília Cossi; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves; CAMARGO, Helena Rodrigues Esteves de (Orgs.) **Coleção Vamos Juntos (as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento – Trabalhando e estudando** (Livro do estudante). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/ Unicamp, 2020, p. 38-69.
- SIMON, Gildas. **Géodynamique des migrations internationales dans le monde.** Paris: PUF, 1995.
- SPOLSKY, Bernard. **Language Policy.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.
- RICENTO, Thomas (Ed.). **An Introduction to Language Policy: theory and method.** Malden, USA; Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2006.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas** (UFPEl), v. 5, n. 1, p. 6-39, jan.-jul. 2019
- WRIGHT, Sue. **Language Policy and Language Planning:** from nationalism to globalisation. Hampshire, UK; New York, USA: Palgrave Macmillan, 2003.

CAPÍTULO 18

CARTILHA BILÍNGUE PORTUGUÊS- CRIOULO HAITIANO: DIRETRIZES PARA RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS EM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Cecília Cossi Bizon¹¹⁹
Sudly Amonsén Raphaël Saintil¹²⁰
Verônica Carvalho de Deus¹²¹

¹¹⁹ Docente do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Líder do Grupo de Pesquisa IndisciPLAr (CNPq).

¹²⁰ Graduando em Letras Letras-Habilitação em Português Segunda Língua/Língua Estrangeira, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Bolsista do Projeto Populações Vulneráveis: Português como Língua de Acolhimento para Migrantes e Refugiados

¹²¹ Graduanda em Letras Letras-Habilitação em Português Segunda Língua/Língua Estrangeira, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Bolsista do Projeto Populações Vulneráveis: Português como Língua de Acolhimento para Migrantes e Refugiados.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Ainda que isso não seja percebido pela maioria dos brasileiros, muitos habitantes do País não possuem suficiência em português, seja por serem falantes de línguas indígenas ou estrangeiras, seja por serem analfabetos ou analfabetos funcionais. Nem por isso devem deixar de fazer jus aos direitos devidos a todo cidadão e aos estrangeiros residentes, como prevê a Constituição Federal. Apesar de no Brasil serem faladas cerca de 300 línguas, aqui há de fato total desconsideração pelo caráter multilíngue do país, advinda do fato que as comunidades falantes desses idiomas minoritários – e minorizados – também são estigmatizadas e marginalizadas no âmbito da sociedade brasileira. Muitos dos falantes dessas línguas não falam o português e necessitam de mediação linguística de tradutores e intérpretes para ter acesso a direitos civis.

Sabine Gorovitz (2020)

As considerações de Gorovitz, em epígrafe, delineiam o contexto deste trabalho, cujo objetivo é registrar uma das ações extensionistas do Grupo de Acolhimento em Línguas (GAL) junto ao Centro de Educação Infantil (CEI) Christiano Osório, localizada em Campinas-SP: a tradução comunitária - do português para o crioulo haitiano - de uma cartilha contendo diretrizes para o retorno às aulas presenciais em tempos de pandemia de Covid-19.

O GAL é um coletivo de tradutores e intérpretes comunitários que tem como principal objetivo atuar em políticas de acolhimento e (re)territorialização/inserção de migrantes de crise na cidade de Campinas e região. Iniciado em 2019, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)¹²², o grupo está vinculado aos projetos de pesquisa e extensão *Políticas de línguas e de (re)territorialização para estudantes internacionais, migrantes e refugiados* (Bolsa Auxílio Social- BAS/Unicamp) e *Populações vulneráveis: Português como Língua de Acolhimento para imigrantes e refugiados* (Bolsa Ministério Público/SP), coordenados pela primeira autora deste artigo.

¹²² Para um histórico das ações do GAL – que até 2020 era nomeado como Banco de Tradutores e Intérpretes –, ver Bizon (2020).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Em capítulo que consta deste volume, em que detalham as ações do GAL em conjunto com o CEI Christiano Osório, Bizon e Deus (2021, p.525) esclarecem que,

[t]endo por base que os direitos linguísticos fazem parte dos direitos fundamentais e que a manutenção de barreiras linguísticas podem se configurar como violação dos direitos humanos (ALANEN, 2009; OLIVEIRA; SILVA, 2017; GARCIA; GOROVITZ, 2020; GOROVITZ, 2021), o coletivo busca (i) visibilizar a importância de políticas de *acolhimento em línguas* (BIZON, CAMARGO, 2018) – e não apenas em língua portuguesa – a migrantes de crise e outras minorias que não têm o português como primeira língua, de modo a lhes garantir o pleno acesso a direitos civis e a uma inserção significativa na sociedade local; (ii) desenvolver, no âmbito da Linguística Aplicada Crítica e Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), pesquisas e autoformação que abrangem as (sub)áreas de Português como Língua de Acolhimento em suas diferentes demandas e de Tradução e Interpretação Comunitárias.

A parceria do GAL com o CEI Christiano Osório iniciou-se em 2021, quando, então, a coordenação pedagógica da escola, após conhecer o trabalho do coletivo por meio de matéria jornalística no site da Prefeitura Municipal de Campinas, entrou em contato com sua coordenadora, solicitando auxílio para traduções que ajudassem a mediar as interações presenciais e virtuais da comunidade escolar com as famílias de crianças migrantes matriculadas na escola. O contato e a solicitação iniciais resultaram no já citado projeto *Populações vulneráveis: Português como Língua de Acolhimento para imigrantes e refugiados*.

A seguir, relatamos brevemente o percurso de produção da cartilha.

A cartilha bilíngue português-crioulo haitiano

A produção da cartilha em português com as diretrizes para o retorno às aulas presenciais foi uma iniciativa do CEI Christiano Osório, tendo sido elaborada pela equipe de educadores da escola e ilustrada e diagramada por Rogério L. Fernandes, profissional especialmente contratado para o serviço. Em uma das reuniões do projeto, chegou-se à conclusão de que uma tradução para o crioulo-haitiano seria de fundamental importância, dada a presença de 11 famílias haitianas na instituição, o que, na visão dos docentes e gestores, poderia transformar a qualidade da inserção das crianças migrantes e de seus familiares no ambiente escolar, notadamente em um período sensível de pandemia.

A tradução foi realizada pelo segundo autor deste artigo, que é haitiano, com proficiência escrita e oral em crioulo. Vale dizer que, como licenciando em Letras-Português como Segunda Língua/Língua Estrangeira do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, o estudante já havia cursado duas disciplinas sobre Tradução e estudado, no âmbito do GAL, artigos sobre tradução e interpretação comunitária. A diagramação da cartilha em crioulo haitiano foi feita pela terceira autora deste artigo, graças a sua familiaridade com o uso de editores de imagem e outras ferramentas similares necessárias para o processo de diagramação. Por não ter conhecimentos do crioulo, foi produtivo acionar seu conhecimento de francês, trabalhando com a proximidade entre as duas línguas, de modo a adequar o conteúdo para a nova versão da cartilha. Em momentos de maior dificuldade, entrou em contato diretamente com o tradutor para discutir questões pontuais e resolver outros problemas que foram notados apenas durante a diagramação. Ao longo desse processo, consideramos importante testar a diagramação de duas formas: a cartilha toda em crioulo haitiano e a cartilha trazendo trechos em português seguidos dos mesmos trechos em crioulo haitiano. Solicitamos que membros do GAL e do CEI Christiano Osório avaliassem as duas versões, em termos de clareza e facilidade para leitura. Considerou-se que a versão apenas em crioulo permitia maior fluidez na leitura, contudo, a versão bilíngue era bastante interessante, porque permitia aos

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

leitores haitianos e também brasileiros uma leitura comparativa entre as duas línguas, o que poderia ser um fator de motivação para a aprendizagem dessas línguas. Assim, após todo esse processo, as duas versões da cartilha foram enviadas ao tradutor para uma revisão final e, então, enviadas à escola.

A seguir, disponibilizamos uma amostra da cartilha em sua versão bilíngue. Além disso, inserimos, na íntegra, as versões da cartilha em português e em crioulo-haitiano.

Esperamos que a visibilização desta ação do GAL possa, de alguma forma, inspirar outros grupos de tradutores e intérpretes comunitários. Contudo, frisamos a importância e a urgência de institucionalizar, por meio de políticas públicas federais, a formação de tradutores e intérpretes comunitários e a presença desses profissionais em diferentes áreas de serviços públicos (Polícia Federal, hospitais, escolas, secretarias de Direitos Humanos de municípios, fóruns etc.).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A cartilha bilingue português-crioulo haitiano



CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
SEKRETYARYA MINISIPAL EDIKASYON
PREFEKTI MINISIPAL CAMPINAS

**DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E SANITÁRIAS PARA O RETORNO
ÀS AULAS PRESENCIAIS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
GID PEDAGOJIK E SANITÈ POU RETOU KOU
PREZANSYÈL NAN SANT EDIKASYON ENFANTIL LA**

ORIENTAÇÕES PARA CIÊNCIA OBRIGATÓRIA DA COMUNIDADE ESCOLAR
ORYANTASYON KE KOMINOTE LEKOL LA DWE KONNEN



CAMPINAS, MAIO DE 2021
CAMPINAS, ME 2021



CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA

*"Mas a vida, a vida, a vida
« Men lavi, lavi, lavi,
a vida sá é possível
lavi posib sèlman la ou
reinvantada*
(re)inventar li »
(Trecho do poema "Reinvenção" –
ekstrè powèm « (Re)envansyon » –
Cecília Meirelles)*

Queridas famílias,
Chè fanmi,

Com muito acolhimento convidamos vocês, pais, mães e responsáveis a nos ajudar nesta reinvenção de escola em tempos de pandemia. ede nou nan (re)envante lekòl la nan tan pandemi an.

Este material tem a finalidade de orientar e dar ciência aos protocolos do Materyèl sa gen kòm objektif pou oryante w e fè w pa de pwotokòl Departman de Vigilyans Sanitè (DEVISA) e procedimentos pedagógicos pensados Depatman Viljans Sanitè (DEVISA) ak pwosede pedagojik, ke ekip la panse pela equipe e aprovados pelo Conselho de Escola. Ele é uma parte do que será nossa e ki jwenn apwovasyon Konsèy lekòl la. Li se yon pati de sa ki pral reinvenção. A outra parte será vivida no cotidiano, entre os acertos do planejamento e o diálogo (re)envansyon nou an. Lok pati », nou pral viv li nan kòtidyè nou, nan sa ki reyisi fèt jami que resultará em adequações. Em um movimento de constante planejar-dialoqar-sa ki te planifye ak adaptasyon ki pral genyen nan dialòg. Nan yon mouvman konstan kote replanejar que é inerente ao processo educativo.

ke n ap planifye/dialoqe/replanifye ki fè pati pwosesis edikatif la menm.

Sabemos que os tempos estão difíceis para todos e todas, lidamos com tristezas, perdas, desemprego, doença, entre tantos problemas... Por outro lado, encontramos afetos pèt, chomaj, maladi nami anpil lòt pwoblèm... nan yon lòt kote, nou jwenn afeksyon e gestos que nos fortalecem e nos inspiram a continuar firmes e com esperança.

ak jes ki fòtifye nou e enspire nou pou nou kontinye fè m e ak esperans.

Por isso, mais do que nunca, precisamos uns dos outros! Com essa ideia central Pou sa a, plis ke jamé, len bezwen lòt ! Ak ide santral sa a, enviamos este material a vocês, com a aposta de que a parceria e confiança entre a família nou voye materyèl sa pou ou, ak lesipwa ke patenarya ant lekòl la e a escola se torne ainda mais forte nesse tempo em que estamos tão fragilizados e que ak fanmi yo pral vin anko pi fò nan tan sa ke nou si tèlman frajilize e que precisamos uns dos outros.

len bezwen lòt.

Vamos, de mãos dadas, construir esta reinvenção?
Ann konstwi, men nan men, (re)envansyon sa a ?



A cartilha em português



CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E SANITÁRIAS PARA O RETORNO
ÀS AULAS PRESENCIAIS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

ORIENTAÇÕES PARA CIÊNCIA OBRIGATÓRIA DA COMUNIDADE ESCOLAR

CAMPINAS, MAIO DE 2021



CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA

*"Mas a vida, a vida, a vida
a vida só é possível
reinventada"*
(Trecho do poema "Reinvenção" –
Cecília Meirelles)

Queridas famílias,

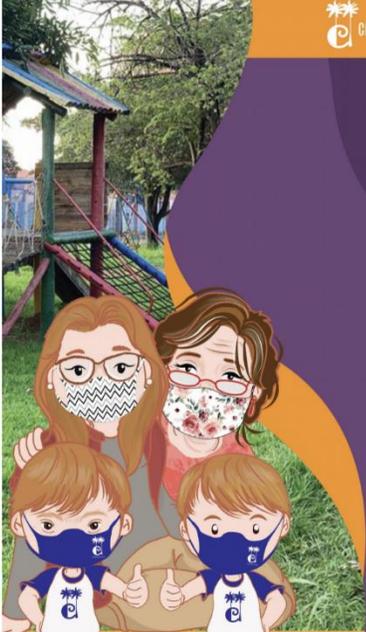
Com muito acolhimento convidamos vocês, pais, mães e responsáveis a nos ajudarem nesta reinvenção de escola em tempos de pandemia.

Este material tem a finalidade de orientar e dar ciência aos protocolos do Departamento de Vigilância Sanitária (DEVISA) e procedimentos pedagógicos pensados pela equipe e aprovados pelo Conselho de Escola. Ele é uma parte do que será nossa reinvenção. A outra parte será vivida no cotidiano, entre os acertos do planejado e o diálogo que resultará em adequações. Em um movimento de constante planejar-dialogar-replanejar que é inerente ao processo educativo.

Sabemos que os tempos estão difíceis para todos e todas, lidamos com tristezas, perdas, desemprego, doença, entre tantos problemas... Por outro lado, encontramos afetos e gestos que nos fortalecem e nos inspiram a continuar firmes e com esperança.

Por isso, mais do que nunca, precisamos uns dos outros! Com essa ideia central enviamos este material a vocês, com a aposta de que a parceria e confiança entre a família e a escola se torne ainda mais forte nesse tempo em que estamos tão fragilizados e que precisamos uns dos outros.

Vamos, de mãos dadas, construir esta reinvenção?



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

I - ORIENTAÇÕES QUANTO AOS PROTOCOLOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Desde a visita do DEVISA na escola, no dia 23/12/2020, realizamos uma série de adequações. Dentre elas, destacamos: colocamos toalheiros e saboneteiras em todos os bebedouros e banheiros e suporte para álcool gel em todos os ambientes da escola; todas as cortinas foram retiradas; colocamos totens personalizados de álcool gel na entrada da escola; providenciamos cestos de lixo com tampa e pedal em todos os ambientes da escola; fixamos os ventiladores com a ventilação direcionada para a janela; demarcamos com sinalização o distanciamento na entrada do CEI; organizamos o refeitório de forma a retirar as cadeiras excedentes e deixar apenas as que serão utilizadas; retiramos as cadeiras excedentes das demais mesas de adultos e crianças do CEI, deixando espaços de distanciamento entre elas; fizemos desenhos personalizados que contêm imagens de crianças, bebês e famílias e mensagens pictóricas de higiene, para comunicar melhor com nossas crianças; afixamos cartazes plastificados; entregamos um kit de máscaras de tecido e uma face shield para cada educador do CEI; higienizamos os brinquedos e os espaços; realizamos formações com a equipe educativa, funcionárias da limpeza, cozinha e zeladoria; compramos materiais de higiene (sabonete líquido, papel toalha, álcool gel 70° para higienização das mãos, álcool líquido 70° para limpeza de superfícies, termômetro sem contato, água sanitária, luvas descartáveis, tapete sanitizante, avental descartável). Tudo isso para garantir a segurança das crianças, famílias e equipe da escola.

Na próxima página veremos quais ações serão de responsabilidade das famílias:



DEVISA

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



USAR A MÁSCARA CORRETAMENTE, COBRINDO NARIZ E BOCA E BEM AJUSTADA NO ROSTO. NÃO ABAIXAR A MÁSCARA PARA FALAR OU RESPIRAR;



LAVAR AS MÃOS (ADULTOS E DAS CRIANÇAS) NA HORA DA ENTRADA DA ESCOLA. UTILIZAR O ÁLCOOL GEL SEMPRE QUE FOR NECESSÁRIO OU NA IMPOSSIBILIDADE DE LAVAR AS MÃOS;



MANTER DISTÂNCIAMENTO FÍSICO DE UM METRO E MEIO;

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



4

MEDIR A TEMPERATURA NA HORA DA ENTRADA E IMEDIATAMENTE PROCURAR AVALIAÇÃO MÉDICA CASO A TEMPERATURA DA CRIANÇA OU FAMILIAR FOR MAIOR QUE 37,8°;

5

COMUNICAR A ESCOLA CASO A CRIANÇA OU PESSOA QUE RESIDA NA MESMA CASA DA CRIANÇA ESTEJA COM COVID-19. QUANDO ISSO ACONTECER, RESPEITAR O PERÍODO DE LICENÇA MÉDICA PARA RETORNAR A FREQUENTAR PRESENCIALMENTE. O RETORNO ESTARÁ CONDICIONADO AO ATESTADO DE LIBERAÇÃO MÉDICA;

6

QUANDO A CRIANÇA APRESENTAR ALGUM SINTOMA NA ESCOLA, FORNECEREMOS UM ENCAMINHAMENTO IMPRESSO, SOLICITANDO AVALIAÇÃO MÉDICA. A CRIANÇA SÓ PODERÁ FREQUENTAR PRESENCIALMENTE COM APRESENTAÇÃO DO ATESTADO MÉDICO AUTORIZANDO,



Sintomas possíveis: febre, calafrios, dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza (nariz escorrendo ou entupido), perda ou alteração de paladar e/ou olfato, diarreia, rinorreia (fluxo aquoso escorrendo pelo nariz).

7

ORGANIZAR A ROTINA FAMILIAR DE FORMA QUE, PREFERENCIALMENTE, A MESMA PESSOA LEVE E BUSQUE A CRIANÇA NA ESCOLA;

8

BUSCAR IMEDIATAMENTE A CRIANÇA QUANDO RECEBEREM NOSSO TELEFONEMA COMUNICANDO QUE SEU FILHO/SUA FILHA ESTÁ COM SINTOMAS DE COVID-19. LEMBREM-SE QUE É NECESSÁRIO MANTER A ATUALIZAÇÃO DOS NÚMEROS DE TELEFONE. A CRIANÇA QUE APRESENTAR SINTOMAS NA ESCOLA PERMANECERÁ EM LOCAL ISOLADO ATÉ QUE A FAMÍLIA VENHA BUSCÁ-LA. COMUNICAREMOS OS ÓRGÃOS DE SAÚDE RESPONSÁVEIS SOBRE CADA CRIANÇA OU EDUCADOR(A) QUE APRESENTAR SINTOMAS. SE HOUVER CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS NA MESMA TURMA, PODERÁ OCORRER A SUSPENSÃO DE ATENDIMENTO TEMPORÁRIO, A SER DEFINIDO PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



CEI CRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA

II - ORIENTAÇÕES QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Diante da possibilidade de um retorno presencial a partir do mês de abril de 2023, o grupo de educadoras do CEI Cristiano Osório de Oliveira fez um exercício de reflexão para planejar, organizar e traçar como será a prática cotidiana do CEI. Pensamos nas questões que envolvem o acolhimento, a criação dos vínculos afetivos, a rotina, a ambientação das crianças e famílias a partir dos protocolos exigidos pela Vigilância Sanitária. Desta forma, refletimos e formulamos procedimentos que, adequados às restrições sanitárias, se aproximam das nossas práticas anteriores e, ao mesmo tempo, respeitem os direitos das crianças e os princípios da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Campinas.

A seguir, elencamos como será nosso "novo" cotidiano no período de pandemia:



1 Acolhimento:

- O acolhimento inicial das crianças e famílias será dividido para que possamos ter a garantia de apresentar a escola e os protocolos de retorno e fazer a ambientação das crianças neste novo contexto do CEI.
- Para as crianças que usam chupetas, pediremos que a família deixe uma exclusivamente na escola, com um porta-chupeta e nós faremos a higienização diária dessa;
- Recomendaremos que as crianças e bebês não tragam seus objetos de apego/segurança, porém caso a criança tenha muita dificuldade em permanecer na escola sem esses, conversaremos individualmente com as famílias para encontrarmos uma saída adequada do ponto de vista sanitário.



CEI CRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA



Entrada, saída, permanência e comunicação:

- Entrada e saída das crianças com UMA pessoa da família pela lateral direita (sentido parque de baixo) para crianças do Ag I e pela lateral esquerda (sentido Canteiro da natureza) para crianças do Ag II. Nos dias de chuva, todos entrarão pela porta principal, cada turma no seu horário, e posteriormente o piso será higienizado;



(Entrada dos bebês do Agrupamento I)



(Entrada das crianças do Agrupamento II)

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



- As entradas e saídas dos adultos e crianças serão orientadas através de pezinhos pintados no chão da escola. Teremos pezinhos vermelhos e azuis. Os azuis guiarão as turmas de Ag I e os vermelhos, as turmas de Ag II;
- Horários de entrada: das 7h às 7h 15
- Horários de saída: das 10h45 às 11h
- Período de permanência na escola será de 4 horas;
- Haverá revezamento semanal das crianças para evitar aglomeração. Dividiremos as crianças por grupos, conforme a porcentagem de frequência recomendada para cada turma. As professoras comunicarão antecipadamente a composição dos grupos que será identificado por cores;
- Cada grupo de crianças frequentará o CEI durante uma semana corrida;



- A porcentagem de crianças que irão frequentar a escola dependerá da Fase em que se encontra a pandemia, portanto, reorganizaremos os grupos sempre que houver necessidade.
- Caso a família que optou não levar presencialmente sua criança mude de opção, é necessário comunicar a professora antecipadamente;
- Na hora da entrada é necessário que as famílias lavem as mãos das crianças em pias na área externa. O lavatório do AgI estará próximo ao parque de baixo e a pia do AgII, no cantinho da Natureza. Nas turmas dos Agrupamentos I, enquanto não tiver pia, as educadoras lavarão as mãos das crianças;
- As famílias deverão retirar os sapatos das crianças e nós colocaremos os sapatos que ficarão exclusivamente na escola;
- É necessário que as famílias enviem um kit de roupas, fraldas, lençóis e toalhas para ficar na escola, com entrega às segundas e quintas-feiras;
- Cada família deverá trazer 2 lençóis e 2 toalhas por semana;
- Todo dia enviaremos as roupas sujas para famílias em sacos plásticos descartáveis que a escola providenciará;



(Pia no Cantinho da Natureza do Agrupamento II)

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



CEI CRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA

- Um educador de cada turma ficará responsável pela higienização das mochilas, as quais chegarão às segundas-feiras e permanecerão na escola durante toda semana;
- A equipe de educadores fará a troca de sapato na entrada e, para quem vem de transporte público, também a troca de roupas;
- Estimularemos de forma lúdica o uso de máscaras para as crianças acima de 2 anos de idade e solicitaremos que as famílias também façam a estimulação;
- Pediremos 3 máscaras por dia para cada criança acima de 2 anos de idade e dois sacos, um para guardá-las e um para colocá-las após a utilização;
- As famílias deverão escrever o nome da criança e da turma em roupas, máscaras, calçados, lençóis e toalhas.
- Em relação à comunicação, utilizaremos os canais online: WhatsApp, Facebook,
- Canal do YouTube e enviaremos comunicados impressos avulsos. Neste momento não utilizaremos caderno de recados.



Interações das educadoras com as crianças e uso de EPIs:

- Para garantirmos a segurança durante os deslocamentos e as interações com as crianças, realizaremos as seguintes ações:
- Permaneceremos de máscara o tempo todo, e avental e face shield sempre que recomendado. A troca de máscaras dos educadores será a cada 2-3 horas.



CEI CRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA

- Trocaremos o avental sempre que necessário;
- Lavaremos as mãos o maior número de vezes e sempre que houver necessidade;
- Quando não for possível lavar as mãos, utilizaremos álcool gel 70%.



Alimentação:

- No café, almoço e água dos bebês dos Agrupamentos I, cada educadora terá sempre os mesmos dois bebês para levar ao refeitório e auxiliá-los na alimentação e higiene, dar água e mamadeira;
- No café e almoço das crianças dos Agrupamentos II, uma educadora auxiliará as crianças a retirar as máscaras, outra a lavar as mãos e se sentar no refeitório. No retorno do refeitório, uma educadora auxiliará a lavar as mãos e bocas e outra a colocar as máscaras limpas;
- Uma cozinheira ficará no refeitório para auxiliar no que for preciso e retirar os pratos das mesas após as refeições;
- A equipe da cozinha providenciará diariamente uma jarra de água, uma caixa com tampa contendo copos limpos e outra caixa para colocar copos usados. Todos os copos serão colocados para lavar após o uso e, a cada uma hora, uma cozinheira passará nas salas para retirar os copos usados.



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

HIGIENIZAÇÃO



- Para facilitar a higienização dos brinquedos do parque, cada turma usará um espaço de parque por semana, como temos 6 turmas, fizemos as divisões em 6 espaços:



PARQUE DE BAIXO
(FUNDO DAS TURMAS DE AGRUPAMENTO 1)



PARQUE DO MEIO
(CASINHA TARZÁ)



PARQUE DE CIMA
(BRINQUEDO NOVO)



ESPAÇO EXTERNO DA CASINHA
(COM JIPE E BALANÇAS)



CANTINHO DA NATUREZA



PÁTIO DAS MOTOSAS

- Os brinquedos de parque serão higienizados se forem utilizados pelas crianças.
- Avaliaremos a possibilidade de uso conforme a quantidade de crianças que frequentarão presencialmente.
- Troca de avental toda vez que der banho, trocar fraldas e/ou tiver contato com secreções das crianças;
- A equipe de limpeza realizará os protocolos de higienização dos espaços conforme as orientações do DEVISA;
- Trocadores e cubas serão higienizadas pelas educadoras antes e após o uso;
- A equipe de limpeza higienizará os colchões após o uso deles;
- A equipe de limpeza higienizará os locais dos deslocamentos das crianças após o final do período de permanência na escola;
- Cabe às famílias lavar a roupa e/ou uniforme das crianças diariamente e, ao chegar em casa, retirá-los imediatamente.

6

Brinquedos, brincadeiras e interações:

- Faremos kits de brinquedos e materiais para cada criança, dispostos em locais individuais (nicho) e vedados em sacos plásticos (tipo "Ziploc");
- Estes brinquedos e materiais não deverão ser compartilhados entre as crianças;
- Os brinquedos serão higienizados diariamente pela equipe educativa;
- Os brinquedos que não poderão ser lavados ou higienizados, não serão utilizados nesse período de pandemia (exemplo: pelúcias e brinquedos de tecido);
- Para higienização correta dos brinquedos, seguiremos os protocolos disponibilizados pelo DEVISA (Caderno 6 - anexo 3).



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



7

Educação inclusiva:

Para o retorno presencial necessitaremos:

- Identificar junto à equipe escolar as possíveis barreiras para o acesso da criança aos protocolos sanitários;
- Solicitar ou organizar os recursos humanos e materiais para o apoio à criança quando necessário;
- Utilizar pistas visuais no CEI para favorecer a compreensão das medidas de segurança sanitária;
- Elaborar vídeos para apresentar às crianças e famílias como a equipe estará com os EPis;
- Alternar as semanas de rodízio das crianças, público-alvo de Educação Especial, para favorecer a organização de apoios e das células de segurança sanitárias;
- Planejar o retorno em conjunto com as famílias;
- Analisar junto com a equipe de educadores, família e terapeutas, estratégias para favorecer o atendimento presencial de crianças que apresentam hipersensibilidade ao uso de máscaras, como ocorre em algumas crianças com autismo;
- Organizar o trabalho da professora de Educação Especial de modo que haja menor rotatividade entre as escolas que compõe o bloco no mesmo dia;
- Realizar as reuniões com os serviços intersetoriais que atendem as crianças, público-alvo da Educação Especial, prioritariamente de forma virtual.



III – PERGUNTAS E RESPOSTAS

O RETORNO PRESENCIAL DAS CRIANÇAS É OPCIONAL?

- SIM, AS FAMÍLIAS OPTARÃO PELO RETORNO PRESENCIAL À ESCOLA.

QUEM OPTAR POR NÃO ENVIAR A CRIANÇA PRESENCIALMENTE PERDERÁ A VAGA?

- NÃO, A VAGA ESTÁ GARANTIDA.

AS AÇÕES MITIGADORAS DE MANUTENÇÃO DE VÍNCULOS CONTINUARÃO OCORRENDO DE FORMA ONLINE?

- SIM, DAREMOS CONTINUIDADE AS INTERAÇÕES PARA AS CRIANÇAS QUE NÃO RETORNAREM PRESENCIALMENTE.

AS CRIANÇAS PODERÃO FREQUENTAR A ESCOLA NA SEMANA EM QUE NÃO FOR A DO SEU GRUPO?

- PARA GARANTIA DE UMA PERMANÊNCIA ADEQUADA A TODAS AS CRIANÇAS, INFELIZMENTE NÃO PODEREMOS ABRIR EXCEÇÕES.

AO SEGUIRMOS TODOS OS PROCEDIMENTOS E PROTOCOLOS HAVERÁ GARANTIA DE NÃO CONTÁGIO DA COVID-19?

- NÃO HÁ COMO GARANTIR 100%. ALEM DISSO, A ESPECIFICIDADE DA NOSSA FAIXA ETÁRIA REQUER UM MAIOR CONTATO FÍSICO, COM COLO E INTERAÇÕES ENTRE CRIANÇAS E ADULTOS. POR ISSO, TEREAMOS QUE REDOBRAR A ATENÇÃO AOS SINTOMAS E CUMPRIR TODAS ESTAS ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS.



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA ESCOLA

TELEFONE DA ESCOLA: (19) 3289-1507

EMAIL: cei.cristianodeoliveira@educa.campinas.sp.gov.br

PÁGINA DO FACEBOOK: **CEI CRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA**
<http://www.facebook.com/Cei-Christiano-Os%C3%B3rio-Oliveira-111301843970979/>

CANAL DO YOUTUBE: **CEI CRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA**
<http://www.youtube.com/channel/UC4EWLbog5MQUpvSIFrs6Jaw>

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA SAÚDE

PÁGINA NOVO CORONAVÍRUS COVID-19 – CAMPINAS:
<http://covid-19.campinas.sp.gov.br/>

ACESSO AO CADERNO 6 DO DEVISA:
<http://covid-19.campinas.sp.gov.br/protocolos-sanitarios>



CEI CRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA



Vamos nos
reinventar de mãos
dadas e com coragem



"O correr da vida embrulha tudo.

*A vida é assim: esquentada e esfria,
aberta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.*

O que ela quer da gente é coragem"

(Trecho do livro "Grande sertão Veredas" –
Guimarães Rosa)

Novos desafios com o retorno presencial estão por vir e sabemos que teremos adequações ao colocar estas propostas em prática. Acreditamos que um retorno presencial possível só ocorrerá com o comprometimento de cada um e cada uma – familiares e equipe educativa – através de uma relação de diálogo, acolhimento, união e confiança mútua.

Para um comprometimento coletivo, entregaremos esta cartilha contendo os procedimentos e, no recebimento dessa, a família assinará um termo de compromisso para cumprimento dos protocolos/procedimentos aqui descritos.

Vamos lá, juntos e juntas e com coragem!



A cartilha em crioulo haitiano



CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
SEKRETARYA MINISIPAL EDIKASYON
PREFEKTI MINISIPAL CAMPINAS

CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA

**GID PEDAGOJIK E SANITÈ POU RETOU KOU
PREZANSYÈL NAN SANT EDIKASYON ENFANTIL LA**

ORYANTASYON KE KOMINOTE LEKOL LA DWE KONNEN

CAMPINAS, ME 2021



CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA

« Men lavi, lavi, lavi,
lavi posib sèlman lè ou
(re)envante li »
(ekstrè powèm « (Re)envansyon » -
Cecilia Meirelles

Chè fanmiy,

Ak anpil akèy, mwen envite nou, papa, manman ak responsab yo pou ede nou nan (re)envante lekòl la nan tan pandemi an.

Materyèl sa gen kòm objektif pou oryante w e fè w pa de pwotokòl Depatman Vijilans Sanitè (DEVISA) ak pwosede pedagogik ke ekip la panse e ki jwenn apwovasyon Konsèy lekòl la. Li se yon pati de sa ki pral (re)envansyon nou an. Lòt pati a, nou pral viv li nan kotidyen nou, nan sa ki reyisi fèt pami sa ki te planifye ak adaptasyon ki pral genyen nan dyalòg. Nan yon mouvman konstan kote ke n'ap planifye/dyaloge/replanifye ki fè pati pwosesis edikatif la menm.

Nou konnen ke tan yo difisil pou nou tout, n'ap jere tristès, pèt, chomaj, maladi pami anpil lòt pwoblèm... nan yon lòt kote, nou jwenn afeksyon ak jès ki fòtifye nou e enspire nou pou nou kontinye fèm e ak esperans.

Pou sa a, plis ke jamè, len bezwen lòt ! Ak ide santral sa a, nou voye materyèl sa pou ou, ak lespwa ke patenarya ant lekòl la ak fanmi yo pral vin ankò pi fò nan tan sa ke nou si tèlman frajilize e que len bezwen lòt.

Ann konstwi, men nan men, (re)envansyon sa a ?



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

I - ORYANTASYON POU SA KI GEN POU WÈ AK PWOTOKÒL VIJILANS SANITÈ

Depi vizit DEvisa nan lekòl la , nan jou ki te 21 /12/2020, nou reyalize yon seri adapasyon. Pami yo, nou kapab site : nou mete sipò pou mete sèvyèt an papye ak savon nan tout kote pou moun bwè dlo ak twalèt ansanm ak sipò pou alkòl jèl nan tout anviwònman lekòl la ; nou retire tout rido yo ; nou mete sipò pèsonalize pou resewva alkòl jèl nan rantrè lekòl la ; nou mete poubèl ki gen kouvéti ak pedal nan tout anviwònman lekòl la ; nou fikse vantiltè yo yon fason pouvan pran direksyon fenèt la ; nou demake ak sinyalizasyon distans nan rantrè CEI a ; nou òganize refektwa yon fason pou retire chèz ki anplis epi kite sa yo ki pral itilize yo sèlman ; nou retire chèz ki anplis nan lòt tab granmoun ak timoun CEI a, pandan nou kite espas antre yo ; nou fè desen pèsonalize ki gen imaj timoun, bebe ak fanmiy san konte mesaj sou kesyon ijyèn sou fòm desen pou kapab kominike pi byen ak timoun nou yo ;nou fikse afich plastifye ; nou remèt kit mask ki fèt ak twal ak yon face shield (pwoteksyon pou vizaj) pou chak pwofesè CEI a ; nou ijyenize jwèt yo ak espas yo ; nou reyaize fòmasyon ak ekip edikatif , fonksyonè netwayaj, kwizin ak jeran ; nou achte materyèl ijyèn (savon likid, sèvèt an papye, alkòl jèl 70 degre pou ijyenize men, alkòl likid pou netwaye sipèfisi, tèmomèt san kontak, klòwòks, gan jetab, tapèt dezenfektan, tabliye jetab) . Tou sa pou garanti sekirite timoun yo , fanmiy yo ak ekip lekòl la.



DEvisa
DEPTAMAN VIJILANS SANITÈ



1 ITILIZE MASK LA KORÉKTEMAN, PANDAN N'AP KOUVRI NEN AK BOUCH NOU EPI BYEN AJISTE LI NAN VIZAJ NOU. PA DESANN MASK LA POU PALE OUBYEN POU RESPIRE ;



2 LAVE MEN YO (GRANMOUN AK TIMOUN) LÈ N'AP RANTRÈ NAN LEKÒL LA. ITILIZE ALKÒL JÈL CHAK FWA KE NOU PANSE LI NESESÉ OUBYEN LÈ LI ENPOSIB POU NOU LAVE MEN YO ;



3 KENBE YON DISTANS FIZIK 1 MÈT EDM ;

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

 CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA

4

MEZIRE TANPERATI NAN LÈ ANTRÉ EPI CHACHE EVALYASYON MEDIKAL TOU SWIT SI TANPERATI TIMOUN NAN OUBYEN FANMIY LI PIFÒ KE 37,8 DEGRE ;

5

ENFÔME LEKÒL LA SI TIMOUN OUBYEN MOUN KI RETE NAN MENM KAY AK TIMOUN NAN GENYEN COVID-19. LÈ SA RIVE, RESPEKTE PERYÒD LISANS MEDIKAL LA POU RETOUPEN FREKANTE PREZANSYÈLMAN. RETOU A AP POSIB SÈLMAN SI OU PREZANTE SÈTIFIKA MEDIKAL KI PWOUVE KE W ABILITE POU W RETOUPEN ;

6

LÈ TIMOUN NAN PREZANTE KÈK SENTOM NAN LEKÒL LA, NOU BAY YON RANDEVOU ENPRIME, KI SOLISITE EVALYASYON MEDIKAL. TIMOUN NAN AP KAPAB FREKANTE PREZANSYÈLMAN SÈLMAN SI LI PREZANTE YON SÈTIFIKA MEDIKAL KI OTORIZE SA A ;

 CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA



Sentom ki posib yo : fyèb, fredj, gòj fè mal, tèt fè mal, tous, nen koule oubyen nen bouche, pèt gou bouch oubyen gou bouch ou chanje, dyare, elatriye.

7

ÒGANIZE ROUTIN FANMIY LAN YON FASON POU KE, PREZANSYÈLMAN, MENM MOUN NAN MENNEN È ALE CHACHETIMOUN NAN LEKÒL LA ;

8

CHACHETIMOUN NAN IMEDYATMAN LÈ OU RESEVWA APÈL KI ENFÔME W KE PITIT GASON / PITIT FIOU GEN SENTOM COVID-19. RAPLE W KE LI NESESÈ POU TOUJOU AKTYALIZE NIMEWO TELEFÒN OU YO. TIMOUN NAN KI PREZANTE SENTOM YO NAN LEKÒL LA AP RETE NAN YON LOKAL IZOLE JISKASKE FANMIY LI VINI CHACHE LI. N'AP KOMINIKE BAY ÒGAN SANTE KI RESPONSAB CHAK TIMOUN OUBYEN EDIKATÈ KI PREZANTE SENTOM. SIGEN KA SISPÈK OUBYEN KA KONFIME NAN YON MENM KLAS , LI KA RWE KE GEN SISPANSYON NAN AKTIVITE YO POU YON TITAN KE ÒGAN YO KI KONPETAN POU SA PRAL DEFINI.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



II - ORYANTASYON POU SA KI GEN POU WÈ AK TRAVAY PEDAGOGIK

Fas a posibilite yon retou prezansyèl a pati mwa avril 2021, gwoup edikatè CEI Christiano Osório de Oliveira te fè yon egzèsis refleksyon pou planifye, òganize epi trase kòman pratik kotidyen yo pral ye nan CEI a. Nou panse nan kseyon ki gen pou wè ak akèy, kreyasyon lyen afektif, woutin nan, metetimoun yo ak fanmi yo nan anviwònman lekòl la a pati pwotokòl ke vijilans sanité egzije. Nan fason sa a, nou reflechi e fòmile pwosede ki, lè yo adekwa a restriksyon sanité yo, rapwoche a pratik anvan nou yo epi, nan menm tan, respekte dwa timoun yo e prensip edikasyon enfantiy Sekreté Minisipal Edikasyon Campinas.

Nou pral liste kòman nouvo kotidyen nou pral ye nan peryòd pandemi an :



1 Akèy :

- Akèy inisyal timoun yo ak fanmiy yo pral divize pou nou ka gen garanti ke nou prezante lekòl la ak pwotokòl retou epi aloje timoun yo nan nouvo kontèks CEI a ;
- Pou timoun ki itilize choupèt, nou pral mande ke fanmiy lan kite yonn nan lekòl la nan tout bwat li epi nou va fè ijyenizasyon li chak jou ;
- Nou pral rekòmande ke timoun ak bebe yo pa pote objè ke yo gen atachman/sekirite , men si timoun nan gen difikilte pou li rete nan lekòl la san yo, nou va pale pèsònèlman ak fanmiy yo pou nou rankontre yon pòt sòti adekwa pou sa ki gen pou wè ak kesyon sanité.



Rantre, sòti, pèmanans ak kominikasyon :

- Rantre ak sòti timoun yo ak yon moun nan fami an sou bò dwat (nan sans pak ki anba a) pou timoun Ag I epi sou bò goch (sans Ti kwen nati a) pou timoun AgII. Lè lapli ap tonbe, tout moun pral rantre nan pòt prensipal la, chak klas nan lè pa yo epi atè a pral ijyenize aprè ;



(Rantre bebe agwoupman I)



(Rantre timoun agwoupman II)

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



- Antre ak sòti granmoun ak timoun yo pral oryante a pati desen plat pye timoun ki pentire atè nan lakou lekòl la. Nou pral gen desen plat pye timoun wouj ak ble. Ble yo pral gide klas AgI e wouj yo, klas AG II yo ;
- **Orè rantr a se** : soti 7:00 pou rive 7:15 ;
- **Orè pou sòti se** : soti 10:45 pou rive 11:00 ;
- Peryòd pèmanans nan lakòl la se 4èdtan ;
- Pral genyen echanjirelèv timoun yo chak semenn yon fason pou evite aglomerasyon. Nou pral divize timoun yo pa gwoup, an konfòmite ak pousantaj frekans ki rekòmande pou chak klas. Pwofesè yo pral kominike davans konpozisyon gwoup yo ki pral idantifye a pati koulè yo ;
- Chak gwoup timoun pral frekante CEI a pandan yon semenn an antye ;



- Pousantaj timoun ki pral frekante lekòl la pral depann de faz ke pandemi an twouve li, pou sa a, nou pral (re)òganize gwoup yo chak fwa se nesesè ;
- Nan ka ke fanmiy lan chwazi opsyon pa pote timoun nan nan aktivite prezansyèl yo, li nesesè pou kominike pwofesè a davans ;
- Nan lè rantr a, li nesesè pou fanmiy yo lave men timoun yo nan lavabo ki twouve li sou lakou a. Lavabo AgI na tou pré pak anba a e lavabo AgII a nan ti kwen nati a. Nan klas agwoupman I yo, pandan poko gen lavabo, edikatè yo pral lave men timoun yo ;
- Fanmiy yo pral genyen kòm devwa a retire bagay pye timoun yo epi nou pral mete bagay pye ki rete eksklizivman nan lekòl la a ;
- Li nesesè ke fanmiy yo voye yon kit rad, daypè/kouchèt, dra ak sèvyèt pou rete nan lekòl la, orè pou remèt kit la se lendi ak jedi ;
- Chak fanmiy dwe pote 2 dra ak 2 sèvyèt pa semenn ;
- Chak jou, nou pral voye rad sal yo pou fanmiy yo nan yon sachè plastik jetab ke lekòl la ap founi ;



(lavabo nan ti kwen nati a pou agwoupman II)

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



- Pou chak klas, yon edikatè pral responsab pou ijyenize valiz yo ki pral rive chak lendi epi ki ap rete nan lekòl la pou tout semenn nan ;
- Ekip edikatè yo pral fè echanj bagay pye nan rantr epi, pou sa yo ki itilize transpò piblik pou vini lekòl la, a p chanje rad tou ;
- Nap estimile nan yon fason lidik itilizasyon mask pou timoun yo ki gen plis ke 2 lane epi n'ap mande pou fanmiy yo fè menm egzèsis la ;
- Nou pral mande 3 mask pa jou pou chak timoun ki gen plis ke 2 lane epi 2 saché, yonn pou sere yo e yon lòt pou mete yo aprè itilizasyon yo ;
- Fanmiy yo dwe ekri non timoun nan ak klas li nan rad, mask, bagay pye, dra ak sèvyèt ;
- Pou sa ki gen pou wè ak kominikasyon, nou pral itilize kanal online : whatsapp, Facebook, Youtbe epi nou pral voye kominike enprime detache. Nan moman sa a, nou pap itilize agenda a.



Entèraksyon edikatè yo ak timoun yo epi itilizasyon EPIs (ekipman pwoteksyon Endividyèl) yo

- Pou nou garanti sekirite pandan depasman ak entèraksyon ak timoun yo, nou pral poze aksyon sa yo :
 - Nap rete ak mask nou pandan toutan ak tabliye ak tout face shield la depi otorite yo rekòmande nou sa. Echanj mask edikatè yo pral fèt chak 2-3 zè ;



- Nou pral chanje table achak fwa se nesèsè ;
- Nou pral lave men yo pi souvan oubyen chak fwa se nesèsè ;
- Lè li pa posib pou nou lave men yo, n'ap itilize alkòl jèl.



4 Alimantasyon :

- Nan dejene, dine ak dlo bebe agwoupman I, chak edikatè ap toujou genyen menm timoun yo pou mennen nan refektwa epi ede yo nan sa ki gen pou wè ak alimantasyon ak ijyèn, bay dlo epi bibwon ;
- Nan dejene ak dine timoun agwoupman II yo, yon edikatè pral ede timoun yo pou retire mask, yon lòt pou ede lave men ak bouch yo e yon lòt pou ede timoun yo mete mask pwòp yo ;
- Yon kwizinyè pral rete nan kwizin nan pou ede nan sa ki nesèsè epi retire plat yo sou tab la apre timoun yo fini manje ;
- Ekip kwizin nan pral bay chak jou yon po dlo, yon kès ak tout kouvèti ki genyen ladann tenbal pwòp ak yon lòt kès pou mete tenbal ki itilize deja. Tout tenbal yo pral lave lè yo fin itilize yo, chak inèdtan, yon kwizinyè pral pase nan sal yo pou retire tenbal ki fin itilize yo.



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

5 IJYENIZASYON

Pou fasilite ijyenizasyon jwèt yo ki nan pak la, chak las pral itilize yon espas pak la pa semenn, kòm nou genyen 6 klas, n'ap prepare 6 espas :

- PAK KI ANBA (NAN FON KLAS KI TWOUVE YO NAN AGWOUPLAN I)
- PAK KI NAN MITAN (TIKAY TARZAN)
- PAK ANNO (JWÈT NÈF)
- ESPAS KI DEYÒ TI (KAS LA KI GENYEN O JAPAK BALANS)
- TIKWEN LANATI
- LAKOU MOTOSIKLÈT

- Jwèt yo ki nan pak la pral ijyenize se timoun yo te itilize yo ;
- Nou pral evalye posibilite pou itilizasyon yo an konfòmite ak kantite timoun ki pral frekante lekòl la prezansyèlman.
- Chanje etabli chak fwa nou benyen, chanje daypè/kouchèt oubyen si gen kontak ak sekresyon timoun yo ;
- Ekip netwayaj la pral reyalize pwotokòl ijyenizasyon espas yo an konfòmite ak oryantasyon DEVISA ;
- Edikatè yo ijyenize kote pou netwaye/chanje timoun yo ansanm ak kivèt yo anvan ak aprè itilizasyon yo ;
- Ekip netwayaj la pral ijyenize matla yo lè yo fin itilize yo ;
- Ekip netwayaj lapran ijyenize lokal depasman timoun yo apre final peryòd ke yo rete nan lekòl la a ;
- Fanmiyètimoun yo responsab pou lave rad/inifòm timoun yo chakjou epi, lè yo rive lakay, retire rad yo imedyatman.

6 Jwèt ak entèraksyon :

- Nou pral fè kit jwèt ak materyèl pou chak timoun ke nou pral mete disponib nan lokal endividyèl epi pwoteje nan sak plastik ;
- Jwèt ak materyèl sa yo pa dwe pataje ant timoun yo ;
- Chak jou, edikatè yo pral ijyenize jwèt yo ;
- Nou pap ka itilize jwèt yo ki pa ka lave yo ak sa yo ki pa ka ijyenize yo pandan moman pandemi an (pa egzannp nònon ak jwèt ki fèt ak twal) ;
- Pou ijyenizasyon kòrèk jwèt yo, nou pral swiv pwotokòl ke DEVISA disponibilize nan Kaye 6 - Anèks 3.



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



7

Edikasyon enklisif :

Pou retou prezansyèl la , nou pral gen neseseite :

- Identifye ansanm ak ekip eskolè a tout baryè posib ki ka anpeche timoun yo gen aksè a pwotokòl sanitè yo ;
- Solisite oubyen òganize resous imèn ak materyèl pou apiye timoun yo lè sa nesese ;
- Itilize pis vizyèl nan CEI a pou favorize konpreyansyon mezi sekirite sanitè yo ;
- Elabore videyo pou prezante bay timoun ak fanmi yo kòman ekip la pral ye ak EPIs yo ;
- Altène semenn wotasyon timoun yo, piblik sib edikasyon espesyal pou favorize òganizasyon apwi ak selil sekirite sanitè ;
- Planifye retou a ansanm ak fanmi yo ;
- Analize ansanm ak ekip edikatè, fanmi ak terape, estrateji pou favorize resepsyon prezansyèl timoun ki prezante ipèsansibilite a itilizasyon mask, menm jan sa rive kèk timoun ki gen otism;
- Òganize travay pwofesè edikasyon espesyal la youn fason ke genyen mwens woulman ant lekòl ki genyen nan blòk la nan menm jou a ;
- Reyalize reyinyon ak divès sèvis ki resewa timoun yo, piblik sib Edikasyon Espesyal la , priyoritèman nan fason vityèl.



III - KESYON AK REpons

RETOU PREZANSYÈL TIMOUN YO OPSYONÈL ?

- WI, FANMIYO PRAL CHWAZI POU RETOU PREZANSYÈL NAN LEKÒL LA.

MOUN KI CHWAZI PA VOYE TIMOUN NAN PREZANSYÈLMAN AP PÈDI PLAS LA ?

- NON, PLAS LA GARANTI.

ASYON KI KAPAB DIMINYE MENTNANS LYEN KI PRAL KONTINYE FÈT ONLINE ?

- WI, NOU PRAL BAY KONTINITE A ENTÈRAKSYON POU TIMOUN KI PA RETOUNEN PREZANSYÈLMAN.

TIMOUN YO PRAL KAPAB FREKANTE LEKÒL LA NAN SEMENN KI PA SEMENN GWOUP KE LI FÈ PATI A ?

- POU GARANTYON PÈMANANS ADEKWA POU TOUT TIMOUN YO, MALEREZMAN, NOU PAP KAPAB OUVÈ EKSEPSYON.

LE N'AP SWIV TOUT PWOSEDE AK PWOTOKÒL, N'AP GEN GARANTI KE PAP GEN KONTAMINASYON PA COVID-19 ?

- PA GEN KÒMAN POU GARANTI SA A 100 POU 100. ANPLIS DE SA A, ESPÈCIFITE TRANCH LAJ KE N'AP RESEVWA YO MANDEYON PI GRAN KONTAK FIZIK, POU KENBE NAN LESTOMAK NOU EPI ENTÈRAKSYON ANT TIMOUN AK GRANMOUN. POU SA A, NOU PRAL GENYEN POU NOU REDOUBLE ATANSYON NOU A SENTOMYO EPI RESPEKTE EPI REYALIZE TOUT ORYANTASYON AK PWOSEDE YO.



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



CHANÈL KOMINIKASYON LEKÒL

TELEFÒN LEKÒL LA : (19) 3289 - 1507

IMÈL : cei.cristianodeoliveira@educa.campinas.sp.gov.br

PAJ FESBOUK : CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
<http://WWW.facebook.com/Cer-Christiano-Os%C3%B3rio-Oliveira-11130184397979/>

CHANÈL YOUTUBE : CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
<https://www.youtube.com/channel/UC4EWLbogsMQUpvSIFrs6Jaw>

CHANÈL KOMINIKASYON SANTE

PAJ NOUVO KOWONAVIRIS COVID-19-CAMPINAS :
<https://covid-19.campinas.sp.gov.br>

KIJAN POU JWENNAKSÈ A KAYE 6 DEVISA :
<https://covid-19.campinas.sp.gov.br/protocolos-sanitarios>



CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA



Nou pral
(re)envante men
nan men ak kouraj



« Kous lavi a anvlope tout bagay.
Lavi a se konsa : li chofe epi li frèt,
li sere apre li desere,
li trankil apre li ajite.
Li vle ke nou genyen kouraj. »
(Esktrè nan liv « Grande Sertão Veredas » -
Guimarães Rosa)

Nouvo defi retou prezansyèl la pral vini e nou konnen ke nou pral genyen pou nou adapte nou pou nou mete pwopozisyon sa yo an pratik. Nou kwè ke yon retou prezansyèl posib ap rive fèt avèk angajman nou tout- fanmi ak ekip edikatif- sou baz dyalòg, akèy , inyon ak konfyans mityèl.

Pou yon angajman kolektif, nou pral remèt livrè sa a ki genyen ladann pwosedj epi, nan lò ou resevwa li, fanmi lan pral liyen yon tèm konpwomi pou respekte pwotokòl/pwosedj ke li deklari yo.

Ann ale ansanm ak kouraj !



Referências

- ALANEN, J. Language Access is an Empowerment Right: Deprivation of Plenary Language Access Engenders an Array of Grave Rights Violations. *ILSP Law Journal*, n. 93, v. 1, 2009. Disponível em: < <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r23523.pdf> >. Acesso em: 06 nov. 2021.
- BIZON, A. C. C.; CAMARGO, H. R. E. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: Por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. In: BAENINGER et al (orgs.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018, p. 712-726.
- CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA (Org.). *Tradução humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021.
- OLIVEIRA, G. M.; SILVA, J. I. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? *Gragoatá, Niterói*, v. 22, , n. 42, 2017, p. 131-153.
- GARCIA, R. D.; GOROVITZ, S. O Intérprete comunitário: sua agência na entrevista de solicitação de refúgio. *TradTerm*, São Paulo, v.36, dezembro/2020, p. 72-101. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/172089>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- GOROVITZ, S. A mediação linguística como garantia de direitos no Brasil. In: CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA (Org.). *Tradução humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021, p. 69-73. Disponível em: <https://memorial.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Tradu%C3%A7%C3%A3o-humanit%C3%A1ria-e-media%C3%A7%C3%A3o-cultural-para-migrantes-e-refugiados.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- MOITA LOPES, L. P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Ed., 2006.



CAPÍTULO 19

IDEIAS PARA UM CURRÍCULO-ESCRITAS HUMANITÁRIAS

Antonio Carlos Amorim¹²³

Neste capítulo, apresentarei, brevemente, movimentos pedagógicos de um trabalho coletivo de criação de uma disciplina curricular de Graduação na Unicamp, denominada Atividades Multidisciplinares (AM) – ‘Estágio Humanitário’, posteriormente renomeada de ‘Vivências Humanitárias’, devido à impossibilidade regimental de as disciplinas AM conterem atividades caracterizadas como estágio.

A ideia da disciplina, no geral, foi propor a inserção de estudantes, das diferentes áreas do conhecimento, em atividades práticas vinculadas às ações relacionadas aos Direitos Humanos tanto no âmbito da própria UNICAMP quanto em suas parcerias interinstitucionais, como Prefeitura Municipal, órgãos das Nações Unidas, escolas públicas e privadas, ONGs, Ministério Público do Trabalho, dentre outros. Oferecer a oportunidade aos

¹²³ Professor Associado II (MS-5.2) da Universidade Estadual de Campinas, no Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte, pesquisador do Laboratório de Estudos Audiovisuais (Olho) e pesquisador associado no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor). e-mail: acamorim@unicamp.br.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

nossos estudantes de completar sua formação intelectual e humana com atividades voltadas à comunidade, refletindo a importância do compromisso social da Universidade pública com a sociedade. É fruto de partilhas entre algumas/uns docentes e funcionária que compuseram o grupo de trabalho Cátedra Sérgio Vieira de Mello, a disciplina abriu-se como um território de intensidades.

No Portal da Unicamp, foi publicada uma notícia ¹²⁴ sobre o trabalho da primeira turma desta disciplina.

A disciplina tem responsabilidade compartilhada por mim, Antonio Carlos Amorim, professor da Faculdade de Educação (FE), pelas professoras Ana Cecília Bizon do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) e Rosana Baeninger do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pelo professor Luís Renato Vedovato da Faculdade de Ciências Aplicadas. (FCA). O fato de serem docentes que tratam dos movimentos migratórios sob diferentes perspectivas permitiu que a disciplina pudesse atender a várias perspectivas temáticas e a várias demandas práticas dos imigrantes que vivem em Campinas. Da referida notícia, cita-se *"Quando a disciplina foi proposta no seu desenvolvimento por um grupo de professores de diferentes áreas, nossos desejos iam ao encontro de criar uma ambiência pedagógica de partilha de experiências sensíveis relacionadas às vidas de pessoas que migraram de seus países de forma espontânea ou contingencial"*, explica Antonio Carlos.

No total, 45 estudantes de diversas áreas da universidade participaram da disciplina, que contou também com voluntários para a realização das ações práticas. As atividades foram pensadas com o objetivo de compartilhar as pesquisas científicas sobre os fenômenos migratórios, promover o encontro com imigrantes e refugiados, para que os alunos conhecessem suas realidades e demandas, e conhecer os serviços do poder público que atendem essa comunidade. As histórias de vida dos imigrantes permitiram que os alunos tivessem contato com uma realidade que eles ainda não conheciam.

¹²⁴ <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/12/16/disciplina-inedita-aproxima-alunos-de-imigrantes-e-refugiados-em-campinas>

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Em outro trecho da reportagem do portal da Unicamp, explica-se que *"Quisemos povoar conhecimentos, trajetórias, lutas, conquistas e silêncios que o encontro com as pessoas refugiadas e migrantes nos permitiria tocar, sentir. Também, quisemos instaurar acontecimentos pedagógicos que nos forçassem, estudantes e professores, à reflexividade crítica, criativa e atravessada pela sensação sobre nossos modos de estar e agir no mundo contemporâneo"*.

É também interessante assistir a um vídeo¹²⁵ que registra a principal atividade da disciplina oferecida em 2019, associada ao evento "Campinas de Todos dos Povos", mutirão de ações e serviços realizado em 21 de setembro deste ano em parceria com o Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH). Foram realizados atendimentos para regularização de documentos e acesso a serviços públicos da cidade, orientações profissionais, atividades que envolviam a pluralidade linguística da comunidade imigrante, oficinas artísticas, entre outras ações.

Desde agosto de 2021, está ocorrendo o segundo oferecimento da disciplina, já renomeada de 'Vivências Humanitárias'. Com o trabalho didático-pedagógico remoto, devido à crise sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus, a principal finalidade é trabalhar em encontros síncronos temáticas relativas a direitos humanos, português como língua de acolhimento e educação multicultural e multilinguagem. São 42 estudantes matriculados na disciplina, ligados a mais de 20 diferentes cursos da Unicamp.

A maior parte dos encontros conta com a presença de pessoas refugiadas que, pela exposição e diálogo de temas, narram suas experiências e singularidades, e destacam aspectos que consideram primordiais para elaboração de políticas públicas e para o engajamento sociocultural que consolide a condição cidadã da pessoa refugiada. Ouvimos histórias pessoais e míticas, conhecemos projetos sociais e políticos, escutamos cantos e melodias, aproximamo-nos de diferentes culturas a partir das memórias e das corporeidades de pessoas que, vivendo

¹²⁵https://www.youtube.com/watch?v=63vf_YAhSbo&t=1s

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

no Brasil, trazem em seus corpos as marcas escritas de deslocamentos, travessias e moradas.

O principal objetivo do oferecimento da turma de ‘Vivências Humanitárias’ neste segundo semestre de 2021 é nos reunirmos para compor um plano afetivo e solidário, abrindo-nos a uma escuta sensível; constituindo *nós* – entre nós e os outros – e somando forças para garantir que todas as vidas, com sua vulnerabilidade e inconsistência, fraturas e invisibilidade, têm que ser vividas plenamente, e que este sonhar outros possíveis possa se transformar em coletividades desejanças. Um comum pluriverso.

Essas disciplinas que vão ao encontro das temáticas humanitárias, especialmente atentas aos temas e sujeitos de refúgio, endereçam à universidade a problemática de pensar os currículos *entre* ciência e estética e experiência. E indagam sobre os lugares da relação entre conhecimentos acadêmicos e a sociedade.

Conjugam-se a outras potências e vontades de construir lugares comuns, dentro da universidade, nos quais as existências possam seguir seus rumos sem serem enquadradas em posições previamente estabelecidas, com as quais as grandes políticas em geral gestam as pessoas: a partir de comissões e diretorias, com seus engendramentos que buscam respostas para desejos alheios, em formas de prever e controlar os devires. Em geral, fazendo *nós* em que a arquitetura das linhas e feixes e redes já traz prevista a entrada, a saída, o início e o fim da participação das pessoas migrantes e refugiadas.

Segundo Pellejero (2011), a política maior, com efeito, confisca nossa potência de variação e de criação, de mudança e de pensamento, em troca de uma representação e um lugar no status quo. A temática sobre refúgio e migração na Unicamp, se olhada desde os pontos de vista da institucionalização e dos nomes próprios com que vem circunscrevendo a relação do refúgio/ das pessoas refugiadas com os seus direitos e o papel da universidade nesta trama, opera na lógica a política maior.

O devir-menor pelo contrário, buscado nos currículos da disciplina ‘Vivências Humanitárias’, atualmente vigente, liberta as singularidades subjacentes aos padrões de representação histórica ou política, e, segundo Pellejero (2011), desviando-os da

linha de progressão ou evolução de uma maioria, e afirmando os elementos singulares subjacentes como diferenciais de individuações, subjetivações e agenciamentos por vir.

Na continuidade deste texto, apresentarei dois modos de enfrentamento da problemática enunciada no parágrafo anterior. Primeiramente, relato parte da experiência da disciplina Estágio Humanitário, oferecida no segundo semestre de 2019. Em seguida, esboço conversações sobre o *entre* política e estética nas escritas curriculares.

Povoar outras terras, com imagens¹²⁶

As crianças nômades, refugiadas e em deslocamento trans e internacional vieram para estender o plano deste texto, pouco a pouco, e acabaram emergindo, por uma entrada transversal, como o povo por vir da fabulação criadora nas oficinas *Territórios-mundo*, preparadas para a ação dentro da disciplina Estágio Humanitário.

Neste contexto de trabalho, prepararam-se oficinas, nas quais houve atividades de projeção audiovisual e criação visual, com desenhos, colagens, frases e memórias do refúgio, e foram preparadas por um grupo de estudantes de pós-graduação da Faculdade de Educação/Unicamp e de graduação ligados à referida disciplina.

As oficinas não foram pensadas inicialmente para as crianças povoarem. É certo que havia, desde o início da nossa entrada no GT Unicamp Cátedra Sérgio Vieira de Melo - Refugiados, uma ideia, e ainda há, de se trabalhar literatura infantil e cinema com crianças refugiadas e migrantes que moram em Campinas.

O incontável devir crianceiro nos pegou de surpresa. Tanto nos ritos e ritmos de tocar os instrumentos musicais, quanto nos de desenhar, colorir, colar e apresentar seus sonhos, lembranças, imaginações e desejos referentes ao *deslocamento* de um lugar de origem e de vida para outro. Esses deslocamentos

¹²⁶ Extratos do artigo homônimo publicado em <https://periodicos.furg.br/index.php/remea/article/view/11296>. Amorim, A. C. R. de, de Melo, A. A., & Melo, S. (2020). Povoar outras terras, com imagens. REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental, 37(2), 450-468. <https://doi.org/10.14295/remea.voio.11296>

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

são violentos, sobrevivem na folha de papel, onde são impressos os desenhos e as linhas de significação de esboços das narrativas silenciosas. Não se falavam sobre os desenhos, pinturas e colagens. Eles se tornaram autônomos das histórias que se podiam contar naquele entretanto.

Gostaríamos de indicar e compartilhar um disparador de pensamento que anda inquietando-nos ultimamente em recente projeto de pesquisa¹²⁷: que há a aprendizagem das imagens em se soltar das mãos dos que a designaram à representação efêmera do ainda pouco dito, pouco falado, pouco adensado nas palavras. É a vida liberta da imagem, sua independência relativa em se juntar a outras e a conversar por entre os intervalos do contato de uma imagem com a outra.

Nas oficinas, interessou-nos um percurso poético do nomadismo, compondo a criação de cartões postais em papel cartão ou atlas antigos com endereços, mapas, listas. Este movimento nasceu do desejo de criação de um novo território composto por poemas impressos em várias línguas, atlas escolares, mapas, revistas, listas telefônicas, jornais, selos e envelopes usados. Foi com provocação poética escolhemos poesias em diversas línguas, mapas de territórios e textos poéticos.

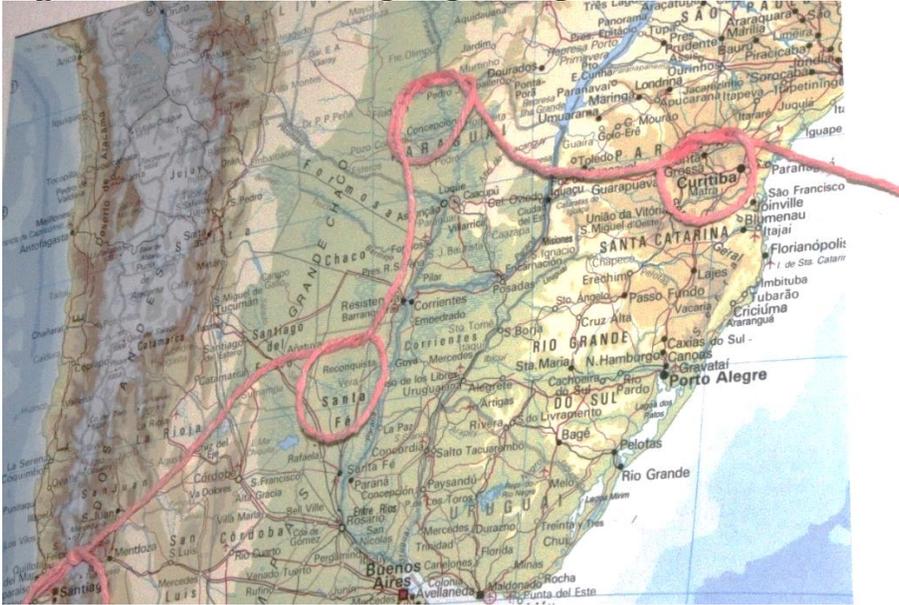
Partindo da pergunta “Que lugares nos habitam?” que moveu esse trabalho, a oficina propôs a criação de postais utilizando mapas antigos como suporte para colagem de fragmentos de poemas. Inicialmente foi solicitada a formação de um arquivo coletivo, que de alguma forma permeasse a pergunta: *Que lugares nos habitam?* A intenção era trazer à tona questões como deslocamentos, migrações, noções de lar, partidas e chegadas. Esse arquivo foi composto por haikais, textos sobre o direito a migração, poemas de despedida, saudades entre outros.

Lugares nômades para se habitar.

¹²⁷‘Currículos, refúgios e restos: imagens aprendentes e media-ção.’ (Proc. CNPq n. 425691/2018-7).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 2: Postal criado por participante



Fonte: Acervo Pessoal

Assim, a linguagem passa a ser um mapa aberto, conectável em todas as dimensões e pode estar sempre mudando de paisagem, vazando por todos os lados.

Após a criação desse arquivo intensivo, foi proposta a composição de poemas *ready-made* multilíngues levando ao limite o significado da palavra. Os poemas foram recortados linha a linha e colocados em uma caixa, podendo ser combinados livremente sobre a base de mapas ou de papel cartão, ou até mesmo sorteados. Um processo de reciclagem, reaproveitamento, remixagem, transfiguração, segundo Villa-Forte (2019), em seu livro *Escrever sem escrever*,

[...] O gesto de fazer um conteúdo original uma outra coisa, mas não por meio de uma nova invenção, e sim pela reproposição ou reenquadramento pela seleção, edição e recontextualização. O texto como *ready-made*. A apropriação, a cópia e o deslocamento como métodos, como técnica e restrição, pelas quais se produzem um poema, um conto, um texto híbrido, arte e literatura (p. 19).

Buscando rasurar as singularidades os poemas foram recortados e embaralhados, compondo novas frases multilíngues. Desejamos atravessar as fronteiras linguísticas, rasurar identidades sedentárias e criar novos territórios. Crianças pelo mundo todo que hoje são proibidas de cruzar fronteiras.

Um currículo- escritas humanitárias

A realização das oficinas, com suas diferentes dinâmicas e a abertura aos acontecimentos e ao imprevisto, é um dos exemplos de um currículo das multiplicidades e da liberação das diferenças, de suas representações identitárias. Um grupo heterogêneo que se encontra em um curto espaço de tempo e parte em seguida, deixando registrado um tipo de escrita que, ao se instalar no enunciado da fala, é invadida por temporalidades, linhas em multiplicidades, variações entre imagens e palavras. Um corte do fim. Portanto, vulnerável.

Rancière (1995) em seu texto *Os enunciados do fim e do nada* refere-se a um ciclo que se fecha e que anuncia o *fim* da história e da política. Os movimentos de refúgio por incidirem nas fronteiras e nas linhas que separam *nós dos outros*, nascem e brotam neste *fim*. Tomando emprestadas algumas perguntas de Pellejero (2011), pensamos como abraçar uma política assim, que propõe a luta, não como revolução, mas apenas como resistência? Como abraçá-la quando se assume plenamente consciente de que as mudanças às quais podemos aspirar não têm mais que um valor local, estratégico, não totalizável? Outras políticas, incluindo as universitárias e curriculares, fazem-se necessárias portanto.

Diz Rancière (1995) que o “fim” surge como a qualificação mais segura para uma situação que se apresenta, por outro lado, como inqualificável. Daí, a condição vulnerável de se pensar o tempo que virá em uma condição de vulnerabilidade do presente. Essa virada, que não se sabe o que é, pode-se em todo caso afirmar ser o ponto final de um ciclo: certeza indiferente à própria contradição de seu enunciado, pois, tomando-se as palavras em seu sentido rigoroso, o “fechamento” de um ciclo

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

revolucionário deveria significar que a era das revoluções está-se abrindo novamente... O conceito de ciclo hoje em dia é justamente a identificação da forma do tempo a qualquer coisa.

O inqualificável da situação e o do tempo, postos juntos, fazem uma certeza, a única certeza, a do fim: fim dos mitos, fim das ideologias, fim do tempo qualificado. Esse pensamento impensado do tempo liga a figura da certeza ao modo do desaparecimento. E, uma vez mais, podemos articular o *fim* de um ciclo que ordena a humanidade e seus direitos em um jogo de estabilizações e normativas, para a constatação de o que se vê em toda parte, certamente, é o que não é mais, é porque não é mais. São fluxos, deslocamentos, rasuras e linhas que desenharam outros ciclos, sobrepostos e rearrajando. As composições imagéticas, sonoras, fabulatórias da oficina Territórios-Mundo são as pegadas ainda invisíveis de um caminhar a ser feito; as pegadas sem os pés que deixaram as marcas. Um currículo buscará forças neste movimento de camadas em fluxos e em movimentos constantes e manterá quais estruturas? Que escritas-mundo constituirá?

.....

Apostemos em uma currículo-escrita, reunião de heterogêneos, suporte de seus atritos e suspensão. Existências inexistentes e inexistentes existentes a que se refere Rancière (1995) para pensar uma política, fora das grades categoriais que evitam o vazamento pelas bordas, e que, violentamente, fazem o jogo da oposição (contraditória, dialética e de síntese) entre partes que muito pouco estão afeitas ao diálogo, ao consenso ou a uma democracia que gera para o povo somente identidades e territórios. Pensar o tempo sem sua relação com a verdade.

Mais precisamente temos que pensar a política moderna e sua maneira própria de incluir seu “fim” como o entrelaçamento de dois processos que têm um mesmo lugar de exercício. Esse lugar é a diferença do povo na relação a si mesmo, e caminharíamos para sentir no *entre* o lugar da diferença da educação de si mesma.

A singularidade da política moderna que dá status de realidade à educação está em ser baseada numa entidade “povo”

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

(grupo, campo, área) identificável e em direito com o senso de comunitário, baseado na identificação com o todo ou o verdadeiro da comunidade. Simplesmente, haveria duas maneiras, segundo Rancière (1995), ao mesmo tempo opostas e entrecruzadas, de pensar e praticar essa anomalia da diferença do povo (Educação) em relação a si mesmo: a política democrática e a metapolítica científica.

Com relação à política, como tendo seu lugar na diferença do povo em relação a si mesmo, Rancière (1995) explora: o que a política científica faz não é saber o segredo da diferença, que seria ignorado pela política democrática. É exatamente colocar a diferença como segredo, colocar um “verdadeiro” povo como verdade oculta do povo aparente e se instituir, ela mesma, como o saber dessa verdade oculta.

É amplamente conhecido que os currículos escolares, incluindo os universitários, têm nas ciências sua referência para extrair conhecimentos, valores, moralidades e identidades, e a apresentarem em formatos expressivos próprios da dinâmica das culturas escolares, tais quais as disciplinas o são.

Disciplinas que se propõem a tematizar e corporificar, pelas narrativas, histórias de vida, sonoridades e experiências de pessoas refugiadas, bem como das produções literárias e cinematográficas, e também da culinária, das memórias da casa, das roupas, bem como silêncio, agem no combate a esta ênfase político-democrática a que Rancière se refere, e de que a universidade está repleta. Como fazer vazar, fraturar este jogo perverso da verdade sobre povo e variação, sobre verdadeiro e diferença?

Vamos ao encontro de algumas resistências-linha, que nos auxiliam a compor estratos deste currículo-outro a ser povoado, fazendo *nós*.

Resistência linha

Uma escrita, linhas de força, cartografias de um corpo que pulsa e se espria com a picada da tarântula e vive, sim o corpo vive, com o veneno que o permite atritar-se em inconsciência. Não se trata, na escrita, de qualquer tipo de organicidade.

Resistência 2 linhas

Uma escrita, inaugural disruptivo, proposição espaçotemporal de uma inversão. Combatente, combatida e combativa. Eis a política que se inscreve pelos praticantes do mundo e que, provocativamente, reforça as formas e posições de ver a realidade por suas invenções e recriações. Resistência invisível e que luta, constantemente, pela não captura.

Resistência 3 linhas

Uma escrita, n-1. Não trabalha com o fragmento. É do estilo de um ser que se vira para fora de um envoltório qualquer que o delimita, e não quer voltar a ter o contato com o interior, íntimo, reflexivo e tolerante.

Resistências-linhas que enfrentam, pela/na/com e sem a escrita o realismo que dá a supressão das vãs aparências, sabendo que, na verdade, esta política da supressão do jogo da aparência do real é o entrelaçamento com o próprio fim da política. Da política científica que preza pela metanarrativas e pela apropriação e significação do comum pela ferocidade da instituição e dos seus lugares de poder.

Resistências-linhas que abrem para a Educação a intensidade da criação, da invenção. Propõem para o *fim* a alternativa de se abrir, temporalmente, para as virtualidades que habitam o nada e o vazio. Lançam-nos o convite, que por vezes não é amistoso, de deslocamento radical do *entre* pendular para a estética.

Entre ciência e estética. Uma contração. Para Ana Godinho, é pela contração que se dão significações aos elementos sensoriais captados no objeto atual. Se este se reduzisse aos apenas “visto”, não seria visto, nada seria percebido. Se ele se reduzisse a um povo, unitário e verdadeiro, quais possibilidades de as condições vulneráveis dos sujeitos e suas histórias irradiarem nos currículos?

É preciso reescrever os currículos, por movimentos de escrita-estética. Com linhas intensivas que não se atem à imaginação ou ao imaginário, pois não permitem ao

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

acontecimento, ao virtual, à imagem, à sobreposição e à superfície confrontarem-se em uma melhor definição visual.

Um currículo-escritas humanitárias, contração estética, invólucro último, por isso vulnerável e precário, mas variável, deformável, para além mesmo dos movimentos do mundo. Aberturas para povos povoarem outros mundos.

Referências

GODINHO, Ana. **Linhas de Estilo**: Estética e Ontologia em Gilles Deleuze. Lisboa: Relógio D'Água, 2007.

PELLEJERO, Eduardo A. (2011). A estratégia da involução: o devir-menor da filosofia política. In S. B. Monteiro (Org.), Caderno de notas 2: rastros de escrituras (pp.17-28). Canela, RS: UFRGS.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. [Trad.:Raquel Ramalhete]

VILLA-FORTE, Leonardo. **Escrever sem escrever:literatura e apropriação no século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Belo Horizonte: Relicário, 2019. 224 p.

PARTE III

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS E O CONTEXTO LOCAL

VAMOS JUNT@S!

Curso de Português como Língua de Acolhimento

Me virando no dia a dia



VAMOS JUNT@S!

Curso de Português como Língua de Acolhimento

Trabalhando e estudando
2ª edição



VAMOS JUNT@S!

Curso de Português como Língua de Acolhimento

Cuidando da minha saúde



VAMOS JUNT@S!

Curso de Português como Língua de Acolhimento

Organizando minha vida



Coordenadoras de coleção:
Ana Cecília Costa Bizon
Leandro Rodrigues Alves Diniz

Organizadoras de volume:
Ana Cecília Costa Bizon
Leandro Rodrigues Alves Diniz
Helena Regina Barros Corrêa

Universidade
OPLI

PPG
#1.A

PPG
#2.A

PPG
#3.A

PPG
#4.A

PPG
#5.A

PPG
#6.A

PPG
#7.A

PPG
#8.A

PPG
#9.A

PPG
#10.A

PPG
#11.A

PPG
#12.A

PPG
#13.A

PPG
#14.A

PPG
#15.A

PPG
#16.A

PPG
#17.A

PPG
#18.A

PPG
#19.A

PPG
#20.A

PPG
#21.A

PPG
#22.A

PPG
#23.A

PPG
#24.A

PPG
#25.A

Coordenadoras do volume:
Ana Cecília Costa Bizon
Leandro Rodrigues Alves Diniz

Organizadoras do volume:
Ana Cecília Costa Bizon
Leandro Rodrigues Alves Diniz
Helena Regina Barros Corrêa

Universidade
OPLI

PPG
#1.A

PPG
#2.A

PPG
#3.A

PPG
#4.A

PPG
#5.A

PPG
#6.A

PPG
#7.A

PPG
#8.A

PPG
#9.A

PPG
#10.A

PPG
#11.A

CAPÍTULO 20

VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAMPINAS. NOTIFICAÇÕES NA ÚLTIMA DÉCADA E NO PERÍODO DA PANDEMIA

Stella Silva Telles¹²⁸

Carlos Raul Etulain¹²⁹

Jane Valente¹³⁰

Este estudo propõe apresentar e analisar os dados de notificações compulsórias de ocorrências de violência contra crianças e adolescentes em Campinas na última década, incluindo os anos relativos ao isolamento social em função da pandemia do novo Coronavírus. Os dados das notificações de violência são utilizados aqui como proxy do fato real de que crianças e adolescentes sofrem diferentes formas de maus tratos e violações de direitos, embora estes dados de

¹²⁸ Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) e Coordenadora do Observatório da Infância e da Adolescência (OiA/NEPP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

¹²⁹ Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) e Coordenador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

¹³⁰ Pesquisadora colaboradora do Observatório da Infância e da Adolescência (OiA/NEPP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

notificações sejam apenas um indicativo incompleto da manifestação deste grave fato social. Nesse sentido, parte-se aqui da hipótese de que o isolamento social pode ter afetado a violência doméstica combinada com a possível subnotificação dos casos, pois instituições que percebem as diferentes formas de violência nas crianças e adolescentes, principalmente a escola, permaneceram fechadas durante o isolamento sanitário.

Nesse contexto, a política de proteção à criança e ao adolescente contra a violência é imprescindível para efetivar ações governamentais e não-governamentais, com atuação sistêmica, envolvendo a família, a comunidade, a sociedade e o Estado. A pandemia do Coronavírus impactou rápida e profundamente o contexto em que se produzem os atos de violência contra crianças e adolescentes. No Brasil, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) divulgou a marca de 119,8 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes entre os meses de janeiro a setembro de 2021, sendo que em 2020 o total de denúncias chegou a 153,4 mil (AGENCIABRASIL, 2021).

Na situação atual da pandemia do Coronavírus, as crianças e adolescentes foram obrigadas a ficar em casa e a violência contra elas aumentou, ao mesmo tempo em que se produz a falta de notificações dos fatos ocorridos e se complica o desafio de alcançar, com uma política efetiva de enfrentamento da violência infantil, os destinatários destas ações articuladas. Sabe-se, por exemplo, que há subnotificação dos casos - mesmo que as denúncias por telefone cresceram na pandemia em algumas regiões do país - e que os violadores, comumente, estão dentro da família.

Muitas crianças e adolescentes sofrem agressões dos mais diversos tipos todos os dias, porém os casos ficam apagados pois, por diferentes atitudes que se complementam, se cria um mecanismo perverso e oculto de reprodução da violência. Nesta situação os atos de violência são normalizados sob a forma de punição exemplar ou de códigos secretos da conduta familiar que levam a que, na maioria dos casos, a violência parta de pessoas do círculo social mais próximo da criança e que o fato fique escondido dentro de casa. A total dependência da criança em relação aos pais e a assimetria de direitos da criança na estrutura

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

familiar possibilitam em várias situações que o adulto decida infringir a violência, e, ao mesmo tempo, consiga encobri-la sob a imagem de adequada regulação da conduta. Por isso, nem sempre a vítima consegue reconhecer o abuso como violência, sendo que os abusos sofridos por crianças e adolescentes deixam marcas físicas identificáveis, enquanto provocam sofrimento psicológico que podem se estender para a vida inteira.

Dados nacionais e internacionais apontam para um aumento de casos de violência durante a pandemia, tendo em vista que o isolamento social expôs adolescentes e crianças a situações de vulnerabilidade. Essas situações vão da impaciência do adulto, ao agravamento de violências já existentes. Por outro lado, em meio à pandemia, a subnotificação dos casos acontece devido a que o distanciamento social priva crianças e adolescentes do contato com a escola, com os vizinhos, familiares, amigos, serviços de saúde, reduzindo a percepção da violência. Além disso, a crise econômica que se acentuou com a chegada do vírus fez com que muitos pais perdessem o emprego e que as condições de subsistência das famílias fossem prejudicadas, aumentando as situações de estresse familiar. Nessas situações, muitos adultos aumentaram o consumo de álcool e, muitas vezes, suas insatisfações e frustrações provocam consequências na relação inadequada com os filhos. Antes da pandemia, as escolas eram os principais locais de identificação dos indícios de violências contra as crianças e os adolescentes. Hoje, como a maior parte das crianças está afastada das escolas, o abuso se dá de forma mais oculta ainda. Além dessas violências, pode ocorrer a exposição a fatores de risco como trabalho infantil, exploração sexual, gravidez na adolescência e insegurança alimentar. A situação demanda do Estado a ampliação e integração planejada de serviços públicos de setores como saúde, educação, assistência social, trabalho e renda e outros.

Para dar conta da alta demanda, os conselhos tutelares precisam de uma rede de serviços intersetorial e solidamente estruturada. Os conselheiros tutelares realizam as primeiras verificações sobre as denúncias que recebem, tomando providências, por meio de medidas de proteção, colocando a vítima sob a proteção de familiares como avós e tios ou, quando

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

necessário, ao acolhimento familiar ou institucional. Além disso, devem ser acionados os serviços públicos de centros de apoio psicossociais, programas de apoio e orientação às famílias, por meio dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é o primeiro responsável pela prevenção de situações de vulnerabilidade social e risco nos territórios, e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que é responsável pelas consequências e acompanhamento das famílias e indivíduos que já tiveram seus direitos violados.

O agravamento da situação das crianças e adolescentes expôs as limitações e deficiências da estrutura de suporte às políticas de proteção e acolhimento, falta de recursos financeiros e humanos, incapacidade de ampliar o fluxo de atendimentos às demandas, necessidade de qualificar os conselheiros combinada com a falta de apoio, dificuldades de integração das informações de saúde, educação, assistência social e infraestrutura urbana, dentre outros.

Na pandemia houve um aumento da exploração sexual por meio das redes sociais e dos ambientes de jogos online, por isso o desafio da família no cuidado da criança e do adolescente, do que eles estão consumindo e da informação a que têm acesso. Em razão do isolamento social, as crianças permaneceram em casa durante a maior parte de 2020 e 2021, porém a segurança que esses locais deveriam prover não é realidade para muitas vítimas da violência infantil. Segundo levantamento do Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais, houve aumento de registro de casos de janeiro a maio deste ano (613) em relação ao mesmo período do ano passado (594), ainda que haja subnotificação dos casos, sobretudo aqueles de violência sexual contra crianças do sexo masculino. A migração das atividades cotidianas para o ambiente digital, de acordo com especialistas, exige redobrar a atenção de pais e responsáveis para os conteúdos consumidos em computadores e celulares. Os *sites* de acesso a conteúdos impróprios também aumentaram, de janeiro a abril de 2021, foram denunciadas à Safernet Brasil, 15.856 páginas relacionadas com pornografia infantil, o que representa aumento de 33,4% em relação ao mesmo período do ano passado (UFMG, 2021).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

O distanciamento da sala de aula desde março de 2020 comprometeu não apenas o aprendizado, mas também instalou um efeito colateral de ramificações sem precedente ao colocar lado a lado, mais do que nunca, agressores e vítimas e ao deixar estudantes fragilizados por condições patológicas sem o eixo vital de seu desenvolvimento intelectual e humano. Com isso se facilitou o caminho do abandono da escola e do interesse por livros e cadernos.

O fenômeno da violência sexual funciona com uma lógica instalada em nossa sociedade que parte da ideia de que crianças não são donas do seu próprio corpo, nem são sujeitos de direitos, sendo vistas apenas como projetos de ser humano. É fundamental, no campo da prevenção, além da capacitação das equipes, fortalecer a promoção de ações extracurriculares que levem as crianças e jovens a conhecerem seus direitos e a valorizarem sua individualidade (SP, LEG, 2021).

Análise da violência infantil em Campinas

O município de Campinas, buscando enfrentar as diferentes formas da violência infantil, convocou em 2005, as secretarias municipais, organizações da sociedade civil, órgãos da administração pública estadual e federal e hospitais privados para conformar a chamada Rede Municipal de enfrentamento às violências. Produto desta rede, o Sistema de Notificação de Violências de Campinas (SISNOV) foi implementado como instrumento de registro dos casos de violência identificados, tendo sido originalmente exclusivo para violências domésticas contra crianças e adolescentes.

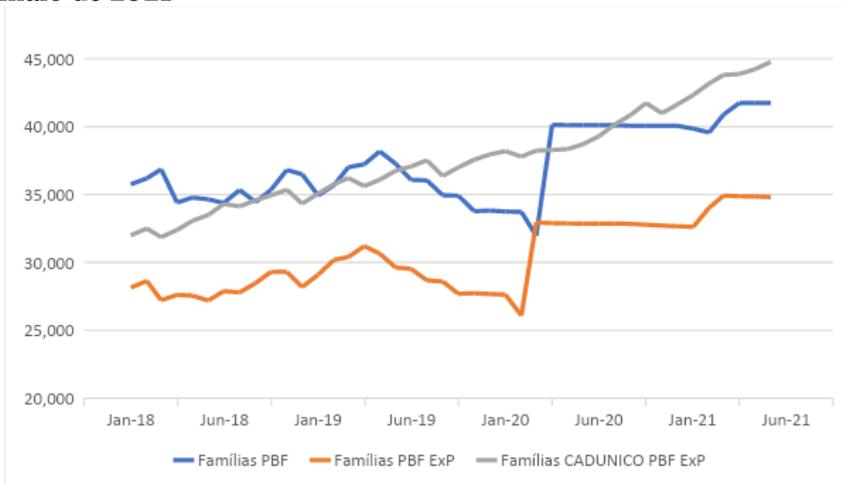
A partir de 2008, Campinas passou a integrar o SISNOV com o Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, para desta maneira conseguir gerar as notificações de forma simultânea ao SINAN, levando em conta que este último inclui uma lista de violências mais ampla que a do SISNOV e que o seu preenchimento é obrigatório para as unidades de saúde, com o qual se reforça a necessidade de preservar a intersetorialidade, uma vez que a violência infantil é um fato social cujo drama resulta, a maioria das vezes, invisível e subnotificado, e, para ser enfrentado, exige a articulação

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

intersectorial das informações e das ações de política pública. As formas de violências contra a criança e o adolescente são classificadas, conforme o sistema integrado SISNOV/SINAN, em física, sexual, psicológica, de negligência, de abandono, fatal e de trabalho infantil.

O agravamento do quadro social em função de fatores associados à pandemia potencializou o problema do empobrecimento e da vulnerabilidade da população. Em Campinas esses efeitos se percebem pelo incremento no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) entre 2018 e 2021, e porque, no momento inicial da pandemia, na passagem do contexto prévio para a situação de isolamento sanitário, se observa um aumento do número de famílias que necessitam do PBF, o que indica uma situação de maior vulnerabilidade social.

Gráfico 1 - Famílias cadastradas no Cadastro Único – MDS e famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. Campinas – janeiro de 2018 a maio de 2021



Fonte: Fundação SEADE e SAGI/MDS;

Observe-se que o agravamento da situação das famílias destacado pelo incremento das famílias beneficiárias impacta especialmente na situação das crianças menores. Em 2019, havia no município 83,9 mil crianças menores de 6 anos, sendo que

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

40% delas faziam parte de famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), registro que o Governo Federal utiliza para identificar as famílias em situação de vulnerabilidade social. Dentre as crianças de famílias inscritas no CadÚnico, quase 2/3 eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Os dados mostram que a situação das crianças campineiras era mais vulnerável em 2019 ao se comparar os indicadores do município de Campinas com as médias dos municípios da Região Metropolitana de Campinas e certamente, em 2020 e 2021, a situação pode ter se agravado, haja visto mostra o incremento das famílias em condição de vulnerabilidade, no gráfico anterior.

Tabela 1 - Informações para caracterização da população em vulnerabilidade RMC

Crianças entre 0 e 6 anos de idade. Municípios da Região Metropolitana de Campinas. 2019					
Municípios	Total * (A)	Inscritas no Cadastro Único ** (B)	Em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (C)	Proporção de Inscritas no Cadastro Único (A/B)	Proporção beneficiárias de PBF entre as inscritas no Cadastro Único (C/B)
Americana	15.404	3.817	2.400	25%	63%
Artur Nogueira	3.891	1.648	747	42%	45%
Campinas	83.941	33.575	21.583	40%	64%
Cosmópolis	5.457	1.417	668	26%	47%
Engenheiro Coelho	1.737	898	403	52%	45%
Holambra	1.254	150	40	12%	27%
Hortolândia	17.651	7.730	5.140	44%	66%
Indaiatuba	17.559	4.416	1.620	25%	37%
Itatiba	8.353	1.909	1.047	23%	55%
Jaguariúna	4.339	1.307	716	30%	55%
Monte Mor	5.121	3.492	2.457	68%	70%
Morungaba	1.060	667	216	63%	32%
Nova Odessa	3.987	1.074	567	27%	53%
Paulínia	8.625	3.182	1.625	37%	51%
Pedreira	3.305	1.284	694	39%	54%
Santa Bárbara d'Oeste	12.564	3.164	1.828	25%	58%
Santo Antônio de Posse	1.697	1.140	681	67%	60%
Sumaré	22.400	7.404	4.248	33%	57%
Valinhos	8.109	1.706	970	21%	57%
Vinhedo	5.590	1.158	574	21%	50%
Região Metropolitana de Campinas	232.044	81.138	48.224	35%	59%

Fonte: (*) Fundação SEADE. (**) Referência: Agosto, 2019. MDS/Secretaria de Gestão e Avaliação.

As Violências contra crianças e adolescentes

Tal como foi exposto anteriormente e de acordo com a nota técnica explicativa do sistema de tabulação de dados do SISNOV, a partir de 2008, o município de Campinas passou a integrar o SISNOV com o Sistema de Informação sobre Agravos

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, para desta maneira conseguir gerar as notificações de forma simultânea ao SINAN, levando em conta que este último inclui uma lista de violências mais ampla que a do SISNOV e que o seu preenchimento é obrigatório para as unidades de saúde.

A Taxa de Notificações por Violências por grupo de 10.000 habitantes em Campinas apresentou tendência de crescimento entre 2009 e 2018, sobretudo após o ano de 2015. Contudo, no ano de 2019, se observa a reversão da tendência, evidenciada pela queda dessa taxa durante os anos de 2020 e 2021, mas, quanto a isto, devemos lembrar que esses últimos anos podem ser considerados atípicos em função dos efeitos da pandemia.

Tabela 2

Taxa de Notificações por grupo de 10.000 habitantes			
Notificações por residentes de Campinas, 2009-2021*			
Ano	Notificações	População	Taxa
2009	867	1.072.418	8,1
2010	893	1.080.036	8,3
2011	1.120	1.090.888	10,3
2012	1.201	1.101.875	10,9
2013	1.210	1.113.022	10,9
2014	1.060	1.124.291	9,4
2015	1.650	1.135.623	14,5
2016	1.976	1.173.370	16,8
2017	1.898	1.187.282	16,0
2018	2.311	1.200.293	19,3
2019	1.799	1.220.146	14,7
2020	1.510	1.220.012	12,4
2021*	1.167	1.223.237	9,5

(*) inclui notificações até o mês de agosto.

Fonte: SISNOV/SISVAN e projeções IBGE em SMS/TABNET Campinas.

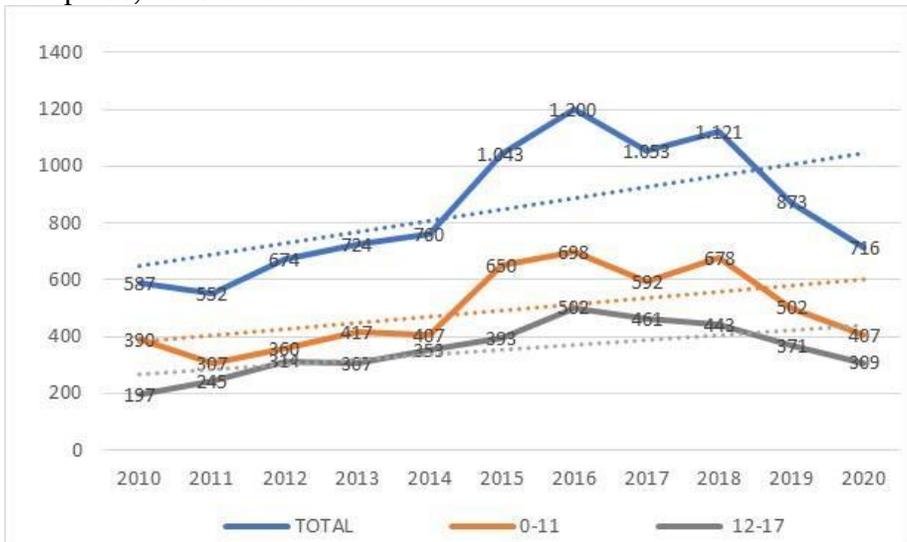
(Dados atualizados em 09/09/2021, sujeitos à revisão).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90) ao assegurar que se cumpram integralmente os direitos das crianças e adolescentes no sentido de que protegê-las de violências e opressões, estabelece que seja obrigatória a denúncia de todos os casos suspeitos ou confirmados de violências. (PLATT, 2018)

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Para as faixas etárias preconizadas no ECA houve, de maneira geral, incremento das notificações de violência em Campinas desde o início do período, em 2010, até 2016, seguido de queda no ano de 2017 e de nova retomada do crescimento em 2018, sendo que a partir de 2019 ocorrem novas quedas até o ano de 2020.

Gráfico 2 - Notificações de violência para as faixas etárias do ECA, Campinas, 2010 a 2020



Fonte: notificações SISNOV/SINAN

As informações apresentadas nos gráficos a seguir são do Sisnov. Foi utilizado o recorte etário disponível: menores de 1 ano, 1 e 4 anos, 5 e 9 anos e 10 a 14 anos. Para a análise da primeira infância, vale destacar que o recorte etário é aquele relacionado a crianças de 0 a 6 anos, entretanto, como o sistema não disponibiliza as informações desse recorte, utilizamos aqui o recorte possível de faixas quinquenais de idade.

É importante ressaltar que o tipo de violência prevalente muda à medida que a idade avança. Assim, os dados revelam que para os bebês menores de 1 ano as principais notificações de violências são as do tipo: negligência/abandono e violência física. Para crianças nas faixas etárias de “1 a 4 anos” e de “5 a 9 anos” destacam-se os tipos de violências: negligência, sexual e física.

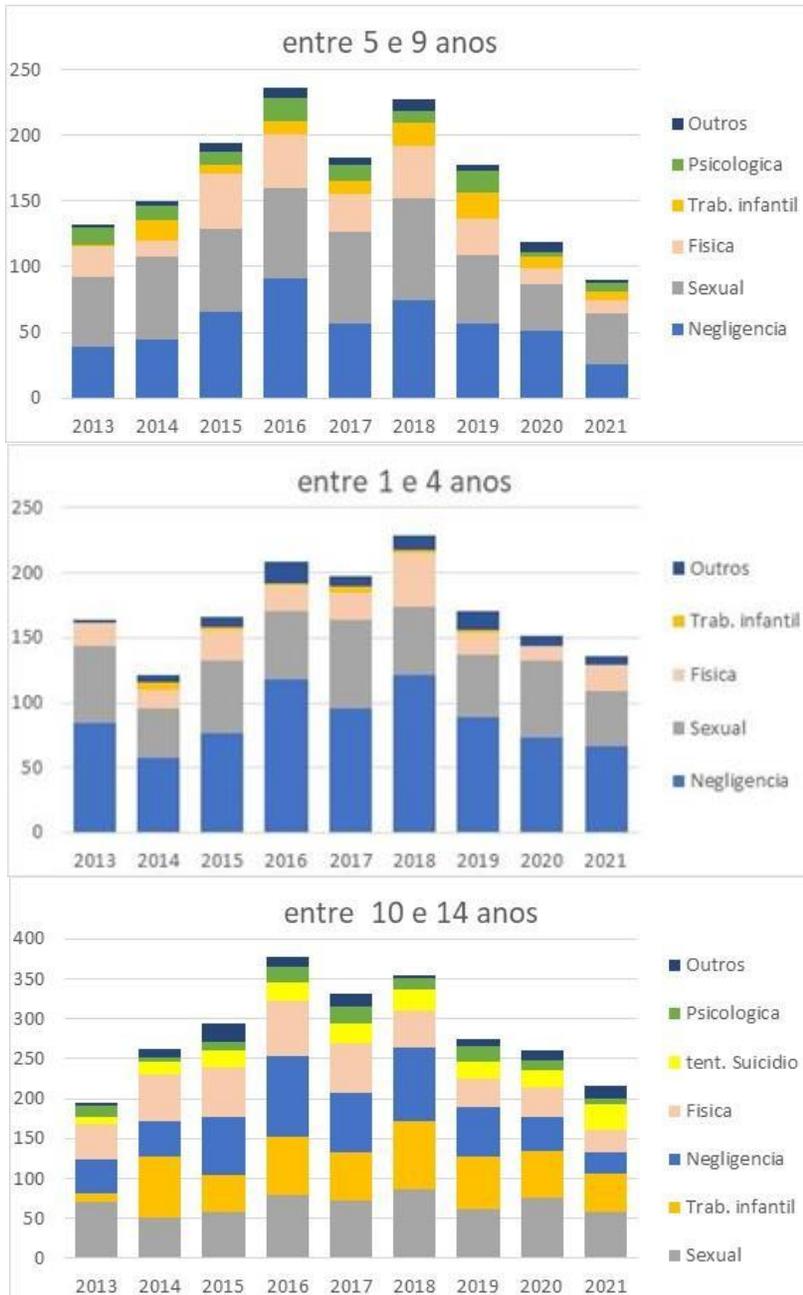
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Na faixa de “5 a 9 anos” houve incremento na violência do tipo sexual e declínio da violência por negligência e, justamente, nesta faixa, é onde começam a aparecer, embora em menor proporção, as notificações de trabalho infantil. Na faixa etária de “10 a 14 anos” se concentra o maior volume de notificações de todas as faixas etárias. Verifica-se ademais uma distribuição mais equilibrada entre as notificações de violência. As violências mais recorrentes nesta idade foram: sexual, trabalho infantil, negligência e física.

Gráficos 3, 4, 5 e 6 - Notificações de violências contra crianças e adolescentes por faixa etária e tipo de violência. Campinas, 2013 a 2021*



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



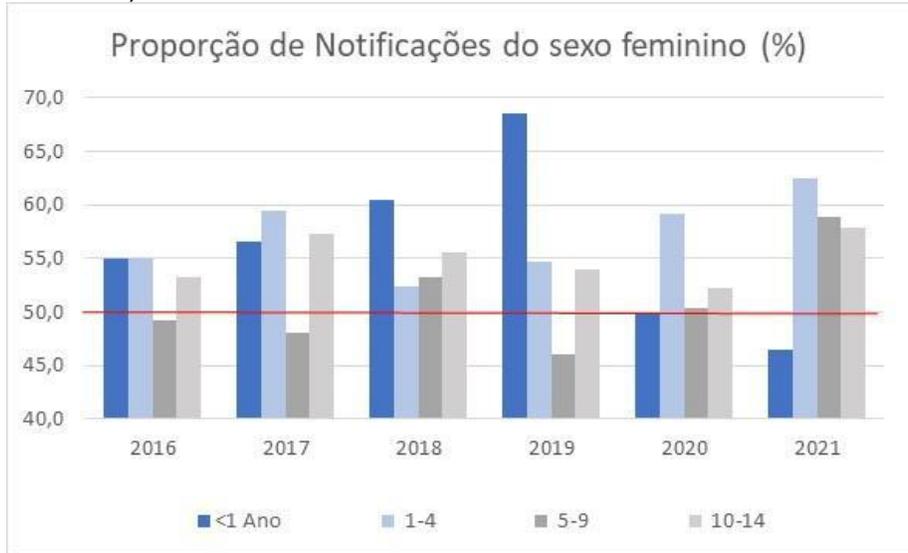
(*) em 2021 as notificações incluem até o mês de agosto.
 Fonte: notificações SISNOV/SINAN.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Perfil das vítimas de violência

A distribuição percentual das violências por sexo da vítima, de acordo com os dados do SISNOV, revela que para quase todas as faixas etárias a maioria das vítimas é do sexo feminino (exceção para a faixa dos 5 aos 9 anos).

Gráfico 7



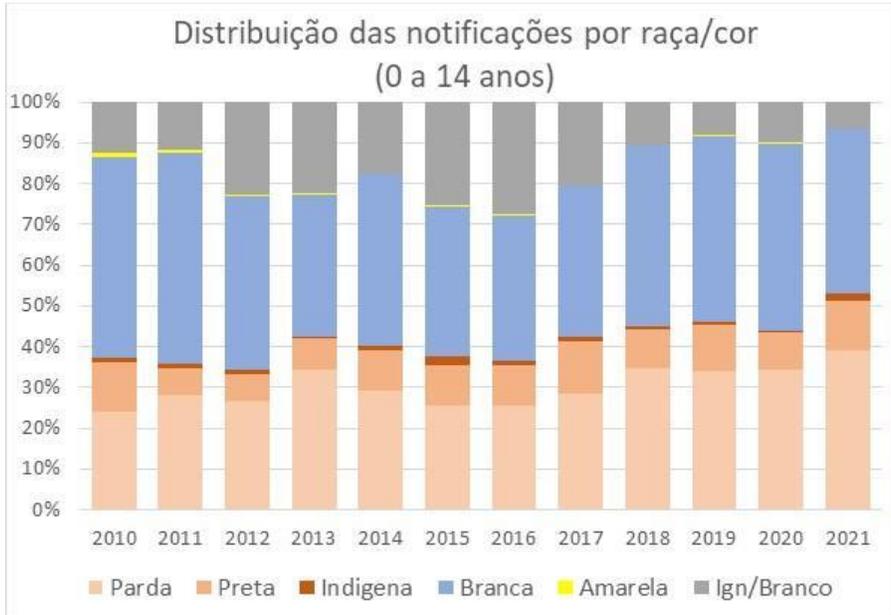
(*) em 2021 as notificações incluem até o mês de agosto

Fonte: notificações SISNOV/SINAN

No início do período, nos anos 2010, 2011 e 2012 a maior parte das notificações de violência se referem às crianças e adolescentes da cor branca ou amarela, sendo que, nos anos subsequentes, se observa a tendência de crescimento da proporção das notificações de violência das crianças negras e indígenas.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 8



(*) em 2021 as notificações incluem até o mês de agosto

Fonte: notificações SISNOV/SINAN

Distribuição das notificações de violência na infância por região de residência

Se analisa a seguir a faixa etária de crianças de até 9 anos com o objetivo de apresentar um panorama da prevalência da violência na infância. A razão de notificações por 1000 habitantes é um indicador que permite relativizar as notificações para efeitos de comparação. A prevalência de ocorrência de violência na infância foi calculada pela razão de notificações de violência na faixa etária de 0 a 9 anos dividido pela população total nessa idade, relativizada para cada 1000 crianças.

Entre 2010 e 2014, em Campinas, foram notificadas 2 ocorrências de violência em cada mil crianças. A partir de 2015 houve um incremento da violência de menos de 4 notificações para cada mil crianças que se manteve até o ano de 2018. No final do período, em 2019 e 2020, a razão de notificações volta a atingir o patamar do início da década, com 2 notificações por

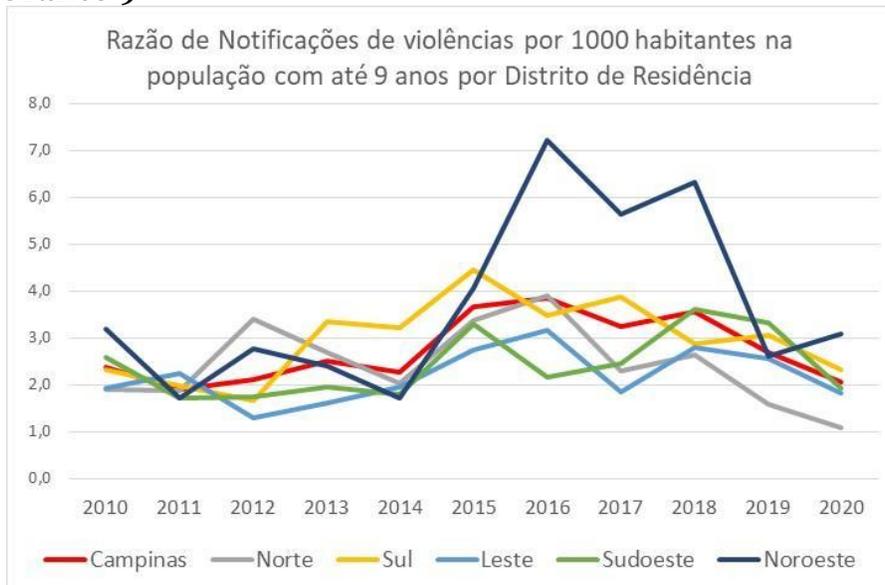
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

cada mil crianças em 2020. As violências mais notificadas contra crianças menores de 9 anos foram a negligência, a violência física e a sexual.

A evolução da razão de notificação das violências por região não apresentou no período variação importante com relação à média municipal, com exceção da região noroeste que apresentou, de 2015 a 2018, taxas superiores às demais regiões.

A região noroeste é uma região de importante vulnerabilidade socioeconômica e de grande densidade populacional. Em 2020, esta região apresentou a mais alta taxa de mortalidade infantil (10,7 óbitos por mil crianças) e a mais elevada proporção de mães adolescentes (12,5%). Também é nessa região que residem proporcionalmente maior número de famílias jovens e com filhos pequenos.

Gráfico 9



Fonte: notificações SISNOV/SINAN

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Tipos de violência por autoria

A seguir se apresentam as notificações de violência na infância e na adolescência segundo a autoria ou o/a causador/a do fato. Para esta análise considerou-se um recorte mais abrangente que incluísse crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade.

Negligência e Abandono

A lei obriga que a negligência/abandono seja notificada como forma de violência quando seja praticada contra crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas e também para as pessoas com graus severos de deficiência ou transtorno mental em função de sua vulnerabilidade.

A família aparece em Campinas como a principal responsável pelas negligências e abandono das crianças e adolescentes, sendo que na metade dos casos foi a mãe que ficou responsabilizada, seguida pelo conjunto mãe e pai e, em menor proporção, do pai como autor único.

Tabela 3

NOTIFICACAO por Negligência ou Abandono segundo Principal autor

Faixa etária: 0 a 19 anos

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mãe	50,6	38,9	56,0	52,4	52,4	52,2	47,4	49,1	47,5
Os pais	30,8	17,6	28,2	34,0	33,8	34,7	32,6	30,9	33,0
Pai	5,5	6,3	5,4	5,8	4,4	2,8	7,4	7,4	7,3
Avó materna	2,4	1,4	2,8	2,0	1,6	1,0	3,7	3,0	3,9
Outros famil. ou pessoas conhecidas	5,1	26,2	3,2	3,6	4,7	3,3	6,3	6,1	6,7
Outros	5,5	9,5	4,4	2,2	3,2	5,9	2,6	3,5	1,7
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL absoluto	253	221	316	450	317	389	270	230	179

(*) em 2021 as notificações incluem até o mês de agosto

Fonte: notificações SISNOV/SINAN

Violência Física

Os dados mostram que os principais autores de violência física pertencem ao núcleo familiar. Quase metade das notificações, no decorrer do período, tiveram como agressores os pais (mãe, pai, padrasto, pais). Os dados apontam também que a prática da violência física contra crianças e adolescentes, em menor proporção, é praticada por membros da família extensa ou por conhecidos. Por exemplo, no ano de 2020, 1 a cada 4 notificações de violência física tinha como autor algum familiar (família extensa) ou pessoa conhecida. Vale destacar que a violência física provocada na família, muitas vezes, reproduz o contexto cultural de normalização dessa violência como medida disciplinadora e educativa, essa cultura promove e naturaliza um modo de vida que acaba reiterando a violência física familiar de pais para filhos.

A escola comporta a proteção das crianças e adolescentes na medida em que os professores e profissionais têm condições e/ou oportunidade de perceber essas violências e acionar os serviços de proteção e acolhimento. Em um contexto em que crianças e adolescentes em todo o mundo ficaram e/ou ainda estão fora da escola, seria realista esperar um aumento nos níveis de violência doméstica praticadas contra as crianças, sobretudo no Brasil, onde as escolas permaneceram fechadas por mais de 40 semanas, segundo o relatório recente da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2021).

Os dados referentes à violência física com autoria familiar não apresentaram variações relevantes no período analisado. Nos anos de 2020 e 2021 de isolamento em função da pandemia, apresentaram notificações por autoria familiar ligeiramente superiores ao período anterior, mas isto essa diferença não pode ser diretamente atribuída ao efeito do isolamento social, ainda que muito provavelmente as violências tenham sido subnotificadas.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Tabela 4

NOTIFICACAO por Violência Física segundo Principal autor
Faixa etária: 0 a 19 anos

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mãe	16,3	20,1	23,1	20,4	18,1	23,5	20,5	22,0	21,2
Pai	16,3	15,4	12,5	23,7	15,9	13,2	15,2	18,6	18,6
Padrasto	5,1	4,7	6,8	6,1	6,5	7,3	4,7	7,6	7,1
Os pais	3,9	4,7	3,2	4,5	2,6	5,1	7,0	3,4	4,4
Companheiro	5,6	5,4	6,0	6,5	7,8	6,8	9,9	5,1	4,4
Outros familiares ou pessoas conhecidas	29,8	36,2	28,5	22,0	36,2	33,3	29,8	24,6	25,7
Desconhecidos	12,9	7,4	11,7	10,6	9,9	4,7	7,6	13,6	10,6
Outros	10,1	6,0	8,2	6,1	3,0	6,0	5,3	5,1	8,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL absoluto	178	149	281	245	232	234	171	118	113

(*) em 2021 as notificações incluem até o mês de agosto

Fonte: notificações SISNOV/SINAN

Violência Sexual

Os dados revelam que, no município de Campinas, assim como em várias outras localidades do país, a maioria das violências sexuais contra crianças e adolescentes são provocadas por homens (quase 80% em média no período) no ambiente intrafamiliar, ou seja, trata-se de violências de autoria do pai, ou do padrasto, ou do tio, cunhado, primos e avós, dentre outros.

Em Campinas não se observou aumento quantitativo importante do período pré-pandemia para o período pós pandemia, entretanto, observou-se um aumento no percentual de violências cujo autor é uma pessoa conhecida, do sexo masculino e de dentro de casa.

Apesar do incremento das violências sexuais por autoria masculina e intrafamiliar, muito provavelmente, essas violências devem sofrer de subnotificação, pois antes da pandemia, as escolas acabavam por ter um papel estratégico na identificação de indícios deste tipo de violência. Com as escolas fechadas em longo período, o abuso provavelmente esteja ocorrendo de forma ainda mais oculta.

Ao pensarmos na prevenção desta forma de violência é necessário promover ações que capacitem as equipes de atendimento a crianças e adolescentes vítimas e, por outro lado, promovam ações de conscientização da população, das crianças e dos jovens a respeito dos seus direitos e das formas de acessar os serviços de proteção à criança e aos adolescentes. É importante que esse tipo de violência, assim como as demais

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

violências contra crianças e adolescentes, não seja considerada normal a risco de banalizar um fato social dramático, e, por isso, as pessoas que souberem de casos devem denunciá-los.

Os serviços dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), dos Conselhos Tutelares e das instâncias do poder judiciário tem papel central na prevenção, no acolhimento das vítimas e no combate a este tipo de violência.

Tabela 5

NOTIFICACAO por Violência Sexual segundo Principal autor

Faixa etária: 0 a 19 anos

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
intrafamiliar sexo masculino	45,2	35,7	42,7	47,4	35,8	48,1	44,7	54,9	42,4
extrafamiliar sexo masculino	47,4	32,1	25,5	25,1	28,0	28,3	25,6	19,1	26,7
extrafamiliar sexo feminino	2,2	8,6	23,5	22,3	25,3	15,7	23,3	17,7	18,0
intrafamiliar sexo feminino	0,9	9,0	1,2	1,0	0,7	1,0	0,5	1,4	2,3
Sozinho	0,0	5,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Os pais	0,0	3,2	0,4	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0
Outros	4,3	5,4	6,7	4,2	10,2	6,1	6,0	7,0	10,5
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL absoluto	230	221	255	287	293	293	215	215	172

(*) em 2021 as notificações incluem até o mês de agosto

Onde:

Violência intrafamiliar do sexo masculino: Pai, Padrasto, Tio, Primo, Irmão, Avô paterno, Avô materno, Cunhado, Companheiro, Esposo, Filho

Violência extrafamiliar do sexo masculino: Conhecido, Vizinho, Amigo, Desconhecido, Pessoa com relação institucional, Namorado, Ex-namorado, Ex-cônjuge, Cuidador e Policial/Agente da lei.

Violência extrafamiliar do sexo feminino: Desconhecida, Amiga, Cuidadora e Conhecida

Violência intrafamiliar do sexo feminino: Mãe, Madrasta, Avó paterna, Avó materna, Esposa, Irmã, Prima, Tia, Filha e Cunhada.

Trabalho infantil

Para analisar os dados das notificações por trabalho infantil em Campinas consideramos a faixa etária dos 5 aos 14 anos, pois é a partir dos 5 anos que este fenômeno começa a aparecer nos dados. O limite de 14 anos foi considerado para melhor caracterização do fato social, pois a Constituição Brasileira permite o trabalho de maiores de 14 anos na condição de aprendiz.

O relatório da UNICEF: “Trabalho infantil: estimativas globais, tendências e o caminho a seguir”(ILO.ORG, 2021)

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

informa que a pandemia teve efeito secundário no incremento do trabalho infantil ao apontar que pela primeira vez em 20 anos de queda da taxa de trabalho infantil, uma inversão da tendência começa a ser notada. De acordo com o relatório, é esperado ainda um efeito prolongado da crise do covid com desdobramentos no trabalho infantil.

Para o município de Campinas não se observou nos anos recentes, relativos à pandemia, aumento significativo no número de notificações, no entanto houve incremento na participação das notificações onde a mãe foi apontada como responsável por essa forma de violência. É provável a subnotificação do trabalho infantil em Campinas no final do período sob estudo.

Tabela 6

Trabalho infantil, crianças de 5 a 14 anos – distribuição percentual (%)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mãe	0,0	14,3	13,5	38,6	56,3	48,0	44,2	55,2	64,8
Os pais	27,3	14,3	5,8	13,3	15,5	23,5	30,2	19,4	24,1
Pai	0,0	7,7	5,8	9,6	4,2	8,8	9,3	4,5	3,7
Sozinho	18,2	13,2	38,5	6,0	1,4	1,0	0,0	0,0	0,0
parente ou amigo	18,2	6,6	9,6	12,0	11,3	7,8	10,5	17,9	1,9
Outros	36,4	44,0	26,9	20,5	11,3	10,8	5,8	3,0	5,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL absoluto	11	91	52	83	71	102	86	67	54

(*) em 2021 as notificações incluem até o mês de agosto

Fonte: notificações SISNOV/SINAN

Notificações de Violência por Tentativa de suicídio/Suicídio segundo faixa etária

A pandemia tem trazido e potencializado as situações de estresse que podem se desdobrar na ocorrência ou no agravamento de problemas de saúde mental. De acordo com pesquisa da Faculdade de Medicina da USP¹³¹ 1 a cada 4 crianças apresentou sintomas de ansiedade e depressão com necessidades de intervenções de especialistas.

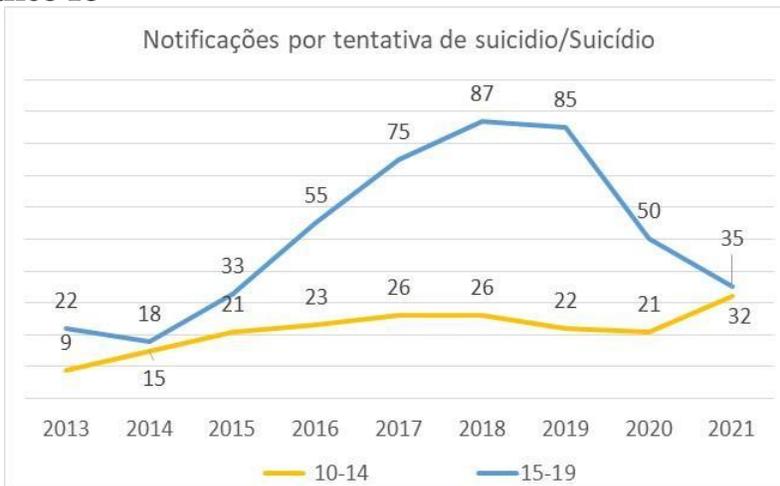
¹³¹ Pesquisa coordenada pelo psiquiatra de crianças e adolescentes Guilherme Polanczyk.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

As crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade são as que apresentam maior risco. Importante lembrar que muitas vezes os problemas de saúde mental das crianças e dos adolescentes não são notados, nem enfrentados e que poucos casos recebem acompanhamento, sendo que transtornos mentais podem estar associados a consequências de gravidade como suicídio e dependência química. Segundo a OPAS, o suicídio é a segunda causa principal de morte entre os jovens entre 15 e 29 anos de idade. O Brasil registra tendência de crescimento das taxas de óbitos por suicídio entre os jovens de 15 a 29 anos. Em média, a taxa cresceu 10% entre 2011 e 2017.

Em Campinas a evolução do número total de notificações de tentativa de suicídio/suicídio, entre 2013 e 2019, apresentou tendência de crescimento para a faixa etária dos 10 aos 14 anos e de crescimento mais intenso para a faixa etária dos 15 aos 19 anos. Os dados do SISNOV revelam que nos anos da pandemia (2020 e 2021) houve redução do número de notificações. Entretanto, deve-se ter cuidado ao considerar os dados dos últimos anos, pois é provável que estejam subnotificados.

Gráfico 10



(*) em 2021 as notificações incluem até o mês de agosto.
Fonte: notificações SISNOV/SINAN.

Enfrentamento das Violências contra as crianças e adolescentes

O fenômeno da violência contra as crianças e os adolescentes se apresenta em todas as classes sociais no cotidiano de famílias brasileiras e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90) é a lei garantidora do direito à proteção integral, promovendo a intersetorialidade das políticas públicas no sentido de protegê-las de violências e opressões, estabelecendo que seja obrigatória a denúncia de todos os casos suspeitos ou confirmados de violências. (PLATT *et al.*, 2018 e 2020)

Considera-se que em contextos de vulnerabilidade, algumas questões sociais precisam ser ampliadas para tornar o entendimento e o enfrentamento do fenômeno mais esclarecedores, para a elaboração de políticas sociais mais adequadas.

A pobreza, ao aumentar a vulnerabilidade social das famílias, pode potencializar outros fatores de risco, contribuindo para que crianças e adolescentes mais pobres tenham mais chances de se verem incluídos na sua trajetória de vida, episódios de abandono, violência e negligência. Portanto, pode-se inferir que a desigualdade social e a pobreza são mecanismos de produção social de crianças vitimadas pela fome, por ausência de abrigo ou por morar em habitações precárias, por falta de escolas, por doenças contagiosas, por inexistência de saneamento básico.

A pobreza é insuficiente para explicar todas as formas de manifestação da violência no âmbito da família, no entanto, não é possível dissociar o padrão de convivência familiar das questões mais amplas causadas, muitas vezes, por frustração, humilhação, redução dos direitos sociais, como também privações causadas pelo desemprego e pela diminuição do papel do Estado na garantia da sobrevivência das famílias por meio da provisão de políticas sociais.

Em Campinas, o Plano Municipal pela Primeira Infância (PIC, 2018) apresenta, entre os seus 12 eixos de ação, o eixo número 6 destinado ao compromisso com a '*Atenção integral às crianças e suas famílias em situação de violência*'. Esse eixo apresenta uma contextualização do fenômeno no município,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

assumindo o compromisso com 18 propostas que envolvem ações intersetoriais de atendimento, educação permanente de profissionais e com a comunidade, comunicação e revisão de normas. Interessante considerar que na leitura integral do PIC, o tema ‘violências contra crianças’ se apresenta em outros eixos que abrangem ações na cidade e suas políticas públicas de forma integrada.

Assim sendo, a política de proteção à criança é sugerida no Plano de forma intersetorial, por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, com atuação sistêmica, envolvendo a família, a comunidade, a sociedade e o Estado.

O PIC indica que as ações propostas sejam pautadas pelos seguintes princípios: Reconhecimento da criança como sujeito de direitos; Valorização e promoção da participação infantil; Valorização das capacidades e competências das famílias na resolução de seus próprios conflitos e problemas; Primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas públicas integradas para o enfrentamento às violências; Promoção da Cultura da Paz (PIC, 2018).

Comentários Finais

Apesar da constatação de que em Campinas o número de registros de violências contra crianças e adolescentes tenha declinado por conta da pandemia, tendo em vista que houve dificuldades de notificação, a hipótese mais provável é a de que a violência contra este público não só persiste como deve ter aumentado.

Ademais, as informações referentes às taxas de notificações de violência na população e às taxas referentes ao público infantil e adolescente não apresentaram uma diminuição repentina, pois já vinham caindo desde 2019, ano anterior ao início da pandemia. Os dados referentes ao município mostraram que mais da metade das vítimas eram meninas. Houve um aumento da proporção de 53%, em 2018 e 2019, para 58% em 2021. A proporção de vítimas da cor/raça negra e indígenas vem aumentando desde 2017 quando a proporção era de 42,4%, porém em 2021, passou para 53%. As taxas de notificações de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

violência contra crianças e adolescentes na região Noroeste merecem destaque pois atingiu valores discrepantes entre 2014 e 2018, muito diferente das outras regiões de Campinas.

Com relação à principal autoria da violência, os dados não mostram variação considerável na última década. No caso das violências por negligência/abandono e violência física a responsabilidade foi atribuída principalmente às pessoas mais próximas como a mãe, os pais ou ao pai e o padrasto. O contexto de violência familiar, na maioria das vezes, é apresentado sem considerar os fatores externos, que não são controlados pela própria família. Quando as famílias são responsabilizadas direta e isoladamente pela violência, as mesmas ficam sujeitas a processos de culpabilização, especialmente, nos casos apontados onde a mulher aparece como maior violadora de direitos, sendo que, muitas vezes, a mulher é a única responsável pela prole.

No caso das violências sexuais se percebe um incremento na responsabilização por pessoas do sexo masculino e membros da família ¹³² de 53,7% em 2019 para 60,5% em 2020. As notificações por suicídios/tentativa de suicídios sofreram uma queda no ano da pandemia para crianças e adolescentes com idade entre dez e dezenove anos. Em 2019 foram 107 notificações e, em 2020, foram computadas 71.

Embora a análise das informações do Sisnov para Campinas possa sugerir uma diminuição da violência, o que provavelmente ocorreu foi a diminuição de denúncias no período da quarentena em função da dificuldade das vítimas de chegar às instituições e da realização da notificação.

Na análise de dados sobre violências deve se considerar que existe diversidade de fatores e de situações envolvidas que ocorrem tanto no âmbito das famílias, como no âmbito do próprio Estado, pela ausência ou insuficiência da oferta e pela garantia de acesso às políticas públicas eficazes para as famílias e para o fortalecimento da sua função protetiva. As intervenções, no entanto, são realizadas, na maioria das vezes, a partir de denúncias que evidenciam falhas no cuidado e na proteção dos membros da família.

¹³² Violência intrafamiliar do sexo masculino: Pai, Padrasto, Tio, Primo, Irmão, Avô paterno, Avô materno, Cunhado, Companheiro, Esposo, Filho.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Se afirma que os riscos e vulnerabilidades não decorrem de responsabilidade individual, mas de um conjunto de desigualdades estruturais, socioeconômicas e políticas, e/ou da ausência de proteções sociais. As vulnerabilidades devem, portanto, ser entendidas como um conjunto de situações de precariedade, que vão além das condições socioeconômicas. Nesse conjunto deve-se levar em consideração a composição demográfica da família, as relações cotidianas de vida, os agravos à saúde, a gravidez precoce, a exposição a situações de violência (VALENTE, 2013).

Apesar dos riscos e contingências sociais serem fatores que afetam a toda a comunidade, alguns indivíduos e grupos se encontram mais vulneráveis que outros. Isso se relaciona com as condições de vida e de enfrentamento de cada situação. Determinadas situações ocasionam agravos, danos e ofensas ao indivíduo, às famílias ou aos grupos, e, conseqüentemente, provocam uma afronta à cidadania e à dignidade.

O cuidado e a proteção estão presentes como direito na legislação brasileira e devem estar nas políticas nacionais dirigidas à infância, à adolescência e à juventude. A Constituição Federal nos artigos 226 e 227 determina em lei questões para o enfrentamento de situações que garantam a proteção social da família. O artigo 226 estabelece que *“A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”* e o §8º *“O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”*. Já o artigo 227 dispõe que *“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”*. O seu § 4º afirma que *“A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”*.

O Estado brasileiro, constitucionalmente, deve garantir a proteção à família para o exercício de sua função social aos seus membros. Essa proteção é de responsabilidade compartilhada da

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

família, da sociedade e do Estado. Nesse conjunto inserem-se a comunidade (apontada expressamente pelo ECA) e a rede de apoio exercida pelos parentes próximos com quem a criança e o adolescente mantêm relações de afinidade e afetividade (Artigo 25 ECA).

O exercício dessa função protetiva do Estado requer o oferecimento de serviços de qualidade e, nesse sentido, quando falham, não são suficiente ou estão ausentes, surgem chamados de atenção quanto à real capacidade do próprio Estado de efetivá-la adequadamente.

Em situações e/ou localidades nas quais a necessidade de aplicação de medidas protetivas decorre, sobretudo, da ausência de políticas públicas e/ou da carência de oferta de programas e serviços mais efetivos e abrangentes, o poder público deve participar com ações que garantam os direitos individuais e coletivos. A estruturação de uma adequada rede de serviços de atenção e proteção à criança, ao adolescente e à sua família é expressão das políticas públicas e, conseqüentemente, de um Estado em ação. Essa resposta precisa estar intimamente ligada ao oferecimento de políticas públicas integrais e integradas, com o compromisso constante de atender cada família, cada criança, cada adolescente e jovem, considerando suas situações particulares.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL BRASIL. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-10/agressoes-contras-criancas-e-adolescentes-chegam-quase-120-mil>, visitado em 24/10/2021.
- ESTADO DE MINAS GERAIS, "Pandemia agrava e mascara violações contra crianças e adolescentes", https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/15/interna_gerais,1295950/pandemia-agrava-e-mascara-violacoes-contras-criancas-e-adolescentes.shtml, visitado em 10/10/2021.
- ILO.ORG.https://www.ilo.org/lisbon/publica%C3%A7%C3%B5es/WCM_S_809268/lang--pt/index.htm, visitado em 28/09/2021.
- PLATT, V. B. et al. (2018). Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e conseqüências. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1019-1031, Abril. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

PLATT, V. B., GUEDERT, J. M., COELHO, E. B. S. (2020). Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. *Rev. Paul. Pediatr*,39: 1-7. <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2020267>.

PIC, Plano Municipal pela Primeira Infância de Campinas 2019 - 2029, Prefeitura de Campinas, 2018.

SÃO PAULO, LEG, "Comissão da Criança discute violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia", <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/comissao-da-crianca-discute-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-durante-a-pandemia/>, visitado em 08/10.2021.

SISNOV/SINAN. <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/>.

UFMG. "UFMG alerta para risco de abuso sexual na pandemia", <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-alerta-para-riscos-de-abuso-sexual-infantil-na-pandemia>, visitado em 01/10/2021.

VALENTE, Jane. Famílias Acolhedoras: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento, São Paulo/SP: Paulus, 2013.



CAPÍTULO 21

ACOLHIMENTO A CRIANÇAS MIGRANTES E SUAS FAMÍLIAS EM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

**Ana Cecília Cossi Bizon¹³³
Verônica Carvalho de Deus¹³⁴**

Nas últimas décadas, temos contemplado um mundo em preocupante desequilíbrio. Vivemos em meio a complexas disputas geopolíticas, ao mesmo tempo em que, globalmente geridos por uma economia neoliberal predadora e pouco comprometida com políticas públicas sociais (educação, saúde, segurança), assistimos ao avanço de projetos de grandes corporações, geradores de uma (des)educação para o consumo, que contribui para a devastação do ambiente. Como consequência desse “capitalismo perverso” (M. SANTOS, 2000), catástrofes provocadas por longas estiagens, enchentes, furacões e outros fenômenos naturais têm sido mais frequentes e

¹³³ Docente do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas. Líder do Grupo de Pesquisa IndisciPLAr (CNPq).

¹³⁴ Graduanda em Letras Letras-Habilitação em Português Segunda Língua/Língua Estrangeira, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Bolsista do Projeto Populações vulneráveis: Português como Língua de Acolhimento para migrantes e refugiados.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

numerosas. A conjunção de todos esses acontecimentos (B. SANTOS, 2020) vem intensificando as desigualdades sociais e desenhando um cenário mundial cada vez mais afeito a deslocamentos humanos de grandes proporções.

O Brasil, conforme explicam Baeninger e Peres (2017), passa a constar como destino no mapa das migrações internacionais contemporâneas a partir de 2010, com o advento do terremoto no Haiti. A partir de então, em que pesem os problemas econômicos e sociais enfrentados nos últimos anos, bem como a instabilidade política imputada pelo atual governo de ultradireita de Bolsonaro¹³⁵ e pela pandemia de Covid-19, o país tem recebido diferentes grupos de migrantes internacionais. Em parte, isso se deve à nova Lei de Imigração brasileira, n. 13.445, de 24 de maio de 2017, considerada uma das mais progressistas do mundo, apesar dos vetos homologados no governo Temer¹³⁶, e ao fato de o Brasil ser a maior economia das Américas do Sul e Central, tendo uma vasta fronteira com países com populações em situação de vulnerabilidade econômica, social e política, e/ou estando próximo de outros tantos na mesma situação.

Até o início de 2019, de acordo com estudo de Baeninger *et. al.* (2020), o Brasil contava com 1.268.137 migrantes¹³⁷ com registros ativos no sistema do Registro Nacional do Migrante, e mais de 700.000 migrantes com registros inativos¹³⁸. Destes, a grande maioria se insere no escopo da migração de crise (CLOCHARD, 2007; BAENINGER; PERES, 2017)¹³⁹, necessitando de políticas públicas para sua (re)territorialização

¹³⁵ Cf. Cavalcanti e Bizon (2021).

¹³⁶ Cf. Camargo (2019, 2021).

¹³⁷ Esclarecemos que, seguindo Baeninger e Peres (2017) e Camargo (2019), preferimos o termo "migração" em vez de "imigração", de modo a contemplar a grande heterogeneidade que marca esse contexto na contemporaneidade. Afinal, ainda que muitos migrantes transnacionais de fato se estabeleçam no país, muitos também estão envolvidos em movimentos mais dinâmicos do que aqueles representados pelos conceitos de imigração ou emigração. Esse dinamismo, como explicam Baeninger e Peres (2017, p. 121), é marca dos movimentos migratórios atuais, sendo o Brasil, muitas vezes, apenas parte do projeto migratório.

¹³⁸ Esta categoria diz respeito a registros que estão inativos por conta de vencimento, cancelamento por óbito ou naturalização, erro de ofício ou exclusão. Os cerca de 707.928 registros são relativos apenas àqueles com prazo vencido.

¹³⁹ Entenda-se por "migração de crise" o movimento migratório motivado por uma crise (que pode ser causada por diferentes e múltiplas questões; políticas, econômicas, sociais etc.) na origem para um destino também em crise.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

(DELEUZE; GUATARI, 2007/1980; HAESBAERT, 2004) no país de destino. Ressalte-se, ainda, que grande parte dessa população está em idade escolar ou deseja/necessita (re)ingressar na escola, de modo a melhor se inserir na sociedade local, o que explica o aumento expressivo de migrantes ou filhos de migrantes nas escolas brasileiras, notadamente nas públicas.

Em relação à presença migrante no ensino básico no Brasil, esse mesmo estudo registra que, em 2010, havia cerca de 43.400 estudantes internacionais matriculados, passando-se, em 2019, para 130.067. Os quadros a seguir indicam o número de matriculados, considerando-se os principais países de origem e as etapas de ensino.

Figura 1. Estudantes imigrantes internacionais matriculados no ensino básico no Brasil, segundo principais países de origem

Pais de origem	Total	Pais de origem	Total
Venezuela	23.678	Guiana	375
Haiti	19.583	Bélgica	355
Bolívia (Estado Plurinacional da)	12.166	Bangladesh	345
Paraguai	8.908	Guiné Bissau	322
Estados Unidos da América	8.841	Irlanda	303
Portugal	7.588	África do Sul	284
Argentina	5.941	Suriname	274
Japão	5.625	Nigéria	260
Uruguai	3.867	Holanda	237
Colômbia	3.500	Guiana Francesa	229
Espanha	3.414	Libano	215
Itália	2.560	Congo	188
Peru	2.236	Austrália	186
Outra Nacionalidade ¹	1.672	Moçambique	185
Angola	1.622	Filipinas	182
França	1.343	Índia	179
China	1.334	Israel	170
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	1.250	Senegal	152
Alemanha	1.036	Paquistão	128
Chile	929	República Democrática do Congo	122
Cuba	895	Áustria	120
Síria	735	Jordânia	109
Emirados Árabes Unidos	577	Marrocos	104
Equador	534	Suécia	100
México	528	Outros países	2.865
República Dominicana	462		
Coreia Do Sul	457		
Canadá	417		
Suíça	380		
		Total	130.067

Fonte: Censo da Educação Básica, 2018. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa-Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.CNPq.

Fonte: Tabulação elaborada pelo NEPO/Unicamp (2020), a partir de dados do Censo Escolar de 2018 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

Figura 2. Estudantes imigrantes internacionais matriculados no ensino básico no Brasil, segundo etapa de ensino

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Etapa de ensino	Total
Educação infantil	17.338
Fundamental de 8 anos I (1ª à 4ª série)	0
Fundamental de 8 anos II (5ª à 8ª série)	0
Fundamental I (1º ao 4º ano)	34.467
Fundamental II (5º ao 9º ano)	40.851
Ensino Médio	15.672
Curso Técnico Integrado	1.130
Ensino Médio - Normal/Magistério	98
Curso Técnico/FIC Concomitante ou subsequente	3.233
EJA	10.102
Educação profissional concomitante, subsequente e integrada à EJA	192
Total	123.083

Nota: Informação não aplicável para alunos em turmas exclusivas de atendimento educacional especializado (AEE) e atividade complementar.
Fonte: Censo da Educação Básica, 2018. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa - Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

Fonte: Tabulação elaborada pelo NEPO/Unicamp (2020), a partir de dados do Censo Escolar de 2018 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

De acordo com o Sismigra, dos mais de um milhão de migrantes com registros ativos no sistema do Registro Nacional do Migrante, 37.161 residem na macrometrópole paulista. Ainda que a Região Metropolitana de São Paulo concentre a maior parte desses migrantes (29.254), a Região Metropolitana de Campinas (RMC) é a segunda com a maior concentração de residentes migrantes na macrometrópole paulista, contando com 2.651 migrantes¹⁴⁰. O censo apontou haver 639 crianças migrantes matriculadas no ensino básico na cidade de Campinas, número que, provavelmente, já foi superado¹⁴¹.

Embora não endossemos a demanda numérica como justificativa para a existência de políticas públicas, acreditamos que os dados em tela fortalecem a necessidade de um acolhimento qualificado a crianças e adultos migrantes de crise – não apenas, mas, neste caso, especialmente – em contexto educacional, em que muitos desafios se colocam para todos os envolvidos em um cenário ainda pouco conhecido.

Vale ressaltar que, apesar de a legislação brasileira, pela Constituição Federal de 1988¹⁴², pelo Estatuto da Criança e do

¹⁴⁰ A macrometrópole paulista, como descrita no Atlas, abrange a Região Metropolitana de São Paulo, a Região Metropolitana da Baixada Santista, a Região Metropolitana de Campinas, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a Região Metropolitana de Sorocaba, a Aglomeração Urbana de Jundiá, a Aglomeração Urbana de Piracicaba e a Unidade Regional Bragantina.

¹⁴¹ Dados disponíveis em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/censo-escolar/>. Acesso em: 31 out. 2021.

¹⁴² Artigos 6º, 205 e 206.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Adolescente 8069/90¹⁴³ e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - 9394/96¹⁴⁴, garantir amplo acesso à educação, ainda são incipientes as políticas públicas e linguísticas voltadas a pessoas, migrantes ou não, que não têm o português como primeira língua. Ao tratarem dessa questão, Diniz e Neves (2018, p. 87) destacam como a invisibilização de outras línguas no ensino básico no Brasil – já notada em documentos educacionais oficiais, como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, tornam urgentes políticas culturalmente sensíveis à heterogeneidade linguística, cada vez mais presente nas salas de aula brasileiras com o advento dos deslocamentos populacionais contemporâneos.

Baeninger *et. al.* (2020, p. 15-16) sublinham que a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada em 2018, constata os efeitos dessa falta de garantia: das 5.570 prefeituras brasileiras que responderam à pesquisa, 5.369 afirmaram não ter cursos permanentes de português para essa população. Similarmente, ainda que as crianças tenham acesso à educação básica, também não está previsto qualquer apoio no intento de auxiliar os estudantes no aprendizado, que precisa ocorrer, nesses casos, concomitantemente ao aprendizado de todas as outras disciplinas, que são ensinadas em português.

Considerando tal cenário e reafirmando a importância de se estabelecer a conexão entre ensino, pesquisa e extensão como forma de (co)construir transformação e justiça social, objetivamos, neste capítulo, apresentar uma série de ações para o acolhimento a crianças migrantes e suas famílias em uma escola de educação Infantil em Campinas-SP, no âmbito do projeto de pesquisa *Populações vulneráveis: Português como Língua de Acolhimento para migrantes e refugiados*, o qual será descrito mais adiante.

Além desta introdução, este texto conta com mais duas seções. Inicialmente, contextualizamos o projeto de pesquisa. Em seguida, apresentamos as ações de acolhimento desenvolvidas ao longo de 2021 e tecemos algumas considerações finais.

¹⁴³ Artigos 4º e 5º.

¹⁴⁴ Artigos 2º e 3º.

Cenário de pesquisa e atuação

O projeto de pesquisa

Populações vulneráveis: Português como Língua de Acolhimento para migrantes e refugiados é um projeto de pesquisa-ação que envolve o diálogo entre universidade – por meio de conhecimentos produzidos na licenciatura em Português como Segunda Língua/Língua Estrangeira do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) –, e o ensino básico público – por meio do Centro de Educação Infantil (CEI) Christiano Osório, localizado em Barão Geraldo, distrito de Campinas-SP. Coordenado pela primeira autora deste capítulo, o projeto iniciou-se em 2021, com o apoio do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/Unicamp), do Observatório das Migrações em São Paulo e do Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPT)¹⁴⁵.

É significativo marcar que, seguindo a discussão proposta por Boaventura de Sousa Santos (2008), as bases do referido projeto de pesquisa se assentam no esforço de se efetivar a passagem do conhecimento universitário para o conhecimento “pluriversitário”. Conforme esclarece o autor, o *ethos* universitário, fortalecido ao longo do século XX, vem (ainda) se pautando por uma lógica unilateral de conhecimento predominantemente disciplinar, autônomo e, possivelmente, descontextualizado, que, não raras vezes, prescinde das demandas cotidianas das sociedades. Nesse mecanismo, os pesquisadores, como centros do processo, definem o problema a ser estudado, bem como sua relevância e o ritmo da investigação, cujos resultados podem ou não ultrapassar os muros acadêmicos. Um mecanismo, portanto, que não se preocupa em, efetivamente, vincular ensino, pesquisa e extensão, e, quando o faz, frequentemente resulta em ações “de dentro para fora”, dos que “sabem” para os que “não sabem”. Fazendo frente a essa racionalidade, que legitima apenas vozes, identidades e

¹⁴⁵ O Observatório das Migrações em São Paulo, com financiamento do MPT, concedeu ao projeto 4 bolsas, que foram designadas a estudantes de graduação em Letras-Habilitação em Português Segunda Língua/Língua Estrangeira, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

conhecimentos ditos “centrais”¹⁴⁶, B. Santos (2008, p. 41) propõe a passagem para o conhecimento “pluriversitário”. Nessa outra racionalidade, diferentes vozes são trazidas para o centro da (co)produção do conhecimento, de modo que a “sociedade deix[e] de ser um objecto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência” (B. SANTOS, 2008, p. 41). No conhecimento pluriversitário, operado para além da cartilha mercantilista, a unilateralidade e a autonomia são substituídas pela interatividade cooperativa e solidária (B. SANTOS, 2008, p. 48).

Buscando, então, fortalecer essa interatividade, os objetivos centrais do referido projeto são: (i) (re)conhecer o contexto multilíngue das salas de aula da escola focalizada, em que a presença de crianças migrantes de crise é uma realidade; (ii) planejar e implementar, juntamente com escola e famílias migrantes, políticas de acolhimento e de línguas que envolvam essas crianças, as próprias famílias e a comunidade escolar; (iii) fomentar a construção multilateral de conhecimentos como respostas a problemas sociais emergentes, bem como a avaliação dos impactos da aplicação/circulação desses conhecimentos, de modo a subsidiar políticas públicas para o acolhimento a falantes de outras línguas.

Para alcançar esses objetivos, o projeto conta com o trabalho do Grupo de Acolhimento em Línguas (GAL), o qual é descrito brevemente na próxima seção.

Grupo de Acolhimento em Línguas (GAL)

O GAL é um coletivo de tradutores e intérpretes comunitários, que tem como principal objetivo atuar em políticas de acolhimento e (re)territorialização/inserção voltadas a migrantes de crise, na cidade de Campinas e região.

Figura 3. Logo do Grupo de Acolhimento em Línguas – GAL

¹⁴⁶ Conhecimentos “centrais” são tomados aqui como aqueles gerados a partir de uma lógica eurocêntrica, patriarcal, branca, heteronormativa e neoliberal de compreensão do mundo. Santos (2002) se refere a essa racionalidade como indolente.

POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS



IEL UNICAMP

Tendo por base que os direitos linguísticos fazem parte dos direitos fundamentais, e que a manutenção de barreiras linguísticas pode se configurar como violação dos direitos humanos (ALANEN, 2009; ORIGUELA, 2014; OLIVEIRA; SILVA, 2017; GARCIA; GOROVITZ, 2020; GOROVITZ, 2021), o coletivo busca:

- (i) firmar a importância de políticas de *acolhimento em línguas* (BIZON, CAMARGO, 2018) – e não apenas em língua portuguesa – a migrantes de crise e outras minorias que não têm o português como primeira língua, de modo a lhes garantir o pleno acesso a direitos civis e contribuir para uma inserção culturalmente sensível e significativa na sociedade local¹⁴⁷.
- (ii) desenvolver, no âmbito da Linguística Aplicada Crítica e Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), pesquisas e autoformação que abranjam as (sub)áreas de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), em suas diferentes demandas, e de Tradução e Interpretação Comunitária.

¹⁴⁷ Projetos de acolhimento em apenas uma língua, além de apagarem o caráter multilíngue das sociedades, reforçando o mito do monolinguismo (CAVALCANTI, 1999), acabam por se vincular a ideologias linguísticas (KROSKRITY, 2008) assimilacionistas e nacionalistas, que, “notadamente em tempos de democracia frágil, podem reafirmar também preconceito, xenofobia, exclusão” (BIZON, 2020, p. 588).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Vale frisar que a perspectiva de *acolhimento* que subsidia o projeto de pesquisa em tela, bem como as ações do GAL, rejeita visões assimilacionistas e/ou assistencialistas pautadas no *discurso da falta* (DINIZ, NEVES, 2018; LOPEZ; DINIZ, 2018), que

coloca[m] em primeiro plano o que, em tese, o Outro não tem e, portanto, necessita aprender – entendendo-se, nesse caso, aprender a partir de categorias do “acolhedor”, daquilo que, unilateralmente, costuma ser concebido como necessário para uma “plena integração” ao novo contexto. Nesses encaminhamentos reducionistas, acaba-se, frequentemente, apagando identidades, línguas e conhecimentos. Nessa forma de ver e operar o mundo, a que Boaventura de Sousa Santos (2002) chama de razão indolente, as diferenças constitutivas do Outro, referidas de maneira sempre residualizada, ajudam a narrá-lo e a fixá-lo como uma ausência (B. SANTOS, 2002) – ou uma experiência menor de existência, dado que nunca é reconhecida como uma “possibilidade” efetiva (BIZON, 2020, p. 587).

Acolhimento, então, é compreendido como “um posicionamento performativo em direção ao Outro” (BIZON, 2020, p. 587), que seja potencialmente capaz de transformar ausências em presenças. Posicionamento, portanto, que, não se reduzindo a ações humanitárias pontuais, configure-se como uma “atitude que se constrói no diálogo possível entre agenciamentos verticais e horizontais – sem, no entanto, apagar as tensões e relações de poder inerentes a qualquer diálogo” (BIZON; CAMARGO, 2018, p. 716). Por isso mesmo, o GAL se volta a projetos nos quais os migrantes ocupem espaço de protagonismo e agenciamento efetivos, e diferentes instâncias da sociedade, como parceiras, garantam viabilidade a esses projetos. Acreditamos que, como parte de um exercício metarreflexivo estrategicamente proposto à sociedade – nomeado por Maher (2007) como *educação do entorno* para a interculturalidade e para as diferenças –, esses projetos possam visibilizar os migrantes em suas potencialidades, o que, a nosso

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

ver, é essencial para o combate a preconceitos e xenofobia, e para a garantia dos direitos civis e humanos.

A ideia do grupo já era parte do projeto de pesquisa e atuação da primeira autora deste artigo, em 2015, data de seu ingresso no Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Contudo, tal ideia começou a sair do papel em 2019, quando, em parceria com Rosana Baeninger (Demografia/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH), Antônio Amorim (Educação) e Luís Renato Vedovato (Faculdade de Ciências Aplicadas-FCA), foi idealizada e oferecida a disciplina transdisciplinar AM076–Estágio Humanitário¹⁴⁸, aberta a estudantes de todos os cursos da Unicamp. Reconhecendo a necessidade da atuação de diferentes instâncias da universidade pública com a comunidade, os docentes propuseram refletir sobre as migrações contemporâneas e desenvolver práticas de acolhimento a migrantes, com vistas à promoção dos Direitos Humanos.

Dentre outras ações, o(a)s estudantes participaram do evento *Campinas de todos os povos*, um mutirão de atendimento a migrantes e refugiados promovido pelo Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH) da Prefeitura Municipal de Campinas¹⁴⁹. Ao longo das aulas, os estudantes se agruparam para desenvolver oficinas (artes, bordado, fotografia, música etc.) e atendimentos especializados (elaboração de currículos, orientação migratória, orientação sobre cuidados com a saúde, vacinação etc.) que demandaram articulação com diferentes áreas do conhecimento, como Direito, Artes, Educação, Linguagens, Midialogia, Saúde, Demografia etc.

Uma dessas frentes de trabalho consistiu no que foi chamado, naquele momento, de Banco de Tradutores e

¹⁴⁸ No segundo semestre de 2021 a disciplina foi novamente oferecida, agora sob o título AM080-Vivências Humanitárias. Informações sobre a disciplina disponíveis em: <https://www.dac.unicamp.br/portal//caderno-de-horarios/atividades-multidisciplinares-2S-2021/AM080>. Acesso em: 31 out. 2021.

¹⁴⁹ Ver, por exemplo, (i) <https://www.unicamp.br/unicamp/eventos/2019/09/20/campinas-de-todos-os-povos>; (ii) <https://fe-old.fe.unicamp.br/institucional/galerias/7338>. Acesso em: 10 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Intérpretes. Composto por estudantes com conhecimentos em alguma língua adicional, o grupo ficou encarregado de produzir materiais de divulgação do evento nas principais línguas dos migrantes de Campinas e região: árabe, crioulo haitiano, espanhol, francês e inglês. Além disso, no dia do evento, o grupo atuou na interpretação português-outras línguas, em situações em que migrantes e agentes da prefeitura ou voluntários, que estavam fazendo o atendimento no local, apresentavam dificuldades de comunicação.

Após o término da disciplina, mantendo viva a consolidação de um banco de tradutores e intérpretes comunitários, a primeira autora deste artigo formalizou o projeto de pesquisa e extensão *Populações vulneráveis: Português como Língua de Acolhimento para migrantes e refugiados*, que passou a contar, no início de 2020, com quatro Bolsas de Auxílio Social (BAS) oferecidas pelo Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp, e, em 2021, com mais quatro bolsas disponibilizadas pelo Observatório das Migrações de São Paulo, com fomento do Ministério Público do Trabalho. Composto por alunos de graduação e pós-graduação da Unicamp, especialmente do IEL e do IFCH, e por alguns estudantes de outras universidades, em 2021, o Banco de Tradutores e Intérpretes passou a se chamar *Grupo de Acolhimento em Línguas (GAL)*¹⁵⁰, nome que melhor atende à perspectiva teórica do projeto de pesquisa ao qual se vincula.

Desde 2020, com o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, o Grupo intensificou sua parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, colaborando com a produção de uma série de materiais especialmente voltados a migrantes internacionais, trazendo informações sobre a doença, protocolos de prevenção e segurança, decretos de fechamento e abertura de instituições de serviços e comércio, direitos sociais vinculados à situação de pandemia etc. A produção do grupo até o final de 2020, traduzida em 6 línguas (árabe, crioulo haitiano, espanhol, francês, inglês e warao - língua indígena venezuelana), encontra-se descrita em Bizon (2020).

¹⁵⁰ Para um histórico da criação do GAL – anteriormente nomeado como Banco de Tradutores e Intérpretes – e de suas ações, ver Bizon (2020).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

As produções ¹⁵¹ do GAL ganharam repercussão em várias mídias, o que fez chegar a notícia do GAL a diferentes atores sociais, dentre eles, profissionais do Centro de Educação Infantil Christiano Osório.

CEI Christiano Osório

O principal locus de pesquisa e atuação do projeto, em sua primeira fase de implementação – ano de 2021 –, é o Centro de Ensino Infantil (CEI) Christiano Osório, localizado no distrito de Barão Geraldo, em Campinas-SP¹⁵².

A equipe pedagógica do CEI Christiano Osório tomou conhecimento do GAL por meio de uma matéria publicada no site da Prefeitura Municipal de Campinas¹⁵³, em que as traduções do Grupo eram mencionadas e, compreendendo a natureza de nossa atuação, entrou em contato com a coordenadora do Grupo, solicitando apoio em sua comunicação com as famílias migrantes de sua comunidade escolar.

Após reuniões da coordenadora do GAL com a coordenação pedagógica da escola e seus professores, em que se buscou compreender melhor as necessidades e anseios da escola em relação a uma possível colaboração, o CEI enviou uma série de informações sobre o contexto. Foram compartilhados dados sobre a origem das famílias, data de chegada ao Brasil, nível de conhecimento da língua portuguesa, dentre outros pontos relevantes, de modo a tornar possível um planejamento para as ações de acolhimento. Segundo o relatório, a escola contava com 15 famílias migrantes, sendo 11 delas de origem haitiana, 3 de outras origens (Benin, Paquistão e Peru) e 1 de origem não declarada.

¹⁵¹ Ver, por exemplo, (i) materiais produzidos e traduzidos para a Prefeitura Municipal de Campinas (Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38343>. Acesso em: 31 out. 2021); (ii) campanha Eu abraço essa causa: eu uso máscara (Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLL1d8d7oB1NLJhGe3qEQ4MkhIRkUeXe7n>. Acesso em: 31 out. 2021).

¹⁵² Esclarecemos que o projeto Populações vulneráveis: Português como Língua de Acolhimento para migrantes e refugiados, a partir do meio de 2021, passou a abranger mais dois CEIs de Campinas, e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cruzeiro do Sul, vinculado à Prefeitura Municipal de Jaguariúna – SP.

¹⁵³ A matéria, publicada em junho de 2020, pode ser acessada por meio do site: <https://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38862>.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

**CEI, FAMÍLIAS MIGRANTES E GAL: A
(CO)CONSTRUÇÃO DO ACOLHIMENTO**

Tendo essas informações em mãos e após uma primeira reunião entre GAL, agentes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos e da Secretaria de Educação de Campinas, coordenação pedagógica e docentes do CEI Christiano Osório, ressaltou-se uma demanda mais urgente: auxílio na mediação linguística entre a escola e as famílias de crianças migrantes, especialmente as haitianas. Por isso, em seu primeiro semestre de trabalho, o coletivo atuou, majoritariamente, em ações de tradução e interpretação comunitária, as quais serão descritas na próxima seção.

Tradução de documentos

Com a preparação do CEI para o retorno das atividades presenciais, a primeira demanda chegou rapidamente. Por meio do trabalho conjunto de bolsistas e voluntários, foi traduzido para o crioulo haitiano, espanhol, francês e inglês um *Termo de Compromisso Escola-Família*, tendo como principal objetivo esclarecer aos pais as medidas de segurança para um retorno seguro para todos.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Figura 4. Termo de Compromisso Escola-Família. Língua: português

**CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
TERMO DE COMPROMISSO ESCOLA – FAMÍLIA**

Campinas, ____ de _____ de 2021.

Eu, _____, responsável pela criança _____, do Agrupamento _____ do CEI Christiano Osório de Oliveira, declaro estar ciente do plano de retorno e me comprometo a seguir os protocolos sanitários da escola e do Departamento de Vigilância Sanitária, responsabilizo-me em:

- Informar à direção da escola sobre qualquer sintoma relacionado ao COVID-19 que meu filho / minha filha possa apresentar, se estiver suspeito e/ou testar positivo para COVID-19;
- Informar à direção da escola se meu filho / minha filha teve contato próximo com alguém suspeito ou que testou positivo para COVID-19;
- Manter minha criança sem frequentar a escola durante o período de afastamento médico, tanto de **suspeita** ou **confirmação positiva** de COVID-19 do meu filho / minha filha ou de pessoa que minha criança teve contato próximo. O retorno presencial está condicionado à apresentação de atestado médico, após os dias de afastamento estabelecido pelo sistema de saúde;
- Usar a máscara corretamente na escola, cobrindo nariz e boca e bem ajustada no rosto e não abaixar a máscara para falar ou respirar;
- Lavar as mãos dos adultos responsáveis e das crianças na hora da entrada da escola (utilizar o álcool gel sempre que for necessário ou na impossibilidade de lavar as mãos);
- Manter distanciamento físico de um metro e meio ao circular pela escola;
- Buscar imediatamente a criança quando receberem nosso telefonema comunicando que seu filho/sua filha está com sintomas de covid-19;
- Manter os números de telefone da família atualizados.

Este é um compromisso coletivo, contamos com a colaboração de todos e todas.

Assinatura do/da responsável

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Figura 5. Termo de Compromisso Escola-Família. Língua: crioulo haitiano

CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
Tèm kompwomi Lekòl-Fanmiy

Campinas, _____ 2021

Mwen, _____, responsab timoun ki rele _____, ki fè pati gwoupman _____ nan CEI Christiano Osório de Oliveira, mwen deklare ke mwen okouran de plan pou retou lekòl la epi mwen konpwomèt mwen pou mwen swiv pwotokòl sanitè lekòl la ak Depatman Vijilans Sante a, mwen bay tèt mwen responsabilite pou:

- Mete direksyon lekòl la okouran de nenpòt sentòm ki gen rapò ak COVID-19 ke pitit gason / pitit fi mwen an prezante, si li sispèk oswa tèste pozitif pou COVID-19;
- Enfòmè direksyon lekòl la si pitit gason / pitit fi mwen an te gen kontak sere avèk yon moun ki sispèk oswa ki te teste pozitif pou COVID-19;
- Kenbe pitit mwen an lakay pandan peryòd konje medikal la, swa nan ka ki sispèk ke pitit gason / pitit fi mwen an oswa konfimasyon pozitif nan COVID-19 menm jan ak moun pitit mwen an te gen kontak. Kondisyon pou retou prezansyèl la se prezantasyon yon sètifika medikal, apre jou konje ke sistèm sante a etabli;
- Mete mask la kòrèkteman pandan lekòl la, pandan w'ap kouvri nen ak bouch ou epi byen ranje li nan figi ou epi pa bese mask la pou pale oswa respire;
- Lave men granmoun ki responsab timoun yo ak men timoun yo lè y ap rantrè lekòl la (sèvi ak alkòl jèl depi se nesèsè oswa lè li enposib pou lave men yo);
- Kenbe yon distans fizik 1.5 mètr lè wap sikile nan lekòl la ;
- Chache timoun nan imedyatman lè ou resevwa apèl ki enfòmè w ke pitit gason / pitit fi ou gen sentòm COVID-19;
- Kenbe nimewo telefòn fanmi lan ajou.

Sa a se yon angajman kolektif, nou konte sou kolaborasyon tout moun.

Siyati responsab la a

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Figura 6. Termo de Compromisso Escola-Família. Língua: espanhol

CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
DECLARACIÓN DE COMPROMISO ESCUELA – FAMILIA

Campinas, ____ de _____ de 2021.

El/La _____ que _____ suscribe,
_____, responsable por
el/la niño/a _____, del
Agrupamiento _____ del CEI Cristiano Osório de Oliveira, declaro que conozco el
plan de retorno y me comprometo a seguir los protocolos sanitarios de la escuela y del
Departamento de Vigilancia Sanitaria, responsabilizándome en lo que respecta a:

- Informar a la dirección de la escuela sobre cualquier síntoma relacionado con el COVID-19 que mi hijo/a pueda presentar, si está con sospecha o dio COVID-19 positivo;
- Informar a la dirección de la escuela si mi hijo/a estuvo en contacto o próximo de alguien con sospecha o que dio COVID-19 positivo;
- Mantener a mi hijo/a sin ir a la escuela durante el periodo de aislamiento médico, tanto por **sospecha** o por **confirmación positiva** de COVID-19 de mi hijo/a, o por haber estado en contacto con alguna persona con sospecha o confirmación positiva de COVID-19. El retorno presencial está sujeto a la presentación de certificado médico, posterior a los días de aislamiento establecido por el sistema de salud;
- Usar el barbijo correctamente en la escuela, cubriendo nariz y boca, bien ajustado al rostro y sin bajar el barbijo para hablar o respirar;
- Lavar las manos de los adultos responsables y de los/las niños a la hora de la entrada a la escuela (utilizar alcohol en gel siempre que sea necesario o ante la imposibilidad de lavar las manos);
- Mantener distanciamiento físico de un metro y medio al circular por la escuela;
- Buscar inmediatamente al/a la niño/a cuando reciban nuestro llamado telefónico comunicando que su hijo/a está con síntomas de COVID-19;
- Mantener los números de teléfono de la familia actualizados.

Este es un compromiso colectivo, contamos con la colaboración de todos y todas.

Firma del/de la responsable

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Figura 7. Termo de Compromisso Escola-Família. Língua: francês

CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
Termes de compromis Ecole-Famille

Campinas, _____ 2021

Moi, _____,
responsable de l'enfant _____,
du Groupe _____ du CEI Christiano Osório de Oliveira, déclare être au
courant du plan de retour des activités scolaires présentielles et m'engage à
suivre les protocoles de santé de l'école et du Département de la surveillance
sanitaire, je suis responsable pour :

- Mettre la direction de l'école au courant de tout symptôme lié au COVID-19 que mon fils / ma fille pourrait présenter, s'il / elle est suspect(e) ou testé(e) positif(ve) au COVID-19 ;
- Informer à la direction de l'école si mon fils / ma fille a eu des contacts étroits avec une personne suspecte ou qui a été testée positive au COVID-19 ;
- Garder mon enfant à la maison pendant la période de congé de maladie, soit du fait de la suspicion de mon fils /ma fille ou de la confirmation positive du COVID-19, de même avec les gens avec qui mon enfant a eu des contacts étroits. Le retour présentiel est conditionné à la présentation d'un certificat médical, après les jours de congé établis par le système de santé ;
- Portez le masque correctement à l'école, en couvrant le nez et la bouche et en l'ajustant bien au visage, en ne baissant pas le masque pour parler ou respirer ;
- Laver les mains des adultes responsables des enfants et des enfants à l'entrée à l'école (utiliser de l'alcool en gel chaque fois que cela est nécessaire ou lorsqu'il est impossible de se laver les mains) ;
- Maintenir une distance physique de 1,5 mètre en circulant à l'école ;
- Retirer l'enfant de l'enceinte de l'école, immédiatement, lorsque vous recevez notre appel téléphonique pour vous informer que votre fils / fille présente des symptômes de la COVID-19 ;
- Actualiser les numéros de téléphone de la famille.

C'est un engagement collectif, nous comptons sur la collaboration de tous.

Signature du responsable

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Figura 8. Termo de Compromisso Escola-Família. Língua: inglês

CEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA
TERM OF COMMITMENT SCHOOL – FAMILY

Campinas, ____ of _____ of 2021.

I, _____, responsible for the child
_____, from Agrupamento _____ of
CEI Christiano Osório de Oliveira, declare that I am aware of the back to school plan and
commit to following the school's and the Department of Health Surveillance's health
protocols. I commit to:

- Inform the school administration about any symptoms related to COVID-19 that my child may present or if we are suspicious of them having COVID-19 and/or if they test positive for it;
- Inform the school administration if my child has had close contact with someone who tested positive for or is suspected of having COVID-19;
- Keep my child away from school during sick leave taken because of **suspicion** or **actual confirmation** that they or someone with whom they have had close contact with is infected with COVID-19. The return to face-to-face classes depends on the presentation of medical certificate after the ending of the sick leave period as determined by the health system;
- Wear masks correctly in school. The mask must cover the nose and the mouth as well as being well adjusted in the chin. The child mustn't pull down the mask for speaking or breathing;
- Wash the hands of the children and of the adults responsible for them at school entrance time (use hand sanitizers whenever necessary or if it is impossible to wash your hands);
- Keep 5 feet away from the other children and staff when walking around the school;
- Pick up the child immediately if/when we call reporting that the child has shown symptoms of COVID-19;
- Keep the family's phone numbers always up to date.

This is a collective commitment, we are counting on everyone's collaboration.

Signature of the person responsible

Os documentos foram traduzidos em todas as línguas faladas pelas famílias migrantes presentes na escola. Contudo, após a entrega do material, a coordenação pedagógica do CEI

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

informou ao GAL que apenas a tradução para o crioulo haitiano se fazia necessária, pois, apesar das origens diversas, as outras famílias apresentavam maior proficiência em português. Isso foi determinante para que as ações que objetivavam mediar a comunicação entre pais e escola fossem realizadas com traduções e interpretações apenas para o crioulo haitiano. Registramos, porém, que o GAL, no planejamento de ações mais amplas de acolhimento na escola, atenta-se para a inclusão das outras línguas em circulação.

Ainda com o intuito de preparar as famílias para o retorno presencial, foram traduzidas para o crioulo haitiano: (i) uma planilha de controle em que as professoras anotariam a presença ou ausência de sintomas de Covid-19 nas crianças, possibilitando que os pais compreendessem com mais precisão o funcionamento do controle da saúde das crianças por parte da escola (Figura 11), e (ii) uma cartilha produzida pela equipe pedagógica do CEI, em que são detalhados os protocolos de segurança a serem seguidos pela escola e pelos pais ao levarem suas crianças para a instituição

Figura 9. Planilha de Controle de Sintomas de Covid-19 nas crianças. Língua: crioulo haitiano

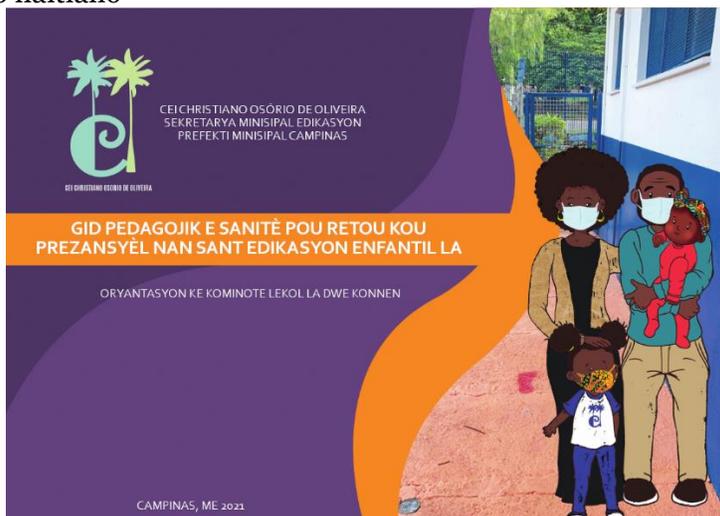
	Kesyonè evalyasyon ki dwe fèt chak jou					
Non :	Make ak yon "S" pou wi oubyen ak yon "N" pou non pou pale de sitiyaşon sante timoun nan :					
Dat	__/__/21	__/__/21	__/__/21	__/__/21	__/__/21	__/__/21
Sentom :						
Fyèb						
Latranblay						
Difikilite pou respire/ Fatig						
Iritasyon (ou santi kòm si gòj ou ap pran dife)/Gòj grate /gagann fè mal						
Tous						
Kriz las, bwonchit oubyen rinit						
Tèt fè mal						
Doulè nan kò						
Dyare (pou yon motif ke ou pa konnen)						
Ou pa pran sant anyen oubyen ou pa santi gou anyen						
Wap estènen toutan, nen (ou ap koule dlo)						

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 10. Capa da Cartilha Diretrizes Pedagógicas e Sanitárias para o Retorno às Aulas Presenciais ao Centro de Educação Infantil. Língua: português



Figura 11. Capa da Cartilha Diretrizes Pedagógicas e Sanitárias para o Retorno às Aulas Presenciais ao Centro de Educação Infantil. Língua: crioulo haitiano¹⁵⁴



¹⁵⁴ As cartilhas podem ser lidas na íntegra no capítulo de Bizon, Saintil e Deus, neste livro.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A cartilha produzida em português pelo CEI contou com o trabalho de um artista, que cuidou da arte e da diagramação. Considerando a urgência do envio da cartilha traduzida para os pais haitianos, inicialmente, o GAL produziu uma versão mais simples, apenas com as diretrizes traduzidas em crioulo, sem a diagramação especial e as ilustrações da cartilha em português. A segunda versão, terminada meses depois, foi elaborada em diálogo com o artista, que permitiu o uso de sua arte e auxiliou no processo de diagramação do texto final.

A aproximação entre o bolsista tradutor-intérprete, as professoras e as famílias inspiraram a equipe do CEI a inseri-lo no grupo de WhatsApp mantido com os pais. A mensagem inicial de boas-vindas ao tradutor no grupo foi traduzida pelo GAL.

Figura 12. Mensagem de boas-vindas ao grupo do WhatsApp

<p>Querida Turma da Semente,</p> <p>Metade da nossa turma é haitiana e por isso buscamos ajuda na Unicamp para melhorar nossa comunicação e compreensão da língua e cultura haitiana!</p> <p>Ganhamos um novo integrante na Turma da Semente, o haitiano Sudly, que participou do acolhimento junto às famílias haitianas neste mês de acolhimento.</p> <p>Seja bem-vindo, Sudly!</p>	<p>Chè Klas Semans,</p> <p>Mwatye klas nou an se ayisyen e pou sa a, nou chache èd nan UNICAMP pou nou amelyore kominikasyon ak konpreyansyon lang ak kilti ayisyèn!</p> <p>Nou genyen yon nouvo manb nan Klas Semans lan, ayisyen Sudly, que te patisipe nan akèy fanmiy ayisyèn yo nan mwa akèy sa a.</p> <p>Byenvini, Sudly!</p>
---	---

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Ter o bolsista no grupo possibilitou ampliar a comunicação das famílias com a escola. Um espaço em que diferentes recursos linguísticos e semióticos – como línguas, áudios, fotos, imagens, vídeos – poderiam (e deveriam) ser mobilizados, com o objetivo de tornar o diálogo entre escola e pais não apenas compreensível, mas sensivelmente acolhedor.

Com o início das atividades presenciais, sentiu-se a necessidade de traduzir um informe sobre a organização da mochila das crianças, com o detalhamento dos itens a serem levados na primeira ida à escola. Por conta da facilidade e rapidez de comunicação, o informe também foi enviado aos pais por WhatsApp.

Figura 13. Informe sobre a organização da mochila das crianças

<p>A mochila deve conter:</p> <p>2 lençóis de berço com elástico 1 cobertor 2 toalhas de banho 10 fraldas 6 trocas da estação</p> <p>3 trocas da estação contrária</p> <p>1 par de sapato ou meia anti-derrapante</p> <p>(Troca para frio: calça, blusa de frio, body ou camiseta, par de meia</p> <p>Troca para calor: shorts, saia ou</p>	<p>Nan valiz la, dwe genyen:</p> <p>2 fouwo pou bèso 1 lenn 2 sèvyèt pou benyen 10 daypè/kouchèt 6 rad ki apwoprye a tanperati moman (<i>si li fè fredì, nap voye 6 rad epòk fredì; si lifè cho, nap voye 6 rad epòk chalè</i>)</p> <p>3 rad ki pa apwopriye ak tanperati moman (<i>si li fè frèt, nap pote 3 rad epòk chalè; si li fè cho, nap pote 3 rad epòk fredì</i>)</p> <p>1 pè bagay pye oubyen yon pè ba ki ka anpeche timoun nan glise/tonbe</p> <p>(Ranplasman pou epòk fredì : pantalon , rad fredì, body (<i>rad ki kole sou kò tankou kolan ak kèk mayo ki kole sou kò menm</i></p>
---	--

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

<p>vestido)</p> <p>Lembrando que todas as peças devem estar com o nome da criança, até as meias!</p> <p>As roupas devem ser confortáveis e para brincar, pois vamos usar tintas, areia, e muita brincadeira!!</p>	<p><i>jan kolan sere nan pye</i>), pè ba</p> <p>Ranplasman pou epòk chalè: chòt, jip <i>oubyen nenpòt ti rad ke timoun nan ka mete nan epòk chalè</i>)</p> <p>Raple nou ke tout bagay timoun nan dwe genyen non li ki ekri sou yo, menm nan ka chosèt yo!</p> <p>Rad yo dwe konfòtab pou timoun nan ka jwe alèz paske nou pral jwe ak penti, sab ak anpil lòt jwèt!!!!</p>
---	--

Em relação a esse documento, vale notar que, além das traduções, foram inseridos comentários em crioulo haitiano (destacados em itálico). Lembramos que, à época, o bolsista tradutor-intérprete já havia estabelecido certa proximidade com as famílias e com a escola, tendo tido a oportunidade de conhecer melhor algumas das dificuldades de interação entre as duas partes. Conforme nos relatou, devido a essa proximidade, bem como ao fato de também ser haitiano e falante de crioulo, o bolsista pôde antever a não compreensão de alguns itens da lista pelos familiares das crianças, o que o levou a detalhá-los melhor.

No quadro a seguir, incluímos a tradução para o português dos comentários feitos em crioulo pelo tradutor.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Figura 14. Quadro de comentários do tradutor na versão em crioulo haitiano do texto do informe sobre a organização da mochila das crianças

	Em crioulo	Tradução para português
Comentário 1	si li fè fredri, nap voye 6 rad epòk fredri; si lifè cho, nap voye 6 rad epòk chalè	caso estiver frio, envie 6 roupas de frio; caso estiver quente, envie 6 roupas de calor
Comentário 2	si li fè frèt, nap pote 3 rad epòk chalè; si li fè cho, nap pote 3 rad epòk fredri	caso estiver frio, leve 3 roupas de calor; caso estiver quente, leve 3 roupas de frio
Comentário 3	rad ki kole sou kò tankou kolan ak kèk mayo ki kole sou kò menm jan kolan sere nan pye	roupas apertadas como leggings ou camiseta de segunda pele
Comentário 4	chòt, jip oubyen nenpòt ti rad ke timoun nan ka mete nan epòk chalè	bermuda, saia ou qualquer roupinha que a criança pode usar em época de calor

Os comentários são indicativos da preocupação em não apenas traduzir as informações a partir do texto em português, mas estabelecer uma espécie de mediação comunicativa para evitar possíveis entraves à compreensão, considerando-se as experiências prévias que os pais poderiam ou não ter com a situação em foco – como se nota nos comentários 1 e 2. Vê-se, por exemplo, que, no texto em português redigido pelas professoras, são utilizadas as expressões "trocas da estação" e "trocas da estação contrária" e, nos comentários, o tradutor expande a instrução dada, procurando esclarecer o significado da expressão "trocas da estação". Para tanto, explica que deveriam ser enviadas roupas de frio ou de calor, a depender da temperatura

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

mais recorrente na estação. Outras explicações adicionais são também disponibilizadas pelo tradutor nos comentários 3 e 4, referentes a roupas a serem incluídas na mochila.

O exemplo que acabamos de trazer salienta a complexidade e o impacto social da tradução comunitária, que pressupõe forte articulação entre os envolvidos – tradutor, escola, migrantes –, além de conhecimento do contexto a partir do qual essa tradução é demandada, e formação específica.

Interpretação comunitária

A interpretação comunitária é um direito fundamental que garante o acesso de pessoas não falantes do idioma aos serviços públicos locais. Pode ser definida como uma especialidade da interpretação que, por meio da interpretação bidirecional realizada em um ambiente comunitário entre indivíduos de diferentes idiomas, permite o acesso de estrangeiros aos serviços médicos, educacionais, judiciários, entre outros do país que os acolhe [...] No entanto, apesar de ser um direito fundamental, a interpretação comunitária sempre foi ignorada pela academia, pelo governo e também pela sociedade civil brasileira” (NORDIN, 2020, p. 44).

A principal ação de interpretação comunitária realizada no âmbito do projeto de pesquisa e extensão aqui focalizado aconteceu no evento *Acolhimento inicial*, organizado para a recepção das famílias e suas crianças no contexto escolar antes do retorno presencial das aulas. Para manter todos seguros em tempos de pandemia, ao longo de uma semana, apenas uma família foi atendida por dia, e, ao intérprete, foram cedidos luvas, máscara e *face shield*, além de proteção para os pés e corpo.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figuras 15. Intérprete comunitário, professora e família conversando na entrada do CEI

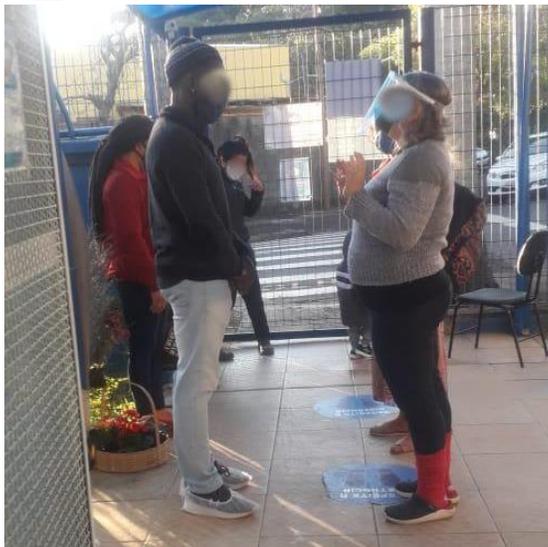


Figura 16. Intérprete comunitário, professora e família na sala de aula do CEI



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Durante o *Acolhimento Inicial*, as professoras apresentaram às famílias a rotina a ser seguida no período de aulas, e às crianças os espaços da escola, para que pudessem começar a se familiarizar com o ambiente, sentindo-se acolhidas. Esse também foi um momento propício para explicar aos responsáveis sobre o funcionamento da escola no retorno presencial.

Para permitir que as famílias pudessem se sentir de fato acolhidas, podendo se expressar da maneira que as deixasse mais tranquilas, o intérprete evitou tomar a palavra, fazendo traduções apenas quando se fazia necessário, de forma a apoiar os migrantes. Por meio dessa postura, também procurou mapear dificuldades recorrentes com a língua, de forma a contribuir para o planejamento de cursos de português voltados às famílias, em uma fase futura do projeto.

A presença do intérprete igualmente permitiu a ocorrência de muitas outras trocas interativas, que antes não ocorriam por conta da barreira linguística. As professoras relataram que, ao longo daquela semana, aprenderam mais sobre as histórias das famílias, antes e depois da chegada ao Brasil, permitindo à equipe pedagógica e ao intérprete se aproximarem mais do contexto com o qual estavam lidando.

Registre-se, ainda, que, em alguns dos agendamentos, os pais e o intérprete apresentaram às professoras músicas e brincadeiras infantis comuns no Haiti, o que, segundo nos foi relatado pela equipe do CEI, foi muito inspirador. Há algum tempo, as professoras apontavam a necessidade de levar para a comunidade escolar as construções culturais haitianas – assim como das nacionalidades das outras crianças migrantes presentes na escola –, de forma a não apagar outras possibilidades de infância.

A presença do GAL na escola motivou também o levantamento, pelas professoras e pelo intérprete, de outras ações a serem planejadas e implementadas em uma segunda fase do projeto. Uma das propostas aventadas foi a escrita de pequenos dicionários temáticos em português-crioulo haitiano, focalizando contextos de uso da língua relacionados à escola, para serem entregues às crianças e aos responsáveis. A outra foi uma coletânea bilíngue crioulo-português de músicas e

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

brincadeiras infantis haitianas, construída conjuntamente pela escola, familiares e GAL.

Oficinas de ciência e cursos de PLAc

Como já mencionado, concomitantemente ao planejamento e implementação das ações aqui descritas, o projeto de pesquisa *Populações vulneráveis: Portugêses como Língua de Acolhimento para migrantes e refugiados* objetiva, também, a formação do próprio grupo e de seus parceiros – professores e gestores de políticas públicas – no que diz respeito a migrações contemporâneas e políticas de acolhimento e de línguas a migrantes de crise. Para tanto, encontra-se em andamento a execução do que, inspirados em B. Santos (2008, p. 72), chamamos de *oficinas de ciência*. De acordo com o autor, tais oficinas

visam a contextualização do conhecimento científico [...] a reconceptualização dos processos e prioridades de pesquisa a partir dos utilizadores e a transformação destes em coprodutores de conhecimento [...]. As oficinas de ciência são uma interessante experiência de democratização da ciência e de orientação solidária da actividade universitária. Embora algumas delas – sob a pressão da busca de receitas no mercado – tenham evoluído no sentido de se transformarem em unidades de prestação remunerada de serviços, os modelos solidários continuam a ter um forte potencial de criação de nichos de orientação cívica e solidária na formação de estudantes e na relação das universidades com a sociedade, e de funcionarem como “incubadoras” de solidariedade e de cidadania activa.

As oficinas fazem parte de um curso-piloto direcionado aos professores e gestores dos CEIs e do CRAS parceiros do GAL. Os temas dos encontros foram pensados com o corpo administrativo e pedagógico do CEI Christiano Osório, em reuniões com o GAL, nas quais as experiências dessas profissionais com as crianças e famílias migrantes puderam ser

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

narradas e discutidas. As oficinas de ciência tiveram início com a apresentação *Migrações Internacionais e Migrações Haitianas*, ministrada, em outubro de 2021, pela Profa. Dra. Rosana Baeninger, do NEPO/Unicamp. As demais oficinas ocorrerão ao longo de 2022.

Para a segunda fase do projeto, que terá início em 2022, estão previstos oferecimentos de cursos de PLAc para as famílias migrantes dos CEIs parceiros. Para tanto, um primeiro passo foi dado: a elaboração de um formulário bilíngue, cujo objetivo é produzir registros necessários para o planejamento desses cursos.

Figura 17. Formulário para preenchimento de informações pelas famílias



Informações de contato/Enfòmasyon pou kou pòtigè

 veronicacardeus@gmail.com (não compartilhado) 
[Alternar conta](#)

*Obrigatório

Nome/Non *

Sua resposta _____

E-mail/Imèl *

Sua resposta _____

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Número de telefone/Nimewo telefón

Sua resposta _____

Endereço/Adrès

Por favor, insira ao menos o bairro onde mora./Silvoupplè mete omwen non katye kote ke ou rete a.

Sua resposta _____

Nome da criança pela qual é responsável/Non timoun ou responsab la *

Sua resposta _____

Nome da CEI em que a criança estuda/Non CEI (Krèch) kote timoun nan ap etidye a *

Sua resposta _____

Há quanto tempo você está no Brasil?/Konbyen tan ou genyen Brezil? *

Sua resposta _____

Qual é a sua ocupação?/Kisa w ap fè? *

Sua resposta _____

Qual é seu nível de escolaridade?/Ki nivo eskolarite ou? *

ex.: ensino médio incompleto, ensino superior completo etc./ex.: mwen fini lekòl, mwen fini inivèsite, etc.

Sua resposta _____

Que línguas você fala?/Ki lang ou pale? *

Sua resposta _____

Você quer aprender português para/Pou kisa ou vle aprann pòtigè? *

Estudar/Etidye

Trabalhar/Travay

Outro: _____

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Você já estudou português?/Ou etidye pòtigè deja? *

Sim/Wi

Não/Pa

Se sim, por quanto tempo?/Si wi, pandan konbyen tan?

Sua resposta _____

Você tem acesso a internet para fazer o curso?/Ou gen aksê a entênèt pou ou swiv kou a? *

Sim/Wi

Não/Pa

Enviar Limpar formulário

As aulas de PLAc serão ministradas por estudantes da Segunda Habilitação em Letras - Português Segunda Língua/Língua Estrangeira, sob a supervisão da primeira autora deste artigo, no âmbito das disciplinas de Estágio Supervisionado em Português Segunda Língua/Língua Estrangeira. É certo que, ao mesmo tempo em que o oferecimento dos cursos de PLAc, previsto no projeto de pesquisa-ação em tela, fortalece o compromisso da universidade com a escola pública, é igualmente fortalecida a institucionalização de parcerias colaborativas, por meio das quais deve se efetivar o vínculo entre a formação profissional e a prática de ensino.

Mais uma vez recorrendo a Santos (2008, p. 70), sublinhamos que

as actividades de extensão devem ter como objectivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados.

Esperamos que a visibilização da experiência do projeto de pesquisa-ação e extensão aqui narrada, de alguma maneira, possa inspirar projetos semelhantes, pautados no fortalecimento

de uma universidade responsiva às demandas sociais e comprometida com o conhecimento construído de maneira multilateral *com* e não *para* parceiros sociais.

Referências

- ALMEIDA, A. J. Rodas de conversa para acessibilidade linguística: escuta, diálogo e promoção de direitos humanos na extensão universitária. In: REDIN, J. (Org.) *Migrações internacionais: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2020, pp 103-125.
- BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. (Orgs.). *Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Metrôpoles – Migrações Internacionais, Macrometrópole Paulista, Regiões Metropolitanas e Regiões Administrativas*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/atlas2020/atlas2020.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2021.
- BAENINGER, R. A.; PERES, R. G. SOS Português: imigração haitiana em São Paulo. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 39., 2015, Caxambu, MG. Anais... São Paulo, SP: ANPOCS, 2015.
- BIZON, A. C. C. Acolhimento e solidariedade em contexto de pandemia: a experiência do Banco de Tradutores e Intérpretes da Unicamp. In: MAGALHÃES, L. F.; VON ZUBEN, C.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. (orgs.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2020, p. 584-608.
- BIZON, A. C. C.; CAMARGO, H. R. E. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: Por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. In: BAENINGER *et al* (orgs.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018, p. 712-726.
- CAMARGO, H. R. E. Diálogos transversais: narrativas para um protocolo de encaminhamentos para políticas de acolhimento a migrantes de crise. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2019.
- CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre Educação Bilingue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. D.E.L.T.A., Vol. 15, n.º Especial, 1999, pp: 385-417. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/JcJDbkyVZxZPHnJXJrDyWYn/?lang=pt&format=pdf>, acesso em 20 de jan. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- CAVALCANTI, M. do C.; BIZON, A. C. C. Fios de uma hashtag: entextualização de resistência face a desafios políticos e sanitários no Brasil. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 59, n. 3, p. 1966–1994, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661596>. Acesso em: 2 out. 2021.
- CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. *EchoGéo*, v. 2, p.1-9, 2007. Disponível em: <<http://echogeo.revues.org/1696>> Acesso em: 01 ago. 2018.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia* (v.1). São Paulo: Editora 34, 2007/1980.
- GARCIA, R. D.; GOROVITZ, S. O Intérprete comunitário: sua agência na entrevista de solicitação de refúgio. *TradTerm*, São Paulo, v.36, dezembro/2020, p. 72-101. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/172089>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- GOROVITZ, S. A mediação linguística como garantia de direitos no Brasil. In: CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA (Org.). *Tradução humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021, p. 69-73. Disponível em: <https://memorial.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Tradu%C3%A7%C3%A3o-humanit%C3%A1ria-e-media%C3%A7%C3%A3o-cultural-para-migrantes-e-refugiados.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- HAESBAERT, R. *O Mito da desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.
- INSTITUTO UNIBANCO. *Aprendizagem em foco*, n. 38. fev. 2018. Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/38>>. Acesso em: 02 out. 2021.
- KROSKRITY, P. Language ideologies: emergence, elaboration, and application. In: BONVILLAIN, N. (Ed.). *Handbook of Linguistic Anthropology*. Routledge, 2016, p. 95-108.
- LOPEZ, A. P.; DINIZ, L. R. A. Iniciativas Jurídicas e Acadêmicas para o Acolhimento no Brasil de Deslocados Forçados. *Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira*, Brasília, Edição especial n. 9, 2018.
- MAHER, T. M. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.) *Linguística Aplicada – suas faces e interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

- MOITA LOPES, L. P. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Editora Parábola, 2006.
- NEVES, A. O. A política linguística de acolhimento a crianças imigrantes no Ensino Fundamental brasileiro: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- NORDIN, J. N. A interpretação comunitária e a garantia de direitos para migrantes e refugiados – contrastes Brasil x Suécia. In: CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA (Org.). Tradução humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021, p. 69-73. Disponível em: <https://memorial.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Tradu%C3%A7%C3%A3o-humanit%C3%A1ria-e-media%C3%A7%C3%A3o-cultural-para-migrantes-e-refugiados.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- ORIGUELA, D. A. Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro. *TradTerm*, São Paulo, v. 23, Setembro/2014, p. 225-240.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 63, Outubro, PP. 237-280, 2002. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF. Acesso em: 17 fev. 2016.
- SANTOS, B. S. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. In: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Lisboa: Editora Almedina, 2008.
- SANTOS, B. S. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020. Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2021.

CAPÍTULO 22

URBANIZAÇÃO, METROPOLIZAÇÃO E NOVAS ESCALAS URBANAS

Luís Felipe Aires Magalhães¹⁵⁵
Lucia Maria Machado Bógus¹⁵⁶

As dinâmicas demográficas e sociais vinculam-se de forma direta com as dinâmicas urbanas, de modo que compreender as condições de vida de grupos vulneráveis, como imigrantes, pessoas em situação de refúgio, população em situação de rua, crianças submetidas ao trabalho infantil etc, exige, em um primeiro momento, analisar as próprias condições da urbanização e da metropolização no Brasil, bem como o surgimento e consolidação de novas escalas urbanas.

Tendo em vista os objetivos deste Curso de Capacitação e desta Apostila, voltados especificamente aos professores de ETECs do Estado de São Paulo, a reflexão sobre os processos de

¹⁵⁵ Professor visitante do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do ABC (UFABC), coordenador adjunto do Observatório das Migrações em São Paulo e pesquisador do Observatório das Metrôpoles - Núcleo São Paulo (PUC-SP).

¹⁵⁶ Professora do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). Coordenadora do Observatório das Metrôpoles, núcleo São Paulo.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

urbanização, metropolização e novas escalas urbanas será feita especificamente no que concerne à capital paulista, à Região Metropolitana de São Paulo e à formação da Macrometrópole Paulista, importante nova espacialidade que emerge no Estado de São Paulo.

Podemos considerar o processo de transição urbana um elemento definidor das novas dinâmicas regionais e espaciais no Brasil, especialmente na segunda metade do Século XX. Em termos gerais, a transição urbana é um processo de alteração da composição regional no Brasil, caracterizado pela inversão, entre as décadas de 1940 e 1970, do rural ao urbano como espaço predominante da concentração populacional no Brasil. Ter passado, em tão pouco tempo, de um país majoritariamente rural, para um país majoritariamente urbano, é um processo que se vincula a transformações econômicas que foram, ao mesmo tempo, causa e efeito desta transição. Destaca-se, especialmente, a industrialização. Concentrada na Região Sudeste, a industrialização explica por que a própria transição urbana foi também mais intensa nesta grande região, embora tenha atingido, de forma importante, as capitais do Sul, Nordeste e do Norte também.

As características mais importantes do processo de transição urbana no Brasil são o rápido crescimento populacional, intensa concentração populacional em grandes cidades e fluxos migratórios do Nordeste e do Semi-Árido de Minas Gerais para o trabalho na indústria em crescimento no Sudeste.

A industrialização brasileira, impulsionada pelo capital estrangeiro e por investimentos do Estado em áreas estratégicas, através de Planos Nacionais de Desenvolvimento, teve no setor automobilístico o seu eixo mais dinâmico. Esta indústria, concentrada na Região do ABC Paulista, foi central para o próprio processo de urbanização e, subseqüentemente, de metropolização, a partir da capital paulista.

De acordo com Bógus (2004), o mais relevante fenômeno urbano no Brasil durante a década de 1970 é a criação e consolidação das Regiões Metropolitanas (RMs). A metrópole, gestada ao longo das décadas anteriores, se consolida nas décadas seguintes, de forma crescentemente institucionalizada,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

e se estabelece a partir de uma dinâmica e complexa rede de relações e estruturas geográficas, econômicas, políticas, sociais e de infraestrutura.

O processo de metropolização pode ser analisado a partir de diversos temas, enfoques teóricos e indicadores. A dinâmica da metropolização brasileira passou por diferentes fases durante o século XX e ainda passa por transformações neste século. A metropolização está ligada ao processo de urbanização, capaz de gerar dinâmicas territoriais de concentração e difusão dos artefatos econômicos, políticos, sociais e culturais em determinados aglomerados metropolitanos. Nesse sentido, a metrópole é considerada a partir de características desses aglomerados que lhes permitem constituírem-se como centros do poder econômico, social e político. Portanto, são unidades capazes de polarizar o território nas escalas nacional, regional e local. Entre essas características, ressalta-se a organização funcional dos espaços; a concentração/distribuição de população, produto e rendimentos; os fluxos de mercadorias, população e serviços; as condições de infraestrutura urbana; os processos de ocupação territorial; as articulações de poder; entre outras. O processo de metropolização passa por tais características e as transformações na natureza e na configuração espacial das cidades levam a níveis distintos de integração dos territórios a essa dinâmica (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012, p. 2).

Especialmente enquanto vigorou o período de maior expansão industrial no Brasil (décadas de 1930 a 1970), a mobilidade espacial resultava em mobilidade social.

Os fluxos migratórios, que contribuíam para consolidar o sistema de cidades, intensificaram-se com o desenvolvimento da economia e da sociedade, entre 1950 e 1980. Não só eram necessários para a economia urbano industrial que se expandia, principalmente no Sudeste, como transferia

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

maciçamente população das áreas agrícolas tradicionais, estagnadas ou não, para as regiões urbanas. Não resta dúvida que se abria uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida para uma enorme parcela da população. Duhram tinha razão quando chamava atenção para a tradição migratória, enraizada na cultura brasileira, que articulava a mobilidade espacial com a mobilidade social. Aliás, era essa a única alternativa de mobilidade social para a grande maioria da população brasileira¹¹. Nunca, como nesse período da história brasileira, as oportunidades foram tantas nas grandes cidades e, em particular, nas regiões metropolitanas. Com o desenvolvimento acelerado da economia, os empregos e as ocupações se multiplicavam e a esperança dos migrantes podia, muitas vezes, se transformar em realidade. Os caminhos percorridos pelos migrantes, através das grandes trajetórias migratórias, traziam a esperança, nem sempre efetivada, de uma melhoria das suas condições de vida. Os grandes aglomerados metropolitanos eram os lugares, por excelência, onde era possível viabilizar a articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social. Mesmo que houvesse um “tempo de adaptação” ou que se tivesse que passar um período nos setores tradicionais da própria economia urbana (BRITO, 2009, p. 13).

Com o esgotamento do processo de expansão industrial, o progressivo desmonte de estruturas de proteção social no país e a diminuição do papel do Estado na Economia (rompimento de um pacto de classes que caracterizou o período anterior), passa a haver gradativo divórcio entre a mobilidade espacial e a mobilidade social, com consequências importantes do ponto de vista da vida nas cidades. Especialmente após o fim dos anos 1970, o processo de periferização e favelização avançam nas cidades brasileiras, condenando contingentes populacionais cada vez maiores à situação de vulnerabilidade.

O final da década de 1970 e, especialmente, os anos 80, apresentaram transformações econômicas que viriam a impactar de forma decisiva a estrutura urbana da metrópole. É importante

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

considerar que o capitalismo global, neste período, já não estava mais na chamada “*golden age*” (GASPAR, 2015), período de estabilidade, crescimento e renovação no capitalismo que havia caracterizado as três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o Estado diminuía seus gastos públicos, e a própria geração de emprego e renda daí resultante. O Programa Nacional de Desestatização expressava um deslocamento crescente à economia de mercado de setores e empresas até então estatais. Este processo veio acompanhado de crescimento do desemprego. Na cidade de São Paulo, a crise social avoluma-se com o crescimento da informalidade e o encarecimento do espaço urbano não apenas na cidade como também em seus arredores mais próximos. Resulta daí o deslocamento de contingentes populacionais para o interior, que por sua vez promoveu maior crescimento nas cidades médias.

Os anos 80 e 90 e os primeiros anos dos anos 2000 consolidam esta tendência, deixando as regiões metropolitanas, em especial suas sedes, perderam posições no ranking das maiores taxas de crescimento do país. O ritmo de crescimento da população urbana apresentou expressivos decréscimos a partir dos anos 1980, indicando a importância da espacialização e da utilização da dimensão territorial para o entendimento dos processos demográficos. Desse modo, o crescimento das pequenas e médias cidades, retratado pelo Censo de 1991 e de 200, bem como as novas realidades da dinâmica regionais contribuíram significativamente para minimizar o caos urbano-metropolitano que se previa. Por outro lado, a emergência de novas aglomerações urbanas, centros e sub centros metropolitanos e não metropolitanos, bem como os crescimentos dos pequenos municípios, ancorados nos espaços das aglomerações urbanas, constituem os novos arranjos espaciais no desenho da rede urbana brasileira (BAENINGER, 2010, p. 210).

Nas regiões mais industrializadas da RMSP, o reascenso das mobilizações sindicais e a busca das empresas por força de trabalho mais barata operam uma reconversão econômica. É

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

importante aprofundar esse ponto para compreendermos a formação da própria Macrometrópole Paulista.

A crise social dos anos 1970 e 1980 é, essencialmente, uma crise no padrão de acumulação da economia industrial brasileira. Com isso, é sobretudo a indústria que passa a se deslocar para outras regiões (CANO, 2007). O setor industrial, até então concentrado na capital paulista, inicia um processo de desconcentração, buscando outras regiões que oferecessem, ao mesmo tempo, localizações estratégicas, custos de entrada e da terra menores, força de trabalho menos sindicalizada e ganhos advindos de isenções fiscais.

A reconversão econômica expressa, portanto, a diminuição do peso relativo da indústria no PIB primeiro do município de São Paulo e depois de cidades como Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema. O deslocamento de instalações fabris para outros municípios da RMSP (como Barueri, Osasco, Cajamar, Mauá e Carapicuíba) condiciona a criação de novas hierarquias urbanas, alterando as mobilidades intra-urbanas, os movimentos pendulares e as próprias relações econômicas entre os municípios, de complementariedade e, também, de crescente concorrência, atualizando ao contexto urbano a relação de cooperação antagônica.

O município de São Paulo, com isso, passa, ao longo das últimas décadas, de uma cidade predominantemente industrial a uma cidade predominantemente de serviços, com uma expansão significativa nos segmentos e atividades econômicas de baixa qualificação dentro do setor de serviços. Isso condiciona de forma direta a atração de trabalhadores de perfis sócio-ocupacionais sensivelmente distintos, tais como os imigrantes bolivianos, especialmente desde os anos 1980, e os imigrantes haitianos, desde 2011, bem como imigrantes trabalhadores do conhecimento (perfil de mais alta qualificação).

O conjunto destas novas dinâmicas promove espraiamento da atividade industrial dentro e para além da RMSP, promovendo a formação de uma nova espacialidade no Estado de São Paulo, a Macrometrópole Paulista.

Segundo Gaspar, Aparício e Bessa (2015), “a capital paulista, desde os anos 90, se consolidou como centro sofisticado

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

de serviços corporativos e financeiros” (Gaspar, Aparício e Bessa, 2015, p 33). Mas já no fim do século passado notava-se que o estado de São Paulo apresentava amplo e complexo sistema de cidades, com intensa rede de articulações funcionais, centralizada em torno da RMSP. Este espaço é chamado a Macrometrópole Paulista, compreendendo aglomerações urbanas num raio de aproximadamente 200 km em redor da capital (LENCIONI, 2011).

Este complexo industrial e de serviços, que podemos chamar de macrometropolitano, compreende as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Baixada Santista, além das aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba e a Unidade Regional de Bragantina. A macrometrópole é um complexo de metrópoles localizadas ao redor da Grande São Paulo e surgiu através do processo de conurbação entre os centros metropolitanos paulistas, que com 20,9 milhões de habitantes é uma das mais populosas aglomerações urbanas do mundo. São 174 municípios que concentravam, em 2010, 73,3% do total da população paulista, 83,4% do Produto Interno Bruto estadual e 27,6% do PIB brasileiro, abrigando 50% da área urbanizada do Estado. Segundo muitos pesquisadores, se temos uma localização industrial fragmentada, uma urbanização extensiva, cidades polinucleadas, desconcentração e fragmentação espacial, rede urbana hierarquizada em função dos centros de comando, temos, precisamente, uma cidade-região formada por esses processos.

Nota-se que entre os 15 maiores PIBs municipais do Estado de São Paulo, só Ribeirão Preto está fora da área que configura a macrometrópole. A presença de plantas industriais no tecido macrometropolitano é expressiva: além das plantas na Grande São Paulo, nota-se a presença da Pirelli, GM, Yoshica e Dell em Sorocaba; da Philips, Panasonic, Basf, Eastman Kodac, Ericson, Johnson&Johnson, Monsanto e Embraer em São Jose dos Campos; da Ford, Volkswagen, LG, Motorola e Alston em Taubaté; da IBM, Bosh, Rodhia, Motorola, em Campinas.

A maior concentração de atividade econômica nesta região produz, também, relações e territórios de informalidade, marginalidades e vulnerabilidades. Neste sentido, destaca-se a

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

grande presença de imigrantes internacionais na Macrometrópole Paulista, de população em situação de rua, de trabalho análogo ao escravo e, também, de trabalho infantil.

Há, na Macrometrópole Paulista, distintos perfis de imigrantes internacionais, diversidade esta que resulta das especificidades das estruturas produtivas dos municípios polos das regiões que formam a região. Assim, ao mesmo tempo em que São Paulo apresenta perfil de imigrantes com mais elevado nível de escolaridade e rendimento médio mensal, Sorocaba, por sua vez, é a região que apresenta a mais elevada proporção de imigrantes internacionais sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto. Realidades tão distintas, mas que, no entanto, vinculam-se à medida em que as estruturas produtivas destas cidades integram-se dentro de um mesmo sistema econômico macrometropolitano.

A vinculação destas estruturas produtivas à divisão internacional do trabalho condiciona de forma muito direta a formação dos fluxos migratórios: assim como os coreanos tornaram-se presentes em Piracicaba após a instalação de indústria automobilística Hyundai na cidade, também os italianos passaram a fazer parte do mercado formal de trabalho de Jundiá assim que o Grupo Fedrigoni instalou fábrica de adesivos na cidade, a única fora do continente europeu.

A diversidade dos fluxos e a complexidade de suas inserções laborais e interações socioculturais compõem aspecto importante da tendência da interiorização das migrações internacionais no estado de São Paulo. Não apenas fluxos já históricos na cidade de São Paulo, como de bolivianos e peruanos, estão cada vez mais presentes nos municípios do interior, como também fluxos importantes destes municípios, como os de bengalis em Sorocaba, chamam a atenção para novos processos migratórios que têm em São Paulo cidade de trânsito e não mais de destino. E São Paulo constituir-se como etapa, trânsito, e não mais destino, é, como vimos, uma manifestação da própria reconversão econômica e seus impactos na estrutura do mercado de trabalho e na dinâmica das migrações internacionais.

É importante não ignorarmos que esta região é, seguramente, a mais integrada ao capitalismo global e sua

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

divisão internacional do trabalho, e isso impacta de forma direta a presença das cidades que compõem a macrometrópole paulista em cadeias mercantis de valor nas quais, em uma ou mais etapas, vinculam-se formas precárias de trabalho. Na costura, por exemplo, é possível identificar trabalhadores super-explorados, em condições análogas ao trabalho escravo, e que, em razão das duras condições de trabalho e quantidade a ser produzida para o pagamento de dívidas contraídas, não raras vezes, seus filhos e filhas, crianças, também são postos e obrigados a trabalhar. Também há dinâmicas de trabalho infantil relacionadas a outras atividades econômicas, como o comércio informal, especialmente o de rua, ambulante, e em atividades do setor primário e a elas relacionadas. As dinâmicas econômicas da macrometrópole paulista condicionam, portanto, a ocorrência destas formas precárias e criminais de trabalho.

Referências Bibliográficas

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012. 146p.

BAENINGER, Rosana (Org). **População e Cidades – Subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’ NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo. Disponível em:

<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/bancointerativo.html>.

Acesso em: Junho de 2019.

BRITO, Fausto. Os Povos em Movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 53-66.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado. Perfil Demográfico Brasileiro: Mitos e mudanças. In: CHAIA, A.A; CHAIA, M (Orgs.). **Sociedade, Cultura e Política: Ensaios Críticos**. São Paulo: EDUC, 2004.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

EMPLASA, **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano**.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Macrometrópole Paulista 2012. São Paulo, 2012.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomeração urbana. **In: Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, 2011.

GASPAR, Ricardo Carlos. **A Trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos.** In: Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 265-296, maio 2015

GASPAR, R. C., APARICIO, C. A. P. e BESSA, V. C. (2015). “A metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna”. In: BÓGUS, L. M. M. e PASTERNAK, S. (orgs.). São Paulo: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital.

Observatório Das Metrôpoles. **Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, RIDEs e Aus à Dinâmica da Metropolização.** Disponível em

<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/01/N%C3%8DVEIS-DE-INTEGRA%C3%87%C3%83O-DOS-MUNIC%C3%8DPIOS-BRASILEIROS-EM-RMs-RIDEs-e-AUs-%C3%80-DIN%C3%82MICA-DA-METROPOLIZA%C3%87%C3%83O.pdf>.



CAPÍTULO 23

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS - INDICADORES DA POPULAÇÃO INFANTO- JUVENIL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO AEROPORTO DE VIRACOPOS E AEROPORTO DE GUARULHOS

Jóice Domeniconi¹⁵⁷

Rosana Baeninger¹⁵⁸

Catarina von Zuben¹⁵⁹

Henrique Baeninger Pescarini¹⁶⁰

¹⁵⁷ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: joicedomeniconi@outlook.com.

¹⁵⁸ Professora colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO-UNICAMP; coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

¹⁵⁹ Catarina von Zuben. Procuradora do Trabalho e Coordenadora Regional da CONAETE (Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas) da 15ª Região.

¹⁶⁰ Graduando em engenharia agrícola na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Este capítulo tem por objetivo apresentar, sistematizar e subsidiar um diagnóstico acerca das populações vulneráveis referente ao grupo infanto-juvenil residente nas órbitas aeroviárias dos Aeroportos de Viracopos e de Guarulhos. De forma a destacar o nível municipal de análise, optou-se por analisar as informações e dados a partir de indicadores que compõem a caracterização das diferentes dimensões social, econômica, educacional e de infraestrutura nos respectivos arcos de influência dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos.

Para tanto, foram utilizadas fontes de dados produzidas e divulgadas pelo poder público, sobretudo, informações do Censo demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demais fontes disponíveis. Assim, indicadores sistematizados a partir de outras fontes compõem esse relatório, de forma a complementar a análise feita e destacar as principais tendências em torno da população vulnerável infanto-juvenil no entorno dos Aeroportos de Viracopos e de Guarulhos, particularmente, no período recente. Dentre tais fontes, são utilizados dados da Fundação SEADE, da assistência social do Ministério da Cidadania, do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, da Polícia Rodoviária Federal e do Disque Direitos Humanos.

Metodologia e fontes de dados

O estudo visa compor um panorama em torno das principais tendências de grupos populacionais em idade infanto-juvenil, no entorno dos Aeroportos de Viracopos e de Guarulhos, particularmente, em suas órbitas aeroviárias metropolitanas.

Para essa análise foram considerados três níveis principais de espacialização dessas regiões de influência dos aeroportos. O primeiro, em uma faixa de 25 quilômetros, a partir da pista central do Aeroporto de Viracopos e do Aeroporto de Guarulhos, denomina-se anel do entorno, o segundo, com alcance de 20 quilômetros, é o anel metropolitano, e, finalmente, a região mais distante, mas ainda com influência nas dinâmicas de transporte aéreas dos aeroportos, é o anel regional, e

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

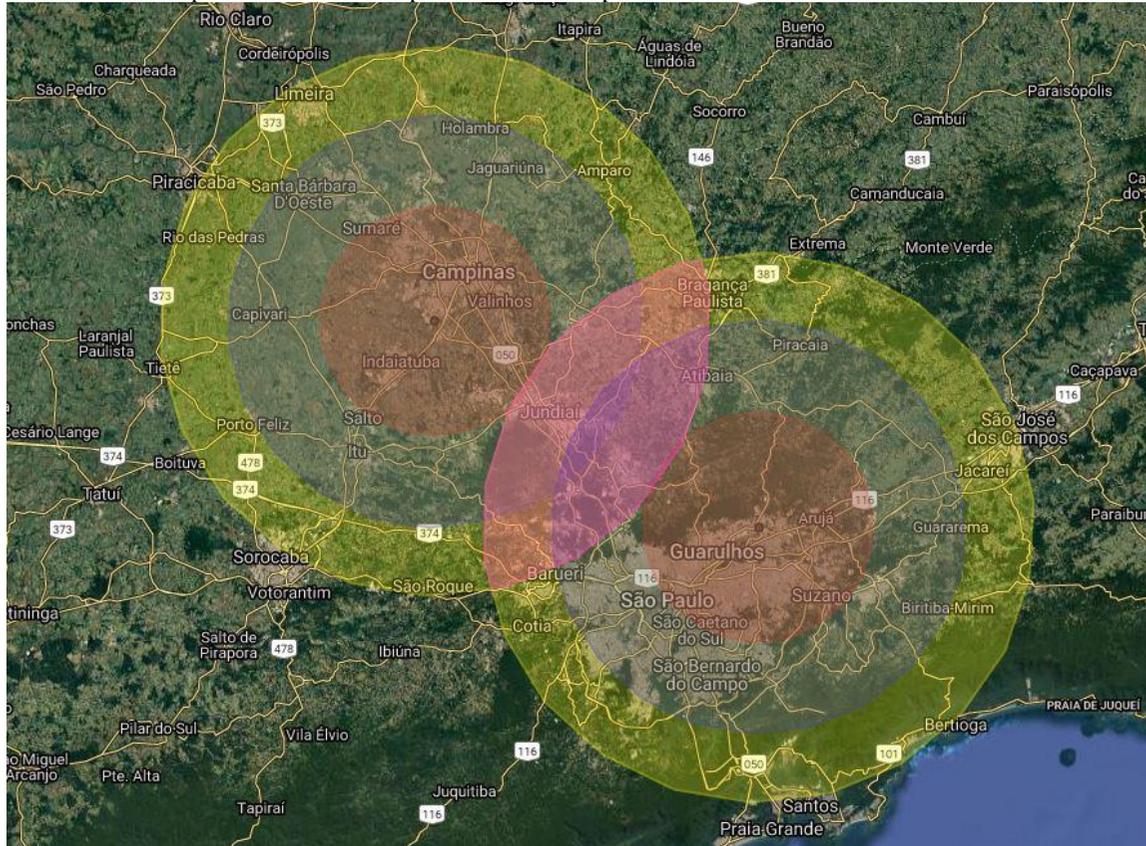
encontra-se à 60 quilômetros de seu centro de influência. A área de sobreposição dessas órbitas denomina-se arco metropolitano.

Para uma compreensão mais detalhada das dinâmicas inter e intraurbanas estabelecidas nessas órbitas é importante considerar a diversidade de contextos, tendências sociodemográficas locais, regionais e nacionais, bem como, o processo histórico de [re]constituição desses espaços diante das transformações socioespaciais observadas ao longo das últimas décadas (CUNHA et al, 2016).

Destacam-se indicadores relacionados, sobretudo, à dinâmica sociodemográfica e às dimensões da vulnerabilidade da população jovem nesses municípios, bem como, de sua capacidade de resposta quando sujeitos a situações de exploração e risco.

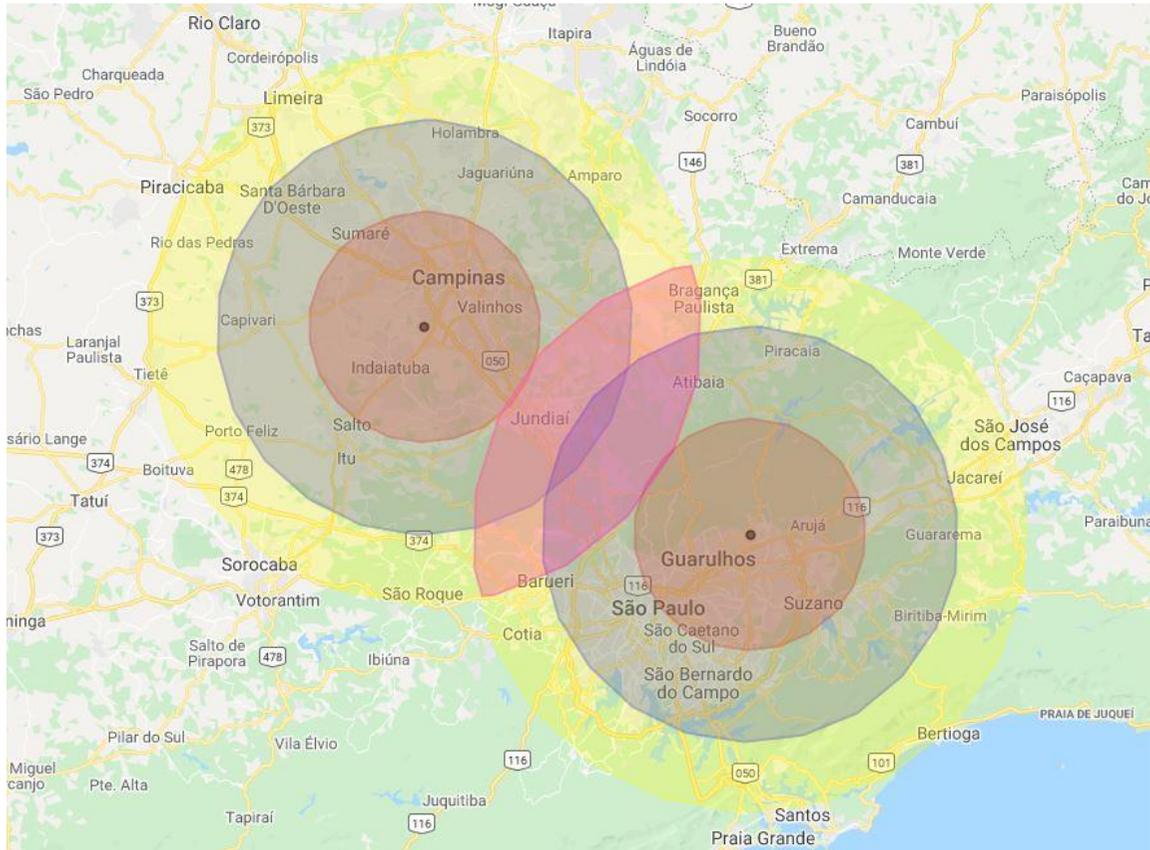
As Figuras 1 e 2 apresentam a distribuição georreferenciada das órbitas metropolitanas dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos em seus respectivos anéis, à esquerda Viracopos e à direita Guarulhos. A órbita aeroviária do Aeroporto de Viracopos, segundo a categorização proposta, conta com 52 municípios do Estado de São Paulo, sendo 11 no entorno, 14 no espaço metropolitano e 27 na região (Tabela 1). Já a órbita aeroviária do Aeroporto de Guarulhos conta com 51 municípios, sendo 7 no entorno, 19 no espaço metropolitano e 25 no anel regional (Tabela 1).

Figura 1. Órbitas aeroviárias metropolitanas dos Aeroportos de Viracopos e de Guarulhos



Fonte: Elaboração a partir do Google Earth Engine. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

Figura 2. Órbitas aeroviárias metropolitanas dos Aeroportos de Viracopos e de Guarulhos



Fonte: Elaboração a partir do Google Earth Engine Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

Tabela 1. Delimitação das órbitas aeroviárias metropolitanas dos Aeroportos de Guarulhos e Viracopos, segundo anéis e arco de influência

Aeroporto de Viracopos			ARCO	Aeroporto de Guarulhos		
Anel do entorno	Anel metropolitano	Anel regional	METROPOLITANO	Anel do entorno	Anel metropolitano	Anel regional
Campinas	Americana	Alumínio	Atibaia	Arujá	Atibaia	Barueri
Elias Fausto	Cabreúva	Amparo	Barueri	Ferraz de Vasconcelos	Bom Jesus dos Perdões	Bertioga
Hortolândia	Capivari	Araçatiguama	Bragança Paulista	Guarulhos	Caieiras	Biritiba-Mirim
Indaiatuba	Itatiba	Artur Nogueira	Caieiras	Itaquaquetuba	Cajamar	Bragança Paulista
Itupeva	Itu	Atibaia	Cajamar	Mairiporã	Diadema	Cotia
Jundiaí	Jaguariúna	Barueri	Francisco Morato	Poá	Franco da Rocha	Cubatão
Louveira	Morungaba	Bragança Paulista	Franco da Rocha	São Paulo	Igaratá	Embu das Artes
Monte Mor	Nova Odessa	Caieiras	Itatiba		Mauá	Embu-Guaçu
Sumaré	Paulínia	Cajamar	Jarinu		Mogi das Cruzes	Francisco Morato
Valinhos	Pedreira	Cosmópolis	Jundiaí		Nazaré Paulista	Guararema
Vinhedo	Rafard	Engenheiro Coelho	Pirapora de Bom Jesus		Osasco	Itapecerica da Serra
	Salto	Francisco Morato	Santana de Parnaíba		Ribeirão Pires	Itapevi
	Santa Bárbara D´Oeste	Franco da Rocha			Rio Grande da Serra	Itatiba
	Várzea Paulista	Holambra	Várzea Paulista		Santa Isabel	Jacaré
		Jarinu			Santana do Parnaíba	Jandira
		Limeira			Santo André	Jarinu
		Mombuca			São Bernardo do Campo	Joanópolis
		Monte Alegre do Sul			São Caetano do Sul	Jundiaí
		Piracicaba			Suzano	Piracaia
		Pirapora de Bom Jesus				Pirapora do Bom Jesus
		Porto Feliz				Santa Branca
		Rio das Pedras				Santos
		Santana do Parnaíba				São José dos Campos
		Santo Antônio de Posse				São Vicente
		São Roque				Várzea Paulista
		Sorocaba				

Fonte: Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Em termos populacionais, é fundamental considerar que compõem essa proposta municípios muito distintos entre si, sobretudo, no que tange suas dimensões espaciais e populacionais. Para a órbita de Viracopos, destaca-se o município de Campinas, SP no anel de entorno, com 127.245 jovens de 10 a 17 anos no censo demográfico de 2010 e projeção, para o grupo de 0 a 19 anos, de 273.572 em 2021 e de 263.211 em 2030, por um lado, e, por outro, Mombuca, no anel regional, com 480 pessoas entre 10 e 17 anos residentes em 2010 e projeção, entre 0 e 19 anos, de 906 para 2021 e de 842 para 2030 (Tabela 2). Essa regionalização contabiliza um total de 822.679 pessoas de 10 a 17 anos residindo no entorno do Aeroporto de Viracopos em 2010 e projeta, para o grupo de 0 a 19, um montante de 1.794.354 pessoas em 2021 e 1.762.895 em 2030.

Já na órbita do Aeroporto de Guarulhos tem-se a Capital, São Paulo, com 1.373.397 jovens de 10 a 17 anos residentes em 2010, e projeção para pessoas de 0 a 19 anos, de 2.994.071, em 2021, e 2.906.393, em 2030, e o próprio município de Guarulhos, com 174.311 pessoas de 10 a 17 anos residentes em 2010, 380.594 de 0 a 19 anos projetadas para 2021 e 376.039 para 2030 (Tabela 3). Assim como, o município de Igaratá, que no censo demográfico de 2010 contabilizou um total de 1.218 pessoas de 10 a 17 anos, sendo projetado pela Fundação SEADE que em 2021 e 2030, respectivamente, o município contará com 2.514 e 2.429 pessoas de 0 a 19 anos residentes (Tabela 3). Tal proposta de análise do entorno do aeroporto de Guarulhos contempla um total de 2.790.577 pessoas de 10 a 17 anos em 2010 e, de forma ampliada, para o grupo de 0 a 19, tem-se um montante de 6.054.863 e 5.927.926, respectivamente, para 2021 e 2030.

É possível notar, também, uma tendência importante em alguns municípios para ambas as órbitas de diminuição do volume total projetado, entre 2021 e 2030, de pessoas de 0 a 19 anos residentes para os municípios tanto na órbita do aeroporto de Viracopos, como de Guarulhos (Tabelas 2 e 3). Esse processo acompanha, em maior ou menor medida, uma tendência mais ampla observada no Brasil de envelhecimento populacional, relativo (com menor participação de jovens na população como um todo) e absoluto (com números menores de crianças e adolescentes no conjunto da população) (CAMARANO, 2002).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Juntas, as duas órbitas de influência dos Aeroportos contam com mais de 3,6 milhões de pessoas em idade adulta jovem residentes registradas em 2010. Já, quando analisada a projeção por grupos etários para 2021, mais de 7,8 milhões, e para 2030, mais de 7,7 milhões estão dentro do raio de cobertura original. Deve-se pontuar, no entanto, que, se em 2021 o grupo etário de 5 a 9 anos predominaria, com 2.044.527 crianças em ambas as órbitas consideradas, em 2030 estima-se que a maior parcela da população infanto juvenil se encontre entre a faixa dos 15 aos 19 anos, acompanhando as tendências demográficas da região (Tabela 4).

Tabela 2. Projeção da População total residente em 2021 e 2030 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos, segundo grupos etários jovens

Municípios	2010	População 2021					População 2030				
	10 a 17 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos
Aeroporto de Viracopos	822.679	446.767	460.191	431.681	455.715	1.794.354	399.873	429.841	457.414	475.767	1.762.895
Anel do entorno	294.584	163.150	169.353	159.311	166.872	658.686	144.772	156.087	167.592	177.145	645.596
Campinas	127.245	67.507	71.540	66.021	68.504	273.572	57.521	62.655	68.569	74.466	263.211
Elias Fausto	2.231	1.070	1.075	1.083	1.200	4.428	979	1.039	1.080	1.082	4.180
Hortolândia	27.689	14.852	14.657	14.451	15.977	59.937	14.101	14.984	15.468	15.690	60.243
Indaiatuba	25.567	14.534	14.745	14.171	15.363	58.813	13.064	14.129	15.013	15.362	57.568
Itupeva	6.208	4.238	4.207	3.988	4.178	16.611	4.266	4.376	4.473	4.573	17.688
Jundiá	41.524	23.480	24.968	23.089	23.621	95.158	20.538	22.257	24.107	25.858	92.760
Louveira	4.458	3.368	3.478	3.191	3.082	13.119	3.049	3.257	3.518	3.675	13.499
Monte Mor	7.173	4.322	4.247	3.915	4.121	16.605	4.187	4.398	4.499	4.499	17.583
Sumaré	32.717	18.465	18.855	18.306	18.963	74.589	16.819	17.952	19.070	19.698	73.539
Valinhos	12.342	6.689	6.848	6.705	7.164	27.406	6.035	6.502	6.934	7.188	26.659
Vinhedo	7.431	4.625	4.733	4.391	4.699	18.448	4.213	4.538	4.861	5.054	18.666
Anel metropolitano	151.856	81.029	83.565	79.333	83.552	327.479	72.259	77.973	83.078	86.047	319.357
Americana	24.144	12.519	13.157	12.513	13.098	51.287	10.964	11.979	12.952	13.762	49.657
Cabreúva	6.146	3.589	3.507	3.460	3.702	14.258	3.446	3.612	3.668	3.623	14.349
Capivari	6.640	3.616	3.642	3.517	3.687	14.462	3.321	3.533	3.672	3.705	14.231
Itatiba	12.811	6.925	7.030	6.678	7.445	28.078	6.317	6.815	7.143	7.340	27.615
Itu	20.874	11.041	11.407	10.497	10.874	43.819	9.722	10.477	11.228	11.553	42.980
Jaguariúna	5.734	3.605	3.639	3.293	3.415	13.952	3.259	3.525	3.723	3.793	14.300
Morungaba	1.622	878	884	809	858	3.429	802	858	894	903	3.457
Nova Odessa	6.598	3.290	3.358	3.310	3.573	13.531	3.004	3.205	3.370	3.472	13.051
Paulínia	10.507	7.237	7.220	6.620	7.095	28.172	6.941	7.283	7.576	7.687	29.487
Pedreira	4.966	2.703	2.797	2.596	2.819	10.915	2.387	2.601	2.786	2.911	10.685
Rafard	1.107	599	632	560	597	2.388	523	560	605	636	2.324
Salto	13.813	6.809	6.971	6.887	7.262	27.929	6.106	6.562	6.930	7.108	26.706
Santa Bárbara D'Oeste	21.980	10.073	10.762	10.603	11.047	42.485	8.423	9.348	10.249	10.904	38.924
Várzea Paulista	14.915	8.145	8.559	7.990	8.080	32.774	7.044	7.615	8.282	8.650	31.591
Anel regional	376.239	202.588	207.273	193.037	205.291	808.189	182.842	195.781	206.744	212.575	797.942
Alumínio	2.438	1.220	1.244	1.226	1.358	5.048	1.113	1.169	1.216	1.232	4.730
Amparo	7.544	3.670	3.846	3.670	4.003	15.189	3.124	3.449	3.743	3.908	14.224
Araçariçuama	2.531	1.695	1.659	1.602	1.626	6.582	1.608	1.692	1.720	1.690	6.710

Municípios	2010	População 2021					População 2030				
	10 a 17 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos
Artur Nogueira	6.140	3.263	3.237	3.270	3.617	13.387	3.085	3.260	3.372	3.394	13.111
Atibaia	16.660	9.329	9.634	8.392	9.074	36.429	8.253	8.937	9.493	9.862	36.545
Barueri	35.047	21.527	22.943	18.392	17.854	80.716	18.622	19.847	21.551	22.790	82.810
Bragança Paulista	19.600	10.128	10.360	9.318	10.015	39.821	9.001	9.748	10.392	10.700	39.841
Caieiras	12.368	6.634	6.666	6.562	7.015	26.877	6.185	6.541	6.811	6.924	26.461
Cajamar	9.423	5.934	5.945	5.426	5.558	22.863	5.685	5.914	6.141	6.238	23.978
Cosmópolis	7.626	4.575	4.576	4.624	4.988	18.763	4.390	4.619	4.758	4.860	18.627
Engenheiro Coelho	2.211	1.472	1.442	1.429	1.529	5.872	1.424	1.493	1.524	1.518	5.959
Franco da Rocha	26.163	13.500	13.417	13.117	13.795	53.829	12.851	13.334	13.629	13.569	53.383
Holambra	18.838	11.019	10.937	9.980	10.910	42.846	10.384	10.870	11.209	11.525	43.988
Jarinu	1.496	1.052	1.046	852	957	3.907	997	1.053	1.093	1.099	4.242
Limeira	3.348	2.116	2.023	1.892	2.102	8.133	2.142	2.210	2.224	2.181	8.757
Mombuca	34.467	16.462	17.220	17.180	18.306	69.168	14.180	15.553	16.793	17.552	64.078
Monte Alegre do Sul	480	220	224	232	230	906	199	207	217	219	842
Piracicaba	842	404	409	412	448	1.673	379	400	414	423	1.616
Piraporã de Bom Jesus	44.674	21.966	23.293	22.577	24.013	91.849	18.852	20.632	22.377	23.707	85.568
Porto Feliz	2.719	1.380	1.290	1.366	1.583	5.619	1.410	1.443	1.409	1.339	5.601
Rio das Pedras	6.620	3.070	3.163	3.128	3.344	12.705	2.735	2.931	3.097	3.171	11.934
Santana do Parnaíba	4.044	2.206	2.210	2.231	2.380	9.027	2.064	2.177	2.252	2.278	8.771
Santo Antônio de Posse	16.421	9.874	9.593	8.943	9.952	38.362	9.920	10.258	10.383	10.344	40.905
São Roque	2.923	1.404	1.421	1.453	1.577	5.855	1.292	1.374	1.429	1.453	5.548
Sorocaba	10.429	5.243	5.307	4.929	5.501	20.980	4.681	5.069	5.347	5.407	20.504
Tietê	76.597	40.691	41.601	38.360	41.007	161.659	35.905	39.116	41.557	42.541	159.119
	4.591	2.534	2.567	2.474	2.549	10.124	2.361	2.485	2.593	2.651	10.090

Fonte: População Residente, Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Projeção da População Total Residente - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, 2021 e 2030. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

Tabela 3. Projeção da População total residente em 2021 e 2030 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Guarulhos, segundo grupos etários jovens

Municípios	2010	População 2021					População 2030				
	10 a 17 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos
Aeroporto de Guarulhos	2.790.577	1.529.837	1.584.336	1.432.721	1.507.969	6.054.863	1.358.174	1.438.663	1.524.094	1.606.995	5.927.926
Anel do entorno	1.666.351	918.851	955.833	853.003	899.438	3.627.125	806.381	855.460	908.931	966.529	3.537.301
Arujá	11.217	7.004	6.803	5.823	6.456	26.086	6.711	7.020	7.126	6.949	27.806
Ferraz de Vasconcelos	26.907	14.295	14.114	13.309	14.156	55.874	13.297	14.080	14.473	14.277	56.127
Guarulhos	174.311	96.836	97.779	89.598	96.381	380.594	89.083	92.349	95.705	98.902	376.039
Itaquaquecetuba	53.148	28.460	27.811	26.966	29.253	112.490	27.097	28.327	28.680	27.996	112.100
Mairiporã	12.056	6.534	6.339	5.651	6.872	25.396	6.370	6.696	6.806	6.716	26.588
Poá	15.315	8.331	8.704	7.704	7.875	32.614	7.299	7.818	8.411	8.720	32.248
São Paulo	1.373.397	757.391	794.283	703.952	738.445	2.994.071	656.524	699.170	747.730	802.969	2.906.393
Anel metropolitano	585.888	311.271	319.710	298.579	316.079	1.245.639	276.624	291.762	307.406	321.712	1.197.504
Atibaia	16.660	9.329	9.634	8.392	9.074	36.429	8.253	8.937	9.493	9.862	36.545
Bom Jesus dos Perdões	2.746	1.631	1.576	1.554	1.772	6.533	1.600	1.669	1.679	1.649	6.597
Caieiras	12.368	6.634	6.666	6.562	7.015	26.877	6.185	6.541	6.811	6.924	26.461
Cajamar	9.423	5.934	5.945	5.426	5.558	22.863	5.685	5.914	6.141	6.238	23.978
Diadema	53.286	28.515	29.482	26.489	27.620	112.106	24.849	26.003	27.359	29.000	107.211
Franco da Rocha	18.838	13.500	13.417	13.117	13.795	53.829	10.384	10.870	11.209	11.525	43.988
Igaratá	1.218	626	633	592	663	2.514	569	604	626	630	2.429
Mauá	58.312	29.133	29.408	28.877	31.156	118.574	26.327	27.786	29.093	30.099	113.305
Mogi das Cruzes	54.745	29.040	29.047	28.078	30.485	116.650	27.469	28.688	29.548	29.790	115.495
Nazaré Paulista	2.235	1.265	1.251	1.054	1.205	4.775	1.171	1.249	1.291	1.280	4.991
Osasco	86.854	45.422	47.138	42.707	44.650	179.917	39.948	41.725	44.090	46.938	172.701
Ribeirão Pires	14.370	6.754	7.193	6.901	7.317	28.165	5.809	6.291	6.839	7.243	26.182
Rio Grande da Serra	6.462	3.261	3.248	3.345	3.659	13.513	3.058	3.231	3.307	3.313	12.909
Santa Isabel	7.269	3.752	3.820	3.534	3.775	14.881	3.406	3.616	3.776	3.822	14.620
Santana do Parnaíba	16.421	9.874	9.593	8.943	9.952	38.362	9.920	10.258	10.383	10.344	40.905
Santo André	76.519	39.573	41.666	38.485	40.296	160.020	34.125	36.382	38.987	42.051	151.545
São Bernardo do Campo	93.800	49.183	51.334	48.215	50.053	198.785	42.843	45.317	48.556	52.032	188.748
São Caetano do Sul	14.063	7.152	7.861	7.096	7.317	29.426	5.877	6.530	7.342	8.056	27.805
Suzano	40.298	20.693	20.798	19.212	20.717	81.420	19.146	20.151	20.876	20.916	81.089
Anel regional	538.338	299.715	308.793	281.139	292.452	1.182.099	275.169	291.441	307.757	318.754	1.193.121
Barueri	35.047	21.527	22.943	18.392	17.854	80.716	18.622	19.847	21.551	22.790	82.810

Municípios	2010	População 2021					População 2030				
	10 a 17 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos
Bertioga	7.174	5.334	5.183	4.674	4.939	20.130	5.489	5.575	5.528	5.494	22.086
Biritiba-Mirim	4.160	2.308	2.250	2.195	2.415	9.168	2.231	2.335	2.337	2.294	9.197
Bragança Paulista	19.600	10.128	10.360	9.318	10.015	39.821	9.001	9.748	10.392	10.700	39.841
Cotia	28.755	19.103	18.776	16.589	17.612	72.080	18.763	19.343	19.861	19.815	77.782
Cubatão	16.309	8.600	8.905	8.841	9.328	35.674	7.802	8.280	8.684	8.992	33.758
Embu das Artes	36.831	21.019	21.815	19.234	19.484	81.552	18.939	20.026	21.195	21.891	82.051
Embu-Guaçu	9.622	4.670	4.672	4.557	5.072	18.971	4.344	4.576	4.704	4.697	18.321
Francisco Morato	26.163	11.019	10.937	9.980	10.910	42.846	12.851	13.334	13.629	13.569	53.383
Guararema	3.650	2.128	2.109	1.778	2.007	8.022	1.981	2.096	2.173	2.159	8.409
Itapecerica da Serra	23.167	12.880	13.186	12.016	12.519	50.601	11.801	12.387	12.989	13.432	50.609
Itapevi	32.555	19.266	18.830	17.327	18.410	73.833	18.692	19.309	19.562	19.225	76.788
Itatiba	12.811	6.925	7.030	6.678	7.445	28.078	6.317	6.815	7.143	7.340	27.615
Jacareí	27.705	14.801	15.515	14.417	14.864	59.597	13.168	14.034	14.954	15.616	57.772
Jandira	16.242	8.412	8.515	8.430	8.869	34.226	7.794	8.224	8.572	8.734	33.324
Jarinu	3.348	2.116	2.023	1.892	2.102	8.133	2.142	2.210	2.224	2.181	8.757
Joanópolis	1.412	704	727	739	795	2.965	635	677	718	743	2.773
Jundiá	41.524	23.480	24.968	23.089	23.621	95.158	20.538	22.257	24.107	25.858	92.760
Piracaia	3.539	1.580	1.616	1.533	1.633	6.362	1.400	1.512	1.592	1.617	6.121
Pirapora do Bom Jesus	2.719	1.380	1.290	1.366	1.583	5.619	1.410	1.443	1.409	1.339	5.601
Santa Branca	1.841	800	821	880	943	3.444	729	775	800	818	3.122
Santos	42.382	23.567	24.805	21.927	22.899	93.198	21.114	22.413	24.155	26.103	93.785
São José dos Campos	82.463	46.405	48.764	44.076	44.870	184.115	41.006	44.040	47.466	50.157	182.669
São Vicente	44.404	23.418	24.194	23.221	24.183	95.016	21.356	22.570	23.730	24.540	92.196
Várzea Paulista	14.915	8.145	8.559	7.990	8.080	32.774	7.044	7.615	8.282	8.650	31.591

Fonte: População Residente, Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Projeção da População Total Residente - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, 2021 e 2030. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

Tabela 4. Projeção da População total residente em 2021 e 2030 nos municípios dos anéis aeroviários dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos, segundo grupos etários jovens, para o total de municípios e para o arco metropolitano de sobreposição entre as duas órbitas de influência

Municípios	2010	População 2021					População 2030				
	10 a 17 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos
TOTAL GERAL	3.613.256	1.976.604	2.044.527	1.864.402	1.963.684	7.849.217	1.758.047	1.868.504	1.981.508	2.082.762	7.690.821
Municípios	2010	População 2021					População 2030				
	10 a 17 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos	0 a 4 anos	05 a 09 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	0 a 19 anos
ARCO METROPOLITANO	214.922	121.846	124.806	113.155	118.924	478.731	111.308	118.174	124.492	128.670	482.644
Atibaia	16.660	9.329	9.634	8.392	9.074	36.429	8.253	8.937	9.493	9.862	36.545
Barueri	35.047	21.527	22.943	18.392	17.854	80.716	18.622	19.847	21.551	22.790	82.810
Bragança Paulista	19.600	10.128	10.360	9.318	10.015	39.821	9.001	9.748	10.392	10.700	39.841
Caieiras	12.368	6.634	6.666	6.562	7.015	26.877	6.185	6.541	6.811	6.924	26.461
Cajamar	9.423	5.934	5.945	5.426	5.558	22.863	5.685	5.914	6.141	6.238	23.978
Francisco Morato	26.163	13.500	13.417	13.117	13.795	53.829	12.851	13.334	13.629	13.569	53.383
Franco da Rocha	18.838	11.019	10.937	9.980	10.910	42.846	10.384	10.870	11.209	11.525	43.988
Itatiba	12.811	6.925	7.030	6.678	7.445	28.078	6.317	6.815	7.143	7.340	27.615
Jarinu	3.348	2.116	2.023	1.892	2.102	8.133	2.142	2.210	2.224	2.181	8.757
Jundiaí	41.524	23.480	24.968	23.089	23.621	95.158	20.538	22.257	24.107	25.858	92.760
Pirapora de Bom Jesus	2.719	1.380	1.290	1.366	1.583	5.619	1.410	1.443	1.409	1.339	5.601
Santana de Parnaíba	16.421	9.874	9.593	8.943	9.952	38.362	9.920	10.258	10.383	10.344	40.905
Várzea Paulista	14.915	8.145	8.559	7.990	8.080	32.774	7.044	7.615	8.282	8.650	31.591

Fonte: População Residente, Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Projeção da População Total Residente - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, 2021 e 2030. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A taxa de mortalidade infantil é calculada a partir do número de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade pelo número total de nascidos vivos de mães residentes em mil habitantes. Nesse caso, trata-se de uma estimativa calculada pela Fundação Seade par ao ano de 2019 (Tabela 5), que visa compreender o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida. Essa taxa de mortalidade é definida como alta se for igual ou superior a 50, média entre, 20 e 49, e baixa, quando inferior a 20 óbitos infantis para cada mil nascidos vivos. Altas taxas seriam um reflexo de condições precárias de desenvolvimento socioeconômico ou insuficientes de acesso à saúde, saneamento básico, infraestrutura, entre outros. Esse indicador, porém, não reflete mudanças próprias aos componentes da mortalidade infantil que dialogam com a atenção materna no pré-natal, parto e recém nato. Para a órbita de Viracopos é possível apreender que não há nenhum município com uma taxa de mortalidade infantil considerada alta em 2019. No entanto, encontram-se na faixa mediada as cidades de Porto Feliz (20,1), Cosmópolis (20,1), Cabreúva (20,1) e Itupeva (19,9). Entre os municípios com menores taxas de mortalidade registradas em 2019, destacam-se, Jaguariúna (2,5), Capivari (2,9) e Santo Antônio de Posse (3,5) (Tabela 5).

Já na órbita de Guarulhos notam-se indicadores ainda melhores, visto que nenhum município se encontra no nível de elevada ou média taxa de mortalidade infantil em 2019. Estando todos abaixo do patamar de 20 óbitos infantis para cada mil nascidos vivos. Ressalta-se os casos de Guararema (4,6), Embu-Guaçu (4,8) e Caieiras (5,5) (Tabela 6). Essa tendência é observada, também, para o arco metropolitano entre os anéis aeroviários dos Aeroportos de Viracopos e de Guarulhos (Tabela 7). Ressalte-se que municípios com taxas de mortalidade muito baixas também podem refletir outros problemas sociais, assim como, é possível que existam localidades com má cobertura e/u preenchimento da informação.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 5. População residente projetada para 2019, número de nascidos vivos e número de óbitos infantis (menor de 1 ano) e taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos em 2019 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos

Municípios	População Residente	Nascidos Vivos	Óbitos Infantis	Taxa de mortalidade e infantil por mil nascidos vivos 2019
Aeroporto de Viracopos	7.105.478	96.516	970	10,1
Anel do entorno	2.696.020	35.961	305	8,5
Campinas	1.167.192	14.627	111	7,6
Elias Fausto	17.197	211	2	9,5
Hortolândia	226.426	2.967	34	11,5
Indaiatuba	239.391	3.197	26	8,1
Itupeva	57.704	854	17	19,9
Jundiaí	403.769	6.189	51	8,2
Louveira	47.236	795	6	7,5
Monte Mor	58.508	971	9	9,3
Sumaré	279.151	3.861	32	8,3
Valinhos	123.268	1.360	10	7,4
Vinhedo	76.178	929	7	7,5
Anel metropolitano	1.322.253	16.664	189	11,2
Americana	231.361	2.663	19	7,1
Cabreúva	48.630	698	14	20,1
Capivari	53.662	686	2	2,9
Itatiba	116.365	1.409	21	14,9
Itu	168.252	2.222	21	9,5
Jaguariúna	53.925	789	2	2,5
Morungaba	13.101	161	2	12,4
Nova Odessa	57.399	690	12	17,4
Paulínia	102.956	1.521	24	15,8
Pedreira	46.081	501	4	8,0
Rafard	8.934	121	1	8,3
Salto	114.389	1.674	20	11,9
Santa Bárbara D´Oeste	187.926	2.163	29	13,4
Várzea Paulista	119.272	1.366	18	13,2
Anel regional	3.087.205	43.891	476	11,9
Alumínio	17.859	238	4	16,8
Amparo	69.291	815	7	8,6
Araçariçuama	20.598	387	5	12,9

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	População Residente	Nascidos Vivos	Óbitos Infantis	Taxa de mortalidade e infantil por mil nascidos vivos 2019
Artur Nogueira	51.846	619	5	8,1
Atibaia	138.351	2.097	20	9,5
Barueri	262.081	5.682	63	11,1
Bragança Paulista	162.402	2.094	21	10,0
Caieiras	99.177	1.278	7	5,5
Cajamar	76.256	1.268	9	7,1
Cosmópolis	70.050	648	13	20,1
Engenheiro Coelho	20.077	278	2	7,2
Francisco Morato	172.283	2.790	35	12,5
Franco da Rocha	150.151	2.125	25	11,8
Holambra	14.194	175	2	11,4
Jarinu	29.225	509	3	5,9
Limeira	294.392	3.472	36	10,4
Mombuca	3.326	52	1	19,2
Monte Alegre do Sul	7.695	77	1	13,0
Piracicaba	387.507	4.886	52	10,6
Pirapora de Bom Jesus	18.516	265	4	15,1
Porto Feliz	51.422	696	14	20,1
Rio das Pedras	33.951	414	2	4,8
Santana do Parnaíba	135.194	2.284	25	10,9
Santo Antônio de Posse	22.635	284	1	3,5
São Roque	86.636	1.055	14	13,3
Sorocaba	651.434	8.921	96	10,8
Tietê	40.656	482	9	18,7

Fonte: Fundação Seade, 2019. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

Tabela 6. População residente projetada para 2019, número de nascidos vivos e número de óbitos infantis (menor de 1 ano) e taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos em 2019 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Guarulhos

Municípios	População Residente	Nascidos Vivos	Óbitos Infantis	Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos 2019
Aeroporto de Guarulhos	23.186.090	316.508	3.516	11,1
Anel do entorno	14.005.690	191.122	2.157	11,3
Arujá	88.232	1.369	12	8,8
Ferraz de Vasconcelos	190.519	2.694	30	11,1
Guarulhos	1.338.452	20.249	255	12,6
Itaquaquecetuba	365.490	5.816	67	11,5
Mairiporã	96.856	1.031	11	10,7
Poá	114.625	1.572	20	12,7
São Paulo	11.811.516	158.391	1.762	11,1
Anel metropolitano	4.778.711	63.550	668	10,1
Atibaia	138.351	2.097	20	9,5
Bom Jesus dos Perdões	23.841	323	3	9,3
Caieiras	99.177	1.278	7	5,5
Cajamar	76.256	1.268	9	7,1
Diadema	402.813	5.389	67	12,4
Franco da Rocha	150.151	2.125	25	11,8
Igaratá	9.264	143	1	7,0
Mauá	456.020	5.130	51	9,9
Mogi das Cruzes	428.384	6.332	72	11,4
Nazaré Paulista	18.242	213	3	14,1
Osasco	679.356	9.468	117	12,4
Ribeirão Pires	118.441	1.362	22	16,2
Rio Grande da Serra	49.229	544	4	7,4
Santa Isabel	54.637	725	6	8,3
Santana do Parnaíba	135.194	2.284	25	10,9
Santo André	692.207	8.956	68	7,6
São Bernardo do Campo	807.917	9.891	101	10,2
São Caetano do Sul	151.116	1.647	15	9,1
Suzano	288.115	4.375	52	11,9

Municípios	População Residente	Nascidos Vivos	Óbitos Infantis	Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos 2019
Anel regional	4.401.689	61.836	691	10,1
Barueri	262.081	5.682	63	11,1
Bertioga	61.684	973	11	11,3
Biritiba-Mirim	31.952	421	4	9,5
Bragança Paulista	162.402	2.094	21	10,0
Cotia	242.763	4.108	45	11,0
Cubatão	128.108	1.493	23	15,4
Embu das Artes	267.771	3.959	46	11,6
Embu-Guaçu	67.521	837	4	4,8
Francisco Morato	172.283	2.790	35	12,5
Guararema	29.058	432	2	4,6
Itapecerica da Serra	167.916	2.504	34	13,6
Itapevi	233.816	3.940	63	16,0
Itatiba	116.365	1.409	21	14,9
Jacareí	226.355	2.850	25	8,8
Jandira	122.053	1.616	12	7,4
Jarinu	29.225	509	3	5,9
Joanópolis	12.583	156	-	0,0
Jundiaí	403.769	6.189	51	8,2
Piracaia	26.167	329	4	12,2
Pirapora do Bom Jesus	18.516	265	4	15,1
Santa Branca	14.138	152	-	0,0
Santos	427.673	4.393	42	9,6
São José dos Campos	702.866	9.090	97	10,7
São Vicente	355.352	4.279	63	14,7
Várzea Paulista	119.272	1.366	18	13,2

Fonte: Fundação Seade, 2019. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

Tabela 7. População residente projetada para 2019, número de nascidos vivos e número de óbitos infantis (menor de 1 ano) e taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos em 2019 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos e Guarulhos

Municípios	População Residente	Nascidos Vivos	Óbitos Infantis	Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos 2019
TOTAL GERAL	30.291.568	413.024	4.486	10,6
Municípios	População Residente	Nascidos Vivos	Óbitos Infantis	Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos 2019
ARCO METROPOLITANO	1.883.042	29.356	302	10,3
Atibaia	138.351	2.097	20	9,5
Barueri	262.081	5.682	63	11,1
Bragança Paulista	162.402	2.094	21	10,0
Caieiras	99.177	1.278	7	5,5
Cajamar	76.256	1.268	9	7,1
Francisco Morato	172.283	2.790	35	12,5
Franco da Rocha	150.151	2.125	25	11,8
Itatiba	116.365	1.409	21	14,9
Jarinu	29.225	509	3	5,9
Jundiaí	403.769	6.189	51	8,2
Pirapora de Bom Jesus	18.516	265	4	15,1
Santana de Parnaíba	135.194	2.284	25	10,9
Várzea Paulista	119.272	1.366	18	13,2

Fonte: Fundação Seade, 2019. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Outro indicador importante a ser considerado quando analisada a vulnerabilidade social de uma população é seu acesso e frequência à escola. De tal modo, as Tabelas 8, 9 e 10 apresentam o total de população de 10 a 17 anos residente nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos, Guarulhos e para o Anel metropolitano, em 2010, para o total e para os jovens que não frequentavam escola ou creche. Tem-se, com isso, a proporção de jovens que encontrava-se frequentando a escola no momento da pesquisa. Para os anéis de Viracopos, nota-se que a participação de jovens fora da escola, em 2010, foi inferior a 10% na maioria dos casos, sobressaindo-se, negativamente, a cidade de Itu, com 11,02% (ou 2.301 em 20.874 jovens) (Tabela 8).

No caso dos anéis aeroviários de Guarulhos essa tendência de uma proporção inferior a 10% de jovens entre 10 e 17 anos fora de escolas ou creches também se manteve, à exceção de Bom Jesus dos Perdões que registrou 10,63% (292 em 2.746) e Joanópolis, com 13,6% (192 em 1.412) (Tabela 9).

De modo geral, as duas regionalizações indicam uma estimativa aproximada de 7,5% de jovens entre 10 e 17 anos que não frequentavam escola ou creches em 2010 (Tabela 10). Não obstante, ainda que em termos relativos essa participação não seja tão expressiva, é necessário ponderar que, em cidades com um maior volume de população o número de crianças e jovens fora das salas de aula é um fator potencial de risco e vulnerabilidade. Esse é o caso de São Paulo, com 8,2% (112.444 em 1.373.397) e Campinas, com 8,3% (10.535 em 127.245), por exemplo.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 8. População residente de 10 a 17 anos, total e que não frequentava escola ou creche em 2010 – nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos

Municípios	População de 10 a 17 anos	População 10 a 17 que não frequenta escola ou creche	%
Aeroporto de Viracopos	822.679	59.283	7,21
Anel do entorno	294.584	21.396	7,26
Campinas	127.245	10.535	8,28
Elias Fausto	2.231	193	8,65
Hortolândia	27.689	1.773	6,40
Indaiatuba	25.567	1.686	6,59
Itupeva	6.208	526	8,47
Jundiaí	41.524	2.496	6,01
Louveira	4.458	345	7,74
Monte Mor	7.173	616	8,59
Sumaré	32.717	2.037	6,23
Valinhos	12.342	688	5,57
Vinhedo	7.431	501	6,74
Anel metropolitano	151.856	11.730	7,72
Americana	24.144	1.704	7,06
Cabreúva	6.146	522	8,49
Capivari	6.640	611	9,20
Itatiba	12.811	1.059	8,27
Itu	20.874	2.301	11,02
Jaguariúna	5.734	337	5,88
Morungaba	1.622	103	6,35
Nova Odessa	6.598	442	6,70
Paulínia	10.507	585	5,57
Pedreira	4.966	433	8,72
Rafard	1.107	76	6,87
Salto	13.813	850	6,15
Santa Bárbara D´Oeste	21.980	1.514	6,89
Várzea Paulista	14.915	1.193	8,00
Anel regional	376.239	26.157	6,95
Alumínio	2.438	117	4,80
Amparo	7.544	694	9,20
Araçariguama	2.531	172	6,80
Artur Nogueira	6.140	543	8,84
Atibaia	16.660	1.277	7,66
Barueri	35.047	1.881	5,37
Bragança Paulista	19.600	1.784	9,10
Caieiras	12.368	962	7,78
Cajamar	9.423	739	7,84
Cosmópolis	7.626	411	5,39
Engenheiro Coelho	2.211	133	6,02

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	População de 10 a 17 anos	População 10 a 17 que não frequenta escola ou creche	%
Francisco Morato	26.163	2.121	8,11
Franco da Rocha	18.838	1.651	8,76
Holambra	1.496	122	8,16
Jarinu	3.348	230	6,87
Limeira	34.467	2.272	6,59
Mombuca	480	34	7,09
Monte Alegre do Sul	842	73	8,66
Piracicaba	44.674	3.118	6,98
Pirapora de Bom Jesus	2.719	215	7,91
Porto Feliz	6.620	452	6,83
Rio das Pedras	4.044	288	7,12
Santana do Parnaíba	16.421	1.062	6,47
Santo Antônio de Posse	2.923	272	9,30
São Roque	10.429	669	6,42
Sorocaba	76.597	4.455	5,82
Tietê	4.591	410	8,93

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 9. População residente de 10 a 17 anos, total e que não frequentava escola ou creche em 2010 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Guarulhos

Municípios	População de 10 a 17 anos	População 10 a 17 que não frequenta escola ou creche	%
Aeroporto de Guarulhos	2.790.577	211.056	7,56
Anel do entorno	1.666.351	132.838	7,97
Arujá	11.217	602	5,37
Ferraz de Vasconcelos	26.907	1.695	6,30
Guarulhos	174.311	11.916	6,84
Itaquaquecetuba	53.148	4.453	8,38
Mairiporã	12.056	859	7,13
Poá	15.315	869	5,67
São Paulo	1.373.397	112.444	8,19
Anel metropolitano	585.888	39.453	6,73
Atibaia	16.660	1.277	7,66
Bom Jesus dos Perdões	2.746	292	10,63
Caieiras	12.368	962	7,78
Cajamar	9.423	739	7,84
Diadema	53.286	4.040	7,58
Franco da Rocha	18.838	1.651	8,76
Igaratá	1.218	66	5,42
Mauá	58.312	3.995	6,85
Mogi das Cruzes	54.745	3.442	6,29
Nazaré Paulista	2.235	202	9,04
Osasco	86.854	6.937	7,99
Ribeirão Pires	14.370	1.059	7,37
Rio Grande da Serra	6.462	313	4,84
Santa Isabel	7.269	530	7,29
Santana do Parnaíba	16.421	1.062	6,47
Santo André	76.519	4.063	5,31
São Bernardo do Campo	93.800	5.591	5,96
São Caetano do Sul	14.063	628	4,47
Suzano	40.298	2.604	6,46
Anel regional	538.338	38.765	7,20
Barueri	35.047	1.881	5,37
Bertioga	7.174	669	9,33
Biritiba-Mirim	4.160	411	9,88
Bragança Paulista	19.600	1.784	9,10
Cotia	28.755	2.044	7,11
Cubatão	16.309	955	5,86
Embu das Artes	36.831	2.855	7,75
Embu-Guaçu	9.622	526	5,47

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	População de 10 a 17 anos	População 10 a 17 que não frequenta escola ou creche	%
Francisco Morato	26.163	2.121	8,11
Guararema	3.650	329	9,01
Itapecerica da Serra	23.167	2.066	8,92
Itapevi	32.555	2.907	8,93
Itatiba	12.811	1.059	8,27
Jacareí	27.705	1.909	6,89
Jandira	16.242	1.209	7,44
Jarinu	3.348	230	6,87
Joanópolis	1.412	192	13,60
Jundiaí	41.524	2.496	6,01
Piracaia	3.539	167	4,72
Pirapora do Bom Jesus	2.719	215	7,91
Santa Branca	1.841	95	5,16
Santos	42.382	2.541	6,00
São José dos Campos	82.463	5.489	6,66
São Vicente	44.404	3.422	7,71
Várzea Paulista	14.915	1.193	8,00

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 10. População residente de 10 a 17 anos, total e que não frequentava escola ou creche em 2010 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos e Guarulhos

Municípios	População de 10 a 17 anos	População 10 a 17 que não frequenta escola ou creche	%
TOTAL GERAL	3.613.256	270.339	7,48
Municípios	População de 10 a 17 anos	População 10 a 17 que não frequenta escola ou creche	%
ARCO METROPOLITANO	214.922	16.670	7,76
Atibaia	16.660	1.277	7,66
Barueri	35.047	1.881	5,37
Bragança Paulista	19.600	1.784	9,10
Caieiras	12.368	962	7,78
Cajamar	9.423	739	7,84
Francisco Morato	26.163	2.121	8,11
Franco da Rocha	18.838	1.651	8,76
Itatiba	12.811	1.059	8,27
Jarinu	3.348	230	6,87
Jundiaí	41.524	2.496	6,01
Pirapora de Bom Jesus	2.719	215	7,91
Santana de Parnaíba	16.421	1.062	6,47
Várzea Paulista	14.915	1.193	8,00

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A informação de inserção ou não em uma rede de ensino pode ser avaliada em complementariedade ao dado sobre não trabalho durante a semana. Nesse caso, foram delimitados os critérios de não ter trabalhado na semana, não ter um trabalho do qual estivesse afastado, não ter ajudado sem pagamento em um trabalho remunerado de outro trabalhador do domicílio e não ter trabalhado em plantação, criação ou pesca (Tabelas 11, 12 e 13). Essa é a população que deve ser considerada com mais atenção em termos das capacidades de respostas diante de situações potenciais de vulnerabilidade e risco, um total de 193.548 se considerados os municípios inseridos tanto na área do Aeroporto de Viracopos, como de Guarulhos.

Nos anéis aeroviários de Viracopos é possível avaliar que a proporção de pessoas que não estudavam ou trabalhavam em 2010 era equivalente a menos de 7% do total de jovens entre 10 e 17 anos. Excetuam-se, nesse caso, os municípios de Itu, com 7,4% (1.547 em 20.874), e Franco da Rocha com 7,3% (1.380 em 18.838 pessoas) (Tabela 11). Por outro lado, no caso dos anéis aeroviários de Guarulhos, é importante destacar o caso de município como Joanópolis (9,1%), Bom Jesus dos Perdões (8,5%), Franco da Rocha (7,3%) e Guararema (7,1%) (Tabela 12). Em contraposição, os municípios com menores proporções de jovens que não estudam nem trabalham, em 2010, foram: Jarinu (2,7%), São Caetano do Sul *2,8%) e Morungaba (3%) (Tabelas 12 e 13).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 11. População residente de 10 a 17 anos total e que não frequentava escola ou creche/ trabalhou durante a semana, em 2010, nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos que não frequenta escola e não trabalhou na semana	%
Aeroporto de Viracopos	822.679	40.113	4,88
Anel do entorno	294.584	14.311	4,86
Campinas	127.245	7.381	5,80
Elias Fausto	2.231	137	6,14
Hortolândia	27.689	1.280	4,62
Indaiatuba	25.567	836	3,27
Itupeva	6.208	280	4,51
Jundiaí	41.524	1.687	4,06
Louveira	4.458	197	4,42
Monte Mor	7.173	400	5,58
Sumaré	32.717	1.387	4,24
Valinhos	12.342	399	3,23
Vinhedo	7.431	327	4,40
Anel metropolitano	151.856	7.246	4,77
Americana	24.144	995	4,12
Cabreúva	6.146	335	5,45
Capivari	6.640	379	5,71
Itatiba	12.811	624	4,87
Itu	20.874	1.547	7,41
Jaguariúna	5.734	180	3,14
Morungaba	1.622	49	3,02
Nova Odessa	6.598	307	4,65
Paulínia	10.507	398	3,79
Pedreira	4.966	170	3,42
Rafard	1.107	29	2,62
Salto	13.813	523	3,79
Santa Bárbara D´Oeste	21.980	844	3,84
Várzea Paulista	14.915	866	5,81
Anel regional	376.239	18.556	4,93
Alumínio	2.438	96	3,94
Amparo	7.544	471	6,24
Araçariguama	2.531	114	4,50
Artur Nogueira	6.140	285	4,64
Atibaia	16.660	830	4,98
Barueri	35.047	1.383	3,95
Bragança Paulista	19.600	1.279	6,53
Caieiras	12.368	763	6,17
Cajamar	9.423	557	5,91
Cosmópolis	7.626	306	4,01

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos que não frequenta escola e não trabalhou na semana	%
Engenheiro Coelho	2.211	69	3,12
Francisco Morato	26.163	1.571	6,00
Franco da Rocha	18.838	1.380	7,33
Holambra	1.496	54	3,61
Jarinu	3.348	89	2,66
Limeira	34.467	1.536	4,46
Mombuca	480	22	4,59
Monte Alegre do Sul	842	38	4,51
Piracicaba	44.674	2.216	4,96
Pirapora de Bom Jesus	2.719	180	6,62
Porto Feliz	6.620	285	4,31
Rio das Pedras	4.044	208	5,14
Santana do Parnaíba	16.421	774	4,71
Santo Antônio de Posse	2.923	154	5,27
São Roque	10.429	387	3,71
Sorocaba	76.597	3.257	4,25
Tietê	4.591	252	5,49

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 12. População residente de 10 a 17 anos total e que não frequentava escola ou creche/ trabalhou durante a semana, em 2010, nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Guarulhos

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos que não frequenta escola e não trabalhou na semana	%
Aeroporto de Guarulhos	2.790.577	153.435	5,50
Anel do entorno	1.666.351	97.565	5,86
Arujá	11.217	349	3,11
Ferraz de Vasconcelos	26.907	1.216	4,52
Guarulhos	174.311	8.720	5,00
Itaquaquecetuba	53.148	3.111	5,85
Mairiporã	12.056	668	5,54
Poá	15.315	659	4,30
São Paulo	1.373.397	82.842	6,03
Anel metropolitano	585.888	28.423	4,85
Atibaia	16.660	830	4,98
Bom Jesus dos Perdões	2.746	232	8,45
Caieiras	12.368	763	6,17
Cajamar	9.423	557	5,91
Diadema	53.286	3.056	5,74
Franco da Rocha	18.838	1.380	7,33
Igaratá	1.218	38	3,12
Mauá	58.312	2.875	4,93
Mogi das Cruzes	54.745	2.375	4,34
Nazaré Paulista	2.235	139	6,22
Osasco	86.854	4.973	5,73
Ribeirão Pires	14.370	729	5,07
Rio Grande da Serra	6.462	229	3,54
Santa Isabel	7.269	353	4,86
Santana do Parnaíba	16.421	774	4,71
Santo André	76.519	2.752	3,60
São Bernardo do Campo	93.800	4.177	4,45
São Caetano do Sul	14.063	400	2,84
Suzano	40.298	1.791	4,44
Anel regional	538.338	27.447	5,10
Barueri	35.047	1.383	3,95
Bertioga	7.174	364	5,07
Biritiba-Mirim	4.160	258	6,20
Bragança Paulista	19.600	1.279	6,53
Cotia	28.755	1.465	5,09
Cubatão	16.309	700	4,29
Embu das Artes	36.831	2.024	5,50
Embu-Guaçu	9.622	332	3,45
Francisco Morato	26.163	1.571	6,00

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos que não frequenta escola e não trabalhou na semana	%
Guararema	3.650	258	7,07
Itapecerica da Serra	23.167	1.311	5,66
Itapevi	32.555	2.188	6,72
Itatiba	12.811	624	4,87
Jacareí	27.705	1.406	5,07
Jandira	16.242	756	4,65
Jarinu	3.348	89	2,66
Joanópolis	1.412	130	9,21
Jundiaí	41.524	1.687	4,06
Piracaia	3.539	101	2,85
Pirapora do Bom Jesus	2.719	180	6,62
Santa Branca	1.841	79	4,29
Santos	42.382	1.872	4,42
São José dos Campos	82.463	3.882	4,71
São Vicente	44.404	2.642	5,95
Várzea Paulista	14.915	866	5,81

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 13. População residente de 10 a 17 anos total e que não frequentava escola ou creche/ trabalhou durante a semana, em 2010, nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos e Guarulhos

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos que não frequenta escola e não trabalhou na semana	%
TOTAL GERAL	3.613.256	193.548	5,36

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos que não frequenta escola e não trabalhou na semana	%
ARCO METROPOLITANO	214.922	11.983	5,58
Atibaia	16.660	830	4,98
Barueri	35.047	1.383	3,95
Bragança Paulista	19.600	1.279	6,53
Caieiras	12.368	763	6,17
Cajamar	9.423	557	5,91
Francisco Morato	26.163	1.571	6,00
Franco da Rocha	18.838	1.380	7,33
Itatiba	12.811	624	4,87
Jarinu	3.348	89	2,66
Jundiaí	41.524	1.687	4,06
Pirapora de Bom Jesus	2.719	180	6,62
Santana de Parnaíba	16.421	774	4,71
Várzea Paulista	14.915	866	5,81

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

No que diz respeito ao rendimento familiar per capita dos grupos mais vulneráveis na espacialização proposta, foram selecionadas as pessoas de 10 a 17 anos com uma renda na família, por pessoa, inferior ou igual a 1 salário-mínimo em 2010, equivalente a R\$ 510,00. Observa-se que nos municípios da região do Aeroporto de Viracopos, tanto mais próximos, quanto mais distantes, parcela importante da população contava com uma renda per capita familiar menor do que o salário-mínimo do ano quando comparada com o total para esse grupo etário. Entre aquelas com maior participação estão Elias Fausto (78%), Araçariguama (70,2%), Mombuca (83,3%), Francisco Morato (81,6%), Pirapora do Bom Jesus (80,2%) e Santo Antônio de Posse (70,4%). Entre os municípios com menor participação tem-se Valinhos (40,5%), Vinhedo (41%) e Holambra (45,1%).

Enquanto nos municípios dos anéis do Aeroporto de Guarulhos nota-se que as proporções de pessoas com renda familiar no nível mais baixo, 1 salário-mínimo ou menos per capita, em relação ao total para população de 10 a 17 anos foi superior a 60% na maior parte dos casos. As maiores participações foram registradas nas cidades de Itaquaquetuba (80,1%), Francisco Morato (81,6%), Pirapora do Bom Jesus (80,2%). Já nos casos com menor participação de pessoas com baixa renda no total de 10 a 17 anos destacam-se São Caetano do Sul (31,2%), Santos (44%) e Jundiaí (45,7%). Quando analisados os dados do Arco metropolitano existente entre Viracopos e Guarulhos a elevada participação de jovens de baixa renda no total para a população de 10 a 17 reforça a necessidade de um olhar atento, considerando-se, particularmente, os municípios de Francisco Morato, Franco da Rocha, Pirapora do Bom Jesus e Jarinu. Por outro lado, relativamente, Jundiaí apresenta-se com uma das menores participações relativas de jovens com renda igual ou inferior a 1SM em 2010.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 14. População residente de 10 a 17 anos com rendimento familiar per capita igual ou inferior a 1 Salário-Mínimo (SM) em julho de 2010 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos com rendimento familiar per capita <= 1 SM	%
Aeroporto de Viracopos	822.679	483.498	58,77
Anel do entorno	294.584	160.022	54,32
Campinas	127.245	69.862	54,90
Elias Fausto	2.231	1.741	78,02
Hortolândia	27.689	17.947	64,82
Indaiatuba	25.567	12.393	48,47
Itupeva	6.208	3.605	58,08
Jundiaí	41.524	18.979	45,71
Louveira	4.458	2.373	53,22
Monte Mor	7.173	4.883	68,08
Sumaré	32.717	20.186	61,70
Valinhos	12.342	5.004	40,54
Vinhedo	7.431	3.049	41,03
Anel metropolitano	151.856	84.370	55,56
Americana	24.144	10.925	45,25
Cabreúva	6.146	4.031	65,58
Capivari	6.640	4.167	62,76
Itatiba	12.811	6.972	54,42
Itu	20.874	12.822	61,42
Jaguariúna	5.734	2.860	49,87
Morungaba	1.622	1.101	67,88
Nova Odessa	6.598	3.571	54,12
Paulínia	10.507	5.247	49,94
Pedreira	4.966	2.793	56,24
Rafard	1.107	686	61,98
Salto	13.813	8.200	59,37
Santa Bárbara D´Oeste	21.980	11.720	53,32
Várzea Paulista	14.915	9.275	62,19
Anel regional	376.239	239.106	63,55
Alumínio	2.438	1.498	61,45
Amparo	7.544	4.107	54,44
Araçariçuama	2.531	1.777	70,19
Artur Nogueira	6.140	3.747	61,03
Atibaia	16.660	10.101	60,63
Barueri	35.047	23.407	66,79

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos com rendimento familiar per capita <= 1 SM	%
Bragança Paulista	19.600	12.658	64,58
Caieiras	12.368	8.047	65,06
Cajamar	9.423	6.302	66,88
Cosmópolis	7.626	4.848	63,57
Engenheiro Coelho	2.211	1.499	67,78
Francisco Morato	26.163	21.344	81,58
Franco da Rocha	18.838	14.037	74,52
Holambra	1.496	674	45,05
Jarinu	3.348	2.498	74,61
Limeira	34.467	20.898	60,63
Mombuca	480	399	83,25
Monte Alegre do Sul	842	573	67,98
Piracicaba	44.674	25.378	56,81
Pirapora de Bom Jesus	2.719	2.180	80,16
Porto Feliz	6.620	4.269	64,49
Rio das Pedras	4.044	2.454	60,68
Santana do Parnaíba	16.421	10.457	63,68
Santo Antônio de Posse	2.923	2.057	70,35
São Roque	10.429	6.711	64,35
Sorocaba	76.597	44.562	58,18
Tietê	4.591	2.627	57,21

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 15. População residente de 10 a 17 anos com rendimento familiar per capita igual ou inferior a 1 Salário-Mínimo (SM) em julho de 2010 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Guarulhos

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos com rendimento familiar per capita ≤ 1 SM	%
Aeroporto de Guarulhos	2.790.577	1.764.242	63,22
Anel do entorno	1.666.351	1.053.785	63,24
Arujá	11.217	7.781	69,37
Ferraz de Vasconcelos	26.907	20.461	76,04
Guarulhos	174.311	119.179	68,37
Itaquaquecetuba	53.148	43.009	80,92
Mairiporã	12.056	8.266	68,56
Poá	15.315	10.396	67,88
São Paulo	1.373.397	844.693	61,50
Anel metropolitano	585.888	365.898	62,45
Atibaia	16.660	10.101	60,63
Bom Jesus dos Perdões	2.746	1.883	68,59
Caieiras	12.368	8.047	65,06
Cajamar	9.423	6.302	66,88
Diadema	53.286	37.008	69,45
Franco da Rocha	18.838	14.037	74,52
Igaratá	1.218	1.039	85,30
Mauá	58.312	39.645	67,99
Mogi das Cruzes	54.745	36.484	66,64
Nazaré Paulista	2.235	1.783	79,78
Osasco	86.854	54.120	62,31
Ribeirão Pires	14.370	8.674	60,36
Rio Grande da Serra	6.462	4.694	72,63
Santa Isabel	7.269	5.410	74,42
Santana do Parnaíba	16.421	10.457	63,68
Santo André	76.519	40.218	52,56
São Bernardo do Campo	93.800	51.830	55,26
São Caetano do Sul	14.063	4.394	31,24
Suzano	40.298	29.774	73,88
Anel regional	538.338	344.559	64,00
Barueri	35.047	23.407	66,79
Bertioga	7.174	4.752	66,24

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos com rendimento familiar per capita ≤ 1 SM	%
Biritiba-Mirim	4.160	3.413	82,05
Bragança Paulista	19.600	12.658	64,58
Cotia	28.755	18.181	63,23
Cubatão	16.309	10.991	67,40
Embu das Artes	36.831	27.595	74,92
Embu-Guaçu	9.622	7.150	74,31
Francisco Morato	26.163	21.344	81,58
Guararema	3.650	2.564	70,26
Itapecerica da Serra	23.167	17.038	73,54
Itapevi	32.555	25.402	78,03
Itatiba	12.811	6.972	54,42
Jacareí	27.705	18.260	65,91
Jandira	16.242	10.387	63,95
Jarinu	3.348	2.498	74,61
Joanópolis	1.412	1.004	71,15
Jundiaí	41.524	18.979	45,71
Piracaia	3.539	2.573	72,71
Pirapora do Bom Jesus	2.719	2.180	80,16
Santa Branca	1.841	1.414	76,80
Santos	42.382	18.628	43,95
São José dos Campos	82.463	47.636	57,77
São Vicente	44.404	30.255	68,13
Várzea Paulista	14.915	9.275	62,19

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 16. População residente de 10 a 17 anos com rendimento familiar per capita igual ou inferior a 1 Salário-Mínimo (SM) em julho de 2010 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos e Guarulhos

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos com rendimento familiar per capita <= 1 SM	%
TOTAL GERAL	3.613.256	2.247.740	62,21

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos com rendimento familiar per capita <= 1 SM	%
ARCO METROPOLITANO	214.922	146.257	68,05
Atibaia	16.660	10.101	60,63
Barueri	35.047	23.407	66,79
Bragança Paulista	19.600	12.658	64,58
Caieiras	12.368	8.047	65,06
Cajamar	9.423	6.302	66,88
Francisco Morato	26.163	21.344	81,58
Franco da Rocha	18.838	14.037	74,52
Itatiba	12.811	6.972	54,42
Jarinu	3.348	2.498	74,61
Jundiaí	41.524	18.979	45,71
Pirapora de Bom Jesus	2.719	2.180	80,16
Santana de Parnaíba	16.421	10.457	63,68
Várzea Paulista	14.915	9.275	62,19

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

As condições de moradia da população são outra questão relevante na análise das dimensões de vulnerabilidade social. Desse modo, foram selecionadas a população total de residentes em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais¹⁶¹ (e sua participação no total da população) e o número de domicílios ocupados em aglomerados subnormais para o ano de 2010 (e sua participação no total de domicílios ocupados em municípios com presença de aglomerados subnormais) (Tabelas 17, 18 e 19).

Na Tabela 17 apresentam-se essas informações para os municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos, a qual contabilizava, em 2010, um total de 233.546 pessoas residindo em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais em um total de 62.979 domicílios. Isso representa aproximadamente 3,8% do total de 6,1 milhões de pessoas para essa regionalização, e 5,4% dos mais de 1,1 milhões de domicílios registrados. Campinas destaca-se como o município de maior participação relativa da população residente em aglomerados subnormais no total da população em 2010, com 13,7% Ou 148.278 em 1.080.113), acompanhada da maior participação em domicílios, com 11,5% (40.099 em 348.503). Ainda que os demais municípios apresentem participações relativas e absolutos menos expressivas, a presença de populações nessas áreas demanda um olhar atento diante dos desafios impostos à superação da desigualdade social e garantias de direitos no contexto atual.

A Tabela 18, por sua vez, apresenta as mesmas informações, porém, para os anéis aeroviários do Aeroporto de Guarulhos. Esse agrupamento contabiliza um total de 2.332.399 pessoas que residem em aglomerados subnormais (ou 10,8% em 21.699.346), distribuídas em 645.314 domicílios, cerca de 10,2%

¹⁶¹ Aglomerados subnormais: “uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros” (IBGE, s.d.). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=0-que-e>. Acesso em 01 ago. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

dos 6.312.757 domicílios registrados nessas localidades. Para esse conjunto de municípios observa-se que, apesar de São Paulo apresentar uma população numericamente mais expressiva, cidades da região como Guarulhos, Diadema, São Bernardo do Campo, Cubatão, Bertioga e São Vicente despontam como tendo maior participação relativa de pessoas residindo em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais.

Tem-se, portanto, dimensão de que cerca de 9,1% (2.565.945 em 28.072.323) das pessoas residentes no entorno dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos encontram-se em domicílios caracterizados carência de serviços, infraestrutura, entre outros, ou 9,5% do total de domicílios dos municípios considerados (708.293 em 7.477.445) (Tabela 19).

Tabela 17. Domicílios particulares ocupados e População total residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais em 2010 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos

Municípios	População Total	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%	Domicílios particulares ocupados, nos municípios com presença identificada de aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%
Aeroporto de Viracopos	6.195.052	233.546	3,77	1.164.688	62.979	5,41
Anel do entorno	2.402.973	177.441	7,38	595.792	48.056	8,07
Campinas	1.080.113	148.278	13,73	348.503	40.099	11,51
Elias Fausto	15.775					
Hortolândia	192.692	2.722	1,41	55.421	739	1,33
Indaiatuba	201.619					
Itupeva	44.859					
Jundiaí	370.126	18.547	5,01	118.334	5.020	4,24
Louveira	37.125					
Monte Mor	48.949					
Sumaré	241.311	7.894	3,27	73.534	2.198	2,99
Valinhos	106.793					
Vinhedo	63.611					
Anel metropolitano	1.010.763	9.428	0,93	171.444	2.460	1,43
Americana	210.638					
Cabreúva	41.604					
Capivari	48.576	2.594	5,34	14.021	729	5,20
Itatiba	101.471		0,00			
Itu	154.147	1.225	0,79	46.545	323	0,69
Jaguariúna	44.311					
Morungaba	11.769					
Nova Odessa	51.242					
Paulínia	82.146	357	0,43	24.302	98	0,40
Pedreira	41.558					
Rafard	8.612					
Salto	105.516					
Santa Bárbara D´Oeste	180.009	642	0,36	54.948	155	0,28
Várzea Paulista	107.089	4.610	4,30	31.628	1.155	3,65
Anel regional	2.781.316	46.677	1,68	397.452	12.463	3,14
Alumínio	16.839					
Amparo	65.829					

Municípios	População Total	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%	Domicílios particulares ocupados, nos municípios com presença identificada de aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%
Araçariçuama	17.080					
Artur Nogueira	44.177					
Atibaia	126.603	1.241	0,98	38.397	354	0,92
Barueri	240.749	2.573	1,07	71.812	669	0,93
Bragança Paulista	146.744					
Caieiras	86.529	2.486	2,87	25.421	670	2,64
Cajamar	64.114	2.872	4,48	19.274	796	4,13
Cosmópolis	58.827	777	1,32	17.849	219	1,23
Engenheiro Coelho	15.721					
Francisco Morato	154.472	8.541	5,53	43.975	2.365	5,38
Franco da Rocha	131.604	9.326	7,09	36.281	2.522	6,95
Holambra	11.299					
Jarinu	23.847					
Limeira	276.022					
Mombuca	3.266					
Monte Alegre do Sul	7.152					
Piracicaba	364.571	14.845	4,07	112.813	3.768	3,34
Pirapora de Bom Jesus	15.733					
Porto Feliz	48.893					
Rio das Pedras	29.501					
Santana do Parnaíba	108.813	4.016	3,69	31.630	1.100	3,48
Santo Antônio de Posse	20.650					
São Roque	78.821					
Sorocaba	586.625					
Tietê	36.835					

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

Tabela 18. Domicílios particulares ocupados e População total residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais em 2010 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Guarulhos

Municípios	População Total	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%	Domicílios particulares ocupados, nos municípios com presença identificada de aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%
Aeroporto de Guarulhos	21.699.346	2.332.399	10,75	6.312.757	645.314	10,22
Anel do entorno	13.227.432	1.534.483	11,60	4.075.809	423.923	10,40
Arujá	74.905					
Ferraz de Vasconcelos	168.306	11.630	6,91	48.412	3.102	6,41
Guarulhos	1.221.979	214.885	17,58	360.800	57.653	15,98
Itaquaquecetuba	321.770	27.568	8,57	89.733	7.412	8,26
Mairiporã	80.956					
Poá	106.013					
São Paulo	11.253.503	1.280.400	11,38	3.576.864	355.756	9,95
Anel metropolitano	4.481.396	519.396	11,59	1.159.502	143.665	12,39
Atibaia	126.603	1.241	0,98	38.397	354	0,92
Bom Jesus dos Perdões	19.708					
Caieiras	86.529	2.486	2,87	25.421	670	2,64
Cajamar	64.114	2.872	4,48	19.274	796	4,13
Diadema	386.089	87.944	22,78	117.379	24.616	20,97
Franco da Rocha	131.604	9.326	7,09	36.281	2.522	6,95
Igaratá	8.831					
Mauá	417.064	84.041	20,15	125.418	22.894	18,25
Mogi das Cruzes	387.779					
Nazaré Paulista	16.414					
Osasco	666.740	80.276	12,04	201.994	21.505	10,65
Ribeirão Pires	113.068	3.269	2,89	33.857	892	2,63
Rio Grande da Serra	43.974					
Santa Isabel	50.453					
Santana do Parnaíba	108.813	4.016	3,69	31.630	1.100	3,48
Santo André	676.407	85.468	12,64	215.713	23.806	11,04
São Bernardo do Campo	765.463	152.780	19,96	239.337	43.072	18,00
São Caetano do Sul	149.263					
Suzano	262.480	5.677	2,16	74.801	1.438	1,92

Municípios	População Total	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%	Domicílios particulares ocupados, nos municípios com presença identificada de aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%
Anel regional	3.990.518	278.520	6,98	1.077.446	77.726	7,21
Barueri	240.749	2.573	1,07	71.812	669	0,93
Bertioga	47.645	10.444	21,92	14.581	2.925	20,06
Biritiba-Mirim	28.575					
Bragança Paulista	146.744					
Cotia	201.150	1.450	0,72	59.074	352	0,60
Cubatão	118.720	49.134	41,39	36.492	14.841	40,67
Embu das Artes	240.230	34.208	14,24	68.263	8.967	13,14
Embu-Guaçu	62.769					
Francisco Morato	154.472	8.541	5,53	43.975	2.365	5,38
Guararema	25.844					
Itapeccica da Serra	152.614	1.472	0,96	42.816	388	0,91
Itapevi	200.769	3.173	1,58	57.622	851	1,48
Itatiba	101.471					
Jacareí	211.214	10.143	4,80	64.235	2.766	4,31
Jandira	108.344	2.072	1,91	32.551	578	1,78
Jarinu	23.847					
Joanópolis	11.768					
Jundiaí	370.126	18.547	5,01	118.334	5.020	4,24
Piracaia	25.116					
Pirapora do Bom Jesus	15.733					
Santa Branca	13.763					
Santos	419.400	38.159	9,10	144.715	10.767	7,44
São José dos Campos	629.921	7.310	1,16	189.587	2.015	1,06
São Vicente	332.445	86.684	26,07	101.761	24.067	23,65
Várzea Paulista	107.089	4.610	4,30	31.628	1.155	3,65

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

Tabela 19. Domicílios particulares ocupados e População total anos residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais em 2010 nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos e Guarulhos

Municípios	População Total	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%	Domicílios particulares ocupados, nos municípios com presença identificada de aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%
TOTAL GERAL	27.894.398	2.565.945	9,20	7.477.445	708.293	9,47
Municípios	População Total	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%	Domicílios particulares ocupados, nos municípios com presença identificada de aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	%
ARCO METROPOLITANO	1.570.805	54.212	3,45	385.124	14.651	3,80
Atibaia	126.603	1.241	0,98	38.397	354	0,92
Barueri	240.749	2.573	1,07	71.812	669	0,93
Bragança Paulista	146.744					
Caieiras	86.529	2.486	2,87	25.421	670	2,64
Cajamar	64.114	2.872	4,48	19.274	796	4,13
Francisco Morato	154.472	8.541	5,53	43.975	2.365	5,38
Franco da Rocha	131.604	9.326	7,09	36.281	2.522	6,95
Itatiba	101.471					
Jarinu	23.847					
Jundiaí	370.126	18.547	5,01	118.334	5.020	4,24
Pirapora de Bom Jesus	15.733					
Santana de Parnaíba	108.813	4.016	3,69	31.630	1.100	3,48
Várzea Paulista	107.089	4.610	4,30	31.628	1.155	3,65

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A seguir, serão analisados acerca do trabalho infantil registrado nos municípios partícipes das órbitas aeroviárias dos Aeroportos. Para tanto, parte-se do conceito utilizado pelo IBGE, o qual contempla tanto atividades econômicas (trabalho remunerado ou ajuda à atividade econômica de membro do domicílio), quanto atividades para autoconsumo¹⁶².

Em diálogo com as previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente, a operacionalização do conceito de trabalho infantil utilizado pelo IBGE leva em consideração a idade e as ocupações desempenhadas pelas crianças e declaradas na pesquisa. Até os 13 anos, considera-se como trabalho infantil todas as pessoas que realizam alguma atividade econômica ou de autoconsumo. Entre os 14 e 15 anos, enquadra-se nessa categoria trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores com jornada de trabalho acima de 30h semanais (para quem tem fundamental incompleto) ou acima de 40h semanais (para quem tem fundamental completo). No grupo dos 16 e 17 anos, considera-se como trabalho infantil trabalhadores que realizam atividade econômica com jornada de trabalho superior a 44h semanais.

Como ressaltam Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021), independentemente da idade, o conceito de trabalho infantil aplica-se a todas as pessoas entre 10 e 17 anos que estejam na informalidade, que não frequentem escola, que realizem trabalho não remunerado ou trabalhos previstos na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), segundo os princípios estabelecidos no Decreto nº 6481/2008.

As Tabelas 20, 21 e 22 contemplam, dessa forma, a população total de 10 a 17 anos em 2017, a parcela dessa população inserida no trabalho infantil e, destas, aquelas que desempenham as piores formas de trabalho, em termos absolutos e relativos, para os municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos e Guarulhos e para o arco metropolitano entre eles.

Dessa forma, no entorno do Viracopos despontam como principais municípios com trabalho infantil, por um lado, em termos absolutos, Campinas (9.647), Sorocaba (5.565),

¹⁶² Essa análise encontra-se detalhada em Baeninger, Demétrio, Domeniconi (2021, no prelo).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Piracicaba (2.954), Limeira (2.998), e, por outro, em termos relativos, Pedreira (15,7%), Morungaba (15,7%), Monte Alegre do Sul (14,7%), Artur Nogueira (13,1%), Holambra (13,1%), entre outros. Nesse montante, as cidades com maior número de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos que atuam nas piores formas de trabalho são Campinas (1.953), Sorocaba (1.633), Limeira (1.068), Piracicaba (910) e etc. (Tabela 20).

Já na área no entorno de Guarulhos destacam-se em números absolutos os municípios de São Paulo (98.649), Guarulhos (12.976), Osasco (6.591), São José dos Campos (6.410), São Bernardo do Campo (6.327), Santo André (6.098) e outros. Em termos relativos, as cidades de Joanópolis (16,4%), Igaratá (14,1%), Jarinu (12,2), Piracaia (12,5), etc. Destes, aqueles que ocupam os níveis mais elevados na lista TIP são: São Paulo (17.082), Guarulhos (2.963), Osasco (1.371), São Bernardo do Campo (1.241), Santo André (1.190), entre outros (Tabela 21).

Apesar de muitas das municipalidades apresentadas nas Tabelas 20, 21 e 22 não se destacarem de forma expressiva em termos absolutos e relativos aos principais centros metropolitanos regionais, a existência de trabalho infantil e de sua face mais perversa, na lista TIP, em todos esses municípios demanda um combate e vigilância constante. Afinal, são 7,5%, 270.427 em 3.613.256 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos atuando no trabalho infantil e 59.090 em condições ainda mais vulneráveis e precárias (Tabela 22).

Tabela 20. População residente de 10 a 17 anos inserida, em 2010, no trabalho infantil nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos em trabalho infantil	%	População de 10 a 17 anos Lista TIP 2010	%
Aeroporto de Viracopos	822.679	66.447	8,1	18.364	2,23
Anel do entorno	294.584	23.246	7,9	5.357	1,82
Campinas	127.245	9.647	7,6	1.953	1,54
Elias Fausto	2.231	231	10,3	83	3,73
Hortolândia	27.689	2.450	8,8	581	2,10
Indaiatuba	25.567	2.453	9,6	629	2,46
Itupeva	6.208	601	9,7	111	1,79
Jundiaí	41.524	2.940	7,1	623	1,50
Louveira	4.458	449	10,1	88	1,97
Monte Mor	7.173	682	9,5	258	3,60
Sumaré	32.717	2.369	7,2	673	2,06
Valinhos	12.342	902	7,3	139	1,13
Vinhedo	7.431	524	7,0	217	2,92
Anel metropolitano	151.856	14.738	9,7	4.413	42,62
Americana	24.144	2.528	10,5	641	2,66
Cabreúva	6.146	556	9,0	223	3,63
Capivari	6.640	762	11,5	183	2,76
Itatiba	12.811	1.302	10,2	486	3,80
Itu	20.874	2.128	10,2	701	3,36
Jaguariúna	5.734	500	8,7	143	2,49
Morungaba	1.622	254	15,7	107	6,57
Nova Odessa	6.598	604	9,2	100	1,52
Paulínia	10.507	693	6,6	232	2,21
Pedreira	4.966	781	15,7	242	4,87
Rafard	1.107	92	8,3	10	0,89
Salto	13.813	1.355	9,8	441	3,19
Santa Bárbara D´Oeste	21.980	2.165	9,9	639	2,91
Várzea Paulista	14.915	1.017	6,8	265	1,78
Anel regional	376.239	28.463	7,6	8.594	71,68
Alumínio	2.438	117	4,8	38	1,54

Municípios	População de 10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos em trabalho infantil	%	População de 10 a 17 anos Lista TIP_2010	%
Amparo	7.544	598	7,9	158	2,10
Araçariçuama	2.531	180	7,1	57	2,24
Artur Nogueira	6.140	805	13,1	300	4,89
Atibaia	16.660	1.509	9,1	376	2,26
Barueri	35.047	2.166	6,2	529	1,51
Bragança Paulista	19.600	1.510	7,7	477	2,43
Caieiras	12.368	952	7,7	324	2,62
Cajamar	9.423	758	8,0	162	1,72
Cosmópolis	7.626	475	6,2	224	2,94
Engenheiro Coelho	2.211	273	12,4	127	5,73
Francisco Morato	26.163	1.908	7,3	595	2,28
Franco da Rocha	18.838	1.178	6,3	358	1,90
Holambra	1.496	195	13,1	26	1,71
Jarinu	3.348	408	12,2	104	3,11
Limeira	34.467	2.998	8,7	1.068	3,10
Mombuca	480	38	8,0	15	3,23
Monte Alegre do Sul	842	124	14,7	42	4,96
Piracicaba	44.674	2.954	6,6	910	2,04
Pirapora de Bom Jesus	2.719	189	7,0	44	1,62
Porto Feliz	6.620	608	9,2	147	2,21
Rio das Pedras	4.044	247	6,1	105	2,60
Santana do Parnaíba	16.421	1.077	6,6	293	1,79
Santo Antônio de Posse	2.923	346	11,8	116	3,98
São Roque	10.429	866	8,3	240	2,30
Sorocaba	76.597	5.565	7,3	1.633	2,13
Tietê	4.591	417	9,1	127	2,76

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

Tabela 21. População residente de 10 a 17 anos inserida, em 2010, no trabalho infantil nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Guarulhos

Municípios	10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos em trabalho infantil	%	População de 10 a 17 anos Lista TIP_2010	%
Aeroporto de Guarulhos	2.790.577	203.980	7,3	40.726	1,46
Anel do entorno	1.666.351	120.269	7,2	21.981	1,32
Arujá	11.217	986	8,8	220	1,96
Ferraz de Vasconcelos	26.907	1.824	6,8	332	1,23
Guarulhos	174.311	12.976	7,4	2.963	1,70
Itaquaquecetuba	53.148	4.049	7,6	915	1,72
Mairiporã	12.056	957	7,9	297	2,46
Poá	15.315	829	5,4	172	1,12
São Paulo	1.373.397	98.649	7,2	17.082	1,24
Anel metropolitano	585.888	43.595	7,4	9.547	1,63
Atibaia	16.660	1.509	9,1	376	2,26
Bom Jesus dos Perdões	2.746	204	7,4	26	0,95
Caieiras	12.368	952	7,7	324	2,62
Cajamar	9.423	758	8,0	162	1,72
Diadema	53.286	3.817	7,2	800	1,50
Franco da Rocha	18.838	1.178	6,3	358	1,90
Igaratá	1.218	172	14,1	45	3,73
Mauá	58.312	4.216	7,2	927	1,59
Mogi das Cruzes	54.745	4.107	7,5	954	1,74
Nazaré Paulista	2.235	183	8,2	68	3,02
Osasco	86.854	6.591	7,6	1.371	1,58
Ribeirão Pires	14.370	922	6,4	240	1,67
Rio Grande da Serra	6.462	389	6,0	119	1,85
Santa Isabel	7.269	728	10,0	155	2,13
Santana do Parnaíba	16.421	1.077	6,6	293	1,79
Santo André	76.519	6.098	8,0	1.190	1,55
São Bernardo do Campo	93.800	6.327	6,7	1.241	1,32
São Caetano do Sul	14.063	1.007	7,2	173	1,23
Suzano	40.298	3.362	8,3	725	1,80
Anel regional	538.338	40.115	7,5	9.199	1,71

Municípios	10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos em trabalho infantil	%	População de 10 a 17 anos Lista TIP_2010	
					%
Barueri	35.047	2.166	6,2	529	1,51
Bertioga	7.174	846	11,8	305	4,25
Biritiba-Mirim	4.160	436	10,5	62	1,48
Bragança Paulista	19.600	1.510	7,7	477	2,43
Cotia	28.755	2.374	8,3	545	1,90
Cubatão	16.309	742	4,5	184	1,13
Embu das Artes	36.831	3.122	8,5	439	1,19
Embu-Guaçu	9.622	571	5,9	148	1,54
Francisco Morato	26.163	1.908	7,3	595	2,28
Guararema	3.650	168	4,6	73	1,99
Itapecerica da Serra	23.167	2.400	10,4	428	1,85
Itapevi	32.555	2.477	7,6	670	2,06
Itatiba	12.811	1.302	10,2	486	3,80
Jacareí	27.705	2.012	7,3	460	1,66
Jandira	16.242	1.485	9,1	362	2,23
Jarinu	3.348	408	12,2	104	3,11
Joanópolis	1.412	232	16,4	51	3,59
Jundiaí	41.524	2.940	7,1	623	1,50
Piracaia	3.539	443	12,5	148	4,20
Pirapora do Bom Jesus	2.719	189	7,0	44	1,62
Santa Branca	1.841	130	7,0	43	2,33
Santos	42.382	2.296	5,4	322	0,76
São José dos Campos	82.463	6.410	7,8	1.179	1,43
São Vicente	44.404	2.534	5,7	656	1,48
Várzea Paulista	14.915	1.017	6,8	265	1,78

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

Tabela 22. População residente de 10 a 17 anos inserida, em 2010, no trabalho infantil nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos e Guarulhos

Municípios	10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos em trabalho infantil	%	População de 10 a 17 anos Lista TIP_2010	%
TOTAL GERAL	3.613.256	270.427	7,5	59.090	1,64
Municípios	10 a 17 anos	População de 10 a 17 anos em trabalho infantil	%	População de 10 a 17 anos Lista TIP_2010	%
ARCO METROPOLITANO	214.922	16.913	7,9	4.373	2,03
Atibaia	16.660	1.509	9,1	376	24,94
Barueri	35.047	2.166	6,2	529	24,43
Bragança Paulista	19.600	1.510	7,7	477	31,59
Caieiras	12.368	952	7,7	324	34,00
Cajamar	9.423	758	8,0	162	21,33
Francisco Morato	26.163	1.908	7,3	595	31,21
Franco da Rocha	18.838	1.178	6,3	358	30,37
Itatiba	12.811	1.302	10,2	486	37,36
Jarinu	3.348	408	12,2	104	25,53
Jundiaí	41.524	2.940	7,1	623	21,21
Pirapora de Bom Jesus	2.719	189	7,0	44	23,31
Santana de Parnaíba	16.421	1.077	6,6	293	27,26
Várzea Paulista	14.915	1.017	6,8	265	26,05

Fonte: Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A ocorrência do trabalho infantil pode estar acompanhada de outras dimensões que reforcem a situação de vulnerabilidade individual, familiar e da comunidade em que determinado grupo esteja inserido. Desse modo, as Tabelas 23, 24 e 25 apresentam dados da Assistência Social - Ministério da Cidadania. São registros no Cadastro Único (CadÚnico) brasileiro para famílias que apresentaram casos de realização de trabalho infantil, com e sem participação no Programa Bolsa Família (PBF), em 2019.

No caso dos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos contabilizou-se, em 2019, um total de 119 famílias registradas no CadÚnico com casos de trabalho infantil, ou seja, que demandaram algum tipo de assistência do poder público, destas, 84 eram beneficiárias do PBF. Destacam-se nessa categorização as cidades do anel regional do Aeroporto, como Piracicaba, respectivamente com 23 famílias com trabalho infantil e 17 com trabalho infantil e no PBF, Sorocaba (22, 17), Francisco Morato (17, 12), mas também, Campinas (16, 13), entre outras (Tabela 23).

Entre os anéis aeroviários do Aeroporto de Guarulhos, no entanto, os números são mais expressivos, contando com um total de 284 famílias com trabalho infantil registradas na assistência social, das quais 211 eram beneficiárias do PBF, ou 74,9% dos casos em 2019. A maior parte dessas ocorrências foram registradas no que é definido aqui como anel do entorno do Aeroporto, ressaltando-se particularmente as cidades de São Paulo, com 101 famílias com trabalho infantil, das quais 74 também recebiam o PBF, e Itaquaquetuba (29, 20), mas também, do anel regional, como Francisco Morato (17, 12), Santos (14, 13), São Vicente (14, 13), Embu das Artes (12, 11), entre outras (Tabela 24).

Juntas, essas duas espacializações contam, portanto, com 403 famílias com casos registrados de trabalho infantil na assistência social, sendo que, mais da metade destas, eram beneficiárias do PBF em 2019 (295) (Tabela 25).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 23. Famílias em situação de trabalho infantil registradas na assistência social na área do Aeroporto de Viracopos, total e beneficiárias do Programa Bolsa Família, 2019

Municípios	Famílias com situação de trabalho infantil – 2019	Famílias com situação de trabalho infantil e beneficiárias do Bolsa Família – 2019
Aeroporto de Viracopos	119	84
Anel do entorno	29	19
Campinas	16	13
Elias Fausto	1	
Hortolândia	4	2
Indaiatuba	6	3
Itupeva		
Jundiaí	1	
Louveira		
Monte Mor		
Sumaré		
Valinhos		
Vinhedo	1	1
Anel metropolitano	3	2
Americana	1	1
Cabreúva		
Capivari		
Itatiba		
Itu		
Jaguariúna		
Morungaba		
Nova Odessa		
Paulínia		
Pedreira		
Rafard		
Salto	1	1
Santa Bárbara D´Oeste	1	
Várzea Paulista		
Anel regional	87	63
Alumínio		
Amparo		
Araçariguama		
Artur Nogueira		
Atibaia		
Barueri	7	4
Bragança Paulista	3	
Caieiras		
Cajamar		
Cosmópolis		

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	Famílias com situação de trabalho infantil – 2019	Famílias com situação de trabalho infantil e beneficiárias do Bolsa Família – 2019
Engenheiro Coelho		
Francisco Morato	17	12
Franco da Rocha	6	5
Holambra		
Jarinu		
Limeira	9	8
Mombuca		
Monte Alegre do Sul		
Piracicaba	23	17
Pirapora de Bom Jesus		
Porto Feliz		
Rio das Pedras		
Santana do Parnaíba		
Santo Antônio de Posse		
São Roque		
Sorocaba	22	17
Tietê		

Fonte: Ministério da Cidadania – SAGI/VIS DATA – Maio/2019. Tratamento e análise: SmartLab. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/35?dimensao=cadUnicoBolsaFamilia>. Acesso em 01 ago. 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 24. Famílias em situação de trabalho infantil registradas na assistência social na área do Aeroporto de Guarulhos, total e beneficiárias do Programa Bolsa Família, 2019

Municípios	Famílias com situação de trabalho infantil – 2019	Famílias com situação de trabalho infantil e beneficiárias do Bolsa Família – 2019
Aeroporto de Guarulhos	284	211
Anel do entorno	158	111
Arujá	7	3
Ferraz de Vasconcelos	6	5
Guarulhos	10	6
Itaquaquecetuba	29	20
Mairiporã		
Poá	5	3
São Paulo	101	74
Anel metropolitano	42	34
Atibaia		
Bom Jesus dos Perdões		
Caieiras		
Cajamar		
Diadema	3	1
Franco da Rocha	6	5
Igaratá		
Mauá	6	5
Mogi das Cruzes	9	7
Nazaré Paulista		
Osasco	2	2
Ribeirão Pires		
Rio Grande da Serra		
Santa Isabel		
Santana do Parnaíba		
Santo André	10	10
São Bernardo do Campo	3	2
São Caetano do Sul		
Suzano	3	2
Anel regional	84	66
Barueri	7	4
Bertioga		
Biritiba-Mirim	2	2

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	Famílias com situação de trabalho infantil – 2019	Famílias com situação de trabalho infantil e beneficiárias do Bolsa Família – 2019
Bragança Paulista	3	
Cotia	1	1
Cubatão		
Embu das Artes	12	11
Embu-Guaçu		
Francisco Morato	17	12
Guararema		
Itapecerica da Serra	3	2
Itapevi	7	6
Itatiba		
Jacareí		
Jandira		
Jarinu		
Joanópolis		
Jundiaí	1	
Piracaia		
Pirapora do Bom Jesus		
Santa Branca		
Santos	14	13
São José dos Campos	3	2
São Vicente	14	13
Várzea Paulista		

Fonte: Ministério da Cidadania – SAGI/VIS DATA – Maio/2019. Tratamento e análise: SmartLab. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/35?dimensao=cadUnicoBolsaFamilia>. Acesso em 01 ago. 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 25. Famílias em situação de trabalho infantil registradas na assistência social na área do Aeroporto de Viracopos e Guarulhos, total e beneficiárias do Programa Bolsa Família, 2019

Municípios	Famílias com situação de trabalho infantil – 2019	Famílias com situação de trabalho infantil e beneficiárias do Bolsa Família – 2019
TOTAL GERAL	403	295

Municípios	Famílias com situação de trabalho infantil – 2019	Famílias com situação de trabalho infantil e beneficiárias do Bolsa Família – 2019
ARCO METROPOLITANO	34	21
Atibaia		
Barueri	7	4
Bragança Paulista	3	
Caieiras		
Cajamar		
Francisco Morato	17	12
Franco da Rocha	6	5
Itatiba		
Jarinu		
Jundiaí	1	
Pirapora de Bom Jesus		
Santana de Parnaíba		
Várzea Paulista		

Fonte: Ministério da Cidadania – SAGI/VIS DATA – Maio/2019. Tratamento e análise: SmartLab. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/35?dimensao=cadUnicoBolsaFamilia>. Acesso em 01 ago. 2021.

Tendo em vista a complexidade do fenômeno analisado, seu caráter multidimensional e multifacetado, indicadores complementares são fundamentais à análise. Entretanto, deve-se ter em mente suas limitações em termos de alcance, cobertura, potencialidades e entraves interpretativos, bem como, temporalidade da informação produzida, sistematizada e publicizada.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Desse modo, a Tabela 26 apresenta o número de crianças e adolescentes resgatados nas áreas dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos, assim como, em seu arco metropolitano. Trata-se de uma fonte de informação sistematizada a partir da plataforma Iniciativa SmartLab (Promoção do Trabalho Decente Guiada por Dados)¹⁶³, produzida pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia brasileiro e que condiz com ações de resgates realizadas entre 2003 ¹⁶⁴ e 2018, discriminadas segundo naturalidade e residência dos indivíduos.

É importante considerar que a existência de trabalho infantil e de condições de trabalho escravo são problemas sociais complexos e que se interrelacionam até mesmo do ponto de vista histórico, visto que estes jovens podem, potencialmente, tornar-se adultos também vulneráveis à exploração no futuro, ou mesmo, é possível que se reproduza essa situação de risco em termos intergeracionais. A naturalidade, nesse caso, apresenta o local de nascimento desse jovem com suas vulnerabilidades e problemas em torno do desenvolvimento social local, enquanto a residência reforça a existência de “locais em que há aliciamento para o trabalho análogo ao de escravo, com ou sem deslocamento para um outro ponto do território” (SMARTLAB, 2021).

Diante da categorização espacial proposta, tem-se um total de 15 pessoas resgatadas de condições de trabalho escravo com a naturalidade apurada e 11 com a residência apurada (é possível que esses casos se sobreponham). Destas, respectivamente 6 e 4 encontravam-se no entorno do Aeroporto de Viracopos e 10 e 7 no entorno do Aeroporto de Guarulhos. Chama a atenção, em especial, o número de casos registrados no município de São Paulo (8 e 7), mas também, a ocorrência de resgates de pessoas naturais de Jundiaí, Americana, Pedreira, Limeira, Piracicaba, Guarulhos e São Paulo. Esses jovens apresentavam residência em Americana, Limeira, Piracicaba e São Paulo.

¹⁶³ Plataforma Smartlab disponível em: <https://smartlabbr.org/>. Acesso em 01.ago.2021.

¹⁶⁴ O ano de 2003 marca o início do pagamento do benefício do seguro-desemprego para os resgatados.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 26. Número de crianças e adolescentes resgatadas nas áreas dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos, segundo local de naturalidade e residência, 2003-2018

Municípios	nº de resgatados do trabalho escravo - naturalidade apurada	nº de resgatados do trabalho escravo - residência apurada
Aeroporto de Viracopos	6	4
Anel do entorno	1	0
Jundiaí	1	
Anel metropolitano	3	2
Americana	2	2
Pedreira	1	
Anel regional	2	2
Limeira	1	1
Piracicaba	1	1
Municípios	nº de resgatados do trabalho escravo - naturalidade apurada	nº de resgatados do trabalho escravo - residência apurada
Aeroporto de Guarulhos	10	7
Anel do entorno	9	7
Guarulhos	1	
São Paulo	8	7
Anel metropolitano	0	0
Anel regional	1	0
Jundiaí	1	
Municípios	nº de resgatados do trabalho escravo - naturalidade apurada	nº de resgatados do trabalho escravo - residência apurada
TOTAL GERAL	16	11
Municípios	nº de resgatados do trabalho escravo - naturalidade apurada	nº de resgatados do trabalho escravo - residência apurada
ARCO METROPOLITANO	1	0
Jundiaí	1	

Fonte: Ministério da Economia - Secretaria de Trabalho, 2003-2018. Tratamento e análise: SmartLab. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/35?dimensao=resgatesTrabalhoEscravo>. Acesso em: 01 ago. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Outro indicador importante na análise da vulnerabilidade social infanto-juvenil é o registro de crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho, ou seja, casos que fogem ao que se encontra delimitado em Lei. Para combater essa prática a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia realiza ações de fiscalização, combate, prevenção e erradicação do trabalho infantil.

A Tabela 27 apresenta, assim, os dados de crianças e adolescentes alcançado por essas ações que se encontravam em situação de trabalho irregular, segundo dados de 2019 da plataforma Smartlab/SFITWEB para os municípios dos anéis aeroviários dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos. Juntas essas regionalizações contabilizaram um total de 53 casos, sendo 6 deles para Viracopos, 47 para Guarulhos e 3 no Arco metropolitano entre essas duas órbitas de influência.

No caso de Viracopos foram registrados casos em Jundiaí (3), Campinas (1), Várzea Paulista (1) e Piracicaba (1). Já para Guarulhos foram computados número bem mais expressivo de crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular, com destaque para Santo André (19), São Paulo (14), São Caetano do Sul (3), Jundiaí (3), Santos (3), São José dos Campos (3), São Vicente (1) e Várzea Paulista (1).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 27. Número de crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho nas áreas dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos, 2019

Municípios	Crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho - 2019
Aeroporto de Viracopos	6
Anel do entorno	4
Campinas	1
Jundiaí	3
Anel metropolitano	1
Várzea Paulista	1
Anel regional	1
Piracicaba	1
Municípios	Crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho - 2019
Aeroporto de Guarulhos	47
Anel do entorno	14
São Paulo	14
Anel metropolitano	22
Santo André	19
São Caetano do Sul	3
Anel regional	11
Jundiaí	3
Santos	3
São José dos Campos	3
São Vicente	1
Várzea Paulista	1
Municípios	Crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho - 2019
TOTAL GERAL	53
Municípios	Crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho - 2019
ARCO METROPOLITANO	3
Jundiaí	3
Várzea Paulista	1

Fonte: SFITWEB - Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, SIT/ME, 2019. Tratamento e análise: SmartLab. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/35?dimensao=fiscalizaca oTI>. Acesso em: 01 ago. 2021.

Outro dado relevante para essa análise diz respeito à condição de vulnerabilidade de crianças e adolescentes à exploração sexual comercial e tráfico. Com essa preocupação em mente a Polícia Rodoviária Federal, com apoio do Ministério

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Público do Trabalho e de outras instituições nacionais e internacionais, colocou em prática o Projeto Mapear¹⁶⁵, que visa mapear “pontos vulneráveis” e especialmente estratégicos para o combate a esse tipo de violação de direitos humanos em rodovias e estradas federais. São considerados, nesse estudo, diferentes graus de risco de exploração, entre eles, o consumo de drogas, a prostituição, o consumo de bebida alcóolica e penumbra, para a definição de pontos de vulnerabilidade à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, em rodovias e estradas federais brasileiras. Entre os tipos de lugares identificados na pesquisa encontram-se: Bares; Casas de massagem, shows, boates ou prostíbulos; Pontos de alimentação; Pontos de carga e descarga; Pontos de hospedagem; Posto Policial ou Fiscal; Postos de combustível; Praças e espaços públicos; Pátios de parada; Áreas de comércio formal; Áreas de comércio informal; Áreas não edificadas; Áreas residenciais ou escolares e outros.

A partir disso, a Tabela 28 apresenta informações para o biênio 2019-2020 sobre os pontos vulneráveis registrados nos municípios dos anéis aeroviários dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos. No caso do Aeroporto de Viracopos, com 28 pontos, houve registro de locais vulneráveis apenas no anel regional, em Atibaia (26 pontos) e Bragança Paulista (2). Porém, para o entorno do Aeroporto de Guarulhos, contabilizaram-se 113 pontos vulneráveis. Destes, 44 no anel de entorno, 16 em Guarulhos, 14 em Mairiporã, 11 em São Paulo e 3 em Arujá; 31 no anel metropolitano, 26 em Atibaia e 5 em Santa Isabel; e 38 no anel regional, com 9 pontos em Embu das Artes, 9 em Jacareí, 7 em Itapecerica da Serra, 6 em Guararema, 5 em São José dos Campos e 2 em Bragança Paulista. Juntas, essas especializações contaram com 141 pontos vulneráveis à exploração sexual comercial e tráfico de crianças e adolescentes, segundo os dados computados pelo Projeto Mapear nas rodovias e estradas federais brasileiras.

¹⁶⁵ Parceiros no Projeto Mapear: Polícia Rodoviária Federal (PRF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Organização Internacional do Trabalho (OIT - Área de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho), Childhood Brasil, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério da Economia (Subsecretaria de Inspeção do Trabalho). Mais informações disponíveis em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/35?dimensao=exploracaoSexual>. Acesso em: 01 ago. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Tabela 28. Panorama da Vulnerabilidade à Exploração Sexual Comercial em Rodovias e Estradas Federais nas áreas dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos, 2019-2020¹⁶⁶

Municípios	Número de pontos vulneráveis, 2019-2020
Aeroporto de Viracopos	28
Anel do entorno	0
Anel metropolitano	0
Anel regional	28
Atibaia	26
Bragança Paulista	2
Municípios	Número de pontos vulneráveis, 2019-2020
Aeroporto de Guarulhos	113
Anel do entorno	44
Arujá	3
Guarulhos	16
Mairiporã	14
São Paulo	11
Anel metropolitano	31
Atibaia	26
Santa Isabel	5
Anel regional	38
Bragança Paulista	2
Embu das Artes	9
Guararema	6
Itapeceira da Serra	7
Jacareí	9
São José dos Campos	5
Municípios	Número de pontos vulneráveis, 2019-2020
TOTAL GERAL	141
Municípios	Número de pontos vulneráveis, 2019-2020
ARCO METROPOLITANO	28
Atibaia	26
Bragança Paulista	2

Fonte: Polícia Rodoviária Federal (PRF), 2019-2020. Tratamento e análise: SmartLab. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=exploracaoSexual>. Acesso em: 01 ago. 2021.

Como observado ao longo desse trabalho, a vulnerabilidade social infanto juvenil perpassa, muitas vezes, a exploração desses grupos para trabalho infantil em suas diferentes formas e de grave violação de direitos humanos. Nesse

¹⁶⁶ Projeto Mapear: “O mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e estradas federais (Projeto Mapear) é importante recurso para o aprofundamento das ações para o enfrentamento dessa grave violação de direitos humanos e que constitui, também, uma das piores formas de trabalho infantil conhecidas” (SMARTLAB, 2021). Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=exploracaoSexual>. Acesso em: 01 ago. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

sentido, os dados apresentados pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100) são particularmente relevantes, pois corroboram a disseminação de informações sobre direitos ao mesmo tempo em que acolhem denúncias de violações nos diferentes municípios brasileiros, apoiando ações de fiscalização e flagrante. Não se trata, porém, de um canal limitado à questão das crianças e adolescentes, mas que envolve também violações de direitos junto a pessoas idosas, com deficiência, população LGBTQI+, em situação de rua e outros. Aqui, no entanto, serão consideradas apenas denúncias feitas em torno do trabalho infantil, entre 2012 e 2019 (Tabelas 29, 30 e 31).

A Tabela 29 apresenta dados de denúncias de trabalho infantil feitas ao Disque Direitos Humanos entre 2012 e 2019, para os municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Viracopos, um total de 985 no período. Desse total, 310 foram registradas nos municípios do anel de entorno, sobretudo, em Campinas (132), Sumaré (50), Jundiaí (40), Indaiatuba (32) e Hortolândia (30); 227 no anel metropolitano, com destaque para Americana (48) e Itu (33), e 448 no anel regional, principalmente em Piracicaba (63), Sorocaba (58), Barueri (39) e Limeira (33) (Tabela 29). Sem desconsiderar os casos em todos os demais municípios à exceção de Rafard e Rio das Pedras.

Já nos municípios dos anéis aeroviários do Aeroporto de Guarulhos, foram registrados 2.479 casos de denúncia de trabalho infantil. Um volume expressivamente maior em comparação com a região de Viracopos. No anel de entorno de Guarulhos houve 1.268 denúncias, das quais 968 em São Paulo, 114 em Guarulhos, 49 em Ferraz de Vasconcelos e 39 em Poá; no anel metropolitano do aeroporto, por sua vez, registraram-se 611 casos, sendo 120 em Osasco, 68 em Mogi das Cruzes, 59 em São Bernardo do Campo, 59 em Suzano, 59 em Suzano, 57 em Santo André, 50 em Mauá e 47 em Franco da Rocha. Ademais, no anel regional foram computadas 600 denúncias de trabalho infantil, sendo 80 em São José dos Campos, 52 em São Vicente, 40 em Jundiaí e 40 em Itapevi. Além de diversas outras nos demais municípios do entorno (Tabela 30).

Juntos, os municípios das órbitas dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos registraram um total de 3.464 casos de denúncias no Disque 100 para trabalho infantil, sendo que

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

destas, 266 encontram-se no arco metropolitano entre os dois Aeroportos (Tabela 31).

Tabela 29. Denúncias apresentadas ao Disque Direitos Humanos (Disque 100) na área do Aeroporto de Viracopos, 2012-2019

Municípios	Quantidade de notificações
Aeroporto de Viracopos	985
Anel do entorno	310
Campinas	132
Elias Fausto	4
Hortolândia	30
Indaiatuba	32
Itupeva	6
Jundiaí	40
Louveira	3
Monte Mor	6
Sumaré	50
Valinhos	7
Vinhedo	5
Anel metropolitano	227
Americana	48
Cabreúva	10
Capivari	27
Itatiba	8
Itu	33
Jaguariúna	9
Morungaba	8
Nova Odessa	14
Paulínia	5
Pedreira	7
Rafard	
Salto	18
Santa Bárbara D´Oeste	25
Várzea Paulista	15
Anel regional	448
Alumínio	4
Amparo	13
Araçariguama	3
Artur Nogueira	6
Atibaia	26
Barueri	39
Bragança Paulista	26
Caieiras	17
Cajamar	8
Cosmópolis	14

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	Quantidade de notificações
Engenheiro Coelho	5
Francisco Morato	47
Franco da Rocha	29
Holambra	1
Jarinu	3
Limeira	33
Mombuca	2
Monte Alegre do Sul	1
Piracicaba	63
Pirapora de Bom Jesus	9
Porto Feliz	4
Rio das Pedras	
Santana do Parnaíba	14
Santo Antônio de Posse	4
São Roque	17
Sorocaba	58
Tietê	2

Fonte: Disque Direitos Humanos (Disque 100), 2012-2019. Tratamento e análise: SmartLab. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=disque100>. Acesso em: 01 ago. 2021.

Tabela 30. Denúncias apresentadas ao Disque Direitos Humanos (Disque 100) na área do Aeroporto de Guarulhos, 2012-2019

Municípios	Quantidade de notificações
Aeroporto de Guarulhos	2.479
Anel do entorno	1.268
Arujá	14
Ferraz de Vasconcelos	49
Guarulhos	114
Itaquaquetuba	77
Mairiporã	7
Poá	39
São Paulo	968
Anel metropolitano	611
Atibaia	26
Bom Jesus dos Perdões	8
Caieiras	17
Cajamar	8
Diadema	47
Franco da Rocha	29
Igaratá	1
Mauá	50
Mogi das Cruzes	68
Nazaré Paulista	7
Osasco	120

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Municípios	Quantidade de notificações
Ribeirão Pires	10
Rio Grande da Serra	9
Santa Isabel	12
Santana do Parnaíba	14
Santo André	57
São Bernardo do Campo	59
São Caetano do Sul	10
Suzano	59
Anel regional	600
Barueri	39
Bertioga	19
Biritiba-Mirim	3
Bragança Paulista	26
Cotia	30
Cubatão	21
Embu das Artes	32
Embu-Guaçu	13
Francisco Morato	47
Guararema	6
Itapecerica da Serra	28
Itapevi	40
Itatiba	8
Jacareí	24
Jandira	14
Jarinu	3
Joanópolis	2
Jundiaí	40
Piracaia	5
Pirapora do Bom Jesus	9
Santa Branca	1
Santos	43
São José dos Campos	80
São Vicente	52
Várzea Paulista	15

Fonte: Disque Direitos Humanos (Disque 100), 2012-2019. Tratamento e análise: SmartLab. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/35?dimensao=disque100>. Acesso em: 01 ago. 2021.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 31. Denúncias apresentadas ao Disque Direitos Humanos (Disque 100) nas áreas dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos, 2012-2019

Municípios	Quantidade de notificações
TOTAL GERAL	3.464
Municípios	Quantidade de notificações
ARCO METROPOLITANO	266
Atibaia	26
Barueri	39
Bragança Paulista	26
Caieiras	17
Cajamar	8
Francisco Morato	47
Franco da Rocha	29
Itatiba	8
Jarinu	3
Jundiaí	40
Pirapora de Bom Jesus	9
Santana de Parnaíba	14
Várzea Paulista	15

Fonte: Disque Direitos Humanos (Disque 100), 2012-2019. Tratamento e análise: SmartLab. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/35?dimensao=disque100>. Acesso em: 01 ago. 2021.

Considerações Finais

As informações apresentadas ao longo desse relatório visam sistematizar e compor um panorama acerca da vulnerabilidade social infanto-juvenil nos espaços em torno dos Aeroportos de Viracopos e Guarulhos. Para tanto, adotou-se uma metodologia compatível com a análise social e georreferenciada de indicadores que permitam apresentar o caráter multidimensional e multifacetado dessa vulnerabilidade, estabelecendo-se nesse processo órbitas aeroviárias metropolitanas ao redor de cada um desses aeroportos. Essas órbitas sendo compostas, por anéis de entorno, anéis metropolitanos e anéis regionais que se sobrepõem em um arco metropolitano sobre o Estado de São Paulo.

Com isso pôde-se apreender aspectos relativos tanto à questão populacional, como à elementos relacionados à moradia,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

acesso à serviços públicos, como educação, e infraestrutura pública de assistência social, bem como, contextos de risco em que essa parcela mais jovem da população se encontra especialmente mais sujeita à exploração e violação de direitos em suas diferentes formas contemporâneas.

De modo geral, é possível apontar que os municípios do entorno dos aeroportos considerados nesse estudo compõem uma malha heterogênea em que determinadas vulnerabilidades se apresentam mais ou menos expressivamente a depender do indicador utilizado, exigindo, portanto, ações condizentes com suas realidades e especificidades.

Referências

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: **Texto para discussão**, nº 858. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2002.

CUNHA, J.M.P. et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 143-168.

HAKKERT, R. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. In: **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n.75, p.171-189, 2001.

MARICATO, E. **A proletarização do espaço sob a grande indústria**: o caso de São Bernardo do Campo na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, 1977. 102f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SMARTLAB. Crianças e adolescentes resgatados do trabalho escravo. In: **Smartlab**, 2021. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/35?dimensao=resgatesTrabalhoEscravo>. Acesso em 01.ago.2021.

CAPÍTULO 24

IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO MUNICÍPIO DE AMERICANA- SP

Juliana Ribeiro¹⁶⁷

Jóice Domeniconi¹⁶⁸

Natália Demétrio¹⁶⁹

Rosana Baeninger¹⁷⁰

Catarina von Zuben¹⁷¹

¹⁶⁷ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: jcrgeo@unicamp.br.

¹⁶⁸ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: joicedomeniconi@outlook.com.

¹⁶⁹ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Coordenadora-adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: ndemetri@unicamp.br.

¹⁷⁰ Professora colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO-UNICAMP; coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

¹⁷¹ Catarina von Zuben. Procuradora do Trabalho e Coordenadora Regional da CONAETE (Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas) da 15ª Região.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Este estudo é um convite a conhecer a realidade de imigrante transnacional e sua presença no município de Americana-SP, buscando refletir sobre novas perspectivas teóricas e explicativas a respeito dos movimentos migratórios no seu contexto escalar transnacional. Guarnizo, Portes e Haller (2003) conceituam como *migrantes transnacionais* aqueles que vinculam – física ou virtualmente – origem e espaço da migração (BAENINGER, 1999). Ainda segundo Guarnizo (2006), a migração consiste em um ir e vir composto por pessoas, por recursos, por discursos e por práticas – culturais, socioespaciais, econômicas e políticas.

Entre as nacionalidades que chegaram neste município, sobretudo a partir dos anos 2000, observa-se um destaque da imigração boliviana. Sendo a origem desses imigrantes São Paulo-SP ou a própria Bolívia, há uma recente apropriação de territórios da Região Metropolitana de Campinas. Neste contexto, muitos desses sujeitos vivem todas as faces da escravidão contemporânea (SAKAMOTO, 2020; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2020) – trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes e servidão por dívida.

O presente trabalho tem por objetivo, portanto, avançar no entendimento das migrações internacionais para o município de Americana-SP – destacando a participação da imigração boliviana, mas envolvendo outras nacionalidades na análise. Ele reúne, inicialmente, dados do Cadastro Único da assistência social do município. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único ou CadÚnico), por ser o principal instrumento de identificação e caracterização da situação socioeconômica das famílias de baixa renda que residem em território nacional, revela-se uma eficiente ferramenta para análise de vulnerabilidades. Para inscrição no CadÚnico, exige-se renda mensal por pessoa da família de até meio salário-mínimo; renda mensal familiar total de até três salários. Permite-se ainda renda acima dessas citadas, desde que estejam vinculadas ou que estejam pleiteando algum programa ou benefício que utilize o CadÚnico em suas concessões. É a inscrição no Cadastro Único que permite às famílias de baixa renda o acesso aos Programas Sociais do Governo Federal como

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

o Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros¹⁷². Este cadastro se apresenta, desta forma, como importante fonte de dados para o mapeamento de vulnerabilidades, subsidiando análises para promoção de políticas públicas.

O documento que aqui se apresenta conta ainda com dados do SISMIGRA, do RAIS/CAGED e do Censo Escolar para migração internacional, além de questões sobre a migração interna. Tal metodologia permite realizar o mapeamento da presença de migrantes internacionais em Americana-SP, subsidiando ações para promoção de políticas públicas.

Algumas das leituras e reflexões dos mencionados dados necessárias para apreender a presença e mapear as vulnerabilidades de migrantes internacionais no município de Americana-SP foram reunidas neste trabalho, dividido em três sessões. A primeira delas foi intitulada “Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único da Assistência Social - Prefeitura Municipal de Americana-SP” e traz dados mais gerais acerca dessa população vulnerável. A segunda destaca a participação da imigração boliviana, voltando-se, de forma mais específica, para esta população, que é a maior entre os migrantes internacionais analisados, e foi intitulada “Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único da Assistência Social - Prefeitura Municipal de Americana-SP”. Finalmente, a terceira sessão traz a lupa para migrantes venezuelanas e venezuelanos em Americana-SP, segunda maior população de migrantes internacionais neste município contemplada pelo CadÚnico, e foi intitulada “Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único da Assistência Social - Prefeitura Municipal de Americana-SP”.

¹⁷² Para mais informações, acessar o site eletrônico do Governo Federal, no qual há informações detalhadas acerca do CadÚnico e outros programas. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico>. Acesso em: 11 jul. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

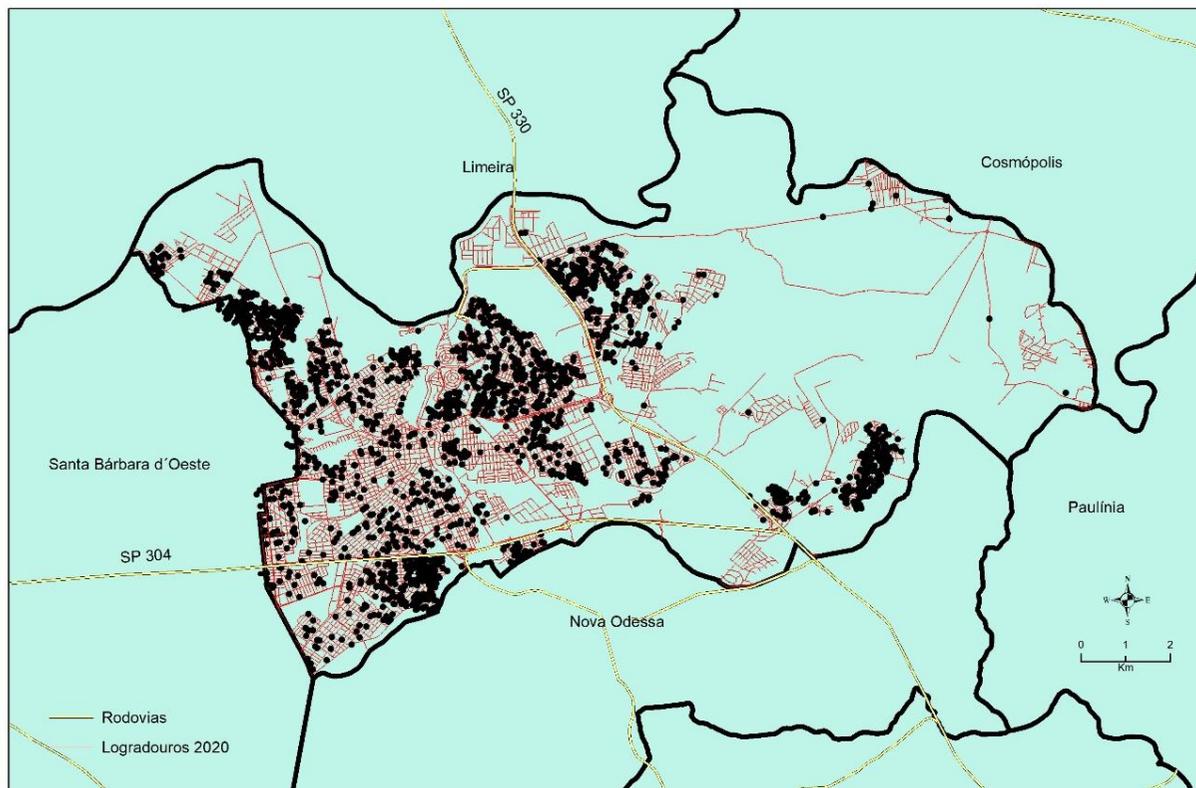
Imigrantes internacionais registrados no cadastro Único da assistência social - Prefeitura Municipal de Americana-sp

Conforme já mencionado, o CadÚnico, por ser o principal instrumento de identificação e caracterização da situação socioeconômica das famílias de baixa renda que residem em território nacional, revela-se uma eficiente ferramenta para análise de vulnerabilidades.

A partir do georreferenciamento das informações de domicílio de famílias de migrantes internacionais cadastrados na Assistência Social o Mapa 1 apresenta a distribuição dessa população no município de Americana-SP. Para tanto, foram eliminadas repetições, ou seja, cada ponto no mapa representa um endereço (possivelmente uma residência) e não uma pessoa cadastrada.

Com isso, é possível observar a territorialização desta população comparando-a ao mapa das áreas de planejamento de Americana-SP (Mapa 2), o que revela áreas de maior concentração em algumas regiões, com destaque para São Jerônimo, Praia Azul e Cidade Jardim. É importante salientar que Americana-SP é um dos 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas-SP, também conhecida como Grande Campinas, e essa proximidade faz com que muitos desses imigrantes procurem serviços públicos diretamente em Campinas-SP.

Mapa 1. Endereços cadastrados no CadÚnico de Americana-SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE). Tabulações especiais Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Mapa 1. Áreas de Planejamento do Município de Americana-SP



Fonte: SEPLAN/Prefeitura Municipal de Americana.

Segundo dados do CadÚnico analisados para o período de junho de 2001 a julho de 2020 e referentes à residentes no município de Americana-SP, destaca-se uma notável presença de migrantes entre a sua população mais vulnerável. Como pode ser observado na tabela a seguir (Tabela 1), quase metade da população mais vulnerável deste município – 47% – declarou-se imigrante, sendo ela composta por sujeitos que se declararam provenientes de outros municípios – 45,7% – e de outros países – 1,3% ou 157 migrantes internacionais.

Deste total de 157 imigrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre junho de 2001 e julho de 2020, a maior parte apresentou a Bolívia como país de origem – 74 deles ou 47% do total. Também expressiva é a presença de migrantes venezuelanos neste recorte – 52 imigrantes, que representam 33% do total. As demais origens são o Haiti, registrado por 9 imigrantes como seu país de origem; o Paraguai, apontado por 8 deles; o Japão, por 3; Portugal, também por 3; a Itália e o Peru, apontados, cada um, por 2 imigrantes; e Angola, Estados Unidos, Inglaterra e Uruguai, identificados, cada um, como a origem de 1 imigrante (Tabela 2).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 1. Registros no Cadastro Único do município de Americana entre junho de 2001 e julho de 2020, segundo local de nascimento e sexo

Local de Nascimento	Sexo				Total	%
	Homens	%	Mulheres	%		
Mesmo Município	2.907	23,6	3.629	29,5	6.536	53,1
Outro Município	2.198	17,9	3.423	27,8	5.620	45,7
Outro País	71	0,6	85	0,7	157	1,3
Total	5.176	42,0	7.137	58,0	12.313	100

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), jun./2001-jul./2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Tabela 2. Registros no Cadastro Único do município de Americana entre junho de 2001 e julho de 2020, segundo país de nascimento e sexo

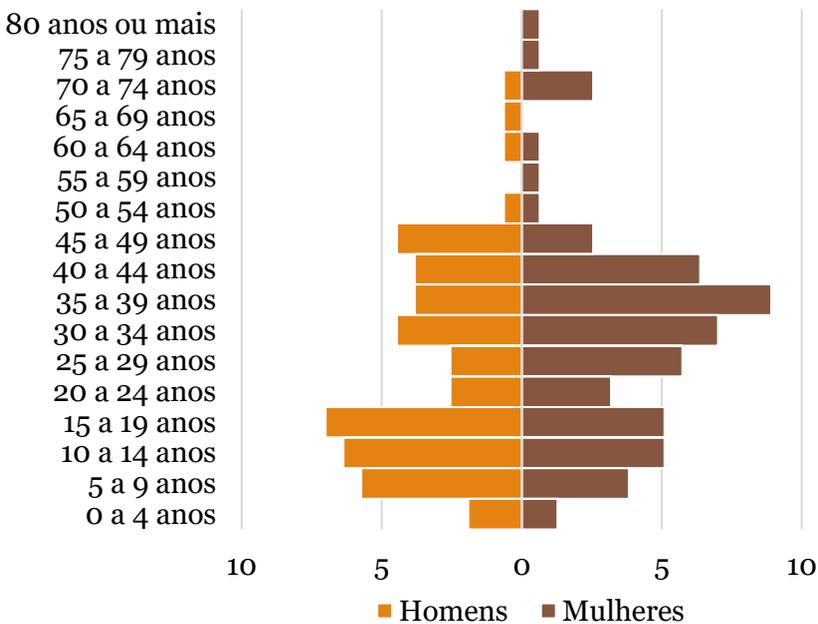
País de Nascimento	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Brasil	3.159	3.790	6.949
Bolívia	36	38	74
Venezuela	22	30	52
Haiti	3	6	9
Paraguai	5	3	8
Japão	1	2	3
Portugal	1	2	3
Itália	-	2	2
Peru	-	2	2
Angola	-	1	1
EUA	1	-	1
Inglaterra	1	-	1
Uruguai	1	-	1
Não informado	1.946	3.261	5.207
Total de Imigrantes Internacionais	71	86	157
Total	5.176	7.137	12.313

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), jun./2001-jul./2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Restringindo um pouco mais o período analisando, abraçando os dados entre dezembro de 2010 e março de 2020, observa-se que a população migrante internacional em Americana-SP registrada no CadÚnico é majoritariamente adulta, com importante participação de filhos de migrantes – concentrando-se, desta forma, nas faixas etárias entre 10 e 49 anos (Gráfico 1). Além disso, ela é, em sua maior parte, feminina – mulheres representam 55% do total desses migrantes (Gráfico 2).

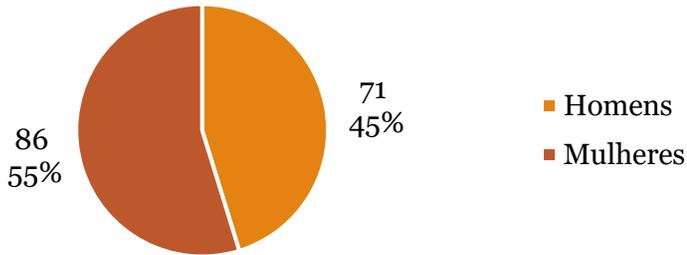
Gráfico 1. Distribuição relativa dos imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo grupo etário quinquenal e sexo



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 2. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Ainda com foco nos dados do CadÚnico para a população de Americana-SP entre dezembro de 2010 e março de 2020, observa-se que mais de metade – 52% – da população migrante internacional concentrou sua residência em oito bairros deste município – Roseli Nunes, indicado por abrigar 19 migrantes; Vila Belvedere, 14; Cidade Jardim, 13; São Roque, 10; Vila Bertini, 7; e Jardim Residencial Dona Rosa, São Vito e Vila Mariana, indicados por abrigarem 6 migrantes cada. A tabela a seguir mostra a distribuição do restante dessa população registrada no CadÚnico (Tabela 3).

Os dados do CadÚnico para a população de Americana-SP entre dezembro de 2010 e março de 2020 permitem uma análise das unidades de atendimento público local que têm migrantes internacionais neste município entre os requisitantes dos seus serviços. A tabela a seguir discrimina a distribuição dessa população entre essas unidades em Americana-SP e observa-se uma concentração de busca desse serviço no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Manoel, que respondeu pelo atendimento de 69 desses migrantes, sendo 31 mulheres e 38 homens.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 3. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e local de residência

Nome da Localidade	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Roseli Nunes	9	10	19
Vila Belvedere	6	8	14
Cidade Jardim	6	7	13
São Roque	4	6	10
Vila Bertini	3	4	7
Jardim Residencial Dona Rosa	5	1	6
São Vito	3	3	6
Vila Mariana	3	3	6
Cariobinha	1	4	5
Vila Cordenonsi	2	3	5
Jardim Alvorada	2	2	4
Jardim Ipiranga	3	1	4
Parque Gramado	3	1	4
Parque Residencial Jaguari	3	1	4
São Jerônimo	2	2	4
Antônio Zanaga	1	2	3
Campo Limpo	2	1	3
Cordenonsi	1	2	3
Jardim da Paz	0	3	3
São Domingos	0	3	3
Vila Margarida	1	2	3
Assentamento Monte Verde	1	1	2
Conserva	0	2	2
Jardim Nossa Senhora do Carmo	1	1	2
Vale das Nogueiras	1	1	2
Vila Bertine	1	1	2
Vila Mollon	1	1	2
Vila Najaer	1	1	2
Villa Mariana	1	1	2
Bela Vista	1	0	1
Centro	0	1	1
Cidade Jardim I	0	1	1
Cidade Jardim II	0	1	1
Cordenunsi	0	1	1
Jardim América	1	0	1
Jardim Esplanada	1	0	1
Jardim Mirandola	0	1	1
Jardim Santana	0	1	1
Jardim Nielsen Ville	1	0	1
Praia Azul	0	1	1
Vila Laurecilda	0	1	1
Total	71	86	157

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Outras unidades de atendimento público local também responderam pela população de migrantes internacionais – o CRAS Nossa Senhora Aparecida, que atendeu 26 migrantes internacionais; o CRAS Mathiensen, 22; o CRAS São Jerônimo, 18; o CRAS Guanabara, 15; o CC Jardim Ipiranga, 5; e o CRAS Praia Azul e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), que atenderam, cada um, 1 migrante, ambas mulheres (Tabela 4).

Tabela 4. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e unidade de atendimento público local

Nome da unidade territorial local	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
CRAS SAO MANOEL	31	38	69
CRAS N SRA APARECIDA	12	14	26
CRAS MATHIENSEN	11	11	22
CRAS SAO JERONIMO	11	7	18
CRAS GUANABARA	5	10	15
CC JD IPIRANGA	1	4	5
CRAS PRAIA AZUL	0	1	1
SASDH	0	1	1
Total	71	86	157

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Quando a análise se embasa no nome do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) responsável pelo registro do migrante internacional em Americana-SP entre dezembro de 2010 e março de 2020, observa-se, como já apresentado, a concentração no CRAS São Manoel, que registrou o atendimento de 48 migrantes internacionais, seguido pelo CRAS Jardim Nossa Senhora Aparecida, que registrou 35 migrantes internacionais; pelo CRAS Mathiensen, 22; pelo CRAS Guanabara, 18; o CRAS São Jerônimo, 8; pelo CRAS Praia Azul, 1 migrante; e 25 constam como “sem informação” (Tabela 5).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 5. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e nome do CRAS/CREAS responsável pelo registro

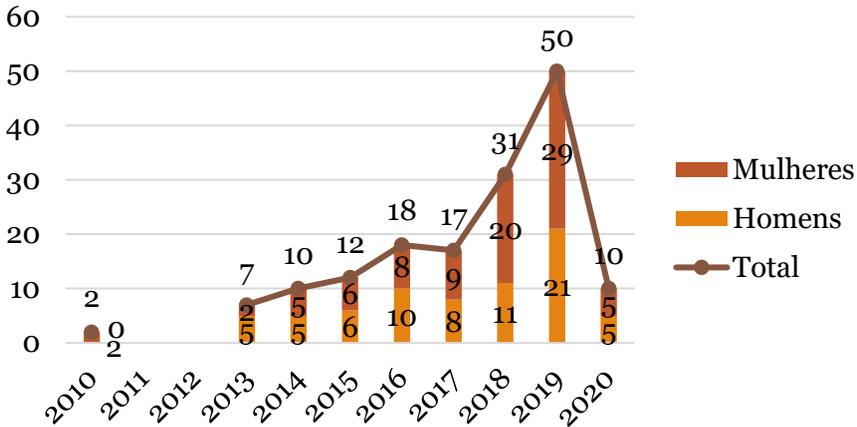
Nome do CRAS/CREAS	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
CRAS SAO MANOEL	20	28	48
CRAS JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA	18	17	35
CRAS MATHIENSEN	10	12	22
CRAS GUANABARA	6	12	18
CRAS SAO JERONIMO	3	5	8
CRAS PRAIA AZUL	0	1	1
Sem informação	14	11	25
Total	71	86	157

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Já o ano de inclusão cadastral desses migrantes internacionais no município de Americana-SP no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 aponta para a relevância de 2019, quando foram incluídos 50 do universo de 157 migrantes, sendo 29 mulheres e 21 homens. Em 2010 foram registrados 2 migrantes, ambas mulheres; em 2013, 7, sendo 2 mulheres e 5 homens; em 2014, 10, sendo 5 mulheres e 5 homens; em 2015, 12, sendo 6 mulheres e 6 homens; em 2016, 18, sendo 8 mulheres e 10 homens; em 2017, 17, sendo 9 mulheres e 8 homens; em 2018, 31, sendo 20 mulheres e 11 homens; em 2019, os já citados; e em 2020, de janeiro a março, foram registrados 10 migrantes, sendo 5 mulheres e 5 homens (Gráfico 3).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 3. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e ano de inclusão cadastral

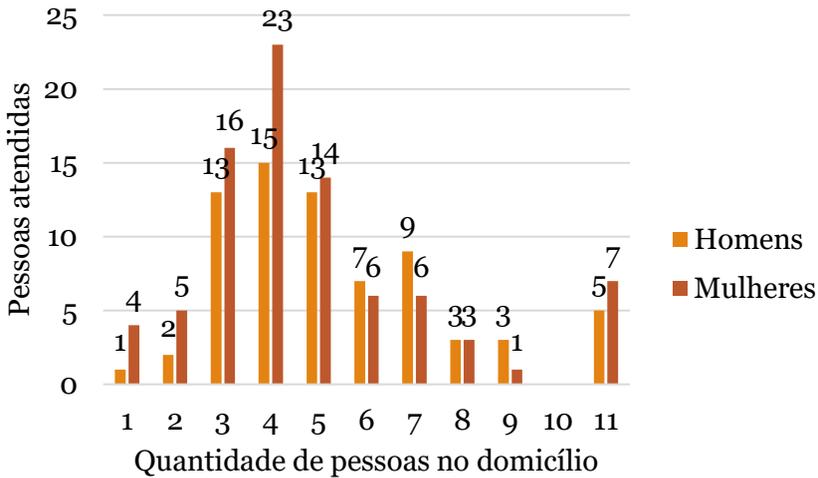


Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Dos 157 migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020, a maior parte deles – 60% – indicou ter 3, 4 ou 5 pessoas residindo no mesmo domicílio: 13 homens e 16 mulheres declararam ter três pessoas residindo no domicílio; 15 homens e 23 mulheres declararam ter quatro pessoas residindo no domicílio; e 13 homens e 14 mulheres declararam ter cinco pessoas residindo no domicílio. 1 homem e 4 mulheres declararam viver sozinhos em seu domicílio; 2 homens e 5 mulheres declararam viver com mais uma pessoa no domicílio; 6 homens e 7 mulheres declararam ter seis pessoas residindo no domicílio; 9 homens e 6 mulheres declararam ter sete pessoas residindo no domicílio; 3 homens e 3 mulheres declararam ter oito pessoas residindo no domicílio; 3 homens e 1 mulher declararam ter nove pessoas residindo no domicílio; nenhum migrante internacional em Americana-SP registrado no CadÚnico declarou ter dez pessoas residindo no domicílio; e 5 homens e 7 mulheres declararam ter onze pessoas residindo no domicílio (Gráfico 4).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 4. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e quantidade de pessoas por domicílio

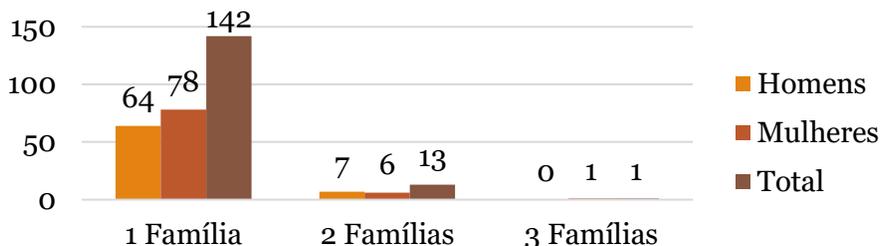


Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

No que diz respeito à quantidade de famílias no domicílio, a maior parte dos 157 migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 – 90% deles –, alegou ter apenas uma família residindo no domicílio: 142 migrantes, sendo 64 homens e 78 mulheres. Entre os demais, 13 migrantes (7 homens e 6 mulheres) alegaram ter duas famílias vivendo no domicílio, e 1 mulher migrante alegou ter três famílias vivendo no domicílio (Gráfico 5).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 5. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e quantidade de famílias no domicílio



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

A renda familiar *per capita* indicada por 74% dos migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 se encontra na faixa de R\$0,00 a R\$89,00 – declarada por 48 homens e 68 mulheres, totalizando 116 dos 157 migrantes internacionais. Os demais migrantes internacionais em Americana-SP declararam duas outras faixas de renda familiar *per capita*: 25% deles declararam renda familiar *per capita* de R\$89,01 a R\$178,00, sendo 22 homens e 17 mulheres; e apenas 1% deles, sendo 1 homem e 1 mulher, declarou renda familiar *per capita* de R\$178,01 a R\$477,00 (Tabela 6).

Tabela 6. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e faixa de renda familiar *per capita*

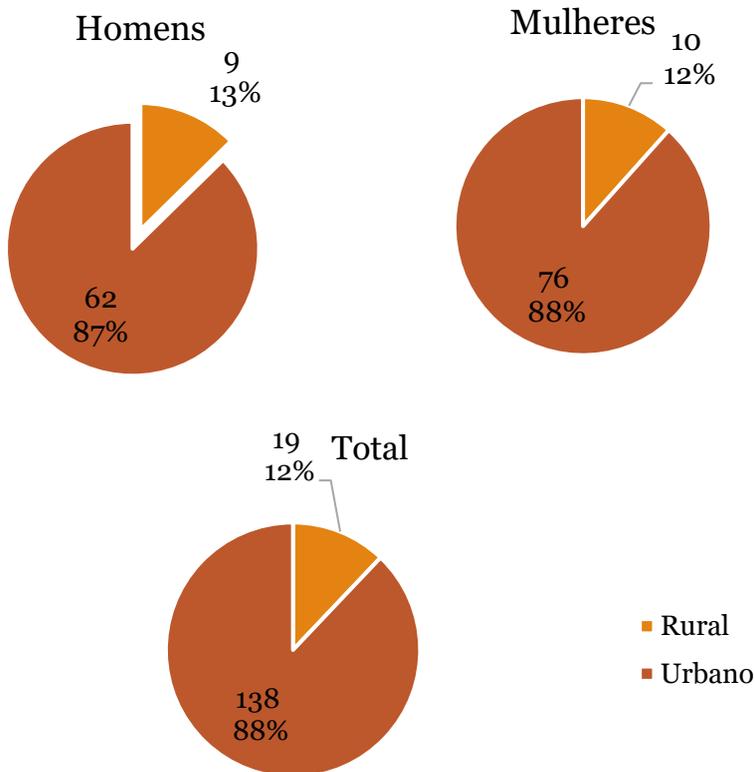
Faixa da renda familiar per capita	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
de R\$ 0.00 a R\$ 89.00	48	68	116
de R\$ 178.01 a R\$ 477.00	1	1	2
de R\$ 89.01 a R\$ 178.00	22	17	39
Total	71	86	157

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez.2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Dos migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020, 87% da mulheres (62 migrantes) e 88% dos homens (76 migrantes) alegaram residir na área urbana, totalizando 138 migrantes contra 19 deles – ou 12% – na área rural (Gráfico 6).

Gráfico 6. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e situação do domicílio

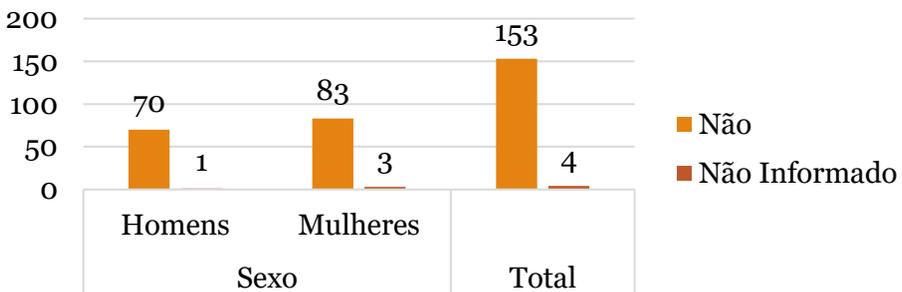


Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Dos 157 migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020, 153 deles – 70 homens e 83 mulheres – negaram a existência de pessoa com marcação de trabalho infantil, enquanto 4 – 1 homem e 3 mulheres – não informaram (Gráfico 7).

Gráfico 7. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e existência de pessoa com marcação de trabalho infantil



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

No tocante à relação de parentesco com o responsável pelo domicílio, 71% dos 157 migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 alegaram ser a pessoa responsável pela família ou alegaram ser filho ou filha da pessoa responsável pelo domicílio, respectivamente, 58 deles – 10 homens e 48 mulheres – e 53 deles – 32 homens e 21 mulheres. Os demais alegaram ser cônjuges – 28 deles, sendo 21 homens e 7 mulheres –; irmãos ou irmãs – 4 deles, sendo 2 homens e 2 mulheres –; enteados ou enteadas – 3 deles, sendo 1 homem e 2 mulheres –; pais ou mães – 2 deles, sendo 1 homem e 1 mulher –; 1 mulher alegou ser sogra do responsável pelo domicílio; 7 deles alegaram outra relação de parentesco – sendo 3 homens e 4 mulheres –; e 1 homem alegou não ser parente do responsável pelo domicílio (Tabela 7).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 6. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e relação de parentesco com o responsável pelo domicílio

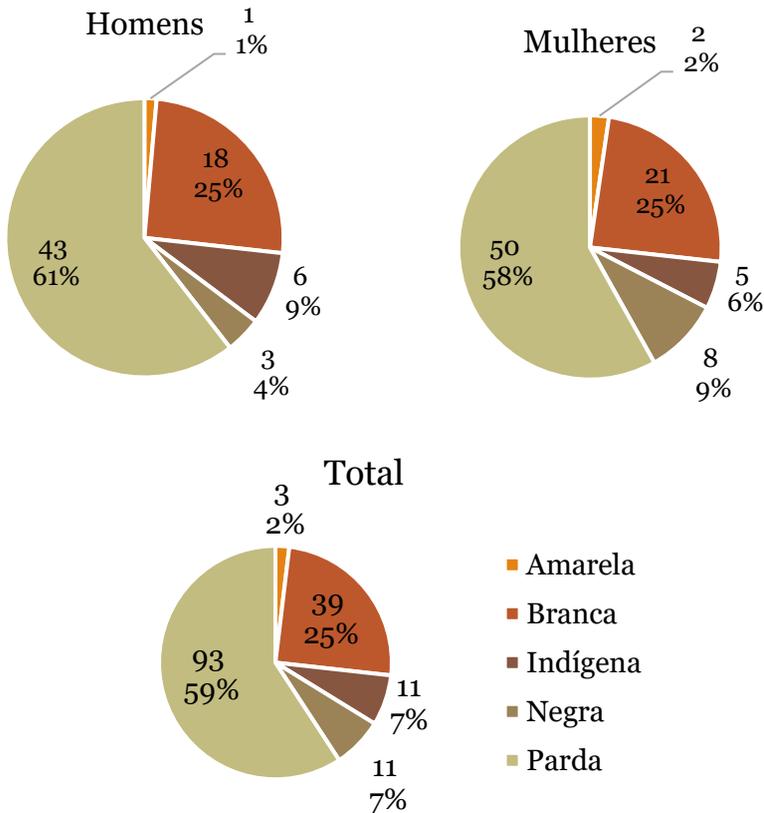
Relação de parentesco com o responsável familiar	Sexo				Total	%
	Homens	%	Mulheres	%		
Pessoa Responsável pela Família	10	6,4	48	30,6	58	36,9
Filho(a)	32	20,4	21	13,4	53	33,8
Cônjuge ou Companheiro	21	13,4	7	4,5	28	17,8
Irmão ou Irmã	2	1,3	2	1,3	4	2,5
Enteado(a)	1	0,6	2	1,3	3	1,9
Pai ou Mãe	1	0,6	1	0,6	2	1,3
Sogro(a)	0	0,0	1	0,6	1	0,6
Outro parente	3	1,9	4	2,5	7	4,5
Não Parente	1	0,6	0	0,0	1	0,6
Total	71	45,2	86	54,8	157	100

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Quanto ao quesito raça/cor, 59% dos migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 – 93 dos 157 migrantes – se declararam pardos, sendo 43 homens e 50 mulheres. Os demais se declararam brancos – 39 deles, sendo 18 homens e 21 mulheres –, indígenas – 11 deles, sendo 6 homens e 5 mulheres –, negros – também 11 deles, sendo 3 homens e 8 mulheres –, e os 3 restantes se declararam amarelos – sendo 1 homem e 2 mulheres (Gráfico 8).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 8. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e raça/cor

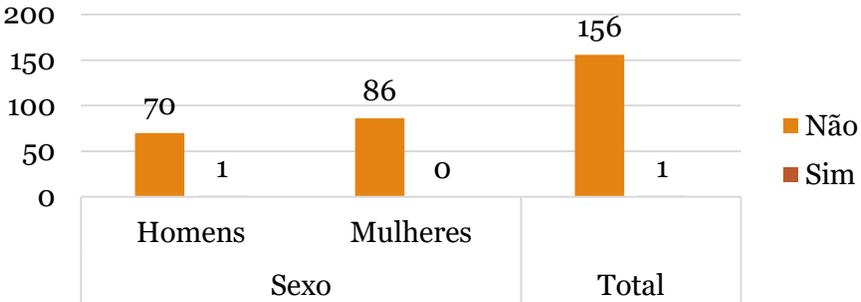


Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Apenas um homem do universo de migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 se declarou em situação de rua. Os demais 156 migrantes – 70 homens e 86 mulheres – declararam não se encontrarem nessa situação (Gráfico 9).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

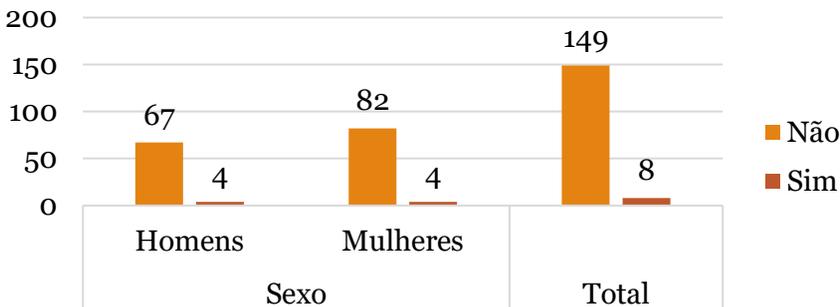
Gráfico 9. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e situação de rua



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Poucos foram também os que declaram a existência de alguma deficiência. Apenas 4 homens e 4 mulheres do universo de 157 migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 apresentaram esta declaração. Os demais 149 migrantes – 67 homens e 82 mulheres – declararam não obter qualquer deficiência (Gráfico 10).

Gráfico 10. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e existência de deficiência



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A maior parte dos migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 – 115 dos 157 – não declarou vínculo com qualquer escola, tendo sido registrados como “sem informação”. Os demais 42 – sendo 25 homens e 17 mulheres – citaram vínculo com variadas escolas deste município: Professor Ary Menegatto, Professor Joao Solidário Pedroso, Professora Delmira de Oliveira Lopes, Professora Maria do Carmo Augusti, Professora Maria Jose de Mattos Gobbo, Professora Niomar Aparecida Mattos Gobbo Amaral Gurgel, Professora Olympia Barth de Oliveira, Ciep Professora Philomena Magaly Makluf Rossetti, Professor Silvino Jose de Oliveira, Ciep Professor Anísio Spinola Teixeira, Professor Bento Penteadado dos Santos, Casa da Criança Baeti, Professora Clarice Costa Conti, Professor Constantino Augusto Pinke, Emef Professor Jonas Correa De Arruda Filho, Grauna Casa da Criança, Professora Idalina Grandin Mirandola, Dr. Joao De Castro Goncalves, Professor Jonas Correa de Arruda Filho, Juriti Casa da Criança, Professor Luiz Hipolito, Manaca Casa da Criança, Professor Marcelino Tombi, Maria Nilde Mascellani Centro Integrado De Educação, Professora Maura Arruda Guidolin, Emei Paturi, Emei Potira, Professora Risoleta Lopes Aranha, Professor Sylvino Chinelatto Caic. A distribuição desses migrantes entre as escolas citadas pode ser analisada na tabela a seguir (Tabela 8).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 8. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e nome da escola

Nome da escola da pessoa	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Ary Menegatto Prof	4	1	5
Joao Solidário Pedroso Prof.	1	2	3
Delmira de Oliveira Lopes Profa.	1	1	2
Maria do Carmo Augusti Profa.	2	0	2
Maria Jose de Mattos Gobbo Profa.	1	1	2
Niomar Aparecida Mattos Gobbo Amaral Gurgel Profa.	2	0	2
Olympia Barth de Oliveira Profa.	2	0	2
Philomena Magaly Makluf Rossetti Professora Ciep	1	1	2
Silvino Jose de Oliveira Prof.	2	0	2
Anísio Spinola Teixeira Professor Ciep	0	1	1
Bento Penteadado dos Santos Prof.	0	1	1
Casa da Criança Baeti	1	0	1
Clarice Costa Conti Profa.	1	0	1
Constantino Augusto Pinke Prof.	1	0	1
Emef Professor Jonas Correa De Arruda Filho	1	0	1
Grauna Casa da Criança	0	1	1
Idalina Grandin Mirandola Profa.	0	1	1
Joao De Castro Goncalves Dr	0	1	1
Jonas Correa de Arruda Filho Prof.	1	0	1
Juriti Casa da Criança	0	1	1
Luiz Hipolito Professor	1	0	1
Manaca Casa da Criança	0	1	1
Marcelino Tombi Prof.	0	1	1
Maria Nilde Mascellani Centro Integrado De Educação	1	0	1
Maura Arruda Guidolin Profa.	0	1	1
Paturi Emei	1	0	1
Potira Emei	1	0	1
Risoleta Lopes Aranha Professora	0	1	1
Sylvino Chinelatto Caic Professor	0	1	1
Total de casos válidos	25	17	42
Sem informação	46	69	115
Total	71	86	157

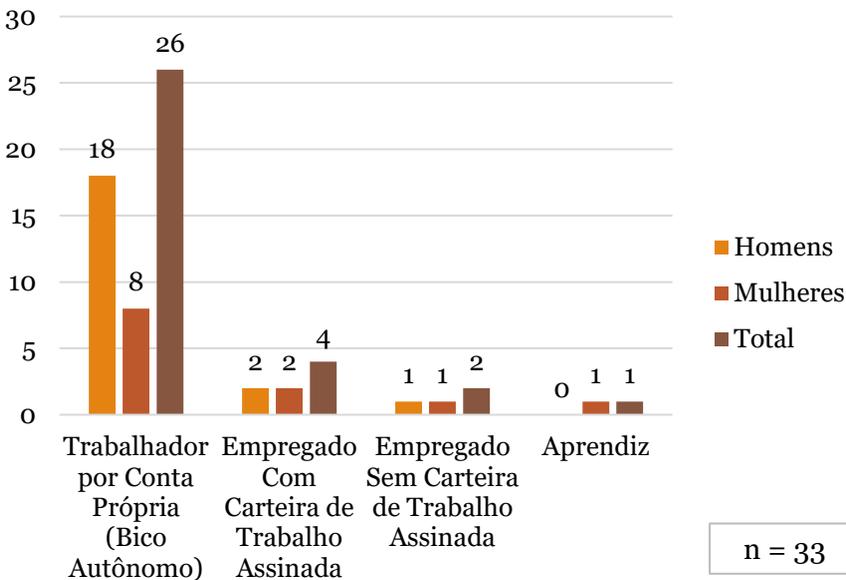
Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Quanto à função principal desempenhada pelos migrantes internacionais em Americana-SP registrados no

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020, em um universo de 33 respondentes, 26 deles – sendo 18 homens e 8 mulheres – alegaram trabalhar por conta própria, 4 deles – sendo 2 homens e 2 mulheres – alegaram estar empregados com carteira de trabalho assinada, 2 deles – sendo 1 homem e 1 mulher – alegaram estar empregados sem carteira de trabalho assinada, e 1 mulher alegou ser aprendiz (Gráfico 11).

Gráfico 11. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e função principal



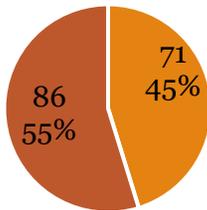
Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

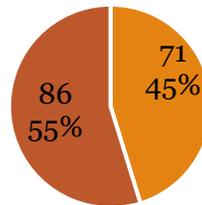
Os migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 alegaram não exercer atividade extrativista, não possuir Benefício assistencial à Pessoa com Deficiência (BPC) ou ser Pessoa com Deficiência (PCD) e não possuir BPC Idoso (Gráfico 12).

Gráfico 12. Imigrantes internacionais registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e existência ou não de atividade extrativista, BPC PCD e BPC Idoso

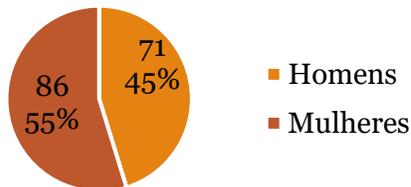
Não exercem
atividade extrativista



Não possuem BPC
PCD



Não possuem BPC
Idoso



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

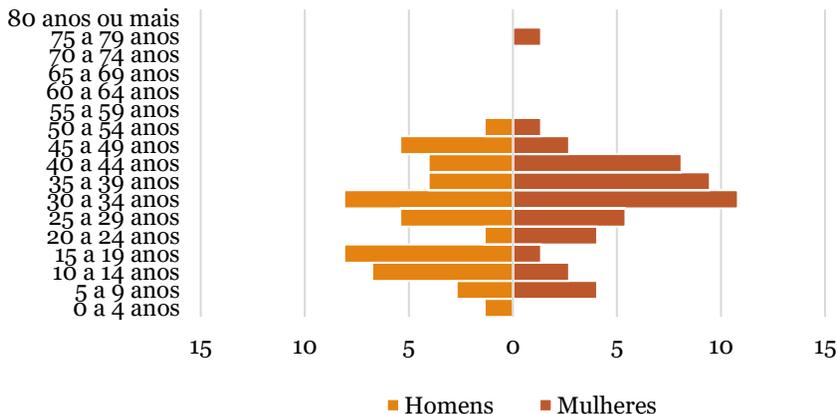
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no cadastro único da assistência social - Prefeitura Municipal de Americana-SP

Conforme já discutido na primeira sessão deste relatório (ver Tabela 1, na página 6), a presença de migrantes bolivianas e bolivianos se destaca entre os 157 migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico. Desse total, 74 deles ou 47% apresentaram a Bolívia como país de origem. A análise desta sessão do presente relatório se volta, portanto, de forma mais específica, para esta população.

Os dados do CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 demonstram que a população migrante proveniente da Bolívia registrada em Americana-SP é majoritariamente adulta, com importante participação de filhos de migrantes – concentrando-se, desta forma, nas faixas etárias entre 5 e 49 anos (Gráfico 13). Além disso, ela apresenta 51% de mulheres – ou 38 bolivianas – e 49% de homens – ou 36 bolivianos – (Gráfico 14).

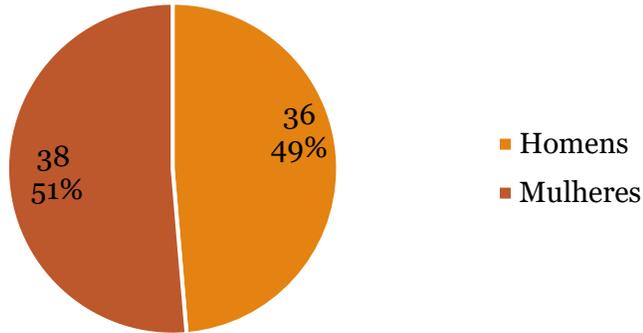
Gráfico 13. Distribuição relativa dos imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo grupo etário quinquenal e sexo



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 14. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Observa-se que metade da população migrante boliviana em Americana-SP concentrou sua residência em cinco bairros deste município – Roseli Nunes, indicado por abrigar 18 migrantes; São Vito, 6; Vila Bertini, 5; e Cariobinha e Cidade Jardim, indicados por abrigarem 4 migrantes cada. A tabela a seguir mostra a distribuição do restante dessa população registrada no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 (Tabela 9).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 9. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e local de residência

Nome da Localidade	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Roseli Nunes	9	9	18
São Vito	3	3	6
Vila Bertini	3	2	5
Cariobinha	1	3	4
Cidade Jardim	1	3	4
Jardim Alvorada	2	2	4
Parque Residencial Jaguari	3	1	4
Vila Mariana	2	2	4
Jardim Ipiranga	2	1	3
Antônio Zanaga	1	1	2
Assentamento Monte Verde	1	1	2
Campo Limpo	1	1	2
Cordenonsi	1	1	2
Vila Belvedere	1	1	2
Vila Mollon	1	1	2
Vila Najaer	1	1	2
Villa Mariana	1	1	2
Cidade Jardim I	0	1	1
Cidade Jardim II	0	1	1
Jardim América	1	0	1
Jardim Esplanada	1	0	1
Jardim Mirandola	0	1	1
Vila Laurecilda	0	1	1
Total	36	38	74

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Os dados do CadÚnico para a população boliviana em Americana-SP entre dezembro de 2010 e março de 2020 permitem uma análise das unidades de atendimento público local que têm estes migrantes entre os requisitantes dos seus serviços. A tabela a seguir discrimina a distribuição dessa população entre essas unidades em Americana-SP e observa-se uma concentração de busca desse serviço no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Manoel, tal como ocorreu para os migrantes em geral, sem restrição de nacionalidade para a análise. O CRAS São Manoel respondeu pelo atendimento de quase metade desses migrantes provenientes da Bolívia – 35 deles, sendo 19 homens e 16 mulheres. Outras unidades de atendimento público local também responderam pela população de migrantes bolivianas e bolivianos – o CRAS Nossa Senhora Aparecida, que atendeu 22 deles; o CRAS Mathiensen, 12; o CC Jardim Ipiranga, 4; e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), que atendeu 1 migrante (Tabela 10).

Tabela 10. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e unidade de atendimento público local

Nome da unidade territorial local	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
CRAS SAO MANOEL	19	16	35
CRAS N SRA APARECIDA	11	11	22
CRAS MATHIENSEN	5	7	12
CC JD IPIRANGA	1	3	4
SASDH	0	1	1
Total	36	38	74

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Quando a análise se embasa no nome do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) responsável pelo registro do migrante proveniente da Bolívia em Americana-SP entre dezembro de 2010 e março de 2020, observa-se o destaque do CRAS Jardim Nossa Senhora Aparecida, que registrou 25 desses migrantes, sendo 12 homens e 13 mulheres; seguido pelo CRAS São Manoel, que registrou o atendimento de 21 deles, , sendo 10 homens e 11 mulheres; e pelo CRAS Mathiensen, 10, sendo 4 homens e 6 mulheres. 18 desses migrantes, sendo 10 homens e 8 mulheres, constam como “sem informação” (Tabela 11).

Tabela 11. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e nome do CRAS/CREAS responsável pelo registro

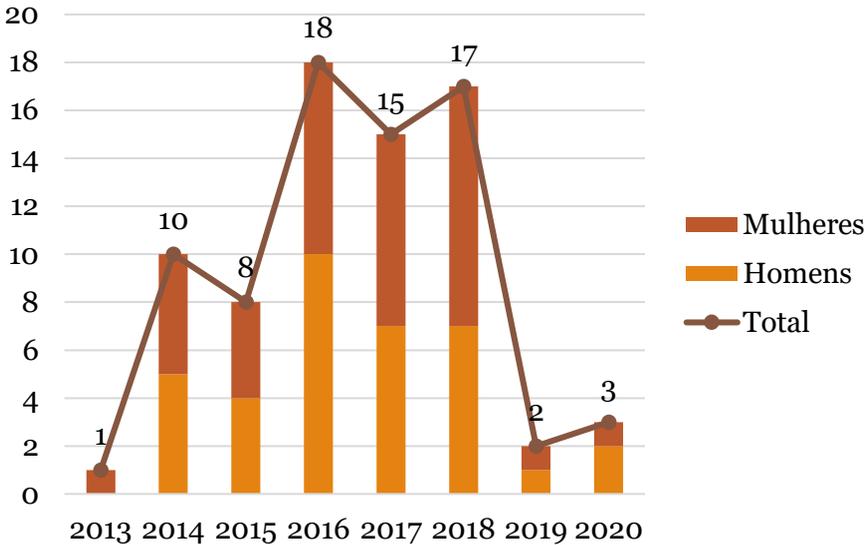
Nome do CRAS/CREAS	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
CRAS JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA	12	13	25
CRAS SAO MANOEL	10	11	21
CRAS MATHIENSEN	4	6	10
Sem informação	10	8	18
Total	36	38	74

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Ao analisar o ano de inclusão cadastral no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 desses migrantes nascidos na Bolívia e residentes em Americana-SP, observa-se a relevância de 2016, 2017 e 2018, quando foram incluídos 68% do universo de desses migrantes – 18 em 2016, 15 em 2017, e 17 em 2018. Em 2013 foi registrada apenas 1 migrante boliviana; em 2014, 10; em 2015, 8; em 2016, 2017 e 2018, os já citados; em 2019, apenas 2; e em 2020, segundo os dados até março deste ano, foram registrados 3 migrantes provenientes da Bolívia (Gráfico 14).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 14. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e ano de inclusão cadastral

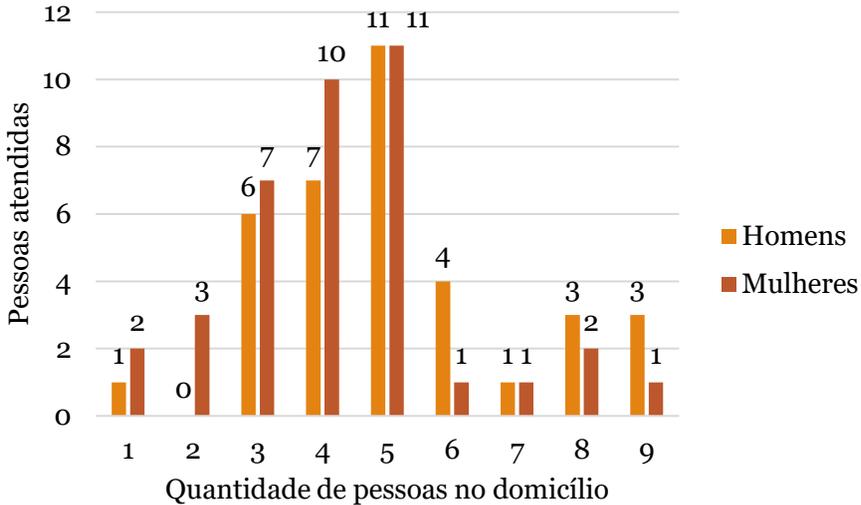


Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Dos 74 migrantes bolivianas e bolivianos em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020, mais da metade deles – 52% – indicou ter 3, 4 ou 5 pessoas residindo no mesmo domicílio: 6 homens e 7 mulheres declararam ter três pessoas residindo no domicílio; 7 homens e 10 mulheres declararam ter quatro pessoas residindo no domicílio; e 11 homens e 11 mulheres declararam ter cinco pessoas residindo no domicílio. 1 homem e 2 mulheres declararam viver sozinhos em seu domicílio; 3 mulheres declararam viver com mais uma pessoa no domicílio; 4 homens e 1 mulher declararam ter seis pessoas residindo no domicílio; 1 homem e 1 mulher declararam ter sete pessoas residindo no domicílio; 3 homens e 2 mulheres declararam ter oito pessoas residindo no domicílio; 3 homens e 1 mulher declararam ter nove pessoas residindo no domicílio (Gráfico 15).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 15. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e quantidade de pessoas por domicílio



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

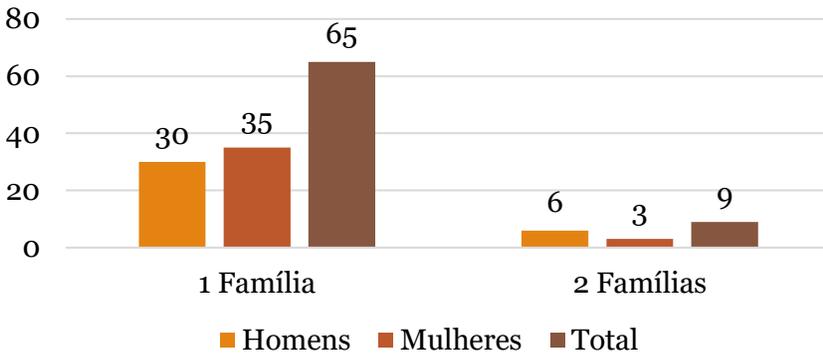
Quando a análise se volta para a quantidade de famílias no domicílio, a maior parte dos 74 migrantes internacionais em Americana-SP provenientes da Bolívia e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 – 88% deles –, alegou ter apenas uma família residindo no domicílio: 65 migrantes, sendo 30 homens e 35 mulheres. Os demais 12% – 9 migrantes (6 homens e 3 mulheres) – alegaram ter duas famílias vivendo no domicílio (Gráfico 16).

A renda familiar *per capita* indicada por 54% dos migrantes internacionais em Americana-SP provenientes da Bolívia e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 se encontra na faixa de R\$0,00 a R\$89,00 – renda declarada por 18 homens e 22 mulheres, totalizando 40 dos 74 migrantes bolivianas e bolivianos neste município. Dos demais, 32 migrantes – ou 43% deles – declararam renda familiar *per capita* de R\$89,01 a R\$178,00, sendo 17 homens e

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

15 mulheres; e apenas 2 deles – ou 3% –, sendo 1 homem e 1 mulher, declararam renda familiar *per capita* de R\$178,01 a R\$477,00 (Tabela 11).

Gráfico 16. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e quantidade de famílias no domicílio



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Tabela 12. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e faixa de renda familiar *per capita*

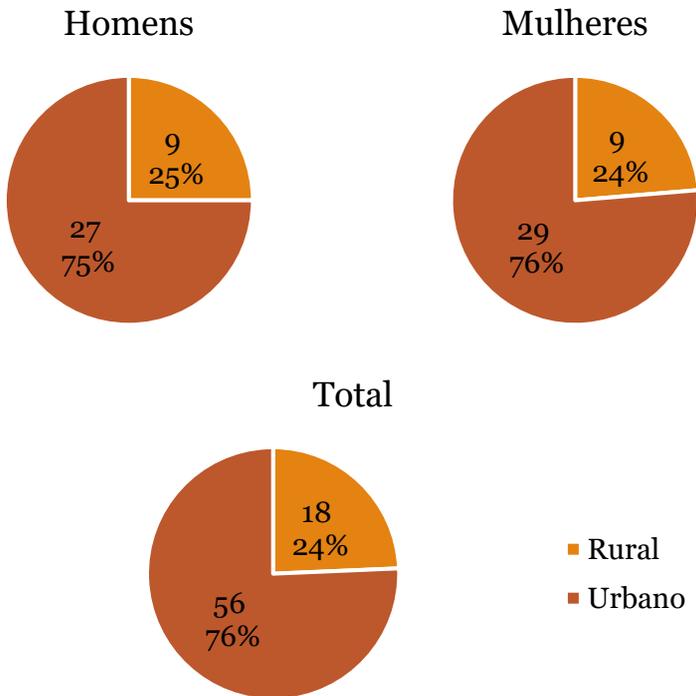
Faixa da renda familiar per capita	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
de R\$ 0.00 a R\$ 89.00	18	22	40
de R\$ 178.01 a R\$ 477.00	1	1	2
de R\$ 89.01 a R\$ 178.00	17	15	32
Total	36	38	74

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Dos migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Bolívia e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020, 76% da mulheres (29 migrantes) e 75% dos homens (27 migrantes) alegaram residir na área urbana, totalizando 56 migrantes contra 18 deles – ou 24% – na área rural (Gráfico 17).

Gráfico 17. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e situação do domicílio



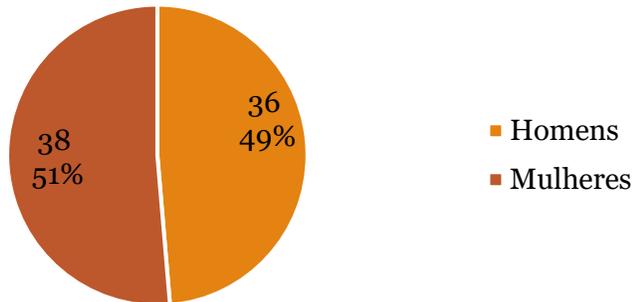
Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Todos os 74 migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Bolívia e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 negaram a existência de pessoa com marcação de trabalho infantil (Gráfico 18).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 18. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e existência de pessoa com marcação de trabalho infantil

Não há pessoa com marcação de trabalho infantil



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

No tocante à relação de parentesco com o responsável pelo domicílio, 34 dos 74 migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Bolívia e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 – ou 46% deles – alegaram ser a pessoa responsável pela família, sendo 7 homens e 27 mulheres. 20 deles, sendo 14 homens e 6 mulheres, alegaram ser filhos e filhas da pessoa responsável pelo domicílio. 19 alegaram ser cônjuges, sendo 14 homens e 5 mulheres. 1 homem alegou ser irmão do responsável pelo domicílio (Tabela 13).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 13. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e relação de parentesco com o responsável pelo domicílio

Relação de parentesco com o responsável familiar	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Pessoa Responsável pela Família	7	27	34
Filho(a)	14	6	20
Cônjuge ou Companheiro	14	5	19
Irmão ou Irmã	1	0	1
Total	36	38	74

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

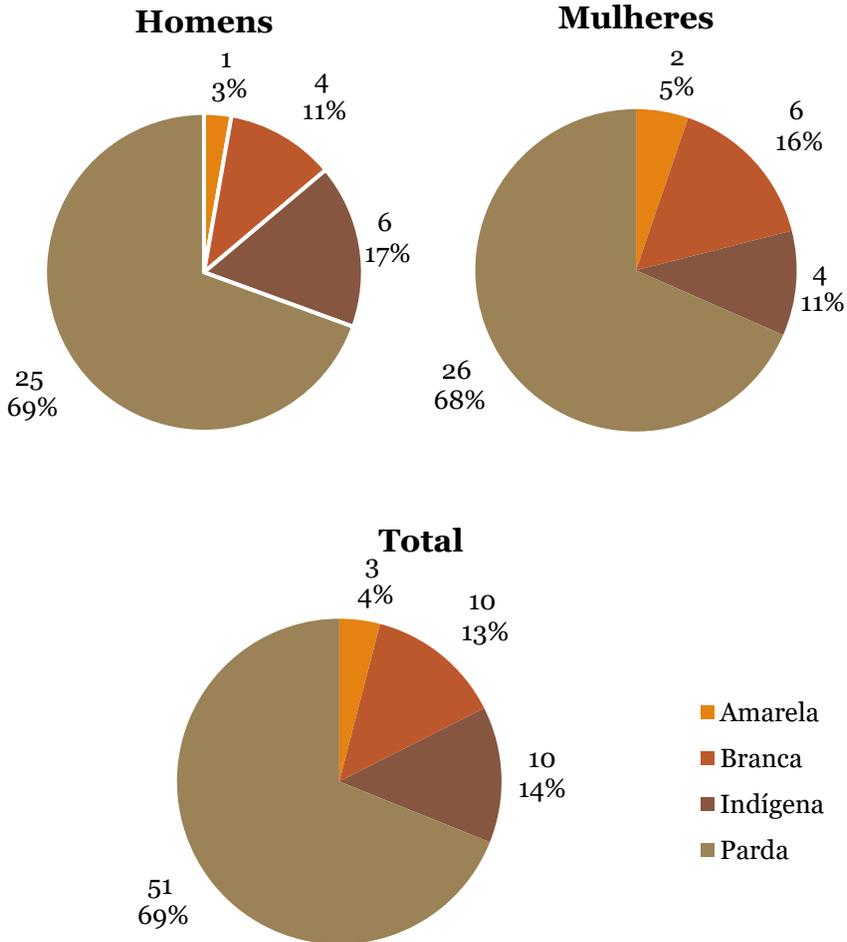
Quanto ao quesito raça/cor, 69% dos migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Bolívia e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 – 51 dos 74 migrantes – se declararam pardos, sendo 25 homens e 26 mulheres. Os demais se declararam brancos – 10 dos 74 migrantes, sendo 4 homens e 6 mulheres –; indígenas – 10 deles, sendo 6 homens e 4 mulheres –; e os 3 restantes se declararam amarelos – sendo 1 homem e 2 mulheres (Gráfico 19).

Nenhum migrante internacional em Americana-SP nascido na Bolívia e registrado no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 se declarou em situação de rua (Gráfico 20).

Apenas uma boliviana do universo de 74 migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Bolívia e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 declarou a existência de alguma deficiência. Os demais 73 migrantes – 36 homens e 37 mulheres – declararam não obter qualquer deficiência (Gráfico 21).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 19. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e raça/cor

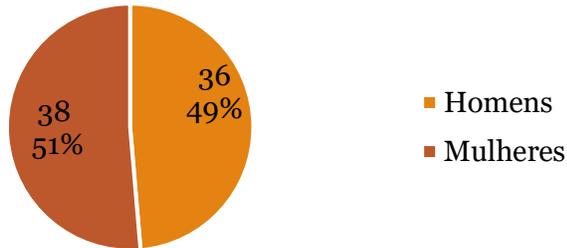


Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

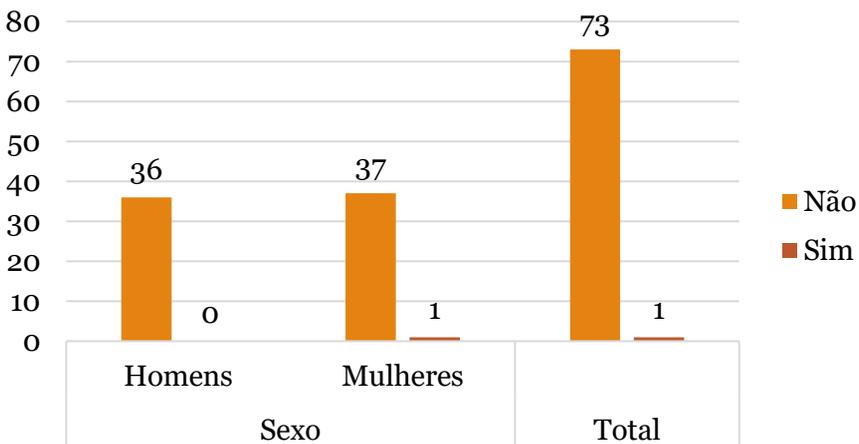
Gráfico 20. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e situação de rua

Não há situação de rua



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Gráfico 21. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e existência de deficiência



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

A maior parte dos migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Bolívia e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 – 60 dos 74 – não declarou vínculo com qualquer escola, tendo sido registrados como “sem informação”. Os demais 14 – sendo 10 homens e 4 mulheres – citaram vínculo com variadas escolas deste município: Professor Ary Menegatto, Professor Joao Solidário Pedroso, Professor Constantino Augusto Pinke, Dr. Joao De Castro Goncalves, Professor Jonas Correa de Arruda Filho, Maria Nilde Mascellani Centro Integrado De Educação, Professora Olympia Barth de Oliveira, Ciep Professora Philomena Magaly Makluf Rossetti, Professor Silvino Jose de Oliveira. A distribuição desses migrantes entre as escolas citadas pode ser analisada na tabela a seguir (Tabela 14).

Tabela 14. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e nome da escola

Nome da escola da pessoa	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Ary Menegatto Prof.	4	1	5
Joao Solidário Pedroso Prof.	0	2	2
Constantino Augusto Pinke Prof.	1	0	1
Joao de Castro Goncalves Dr	0	1	1
Jonas Correa de Arruda Filho Prof.	1	0	1
Maria Nilde Mascellani Centro Integrado de Educação	1	0	1
Olympia Barth de Oliveira Profa.	1	0	1
Philomena Magaly Makluf Rossetti Professora Ciep	1	0	1
Silvino Jose de Oliveira Prof.	1	0	1
Total de casos válidos	10	4	14
Sem Informação	26	34	60
Total	36	38	74

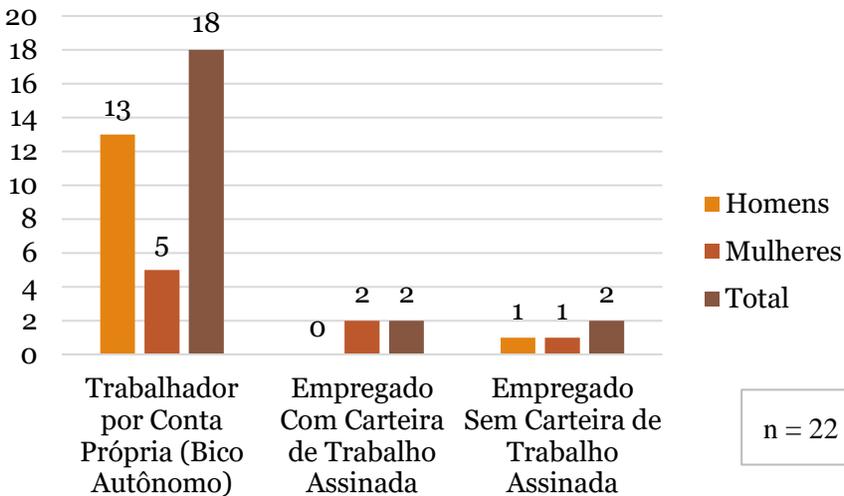
Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Quanto à função principal desempenhada pelos migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Bolívia

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020, em um universo de 22 respondentes, 18 deles – sendo 13 homens e 5 mulheres – alegaram trabalhar por conta própria, 2 mulheres alegaram estar empregadas com carteira de trabalho assinada, e 2 deles – sendo 1 homem e 1 mulher – alegaram estar empregados sem carteira de trabalho assinada (Gráfico 22).

Gráfico 22. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e função principal



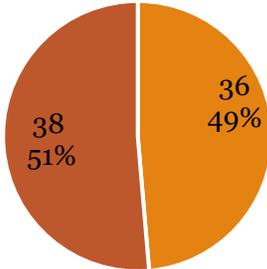
Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Os migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Bolívia e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 alegaram não exercer atividade extrativista, não possuir Benefício assistencial à Pessoa com Deficiência (BPC) ou ser Pessoa com Deficiência (PCD) e não possuir BPC Idoso (Gráfico 23).

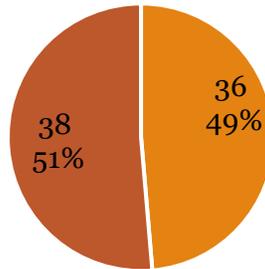
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 23. Imigrantes internacionais nascidos na Bolívia e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e existência ou não de atividade extrativista, BPC PCD e BPC Idoso

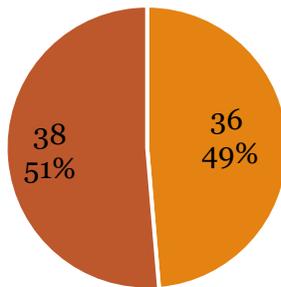
Não exercem atividade
extrativista



Não possuem BPC PCD



Não possuem BPC Idoso



- Homens
- Mulheres

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no cadastro único da assistência social - Prefeitura Municipal de Americana-SP

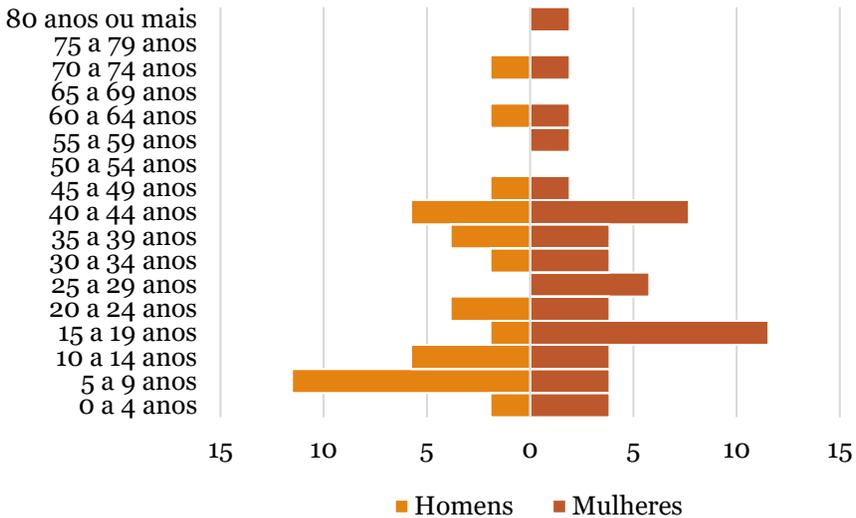
Da mesma forma que análises foram feitas para os migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico e uma lupa foi colocada sobre a maior população entre as nacionalidades existentes neste universo – migrantes bolivianas e bolivianos –, a presença da imigração venezuelana também foi alvo deste estudo, por se destacar como o segundo maior fluxo (ver Tabela 1, na página 6). Do total de 157 migrantes internacionais em Americana-SP registrados no CadÚnico, 52 deles ou 33% apresentaram a Venezuela como país de origem. A análise desta sessão do presente relatório se volta, portanto, de forma mais específica, para esta população.

Os dados do CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 demonstram que a população migrante proveniente da Venezuela registrada em Americana-SP é majoritariamente adulta, com importante participação de filhos de migrantes – concentrando-se, desta forma, nas faixas etárias entre 5 e 49 anos. Observa-se ainda uma participação mais relevante de idosos quando comparada com a estrutura etária de migrantes bolivianas e bolivianos (Gráfico 24).

A diferença entre homens e mulheres também é mais relevante nesta população quando comparada com a análise feita para bolivianas e bolivianos em Americana-SP registrados no CadÚnico. Trata-se, agora, de uma população com maioria feminina, uma vez que 58% dela é composta por mulheres – ou 30 venezuelanas – e 42% por homens – ou 22 venezuelanos – (Gráfico 25).

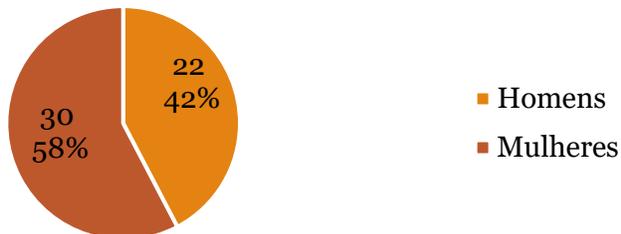
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 24. Distribuição relativa dos imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo grupo etário quinquenal e sexo



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Gráfico 25. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Observa-se que 60% da população migrante venezuelana em Americana-SP concentrou sua residência em três bairros deste município – Vila Belvedere, indicado por abrigar 12 migrantes; São Roque, 10; e Cidade Jardim, indicado por abrigar 9 desses migrantes. A tabela a seguir mostra a distribuição do restante dessa população registrada no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 (Tabela 15).

Tabela 15. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e local de residência

Nome da Localidade	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Vila Belvedere	5	7	12
São Roque	4	6	10
Cidade Jardim	5	4	9
Vila Cordenonsi	2	3	5
Parque Gramado	3	1	4
São Domingos	0	3	3
Vila Margarida	1	2	3
Conserva	0	2	2
Vila Bertine	1	1	2
Vila Mariana	1	1	2
Total	22	30	52

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Os dados do CadÚnico para a população venezuelana em Americana-SP entre dezembro de 2010 e março de 2020 permitem uma análise das unidades de atendimento público local que têm estes migrantes entre os requisitantes dos seus serviços. A tabela a seguir discrimina a distribuição dessa população entre essas unidades em Americana-SP e observa-se uma concentração de busca desse serviço no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Manoel, tal como ocorreu para os migrantes internacionais em geral e para os migrantes nascidos na Bolívia. O CRAS São Manoel respondeu pelo atendimento de metade dos migrantes provenientes da Venezuela – 26 deles, sendo 10 homens e 16 mulheres. Outras unidades de atendimento público local também responderam pela população de migrantes venezuelanas e venezuelanos – o CRAS Guanabara, que atendeu 13 deles, sendo 4 homens e 9

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

mulheres; o CRAS Mathiensen, 9, sendo 5 homens e 4 mulheres; e o CRAS São Jerônimo, que atendeu 4 migrantes, sendo 3 homens e 1 mulher (Tabela 16).

Tabela 16. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e unidade de atendimento público local

Nome da unidade territorial local	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
CRAS SAO MANOEL	10	16	26
CRAS GUANABARA	4	9	13
CRAS MATHIENSEN	5	4	9
CRAS SAO JERONIMO	3	1	4
Total	22	30	52

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Quando a análise se embasa no nome do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) responsável pelo registro do migrante proveniente da Venezuela em Americana-SP entre dezembro de 2010 e março de 2020, observa-se o destaque do CRAS São Manoel, que registrou 23 desses migrantes, sendo 9 homens e 14 mulheres; seguido pelo CRAS Guanabara, que registrou 16 deles, sendo 5 homens e 11 mulheres; e pelo CRAS Mathiensen, que registrou 9 deles, sendo 5 homens e 4 mulheres. 4 desses migrantes, sendo 3 homens e 1 mulher, constam como “sem informação” (Tabela 17).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

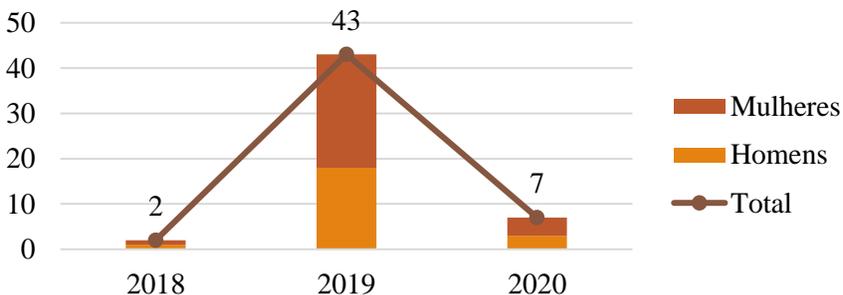
Tabela 17. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e nome do CRAS/CREAS responsável pelo registro

Nome do CRAS/CREAS	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
CRAS GUANABARA	5	11	16
CRAS MATHIENSEN	5	4	9
CRAS SAO MANOEL	9	14	23
Sem informação	3	1	4
Total	22	30	52

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Quando se analisa o ano de inclusão cadastral no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 desses migrantes nascidos na Venezuela e residentes em Americana-SP, observa-se a relevância de 2019, quando foram incluídos 83% do universo de desses migrantes – ou 43 do total de 52. Em 2018 foram registrados apenas 2 migrantes; e em 2020, segundo os dados até março deste ano, foram registrados 7 migrantes provenientes da Venezuela (Gráfico 26).

Gráfico 26. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e ano de inclusão cadastral

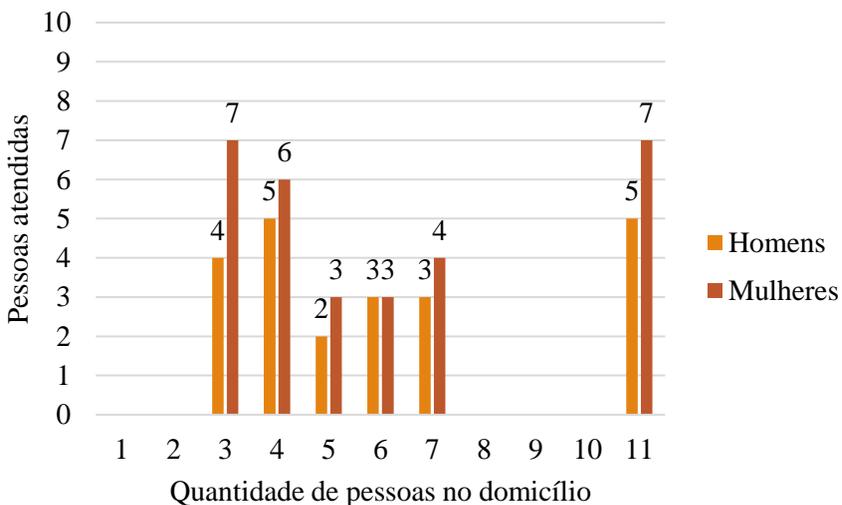


Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

O perfil dos domicílios de migrantes venezuelanas e venezuelanos em Americana-SP registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 revelou-se bastante variado: ninguém declarou viver sozinho ou com apenas mais uma pessoa no domicílio; 4 homens e 7 mulheres declararam ter três pessoas residindo no domicílio; 5 homens e 6 mulheres declararam ter quatro pessoas residindo no domicílio; 2 homens e 3 mulheres declararam ter cinco pessoas residindo no domicílio; 3 homens e 3 mulheres declararam ter seis pessoas residindo no domicílio; 3 homens e 4 mulheres declararam ter sete pessoas residindo no domicílio; ninguém declarou ter oito, nove ou dez pessoas residindo no domicílio; e 5 homens e 7 mulheres declararam ter onze pessoas residindo no domicílio (Gráfico 27).

Gráfico 27. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e quantidade de pessoas por domicílio



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

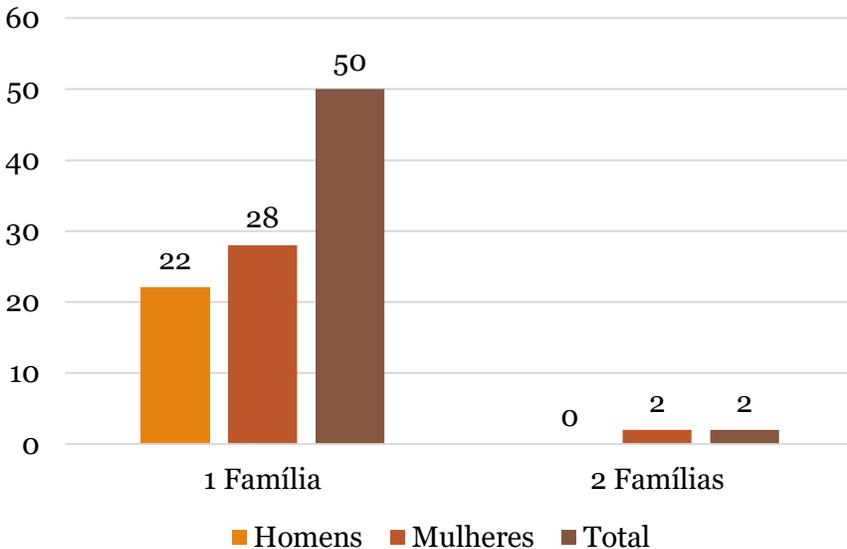
Quando a análise se volta para a quantidade de famílias no domicílio, a quase totalidade dos 52 migrantes internacionais

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

em Americana-SP provenientes da Venezuela e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 – 96% deles –, alegou ter apenas uma família residindo no domicílio: 50 migrantes, sendo 22 homens e 28 mulheres. Os demais 4% – 2 migrantes mulheres – alegaram ter duas famílias vivendo no domicílio (Gráfico 28).

Todos os migrantes internacionais em Americana-SP provenientes da Venezuela e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 indicaram renda familiar *per capita* na faixa de R\$0,00 a R\$89,00 (Tabela 18).

Gráfico 28. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e quantidade de famílias no domicílio



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

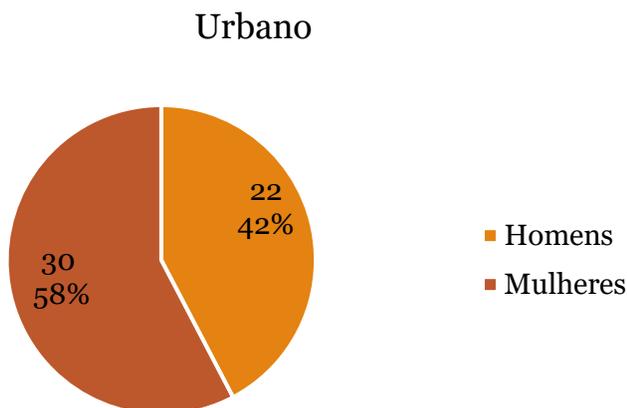
Tabela 18. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e faixa de renda familiar *per capita*

Faixa da renda familiar per capita	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
de R\$ 0.00 a R\$ 89.00	22	30	52
Total	22	30	52

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

A totalidade dos migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Venezuela e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 alegaram residir na área urbana, (Gráfico 29).

Gráfico 29. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e situação do domicílio

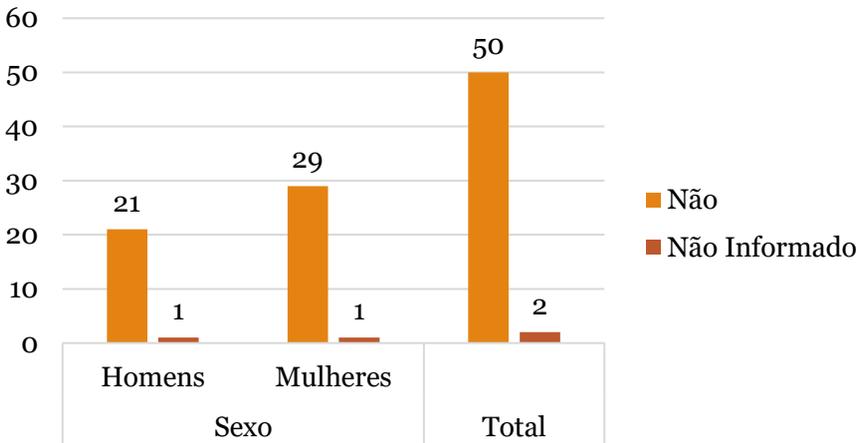


Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Entre os migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Venezuela e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020, 96% – ou 50 dos 52 migrantes – negaram a existência de pessoa com marcação de trabalho infantil, e 1 homem e 1 mulher não informaram acerca desse quesito (Gráfico 30).

Gráfico 30. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e existência de pessoa com marcação de trabalho infantil



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

No tocante à relação de parentesco com o responsável pelo domicílio, 58% dos 52 migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Venezuela e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 alegaram ser filho ou filha da pessoa responsável pelo domicílio ou alegaram ser a pessoa responsável pela família, respectivamente, 18 deles – 9 homens e 9 mulheres – e 12 deles – 2 homens e 10 mulheres. Os demais alegaram ser cônjuges – 7 deles, sendo 5 homens e 2 mulheres –; enteado ou enteada – 3 deles, sendo 1 homem e 2 mulheres –; irmão ou irmãs – 3 deles, sendo 1 homem e 2 mulheres –; pai ou mãe – 2 deles, sendo 1 homem e 1 mulher –;

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

e 3 homens e 4 mulheres alegaram ter outro tipo de parentesco com o responsável pelo domicílio (Tabela 19).

Tabela 19. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e relação de parentesco com o responsável pelo domicílio

Relação de parentesco com o responsável familiar	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Pessoa Responsável pela Família	2	10	12
Filho(a)	9	9	18
Cônjuge ou Companheiro	5	2	7
Enteado(a)	1	2	3
Irmão ou Irmã	1	2	3
Pai ou Mãe	1	1	2
Outro parente	3	4	7
Total	22	30	52

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

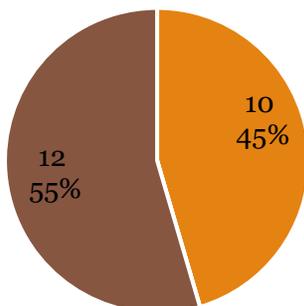
Quanto ao quesito raça/cor, 58% dos migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Venezuela e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 – 30 dos 52 migrantes – se declararam pardos, sendo 12 homens e 18 mulheres. Os demais se declararam brancos – 40% deles ou 21 migrantes, sendo 10 homens e 11 mulheres –, e negros – os 2% restantes ou apenas 1 migrante homem (Gráfico 31).

Nenhum migrante internacional em Americana-SP nascido na Venezuela e registrado no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 se declarou em situação de rua (Gráfico 32).

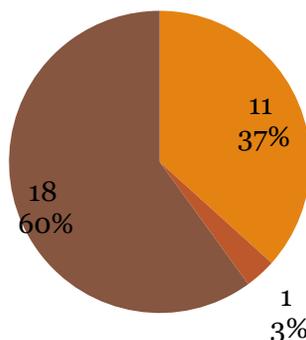
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 31. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e raça/cor

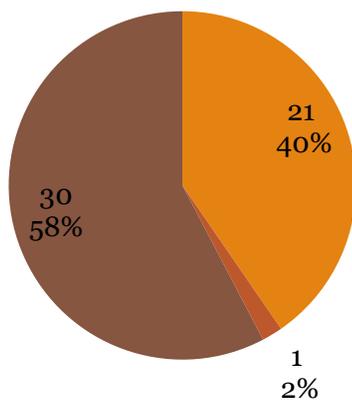
Homens



Mulheres



Total



- Branca
- Negra
- Parda

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 32. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e situação de rua

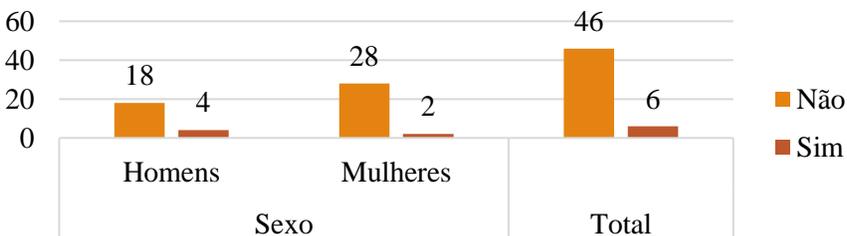
Não há situação de rua



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Apenas seis do universo de 52 migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Venezuela e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 declararam a existência de alguma deficiência, sendo 4 homens e 2 mulheres. Os demais 46 migrantes – 18 homens e 28 mulheres – declararam não ter qualquer deficiência (Gráfico 33).

Gráfico 33. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e existência de deficiência



Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

A maior parte dos migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Venezuela e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 – 36 dos 52, ou 69% deles – não declarou vínculo com qualquer escola, tendo sido registrados como “sem informação”. Os demais 16 – sendo 9 homens e 7 mulheres – citaram vínculo com variadas escolas deste município: Professora Delmira de Oliveira Lopes, Professora Maria Jose de Mattos Gobbo, Casa da Criança Baeti, Professor Jonas Correa de Arruda Filho, Grauna Casa da Criança, Juriti Casa da Criança, Manaca Casa da Criança, Professor Marcelino Tombi, Professora Maria do Carmo Augusti, Professora Niomar Aparecida Mattos Gobbo Amaral Gurgel, Emei Paturi, Emei Potira, Professora Risoleta Lopes Aranha, e Professor Silvino Jose de Oliveira. A distribuição desses migrantes entre as escolas citadas pode ser analisada na tabela a seguir (Tabela 20).

Tabela 20. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e nome da escola

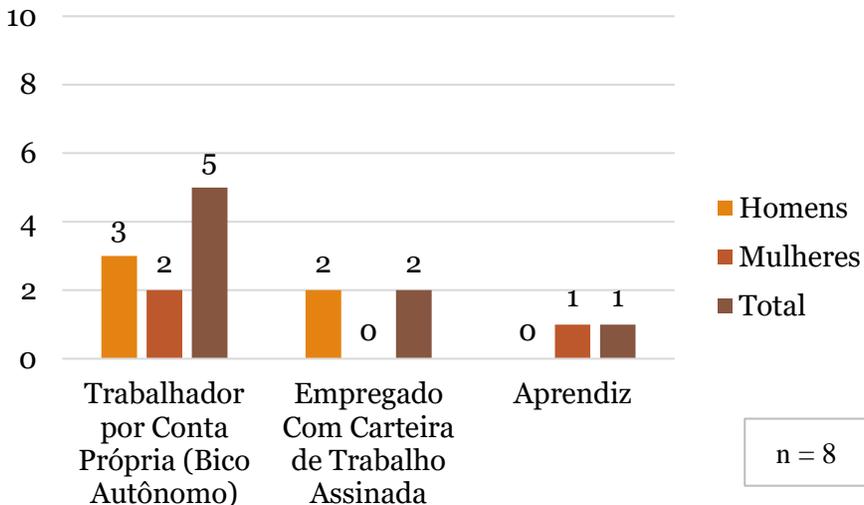
Nome da escola da pessoa	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Delmira de Oliveira Lopes Profa.	1	1	2
Maria Jose de Mattos Gobbo Profa.	1	1	2
Casa da Criança Baeti	1	0	1
Emef Professor Jonas Correa de Arruda Filho	1	0	1
Grauna Casa da Criança	0	1	1
Juriti Casa da Criança	0	1	1
Manaca Casa da Criança	0	1	1
Marcelino Tombi Prof.	0	1	1
Maria do Carmo Augusti Profa.	1	0	1
Niomar Aparecida Mattos Gobbo Amaral Gurgel Profa.	1	0	1
Paturi Emei	1	0	1
Potira Emei	1	0	1
Risoleta Lopes Aranha Professora	0	1	1
Silvino José de Oliveira Prof.	1	0	1
Total de casos válidos	9	7	16
Sem Informação	13	23	36
Total	22	30	52

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Quanto à função principal desempenhada pelos migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Venezuela e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020, em um universo de 8 respondentes, 5 deles – sendo 3 homens e 2 mulheres – alegaram trabalhar por conta própria, 2 deles – sendo ambos homens – alegaram estar empregados com carteira de trabalho assinada, e 1 mulher alegou ser aprendiz (Gráfico 34).

Gráfico 34. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e função principal



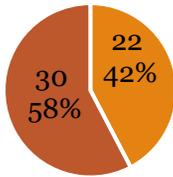
Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

Os migrantes internacionais em Americana-SP nascidos na Venezuela e registrados no CadÚnico entre dezembro de 2010 e março de 2020 alegaram não exercer atividade extrativista, não possuir Benefício assistencial à Pessoa com Deficiência (BPC) ou ser Pessoa com Deficiência (PCD) e não possuir BPC Idoso (Gráfico 35).

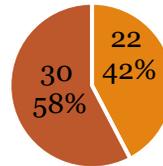
POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 35. Imigrantes internacionais nascidos na Venezuela e registrados no Cadastro Único do município de Americana entre dezembro de 2010 e março de 2020, segundo sexo e existência ou não de atividade extrativista, BPC PCD e BPC Idoso

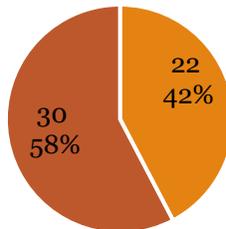
Não exercem
atividade extrativista



Não possuem BPC
PCD



Não possuem BPC Idoso



- Homens
- Mulheres

Fonte: Prefeitura Municipal de Americana – Cadastro Único (CadÚnico), dez./2010-mar.2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/MPT.

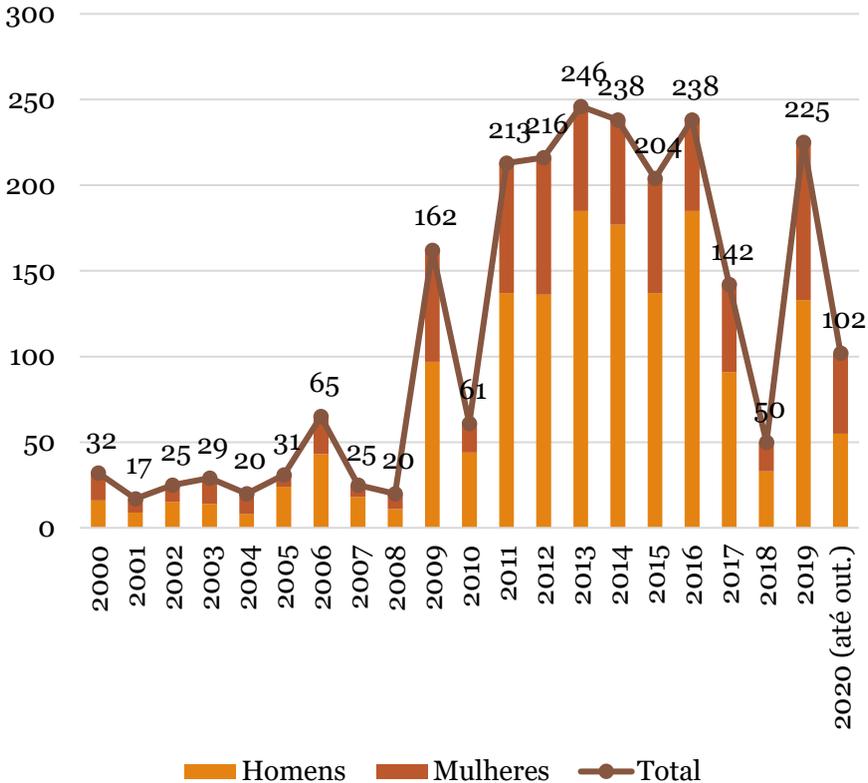
Imigrantes internacionais em Americana-SP segundo o SISMIGRA - 2000 a outubro de 2020

A presente sessão deste estudo contribuirá com o mapeamento da presença de migrantes internacionais em Americana-SP a partir de dados do SISMIGRA. Conforme mencionado na apresentação deste relatório, as análises contarão ainda com dados do RAIS/CAGED, com dados do Censo Escolar para migração internacional, além de outras informações sobre migração interna, sempre com o fim de subsidiar ações para promoção de políticas públicas. As análises concernentes aos dados do SISMIGRA, apresentadas a seguir, compreendem o período entre 2000 e outubro de 2020.

Observa-se considerável aumento do número de migrantes internacionais registrados em Americana-SP, segundo o SISMIGRA, a partir de 2009. Antes do mencionado ano, foram registrados: 32 em 2000, 17 em 2001, 25 em 2002, 29 em 2003, 20 em 2004, 31 em 2005, 65 em 2006, 25 em 2007, 20 em 2008. Ocorreu, em 2009, um salto, quando foram registrados 162 migrantes internacionais neste município. No ano seguinte, em 2010, houve uma queda e foram registrados 61. Finalmente, nos anos seguintes, à exceção de 2018 quando foram registrados 50 migrantes internacionais, os registros foram relevantemente maiores: 213 em 2011, 216 em 2012, 246 em 2013, 238 em 2014, 204 em 2015, 142 em 2017, 225 em 2019 e 102 até outubro de 2020. Além disso, a presença de migrantes do sexo masculino supera largamente o número de migrantes do sexo feminino (Gráfico 36).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 36. Imigrantes internacionais registrados em Americana, entre 2000 e outubro de 2020, segundo ano de registro e sexo (Homens = 1.568; Mulheres=793; Total=2.361)



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Destaca-se ainda o registro de migrantes internacionais bolivianas e bolivianos, sujeitos que representam 35% do total, ou 833 dos 2.361 migrantes internacionais. Os anos de 2009 a 2014 compreendem a maior parte desses registros. O segundo maior grupo cabe aos migrantes nascidos no Haiti, que representam 20% do total, ou 476 dos 2.361 migrantes. Haitianas e haitianos têm, porém, nos anos seguintes, de 2014 a 2020, as maiores relevâncias em registros. Migrantes internacionais estadunidenses compoem o terceiro maior grupo, representando

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

5% do total, ou 110 dos 2.361 migrantes internacionais, cujos registros se concentraram em 2013, 2014 e 2015. Essas três nacionalidades mencionadas – boliviana, haitiana e estadunidense – representam 60% do total de migrantes internacionais em Americana-SP.

Muitas outras nacionalidades também compõem o quadro de migrantes internacionais em Americana-SP, que registraram os seguintes países de nascimento: Coreia do Sul, Alemanha, Venezuela, Japão, China, Itália, Colômbia, México, Peru, Portugal, Chile, Espanha, Paraguai, Argentina, Taiwan, Índia, França, Tailândia, Finlândia, Canadá, Dinamarca, Croácia, Reino Unido, Polônia, Uruguai, Angola, Áustria, Holanda, Bélgica, Cuba, Palestina, Rússia, Suécia, Austrália, Egito, Hungria, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Romênia, Suíça, Brasil, Groelândia, Irã, Israel, Cazaquistão, Líbano, Nicarágua, Síria, Tunísia, Ucrânia, Azerbaijão, Bósnia Herzegovina, Costa Rica, Comunidade Dominicana, Equador, Guiné, Guiné Bissau, Hong-Kong, Indonésia, Jordânia, Lituânia, Malásia, Mongólia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Filipinas, Senegal, Cingapura, Suriname e Turquia (Tabela 21).

Tabela 21. Imigrantes internacionais registrados em Americana, entre 2000 e outubro de 2020, segundo ano de registro e país de nascimento

País de nascimento	Ano de registro																				Total	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		2020
Bolívia	0	0	0	11	2	9	39	8	1	114	30	140	127	114	79	35	19	46	13	42	4	833
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	45	70	125	62	24	75	71	476
Estados Unidos	4	0	0	1	3	6	5	4	5	1	1	0	5	37	18	10	3	0	1	6	0	110
Coreia do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	23	4	11	0	2	1	0	3	0	74
Alemanha	3	2	2	0	4	2	3	3	2	3	2	3	4	13	9	7	5	2	0	2	1	72
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	54	12	69
Japão	1	0	2	2	1	1	0	1	0	2	8	11	4	7	6	9	0	1	1	2	3	62
China	1	0	2	3	0	2	0	0	0	10	0	2	9	5	2	6	0	1	0	11	1	55
Itália	1	2	1	1	1	2	1	0	2	4	2	2	0	1	6	4	8	2	8	5	0	53
Colômbia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	7	0	8	9	7	0	12	5	51
México	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	2	2	3	1	37	0	0	0	0	50
Peru	1	0	0	1	0	0	0	0	1	9	1	0	8	3	7	7	0	2	0	0	1	41
Portugal	0	1	0	0	2	0	2	0	0	2	0	2	6	7	9	5	4	0	0	0	0	40
Chile	5	0	1	2	0	1	1	1	0	0	1	0	0	3	4	4	6	2	1	1	1	34
Espanha	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	3	0	6	8	8	3	2	1	0	0	1	34
Paraguai	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	2	12	6	3	0	3	0	1	0	0	0	31
Argentina	0	2	1	1	0	0	0	1	0	2	3	1	0	1	2	2	1	3	1	5	0	26
Taiwan	11	2	0	0	1	0	4	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	22
Índia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	5	0	2	5	0	0	0	18
França	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	1	5	2	1	1	0	0	0	1	15
Tailândia	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1	2	1	2	1	2	0	0	0	0	0	15
Finlândia	0	0	3	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	5	1	0	1	0	0	0	14
Canadá	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0	0	1	0	1	4	0	0	0	0	2	0	12
Dinamarca	0	2	4	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	12
Croácia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	3	2	0	0	0	0	10
Reino Unido	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	2	1	2	1	0	0	0	0	0	0	10
Polônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	4	0	1	0	0	0	9
Uruguai	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	1	0	1	0	0	2	0	0	2	0	0	9
Angola	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	6
Áustria	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	6
Holanda	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	6
Bélgica	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	4
Palestina	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Rússia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	4
Suécia	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Austrália	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Egito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	3
Hungria	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Nova Zelândia	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Noruega	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Paquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3
România	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Suíça	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Brasil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Groelândia	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2

País de nascimento	Ano de registro																				Total	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		2020
Irã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Israel	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Cazaquistão	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Líbano	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Nicarágua	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Síria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
Tunísia	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Ucrânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Azerbaijão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Bósnia Herzegovina	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Costa Rica	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Comunidade Dominicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Equador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Guiné	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Guiné Bissau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Hong-Kong	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Indonésia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Jordânia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Lituânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Malásia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Mongólia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Moçambique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Filipinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Senegal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Cingapura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Suriname	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Turquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Total	32	17	25	29	20	31	65	25	20	162	61	213	216	246	238	204	238	142	50	225	102	2.361

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Uma análise da origem – por continentes – dos migrantes internacionais registrados em Americana-SP neste período sob estudo revela a importância da América Latina e do Caribe: 69% dos migrantes – ou 1.632 dos 2.361 – registraram esta macrorregião como continente do país de nascimento e o ano de 2009 revela-se marco para esses registros, que eram menos significativos até então. O segundo continente mais relevante nesta análise é a Europa, que foi apontada como o continente do país de nascimento de 13% do total de migrantes – ou 313 dos 2.361. O terceiro cabe à Ásia, apontada por 12% do total – ou 271 dos 2.361. Esses continentes foram seguidos pela América do Norte – apontada por 5% do total, ou 122 dos 2.361 –, África – apontada por 0,7% do total, ou 17 dos 2.361 –, e Oceania – apontada por 0,3% do total, ou 6 dos 2.361 migrantes (Tabela 22).

Tabela 22. Imigrantes internacionais registrados em Americana, entre 2000 e outubro de 2020, segundo ano de registro e continente do país de nascimento

Ano de registro	Continente						Total
	África	América do Norte	América Latina e Caribe	Ásia	Europa	Oceania	
2000	1	4	7	13	6	1	32
2001	-	-	2	2	13	-	17
2002	2	-	2	6	14	1	25
2003	-	1	16	5	6	1	29
2004	-	3	2	3	12	-	20
2005	-	8	11	4	8	-	31
2006	-	5	42	7	10	1	65
2007	1	5	13	2	4	-	25
2008	-	6	7	1	6	-	20
2009	-	1	127	21	13	-	162
2010	-	1	38	10	12	-	61
2011	-	1	157	45	9	1	213
2012	1	5	146	39	24	1	216
2013	1	38	137	27	43	-	246
2014	2	22	140	28	46	-	238
2015	5	10	134	19	36	-	204
2016	2	3	202	8	23	-	238
2017	1	-	124	9	8	-	142
2018	1	1	39	1	8	-	50
2019	-	8	192	17	8	-	225
2020	-	-	94	4	4	-	102
Total	17	122	1.632	271	313	6	2.361

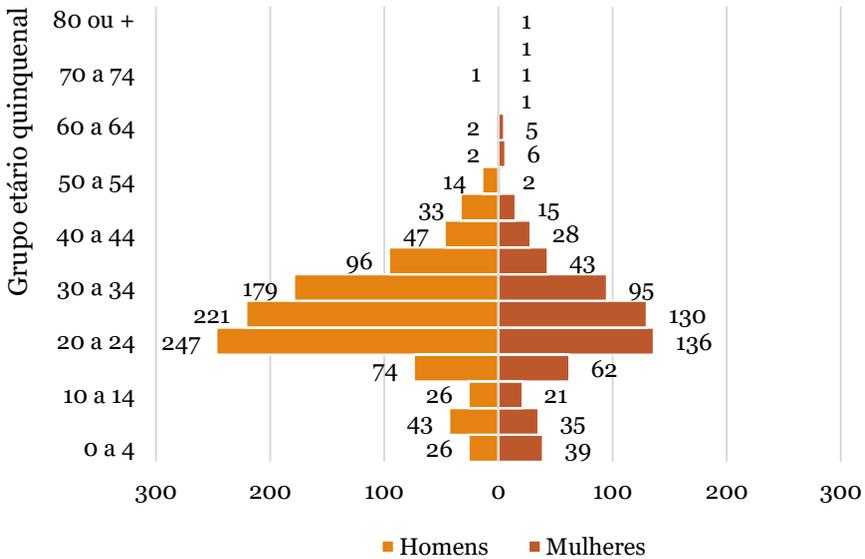
Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Ainda divididos por continente do país de nascimento, a maior relevância de homens em relação às mulheres é facilmente perceptível nas pirâmides etárias a seguir, exceto para o caso de migrantes cuja origem apontada foi a Oceania, o menor dos grupos, cujo número de mulheres revela-se superior ao de homens. Para todas as origens consideradas, a população migrante registrada em Americana-SP entre 2000 e outubro de 2020 era majoritariamente jovem e adulta, apesar da ocorrência de crianças e idosos migrantes (Gráfico 37).

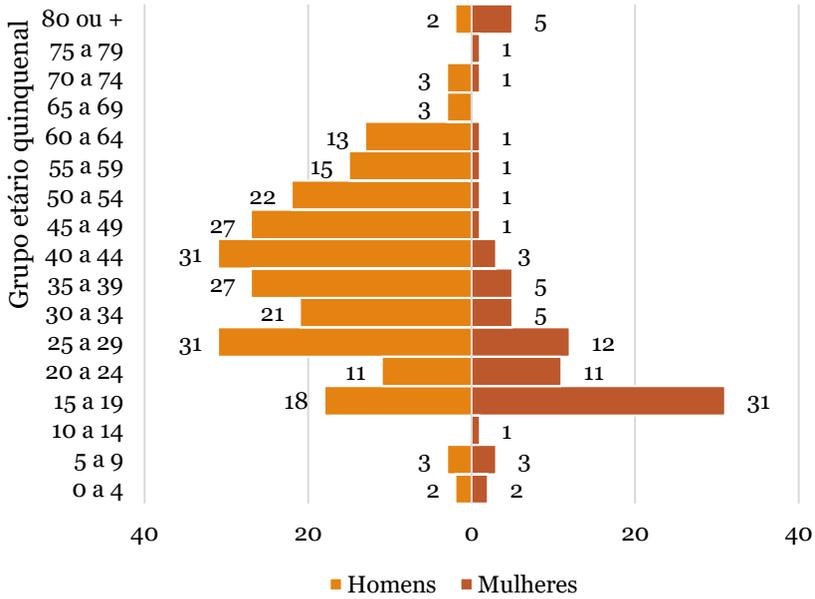
Gráfico 37. Imigrantes internacionais registrados em Americana, entre 2000 e outubro de 2020, segundo continentes, sexo e grupos etários em números absolutos

América Latina e Caribe

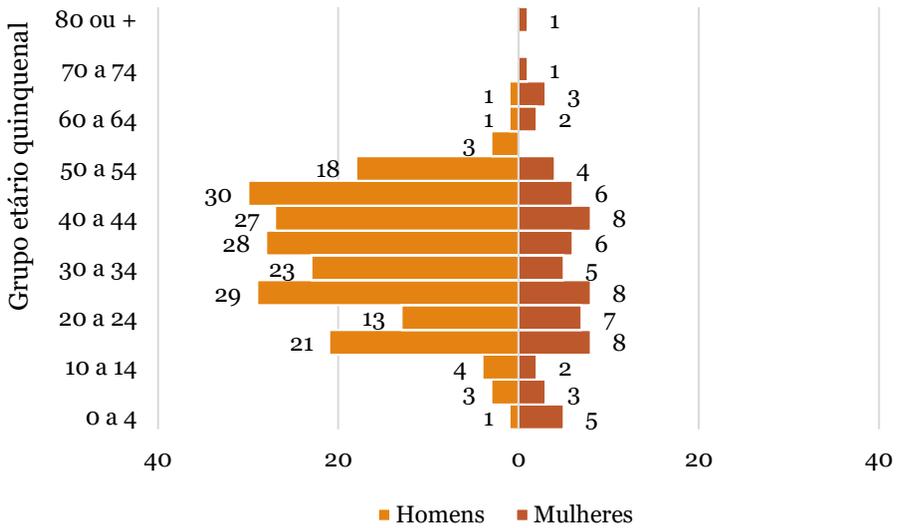


POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Europa

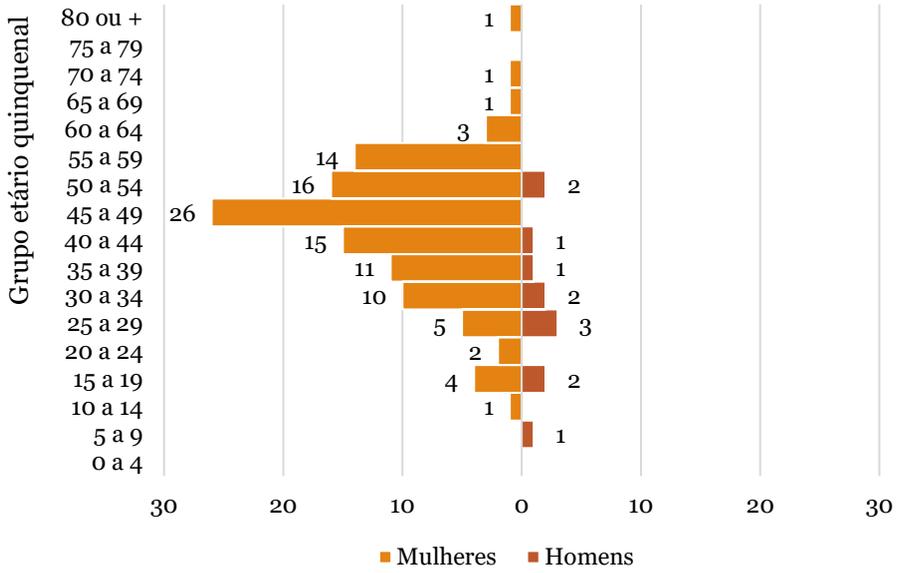


Ásia

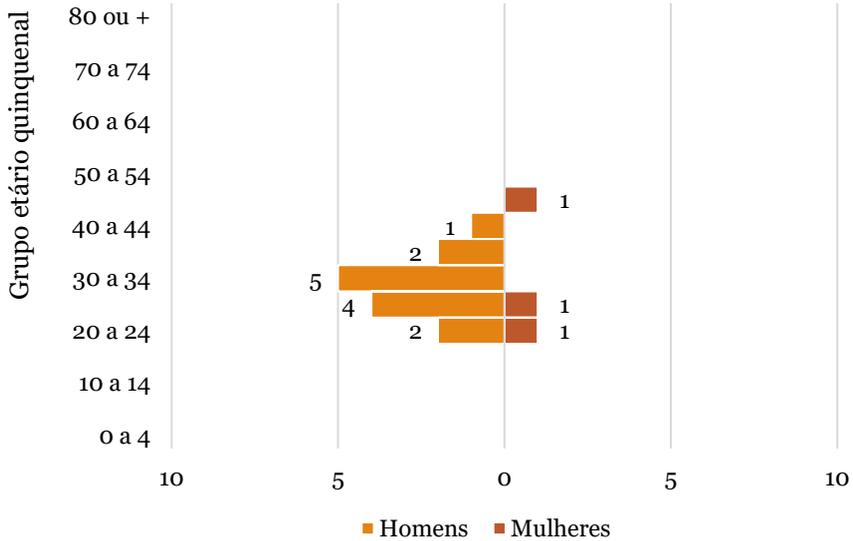


**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

América do Norte

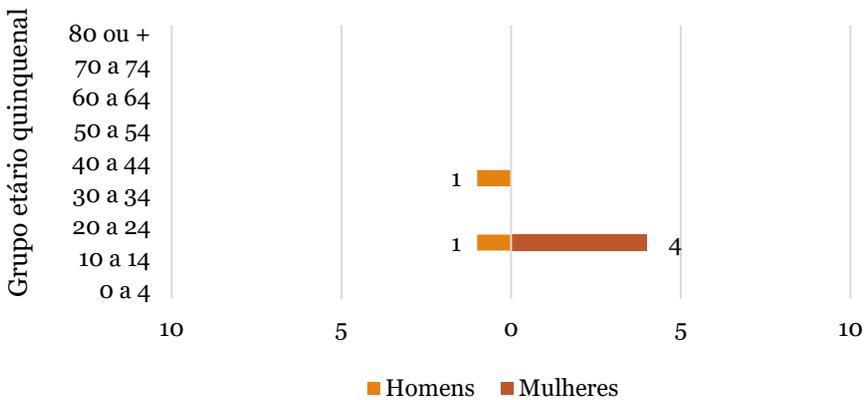


África



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Oceania



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Acompanhando o já mencionado destaque de bolivianas e de bolivianos entre os migrantes internacionais registrados em Americana-SP, o SISMIGRA revela também a importância da função de decorador entre as ocupações laborais apontadas pelos sujeitos da pesquisa, o que é esperado, uma vez que esta é a denominação na qual são enquadradas costureiras e costureiros, nicho que absorve a maior parte de migrantes provenientes da Bolívia. Esta foi a ocupação registrada por 23% do total de migrantes – ou 549 dos 2.361, sendo 343 homens e 206 mulheres. Além destes, há outros 30 migrantes, sendo 13 homens e 17 mulheres, que se declararam ocupados no grande grupo que engloba decorador, costureiro, alfaiate, modista, peleteiro, tapeceiro, ou assemelhado.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A presença de estudantes também se destacou: 14% dos migrantes internacionais em Americana-SP se declararam estudantes – ou 323 dos 2.361, sendo 170 homens e 153 mulheres. Uma questão marcante que prejudica esta análise é a importante porcentagem de migrantes internacionais em Americana-SP que declararam outras ocupações – apontada por 11% do total, ou 251 dos 2.361, sendo 166 homens e 85 mulheres –; outra ocupação não classificada – apontada por 10% do total, ou 237 dos 2.361, sendo 197 homens e 40 mulheres –; e sem informação – apontada por 6% do total, ou 142 dos 2.361, sendo 91 homens e 51 mulheres. Juntos, esses migrantes com informações deficitárias acerca da sua ocupação laboral representam a relevante fatia de 27% do total. Outras ocupações também foram registradas: Engenheiro; Pedreiro; Diretor, gerente ou proprietário; Prendas domésticas (lides do lar); Profissional liberal; Menor (criança, não estudante); Vendedor ou empregado de casa comercial; Pedreiro, servente, ladrilheiro, gesseiro, vidraceiro, ou assemelhado, a outro trabalhador da construção civil, não classificado sob outra denominação; Vendedor ou empregado de casa comercial, comerciário, vendedor ambulante, vendedor à domicílio, jornalista, ou assemelhado; Professor; Mecânico; Aposentado; Economista; Arquiteto, engenheiro, agrimensor, ou assemelhado; Cozinheiro; Padeiro; Programador; e Dependente de titular de visto (Tabela 23).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 23. Imigrantes internacionais registrados em Americana, entre 2000 e outubro de 2020, segundo principais ocupações e sexo

Ocupação	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Decorador	343	206	549
Estudante	170	153	323
Outra ocupação não classificada	197	40	237
Engenheiro	112	6	118
Pedreiro	87	1	88
Diretor, gerente ou proprietário	76	4	80
Prendas domésticas (lides do lar)	2	65	67
Profissional liberal	65	1	66
Menor (criança, não estudante)	24	30	54
Vendedor ou empregado de casa comercial	21	21	42
Pedreiro, servente, ladrilheiro, gesseiro, vidraceiro, ou assemelhado, a outro trabalhador da construção civil, não classificado sob outra denominação	33	6	39
Vendedor ou empregado de casa comercial, comerciário, vendedor ambulante, vendedor à domicílio, jornaleiro, ou assemelhado	17	22	39
Decorador, costureiro, alfaiate, modista, peleteiro, tapeceiro, ou assemelhado	13	17	30
Professor	16	13	29
Mecânico	18	-	18
Aposentado	13	4	17
Economista	14	3	17
Arquiteto, engenheiro, agrimensor, ou assemelhado	12	1	13
Cozinheiro	9	4	13
Padeiro	11	2	13
Programador	12	-	12
Dependente de titular de visto	4	7	11
Outras ocupações	166	85	251
Sem ocupação	42	51	93
Sem Informação	91	51	142
Total	1.568	793	2.361

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Os dados do SISMIGRA permitem ainda a análise do amparo legal que rege a permanência dos migrantes internacionais em Americana-SP. A maior parte deles, 756 dos 2.361 ou 32% do total, declarou se incluir no Decreto 6.975/09, que promulgou o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - Mercosul, Bolívia e Chile. Outros 14%, ou 328 dos 2.361 migrantes, declararam enquadrar-se no Artigo 13, Item V, da Lei 6.815/80, que dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro. 9%, ou 212 dos 2.361 migrantes, declararam enquadrar-se no Artigo 16 e 18 da Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e Resolução Normativa 97/12, que dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto a nacionais do Haiti. Ao Artigo 75, II, da Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e ao parecer 218/85 - CJ/MJ, que define as condições nas quais o migrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro) apresentaram-se vinculados 6% ou 132 dos 2.361 migrantes. 5%, ou 111 dos 2.361 migrantes, declararam-se amparados pelo Artigo 7 da Lei 11.961/09, que define que, no prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao término da validade da CIE, o estrangeiro poderá requerer sua transformação em permanente, na forma do regulamento. 4%, ou 92 dos 2.361 migrantes, enquadraram-se na Resolução Normativa 27 de 25/11/98 do CNIg/TEM, que disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração. Aguardando a concessão de visto temporário ou permanente e a permanência definitiva a título de reunião familiar, amparados pelo Artigo 75, II, da Lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14, encontraram-se 89 dos 2.361 migrantes ou 4% do total. 3%, ou 71 dos 2.361 migrantes, enquadraram-se na Portaria interministerial nº 12/19, que dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Outros 3%, ou 70 dos 2.361 migrantes, disseram-se amparados pelo Artigo 13, Item I, da Lei 6.815/80, que dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos. 16% dos migrantes internacionais em Americana-SP declararam-se amparados pela Portaria interministerial n 9/18 – apontada por 66 dos 2.361 –, que regulamenta a autorização de residência ao migrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiro, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados; pela Resolução Normativa 36/99 CNI/TEM – apontada por 63 dos 2.361 –, que concede visto temporário ou permanente a título de reunião familiar; pela Resolução Normativa 62/04 – apontada por 45 dos 2.361 –, que disciplina a concessão de autorização de trabalho e de visto permanente a estrangeiro, administrador, gerente, diretor ou executivo, com poderes de gestão, de sociedade civil ou comercial, grupo ou conglomerado econômico; pelo Artigo 14, I, letra c da Lei 13.445/17 – apontado por 39 dos 2.361 –, que disciplina a concessão de visto temporário ao migrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado com finalidade de acolhida humanitária; pelo Artigo 37, Lei 13.445/17 – apontado por 38 dos 2.361 –, que disciplina a concessão de visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar ao imigrante sendo ele cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma, filho de imigrante beneficiário de autorização de residência ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência, ou ainda ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de migrante beneficiário de autorização de residência, ou finalmente que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda; pelo fato de ser Dependente de Titular de Resolução Normativa, o que prevê concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar e foi declarado por 31 dos 2.361 migrantes; pela Lei 11.961 de 02/07/09, declarada por 26 migrantes e dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências; pelo Artigo 30, I, letra c, da Lei 13.445/17 – apontado por 22 dos 2.361 –, que disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, residente fronteiro ou visitante que venha ao Brasil com finalidade de acolhida humanitária; pela Lei 9.675 de 29/06/98 – apontada por 21 dos

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

2.361 –, que amplia, para o migrante em situação irregular no território nacional, o prazo para requerer registro provisório; pela Resolução Normativa 03 e 04/17 – CNIg – apontada por 19 dos 2.361 –, que disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para prestar serviço de assistência técnica e/ou transferência de tecnologia; e pelo Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15 – apontados também por 19 dos 2.361 –, que disciplinam a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional migrante que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação. Finalmente, 4% ou 94 dos 2.361 declararam outros amparos legais (Tabela 24).

Tabela 24. Imigrantes internacionais registrados em Americana, entre 2000 e outubro de 2020, segundo amparo legal e sexo

Amparo Legal	Descrição	Sexo		Total
		Homens	Mulheres	
Decreto 6.975/09 - Acordo Residência Mercosul e Associados	Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile.	458	298	756
Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro;	311	17	328
Artigo 16 e 18 lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e Resolução Normativa 97/12	Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.	138	74	212
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	83	49	132
Artigo 7 - Lei 11.961/09	No prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao término da validade da CIE, o estrangeiro poderá requerer sua transformação em permanente, na forma do regulamento.	70	41	111
Resolução Normativa 27 de 25/11/98 do CNIg /MTE	Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração.	81	11	92
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	53	36	89
Portaria interministerial nº 12/19	Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.	37	34	71
Artigo 13 - Item I - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos	34	36	70
Portaria interministerial n 9/18	Regulamenta a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados	29	37	66
Resolução Normativa 36/99 CNI/MTE	Concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	32	31	63
Resolução Normativa 62/04	Disciplina a concessão de autorização de trabalho e de visto permanente a estrangeiro, Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo, com poderes de gestão, de Sociedade Civil ou Comercial, Grupo ou Conglomerado econômico	42	3	45

Artigo 14, I, letra c da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado com finalidade de acolhida humanitária.	28	11	39
Artigo 37, Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar ao imigrante: I) cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II) filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III) ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV) que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.	20	18	38
Dependente de Titular de Resolução Normativa	Disciplina a concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	9	22	31
Lei 11.961 de 02/07/09	Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.	13	13	26
Artigo 30, I, letra c, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que venha ao Brasil com finalidade de acolhida humanitária	17	5	22
Lei 9.675 de 29/06/98	Amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório.	11	10	21
Resolução Normativa 03 e 04/17 - CNIG	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para prestar serviço de assistência técnica e/ou transferência de tecnologia	19	-	19
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	8	11	19
Resolução Normativa 84/09 CNIG/MTE	Disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física.	13	4	17
Outros amparos legais		62	32	94
Total		1.568	793	2.361

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Imigrantes internacionais em Americana-SP no mercado de trabalho formal

Quando o status migratório de migrantes internacionais com vínculo de trabalho formal em Americana-SP é analisado, observa-se uma importante lacuna nos dados entre 2010 e 2019: 57% deles, ou 154 de 269 migrantes, foram registrados como sem informação, o que prejudica imensamente qualquer leitura. Os demais 43% se dividem entre: portador de visto permanente, apontado por 66 dos 269 migrantes ou 25% do total; refugiado ou solicitante de refúgio, status apontado por 44 dos 269 ou 16% do total; e portador de visto temporário, apontado por 5 dos 269 ou 2% do total (Tabela 24).

Observa-se ainda que os registros de migrantes com status de visto permanente se iniciam em 2012 e são gradativamente maiores, interrompendo o aumento em 2017, quando ocorre ligeira queda, sendo logo retomado em 2018. Os primeiros registros de status de refugiado ou solicitante de refúgio ocorrem em 2017, cresceram consideravelmente em 2018, e apresentaram queda em 2019. Finalmente, os migrantes com status de visto temporário são registrados apenas em 2018 e 2019 (Tabela 25).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 25. Imigrantes internacionais com vínculos de trabalho formal em Americana, entre 2010-2019, segundo ano de registro, sexo e status migratório

Ano de registro	Sexo	Status Migratório			Total
		Permanente	Refugiado/ Solicitante de refúgio	Sem informação	
2010	Homens			46	46
	Mulheres			20	20
	Total			66	66
2011	Homens			76	76
	Mulheres			41	41
	Total			117	117
2012	Homens	1		78	79
	Mulheres	1		38	39
	Total	2		116	118
2013	Homens	11		111	122
	Mulheres	2		60	62
	Total	13		171	184
2014	Homens	18		131	149
	Mulheres	3		57	60
	Total	21		188	209
2015	Homens	49		175	224
	Mulheres	8		67	75
	Total	57		242	299
2016	Homens	43		129	172
	Mulheres	3		36	39
	Total	46		165	211
2017	Homens	32	3	117	152
	Mulheres	5	1	43	49
	Total	37	4	160	201
2018	Homens	46	27	130	205
	Mulheres	10	6	58	74
	Total	56	33	188	279
2019	Homens	55	32	99	188
	Mulheres	11	12	55	81
	Total	66	44	154	269

Fonte: Base harmonizada estoque – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2010-2019.Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

De 2010 a 2014, a Bolívia se destacou amplamente entre os países apontados como nacionalidade por migrantes internacionais com vínculo de trabalho formal em Americana-SP: ela respondeu pela origem de 37 dos 66 migrantes registrados em 2010, ou 56% do total; 95 dos 117 migrantes registrados em 2011, ou 81% do total; 87 dos 118 migrantes registrados em 2012, ou 74% do total; 108 dos 184 migrantes registrados em 2013, ou 59% do total; e 124 dos 209 migrantes registrados em 2014, ou 59% do total (Tabela 26).

De 2010 a 2013, o Chile se apresentou em segundo lugar entre os países de origem desses migrantes, apesar da grande distância em termos de número de migrantes quando comparado à Bolívia: ele respondeu pela origem de 13 dos 66 migrantes registrados em 2010, ou 20% do total; 16 dos 117 migrantes registrados em 2011, ou 14% do total; 20 dos 118 migrantes registrados em 2012, ou 17% do total; 24 dos 184 migrantes registrados em 2013, ou 13% do total (Tabela 26).

De 2010 a 2012, apenas estes dois países foram citados como país de nacionalidade por migrantes internacionais com vínculo de trabalho formal em Americana-SP. Os demais migrantes registrados nesses três anos – 2010 a 2012 – não especificaram o país de origem (Tabela 26).

Em 2013, Haiti – 11% do total –, Argentina – 5% do total – e Portugal – 5% do total – sucederam a Bolívia e o Chile como países de nacionalidade desses migrantes (Tabela 26).

Em 2014, o Haiti ganha importância e alcança o status de segunda maior nacionalidade – 21% do total –, ultrapassando o Chile – 12% do total – e ficando atrás apenas da Bolívia – 59% do total. Argentina e Portugal, citados em 2013, não apresentaram registro em 2014 (Tabela 26).

A partir de 2015, o Haiti se apresentou como a primeira nacionalidade de migrantes internacionais com vínculo de trabalho formal em Americana-SP: ele respondeu pela origem de 146 dos 299 migrantes registrados em 2015, ou 49% do total; 118 dos 211 migrantes registrados em 2016, ou 56% do total; 115 dos 201 migrantes registrados em 2017, ou 57% do total; 194 dos 279 migrantes registrados em 2018, ou 69% do total; e 213 dos 269 migrantes registrados em 2019, ou 79% do total (Tabela 26).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A Bolívia o segue em todos esses anos em segundo lugar: ela respondeu pela origem de 117 dos 299 migrantes registrados em 2015, ou 39% do total; 64 dos 211 migrantes registrados em 2016, ou 30% do total; 48 dos 201 migrantes registrados em 2017, ou 24% do total; 43 dos 279 migrantes registrados em 2018, ou 15% do total; e 39 dos 269 migrantes registrados em 2019, ou 14% do total (Tabela 26).

O Chile se mantém como terceira nacionalidade em 2015 – 8% do total – e em 2016 – também representando 8% do total –, sendo ultrapassado por Portugal em 2017 – passando a representar 5% do total, enquanto este último país respondia pela origem de 6% do total desses migrantes neste ano. Ele retoma a posição de terceira nacionalidade em 2018 – apesar de responder pela origem de apenas 4% do total de migrantes – e a mantém em 2019 – 4% do total (Tabela 26).

O Paraguai também aparece entre os países de nacionalidade desses migrantes, mas isso só ocorre em 2018 e ele responde pela nacionalidade de apenas 3% do total de migrantes (Tabela 26).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 26. Imigrantes internacionais com vínculos de trabalho formal em Americana, entre 2010-2019, segundo ano de registro, país de nacionalidade e status migratório

Ano de registro	País de Nacionalidade	Status Migratório			Total
		Permanente	Refugiado/ Solicitante de refúgio	Sem informação	
2010	Bolívia			37	37
	Chile			13	13
	Não Especificado			16	16
	Total			66	66
2011	Bolívia			95	95
	Chile			16	16
	Não Especificado			6	6
	Total			117	117
2012	Bolívia	2		85	87
	Chile	0		20	20
	Não Especificado	0		11	11
	Total	2		116	118
2013	Bolívia	2		106	108
	Chile	0		24	24
	Haiti	11		9	20
	Argentina	0		10	10
	Portugal	0		10	10
	Não Especificado	0		12	12
	Total	13		171	184
2014	Bolívia	6		118	124
	Haiti	15		29	44
	Chile	0		25	25
	Não Especificado	0		16	16
	Total	21		188	209
2015	Haiti	53		93	146
	Bolívia	4		113	117
	Chile	0		24	24
	Não Especificado	0		12	12
	Total	57		242	299
2016	Haiti	44		74	118
	Bolívia	2		62	64
	Chile	0		17	17
	Não Especificado	0		12	12
	Total	46		165	211
2017	Haiti	34	4	77	115
	Bolívia	2	0	46	48
	Portugal	1	0	11	12
	Chile	0	0	11	11
	Não Especificado	0	0	15	15
	Total	37	4	160	201

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Ano de registro	País de Nacionalidade	Status Migratório			Total	
		Permanente	Refugiado/ Solicitante de refúgio	Sem informação		Temporário
2018	Haiti	52	33	107	2	194
	Bolívia	2	0	41	0	43
	Chile	0	0	11	0	11
	Paraguai	2	0	9	0	11
	Portugal	0	0	10	0	10
	Não Especificado	0	0	10	0	10
	Total	56	33	188	2	279
2019	Haiti	60	44	104	5	213
	Bolívia	6	0	33	0	39
	Chile	0	0	11	0	11
	Não Especificado	0	0	6	0	6
	Total	66	44	154	5	269

Fonte: Base harmonizada estoque – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2010-2019.Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Em todos esses anos sob análise – 2010 a 2019 – e para todos os países citados como origem dos migrantes internacionais com vínculo de trabalho formal em Americana-SP – Bolívia, Chile, Haiti, Argentina, Portugal e Paraguai –, a participação de homens supera amplamente a de mulheres: 72% contra 28% do universo sob estudo (Tabela 27).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 27. Imigrantes internacionais com vínculos de trabalho formal em Americana, entre 2010-2019, segundo ano de registro, país de nacionalidade e sexo

Ano de registro	País de nacionalidade	Sexo		Total
		Homens	Mulheres	
2010	Bolívia	27	10	37
	Chile	8	5	13
	Não Especificado	11	5	16
	Total	46	20	66
2011	Bolívia	62	33	95
	Chile	9	7	16
	Não Especificado	5	1	6
	Total	76	41	117
2012	Bolívia	58	29	87
	Chile	13	7	20
	Não Especificado	8	3	11
	Total	79	39	118
2013	Bolívia	70	38	108
	Chile	14	10	24
	Haiti	17	3	20
	Argentina	6	4	10
	Portugal	7	3	10
	Não Especificado	8	4	12
	Total	122	62	184
2014	Bolívia	88	36	124
	Haiti	34	10	44
	Chile	18	7	25
	Não Especificado	9	7	16
	Total	149	60	209
2015	Haiti	125	21	146
	Bolívia	77	40	117
	Chile	15	9	24
	Não Especificado	7	5	12
	Total	224	75	299
2016	Haiti	109	9	118
	Bolívia	45	19	64
	Chile	10	7	17
	Não Especificado	8	4	12
	Total	172	39	211
2017	Haiti	98	17	115
	Bolívia	32	16	48
	Portugal	9	3	12
	Chile	5	6	11

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Ano de registro	País de nacionalidade	Sexo		Total
		Homens	Mulheres	
2018	Não Especificado	8	7	15
	Total	152	49	201
	Haiti	156	38	194
	Bolívia	24	19	43
	Chile	6	5	11
	Paraguai	6	5	11
	Portugal	7	3	10
	Não Especificado	6	4	10
	Total	205	74	279
	2019	Haiti	158	55
Bolívia		20	19	39
Chile		6	5	11
Não Especificado		4	2	6
Total		188	81	269

Fonte: Base harmonizada estoque – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2010-2019.Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Analisando agora os dados sobre as admissões e os desligamentos de migrantes internacionais, entre 2011 e 2021 (de janeiro a abril), no mercado formal de Americana-SP, observa-se um saldo negativo em 2011 – quando ocorreram registros de 34 admissões e 42 desligamentos –; positivo em 2012 – que teve 68 admissões e 58 desligamentos –; positivo em 2013 – quando ocorreram registros de 98 admissões e 65 desligamentos –; positivo em 2014 – com 155 registros de admissões e 137 desligamentos –; positivo em 2015 – quando ocorreram registros de 296 admissões e 232 desligamentos –; negativo em 2016 – cujos registros foram de 158 admissões e 193 desligamentos –; negativo em 2017 – quando ocorreram registros de 84 admissões e 99 desligamentos –; positivo em 2018 – 208 admissões e 145 desligamentos –; positivo em 2019 – quando ocorreram registros de 224 admissões e 170 desligamentos –; positivo em 2020 – com registros de 194 admissões e 161 desligamentos –; e negativo nos quatro primeiros meses de 2021 – quando ocorreram registros de 49 admissões e 53 desligamentos. Não há qualquer regularidade ou

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

padrão que possa ser considerado quando se analisa o saldo entre admissões e desligamentos de cada país de nacionalidade de migrantes. A discriminação da participação de cada um desses países pode ser analisada na tabela a seguir (Tabela 28).

Tabela 28. Admissões e Desligamentos de imigrantes internacionais, entre 2011 - 2021(jan. a abril) no mercado formal de Americana, segundo ano do movimento, país de nacionalidade

Ano de Registro	País de Nacionalidade	Movimentos		Saldo de movimentos
		Admissões	Desligamentos	
2011	Bolívia	29	25	4
	Chile	0	10	-10
	Não Especificado	5	7	-2
	Total	34	42	-8
2012	Bolívia	53	56	-3
	Chile	12	0	12
	Não Especificado	3	2	1
	Total	68	58	10
2013	Bolívia	49	36	13
	Chile	10	0	10
	Haiti	35	20	15
	Não Especificado	4	9	-5
	Total	98	65	33
2014	Bolívia	67	70	-3
	Chile	0	10	-10
	Haiti	64	51	13
	Peru	11	0	11
	Não Especificado	13	6	7
	Total	155	137	18
2015	Bolívia	75	82	-7
	Chile	0	11	-11
	Haiti	210	128	82
	Não Especificado	11	11	0
	Total	296	232	64
2016	Bolívia	32	45	-13
	Haiti	113	139	-26
	Não Especificado	13	9	4
	Total	158	193	-35
2017	Bolívia	24	19	5
	Haiti	56	69	-13

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Ano de Registro	País de Nacionalidade	Movimentos		Saldo de movimentos
		Admissões	Desligamentos	
	Não Especificado	4	11	-7
	Total	84	99	-15
	Bolívia	21	25	-4
	Haiti	184	114	70
	Não Especificado	3	6	-3
2018	Total	208	145	63
	Bolívia	21	21	0
	Haiti	178	141	37
	Venezuela	16	0	16
	Não Especificado	9	8	1
2019	Total	224	170	54
	Bolívia	14	18	-4
	Haiti	150	126	24
	Venezuela	29	17	12
	Não Especificado	1	0	1
2020	Total	194	161	33
	Haiti	49	41	8
	Venezuela	0	12	-12
	Total	49	53	-4
	2021 (jan.-abril)			

Fonte: Base harmonizada fluxo – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2011-abril/2021.Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Da mesma forma que não é possível observar qualquer regularidade ou padrão quando se analisa o saldo entre admissões e desligamentos de cada país de nacionalidade de migrantes internacionais com vínculo de trabalho formal em Americana-SP, isso também não é possível quando se analisa o sexo desses sujeitos. De todo modo, a discriminação da participação de homens e mulheres pode ser analisada na tabela a seguir (Tabela 29).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 29. Admissões e Desligamentos dos vínculos de trabalho de mulheres imigrantes internacionais, entre 2011 - 2021(jan. a abril) no mercado formal de Americana, segundo ano do movimento, sexo e saldo de movimentação

Ano de registro	Sexo	Movimentação		Saldo
		Admissões	Desligamentos	
2011	Homens	19	28	-9
	Mulheres	15	14	1
	Total	34	42	-8
2012	Homens	51	43	8
	Mulheres	17	15	2
	Total	68	58	10
2013	Homens	71	49	22
	Mulheres	27	16	11
	Total	98	65	33
2014	Homens	111	92	19
	Mulheres	44	45	-1
	Total	155	137	18
2015	Homens	228	169	59
	Mulheres	68	63	5
	Total	296	232	64
2016	Homens	128	147	-19
	Mulheres	30	46	-16
	Total	158	193	-35
2017	Homens	59	83	-24
	Mulheres	25	16	9
	Total	84	99	-15
2018	Homens	174	129	45
	Mulheres	34	16	18
	Total	208	145	63
2019	Homens	167	135	32
	Mulheres	57	35	22
	Total	224	170	54
2020	Homens	127	95	32
	Mulheres	67	66	1
	Total	194	161	33
2021 (jan.-abril)	Homens	37	36	1
	Mulheres	12	17	-5
	Total	49	53	-4

Fonte: Base harmonizada fluxo – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/ Portal da Imigração Laboral – Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2011-abril/2021.Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Imigrantes internacionais em Americana-sp segundo dados do Censo Escolar – 2010-2020

A última sessão do presente documento tem como base dados do Censo Escolar, referentes à educação básica, para o período referente aos anos de 2010 a 2020. Quando observamos o número de matrículas no ensino básico de Americana-SP por ano e segundo a nacionalidade do aluno, é possível reconhecer o ganho de importância da presença de não nacionais entre elas. Proporcionalmente ao total de matrículas, nacionalidades estrangeiras responderam por 0,19% delas em 2010; 0,18% em 2011; 0,22% em 2012; 0,30 em 2013; 0,36 em 2014; 0,37 em 2015; 0,34 em 2016; 0,367 em 2017; 0,42 em 2018; 0,51 em 2019; e 0,59 em 2020. Entre esses anos analisados, o número absoluto de matrículas de não nacionais no ensino básico salta de 107 em 2010 para 315 em 2020 (Tabela 30).

Tabela 30. Matrículas no ensino básico, segundo nacionalidade no aluno por ano – Americana-SP, 2010 a 2020

Ano	Brasileira - nascido		Estrangeira	Total
	Brasileira	no exterior ou naturalizado		
2010	53.939	33	107	54.079
2011	53.530	93	99	53.722
2012	53.793	119	119	54.031
2013	56.783	139	173	57.095
2014	58.765	185	214	59.164
2015	58.033	189	222	58.444
2016	54.994	169	188	55.351
2017	55.626	161	205	55.992
2018	54.798	139	234	55.171
2019	54.730	132	283	55.145
2020	52.700	135	315	53.150

Fonte: Censo da Educação Básica. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Quando a análise se volta para o número de matrículas no ensino básico de Americana-SP por ano e segundo o país de origem do aluno, observa-se uma grande variedade de nacionalidades presentes: Bolívia; Haiti; Venezuela; Paraguai; Colômbia; Chile; Japão; Estados Unidos; Espanha; Reino Unido; Argentina; Portugal; Bélgica; China; Alemanha; Peru; África do

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Sul; Suíça; Canadá; Itália; México; Holanda; Coreia do Norte; Filipinas; Coréia do Sul; Suécia; Afeganistão; Angola; Armênia; Áustria; Bósnia Herzegovina; Chipre; Dinamarca; Equador; Egito; Finlândia; França; Hong-Kong; Irlanda; Nicarágua; Catar; România; Taiwan; Tailândia; Uruguai; Ilhas Virgens Americanas (Tabela 31).

A Bolívia se destaca amplamente como origem de não nacionais matriculados no ensino básico de Americana-SP de 2010 a 2020: das 2159 matrículas registradas nesse período, 1079 (ou 49,98%) são de bolivianas e de bolivianos. A segunda maior origem é o Haiti, que responde por 269 (ou 12,46%) delas. É importante grifar que haitianas e haitianos têm sua presença ampliada crescentemente desde os primeiros registros, em 2015. O terceiro país que se destaca como origem de matriculados no ensino básico de Americana-SP é o Paraguai, que responde por 110 (ou 5,09%) do total de matrículas no período sob análise. Portugal, Japão e Estados Unidos seguem esses países em importância, respondendo, respectivamente, por 93 (ou 4,31%), 92 (ou 4,26%) e 87 (ou 4,03%) do total de matrículas no período. Finalmente, a Venezuela também se destaca: apesar de apresentar menor número em relação aos já citados, sendo responsável por 54 (ou 2,50%) das matrículas entre 2010 e 2020, tem sua participação se iniciando, modestamente, em 2016, e ganha visível importância em 2019 e ainda mais em 2020 (Tabela 31).

Tabela 31. Matrículas no ensino básico de não nacionais (estrangeiros), segundo país de origem do aluno, por ano – Americana-SP, 2010 a 2020

País de origem	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bolívia	34	60	69	103	126	132	102	101	101	122	129
Haiti	0	0	0	0	0	7	10	29	57	78	88
Venezuela	0	0	0	0	0	0	1	1	1	15	36
Paraguai	3	1	13	17	13	13	14	13	7	9	7
Colômbia	0	0	0	1	2	1	0	4	4	4	6
Chile	2	1	1	0	4	4	4	4	5	4	5
Japão	14	6	3	6	7	6	10	10	14	11	5
Estados Unidos	15	8	8	9	8	8	6	6	7	7	5
Espanha	3	1	2	3	4	3	4	3	6	3	4
Reino Unido	2	0	0	0	1	1	0	0	2	3	4
Argentina	0	0	1	2	1	3	3	2	1	1	3
Portugal	7	7	9	11	18	15	8	5	5	5	3
Bélgica	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
China	3	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Alemanha	3	2	1	3	2	2	2	0	3	2	2
Peru	1	4	2	2	5	4	2	2	1	2	2
África do Sul	0	0	0	1	2	2	4	4	5	3	2
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Canadá	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Itália	2	1	0	0	2	2	2	1	2	3	1
México	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Holanda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Coreia do Norte	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1
Filipinas	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Coréia do Sul	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2	1
Suécia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Afeganistão	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Angola	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Armênia	0	0	0	0	0	2	1	1	1	0	0

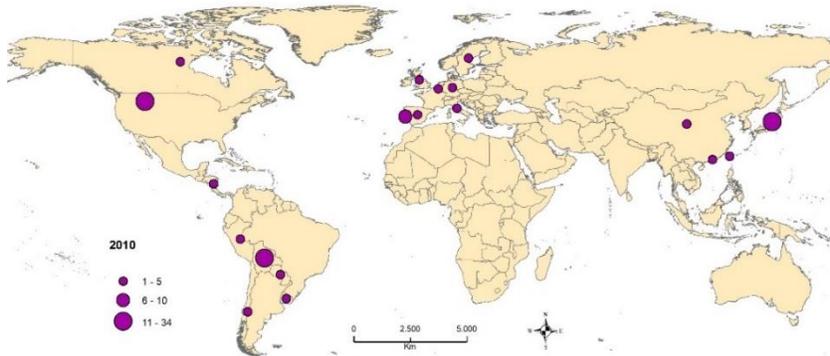
País de origem	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Austria	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Bósnia Herzegovina	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
Chipre	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dinamarca	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Equador	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Egito	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Finlândia	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
França	0	1	2	2	3	2	2	1	1	1	0
Hong-Kong	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Irlanda	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Nicarágua	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Catar	0	0	0	3	5	5	5	5	2	0	0
România	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0
Taiwan	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tailândia	0	2	0	1	1	0	1	0	0	0	0
Uruguai	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Ilhas Virgens Americanas	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0
Sem informação	7	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0
Total	107	99	119	173	214	222	188	205	234	283	315

Fonte: Censo da Educação Básico. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

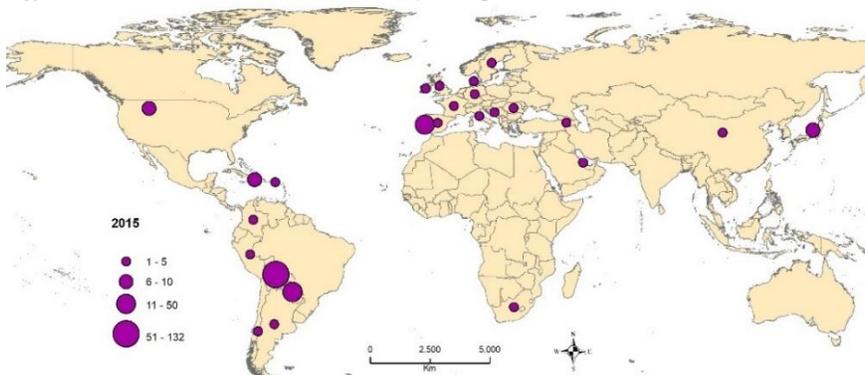
A leitura de matrículas de não nacionais no ensino básico de Americana-SP segundo o país de origem do aluno também pode ser feita a partir dos mapas a seguir, que foram elaborados, respectivamente, com dados referentes aos anos 2010 (Mapa 3), 2015 (Mapa 4) e 2020 (Mapa 5).

Mapa 3. Matrículas de não nacionais no ensino básico, segundo país de origem do aluno – Americana-SP, 2010



Fonte: Censo da Educação Básico. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Mapa 4. Matrículas de não nacionais no ensino básico, segundo país de origem do aluno – Americana-SP, 2015

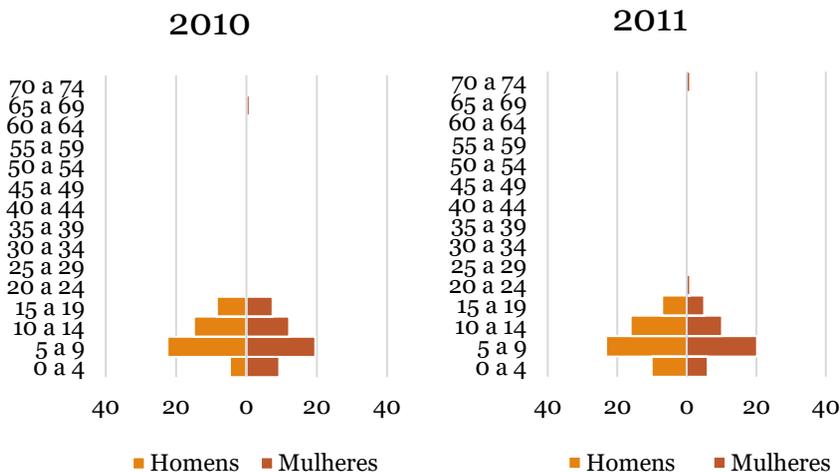


Fonte: Censo da Educação Básico. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

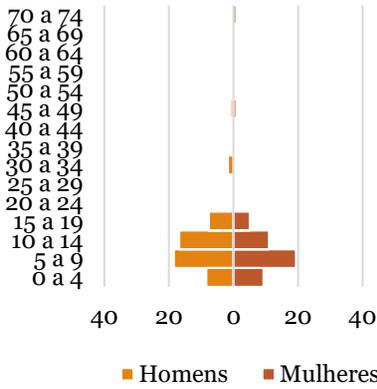
Aprofundando ainda mais a análise, podemos fazer uma leitura das matrículas de não nacionais no ensino básico de Americana-SP, segundo idade e sexo do aluno, por ano, contemplando o período sob estudo – 2010 a 2020. Fazendo uma análise comparativa entre os anos compreendidos, observa-se maior importância do grupo etário de 5 a 9 anos desde 2010 até 2015, sendo que de 2016 a 2020 o grupo que se destaca é o de 10 a 14 anos. Grifa-se ainda a presença de matrículas de pessoas idosas, sempre mulheres, no grupo etário de 65 a 69 anos em 2010, e no grupo de 70 a 74 de 2011 a 2014. Em 2015, há registros de matrículas de homens do grupo etário de 60 a 64 anos, mas apenas neste ano. A população adulta se faz presente entre os matriculados no ensino básico de Americana a partir de 2012 e, apesar da sua menor importância em relação às crianças e adolescentes, ela é crescente nos anos seguintes (Gráfico 38).

Gráfico 38. Matrículas de não nacionais no ensino básico, segundo ano de registro, idade e sexo do aluno – Americana-SP, 2010-2020

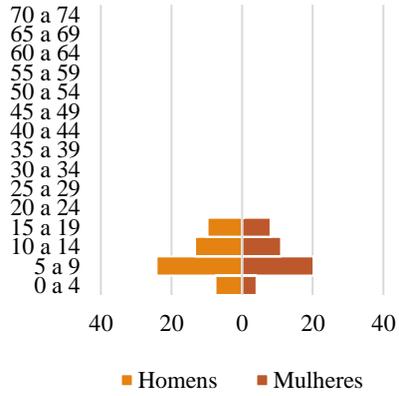


POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

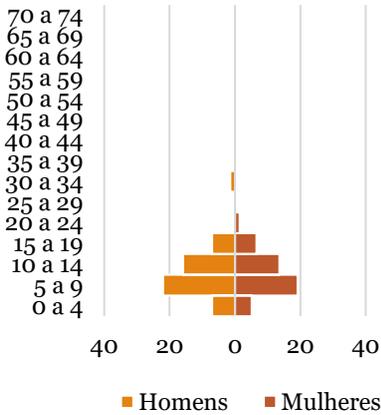
2012



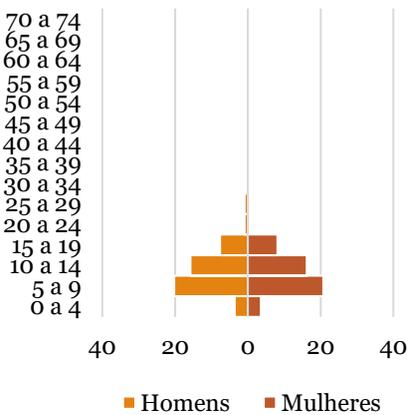
2013



2014

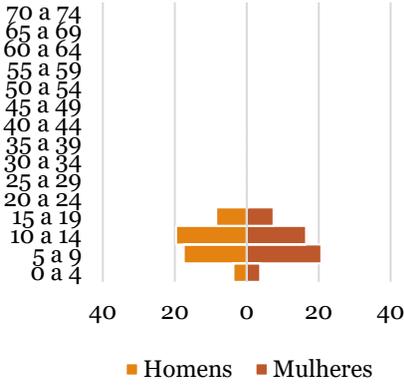


2015

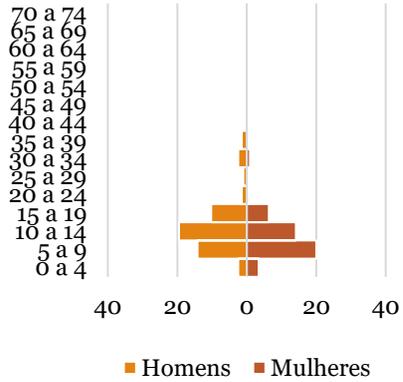


POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

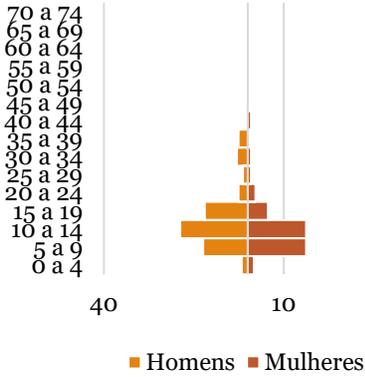
2016



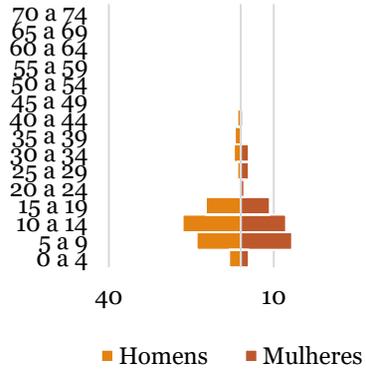
2017



2018

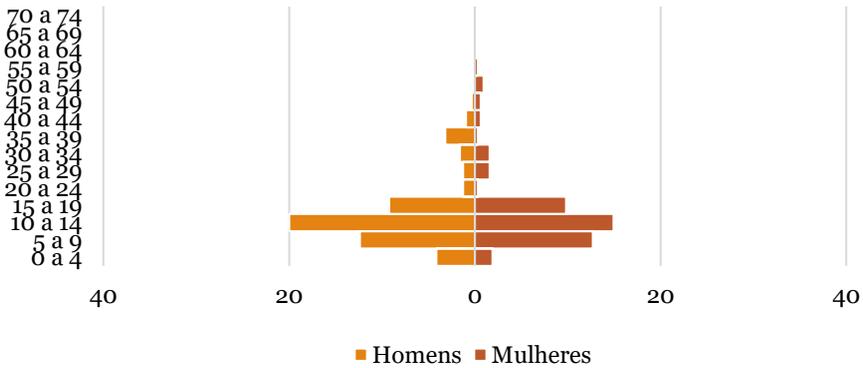


2019



POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

2020



Fonte: Censo da Educação Básico. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

A leitura das matrículas de não nacionais no ensino básico de Americana-SP, segundo sexo do aluno, por ano, de 2010 a 2020, revela a maior participação de homens em todos os anos contemplados, apesar do número de matrículas de alunas e de alunos se aproximar em cada ano analisado (Tabela 32 e Gráfico 39).

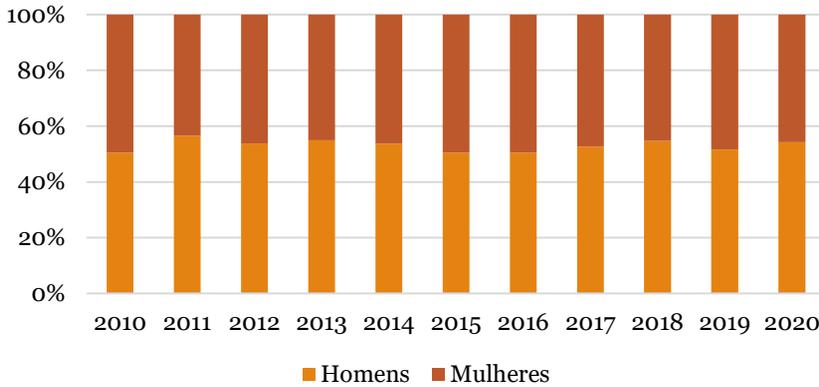
Tabela 32. Matrículas de não nacionais no ensino básico, segundo sexo do aluno, por ano – Americana-SP, 2010 a 2020

Ano	Homens	Mulheres	Total
2010	54	53	107
2011	56	43	99
2012	64	55	119
2013	95	78	173
2014	115	99	214
2015	112	110	222
2016	95	93	188
2017	108	97	205
2018	128	106	234
2019	146	137	283
2020	171	144	315

Fonte: Censo da Educação Básico. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 39. Matrículas de não nacionais no ensino básico, segundo sexo do aluno, por ano – Americana-SP, 2010 a 2020



Fonte: Censo da Educação Básica. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

No que tange às matrículas de não nacionais no ensino básico de Americana-SP, segundo etapa de ensino do aluno, por ano, de 2010 a 2020, observa-se maior participação do Fundamental I, que respondeu por 30,86% dos registros totais (ou 648 matrículas das 2100 realizadas ao longo de todo o período sob estudo). Ele é seguido em importância pelo Fundamental II, que respondeu por 28,38% dos registros totais (ou 596 matrículas das 2100 realizadas ao longo de todo o período sob estudo). Em terceiro lugar em importância está a Educação Infantil, que respondeu por 18,24% dos registros totais (ou 383 matrículas das 2100 realizadas ao longo de todo o período sob estudo). Juntas, essas três etapas respondem por mais de 77% dos registros. O ensino médio também guarda a sua importância, ocupando o quarto lugar ao responder por 12,24% dos registros totais (ou 257 matrículas das 2100 realizadas ao longo de todo o período sob estudo). A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os cursos técnicos respondem pelo restante dos registros (Tabela 33).

Tabela 33. Matrículas de não nacionais no ensino básico, segundo etapa de ensino do aluno, por ano – Americana-SP, 2010 a 2020

Etapa de Ensino	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Educação infantil	34	27	30	50	50	41	26	29	23	30	43
Fundamental I	33	34	38	59	70	79	63	59	65	76	72
Fundamental II	23	23	29	29	54	55	63	63	74	90	93
Ensino Médio	12	9	14	23	24	29	22	23	24	36	41
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	4
Curso Técnico/ Formação Integrada Concomitante ou Subsequente	2	1	0	2	8	5	2	10	10	7	7
EJA	2	2	5	3	2	6	5	14	31	37	47
Total	106	97	117	167	208	215	181	198	227	277	307

Fonte: Censo da Educação Básico. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Para completar a leitura acerca das matrículas de não nacionais no ensino básico de Americana-SP, voltamos o foco para o quesito raça/cor do aluno, por ano, para o período de 2010 a 2020. Infelizmente, é considerável os registros cuja raça/cor do aluno não foi declarada, alcançando 19,45% dos registros feitos no período sob estudo. Entre as raças/cores declaradas, a branca concentra a maior parte dos registros em todos os anos, respondendo por 38,95% deles. Ela é seguida pela cor parda, que responde por 24,36%. Em terceiro lugar, ainda considerando o período total analisado, está a cor preta, com 11,35%. Grifa-se que a cor preta apresenta importância crescente ao longo dos anos, sobretudo de 2015 a 2020, com a ampliação gradual da presença de haitianas e haitianos. Em quarto lugar está a cor amarela, com 3,61; e, em quinto, a indígena, com 2,31% do total no período (Tabela 34).

Tabela 34. Matrículas de não nacionais no ensino básico, segundo raça/cor do aluno, por ano – Americana-SP, 2010 a 2020

Ano	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
2010	23	56	0	12	13	3	107
2011	16	44	1	28	5	5	99
2012	19	52	3	37	6	2	119
2013	36	75	4	50	6	2	173
2014	48	90	2	62	9	3	214
2015	49	96	5	61	6	5	222
2016	41	79	10	44	6	8	188
2017	44	79	23	46	5	8	205
2018	38	85	46	54	6	5	234
2019	48	87	73	64	7	4	283
2020	58	97	78	68	9	5	315

Fonte: Censo da Educação Básica. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Finalmente, encerrando o presente documento, analisamos as matrículas de não nacionais no ensino básico de Americana-SP, segundo a dependência administrativa da escola, por ano, para o período de 2010 a 2020. Observando o período como um todo, há clara concentração dos registros em escolas estaduais, que respondem por 50,5% deles, seguidas de escolas municipais, que respondem por 34,18% e, por último, estão as escolas privadas, que respondem por 15,56% dos registros de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

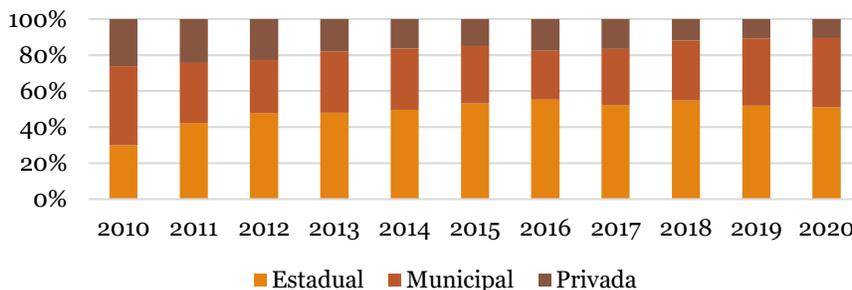
2010 a 2020. Apenas em 2010, a posição desses três âmbitos segundo grau de importância foge a este padrão – destaque de registros em escolas estaduais, seguidas primeiro pelas municipais e, depois, pelas privadas –, uma vez que, neste ano, as escolas municipais respondiam pela maior parcela dos registros, seguidas das estaduais e, por fim, das privadas (Tabela 35 e Gráfico 30).

Tabela 35. Matrículas de não nacionais no ensino básico, segundo a dependência administrativa da escola, por ano – Americana-SP, 2010 a 2020

Ano	Estadual	Municipal	Privada	Total
2010	32	47	28	107
2011	42	33	24	99
2012	57	35	27	119
2013	83	59	31	173
2014	106	73	35	214
2015	118	71	33	222
2016	104	51	33	188
2017	107	64	34	205
2018	128	78	28	234
2019	147	106	30	283
2020	161	121	33	315

Fonte: Censo da Educação Básico. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Gráfico 40. Matrículas de não nacionais no ensino básico, segundo a dependência administrativa da escola, por ano – Americana-SP, 2010 a 2020



Fonte: Censo da Educação Básico. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. Ministério da Educação. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Considerações Finais

A partir deste estudo convida-se os interessados, como já mencionado, a conhecer a realidade de migrantes transnacionais e a presença desses sujeitos no município de Americana-SP. Desta forma, pode-se reduzir a sua invisibilidade, sobretudo quando da chegada ao novo “espaço da migração” (BAENINGER, 1999), com esta ferramenta para o combate às vulnerabilidades às quais eles são submetidos e, conseqüente, para a promoção de políticas públicas capazes melhorar as condições de vida desse público alvo.

Referências

- BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima, Perú. **Anais...** Argentina: ALAP, 2014.
- BAENINGER, Rosana. **Região, metrópole e interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996. 1999. 234f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.
- DOMENECH, Eduardo; MAGLIANO, María José. Migraciones internacionales y política en Bolivia: pasado y presente. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Buenos Aires, v. 21, n. 62, p. 3-41, 2007.
- GRIMSON Alejandro; PAZ SOLDÁN Edmundo. **Migrantes bolivianos en la Argentina y los Estados Unidos.** La Paz, Bolivia: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, PNUD, 2000.
- GUARNIZO, Luis Eduardo. Migración, globalización y sociedad: teorías y tendencias en el siglo XX. In: ARDILA, Gerardo (ed.). **Colombia:** migraciones, transnacionalismo y desplazamiento. Bogotá: Cátedra Manuel Ancizar, Colección CEES; Universidad Nacional de Colombia, 2006.
- GUARNIZO, Luis Eduardo; PORTES, Alejandro; HALLER, William. Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. **American Journal of Sociology**, US, v. 108, n. 6, p. 1211-1248, 2003.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Eduardo Frias. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

NOBREGA, Ricardo. Migraciones y modernidad brasileña: italianos, nordestinos y bolivianos em San Pablo. In: NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008. p.113-130.

NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008. p.113-130.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Políticas y leyes de migración laboral: el panorama en 5 países de América Latina y el Caribe**. Ginebra, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/--ilo-brasilia/documents/publication/wcms_563942.pdf. Acesso em: 3 set. 2021.

SAKAMOTO, Leonardo (Org.). **Escravidão contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.



CAPÍTULO 25

PERFIL DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Jóice Domeniconi¹⁷³

Juliana Ribeiro¹⁷⁴

Rosana Baeninger¹⁷⁵

Natália Demétrio¹⁷⁶

¹⁷³ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: joicedomeniconi@outlook.com.

¹⁷⁴ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: jrgeo@unicamp.br.

¹⁷⁵ Professora colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO-UNICAMP; coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

¹⁷⁶ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Coordenadora-adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: ndemetri@unicamp.br.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A construção de um panorama da imigração internacional em anos recentes na Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC) demanda uma análise que contemple a diversidade de modalidades migratórias em curso, os diferentes espaços dessas migrações, temporalidades e composição populacional heterogênea desse fenômeno. No entanto, as estimativas do último censo demográfico, realizado em 2010, encontram-se desatualizadas. Por essa razão, o uso de registros administrativos tem crescido significativamente, a despeito dos problemas de coleta, sistematização, atualização e publicação dessas bases.

Notas metodológicas

Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA): 2000 a jun./2021

O Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) constitui um registro administrativo da Polícia Federal, por meio da qual se faz o controle de todos os estrangeiros com estada superior a 90 dias no Brasil¹⁷⁷. Essa fonte de dados tem potencialidades ligadas tanto à sua possibilidade de desagregação da informação a nível municipal, quanto por permitir a identificação dos diferentes dispositivos jurídicos para permanência da/do imigrante no país. O amparo legal que garante o direito à residência da pessoa no Brasil, de forma documentada, é de extrema importância por iluminar especificidades de determinados processos migratórios, como o caso dos refugiados (amparados pela Lei 9.474/97 - Estatuto dos Refugiados).

Vale destacar que esse cadastro não apresenta um documento padronizado para seus registros. Algumas classificações utilizadas, como a variável *Ocupação*, não têm compatibilização com o Código Brasileiro de Ocupação. Outra limitação da base diz respeito aos totais de registros para diferentes variáveis, os quais, às vezes, não são iguais: seja pela

¹⁷⁷ Até 90 dias, validade do visto de turista, é dispensado a necessidade do Carteira de Registro Nacional Migratório – CRNM: documento obrigatório a todos os imigrantes internacionais residentes no país.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

quantidade de perguntas sem respostas, seja porque determinadas variáveis não se aplicam ao perfil daquela/daquele imigrante. Ademais, é fundamental esclarecer que o SISMIGRA abrange apenas as/os imigrantes documentados e não representa o estoque de imigrantes no país.

Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC)



Imigrantes internacionais na Região Administrativa de São José dos Campos no século 21

A Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC) se localiza no extremo leste do estado de São Paulo. Ela é composta pelos municípios de Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Ihabela, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé e Ubatuba.

Este estudo apresenta o perfil das migrações internacionais na mencionada Região Administrativa e contempla, no tocante aos sujeitos desta pesquisa, uma análise acerca da sua distribuição espacial, do ano de registro e sexo, da estrutura etária, do país de nascimento, da ocupação, do estado civil, do amparo legal, e dos municípios de residência na RASJC. Finalmente, encerra-se esse documento com o perfil da migração internacional por municípios da RASJC, a partir dos dados de migrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nesses municípios, segundo municípios de residência, ano de registro, país de nascimento, faixa etária e sexo. Todas as análises, conforme já mencionado, abarcam o período de janeiro de 2000 a junho de 2021.

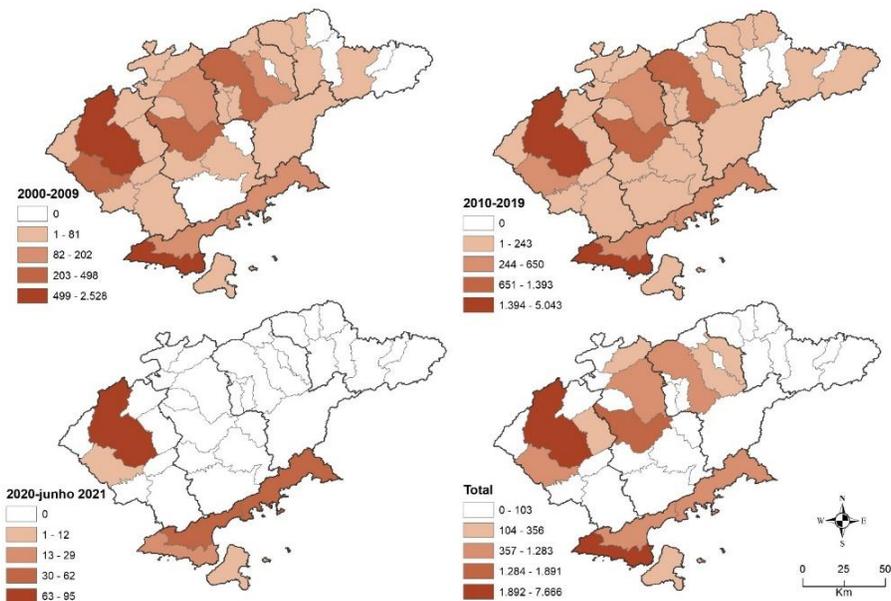
Distribuição espacial

Quando se analisa a espacialização de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da RASJC (Mapa 1) de 2000 a junho de 2021, percebe-se que São José dos Campos se destaca amplamente entre os demais na atração desses sujeitos, apresentando a maior concentração deles. São Sebastião, apesar de perder importância nos últimos meses sob análise, mantém-se como o segundo município que mais concentra esses migrantes. A relevância de

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Taubaté, terceiro município em concentração desses sujeitos, também merece destaque. A quarta maior concentração cabe a Guaratinguetá. Jacareí, por sua vez, que guardava alta concentração de 2000 a 2009, perde importância de 2010 a 2019 e concentra ainda menos de 2020 a junho de 2021, mas segue ocupando o quinto lugar em concentração. Ubatuba e Caraguatatuba se destacam em ganho de importância ao longo do período, situando-se também entre os municípios de mais alta concentração, seguindo Jacareí em importância, ocupando, respectivamente, o sexto e o sétimo lugar.

Mapa 1. Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC)



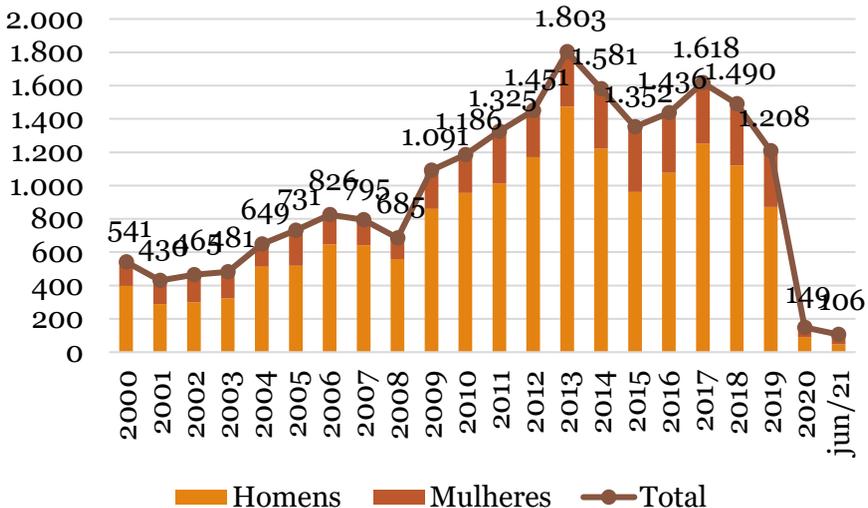
Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Ano de Registro e Sexo

Quando se analisa a presença de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da RASJC de 2000 a junho de 2021, segundo ano de registro e sexo, percebe-se crescimento quase constante ao longo dos anos até 2019. A partir de 2020, os registros caem drasticamente (Tabela 1), o que pode ser explicado pela pandemia de Covid-19, quando as restrições se colocaram de maneira mais forte, chegando ao limite da imobilidade. É também bastante perceptível a grande concentração no sexo masculino ao longo de todo o período sob análise (Gráfico 1): homens respondem por 16.303 dos 21.399 imigrantes registrados no período, ou 76% deles; e mulheres respondem por 5.096, ou 24% do total (Gráfico 2).

Gráfico 1. Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo ano de registro e sexo, 2000-jun./2021



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

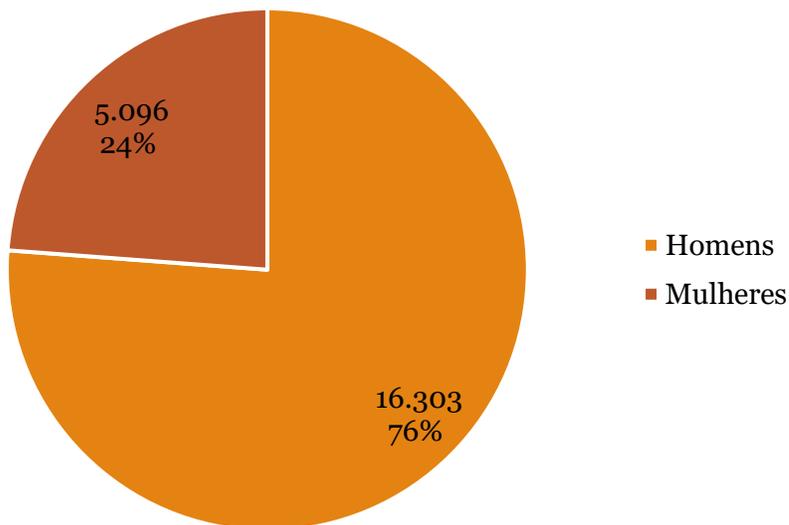
Tabela 1. Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo ano de registro e sexo, 2000-jun./2021

Ano de registro	Homens	Mulheres	Total
2000	398	143	541
2001	289	141	430
2002	300	165	465
2003	323	158	481
2004	513	136	649
2005	519	212	731
2006	647	179	826
2007	642	153	795
2008	558	127	685
2009	860	231	1.091
2010	956	230	1.186
2011	1.012	313	1.325
2012	1.171	280	1.451
2013	1.474	329	1.803
2014	1.222	359	1.581
2015	961	391	1.352
2016	1.076	360	1.436
2017	1.252	366	1.618
2018	1.121	369	1.490
2019	872	336	1.208
2020	90	59	149
Jun./21	47	59	106
Total	16.303	5.096	21.399

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 2. Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo sexo, 2000-jun./2021



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Estrutura Etária

A estrutura etária dos imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da RASJC de 2000 a junho de 2021 revela grande participação de adultos, que concentram 76,33% dos registros: imigrantes de 25 a 40 anos respondem por quase metade do total de registros, 9.9913 dos 21.393 ou 46,33% deles; e os de 40 a 65 anos respondem por 6.416, ou 29,99% deles. Jovens de 15 a 25 anos representam a terceira faixa etária mais importante, respondendo por 3.322 dos 21.393 ou 15,53% dos registros. Crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, vêm em seguida, respondendo por 1.274 dos 21.393 ou 5,95% dos registros. Finalmente, idosos com 65 anos ou mais respondem por 468 dos 21.393 ou 2,19% dos registros (Tabela 2 e Gráfico 4).

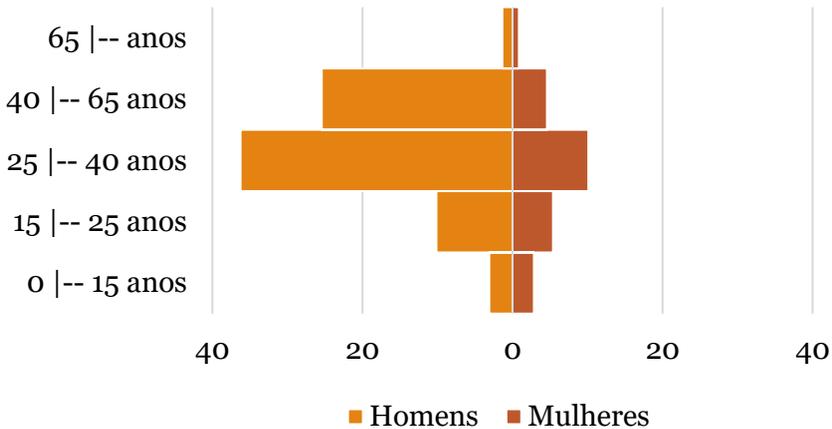
Tabela 2. Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo grupo etário e sexo, 2000-jun./2021

Faixa Etária	Sexo				Total
	Homens	%	Mulheres	%	
0 -- 15 anos	661	51,9	613	48,1	1.274
15 -- 25 anos	2.166	65,2	1.156	34,8	3.322
25 -- 40 anos	7.751	78,2	2.162	21,8	9.913
40 -- 65 anos	5.436	84,7	980	15,3	6.416
65 -- anos	288	61,5	180	38,5	468
Total	16.302	76,2	5.091	23,8	21.393

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 4. Distribuição relativa de Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo grupo etário e sexo, 2000-jun./2021



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Países de Nascimento

A estrutura etária dos imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da RASJC de 2000 a junho de 2021 revela grande participação de adultos, que concentram 76,33% dos registros: imigrantes de 25 a 40 anos respondem por quase metade do total de registros, 9.9913 dos 21.393 ou 46,33% deles; e os de 40 a 65 anos respondem por 6.416, ou 29,99% deles. Jovens de 15 a 25 anos representam a terceira faixa etária mais importante, respondendo por 3.322 dos 21.393 ou 15,53% dos registros. Crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, vêm em seguida, respondendo por 1.274 dos 21.393 ou 5,95% dos registros. Finalmente, idosos com 65 anos ou mais respondem por 468 dos 21.393 ou 2,19% dos registros (Tabela 2 e Gráfico 4).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 3. Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo países de nascimento e sexo, 2000-jun./2021

País de Nascimento	Sexo		Total	País de Nascimento	Sexo		Total
	Homens	Mulheres			Homens	Mulheres	
Filipinas	2.298	27	2.325	Finlândia	39	19	58
China	1.267	504	1.771	El Salvador	55	-	55
Argentina	751	585	1.336	Letônia	52	2	54
Colômbia	757	383	1.140	Austrália	26	25	51
Estados Unidos	828	281	1.109	Síria	33	18	51
Alemanha	809	200	1.009	Geórgia	50	-	50
Índia	760	64	824	Malásia	39	10	49
Portugal	488	206	694	África do Sul	31	15	46
França	465	176	641	Arábia Saudita	27	16	43
Espanha	476	151	627	Paquistão	36	-	36
Polônia	544	38	582	Cingapura	28	4	32
Peru	329	223	552	Irã	24	7	31
Itália	462	73	535	Marrocos	22	8	30
Grécia	524	8	532	Hungria	23	6	29
Coréia do Sul	314	189	503	Israel	17	12	29
Venezuela	262	213	475	Egito	24	3	27
Rússia	408	63	471	Omã	24	-	24
Japão	368	88	456	Bulgária	18	5	23
Chile	265	141	406	Turquia	21	2	23
México	224	151	375	Eslovênia	19	2	21
Reino Unido	309	49	358	Eslováquia	10	10	20
Bolívia	150	110	260	Vietnã	12	6	18
Cuba	124	111	235	Irlanda	15	2	17
Canadá	152	64	216	Cazaquistão	11	6	17
Indonésia	131	84	215	Panamá	12	4	16
Paraguai	114	90	204	Camarões	11	4	15
Romênia	160	28	188	Cabo Verde	10	5	15
Uruguai	122	63	185	Costa Rica	6	9	15
Bélgica	132	30	162	Guatemala	7	8	15
Noruega	147	15	162	Guiné Bissau	11	4	15
Ucrânia	137	14	151	Honduras	9	6	15
Holanda	120	21	141	Porto Rico	12	3	15
Angola	76	55	131	Palestina	9	5	14
Suécia	88	31	119	Tailândia	11	3	14
Croácia	116	1	117	Belarus	9	3	12
Nigéria	102	11	113	Nova Zelândia	9	3	12
Haiti	50	40	90	Argélia	10	1	11
Equador	46	42	88	Comunidade Dominicana	6	5	11
Áustria	62	18	80	Estônia	6	5	11
República Tcheca	61	14	75	Tunísia	7	3	10
Libano	36	38	74	Outros Países de Nascimento	173	59	232
Senegal	72	2	74				
Suíça	64	10	74				
Sérvia	47	15	62				
Taiwan	29	33	62				
Moçambique	43	16	59				
Dinamarca	39	19	58				
				Total	16.302	5.096	21.398

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Ocupação

Também variadas são as ocupações de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da RASJC de 2000 a junho de 2021. Nesse período, foram registradas mais de 60 ocupações. Cinco das que concentram maior número desses migrantes respondem por mais de 50% dos registros. Por ordem de importância, são elas: “oficial, piloto, maquinista, marinheiro, ou outro trabalhador, na navegação marítima ou fluvial”, que responde por 4.843 dos 21.399 registros, ou 22,6% deles; “estudante”, que responde por 2.464, ou 11,5%; “engenheiro”, que responde por 2.187, ou 10,2%; “prendas domésticas (lides do lar)”, que responde por 797, ou 3,7%; e “diretor, gerente ou proprietário”, que responde por 783, ou 3,6%. Grifa-se ainda que 17% dos registros não são precisos quanto à ocupação, uma vez que eles se referem a: “outra ocupação não classificada” – 1.933 registros ou 9,0% do total –; “sem informação” – 1.618 registros ou 7,5% do total –; e “outra ocupações” – 116 registros ou 0,5% do total (Tabela 4).

Tabela 4. Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo ocupação e sexo, 2000-jun./2021

Ocupações	Registros
Oficial, piloto, maquinista, marinheiro, ou outro trabalhador, na navegação marítima ou fluvial	4.843
Estudante	2.464
Engenheiro	2.187
Outra ocupação não classificada	1.933
Prendas domésticas (lides do lar)	797
Diretor, gerente ou proprietário	783
Vendedor ou empregado de casa comercial, comerciário, vendedor ambulante, vendedor a domicílio, jornalista, ou assemelhado	694
Profissional liberal, técnico ou assemelhado não classificado sob outra denominação	610
Sem ocupação	499
Mecânico, operador, ajustador, chapeador, lanterneiro de veículos, bombeiro hidráulico, encanador, soldador, galvanizador ou outro trabalhador em metais não classificado sob outra denominação	439
Professor, ou assemelhado	436

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Ocupações	Registros
Menor (criança, não estudante)	378
Aposentado, pensionista ou assemelhado	328
Programador, analista, ou outro técnico, no processamento eletrônico de dados	270
Arquiteto, engenheiro, agrimensor ou assemelhado	235
Sacerdote ou membro assemelhado de ordens ou seitas religiosas	220
Economista, atuário, contador, técnico em contabilidade, auditor, estatístico, administrador ou assemelhado	184
Dependente de titular de visto temporário	170
Cozinheiro, mordomo, governanta, camareiro, garçom ou assemelhado	169
Eletricista, mecânico eletricista, mecânico de eletrônica, reparador de aparelhos, de rádio e televisão, de instalações telefônicas e telegráficas ou assemelhado	164
Bolsista, estagiário ou assemelhado	141
Vendedor viajante, propagandista, representante comercial, comissionista ou assemelhado	135
Médico, cirurgião, dentista ou assemelhado	125
Pedreiro, servente, ladrilheiro, gesseiro, vidraceiro, ou assemelhado, a outro trabalhador da construção civil, não classificado sob outra denominação	120
Químico, físico, geólogo ou outro especialista em ciências físicas	118
Artista, ator, músico ou assemelhado	103
Dependente de titular de visto permanente	83
Atleta, esportista ou assemelhado	82
Empregado de escritório, secretário, bancário securitário, economiário, taquígrafo, recepcionista, mecanógrafo (datilógrafo) ou assemelhado	66
Administrador ou funcionário executivo da administração pública, direta ou indireta (inclusive ocupante de cargo eletivo)	63
Escritor, jornalista, tradutor ou assemelhado	63
Aeronauta, piloto, navegador, comissário, aeromoça, mecânico, ou outro trabalhador da navegação aérea	62
Barbeiro, cabeleireiro, esteticista, especialista de instituto de beleza ou assemelhado	62
Enfermeiro, parteira, massagista, nutricionista, ou técnico paramédico	57
Biólogo, veterinário, zootecnista, agrônomo ou assemelhado	54
Decorador, costureiro, alfaiate, modista, peleteiro, tapeceiro ou assemelhado	54

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Ocupações	Registros
Trabalhador da fabricação de instrumentos musicais, artesão ou trabalhador dos diversos processos de produção não classificado sob outra denominação	51
Padeiro, cervejeiro, açougueiro, trabalhador em laticínios, ou outro trabalhador na produção de alimentos ou bebidas	48
Psicólogo, analista, sociólogo, assistente social ou assemelhado	43
Publicitário, profissional de relações públicas, desenhista ou assemelhado	43
Carpinteiro, marceneiro, tanoeiro ou assemelhado	35
Jurista, advogado, magistrado, promotor ou assemelhado	32
Trabalhador agrícola, jardineiro ou assemelhado, agricultor, lavrador	30
Fotógrafo, cinegrafista ou assemelhado	29
Motorista, condutor, ou outro trabalhador, de transporte rodoviário	29
Pintor, empapelador ou assemelhado da construção civil de conservação	29
Porteiro, zelador, ascensorista, faxineiro, empregado de limpeza, empregado doméstico ou assemelhado	22
Corretor ou agente de seguros, corretor ou agente de imobiliário, corretor, agente de venda de serviços, leiloeiro, avaliador ou assemelhado	19
Fundidor, laminador, ferreiro, trefilador ou assemelhado da produção e tratamento de metais	18
Industriário ou servente, não classificado sob outra denominação	13
Operador de máquina estacionária, de guindaste, de máquina de terraplanagem, de empilhadeira, ou outro operador assemelhado, lubrificador ou graxeiro dessas máquinas	12
Trabalhador em serviços de esportes, ou diversões, não classificado sob outra denominação	11
Caixa, tesoureiro ou assemelhado	10
Outras ocupações	116
Sem informação	1.618
Total	21.399

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Estado Civil

Quanto ao estado civil de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da RASJC de 2000 a junho de 2021, observa-se metade dos registros referem-se a pessoas casadas: 10.751 dos 21.399 registros, ou 50,24% deles. Em seguida, estão os solteiros, que respondem por 9.596 dos 21.399 registros, ou 44,84% deles. 2,63% não têm estado civil precisamente classificado, encontrando-se registrados como: “outro” – 537 registros ou 2,51% do total –; e “desconhecido” – 26 registros ou 0,12% do total. Os demais 2,29% são, por ordem de importância: viúvos – 416 registros ou 1,94% do total –; e divorciados – 66 registros ou 0,35% do total (Tabela 5).

Tabela 5. Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo estado civil e sexo, 2000-jun./2021

Estado Civil	Sexo				Total
	Homens	%	Mulheres	%	
Casado/a	8.721	81,1	2.030	18,9	10.751
Solteiro/a	6.891	71,8	2.705	28,2	9.596
Viúvo/a	319	76,7	97	23,3	416
Divorciado/a	41	62,1	25	37,9	66
Separado/a	6	85,7	1	14,3	7
Desconhecido	17	65,4	9	34,6	26
Outro	308	57,4	229	42,6	537
Total	16.303	76,2	5.096	23,8	21.399

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Amparo Legal

Segundo dados de 2019, quase metade dos imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da RASJC, mais especificamente 48,93%, tinham seu registro amparado pelo Art. 13 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, revogada pela Lei nº 13.445, de 2017, atualmente em vigência (Tabela 6). O Art. 13 definia que o visto temporário poderia ser concedido ao estrangeiro que pretendia vir ao Brasil, e ele se apresentava a partir de oito itens:

I - em viagem cultural ou em missão de estudos; II - em viagem de negócios; III - na condição de artista ou desportista; IV - na condição de estudante; V - na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro; V - na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro; VI - na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira; VII - na condição de ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa; VIII - na condição de beneficiário de bolsa vinculada a projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação concedida por órgão ou agência de fomento¹⁷⁸ (BRASIL, 1980).

Esses 48,93% referem-se aos itens, citados segundo ordem de importância: Item V, que dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro, respondendo por 9.012 dos 21.399 registros, ou 42,11% do total; Item I, que dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos, respondendo

¹⁷⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 24 nov. 2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

por 747 dos 21.399 registros, ou 3,49% do total; Item IV, que disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação, respondendo por 683 dos 21.399 registros, ou 3,19% do total; e Item VII, que dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa, respondendo por 28 dos 21.399 registros, ou 0,14% do total (Tabela 6).

O Decreto 6.975/09 - Acordo Residência Mercosul e Associados também se destaca como amparo legal ao responder por 2.158 registros – ou 10,08% do total (Tabela 6). Este último promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - Mercosul, Bolívia e Chile, e ele guarda a sua importância no fato de que 21,74% dos registros têm esses países como país de nascimento (Tabela 3) do imigrante internacional com registro ativo no Brasil residente em algum município da RASJC.

Tabela 6. Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), em 2019, segundo amparo legal

Amparo legal	Descrição	Registros
Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro;	9.012
Decreto 6.975/09 - Acordo Residência Mercosul e Associados	Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile.	2.158
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	1.290
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	1.138
Resolução Normativa 36/99 CNI/MTE	Concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	1.106
Artigo 13 - Item I - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos	747
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	683
Acordo Brasil/Argentina Decreto 6736/09	Promulga o acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas	428
Dependente de Titular de Resolução Normativa	Disciplina a concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	368
Artigo 37 - Lei 13.445/17	O visto ou a autorização de residência para fins de reunião familiar será concedido ao imigrante: I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II - filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III - ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.	303
Portaria 526/95 do Ministério da Justiça	Institui modelo único de Cédula de Identidade para Estrangeiro, determina o recadastramento dos estrangeiros residentes no País e dá outras providências.	261
Resolução Normativa 62/04	Disciplina a concessão de autorização de trabalho e de visto permanente a estrangeiro, Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo, com poderes de gestão, de Sociedade Civil ou Comercial, Grupo ou Conglomerado econômico	243

Amparo legal	Descrição	Registros
Artigo 14, I, letra d, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de estudo	212
Artigo 37 - Lei 6.815/80	Dispõe que o titular de visto segundo o artigo 13, incisos V e VII, poderá obter transformação do mesmo para permanente (art. 16).	211
Artigo 37, Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar ao imigrante: I) cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II) filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III) ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV) que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.	205
Resolução Normativa 88/10	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que venha ao Brasil para estágio.	201
Portaria interministerial n 9/18	Regulamenta a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados	177
Resolução Normativa 42/99 CNIg	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que venha ao País para estágio	173
Artigo 14, I, letra e, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de trabalho	166
Resolução Normativa 05, 06 e 22/17- CNIg	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira ou de embarcação de cruzeiros marítimos pela costa brasileira.	161
Portaria Ministério da Justiça 606/91	Define os procedimentos para a permanência de estrangeiros no Brasil a título de reunião familiar	147
Artigo 7 - Lei 11.961/09	No prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao término da validade da CIE, o estrangeiro poderá requerer sua transformação em permanente, na forma do regulamento.	137
Resolução Normativa 39/99	Dispõe sobre a concessão de visto para ministros de confissão religiosa ou membro de instituição de vida consagrada ou confessional, e de congregação ou ordem religiosa que venha ao País para prestação de serviços de assistência religiosa ou na condição de estudante	128
Artigo 1 - Resolução Normativa 126/17 CNIg	Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço.	116
Resolução Normativa 84/09 CNIg/MTE	Disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física.	103
Lei 9.675 de 29/06/98	Amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório.	97
Resolução Normativa 27 de 25/11/98 do CNIg /MTE	Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração.	86

Amparo legal	Descrição	Registros
Artigo 4 - Resolução Normativa 87/10 CNI/MTE	Dispõe sobre o estrangeiro que pretenda vir ao país para receber treinamento na operação e manutenção de máquinas e equipamentos produzidos em território nacional, sem vínculo empregatício no Brasil, poderá ser concedido o visto temporário previsto no art. 13, item I, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável uma única vez por igual período.	85
Resolução Normativa 03 e 04/17 - CNIg	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para prestar serviço de assistência técnica e/ou transferência de tecnologia	77
Resolução Normativa 43/99 CNI/MTE	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que pretenda vir ao País ao abrigo de acordo de cooperação internacional.	76
Artigo 1 - Resolução Normativa 87/10 CNIg/MTE	Disciplina a autorização de trabalho para obtenção do visto temporário sem vínculo empregatício, ao estrangeiro empregado por empresa estrangeira, que pretenda vir ao Brasil para receber treinamento profissional junto à subsidiária, filial ou matriz brasileira pertencente ao mesmo grupo econômico.	71
Lei 11.961 de 02/07/09	Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.	69
Artigo 1 resolução normativa 45/00 do CNIg /MTE	Dispõe sobre a concessão de visto permanente a estrangeiro aposentado, acompanhado de até dois dependentes, que comprovar poder transferir mensalmente para o Brasil a importância, em moeda estrangeira, em montante igual ou superior a R\$6.000,00 (seis mil reais)	61
Lei 9.474 de 22/06/1997 - CONARE	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.	58
Resolução Normativa 99/12	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil.	55
Acordo de Residência Brasil/Uruguai (decreto 9.908 de 06/07/17)	Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre residência permanente com o objetivo de alcançar a livre circulação de pessoas	54
Resolução Normativa 80/08	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil.	52
Artigo 16 da Lei 6.815/1980 associado à resoluções normativas não passíveis de identificação	O artigo 16 do antigo Estatuto do Estrangeiro, vigente entre 1980 e 2017, prevê a concessão de visto permanente ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil. Em parágrafo único, esse dispositivo jurídico especifica que a imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.	50
Resolução Normativa 10/97 CNIg/MTE	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para representar pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.	48
Artigo 14, I, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado com finalidade de: a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; b) tratamento de saúde; c) acolhida humanitária; d) estudo; e) trabalho; f) férias-trabalho; g) prática de atividade religiosa ou	44

Amparo legal	Descrição	Registros
	serviço voluntário; h) realização de investimento ou de atividade com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural; i) reunião familiar; j) atividades artísticas ou desportivas com contrato por prazo determinado;	
Artigo 30, I, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que venha ao Brasil com finalidade de: a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; b) tratamento de saúde; c) acolhida humanitária; d) estudo; e) trabalho; f) férias-trabalho;	36
Resolução Conjunta 01/18 - MTE/MJ/CGI	Dispõe sobre a concessão de autorização de residência associada à questão laboral para solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).	36
Artigo 16 e 18 lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e Resolução Normativa 97/12	Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.	34
Resolução Normativa 16/98 CNIg/MTE	Disciplina a concessão de visto ao cientista, professor ou pesquisador estrangeiro que pretenda vir ao País, em visita, para participar de conferências, seminários ou reuniões na área de pesquisa científico-tecnológica e desenvolvimento, desde que não recebam remuneração pelas suas atividades, poderá ser concedido visto de turista; àqueles que pretendam vir ao País em missão de estudos ou de cooperação científico-tecnológica, por período que não ultrapasse dois anos e sem contrato de trabalho, poderá ser concedido visto temporário. Aos estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação, inclusive aqueles que participam de programas denominados "sanduíche", com ou sem bolsa de estudo, poderá ser concedido visto temporário.	34
Resolução Normativa 37/99 CNIg/MTE	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que pretenda vir ao País para treinamento profissional, posterior a conclusão de curso superior ou profissionalizante, sem vínculo empregatício no Brasil.	32
Resolução Normativa 60/04 CNI/MTE	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física.	31
Visto temporário lei 13.333/16	Prorroga, por três anos, o prazo do visto temporário de que trata o art. 18 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 (legislação que institui o Programa Mais Médicos)	28
Artigo 13 - Item VII - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa.	28
Artigo 30, II, letra e Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, ao residente fronteiriço ou ao visitante que seja beneficiário de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida.	22
Medida Provisória 621/13	Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências.	21
Resolução Normativa nº 1, de 29 de abril de 1997 do CNIg	Autoriza a concessão de visto temporário, ou permanente, a professor, técnico ou pesquisador de alto nível e cientista estrangeiro, que pretenda exercer atividades em entidade, pública ou privada, de ensino, ou de pesquisa científica e tecnológica.	18
Resolução Normativa 77/08 CNI/MTE	Dispõe sobre critérios para a concessão de visto temporário ou permanente, ou de autorização de permanência, ao companheiro ou companheira, em união estável, sem distinção de sexo.	17

Amparo legal	Descrição	Registros
Permanência por despacho do DPE/DE/S	Permanência por despacho do DPE/DE/S	17
Resolução Normativa 11 ou 12/17 - CNIg	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para representar pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos ou em razão de legislação federal específica exigir residência no Brasil.	16
Artigo 30, I, letra e, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que venha ao Brasil com finalidade de trabalho	15
Resolução Normativa 56/03 - CNIg/MTE	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro Administrador, Gerente, Diretor, Executivo, com poderes de gestão, de Sociedade Civil ou Comercial, Grupo ou Conglomerado Econômico.	15
Resolução Normativa 06/97 CNIg/MTE	Concessão de permanência definitiva a asilados ou refugiados e suas famílias	14
Resolução Normativa 15/2017 - CNIg	Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para prestação de serviço voluntário junto à entidade de direito público ou privado sem fins lucrativos, ou a organização vinculada a governo estrangeiro.	13
Artigo 68 - Decreto Lei 66.689/70	Dispõe sobre as condições para obtenção da permanência definitiva, desde que preencha as condições para o visto permanente.	10
Artigos 18 e 30 - Lei 6.815/80	Disciplina a concessão do visto permanente poderá ficar condicionada, por prazo não-superior a 5 (cinco) anos, ao exercício de atividade certa e à fixação em região determinada do território nacional.	10
Portaria Interministerial nº19/2021	Dispõe sobre a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e Países Associados.	10
Outros amparos legais		85
Total		21.399

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Imigrantes Internacionais no Municípios da Região Administrativa de São José dos Campos

A análise da distribuição espacial desses migrantes permite observar sua concentração em São José dos Campos – onde residiam 7.666 dos 21.399 imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da RASJC de 2000 a 2019, ou 35,82% deles – e em São Sebastião – onde residiam 5.654 ou 26,42% do total. Juntos, esses dois municípios respondem por 62,24% dos registros. Taubaté se apresentava em terceiro lugar como município de residência desses sujeitos, respondendo por 1.891 registros ou 8,84% deles. Em quarto lugar estava Guaratinguetá, respondendo por 1.283 registros ou 5,99% deles. Finalmente, destaca-se também Jacareí, com 1.013 registros, ou 4,73% do total. Os demais 18,19% dos registros cabem a 31 municípios da RASJC (Tabela 7).

Tabela 7. Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo municípios de residência e sexo, 2000-2019

Municípios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	RASJC
São José dos Campos	349	289	310	214	214	220	228	243	183	278	285	434	456	526	624	622	573	558	584	381	49	46	7.666
São Sebastião	31	12	26	94	275	221	314	339	297	394	537	495	475	436	306	210	302	408	282	171	29	-	5.654
Taubaté	25	24	34	38	32	64	90	28	51	112	98	108	193	204	123	110	101	194	129	133	-	-	1.891
Guaratinguetá	34	19	15	18	26	50	42	41	22	32	45	43	78	283	90	98	104	66	92	85	-	-	1.283
Jacareí	36	27	35	27	32	44	25	36	29	60	19	60	45	66	156	61	63	64	53	63	12	-	1.013
Ubatuba	8	6	2	10	14	16	19	20	15	66	28	37	46	51	65	57	65	73	63	78	33	29	801
Caraguatatuba	8	3	6	13	9	16	22	14	15	24	34	27	28	51	52	29	38	58	108	121	26	21	723
Pindamonhangaba	17	7	10	22	14	36	16	20	23	37	32	32	62	66	51	42	53	56	53	44	-	-	693
Lorena	3	13	8	7	4	10	21	17	9	21	12	14	13	45	18	20	34	22	25	40	-	-	356
Ilhabela	8	8	3	6	8	8	13	10	9	8	16	14	23	27	34	36	17	17	22	21	-	10	318
Caçapava	10	3	4	2	1	7	10	3	7	11	9	8	5	6	7	15	13	16	12	6	-	-	155
Cachoeira Paulista	-	2	6	5	1	3	9	5	8	5	26	15	5	9	6	5	10	9	2	4	-	-	135
Campos do Jordão	-	-	3	1	7	6	2	3	2	3	10	5	3	4	16	15	21	6	6	7	-	-	120
Cruzeiro	6	5	2	7	2	3	3	1	2	12	4	7	4	4	7	7	4	4	10	9	-	-	103
Tremembé	1	3	-	8	3	9	1	10	6	12	2	4	4	4	5	6	6	6	3	6	-	-	99
Aparecida	1	-	-	-	1	5	2	1	1	2	3	1	1	12	4	5	6	11	25	13	-	-	94
Cunha	1	4	1	1	1	4	-	2	-	3	1	1	4	4	1	2	9	8	9	10	-	-	66
Paraibuna	-	1	-	2	-	-	5	-	-	2	17	7	1	2	-	2	-	1	-	-	-	-	40
Potim	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	2	1	-	-	5	3	1	7	2	8	-	-	32
Santa Branca	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3	2	1	2	-	-	-	1	13	5	1	-	-	30
Santo Antônio do Pinhal	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	1	3	-	-	4	3	1	3	-	-	-	-	18
São Bento do Sapucaí	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	3	2	3	1	2	1	-	-	16
Igaratá	-	2	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	1	1	1	-	1	3	1	1	-	-	15
São Luís do Paraitinga	-	1	-	6	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	3	1	-	-	-	-	-	14
Monteiro Lobato	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	2	2	-	1	-	-	9
Lagoinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	1	4	-	-	-	-	8
Lavrinhas	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	1	1	-	-	1	1	-	1	-	1	-	8
Roseira	1	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	8
São José do Barreiro	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	4	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	7
Jambeiro	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	8
Redenção da Serra	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	5
Piquete	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Queluz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	3
Silveiras	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Bananal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Natividade da Serra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	541	430	465	481	649	731	826	795	685	1.091	1.186	1.325	1.451	1.803	1.581	1.352	1.436	1.618	1.490	1.208	149	106	21.399

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Perfil da migração internacional por Municípios de Residência na RAJSC

Finalizamos este artigo traçando um breve perfil da migração internacional segundo município de residência na RAJSC.

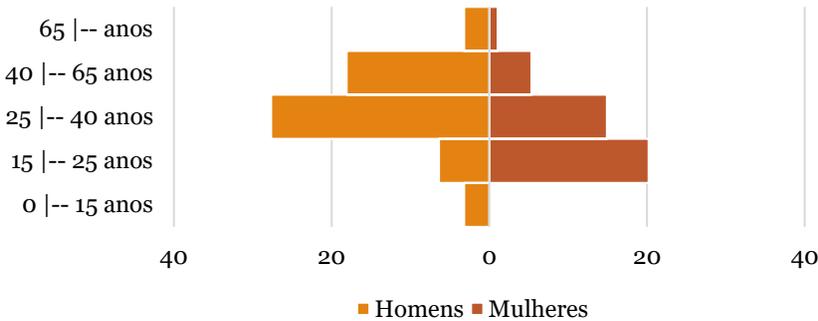
Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo municípios de residência, ano de registro, país de nascimento, faixa etária e sexo, 2000-jun./2021

Aparecida

Aparecida apresenta importante presença de colombianas e colombianos, que respondem por 24 dos 94 registros de imigrantes internacionais residentes neste município entre 2000 e 2019, ou 25,53% do total; bem como de angolanos e angolanas, que respondem por 15 deles, ou 15,96% do total. É interessante observar (tabela em anexo) a relevância de 2018 nesse processo. A estrutura etária dessa população (Gráfico 5) revela ainda maior participação de sujeitos em idades economicamente ativas: 42,55% dos registros referem-se a imigrantes de 25 a 40 anos, 26,59% referem-se às idades de 15 a 25 anos, e 23,40% deles referem-se às idades de 40 a 65 anos. Idosos, com idades a partir de 65 anos, e crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, representam a minoria dos registros: 4,25% e 3,19% do total, respectivamente. Pode-se observar também que a participação de homens é mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 58,51% dos registros, contra 41,49% de mulheres.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 5. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Aparecida, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Bananal

Bananal registrou apenas 1 imigrante internacional no período sob análise, mais precisamente em 2010 (Tabela em anexo).

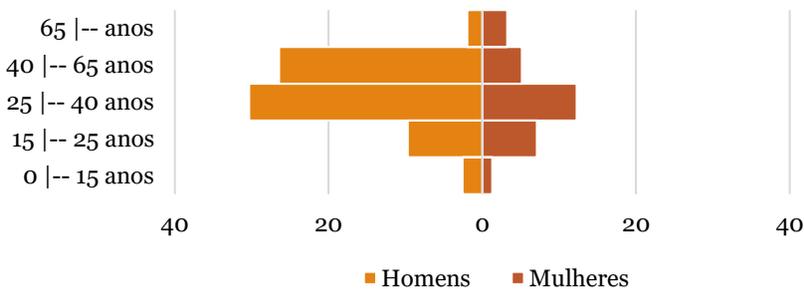
Caçapava

Caçapava também apresenta uma variada gama de países registrados como país de nascimento de imigrantes internacionais residentes neste município entre 2000 e 2019 (Tabela em anexo). A China ocupa o primeiro lugar, respondendo por 25 dos 155 registros, ou 16,13% do total. Em seguida, está a Argentina, respondendo por 16 registros ou 10,32% deles. O terceiro em importância é a Colômbia, que responde por 9 dos registros, ou 5,81%. Alemanha e Índia vêm em seguida, com 8 registros ou 5,16% deles, cada. Nigéria, Espanha, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela respondem, cada um, por 7 registros ou 4,52% do total. 27 outros países ainda aparecem entre os demais registros como país de nascimento dos imigrantes internacionais neste município, mas apresentam uma participação menos expressiva.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A estrutura etária dessa população (Gráfico 6) revela ainda maior participação de sujeitos em idades economicamente ativas: 42,58% dos registros referem-se a imigrantes de 25 a 40 anos, 31,61% referem-se às idades de 40 a 65 anos, e 16,77% deles referem-se às idades de 15 a 25 anos. Idosos, com idades a partir de 65 anos, e crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, representam a minoria dos registros: 5,16% e 3,87% do total, respectivamente. Pode-se observar também que a participação de homens é muito mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 70,97% dos registros, contra 29,03% de mulheres.

Gráfico 6. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Caçapava, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Cachoeira Paulista

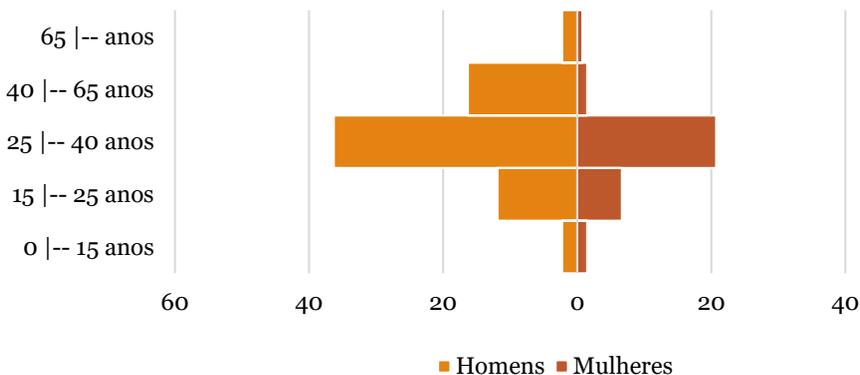
Cachoeira Paulista também apresenta uma variada gama de países registrados como país de nascimento de imigrantes internacionais residentes neste município entre 2000 e 2019 (Tabela em anexo). 7 países respondem por mais de metade dos registros, mais precisamente 58,21% deles. O Japão ocupa o primeiro lugar, respondendo por 19 dos 134 registros, ou 14,18% do total. Em seguida, está o Peru, respondendo por 12 registros ou 8,95% deles. Colômbia e Portugal vêm em seguida, respondendo, cada um, por 11 registros, ou 8,21%. O quinto em importância é a Bolívia, com 9 registros, ou 6,72%. França e Índia

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

seguem a Bolívia em importância, com 8 registros ou 5,97% deles, cada. 25 outros países ainda aparecem entre os demais registros como país de nascimento dos imigrantes internacionais neste município, mas apresentam uma participação menos expressiva.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 7) revela ainda maior participação de sujeitos em idades economicamente ativas: 57,01% dos registros referem-se a imigrantes de 25 a 40 anos, 18,52% referem-se às idades de 15 a 25 anos, e 17,78% deles referem-se às idades de 40 a 65 anos. Idosos, com idades a partir de 65 anos, e crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, representam a minoria dos registros: 2,96% e 3,70% do total, respectivamente. Pode-se observar também que a participação de homens é muito mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 68,89% dos registros, contra 31,11% de mulheres.

Gráfico 7. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Cachoeira Paulista, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

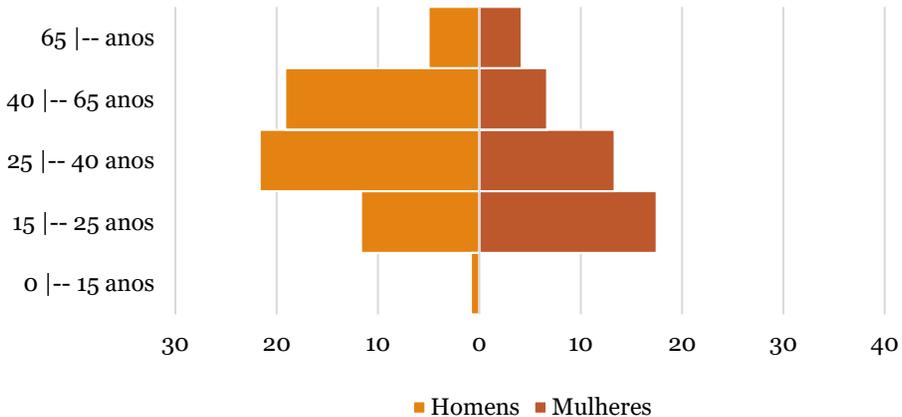
Campos do Jordão

Campos do Jordão também apresenta uma variada gama de países registrados como país de nascimento de imigrantes internacionais residentes neste município entre 2000 e 2019 (Tabela em anexo). A Argentina concentra o maior número de registros, respondendo por 11 dos 120, ou 9,17% do total. Em seguida, está a China, respondendo por 10 registros ou 8,33% deles. Paraguai e Estados Unidos vêm em seguida, respondendo, cada um, por 8 registros, ou 6,67%. Canadá, Colômbia, Itália e Moçambique respondem, cada um, por 7 registros ou 5,83% deles. Finalmente, México, Peru, Portugal e Uruguai respondem, cada um, por 5 registros ou 4,17% deles. Esses países, juntos, respondem pelo nascimento de 70,84% dos imigrantes internacionais em Campos do Jordão. 19 outros países ainda aparecem como país de nascimento dos imigrantes internacionais neste município, mas apresentam uma participação menos expressiva, respondendo pelos demais 29,16% dos registros.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 8) revela ainda maior participação de sujeitos em idades economicamente ativas: 35,00% dos registros referem-se a imigrantes de 25 a 40 anos, 29,17% referem-se às idades de 15 a 25 anos, e 25,83% deles referem-se às idades de 40 a 65 anos. Idosos, com idades a partir de 65 anos, registram menor participação, respondendo por 9,17% dos registros; e crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, representam a minoria dos registros, 0,83% do total. Pode-se observar também que a participação de homens é mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 58,33% dos registros, contra 41,67% de mulheres.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 8. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Campos do Jordão, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Caraguatatuba

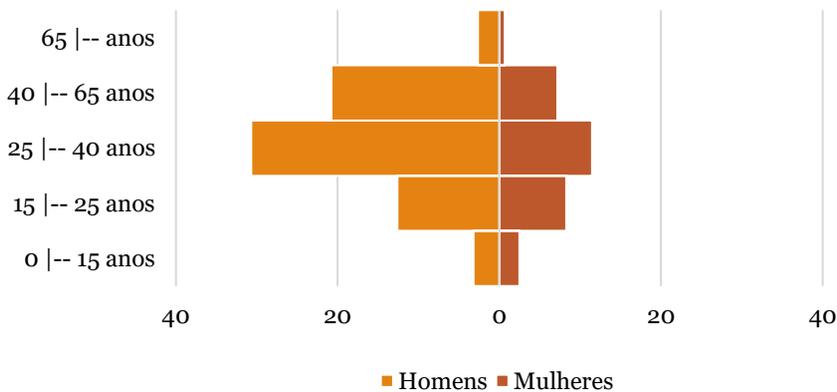
Caraguatatuba é o 7º município da RAJSC em concentração de imigrantes internacionais no período sob estudo. Entre 2000 e 2019, foram registrados 723 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 68 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a Colômbia se destaca, respondendo por 143 registros, ou 19,78% do total. Em seguida, está a China, respondendo por 89 registros ou 12,31% deles. Senegal vem em seguida, respondendo por 58 registros, ou 8,02%. Argentina responde por 51 registros ou 7,05% deles. Finalmente, os Estados Unidos respondem por 46 registros ou 6,36% deles. Esses 5 países, juntos, respondem pelo nascimento de mais de metade dos imigrantes internacionais em Caraguatatuba, e os 63 outros países respondem pelos 46,47% dos registros restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 9) também revela grande concentração dos registros em idades

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

economicamente ativas: 42,18% dos registros referem-se a imigrantes de 25 a 40 anos, 27,94% referem-se às idades de 40 a 65 anos, e 20,88% deles referem-se às idades de 15 a 25 anos. Idosos, com idades a partir de 65 anos, e crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, têm menor participação nos registros, respondendo, respectivamente, por 3,32% e 5,67% do total. Pode-se observar ainda que a participação de homens é consideravelmente mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 69,85% dos registros, contra 30,15% de mulheres.

Gráfico 9. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Caraguatatuba, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

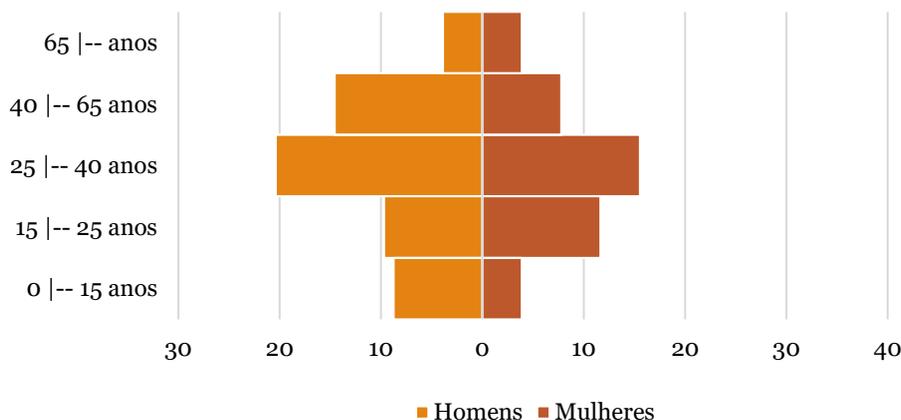
Cruzeiro

Cruzeiro apresenta 29 países registrados como país de nascimento de imigrantes internacionais residentes neste município entre 2000 e 2019 (Tabela em anexo). A China concentra o maior número de registros, respondendo por 23 dos 103, ou 22,33% do total. Em seguida, está a Argentina, respondendo por 11 registros ou 10,68% deles. Estados Unidos vêm em seguida, respondendo por 8 registros, ou 7,77%. Dinamarca, Alemanha e Venezuela respondem, cada um, por 6 registros ou 5,82% deles. Cuba e Espanha respondem, cada um, por 5 registros ou 4,85% deles. Colômbia e Portugal respondem por 4 registros cada, ou 3,88% do total. A Itália é registrada como país de nascimento de 3 imigrantes em Cruzeiro, respondendo por 2,91% do total. Angola, Bolívia, Índia e Peru respondem, cada um, por 2 registros, ou 1,94% do total deles. Finalmente, Bélgica, Chile, França, Israel, Japão, Jordânia, Nigéria, Coreia do Norte, Paquistão, Paraguai, Romênia, Suécia, Taiwan e Reino Unido, são, cada um deles, apontados como país de nascimento de 1 imigrante internacional em com residência em Cruzeiro no período de 2000 a 2019.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 10) revela maior participação de sujeitos em idades economicamente ativas, apesar de ter uma participação mais expressiva de crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, quando comparados ao percentual desta faixa etária em outros municípios da RASJC. 35,92% dos registros referem-se a imigrantes de 25 a 40 anos, 22,33% referem-se às idades de 40 a 65 anos, e 21,36% deles referem-se às idades de 15 a 25 anos. Crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, representam 12,62% dos registros. Os idosos, com idades a partir de 65 anos, por sua vez, registram a menor participação, respondendo por 7,77% dos registros. Pode-se observar também que a participação de homens é mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 57,28% dos registros, contra 42,72% de mulheres.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 10. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Cruzeiro, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Cunha

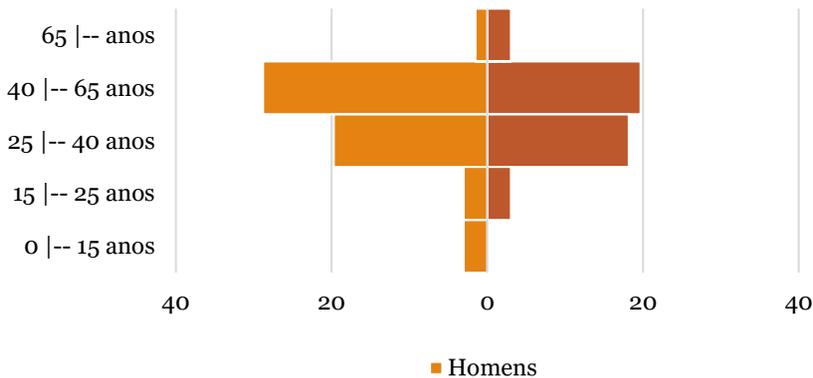
Cunha apresenta 22 países registrados como país de nascimento de imigrantes internacionais residentes neste município entre 2000 e 2019 (Tabela em anexo). 5 desses países respondem como a origem de mais de metade dos imigrantes. O Uruguai concentra o maior número de registros, respondendo por 13 dos 66, ou 19,70% do total. Em seguida, está a Colômbia, respondendo por 9 registros ou 13,64% deles. Venezuela vem em seguida, respondendo por 7 registros, ou 10,61%. Itália responde por 5 registros ou 7,58% deles. E a Argentina responde por 4 registros ou 6,06% deles. Os 17 outros países respondem pelos 42,42% dos registros restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 11) revela grande concentração em duas faixas etárias. Diferente de muitos outros municípios da RASJC, são as idades de 40 a 65 anos que se destacam, respondendo por 48,48% dos registros. Outra grande parcela deles cabe a imigrantes de 25 a 40 anos, que respondem por 37,88% dos registros. Essas duas faixas etárias

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

juntas respondem por 86,36% do total de registros. As demais faixas etárias ficam com apenas 13,64% da representação. Pode-se observar também que a participação de homens é mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 56,06% dos registros, contra 43,94% de mulheres.

Gráfico 11. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Cunha, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Guaratinguetá

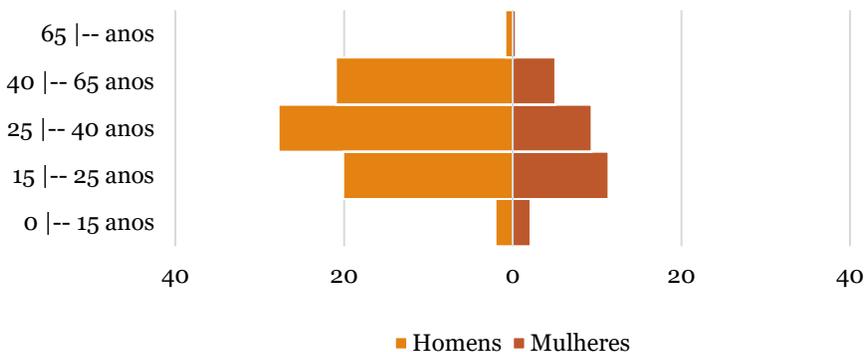
Guaratinguetá é o 4º município da RAJSC em concentração de imigrantes internacionais no período sob estudo. Entre 2000 e 2019, foram registrados 1.283 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 87 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a Alemanha se destaca, respondendo por 257 registros, ou 20,03% do total. Em seguida, está a França, respondendo por 77 registros ou 6,00% deles. Itália vem em seguida, respondendo por 66 registros, ou 5,14%. Espanha responde por 58 registros ou 4,52% deles. Colômbia é o 5º país em importância entre os indicados como país de nascimento, respondendo por 57 registros, ou 4,44%. Bélgica e Rússia respondem, cada um, por 55 registros ou

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

4,29% deles. Finalmente, Portugal responde por 52 registros, ou 4,05% deles. Esses 8 países, juntos, respondem pelo nascimento de mais de metade dos imigrantes internacionais em Caraguatatuba, e os 79 outros países respondem pelos 47,23% dos registros restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 12) também revela grande concentração, sendo que três faixas etárias respondem pela quase totalidade dos registros, ou 94,62% deles: 37,10% dos registros referem-se a imigrantes de 25 a 40 anos, 31,49% referem-se às idades de 15 a 25 anos, e 26,03% deles referem-se às idades de 40 a 65 anos. Idosos, com idades a partir de 65 anos, e crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, têm menor participação nos registros, respondendo, juntos, por 5,39% do total. Pode-se observar ainda que a participação de homens é consideravelmente mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 71,71% dos registros, contra 28,29% de mulheres.

Gráfico 12. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Cunha, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Igaratá

Igaratá, entre 2000 e 2019, registrou 15 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 9 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), Camarões concentra 20% deles, respondendo por 3 registros. Líbano, Nigéria, Portugal e Rússia respondem, cada um, por 2 registros ou 13,33% deles. Finalmente, Bélgica, Peru, Estados Unidos e Venezuela respondem, cada um, como país de nascimento de 1 imigrante ou 6,67% do total de registros.

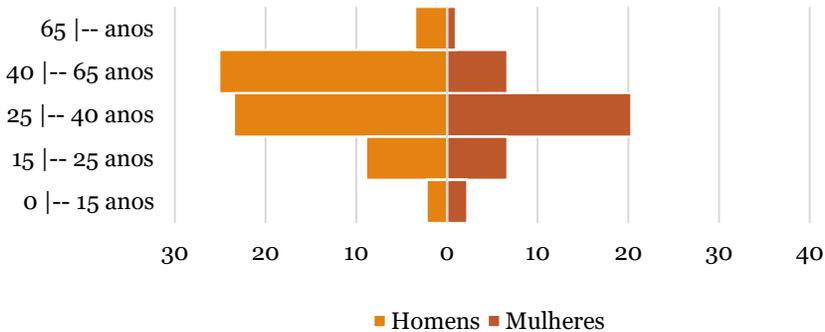
Ilhabela

Ilhabela apresenta 37 países registrados como país de nascimento de imigrantes internacionais residentes neste município entre 2000 e 2019 (Tabela em anexo). A Argentina responde como a origem de quase metade desses imigrantes, respondendo por 150 dos 318 registros, ou 47,17% deles. O Uruguai vem em segundo lugar, respondendo por 24 registros, ou 7,55% do total. Em seguida, está a Itália, respondendo por 18 registros ou 5,66% deles. Esses três países, juntos, respondem por 60,38% do total dos registros, e os outros 34 países respondem pelos 39,62% restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 13) revela grande concentração em três faixas etárias. As idades de 25 a 40 anos se destacam, respondendo por 43,81% dos registros. Outra grande parcela deles cabe a imigrantes de 40 a 65 anos, que respondem por 31,75% dos registros. Finalmente, as idades de 15 a 25 anos respondem por 15,55% dos registros. Essas três faixas etárias, juntas, concentram 91,11% dos registros. As demais faixas etárias ficam com apenas 8,89% da representação. Pode-se observar também que a participação de homens é mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 63,17% dos registros, contra 36,83% de mulheres.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 13. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Ilhabela, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Jacareí

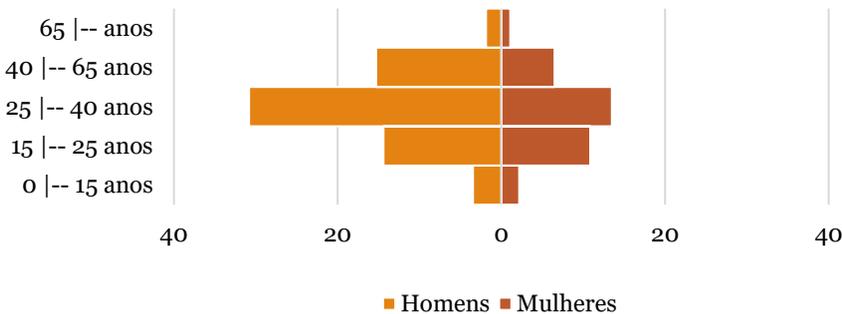
Jacareí é o 5º município da RAJSC em concentração de imigrantes internacionais no período sob estudo. Entre 2000 e 2019, foram registrados 1.013 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 62 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a China se destaca, respondendo por 256 registros, ou 25,27% do total. Em seguida, está o Paraguai, respondendo por 66 registros ou 6,51% deles. Argentina vem em seguida, respondendo por 58 registros, ou 5,73%. Cuba e Portugal respondem, cada um, por 47 registros ou 4,64% deles. Colômbia é o 6º país em importância entre os indicados como país de nascimento, respondendo por 46 registros, ou 4,54%. Esses 6 países, juntos, respondem pelo nascimento de pouco mais de metade dos imigrantes internacionais em Jacareí, e os 56 outros países respondem pelos 48,67% dos registros restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 14) revela grande concentração na faixa etária que compreende as idades de 25 a 40 anos, que representam quase metade dos registros, ou 44,32% deles. Em segundo lugar em importância, estão as idades

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

de 15 a 25 anos, que representam 25,27% dos registros. 21,82% dos deles referem-se a imigrantes de 40 a 65 anos. Idosos, com idades a partir de 65 anos, e crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, têm menor participação nos registros, respondendo, juntos, por 8,59% do total. Pode-se observar ainda que a participação de homens é consideravelmente mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 65,84% dos registros, contra 34,16% de mulheres.

Gráfico 14. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Jacareí, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Jambeiro

Jambeiro, entre 2000 e 2019, registrou apenas 7 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 4 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a Nigéria é o mais recorrente, respondendo por 4 registros, ou 57,14% do total. Camarões, Alemanha e Holanda respondem, cada um, por 1 registro.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Lagoinha

Lagoinha, entre 2000 e 2019, registrou apenas 8 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 6 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), Cuba e Nigéria são responsáveis, cada um, por 2 registros. Juntos, esses 2 países respondem como país de nascimento de 50% dos imigrantes internacionais residindo neste município. Colômbia, França, Haiti e Estados Unidos respondem, cada um, por 1 registro.

Lavrinhas

Lavrinhas, entre 2000 e 2019, também registrou apenas 8 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 5 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), Portugal é responsável por 4 registros, respondendo como país de nascimento de 50% dos imigrantes internacionais residindo neste município, neste período. Argentina, Chile, Guiné Bissau e Peru respondem, cada um, por 1 registro.

Lorena

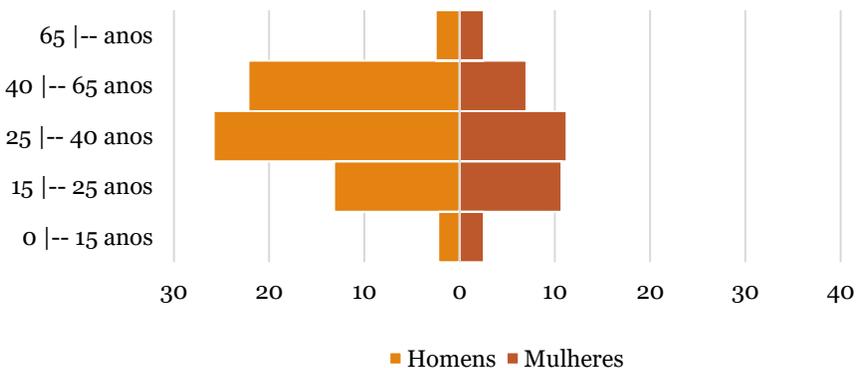
Lorena apresenta 44 países registrados como país de nascimento de imigrantes internacionais residentes neste município entre 2000 e 2019 (Tabela em anexo). Não há maiores concentrações de qualquer nacionalidade, sendo que nenhuma delas responde por nem 10% dos registros totais, ao contrário do que acontece na maioria dos casos, quando algum país se destaca entre os registrados como país de nascimento. No caso de Lorena, o México responde pelo maior número de registros: 31 dos 356, ou 8,71% do total. A Índia responde por 24 registros, ou 6,74% deles. A Polônia vem em terceiro lugar, respondendo por 21 registros, ou 5,90% do total. Em seguida, está a China, respondendo por 20 registros ou 5,62% deles. Argentina e Colômbia respondem, cada um, por 19 registros, ou 5,34% deles. A Venezuela responde por 18 registros, ou 5,06% deles. Em

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

seguida vem a França, respondendo por 17 registros ou 4,77% deles. Finalmente, Alemanha e Itália respondem, cada um, por 16 registros, ou 4,49% deles. Esses dez países, juntos, respondem por 56,47% do total dos registros, e os outros 34 países respondem pelos 43,53% restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 15) revela grande concentração em três faixas etárias. As idades de 25 a 40 anos se destacam, respondendo por 37,08% dos registros. Outra grande parcela deles cabe a imigrantes de 40 a 65 anos, que respondem por 29,21% dos registros. Finalmente, as idades de 15 a 25 anos respondem por 23,88% dos registros. Essas três faixas etárias, juntas, concentram 90,17% dos registros. As demais faixas etárias ficam com apenas 9,83% da representação. Pode-se observar também que a participação de homens é consideravelmente mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 66,01% dos registros, contra 33,99% de mulheres.

Gráfico 15. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Lorena, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Monteiro Lobato

Monteiro Lobato, entre 2000 e 2019, registrou apenas 9 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 8 nacionalidades distintas: a Espanha responde como país de nascimento de 2 desses imigrantes, e os 7 demais registros apontam como país de nascimento o Afeganistão, a Argentina, a Áustria, a Alemanha, a Itália, o Reino Unido e os Estados Unidos (1 registro por país) (Tabela em anexo).

Natividade da Serra

Natividade da Serra, entre 2000 e 2019, registrou apenas 1 imigrante internacional residindo neste município, cujo país de nascimento indicado foi a Dinamarca e o registro foi feito no ano de 2013 (Tabela em anexo).

Paraibuna

Paraibuna, entre 2000 e 2019, registrou 40 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 9 nacionalidades distintas (Tabela em anexo). Estados Unidos é indicado como país de nascimento em 65% dos registros – 26 dos 40. A Argentina vem em segundo lugar, respondendo por 6 registros, ou 15% do total. Portugal responde por 2 registros, ou 5% do total. Finalmente, Austrália, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba e Venezuela respondem, cada um, por 1 registro.

Pindamonhangaba

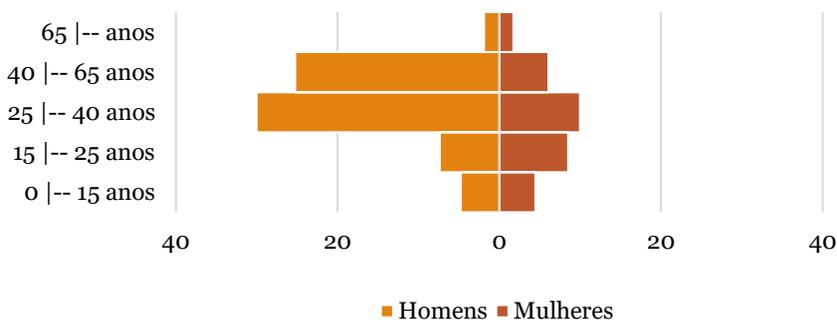
Pindamonhangaba apresenta 62 países registrados como país de nascimento de imigrantes internacionais residentes neste município entre 2000 e 2019 (Tabela em anexo). Não há maiores concentrações de qualquer nacionalidade, sendo que a maior delas cabe à Argentina, que responde por apenas 11,69% dos registros – 81 de 693. A China responde por 60 registros, ou 8,66% deles. A Alemanha vem em terceiro lugar, respondendo por 59 registros, ou 8,51% do total. Em seguida, está a Colômbia,

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

respondendo por 48 registros ou 6,93% deles. A Bolívia responde por 46 registros ou 6,64% deles. O Japão responde por 45 registros, ou 6,49% deles. Em seguida vem o México, respondendo por 40 registros ou 6,49% deles. Finalmente, os Estados Unidos respondem por 34 registros, ou 5,77% deles. Esses 7 países, juntos, respondem por 54,70% do total dos registros, e os outros 55 países respondem pelos 45,30% restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 16) revela grande concentração em três faixas etárias. As idades de 25 a 40 anos se destacam, respondendo por 39,97% dos registros. Outra grande parcela deles cabe a imigrantes de 40 a 65 anos, que respondem por 31,31% dos registros. Finalmente, as idades de 15 a 25 anos respondem por 15,87% dos registros. Essas três faixas etárias, juntas, concentram 87,15% dos registros. As demais faixas etárias ficam com apenas 12,85% da representação. Pode-se observar também que a participação de homens é consideravelmente mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 69,26% dos registros, contra 30,74% de mulheres.

Gráfico 16. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Pindamonhangaba, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Piquete

Piquete, entre 2000 e 2019, registrou apenas 3 imigrantes internacionais residindo neste município: 1 deles indicou o Líbano como país de nascimento, 1 indicou a Noruega, e 1 indicou a Alemanha. Os registros foram feitos, respectivamente, nos anos: 2000, 2004 e 2009 (Tabela em anexo).

Potim

Potim, entre 2000 e 2019, registrou 32 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 9 nacionalidades distintas (Tabela em anexo). Peru é indicado como país de nascimento em 34,37% dos registros – 11 dos 32. A Venezuela vem em segundo lugar, respondendo por 8 registros, ou 25% do total. Esses 2 países respondem, juntos, 59,37% do total de registros.

Queluz

Queluz, entre 2000 e 2019, registrou apenas 3 imigrantes internacionais residindo neste município: 1 deles indicou a França como país de nascimento, 1 indicou o Peru, e 1 indicou o Equador. Os registros foram feitos, respectivamente, nos anos: 2011, 2014 e 2015 (Tabela em anexo).

Redenção da Serra

Redenção da Serra, entre 2000 e 2019, registrou apenas 5 imigrantes internacionais residindo neste município: 1 deles indicou Portugal como país de nascimento, 1 indicou a Nigéria, e 3 indicaram a Venezuela. Os registros de cada um desses países foram feitos, respectivamente, nos anos: 2004, 2017 e 2019 (Tabela em anexo).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Roseira

Roseira, entre 2000 e 2019, registrou apenas 8 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 6 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), Uruguai e Venezuela são responsáveis, cada um, por 2 registros. Juntos, esses 2 países respondem como país de nascimento de 50% dos imigrantes internacionais residindo neste município. Colômbia, Alemanha, Nigéria e Peru respondem, cada um, por 1 registro.

Santa Branca

Santa Branca, entre 2000 e 2019, registrou 30 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 15 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a Nigéria foi o mais indicado como tal, respondendo por 5 registros. Estados Unidos foi indicado como país de nascimento de 4 desses imigrantes. Camarões e Reino Unido respondem, cada um, por 3 registros. Em seguida vêm Chile, Itália, Portugal e Uruguai que respondem, cada um, por 2 registros. Finalmente, Angola, Bolívia, China, Estônia, Alemanha, Paquistão e Peru respondem, cada um, como país de nascimento de 1 imigrante.

Santo Antônio do Pinhal

Santo Antônio do Pinhal, entre 2000 e 2019, registrou 18 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 10 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a Colômbia foi o mais indicado como tal, respondendo por 4 registros. A Argentina foi indicada como país de nascimento de 3 desses imigrantes. Alemanha, Itália e Japão respondem, cada um, por 2 registros. Finalmente, Bulgária, França, Noruega, Portugal e Suíça respondem, cada um, como país de nascimento de 1 imigrante.

São Bento do Sapucaí

São Bento do Sapucaí, entre 2000 e 2019, registrou 16 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 6 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a Argentina foi o mais indicado como tal, respondendo por 6 registros. Espanha e Estados Unidos foram indicados, cada um, como país de nascimento de 3 desses imigrantes. Cuba responde por 2 registros. Finalmente, Bolívia e Colômbia respondem, cada um, como país de nascimento de 1 imigrante.

São José do Barreiro

São José do Barreiro, entre 2000 e 2019, registrou 8 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 3 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a Alemanha foi o mais indicado como tal, respondendo por 5 registros. Canadá responde por 2 dos registros e o Haiti responde como país de nascimento de 1 imigrante.

São José dos Campos

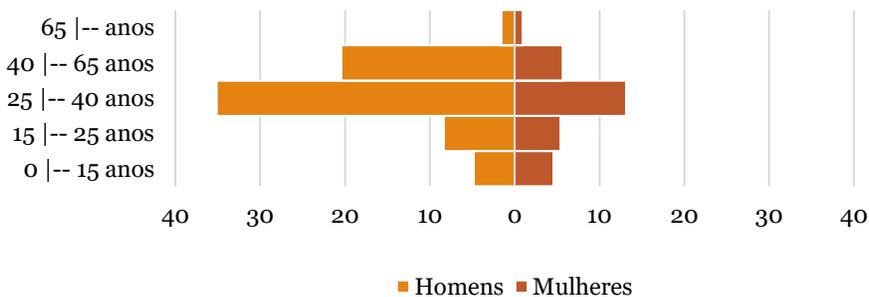
São José dos Campos é o 1º município da RAJSC em concentração de imigrantes internacionais no período sob estudo. Entre 2000 e 2019, foram registrados 7.666 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 126 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a China se destaca, respondendo por 1.051 registros, ou 14,00% do total. Em seguida, estão os Estados Unidos, respondendo por 741 registros ou 9,67% deles. Colômbia vem em seguida, respondendo por 564 registros, ou 7,36%. A Argentina responde por 379 registros ou 4,94% deles. A Espanha é o 5º país em importância entre os indicados como país de nascimento, respondendo por 353

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

registros, ou 4,60%. Portugal vem em seguida, respondendo por 324 registros, ou 4,23%. A França responde por 317 registros ou 4,13% deles. Finalmente, destaca-se a Alemanha, que responde por 275 registros ou 4,00% deles. Esses 8 países, juntos, respondem pelo nascimento de mais de metade dos imigrantes internacionais em São José dos Campos, e os 118 outros países respondem pelos 48,00% dos registros restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 17) revela grande concentração na faixa etária que compreende as idades de 25 a 40 anos, que representam quase metade dos registros, ou 48,22% deles. Em segundo lugar em importância, estão as idades de 40 a 65 anos, que representam 26,12% dos registros. 13,76% dos deles referem-se a imigrantes de 15 a 25 anos. Crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, vêm em seguida, respondendo por 9,39% do total. Idosos, com idades a partir de 65 anos, têm a menor participação nos registros, respondendo pelos 2,50% restantes. Pode-se observar ainda que a participação de homens é consideravelmente mais expressiva que a de mulheres, uma vez que eles representam 70,32% dos registros, contra 29,68% de mulheres.

Gráfico 17. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em São José dos Campos, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

São Luís do Paraitinga

São Luís do Paraitinga, entre 2000 e 2019, registrou 14 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 7 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a Dinamarca foi o mais indicado como tal, respondendo por 4 registros. Colômbia e Alemanha respondem, cada um, por 3 dos registros, e Argentina, Itália, Portugal e Tailândia respondem, cada um, como país de nascimento de 1 imigrante.

São Sebastião

São Sebastião é o 2º município da RAJSC em concentração de imigrantes internacionais no período sob estudo. Entre 2000 e 2019, foram registrados 5.654 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 84 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), as Filipinas se destacam amplamente, respondendo por 2.283 registros, ou 40,00% do total. Em segundo lugar, está a Índia, respondendo por 534 registros ou 9,44% deles. A Grécia vem em seguida, ocupando o terceiro lugar em importância, respondendo por 523 registros, ou 9,25%. Esses 3 países, juntos, respondem pelo nascimento de quase 60% dos imigrantes internacionais em São Sebastião, e os 81 outros países respondem pelos 41% dos registros restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 18) revela grande concentração na faixa etária que compreende as idades de 25 a 40 anos, que representam quase metade dos registros, ou 49,50% deles. Em segundo lugar em importância, estão as idades de 40 a 65 anos, que representam 38,20% dos registros. 11,05% dos deles referem-se a imigrantes de 15 a 25 anos. Crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, e idosos, com idades a partir de 65 anos, têm pequena participação nos registros, respondendo, juntos por apenas 1,24% dos registros. Pode-se observar ainda que os homens compreendem a quase totalidade dos registros, respondendo por 96,36% deles, sendo muito pouco expressiva a

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

participação de mulheres, que representam apenas 3,64% dos registros.

Gráfico 18. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em São Sebastião, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Silveiras

Silveiras, entre 2000 e 2019, registrou apenas 3 imigrantes internacionais residindo neste município, cujo país de nascimento indicado foi a França e o registro foi feito no ano de 2005 (Tabela em anexo).

Taubaté

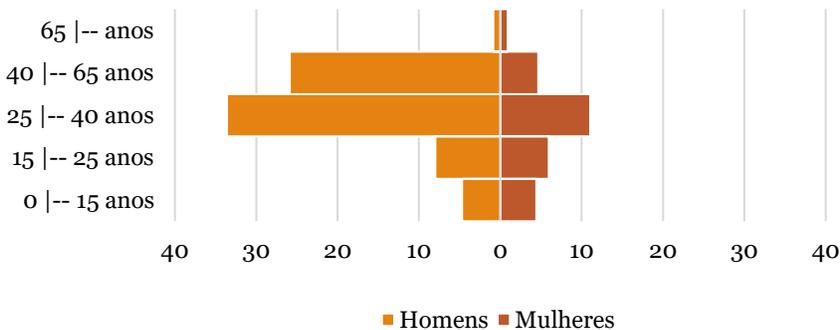
Taubaté é o 3º município da RAJSC em concentração de imigrantes internacionais no período sob estudo. Entre 2000 e 2019, foram registrados 1.891 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 87 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a Coreia do Sul se destaca, respondendo por 277 registros, ou 14,65% do total. Em seguida, está a Alemanha, respondendo por 254 registros ou 13,43% deles. Colômbia vem em seguida, respondendo por 134 registros, ou 7,09%. Portugal responde por 107 registros ou 5,66% deles. A França é o 5º país em importância entre os indicados como país

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

de nascimento, respondendo por 95 registros, ou 5,02%. A Argentina vem em seguida, respondendo por 93 registros, ou 4,92%. Esses 6 países, juntos, respondem pelo nascimento de metade dos imigrantes internacionais em Taubaté, e os 81 outros países respondem pelos 49,22% dos registros restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 19) revela grande concentração na faixa etária que compreende as idades de 25 a 40 anos, que representam quase metade dos registros, ou 44,63% deles. Em segundo lugar em importância, estão as idades de 40 a 65 anos, que representam 30,51% dos registros. 13,96% dos deles referem-se a imigrantes de 15 a 25 anos. Crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, e idosos, com idades a partir de 65 anos, têm pequena participação nos registros, respondendo, juntos por 10,89% dos registros. Pode-se observar ainda que os homens respondem por grande parte dos registros – 72,98% deles –, sendo menos expressiva a participação de mulheres – 27,02% dos registros.

Gráfico 19. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Taubaté, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

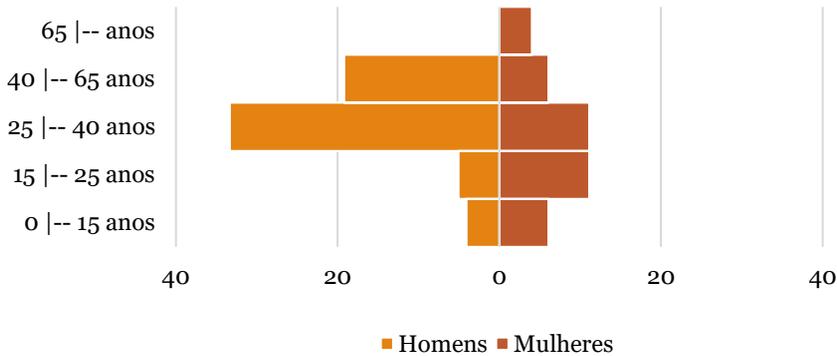
Tremembé

Tremembé apresenta 33 países registrados como país de nascimento de imigrantes internacionais residentes neste município entre 2000 e 2019 (Tabela em anexo). Não há maiores concentrações de qualquer nacionalidade: a maior delas cabe à Alemanha, que responde por 15,15% dos registros – 15 de 99. A China responde por 10 registros, ou 10,10% deles. A França vem em terceiro lugar, junto ao México, respondendo, cada um deles, por 7 registros, ou 7,07% do total. Em seguida, vêm Portugal e Argentina, respondendo, cada um, por 6 registros ou 6,06% deles. Esses 6 países, juntos, respondem por 51,51% do total dos registros, e os outros 27 países respondem pelos 48,49% restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 20) revela grande concentração na faixa etária que compreende as idades de 25 a 40 anos, que representam quase metade dos registros, ou 44,44% deles. Em segundo lugar em importância, estão as idades de 40 a 65 anos, que representam 25,25% dos registros. 16,16% dos deles referem-se a imigrantes de 15 a 25 anos. Crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, respondem por 10,10% dos registros. Finalmente, idosos, com idades a partir de 65 anos, têm a menor participação nos registros, respondendo por apenas 4,04% deles. Pode-se observar ainda que os homens respondem pela maior parte dos registros – 61,61% deles –, sendo menos expressiva a participação de mulheres – 38,39%.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Gráfico 20. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Tremembé, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Ubatuba

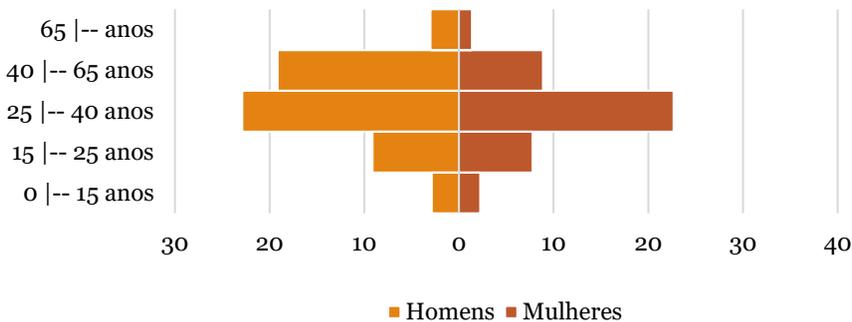
Encerramos este perfil da migração internacional segundo município de residência na RASJC com Ubatuba, o 6º mais importante em concentração desses sujeitos no período sob estudo. Entre 2000 e 2019, foram registrados 801 imigrantes internacionais residindo neste município, representantes de 48 nacionalidades distintas. Entre os países registrados como país de nascimento desses imigrantes (Tabela em anexo), a Argentina se destaca, respondendo por 311 registros, ou 38,83% do total. Em seguida, está o Peru, respondendo por 123 registros ou 15,36% deles. A China ocupa o terceiro lugar em importância, respondendo por 37 registros, ou 4,62%. Esses 3 países, juntos, respondem pelo nascimento de metade dos imigrantes internacionais em Ubatuba, e os 45 outros países respondem pelos 41,19% dos registros restantes.

A estrutura etária dessa população (Gráfico 21) revela grande concentração na faixa etária que compreende as idades de 25 a 40 anos, que representam quase metade dos registros, ou 45,56% deles. Em segundo lugar em importância, estão as idades de 40 a 65 anos, que representam 28,04% dos registros. 16,90%

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

dos deles referem-se a imigrantes de 15 a 25 anos. Crianças e adolescentes, de 0 a 15 anos, e idosos, com idades a partir de 65 anos, têm pequena participação nos registros, respondendo, juntos por 9,50% dos registros. Pode-se observar ainda que os homens respondem por grande parte dos registros – 57,07% deles –, sendo menos expressiva a participação de mulheres – 42,93% dos registros.

Gráfico 21. Distribuição relativa de imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes em Ubatuba, segundo faixa etária e sexo, 2000-2019



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Revogada pela Lei nº 13.445, de 2017, atualmente em vigência. Definia a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Regulamentava o artigo 13º, que tratava do visto temporário concedido ao estrangeiro que pretendia entrar no País. Brasília, DF, 1980.

ANEXO

Imigrantes internacionais com registros ativos no Brasil residentes nos municípios da Região Administrativa de São José dos Campos (RASJC), segundo municípios de residência, ano de registro, país de nascimento, faixa etária e sexo, 2000-jun./2021

Aparecida

País de Nascimento	2000	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Colômbia	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	2	1	0	1	4	10	1	24
Angola	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	8	2	15
Itália	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	5
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
Líbano	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	4
China	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	3
Moçambique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Paraguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	3
Peru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Espanha	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Reino Unido	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	3
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2
República Tcheca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Alemanha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Uruguai	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Bolívia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Chile	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Honduras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Iraque	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Cazaquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1

País de Nascimento	2000	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Filipinas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Romênia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
África do Sul	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	1	1	5	2	1	1	2	3	1	1	12	4	5	6	11	25	13	94

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Bananal

País de nascimento	2010	Total
Bélgica	1	1
Total	1	1

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Cacapava

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
China	8	0	0	0	0	1	0	0	0	6	0	1	1	0	0	4	2	0	0	2	25
Argentina	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	2	2	2	0	3	1	16
Colômbia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	0	1	1	0	3	0	0	9
Alemanha	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	1	2	0	0	8
Índia	1	0	1	0	0	0	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	8
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	7
Espanha	0	0	2	0	0	0	3	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Estados Unidos	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1	2	0	0	0	0	7
Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	1	1	0	7
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1	0	0	3	0	7
Chile	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	5
Portugal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	5
França	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Itália	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Japão	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	4
Bolívia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3
Holanda	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Peru	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Paraguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Polônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Reino Unido	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Angola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Burundi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Costa Rica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Dinamarca	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Equador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Estônia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Honduras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Israel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Noruega	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Paquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Rússia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
África do Sul	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Suíça	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Togo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	10	3	4	2	1	7	10	3	7	11	9	8	5	6	7	15	13	16	12	6	155

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Cachoeira Paulista

País de nascimento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Japão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
Peru	2	1	1	0	0	1	2	2	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	12
Colômbia	0	0	0	0	0	1	0	2	2	0	1	2	0	2	1	0	0	0	0	11
Portugal	0	0	0	1	0	4	0	1	0	0	0	0	0	1	2	2	0	0	0	11
Bolívia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	0	0	0	0	1	1	0	1	9
França	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	1	2	0	0	0	1	0	1	0	8
Índia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	2	0	2	0	0	0	8
Camarões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	4
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	4
Itália	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	4
México	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	4
Paraguai	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Sérvia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2	0	0	4
Estados Unidos	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	4
Uganda	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Ucrânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3
Cabo Verde	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Holanda	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Rússia	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Espanha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2
Argentina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Bélgica	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Chile	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Costa Rica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Etiópia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Grécia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Guatemala	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Guiné Bissau	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Porto Rico	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Total	2	6	5	1	3	9	4	8	5	26	15	5	9	6	5	10	9	2	4	134

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Campos do Jordão

País de nascimento	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Argentina	0	0	0	0	1	1	0	0	3	0	0	0	0	1	4	1	0	0	11
China	0	0	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	1	0	10
Paraguai	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	1	2	0	1	0	8
Estados Unidos	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	2	0	1	8
Canadá	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	4	0	0	0	7
Colômbia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	1	7
Itália	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	3	0	0	0	0	7
Moçambique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	1	0	1	7
México	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	5
Peru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	2	5
Portugal	0	0	0	1	0	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5
Uruguai	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	5
Equador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	4
Angola	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Alemanha	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	3
Romênia	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Chile	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Israel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Japão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Holanda	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Filipinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
Espanha	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Áustria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Comores	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Índia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Jamaica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Líbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Libéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Suriname	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Taiwan	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Timor Leste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	3	1	7	6	2	3	2	3	10	5	3	4	16	15	21	6	6	7	120

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Caraguatatuba

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	jun./2021	Total
Colômbia	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	7	0	0	6	3	8	6	24	33	27	16	11	143
China	2	0	1	2	1	1	2	0	1	6	2	4	1	9	3	0	2	3	23	16	10	0	89
Senegal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	6	38	0	0	0	58
Argentina	1	0	3	0	2	2	1	2	2	1	2	0	4	9	8	1	3	2	2	6	0	0	51
Estados Unidos	1	0	0	0	0	0	2	4	3	0	4	1	6	6	2	2	9	1	1	4	0	0	46
Portugal	0	0	0	2	0	2	2	1	0	5	2	5	2	2	2	6	1	1	0	1	0	0	34
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	19	8	0	0	31
Itália	0	1	0	0	2	3	1	1	1	2	4	3	1	0	1	1	2	0	3	0	0	0	26
Bolívia	0	0	0	0	0	1	2	1	0	1	0	0	2	6	1	0	2	1	5	2	0	0	24
Paraguai	0	0	0	2	0	1	0	0	1	0	0	0	2	3	2	3	0	0	0	0	0	10	24
Peru	0	0	0	0	1	2	1	1	0	1	4	0	0	1	0	1	2	2	1	0	0	0	17
Alemanha	0	0	0	1	0	1	4	0	2	2	1	0	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	16
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	2	1	4	2	0	0	15
Reino Unido	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	2	0	3	0	2	1	0	0	0	0	12
Uruguai	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	2	0	0	1	0	1	0	0	10
Chile	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	2	0	0	1	0	0	0	9
México	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	1	1	0	2	0	1	0	0	1	0	0	9
França	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0	0	1	2	0	0	8
Japão	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7
Angola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	6
Áustria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	2	0	0	6
Romênia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	5
Espanha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	5
Taiwan	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Vietnã	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	4
Austrália	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Finlândia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	3
Filipinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3
Suíça	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Bulgária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Gâmbia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Grécia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Hong-Kong	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Índia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Líbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Moçambique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Holanda	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Noruega	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Rússia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
Turquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Ucrânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Argélia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Canadá	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cabo Verde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
República Tcheca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Dinamarca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Equador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Estônia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Gana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	jun./2021	Total
Guiné	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Guiné Bissau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Indonésia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Irlanda	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Nova Zelândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Paquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Panamá	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Polônia	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sérvia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Serra Leoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Eslováquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Coréia do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Síria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Tailândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Zâmbia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Zimbábwe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	8	3	6	13	9	16	22	14	15	24	34	27	28	51	52	29	38	58	108	121	26	21	723

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Cruzeiro

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
China	5	0	0	3	0	0	0	1	0	6	1	0	0	0	1	3	2	1	0	0	23
Argentina	0	0	1	2	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	2	0	11
Estados Unidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0	1	0	1	0	0	1	1	8
Dinamarca	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	6
Alemanha	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	6
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6
Cuba	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	5
Espanha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	5
Colômbia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	1	4
Portugal	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Itália	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	3
Angola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Bolívia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Índia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Peru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Chile	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
França	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Israel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Japão	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Jordânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Coreia do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Paquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Paraguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Romênia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Suécia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Taiwan	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	6	5	2	7	2	3	3	1	2	12	4	7	4	4	7	7	4	4	10	9	103

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Cunha

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Uruguai	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6	1	3	13
Colômbia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	0	3	0	2	0	9
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5	7
Itália	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	5
Argentina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	4
Chile	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	4
Estados Unidos	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	4
Alemanha	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Bélgica	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Portugal	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Espanha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
Albânia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Áustria	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Equador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
França	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Israel	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Japão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Holanda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Polônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Suíça	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	1	4	1	1	1	4	2	3	1	1	4	4	1	2	9	8	9	10	66

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Guaratinguetá

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Alemanha	18	5	6	3	3	10	11	11	7	5	13	9	9	42	19	18	31	6	15	16	257
França	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	4	19	10	14	7	10	5	5	77
Itália	1	0	0	3	0	0	0	1	1	1	4	2	8	26	3	4	2	2	1	7	66
Espanha	2	1	1	0	0	1	0	0	2	2	3	4	11	11	5	4	4	2	4	1	58
Colômbia	0	0	0	2	1	2	0	0	0	0	3	2	3	9	9	2	4	7	10	3	57
Bélgica	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	3	25	4	3	0	1	2	14	55
Rússia	7	2	3	2	2	4	14	14	3	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	55
Portugal	0	1	0	0	0	0	2	1	1	1	1	4	4	6	3	2	3	4	13	6	52
China	0	0	0	3	0	0	0	0	0	5	0	2	3	10	3	7	5	4	0	4	46
México	0	1	0	0	15	0	1	0	0	2	0	0	1	3	2	4	6	3	3	2	43
Peru	3	1	0	0	1	3	3	2	1	1	6	2	0	1	3	1	4	4	3	3	42
República Tcheca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	28	1	1	0	0	0	7	39
Argentina	0	0	1	0	0	3	0	2	0	2	5	2	0	8	3	1	4	2	3	1	37
Japão	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	1	0	7	7	5	1	0	9	2	36
Holanda	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	1	22	0	0	0	1	1	0	28
Índia	1	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3	6	0	1	3	1	0	4	24
Canadá	0	0	0	0	1	9	2	0	0	0	0	0	2	2	2	0	2	3	0	0	23
Estados Unidos	0	3	0	1	1	1	0	3	1	1	0	1	3	1	1	0	2	1	3	0	23
Chile	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	2	3	0	0	3	1	2	4	0	19
Cuba	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	6	2	3	1	0	18
Hungria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	15	0	1	0	0	0	0	17
Paraguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3	7	1	0	3	0	16
Áustria	0	1	0	0	0	0	2	2	1	1	0	1	1	3	0	2	0	0	0	0	14
Filipinas	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	5	0	0	1	2	0	2	14
Angola	0	0	0	0	0	4	0	0	1	2	1	0	0	0	0	1	0	2	2	2	13
Polônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	2	0	3	2	2	0	12
Equador	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	3	3	0	1	0	11
Bolívia	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	8
Suécia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	0	8
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	2	1	0	0	7
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	1	2	0	0	0	6
Moçambique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	2	6
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	6
Guatemala	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	5
Sérvia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0	0	5
África do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0	0	1	0	0	0	5
Líbano	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4
Cingapura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	4
Romênia	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Emirados Árabes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	3

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3	
Costa Do Marfim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2
Croácia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
República Dem. Congo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Egito	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Omã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Síria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
Tunísia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Ucrânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Vietnã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
Argélia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Austrália	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Azerbaijão	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Bangladesh	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Brasil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Bulgária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cabo Verde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Chipre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Comunidade Dominicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Estônia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Honduras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Indonésia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Jordânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Cazaquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Kuwait	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Lesoto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Malásia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Mali	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Martinica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Nova Zelândia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Nicarágua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Nigéria	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Noruega	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Paquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Palestina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Panamá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
São Tomé e Príncipe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Senegal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Serra Leoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Eslováquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Eslovênia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Somália	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Tailândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Togo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Turquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	34	19	15	18	26	50	42	41	22	32	45	43	78	283	90	98	104	66	92	85	1.283

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Igaratá

País de nascimento	2001	2008	2009	2012	2013	2014	2016	2017	2018	2019	Total
Camarões	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
Líbano	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Portugal	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Rússia	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Bélgica	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Peru	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Estados Unidos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	2	2	2	1	1	1	1	3	1	1	15

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Ilhabela

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	jun./2021	Total
Argentina	1	3	0	4	3	1	7	6	3	2	6	2	10	15	14	22	7	10	9	15	10	150
Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	3	0	1	6	5	2	0	1	3	0	0	24
Itália	1	0	0	1	0	2	0	0	0	2	1	3	1	1	3	2	0	0	1	0	0	18
Chile	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	5	3	1	1	0	1	1	0	0	14
Alemanha	1	0	0	0	2	1	0	0	0	0	3	1	1	0	0	2	0	0	0	1	0	12
Estados Unidos	0	0	1	0	0	0	2	0	1	0	0	3	2	1	1	0	1	0	0	0	0	12
Portugal	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2	1	0	1	1	1	0	1	0	1	0	0	10
México	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	2	0	0	7
Espanha	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	6
França	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	5
Senegal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	0	5
Reino Unido	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	5
Colômbia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	4
Paraguai	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	4
Peru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	4
África do Sul	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Canadá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3
Holanda	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Venezuela	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	3
Angola	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Áustria	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Equador	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Hungria	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Irlanda	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Romênia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Suíça	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Austrália	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Costa Rica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Dinamarca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Egito	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ilhas Malvinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Mocambique	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Polônia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Rússia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Suécia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	8	8	3	6	8	8	13	10	9	8	16	14	23	27	34	36	17	17	22	21	10	318

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Jacaré

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
China	13	2	5	6	0	4	5	3	0	23	3	6	14	32	107	24	4	3	2	0	0	256
Paraguai	8	10	8	6	7	4	1	0	0	0	0	3	0	0	3	0	1	2	1	12	0	66
Argentina	2	1	2	0	1	4	0	1	5	5	0	5	8	2	0	3	3	1	7	8	0	58
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	5	9	11	7	1	0	47
Portugal	1	0	0	0	1	0	1	0	0	2	1	13	10	5	3	6	1	3	0	0	0	47
Colômbia	1	1	3	2	0	1	0	1	1	0	0	1	12	2	0	5	4	8	4	0	0	46
Coréia do Sul	0	0	0	0	0	0	0	13	16	7	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	38
Japão	3	3	1	1	1	1	3	4	0	1	2	3	3	2	0	1	3	2	1	0	0	35
Peru	1	0	0	2	1	4	0	0	1	1	1	2	0	0	2	1	1	12	1	5	0	35
Venezuela	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1	3	14	12	34
França	4	0	2	0	3	0	0	4	0	2	2	5	0	0	1	2	1	1	2	1	0	30
Bolívia	0	0	1	1	5	3	2	0	0	4	0	2	1	1	2	1	5	1	0	0	0	29
Chile	0	2	4	3	0	4	1	1	2	0	1	2	2	1	0	0	4	0	2	0	0	29
Estados Unidos	0	0	1	0	3	0	1	2	1	1	2	2	0	3	6	1	3	1	0	0	0	27
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	15	2	2	3	0	23
Uruguai	0	3	2	2	0	2	0	1	0	1	1	2	1	1	1	0	2	2	1	1	0	23
Itália	0	0	0	1	1	2	1	0	0	1	1	3	0	2	2	0	0	0	2	1	0	17
Espanha	1	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	1	3	1	1	0	1	0	15
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	0	0	12
Suécia	0	0	5	0	1	0	1	0	0	2	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	12
Alemanha	0	0	0	1	0	0	2	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1	2	0	1	0	11
Indonésia	0	0	0	0	1	3	0	0	0	3	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	10
Angola	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	0	8
Índia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	1	2	1	0	8
Líbano	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	7
Taiwan	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	7
Austrália	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	0	0	0	0	0	6
Equador	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	6
Finlândia	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	6
Palestina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	6
Polónia	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	6
Reino Unido	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	6
Malásia	1	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
México	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	5
Rússia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4
Canadá	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Costa Rica	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Grécia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Marrocos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Tunísia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
Albânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Argélia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Bangladesh	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Brasil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Camarões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
República Tcheca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Egito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
El Salvador	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Guilana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Irã	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Israel	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Lituânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Holanda	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Noruega	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Panamá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Porto Rico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Congo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Samoa Ocidental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Arábia Saudita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Eslováquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Zimbábwe	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	36	27	35	27	32	44	25	36	29	60	19	60	45	66	156	61	63	64	53	63	12	1.013

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Jambeiro

País de nascimento	2004	2006	2017	2018	Total
Nigéria	0	0	4	0	4
Camarões	0	0	0	1	1
Alemanha	0	1	0	0	1
Holanda	1	0	0	0	1
Total	1	1	4	1	7

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Lagoinha

País de nascimento	2011	2015	2016	2017	Total
Cuba	0	2	0	0	2
Nigéria	0	0	0	2	2
Colômbia	0	0	0	1	1
França	0	0	0	1	1
Haiti	0	0	1	0	1
Estados Unidos	1	0	0	0	1
Total	1	2	1	4	8

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Lavrinhas

País de nascimento	2006	2008	2009	2011	2012	2016	2017	2019	Total
Portugal	1	1	1	0	0	0	1	0	4
Argentina	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Chile	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Guiné Bissau	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Peru	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	1	8							

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Lorena

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
México	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	2	0	3	1	2	1	7	4	6	31
Índia	0	0	3	0	0	0	3	2	1	0	0	0	0	1	0	3	2	1	4	4	24
Polônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	0	0	0	0	1	0	21
China	0	2	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	0	1	2	2	2	0	3	20
Argentina	0	3	1	1	0	0	1	4	0	1	0	1	1	0	0	2	0	1	1	2	19
Colômbia	0	0	0	0	0	0	1	2	0	2	2	1	0	0	4	1	4	1	1	0	19
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	1	0	0	0	13	18
França	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	3	1	0	4	3	0	1	1	0	0	17
Alemanha	0	0	0	1	0	2	0	0	2	1	0	0	1	3	1	0	3	0	2	0	16
Itália	3	2	2	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	3	1	1	0	16
Cuba	0	0	0	1	1	4	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	4	0	0	1	14
Portugal	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	1	1	1	2	1	1	1	1	13
Japão	0	0	1	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	12
Peru	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	5	0	11
Estados Unidos	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	0	4	11
Chile	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	0	1	1	0	1	0	0	0	9
Paraguai	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	2	1	1	1	9
Espanha	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	5	0	0	1	0	0	0	9
Canadá	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	7
Áustria	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	6
Bélgica	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	6
Equador	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	6
Austrália	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Bolívia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	4
Angola	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Cabo Verde	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Comunidade Dominicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Irã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Moçambique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Rússia	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Eslováquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Síria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Uruguai	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Hungria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Líbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Malásia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Nova Zelândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Panamá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Romênia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
África do Sul	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Taiwan	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Zâmbia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	3	13	8	7	4	10	21	17	9	21	12	14	13	45	18	20	34	22	25	40	356

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Monteiro Lobato

País de nascimento	2004	2011	2012	2015	2016	2017	2019	Total
Espanha	0	0	1	0	1	0	0	2
Afeganistão	0	0	0	0	1	0	0	1
Argentina	0	0	0	0	0	1	0	1
Áustria	0	0	0	0	0	0	1	1
Alemanha	1	0	0	0	0	0	0	1
Itália	0	0	0	1	0	0	0	1
Reino Unido	0	1	0	0	0	0	0	1
Estados Unidos	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	1	1	1	1	2	2	1	9

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Natividade da Serra

País de nascimento	2013	Total
Dinamarca	1	1
Total	1	1

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Paraibuna

País de nascimento	2001	2003	2006	2009	2010	2011	2012	2013	2016	2018	Total
Estados Unidos	0	2	0	0	16	7	1	0	0	0	26
Argentina	0	0	5	0	1	0	0	0	0	0	6
Portugal	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Austrália	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Bolívia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Chile	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Colômbia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	1	2	5	2	17	7	1	2	2	1	40

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Pindamonhangaba

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Argentina	1	1	2	1	4	5	1	2	7	14	3	4	1	5	2	1	5	5	11	6	81
China	5	0	1	3	0	4	3	0	1	4	0	0	3	2	2	11	5	2	9	5	60
Alemanha	2	4	0	2	0	2	1	0	0	4	2	1	9	9	9	4	3	2	4	1	59
Colômbia	0	0	0	0	3	5	2	1	0	0	0	3	4	0	0	6	6	9	9	9	48
Bolívia	0	0	0	0	2	0	1	2	4	0	4	8	6	7	3	3	2	2	1	1	46
Japão	0	0	0	5	1	3	1	0	2	0	1	0	3	0	1	1	6	16	3	2	45
México	0	0	0	0	1	3	0	1	0	1	0	5	7	6	5	0	2	1	1	7	40
Estados Unidos	0	0	1	2	0	1	1	4	1	0	3	1	1	3	5	1	9	1	0	0	34
Itália	0	1	1	0	1	2	1	0	0	1	2	0	1	7	4	1	2	4	0	3	31
Coréia do Sul	0	0	1	0	0	0	1	1	1	8	2	0	0	1	4	0	0	4	2	0	25
França	6	0	0	0	1	0	4	2	1	2	0	1	1	0	0	0	0	1	2	0	21
Portugal	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	3	7	3	1	1	0	0	0	21
Espanha	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	2	3	3	1	1	0	3	2	1	19
Chile	0	0	2	0	0	1	0	0	0	1	4	2	0	0	1	1	2	0	1	0	15
Peru	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	1	0	1	3	0	0	1	1	2	1	13
Áustria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	4	0	0	0	0	0	0	9
Croácia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	9
Índia	0	0	0	4	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	0	9
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	1	0	1	0	1	1	0	0	9
Guiné Bissau	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	2	0	0	8
Reino Unido	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	7
Canadá	0	0	0	0	1	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Paraguai	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	6
Finlândia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	5
Romênia	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	5
República Tcheca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	1	4
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	4
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	3
Polônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	3
Sérvia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3
Suíça	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3
Ucrânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	3
Angola	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Bélgica	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Líbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Moçambique	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2
Palestina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Filipinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Taiwan	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Austrália	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Bósnia Herzegovina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Cabo Verde	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Costa Rica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Comunidade Dominicana	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Equador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Egito	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Grécia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Guatemala	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Hungria	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Irã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cazaquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Holanda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Paquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Panamá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Senegal	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Síria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Tailândia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Togo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Zâmbia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	17	7	10	22	14	36	16	20	23	37	32	32	62	66	51	42	53	56	53	44	693

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Piquete

País de nascimento	2000	2004	2009	Total
Alemanha	0	0	1	1
Líbano	1	0	0	1
Noruega	0	1	0	1
Total	1	1	1	3

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Potim

País de nascimento	2004	2007	2008	2010	2011	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Peru	1	0	0	0	0	2	1	0	5	0	2	11
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6	8
Colômbia	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	4
Honduras	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Cuba	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2
Argentina	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Alemanha	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Paraguai	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Estados Unidos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	1	1	1	2	1	5	3	1	7	2	8	32

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Queluz

País de nascimento	2011	2014	2015	Total
Equador	0	0	1	1
França	1	0	0	1
Peru	0	1	0	1
Total	1	1	1	3

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Redenção da Serra

País de nascimento	2004	2017	2019	Total
Venezuela	0	0	3	3
Nigéria	0	1	0	1
Portugal	1	0	0	1
Total	1	1	3	5

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Roseira

País de nascimento	2000	2005	2006	2007	2009	2014	2017	Total
Uruguai	0	1	0	0	1	0	0	2
Venezuela	0	0	0	0	0	0	2	2
Colômbia	1	0	0	0	0	0	0	1
Alemanha	0	0	0	1	0	0	0	1
Nigéria	0	0	1	0	0	0	0	1
Peru	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	1	1	1	1	1	1	2	8

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Santa Branca

País de nascimento	2000	2001	2009	2010	2011	2012	2016	2017	2018	2019	Total
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5
Estados Unidos	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
Camarões	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3
Chile	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Itália	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Portugal	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Angola	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Bolívia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
China	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Estônia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Alemanha	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Paquistão	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Peru	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	1	1	3	2	1	2	1	13	5	1	30

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

São José do Barreiro

País de nascimento	2008	2009	2011	2014	2016	Total
Alemanha	0	0	4	1	0	5
Canadá	1	1	0	0	0	2
Haiti	0	0	0	0	1	1
Total	1	1	4	1	1	8

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Santo Antônio do Pinhal

País de nascimento	2005	2006	2010	2011	2014	2015	2016	2017	Total
Colômbia	0	0	0	0	4	0	0	0	4
Argentina	0	0	0	0	0	1	0	2	3
Alemanha	0	0	0	1	0	1	0	0	2
Itália	0	0	0	1	0	0	0	1	2
Japão	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Bulgária	0	0	0	0	0	1	0	0	1
França	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Noruega	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Portugal	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Suíça	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	2	1	1	3	4	3	1	3	18

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

São Bento do Sapucaí

País de nascimento	2005	2010	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Argentina	2	0	0	1	2	0	1	0	6
Espanha	0	2	0	0	0	0	1	0	3
Estados Unidos	0	0	3	0	0	0	0	0	3
Cuba	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Bolívia	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Colômbia	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total	2	2	3	2	3	1	2	1	16

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

São José dos Campos

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	jun./2021	Total
China	34	18	6	40	9	12	4	57	10	45	9	66	80	122	219	89	47	61	93	30	0	0	1.051
Estados Unidos	54	44	35	18	36	17	14	9	28	23	43	33	41	49	48	60	96	38	39	16	0	0	741
Colômbia	10	0	2	12	4	14	18	10	15	12	19	15	12	32	24	44	62	85	89	62	11	12	564
Argentina	14	16	12	21	22	20	41	20	12	21	18	25	8	17	13	14	19	7	12	25	10	12	379
Espanha	28	2	3	2	6	11	3	3	2	14	9	18	32	74	34	38	25	21	25	3	0	0	353
Portugal	2	6	2	5	6	8	5	6	4	15	19	33	53	37	30	30	25	16	16	6	0	0	324
França	27	4	10	5	9	18	5	11	9	16	9	15	28	17	36	26	28	22	12	10	0	0	317
Alemanha	10	3	9	8	12	7	11	9	4	9	20	12	12	22	26	28	20	22	16	15	0	0	275
Japão	52	50	15	13	9	8	8	12	27	9	8	13	2	4	5	6	13	5	4	3	0	0	266
Venezuela	2	2	2	9	3	10	5	0	4	4	4	14	2	3	3	14	5	15	48	73	16	11	249
Chile	0	9	7	3	9	6	18	13	1	8	11	12	11	6	13	8	22	8	24	9	0	0	198
Itália	4	5	3	3	4	9	5	4	6	8	10	10	18	10	11	19	18	28	18	5	0	0	198
Peru	1	1	5	2	2	6	7	9	3	12	12	7	16	14	8	5	21	29	20	13	0	0	193
Indonésia	17	40	89	17	10	4	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0	183
Reino Unido	16	10	17	1	8	3	9	9	2	1	7	12	7	17	10	9	11	12	8	2	0	0	171
Índia	3	3	8	1	2	1	3	4	7	5	4	10	5	11	20	29	17	14	8	15	0	0	170
Coréia do Sul	4	4	7	4	3	11	4	11	3	9	12	13	13	4	8	30	9	3	1	0	0	0	153
México	0	4	1	2	5	3	7	1	1	8	14	20	2	7	8	21	8	11	9	2	0	11	145
Bolívia	3	2	3	4	1	9	4	2	1	2	1	10	12	6	3	12	18	6	6	3	0	0	108
Cuba	0	2	1	2	1	2	4	0	1	0	0	2	3	1	10	10	7	22	6	16	0	0	90
Canadá	10	10	13	5	1	4	2	5	2	6	4	4	2	1	1	10	2	2	2	0	0	0	86
Suécia	1	4	1	1	1	4	5	0	0	0	2	12	13	3	6	7	2	2	1	1	12	0	78
Rússia	3	7	5	3	9	1	3	4	0	2	0	6	3	10	3	4	7	0	1	0	0	0	71
Bélgica	9	1	1	5	2	0	0	1	2	3	4	0	5	4	12	11	1	4	4	0	0	0	69
Nigéria	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	15	37	6	0	0	66
Uruguai	0	0	1	3	0	1	7	14	4	1	4	4	3	3	2	1	7	5	4	2	0	0	66
Holanda	3	4	2	0	3	3	4	1	1	1	1	6	5	1	1	9	1	8	6	4	0	0	64
Equador	5	1	3	0	3	1	1	1	3	4	1	0	0	3	1	3	4	4	3	5	0	0	46
Paraguai	1	0	0	2	2	3	2	0	0	5	3	3	4	5	7	2	2	3	2	0	0	0	46
Angola	0	0	2	2	0	3	1	1	1	1	3	2	0	3	3	6	4	4	3	6	0	0	45
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	4	2	19	6	3	5	0	0	42
Arábia Saudita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0	1	0	18	14	0	0	0	41
Polónia	1	0	2	2	0	1	1	1	0	3	0	1	3	6	3	8	0	5	0	3	0	0	40
Finlândia	1	3	0	1	2	3	4	7	5	4	2	1	2	1	0	0	1	2	0	0	0	0	39
Taiwan	5	5	2	1	1	1	1	0	0	0	3	5	3	0	3	3	0	2	2	2	0	0	39
Suíça	1	1	1	0	0	2	1	0	5	1	1	1	2	3	1	2	1	3	3	5	0	0	34
Romênia	2	6	1	1	1	1	1	2	0	1	2	1	1	2	3	3	1	1	2	1	0	0	33
Síria	0	1	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	1	1	0	8	5	9	4	0	0	0	32
Áustria	0	0	0	0	2	1	0	1	0	4	0	4	9	2	0	3	0	0	1	0	0	0	27
Sérvia	3	2	16	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	27
Libano	1	1	2	1	2	0	4	0	1	0	1	0	0	0	1	4	3	2	2	1	0	0	26
Austrália	2	0	1	0	0	0	0	1	4	2	0	2	2	3	0	2	1	2	2	0	0	0	24
República Tcheca	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	13	1	0	1	0	1	0	2	2	0	0	23
Moçambique	1	0	1	0	0	0	0	0	2	1	0	2	2	1	1	3	0	1	5	3	0	0	23
Irã	7	2	5	0	1	0	0	0	1	0	0	1	2	0	0	1	2	0	0	0	0	0	22
Omã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	8	6	0	0	0	1	0	0	22
Cingapura	0	0	0	8	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	2	1	2	0	0	22
Israel	2	2	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	9	3	0	1	0	0	0	0	21
África do Sul	0	2	2	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	2	3	0	1	3	0	0	19

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	jun./2021	Total
Noruega	2	1	1	0	2	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	3	3	2	2	0	0	18
Filipinas	0	0	2	0	0	0	1	0	0	4	3	2	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	16
Ucrânia	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	1	2	1	2	1	1	2	0	0	15
Dinamarca	0	1	1	0	0	1	0	0	2	0	1	1	1	0	1	2	0	0	1	1	0	0	13
Eslováquia	0	0	0	0	0	1	0	2	0	2	0	2	3	0	0	1	0	1	0	1	0	0	13
Porto Rico	0	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	1	0	0	0	12
Turquia	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	2	1	0	0	1	3	1	0	0	0	0	11
Vietnã	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	2	0	0	0	11
Irlanda	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	0	2	0	0	0	10
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	2	2	0	0	2	1	0	0	10
Egito	0	0	0	0	1	1	0	2	0	1	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	9
Malásia	3	0	0	1	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Argélia	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	2	1	0	0	0	0	8
Belarus	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	1	2	2	0	0	0	0	0	0	8
Cabo Verde	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	8
Costa Rica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0	0	0	0	2	0	2	0	0	8
Guatemala	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	8
Nova Zelândia	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	8
Gana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	2	1	0	0	6
Nepal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	6
Paquistão	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	1	0	0	0	0	6
Bulgária	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	5
Comunidade Dominicana	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	5
Jordânia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	5
Nicarágua	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Tailândia	0	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Tunísia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	5
Armênia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	4
Guiné Bissau	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	4
Hungria	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	4
Cazaquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	4
Moldávia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	4
Palestina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	0	4
Bangladesh	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
El Salvador	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3
Estônia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Etiópia	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Grécia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	3
Hong-Kong	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3
Iraque	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	3
Kuwait	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	3
Malawi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3
Mali	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	3
Panamá	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Tanzânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3
Albânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Brasil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Guiana Francesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Honduras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Jamaica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Quênia	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	jun./2021	Total
Catar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Senegal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Uzbequistão	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Zimbábue	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Samoa Americana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Azerbaijão	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Bósnia Herzegovina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Camboja	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Chipre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Guiné	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Quirguistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Lituânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Luxemburgo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Ilhas Marshall	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Martinica	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Monte Serrat	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Nova Caledônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Samoa Ocidental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
São Tomé e Príncipe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Eslovênia	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sri Lanka	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Suriname	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Timor Leste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Turcomenistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Uganda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Emirados Árabes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	349	289	310	214	214	220	228	243	183	278	285	434	456	526	624	622	573	558	584	381	49	46	7.666

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

São Luís do Paraitinga

País de nascimento	2001	2003	2005	2008	2013	2016	2017	Total
Dinamarca	0	4	0	0	0	0	0	4
Colômbia	0	0	0	0	0	3	0	3
Alemanha	0	2	0	0	0	0	1	3
Argentina	0	0	1	0	0	0	0	1
Itália	0	0	0	0	1	0	0	1
Portugal	0	0	0	1	0	0	0	1
Tailândia	1	0	0	0	0	0	0	1
Total	1	6	1	1	1	3	1	14

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Silveiras

País de nascimento	2005	Total
França	3	3
Total	3	3

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

São Sebastião

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Filipinas	0	0	7	32	51	80	115	125	79	162	243	246	218	198	133	94	123	184	120	55	18	2.283
Índia	0	0	0	7	24	0	3	19	18	54	50	32	26	25	38	31	52	46	51	47	11	534
Grécia	0	0	2	10	29	38	55	41	20	39	50	50	34	47	17	19	20	30	17	5	0	523
Polónia	0	0	1	13	95	28	28	47	38	18	16	29	39	24	18	4	27	17	16	3	0	461
Rússia	0	0	0	1	16	13	38	31	54	33	20	17	21	31	7	9	11	8	3	3	0	316
Noruega	0	1	5	15	9	5	22	1	13	3	19	14	4	2	0	0	2	14	1	0	0	130
Ucrânia	0	0	0	0	5	3	5	3	9	4	4	4	15	21	3	9	5	26	6	3	0	125
Romênia	0	0	0	2	0	0	2	4	7	4	17	12	12	9	6	6	13	9	14	2	0	119
Croácia	0	0	0	2	10	9	2	5	12	10	8	10	13	3	6	1	0	4	0	0	0	95
Argentina	2	1	1	0	4	1	1	5	6	8	9	9	5	4	7	7	2	1	3	13	0	89
China	26	0	2	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	14	10	0	74
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	1	13	10	19	6	1	1	2	0	1	4	1	0	0	59
Letônia	0	0	0	0	0	5	16	8	0	0	1	2	13	4	1	0	0	1	0	2	0	53
Itália	0	0	0	0	0	2	1	1	2	3	13	3	3	1	0	1	0	18	2	1	0	51
El Salvador	0	0	0	0	0	0	6	11	3	4	7	6	3	4	6	0	0	0	0	0	0	50
Geórgia	0	0	0	0	0	0	0	21	5	1	0	1	10	3	0	2	1	4	0	2	0	50
Canadá	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	24	2	2	5	4	6	3	0	0	0	49
Espanha	0	0	0	2	0	13	7	6	2	0	1	1	2	3	0	1	7	1	0	0	0	47
Estados Unidos	0	0	0	0	2	2	0	1	0	6	8	6	2	6	1	2	8	0	0	0	0	44
Peru	1	0	0	0	0	1	0	0	1	7	2	7	6	3	3	1	2	1	3	0	0	38
Alemanha	0	1	5	1	4	0	3	0	3	2	2	2	4	1	4	3	1	1	0	0	0	37
Chile	0	1	0	0	5	0	0	0	0	1	10	3	2	2	0	3	3	1	2	1	0	34
Colômbia	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3	5	0	4	2	6	5	0	30
Malásia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	5	4	3	2	3	4	1	7	0	30
Paquistão	0	0	0	1	1	16	0	0	0	3	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	23
Dinamarca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	3	4	0	0	1	0	2	1	1	0	19
França	0	0	0	1	0	2	1	0	1	3	2	0	0	3	4	1	1	0	0	0	0	19
Indonésia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	1	1	1	0	1	2	4	0	0	0	19
Holanda	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6	1	0	2	2	7	0	0	0	0	0	0	19
Sérvia	1	0	0	0	0	0	1	5	1	1	1	0	0	3	0	0	1	0	1	0	0	15
Portugal	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	1	1	5	0	0	0	0	14
Bulgária	0	0	0	3	1	2	2	0	0	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	13
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	9	2	0	13
México	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	1	0	1	1	0	1	0	9
Coréia do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	5	0	0	0	1	0	0	0	9
Suécia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0	0	0	3	0	1	0	9
Paraguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	1	0	0	0	1	0	2	0	0	8
Angola	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Honduras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	7
Montenegro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	7
Bélgica	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	6
Lituânia	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	6
Cingapura	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	6
Suíça	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	6
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	5
Chipre	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	5
Panamá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	5
África do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Belarus	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	4

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Etiópia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
Finlândia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	4
Japão	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	4
Seychelles	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	4
Uruguai	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Armênia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	3
Austrália	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	3
Azerbaijão	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Bangladesh	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Bolívia	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Taiwan	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Turquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	3
Albânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Egito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Estônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Iraque	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Irlanda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Cazaquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Libano	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Macedônia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Mianmar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Tailândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Uzbequistão	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Bósnia Herzegovina	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Gana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Hungria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Malta	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Mônaco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Senegal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Tadjiquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Tunísia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Turcomenistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Vietnã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	31	12	26	94	275	221	314	339	297	394	537	495	475	436	306	210	302	408	282	171	29	5.654

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Taubaté

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Coréia do Sul	5	16	7	8	4	10	52	5	8	22	19	16	9	19	16	18	4	11	15	13	277
Alemanha	1	0	3	2	3	2	0	2	3	12	9	10	59	39	16	8	29	44	9	3	254
Colômbia	0	2	0	1	0	4	1	0	0	0	0	3	0	5	2	8	21	15	32	40	134
Portugal	2	0	0	1	1	2	1	0	6	1	1	7	12	47	8	5	8	1	4	0	107
França	4	1	4	1	3	3	8	1	7	1	1	7	5	7	4	12	0	18	6	2	95
Argentina	1	0	3	8	0	4	5	11	4	8	4	5	6	4	6	2	2	7	9	4	93
Estados Unidos	2	2	2	1	0	5	0	0	9	2	4	7	12	3	3	2	8	9	5	4	80
Espanha	3	0	1	4	1	7	1	1	1	2	3	4	9	3	12	3	3	9	4	0	71
México	0	0	2	0	4	2	1	1	0	13	6	7	1	3	4	3	0	12	4	5	68
China	1	0	1	4	3	0	5	0	0	9	7	3	4	1	9	4	1	6	1	7	66
Reino Unido	0	0	0	1	0	0	1	0	1	13	6	2	4	5	2	3	2	5	2	15	62
Itália	0	0	0	0	1	2	1	0	2	3	3	3	5	14	7	3	1	2	1	0	48
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	4	6	0	2	13	17	45
Peru	0	1	2	1	0	7	1	1	0	5	0	2	6	0	2	0	1	1	4	0	34
Índia	0	0	0	0	0	2	1	1	0	3	1	1	5	1	0	0	0	9	4	5	33
Polônia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	8	3	1	6	2	8	1	0	32
Chile	0	0	0	0	0	4	0	0	1	1	2	0	7	0	5	1	4	3	1	1	30
Cuba	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	1	5	2	3	1	3	2	0	22
Angola	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	11	0	0	3	0	0	1	2	1	0	21
Canadá	2	0	3	0	2	2	0	1	0	1	2	3	1	0	0	1	0	2	1	0	21
Japão	0	1	1	2	2	1	2	1	0	1	3	1	1	0	1	2	1	1	0	0	21
Eslovênia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	9	0	0	0	0	0	0	19
Líbano	0	0	0	1	1	0	2	0	0	2	1	2	1	1	0	1	1	0	1	1	15
Romênia	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	7	1	0	0	0	2	0	0	14
Bolívia	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	2	0	0	2	2	1	1	1	13
Moçambique	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	2	5	0	2	0	0	0	0	13
Rússia	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	3	0	3	0	0	0	3	0	1	13
Áustria	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	6	0	0	0	0	0	0	12
Dinamarca	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	2	1	1	0	0	0	1	1	11
Croácia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	1	0	0	1	0	0	10
Egito	0	0	1	0	1	1	0	0	5	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	10
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	1	0	7
Sérvia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	1	0	0	7
África do Sul	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	5	0	0	0	0	0	7
Síria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	3	0	0	7
Cazaquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	4	0	0	6
Paraguai	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	1	0	0	0	6
Suíça	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	6
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	1	5
Turquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	5
República Tcheca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	4

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4
Congo	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Suécia	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Austrália	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Bósnia Herzegovina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Camarões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	3
Gâmbia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Hungria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Malásia	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Holanda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	3
Noruega	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Taiwan	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Brasil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
República Democrática do Congo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Comunidade Dominicana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Irlanda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Israel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Luxemburgo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Montenegro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Nicarágua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Panamá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Filipinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Eslováquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Tailândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Costa Rica	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Curacao	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Equador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
El Salvador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Finlândia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Guiana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Indonésia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Irã	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Jamaica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Jordânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Letônia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Líbia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Paquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Palestina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Porto Rico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1

País de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Arábia Saudita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Senegal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Somália	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Suriname	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Ucrânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	25	24	34	38	32	64	90	28	51	112	98	108	193	204	123	110	101	194	129	133	1.891

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Tremembé

País de nascimento	2000	2001	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Alemanha	0	0	3	1	3	0	0	0	2	1	2	0	0	2	0	0	1	0	0	15
China	0	0	0	0	0	0	0	1	6	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	10
França	0	1	2	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	7
México	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	7
Argentina	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	6
Portugal	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	1	6
Colômbia	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	5
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Equador	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	4
Itália	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3
Estados Unidos	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Venezuela	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3
Angola	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Canadá	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Líbano	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Espanha	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Áustria	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Bermudas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Bolívia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Bulgária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Chile	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Egito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Japão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cazaquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Holanda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Noruega	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Peru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Filipinas	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Suécia	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Síria	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tailândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Turquia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	1	3	8	3	9	1	10	6	12	2	4	4	4	5	6	6	6	3	6	99

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Ubatuba

Pais de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Jun./2021	Total
Argentina	3	2	0	2	6	2	7	9	1	7	9	12	6	24	26	21	29	36	23	35	22	29	311
Peru	0	0	0	0	0	1	0	0	0	18	1	0	23	9	15	6	10	12	11	6	11	0	123
China	0	1	1	1	4	0	0	1	0	12	0	1	1	2	3	4	2	1	1	2	0	0	37
Chile	1	0	0	0	0	1	1	0	0	5	3	2	0	2	2	1	5	2	0	5	0	0	30
Itália	0	0	0	2	0	2	3	2	1	0	1	2	2	0	2	3	2	1	0	4	0	0	27
Portugal	1	0	0	0	0	2	0	1	3	2	2	2	3	1	2	1	1	3	0	2	0	0	26
Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2	12	9	0	0	25
França	2	0	0	1	0	0	0	0	0	4	1	1	2	3	0	5	1	0	2	2	0	0	24
Estados Unidos	0	1	0	0	1	1	2	2	2	3	0	3	0	0	0	1	1	0	0	3	0	0	20
Alemanha	0	0	0	3	0	2	1	0	0	0	1	1	2	1	0	2	1	4	1	0	0	0	19
Uruguai	0	0	0	0	0	0	0	3	1	2	2	0	0	0	3	0	2	0	1	3	0	0	17
Espanha	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	2	0	2	3	2	1	0	1	0	0	0	16
Colômbia	0	0	0	0	0	2	0	0	0	3	0	0	1	3	1	0	0	0	1	0	0	0	11
Bélgica	0	0	0	0	1	2	0	0	2	0	0	1	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	10
Holanda	0	0	0	0	0	1	1	0	3	2	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	10
Reino Unido	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2	1	2	1	0	10
Canadá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	7
Suíça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	7
Bolívia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	1	0	0	6
Libano	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	5
Senegal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	0	0	5
Suécia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	5
Síria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	0	0	0	5
Irã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	4
Austrália	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	3
Cuba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	3
Equador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3
Haiti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	3
Noruega	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
África do Sul	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Estônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
México	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Polônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Rússia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Croácia	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
República Tcheca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Dinamarca	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Índia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cazaquistão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Lituânia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Mônaco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Mianmar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Nova Zelândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Panamá	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Filipinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Pais de nascimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Jun./2021	Total
Romênia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Taiwan	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	8	6	2	10	14	16	19	20	15	66	28	37	46	51	65	57	65	73	63	78	33	29	801

Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP

CAPÍTULO 26

Direitos humanos e a política para migrantes internacionais: a experiência de Campinas, o papel da universidade e a importância dos registros administrativos locais¹⁷⁹

Natália Demétrio¹⁸⁰

Rosana Baeninger¹⁸¹

Jóice Domeniconi¹⁸²

Sophia Damiano Rôvere¹⁸³

Criado em 2016, o Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura de

¹⁷⁹ As discussões aqui apresentadas condensam e atualizam os debates publicados em Demétrio e Foiadelli (2020); Demétrio, Baeninger, Domeniconi e Rôvere (2020); e Demétrio, Domeniconi e Rôvere, (2020). Também foram agregados textos publicados no site do Observatório das Migrações em São Paulo ao longo dos anos de 2018, 2019 e 2020, disponíveis em <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/srirac.php>. Acesso 22/11/2021.

¹⁸⁰ Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Coordenadora-adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: ndemetri@unicamp.br.

¹⁸¹ Professora colaboradora do Departamento de Demografia do IFCH, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO-UNICAMP; coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br.

¹⁸² Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutoranda no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: joicedomeniconi@outlook.com.

¹⁸³ Doutoranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP). E-mail: sophiarovere@gmail.com.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Campinas cumpre o importante papel de mediar o acesso dessa população à documentação e às políticas públicas (SCATOLINI; FRANCISCO, 2018). Nesse desafio, o projeto de cooperação técnico-científica estabelecido entre essa instituição e o Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp) tem por objetivo desenvolver um sistema on-line de cadastro dos atendimentos realizados pelo Serviço, facilitando a produção de diagnósticos sobre seu público-alvo (DEMÉTRIO, FOIADELLI, 2020). Firmado em 2017, esse convênio articula “ensino-pesquisa-extensão para fortalecer um dos pilares mais importantes na produção de políticas sociais: a necessidade de indicadores capazes de orientar a ação do poder público” (DEMÉTRIO et al, 2020, p.32; JANNUZZI, 2017). Esse artigo faz um balanço dessa parceria, conferindo destaque aos registros administrativos locais na promoção de políticas municipais para imigrantes internacionais, orientada pela perspectiva dos direitos humanos (DELGADO et al, 2016).

Migração internacional e as políticas de direitos humanos no Brasil

A Constituição de 1988 representa a positivação dos Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro (RUBIN, 2016). Ao consagrar “a dignidade humana como direito fundamental”, a Carta de 1988 criou dispositivos jurídicos que não apenas proíbem o Estado brasileiro de “praticar atos que atentem contra a dignidade das pessoas”, como também asseguram sua obrigação em “promover esta dignidade através de condutas ativas”, alavancando programas públicos com vistas à universalização do acesso à saúde, educação, habitação, assistência social, alimentação, etc. (JANNUZZI, 2021, p.2). O respaldo oferecido pela nova constituição, somado ao retorno das liberdades democráticas, ampliou os canais institucionais de participação social, fortalecendo a produção de novos sujeitos de direitos, “representativos da diversidade étnico-racial, cultural, geracional, de gênero e sexualidade” (ESCRIVÃO FILHO; SOUZA JR, 2016, p.93).

No entanto, a tradução de todas essas garantias fundamentais em ação estatal, isto é, “em políticas públicas

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

sólidas e efetivas, ainda é um processo longo e que se encontra distante de se consolidar na realidade social, cultural e política do Brasil” (RUBIN, 2016, p.12). Segundo Ciconello (2016), é da necessidade de concretizar o princípio da igualdade e da não discriminação - consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e endossado pela Constituição de 1988 - que surge os diversos sistemas de proteção a grupos historicamente discriminados (mulheres, população negra, indígena, migrante) e/ou vulneráveis (crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, etc.) (CICONELLO, 2016). Para Delgado et al (2016), o reconhecimento da necessidade de políticas de proteção especiais e particularizadas, fundamentadas no direito à diferença e no respeito à diversidade, constitui o fundamento da atuação do Estado com enfoque nos direitos humanos. Para Escrivão e Souza Jr (2016, p.51-52), essas políticas surgem em resposta “às violações e luta pela efetivação de direitos, ora previstos porém sonogados, ora já negados ante sua própria possibilidade de provisão”.

Além de desafiar uma cultura institucional racista, de herança escravocrata e com dificuldades em lidar com a diferença, a efetivação dos direitos humanos no Brasil enfrenta a dificuldade da transversalidade e intersetorialidade (DELGADO et al, 2016). Nas palavras dos autores, o caráter necessariamente transversal e intersetorial das políticas de direitos humanos “não encontra lugar ante o predomínio do princípio departamental das estruturas do setor público” (DELGADO et al, 2016, p.14). De acordo com Madeira (2015, p.101), diferente das políticas públicas setorializadas, em que há uma legislação federal mais clara quanto à criação de seus serviços, “a área dos direitos humanos revela-se bastante esparsa”. Na interpretação de Custódio (2019), a exceção dos Centros de Referência para Mulheres Vítimas de Violência, em relação ao qual se tem um conjunto de regras explicitadas dentro da assistência social, em todas as outras agendas de direitos humanos (migração internacional, população LGBT, igualdade racial, tolerância religiosa) o que se tem é um grande silêncio por parte da União de como promover localmente essas políticas.

Particularmente no caso da migração internacional, as marcas na opinião pública edificadas ao longo de duzentos anos

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

de relação com o estrangeiro (SEYFERTH, 2008) estão na base dos vários discursos xenofóbicos que evocam lógicas excludentes de cidadania (PIZA, 2020). Ainda que a construção social do migrante como sujeito de direitos tenha respaldo na Constituição de 1988, na Lei 9.474/1997 (Estatuto do Refugiado) e na Lei 13.445/2017 (Nova Lei de Migração), a permanência das estruturas de controle orientadas pelos princípios de segurança nacional, dentro de um cenário mais amplo de expansão do conservadorismo política, tem influenciado a aplicação retrógrada dessas legislações (ASSIS, 2018; FELDMAN-BIANCO, 2020; RAMOS; VEDOVATO; BAENINGER, 2020). Já em 2019, mas sobretudo a partir de 2020, a promulgação de inúmeros decretos presidenciais e portarias desvirtuou completamente os princípios originários da Nova Lei de Migração e do Estatuto do Refugiado (RUSEISHVILIA; CHAVES, 2020; RAMOS, 2020), fortalecendo a militarização e a supressão da perspectiva dos direitos humanos no trato do tema (FELDMAN-BIANCO, 2020; RAMOS; VEDOVATO; BAENINGER, 2020).

Nesse contexto, estão cada vez menores as possibilidades de criação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, prevista no artigo 120 da Nova Lei de Migração. Os regramentos estabelecidos nesse âmbito são fundamentais na articulação de um sistema nacional de proteção dessa população, oferecendo parâmetros de implementação para estados e municípios (CASTRO, 2011). Na ausência dessa normativa, as experiências locais permanecerão como “ações estatais e não políticas públicas”, uma vez que lhes falta o ordenamento, a coordenação e as engrenagens esperadas de uma política estruturada (ARAÚJO, 2018, p.351; JANNUZZI, 2019). Frente a essa lacuna, são as horizontalidades criadas pelos “burocratas no nível da rua” (LOTTA et al, 2018, p.782) – fenômeno altamente dependente do “ativismo institucional” e dos valores compartilhados pelos gestores na ponta (LOTTA et al, 2018, p.792) – é que poderão criar arranjos de políticas públicas (GOMIDE; PIRES, 2014) nessa direção. É nessa escala que se verifica tecnologias sociais inovadoras com potencial de subsidiar programas públicos mais consistentes (JANNUZZI, 2021).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Se o processo de construção de uma política municipal para migrantes internacionais no município de São Paulo tem sido amplamente explorado pela bibliografia (VENTURA; GUIMARÃES; REIS, 2017; LEÃO, 2017; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020; FELDMAN-BIANCO, 2020), é necessário investigar as articulações locais que perpassam esse fenômeno em outras localidades. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2018, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 63 municípios brasileiros declararam possuir Centro de Referência e Apoio a Migrantes e Refugiados¹⁸⁴. Na falta de parâmetros nacionais claros – e também função da presença de atores específicos e das diferentes formas de inserção na rota das migrações internacionais –, cada município apresentará um arranjo institucional (GOMIDE; PIRES, 2014) particular no oferecimento desse serviço, com mecanismos próprios de governança migratória (MÁRMORA, 2010).

A experiência de Campinas e o papel da Universidade

De fato, a concentração da nova imigração internacional (BAENINGER, 2017) no município de São Paulo, conjugada à atuação dos movimentos sociais locais, garantiu o pioneirismo dessa localidade na institucionalização da primeira política municipal para imigrantes internacionais no Brasil, em 2013 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020; FELDMAN-BIANCO, 2020). Com uma trajetória distinta da percorrida pela capital, Campinas tem articulado outro arranjo institucional (GOMIDE; PIRES, 2014) na promoção de uma política local para migrantes internacionais. Tal qual São Paulo, a migração haitiana foi protagonista nesse processo (LEÃO, 2017). Seja por redefinir a dinâmica da migração internacional nas fronteiras (BAENINGER, 2018), seja por escancarar o anacronismo do Estatuto do Estrangeiro (ASSIS, 2018), a

¹⁸⁴ Essas informações podem ser consultadas diretamente no site do IBGE (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>) ou no Atlas Temático Observatório das Migrações em São Paulo: Macrometrópole Paulista, Regiões Metropolitanas e Regiões Administrativas (<https://www.nepo.unicamp.br/atlas2020/>).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

chegada dos haitianos solicitantes de refúgio abalou as estruturas estatais responsáveis pela gestão dos fluxos migratórios no país (ARAÚJO, 2016), alavancando o debate público sobre o tema.

Em Campinas, até 2016, o atendimento a essa população ocorria no Centro de Apoio ao Trabalhador (CPAT) da Prefeitura Municipal¹⁸⁵. Todavia, a necessidade de apoio específico para regularização migratória, ensino de português, acesso à saúde, educação, trabalho e moradia fez surgir o Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SCATOLINI; FRANCISCO, 2018). Paralelamente à organização de um espaço de atendimento próprio para essa população, o município reforçou o diálogo com instituições da sociedade civil. Ainda em 2016, organizou I Fórum Municipal de Migração e Refúgio, ocasião na qual instigou a criação da RAIR (Rede de Apoio a Imigrantes e Refugiados) (Figura 1).

¹⁸⁵ Vale ressaltar que, diferente de São Paulo, até recentemente Campinas não contava com instituições da sociedade civil especializada no atendimento a migrantes, a exemplo da Missão Paz e da Cáritas. Somente a partir de 2018/ 2019 é que grupos religiosos e ONGs passam a atuar nessa direção.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 1. I Fórum de Migração e Refúgio e criação da RAIR. Campinas, 2016



Fonte: Acervo do Observatório das Migrações em São Paulo.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Articulada para atender demandas urgentes que a prefeitura não pode solucionar (arrecadação de alimentos, roupas, remédios, etc.), a criação da RAIR produziu um espaço privilegiado de discussão entre a sociedade civil e o poder público. Foi a partir dessa Rede que o Observatório das Migrações em São Paulo aproximou-se do departamento de Direitos Humanos do Município, com o Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo/Unicamp) sendo a sede do II Fórum Municipal de Migração e Refúgio, em 2017 (Figura 2).

Figura 2. II Fórum de Migração e Refúgio. Campinas, 2017



Fonte: Acervo do Observatório das Migrações em São Paulo.

Dentro da Unicamp, o debate público sobre o tema também é impulsionado com a criação do Grupo de Trabalho responsável pela implementação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVm), em 2017 (Figura 3). Popularmente conhecida como Cátedra dos Refugiados, essa iniciativa – uma parceria entre diversas universidades, a agência da ONU para refugiados (ACNUR) e o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE/Ministério da Justiça) – tem por objetivo promover o ensino, a pesquisa e a extensão sobre temas relacionados ao refúgio e à migração. Na Unicamp, foi a agenda de pesquisa do

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Observatório das Migrações em São Paulo que aproximou o diálogo entre as instituições acima descritas, congregando, ainda, representantes do Governo Municipal (via Departamento de Direitos Humanos) e do Governo Estadual (via Agência Metropolitana de Campinas). Foi no âmbito da Cátedra que nasceu o projeto de cooperação técnico-científica com a Prefeitura Municipal, inicialmente restrito à sistematização e análise das fichas de atendimento do Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas do município.

Figura 3. Criação do Grupo de Trabalho para implementação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello na Unicamp e Pacto Universitário em Direitos Humanos. Campinas, 2017



Fonte: Acervo do Observatório das Migrações em São Paulo.

Em fevereiro de 2018, dentro das ações previstas pelo Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos, lançado pelo Ministério da Educação e Cultura (Figura 3), a prefeitura realizou a primeira versão do evento Campinas pela Paz, também com participação do Observatório das Migrações em São Paulo, ocasião na qual foi lançado o primeiro diagnóstico “Perfil de imigrantes internacionais registrados no Serviço de Referência

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

ao Imigrante, Refugiado e Apátrida de Campinas”¹⁸⁶. É dessa experiência que surgiu a proposta de criação de um sistema informatizado de produção e armazenamento dos dados produzidos pelo Serviço (Figura 4).

Figura 4. Primeiro Campinas Pela Paz. Campinas, 2018



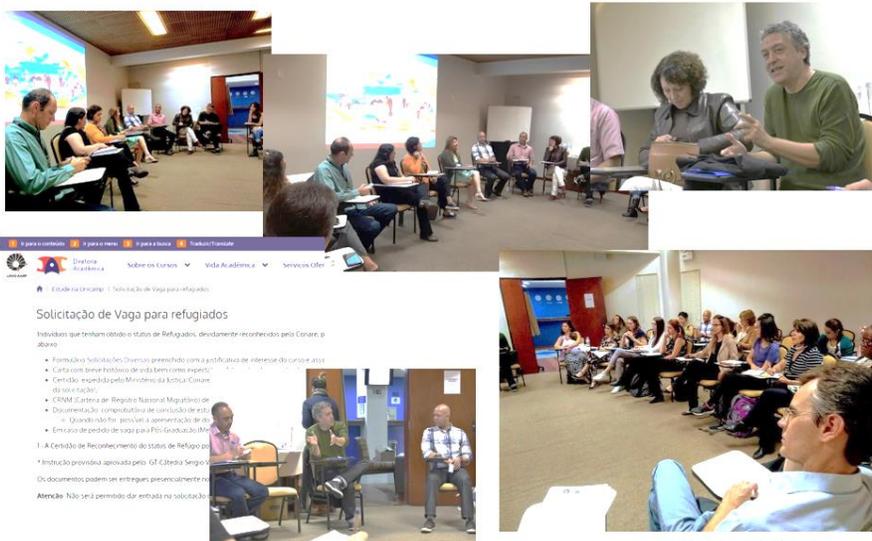
Fonte: Acervo do Observatório das Migrações em São Paulo.

Outros eventos que expressam os primeiros passos na estruturaração de uma política municipal para imigrantes internacionais no município são: o III Seminário de Migração e Refúgio, em 2018 (Figura 5); o II Campinas Pela Paz (Figura 6) e o I Campinas de Todos os Povos, ambos em 2019 (Figura 7); a incorporação do tema, a partir de 2020, nos programas de capacitação realizados pela Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor (EGDS); além das várias celebrações e rodas de conversa organizado pelas próprias comunidades migrantes com apoio da Prefeitura.

¹⁸⁶ Todos os diagnósticos produzidos no âmbito desse projeto estão publicados no site do Nepo/Unicamp: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/srirac.php>. Acesso 20/11/2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 5. III Seminário de Migração e Refúgio. Campinas, 2018



Fonte: Acervo do Observatório das Migrações em São Paulo.

Figura 6. II Campinas Pela Paz. Campinas, 2019.

12h – “Direitos Humanos, Migrações e Refúgio”

Participantes:

- *Rosana Baeninger (Professora, Pesquisadora - UNICAMP)
- *Catarina Von Zuben (Coordenadora Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo/Procuradora do MPT)
- *Juliana Armeide (Movimento Juntas Impactamos)
- *Natalia Demétrio (Pesquisadora - UNICAMP)
- *Alba Andrade (Jornalista venezuelana)



Fonte: Acervo do Observatório das Migrações em São Paulo.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Figura 7. I Campinas de Todos os Povos. Campinas, 2019.



Fonte: Acervo do Observatório das Migrações em São Paulo.

Todos esses encontros fortaleceram o diálogo entre a Prefeitura e a Unicamp, dando subsídios também à promulgação da primeira legislação municipal sobre o tema: a Lei nº16.038, de 17 de novembro de 2020, ou Lei Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados e Apátridas. Dividida em seis artigos, essa diretriz tem por objetivo:

- I - garantir ao imigrante o acesso a direitos sociais e aos serviços públicos;
- II - promover o respeito à diversidade e à interculturalidade;
- III - impedir violações de direitos;
- IV - fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2020).

A despeito das lacunas existentes – como a não institucionalização do Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas, a não criação de um Conselho Municipal de Imigrantes e o não estabelecimento de um Plano Municipal para Imigrantes –, essa lei representa um avanço para a construção de uma burocracia especializada, facilitando a

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

contratação de gestores com habilidades específicas. Sob seu respaldo, o Serviço ampliou sua equipe gestora, com a alocação de servidoras específicas para cada frente de trabalho. Além da assessoria com relação à regularização migratória e diálogo com a Polícia Federal, uma das principais áreas de atuação do Serviço, essa instituição reforçou o setor de empregabilidade, de atenção psicossocial e de comunicação com as demais instituições de atendimento a migrantes internacionais na região de Campinas¹⁸⁷.

A despeito das dificuldades na montagem de uma política pública municipal mais estruturada, o diálogo estabelecido entre o Serviço de Referência, a sociedade civil, as comunidades migrantes e outras repartições públicas tem delimitado importantes mecanismos de reconhecimento de direitos. Sobretudo em um contexto de maior seletividade na “regulação da entrada [e também da saída] de imigrantes indesejados” (BAENINGER, 2020, p.212), são essas redes que apresentam canais privilegiados para garantir as previsões da Nova Lei de Migração e do Estatuto do Refugiado, dentre os quais a regularização migratória. Seja em função das dificuldades de agendamento com a Polícia Federal¹⁸⁸, seja em função do império das portarias (CHAVES, 2021) em vigor no país, a indocumentação aumentou de maneira significativa ao longo desse ano, com o Serviço fortalecendo seu papel de mediador desse conflito.

Fato emblemático dessa situação está a recente crise humanitária no Haiti, combalido por um novo terremoto em agosto de 2021. As condições de vida no país, já bastante precárias, tornaram-se ainda mais difíceis, impulsionando pedidos de reunião familiar entre haitianos residentes no Brasil e seus parentes na origem. Esses pedidos não foram aceitos pela Polícia Federal, tendo em vista o não cumprimento de todas as exigências documentais previstas nas portarias responsáveis por disciplinar a reunificação familiar (Portaria Interministerial nº

¹⁸⁷ A emergência de setor reflete a opção do Serviço da Prefeitura de Campinas, a partir de 2021, em não atender residentes de outros municípios.

¹⁸⁸ Em outubro de 2021, a Polícia Federal de Campinas tinha agenda para renovação de documentação de imigrantes internacionais apenas em março de 2022.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

12, de 13 de junho de 2018)¹⁸⁹ e a acolhida humanitária (Portaria Interministerial n° 13, de 16 de dezembro de 2020)¹⁹⁰.

À luz desse impasse, a Defensoria Pública de Campinas entrou com ação judicial para garantir o direito à reunião familiar de sete haitianos que procuraram esse órgão ainda em fins de agosto e começo de setembro. Todos os pedidos foram indeferidos em primeira instância, mas com sentença revertida em segunda instância. Face à crescente demanda por reunificação familiar, a DPU, em diálogo com o Serviço de Referência a Imigrantes e Refugiados da Prefeitura, deliberou por uma ação coletiva, seguindo o exemplo do ocorrido em Porto Alegre, onde a Associação de Haitianos local contratou um advogado particular que conseguiu por vias judiciais a reunião familiar. Outras associações de haitianos também estão se articulando nessa direção, a exemplo da União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), com sede no município de São Paulo. Se nessas localidades foram as próprias comunidades migrantes que tomaram essa iniciativa, com advogados particulares, em Campinas, foi o Serviço de Referência – em ação conjunta com a DPU – que capitaneou esses esforços.

Esse fato abre pelo menos duas frentes de investigação necessárias. A primeira envolvendo o tratamento diferenciado que migração haitiana recebeu no Brasil após o terremoto de 2010, quando o governo brasileiro presidia uma missão de estabilização no Haiti, e após o terremoto de 2021, já sob o império das portarias (CHAVES, 2021). E a segunda referente às

¹⁸⁹ Segundo essa normativa, o chamante (imigrante residente no Brasil que queira trazer seus parentes) não pode ser beneficiário de visto ou autorização de residência por reunião familiar ou de autorização provisória de residência, excluindo, portanto, todos os haitianos que ainda estão como solicitantes de refúgio. Com relação aos chamados (parentes que desejam vir ao Brasil), cobra-se: (1) passaporte válido; (2) certificado internacional de imunização reconhecido pela Anvisa; (3) pagamento de emolumentos consulares; (4) formulário de solicitação de visto preenchido (o que não cabe ao problema em questão, na medida que essa solicitação pressupõe que chamado já esteja no Brasil e daqui solicite o visto); (5) comprovante de meio de transporte utilizado na entrada ao território nacional (o que também não cabe ao caso específico desses haitianos, que ainda estão no Haiti); (6) atestado negativo de antecedentes criminais; (7) documentos comprobatórios do parentesco (admite-se apenas pais, avós, filhos, cônjuges e irmão menores de idade).

¹⁹⁰ A concessão do visto temporário previsto nessa portaria exige: (1) documento válido de viagem; (2) certificado internacional de imunização; (3) formulário de solicitação de visto preenchido (o que permanece sem sentido no caso em questão, no qual os imigrantes ainda não entraram no país); (4) comprovante de meio de transporte de entrada no território brasileiro; (5) atestado negativo de antecedentes criminais.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

articulações locais capazes de enfrentar os retrocessos na política migratória nacional. Nessa direção, cabe mencionar as perspectivas abertas pela Nova Lei de Migração (ASSIS, 2018), o ativismo institucional de “burocratas no nível da rua” (LOTTA et al, 2018, p.782) e as redes de solidariedade construídas pelos próprios imigrantes.

Os registros administrativos do Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas

Acompanhando as transformações de sua instituição, a produção do registro administrativo do Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas de Campinas tem passado por inúmeras modificações. Até 2016, quando os atendimentos ainda eram realizados pelo CPAT, o cadastro era totalmente manual e o preenchimento das informações de competência ora do gestor, ora do migrante (Figura 8). Com a criação de um espaço de atendimento específico, essas mesmas perguntas passaram a compor uma planilha do *Google Sheets*, preenchida exclusivamente pelo gestor. Em meados de 2017, o cadastro volta a ser manual, com algumas alterações em seus quesitos (Figura 9).

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Figura 8. Cadastro do Serviço de Referência o Imigrante, Refugiado e Apátrida da Prefeitura de Campinas, 2015 e 2016

FICHA DE CADASTRO PARA IMIGRANTES/ REFUGIADOS

1- NOME: [REDACTED]

2- RNE:

3- PASSAPORTE: [REDACTED]

4- PAIS DE ORIGEM: *Haiti* CIDADE: [REDACTED]

5- RG: [REDACTED]

6- CPF: [REDACTED] PIS:

7- DATA DE NASCIMENTO: *05/03/1992*

8- LOCAL E DATA DE CHEGADA NO BRASIL *São Paulo 30/02/2016*

9- DATA DA CHEGADA EM CAMPINAS: *31/02/2016*

10- ENDEREÇO: [REDACTED] bairro: [REDACTED] casa
alugada individualmente () - república () - moradia estudantil () - alojamento de trabalho () -
outro:

11- E-MAIL: [REDACTED]

12- REDE SOCIAL: [REDACTED]

13- TELEFONE: [REDACTED]

14- ESTADO CIVIL: SOLTEIRO () CASADO () - CÔNJUGE RESIDE EM CAMPINAS:
SIM () NÃO ()

15- TEM FILHOS: SIM () NÃO () - QUANTOS: - RESIDEM EM CAMPINAS:
SIM () NÃO ()

16- ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO ACADÊMICA: *Ensino Médio completo*

17- OCUPAÇÃO PRINCIPAL:

18- IDIOMA DE ORIGEM: *francês/ espanhol*

19- FALA PORTUGUÊS: NÃO () SIM ()

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Cidadania, Departamento de Direitos Humanos, Serviço de Referência o Imigrante, Refugiado e Apátrida.

Figura 9. Cadastro do Serviço de Referência o Imigrante, Refugiado e Apátrida da Prefeitura de Campinas, 2017 - atual

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Secretaria Municipal de Assistência Social,
Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos- SMASDH
Av. Francisco Glicério 1269 4º andar -Centro- Campinas, SP-13012-0

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____
Nacionalidade: _____ Estado civil: _____
Data de nascimento: / / idade: _____
Pai: _____
Mãe: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
Escolaridade: _____

DOCUMENTAÇÃO

Tipo de visto: _____
Passaporte: _____ NIF: _____
Protocolo para RNM: _____
Protocolo para solicitação de refúgio: _____
CRNM: _____
Tipo de RNM: _____
CPF: _____
Carteira de Trabalho: _____
NIT: _____
SDNCRE: _____
PIS: _____

CONDIÇÕES DE CHEGADA AO PAÍS

País de origem: _____ tempo de permanência: _____
Data de entrada no Brasil: / /
Objetivo da vinda: _____
Informações sobre o acolhimento no momento da chegada: _____
Informações sobre trabalho e áreas de interesse: _____
Informações sobre a família: _____

MOTIVO DA VINDA AO SERVIÇO

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Cidadania, Departamento de Direitos Humanos, Serviço de Referência o Imigrante, Refugiado e Apátrida.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A partir de 2019, iniciam-se os testes para implementação do sistema informatizado desenvolvido pela equipe de informática do Nepo/Unicamp¹⁹¹. Inicialmente, foi proposto um questionário composto por 61 perguntas, agrupadas em 9 módulos temáticos: (1) identificação do cadastro; (2) identificação da pessoa atendida; (3) percursos e redes migratórias; (4) estrutura familiar; (5) composição e características dos domicílios; (6) escolaridade, formação e domínio do português; (7) trabalho e rendimento; (8) condição jurídica e de documentação; e (9) principais demandas.

Os desafios da língua e o tempo necessário ao seu preenchimento forçaram a reestruturação do cadastro, reduzindo-o para 29 quesitos referentes à identificação do registro e da pessoa atendida, chegada ao Brasil, acesso à documentação e principal demanda. Apesar de mais enxuto, o crescimento significativo dos atendimentos dificultou o uso do sistema informatizado, com a maior parte dos registros permanecendo manual, seguindo o modelo da Figura 9. Tal situação altera-se radicalmente em 2020, com a pandemia de Covid-19. Devido à suspensão dos atendimentos, a equipe de gestores aproveitou a quebra na rotina de trabalho para colocar todas as fichas impressas, preenchidas à mão, no sistema online. Durante os meses de maio de junho de 2020, a realização do mutirão de cadastramento inseriu no sistema 1.845 atendimentos, constituindo um importante passo rumo à transição para o cadastro informatizado.

Em 2021, a troca de gestores devido às eleições municipais do ano anterior envolveu uma nova rodada de negociação entre Serviço e o Observatório das Migrações em São Paulo, com alteração dos quesitos presentes no cadastro (uma demanda explícita das novas servidoras que passaram a compor a equipe) e das formas de preenchimento da informação. Por um lado, as servidoras requisitaram um novo conjunto de perguntas relacionados à emprego e renda; escolaridade, validação de títulos e conhecimento de português; saúde e acesso às políticas

¹⁹¹ Agradecemos a Rogério Ozelo e a Raquel Jakob pela construção do sistema de Cadastro e Registros de Imigrantes, Refugiados e Apátridas. Destacamos também que esse projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da UNICAMP. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 20340219.2.0000.8142.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

sociais¹⁹². Por outro lado, a maior articulação dessa instituição com outros órgãos públicos e privados – e também em função da restrição dos atendimentos a munícipes de Campinas – impulsionou atendimentos do tipo ‘referenciamento’: isto é, o encaminhamento para outros equipamentos. Ao mesmo, as normas de distanciamento social fortaleceram os atendimentos via WhatsApp.

A despeito das dificuldades de comparabilidade, dos problemas de coleta da informação e de sub-registro, a construção desse banco de dados impõe a visibilidade dessa população na agenda social do município, constituindo-se como um importante instrumento na promoção de uma política local para imigrantes internacionais em Campinas. Até 19 de novembro de 2021, estima-se que o Serviço tenha atendido pelo menos 2.600 pessoas, de 48 países diferentes, residentes em 38 cidades do Brasil.

Considerando apenas os atendimentos registrados desde o último diagnóstico publicado pelo Observatório das Migrações em São Paulo a respeito desse projeto – referente aos registros ocorridos até novembro de 2020¹⁹³ –, a análise dos dados mais recentes corrobora importantes tendências já apontadas nos relatórios anteriores (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO 2018, 2019 e 2020). Em primeiro lugar, acentua-se os principais corredores de expansão da migração internacional em Campinas e região. Inicialmente concentrada nas regiões mais centrais do município-sede, essa população espalha-se principalmente para Paulínia, acompanhando o traçado da Rodovia Zeferino Vaz (SP 332); para Sumaré, a partir da Rodovia Anhanguera (SP 330); para Indaiatuba, via Santos Dumont (SP 075); e para Hortolândia, com a Rodovia Campinas-Monte Mor (SP 101) (Mapa 1; OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO 2018, 2019 e 2020).

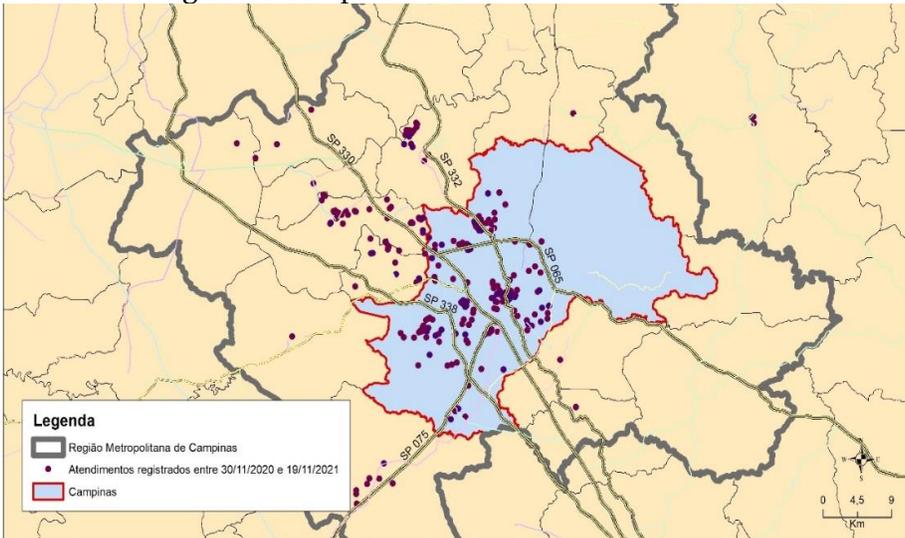
Mapa 1. Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de

¹⁹² Atualmente, o cadastro está com 82 quesitos, divididos em 7 módulos.

¹⁹³ Para consultar o perfil dos atendimentos realizados até 2020, consultar os relatórios do Observatório das Migrações em São Paulo, disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/srirac.php>. Acesso 22/11/2021.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Campinas, com registro de atendimento efetuado entre 30 de novembro de 2020 e 19 de novembro de 2021, segundo local de moradia na região de Campinas

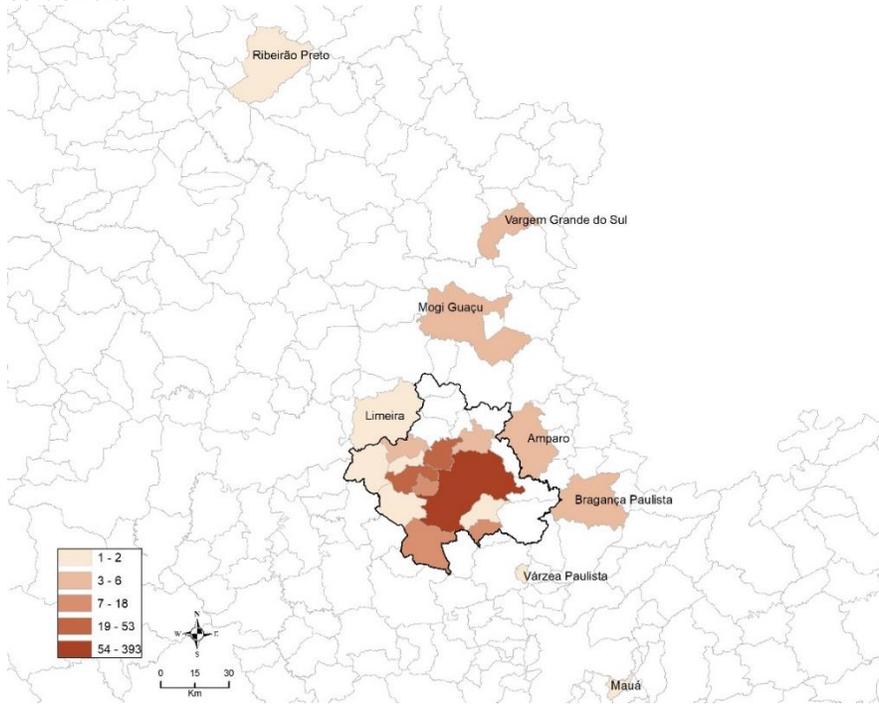


Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

A dinâmica da migração internacional em Campinas tem, portanto, uma forte conotação metropolitana, contemplando ainda outros municípios que não se enquadram nessa divisão político-administrativa. O atendimento a imigrantes com residência em diferentes municípios paulistas, alguns dos quais distantes de Campinas, como Ribeirão Preto, expressa tanto a dispersão metropolitana desse fenômeno, quanto os gargalos relativos à disponibilidade de órgãos especializados no apoio a essa população (Mapa 2).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Mapa 2. Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com registro de atendimento efetuado entre 30 de novembro de 2020 e 19 de novembro de 2021, segundo município de residência



Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Junto à diversificação dos locais de residência, verifica-se maior heterogeneidade dos países de origem. Se no diagnóstico de 2018 foram registradas pessoas de 28 países diferentes; em 2020, já eram 46; e em 2021, 48¹⁹⁴. Sobressaem haitianos e venezuelanos, que, juntos, representam quase 77% de todos os atendimentos realizados no ano de 2021 (Tabela 1).

¹⁹⁴ Essas estimativas referem ao total acumulado dos registros inseridos no sistema que, até 19/11/2021, somavam 2.602 cadastros.

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Tabela 1. Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com data do atendimento registrada em 2021 (até 19/11), segundo país de nascimento

País de nascimento	Atendimentos realizados em 2021 (até 19/11)	%
Haiti	140	41,79
Venezuela	117	34,93
Cuba	16	4,78
Colômbia	8	2,39
Síria	6	1,79
Peru	4	1,19
Honduras	3	0,90
Angola	2	0,60
Argentina	1	0,30
Butão	1	0,30
Brasil	1	0,30
Equador	1	0,30
Japão	1	0,30
Marrocos	1	0,30
Paraguai	1	0,30
Romênia	1	0,30
Senegal	1	0,30
Togo	1	0,30
Uganda	1	0,30
Estados Unidos da América	1	0,30
Uruguai	1	0,30
Sem informação	26	7,76
Total	335	100

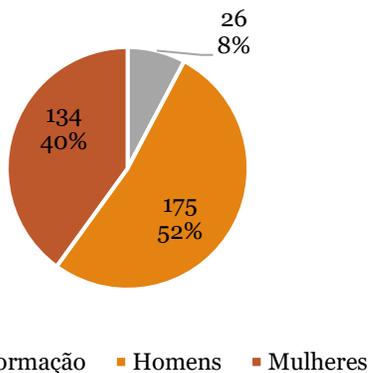
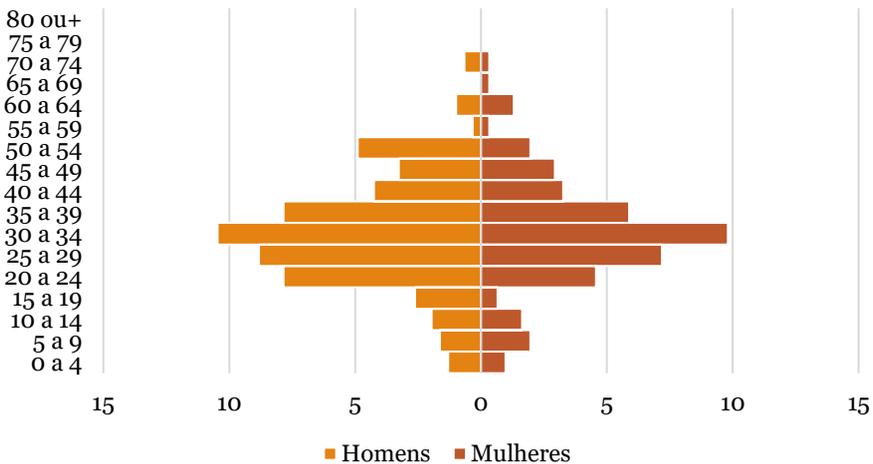
Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

A maior parte desses atendimentos referem-se a homens entre os 20 e 39 anos (Figura 1). No entanto, se comparado aos relatórios anteriores, verifica-se o aumento da participação

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

relativa de mulheres, crianças e idosos (Gráfico 1; OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO, 2018, 2019 e 2020).

Figura 1. Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com data do atendimento registrada em 2021 (até 19/11), segundo idade e sexo



Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Se a restrição do atendimento a munícipes de Campinas compromete o mapeamento dos principais eixos de expansão da

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

migração internacional na região, esse fenômeno permite identificar os principais interlocutores do Serviço de Referência. Do total de 20 referenciamentos que essa instituição fez ao longo de 2021, 17 abordavam outros equipamentos públicos. A regularização migratória constituiu o grosso desses encaminhamentos: 14 pessoas foram direcionadas para outros órgãos públicos e privados com essa demanda: 4 eram residentes de Sumaré e foram orientadas a procurar a Central de Atendimento ou CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) desse município; 2 residiam em Indaiatuba e foram direcionados à ONG Rever Cidadania; 3 foram para o CREAS de Paulínia (Centro de Referência Especializado de Assistência Social); 1 para a Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social de Bragança Paulista; 1 para a Secretaria de Assistência Social de Amparo; 1 para o Departamento de Direitos Humanos de Hortolândia; 1 para a Secretaria de Assistência Social de Jaguariúna; e 1 diretamente para Polícia Federal de Campinas (Quadro 1).

Quadro 1. Referenciamentos realizados pelo Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas em 2021 (até 19/11)

Referenciamento	Local para onde a pessoa foi encaminhada	Motivo do encaminhamento
1	CRAS Campo Belo	Solicitação de Cartão Nutrir, Bolsa Família e Inscrição no CADÚnico
2	CEI Prof. Jorge Leme	Vaga em Escola/Creche
3	Centro de Saúde Icarai	Acompanhamento Psicológico
4	Polícia Federal	Renovação de RNM
5	Consolidando a Escolaridade (Fundação Municipal para Educação Comunitária da Prefeitura de Campinas - FUMEC)	Curso de Português
6	Rever Indaiatuba	Regularização Migratória
7	CREAS Paulínia	Regularização Migratória

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Referenciamento	Local para onde a pessoa foi encaminhada	Motivo do encaminhamento
8	Central de Atendimento de Sumaré	Regularização Migratória
9	Central de Atendimento de Sumaré	Regularização Migratória
10	Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social - Bragança Paulista	Regularização Migratória
11	CRAS São Domingos - Sumaré	Regularização Migratória
12	Setor de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM)	Abrigamento
13	Central de Atendimento - Sumaré	Regularização Migratória
14	Secretaria de Assistência Social de Amparo	Regularização Migratória
15	CREAS Paulínia	Regularização Migratória
16	CREAS Paulínia	Regularização Migratória
17	Departamento de Direitos Humanos de Hortolândia	Regularização Migratória
18	Secretaria de Assistência Social de Jaguariúna	Regularização Migratória
19	Rever Indaiatuba	Regularização Migratória
20	Sem informação	

Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Sem dúvidas, apoio à regularização migratória representa uma das principais demandas dessa população. Dos 335 atendimentos realizados pelo Serviço em 2021, 294 tinha por objetivo essa questão (Tabela 2). Essa evidência mostra que, apesar de possível, a regularização migratória permanece um processo complexo (CHAVES, 2020).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Tabela 2. Imigrantes internacionais atendidos no Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas, com data do atendimento registrada em 2021 (até 19/11), segundo demandas

Por que procurou o Serviço?	Atendimentos realizados em 2021 (até 19/11)
Sem informação	24
Acesso à documentação/regularização	294
Apoio jurídico em casos de violação de direitos trabalhistas	2
Cadastro único	2
Outros	13
Agendamento na Polícia Federal	3
Alteração de endereço para retirada de RNM	3
Assessoria Jurídica	1
Documentação e moradia	1
Orientações sobre DPVAT	1
Orientações sobre reunião familiar	1
Orientação sobre passaporte	1
Orientação sobre multa de trânsito	1
Solicitação de Acolhimento Institucional	1
Total	335

Fonte: Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Considerações Finais

Esse trabalho buscou incorporar a temática dos direitos humanos e da migração internacional na produção de políticas sociais, com ênfase na experiência de Campinas, no papel da Universidade e nos registros administrativos locais. “Embora esses cadastros tenham sido idealizados para o controle das instituições que os criaram, sua apropriação pela academia e gestão pública tem colaborado na produção de indicadores atualizados”, fortalecendo o debate qualificado sobre o tema e a visibilidade dessa população (BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2021, p.4). No tocante ao registro administrativo do Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Prefeitura de Campinas, suas informações expressam, ainda, uma ampla rede de discussão estabelecida entre o poder público e a Unicamp, constituindo um exemplo da governança migratória local (BERGUE, 2015; MÁRMORA, 2010).

O processo de construção desse registro reconfigura fronteiras institucionais, conexões e capacidades de comunicação entre o Estado e a sociedade civil, emergindo como um produto coletivo, resultado do “envolvimento e engajamento de diferentes atores sociais no processo de planejamento das ações de governo” (BERGUE, 2015, p.35). Sem dúvidas, suas dificuldades de operacionalização representam desafios metodológicos comuns a diferentes áreas da gestão pública (PERES; ZIMMERMANN, 2010). A solução desses impasses envolve tanto uma ação do poder público que incorpore “protocolos de observação, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas com base em indicadores sociais” (PERES, 2019, p.121), quanto o estreitamento do diálogo com sociedade, em especial com a universidade: de um lado, a prefeitura com o contato direto com a população, seu conhecimento empírico e dificuldades em termos de planejamento das políticas; de outro, a academia com o domínio dos indicadores, da dinâmica da população e das fontes de dados que permitem o aprimoramento técnico das políticas (RODRIGUES; BAENNGER, 2010). Ao mesmo tempo em que essas relações interinstitucionais colaboram na formação de uma burocracia especializada, capaz de promover a cooperação interfederativa e intersetorial necessária às políticas sociais e desenvolver a comunicação com os diversos coletivos, associações migrantes e organizações não governamentais, também cumprem com o compromisso social da universidade, favorecendo o avanço e a produção científica sobre o tema das migrações internacionais, políticas locais, gestão e governança migratória.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, J. R. de C. Políticas públicas, estruturas estatais e migrações no Brasil. In: BAENINGER, R. et al (Orgs). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.
- ARAÚJO, J. R. de C. Migrações internacionais e o federalismo brasileiro: os venezuelanos no Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
- ASSIS, G. de O. Nova Lei de Migração no Brasil: Avanços e Desafios. In: BAENINGER, R. et al. **Migrações Sul-Sul** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).
- BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafio para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. **Migrações e Trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.
- BAENINGER, R. Cenários das Migrações Internacionais no Brasil. In: BERQUÓ, E. (Org.) **Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2017.
- BAENINGER, R. Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (Coord.). **Migrações fronteiriças**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, R. Migrações internacionais e a pandemia de covid-19: mudanças na era das migrações? In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.
- BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. **Mulheres nas migrações internacionais no brasil: evidências empíricas para o debate**. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional sobre Migrações, realizado de modo virtual entre os dias 8 e 12 novembro de 2021.
- BERGUE, S. T. Governança e Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público. In: DEMARCO, D. J. (Org). **Gestão Pública, município e federação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.
- CASTRO, J.A. Política Social no Brasil: marco conceitual e análise da ampliação do escopo, escala e gasto público. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, Brasília, 1:66-95, 2011.
- CHAVES, J. 2020. A atuação da defensoria pública da união em favor de imigrantes durante a pandemia de covid-19: um relato de campo. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

CHAVES, J. Os paradoxos da política migratória brasileira. Aula aberta organizada pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto em 31/05/2021. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Jw_z98CTolo. Acesso 24/11/2021.

CICONELLO, A. Políticas Públicas de Direitos Humanos. In: Delgado, Ana Luiza de Menezes; Gatto, Carmen Isabe; REIS, Maria Stela; ALVES, Pedro Assumpção (Org). Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos – Coletânea. Brasília: Enap, 2016, 341p.

CUSTÓDIO, F. H. F. Palestra conferida no 22º Programa de Capacitação: População, Cidades e Políticas Sociais: “A Nova Lei das Migrações nos Tribunais”. Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP/Ordem dos Advogados de Campinas, 25 de novembro de 2019.

Delgado, Ana Luiza de Menezes; Gatto, Carmen Isabel; REIS, Maria Stela; ALVES, Pedro Assumpção. **Introdução**. In: Delgado, Ana Luiza de Menezes; Gatto, Carmen Isabe; REIS, Maria Stela; ALVES, Pedro Assumpção (Org). Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos – Coletânea. Brasília: Enap, 2016, 341p.

DEMÉTRIO, N.; BAENINGER, R.; DOMENICONI, J.; ROVERE, S. Políticas Públicas e Migração Internacional: a experiência de Campinas/SP e o diálogo com a universidade. **Revista Internacional de Extensão da Unicamp**, v.1, n.1, p.31-37, jul./dez. 20020.

DEMÉTRIO, N.B.; FOIADELLI, L. F. Migrações Internacionais e Políticas Sociais: o diálogo entre a academia e o poder público local. In: BAPTISTA, D. M. T.; MAGALHÃES, L. F. A. (Org.) **Migrações em Expansão no Mundo em Crise**. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 2020

ESCRIVÃO FILHO, Antônio; SOUZA JUNIOR, José Geraldo de Sousa. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre direitos humanos**. In: Delgado, Ana Luiza de Menezes; Gatto, Carmen Isabe; REIS, Maria Stela; ALVES, Pedro Assumpção (Org). Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos – Coletânea. Brasília: Enap, 2016

FELDMAN-BIANCO, B. Democracias y derechos humanos amenazados: Políticas migratorias nacionales y políticas globales en Brasil, de Lula a Bolsonaro (2002-2019). Disponível em: <https://region.org.co/index.php/publicamos/documentos/item/432-democracias-y-derechos-humanos-amenazados>. Acesso 03/01/2020.

GOMIDE, A.; PIRES, R. Capacidades estatais e democracia - arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA. 2014.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

JANUZZI, P. de M. Indicadores no planejamento público. In: Baeninger, R. (Org.). **População e Cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas/SP: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; Brasília: Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, 2010.

Januzzi, P. de M. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2017.

JANNUZZI, P. M. A implementação no centro da Avaliação de Políticas Públicas. Revista AVAL, Fortaleza, 2(16):64-81, 2019.

JANNUZZI, P. M. Economia Política e Avaliação em Políticas Públicas no Brasil pós-2014. Cadernos de Saúde Coletiva, 2021 (prelo).

LEÃO, A. V. **Reconhecimento legal e estima social nas políticas públicas de integração de imigrantes em nível municipal em São Paulo e Bruxelas**. Tese (doutorado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, 2017.

LOTTA, G. S. et al. Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. Revista do Serviço Público, v. 69n. 4, p. 779-810, out./dez. 2018.

MADEIRA, Lígia Mori. Federalismo e institucionalização de políticas públicas de direitos humanos no Brasil pós-democratização.

MÁRMORA, L. **Modelos de Governabilidade Migratoria**. La perspectiva política en América del Sur. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XVIII, Nº 35, p. 71-92, jul./dez. 2010

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. Atendimento ao Imigrante da Prefeitura Municipal de Campinas-SP: perfil de imigrantes internacionais registrados no Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida. Campinas, 2018. Disponível em https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/producao/Diagn%C3%B3stico%20Atendimentos%20do%20Servi%C3%A7o_1.pdf. Acesso 24/11/2021.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. Perfil dos atendimentos Registrados pelo Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida da Prefeitura de Campinas-SP. Campinas, 2019. Disponível em https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/producao/Diagn%C3%B3stico%20Atendimentos%20do%20Servi%C3%A7o_2.pdf. Acesso 24/11/2021.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. Relatório dos atendimentos registrados no Sistema do Serviço de Referência a Imigrantes, Refugiados e Apátridas da Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas, 2020. Disponível em

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/producao/Relatorio_Servico_Imigrantes_Campinas.pdf. Acesso 24/11/2021.

PERES, R. G. Indicadores sociais e políticas públicas no Brasil: algumas reflexões e muitos desafios para o século 21. In: BAENINGER, R.; JARDIM, M. C.; PEREIRA, G. G.; MACIEL, L. M. **População e Cidades: subsídios para o planejamento local e regional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019

PERES; R. P.; ZIMMERMANN, G. Gestão e planejamento de cidades e políticas sociais: gestão metropolitana – possibilidades e desafios. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

PIZA, D. de T. **Mobilidade Humana e Coronavírus**: Mobilidade, confinamento e migração na pandemia. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/mobilidade-humana-e-coronavirus-mobilidade-confinamento-e-migracao-na-pandemia>. Acesso: 16/06/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, **Lei Nº 16.038, de 17 de Novembro de 2020**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2020/1604/16038/lei-ordinaria-n-16038-2020-institui-a-lei-municipal-de-atencao-aos-imigrantes-refugiados-e-apatridas-e-dispoe-sobre-seus-objetivos-principios-diretrizes-e-acoes-prioritarias>. Acesso 24/11/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Primeiro Plano Municipal de Políticas para Imigrantes: 2021-2024 (2020). Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/publicacoes/index.php?p=156226. Acesso 13/08/2020.

RAMOS, A. C. Construindo muralhas: o fechamento de fronteiras na pandemia do covid-19. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.

RAMOS, A. de C.; VEDOVATO, L. R.; BAENINGER, R. A Lei de Migração nos seus três primeiros anos de vigência. In: RAMOS, A. de C.; VEDOVATO, L. R.; BAENINGER, R. (Coord.). **Nova Lei de Migração: Os Três Primeiros Anos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo; Unicamp-Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020.

RODRIGUES, F.; BAENINGER, R. Dinâmica da população e políticas sociais. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e Cidades: subsídios**

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

RUBIN, Gleisson Cardoso. **Apresentação**. In: Delgado, Ana Luiza de Menezes; Gatto, Carmen Isabel; REIS, Maria Stela; ALVES, Pedro Assumpção (Org). *Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos – Coletânea*. Brasília: Enap, 2016, 341p.

RUSEISHVILIA, S.; CHAVES, J. Deportabilidade: um novo paradigma na política migratória brasileira? In: PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.27.1, jan./jul., 2020, p.15-38.

SCATOLINI; M. V.; FRANCISCO, N. Relato de Atividade da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Cidadania – Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida. BAENINGER, R. *et al.* **Migrações Sul-Sul** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

SEYFERTH, G. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

VENTURA, D.; GUIMARÃES, F. S.; REIS, R. (Coord.) *Imigrantes em São Paulo: diagnóstico do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos*. São Paulo: IRI-USP, 2017.



CAPÍTULO 27

DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: A EXPERIÊNCIA DA PARCERIA ENTRE O OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO E O CENTRO PAULA SOUZA

Luís Felipe Aires Magalhães¹⁹⁵
Davi Gutierrez¹⁹⁶

O sistema de ensino superior público no Brasil, não obstante importantes expansões verificadas nas últimas décadas (obstaculizadas estas pelo menos desde 2016) estrutura-se ainda de forma muito restrita, constituindo-se verdadeiro privilégio social. Se, de um lado, esta estrutura condiciona um perfil econômico, social e étnico-racial de estudantes, representado justamente por aqueles e aquelas que possuem estrutura material que lhes permita avançar os

¹⁹⁵ Professor visitante do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do ABC (UFABC), coordenador adjunto do Observatório das Migrações em São Paulo e pesquisador do Observatório das Metrôpoles - Núcleo São Paulo (PUC-SP).

¹⁹⁶ Professor coordenador de projetos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CPS). Responsável pela formação continuada de professores de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CETEC Cap).

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

filtros sociais da progressão escolar, do acesso à Universidade e, sobretudo, da permanência nela, de outro, esta estrutura reduz a própria vinculação da Universidade à seu entorno, às demandas sociais urgentes do país e, também, às demais instâncias e níveis de educação.

Neste sentido, há um inegável distanciamento entre o Ensino Superior, especialmente seus pilares de pesquisa e extensão, e o Ensino Médio, notadamente aquele voltado à formação técnica profissionalizante, ainda pouco compreendida em sua importância pelo academicismo brasileiro. Uma vez estabelecidas enquanto etapas e dimensões educacionais que não se conectam, ensino médio e técnico e ensino superior público perdem, com isso, um imenso potencial de mútua colaboração. É acreditando nesse potencial, particularmente na importância deste diálogo interinstitucional e na necessidade de submeter suas pesquisas ao debate público, especialmente aos estudantes, que o Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp) e o Centro Paula Souza têm construído e aprofundado importante relação voltada à formação continuada e atualização técnica dos docente das ETECs e FATECs da rede de CPS.

O Centro Paula Souza (CPS) é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que contempla 223 Escolas Técnicas (Etecs) e 74 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, com aproximadamente de 322 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior. Dentro da estrutura organizacional do Centro Paula Souza destaca-se a Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC), que entre suas atribuições é responsável pela Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão, que abrigou e fomentou as intensas e ricas trocas com o Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp).

Esta colaboração tem se difundido sob a forma de cursos de formação, organizados por ambas instituições, incluindo ainda colaborações ativas de parceiros com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Observatório das Metrópoles - Núcleo São Paulo (PUC - SP). Estas capacitações, geralmente de 40 horas, são realizadas de forma dialógica por professores de ETECs e FATECs de todo o Estado.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Os cursos estruturam-se ao longo de 5 ou 8 semanas, com material base e complementar voltados ao diálogo entre a produção científica realizada nas universidades participantes, e as práticas e exigências pedagógicas implementadas em salas de aula de ensino médio e técnico. Este diálogo tem se mostrado intensamente complementar: ao Observatório das Migrações, permite superar as amarras e entraves históricos da estrutura universitária, capilarizando sua produção científica e submetendo, com isso, às ETECs e FATECs, abordagens, reflexões e conteúdos capazes de inspirar novas propostas pedagógicas; ao Centro Paula Souza, permite a atualização pedagógica de centenas de seus professores, que participam dos cursos e se beneficiam das capacitações oferecidas sobre temas como migração, refúgio, cidades, políticas sociais, fontes de dados sociodemográficos, direitos e vulnerabilidades.

Aspecto importante destas capacitações são as apostilas didático-instrucionais elaboradas para cada edição. Estas apostilas são utilizadas pelos professores participantes enquanto material base do curso, e, sendo impressas, ficam à disposição também para outros professores de ETECs e FATECs e, por consequência, para estudantes de ensino médio e técnico de todo o Estado. As apostilas promovem, com isso, importante difusão do conhecimento produzido, vinculando-o a elaboração de novas práticas docentes, aproximando, com isso, os jovens estudantes à questão migratória e de refúgio, ao estudo de grupos sociais vulneráveis, à reflexão sobre as desigualdades socioespaciais.

Até o presente momento (Novembro de 2021), foram realizados quatro cursos de capacitação no âmbito da parceria entre o Observatório das Migrações e o Centro Paula Souza, e a quinta capacitação transcorre neste momento.

No ano de 2017, foi realizado o primeiro curso, intitulado “Migrações Internacionais e Refúgio no Estado de São Paulo”¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Agradecemos a todos os pesquisadores e professores que atuaram no curso e na elaboração da sua apostila didático - instrucional: Aline Santos, Camila Rodrigues da Silva, Dirce Trevisi, Giovana Modé Magalhães, Gustavo Dias, Helena Manfrinato, Katiane Tatíe Shishito, Laís Meneguello Bressan, Magali Alloatti, Maria de Fátima Guedes Chaves, Marília Calegari e Patrícia Villen. Agradecemos, ainda, à toda a equipe do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, especialmente Tatiana Chang Waldmann e Henrique Trindade, pela condução da visita guiada, e também à Missão Paz, especialmente ao Padre Paolo, a Carlos Pereira, o Carlinhos, a Miguel Ahumada e Wellington da Silva de Barros, pela generosa recepção a todos os alunos no principal

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

É razão de imenso orgulho mencionar que desde esta primeira edição, todas as demais edições tiveram sempre à frente a professora Rosana Baeninger, coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo e professora da Unicamp. Rosana Baeninger foi quem, verdadeiramente, oportunizou a parceria desde o princípio, destacando a importância do trabalho em equipe, do diálogo interinstitucional e da presença dos migrantes nestas atividades. Posteriormente, tornou possível também a participação de outras institucionais, como o Ministério Público do Trabalho (MPT). Esta primeira edição contou com o apoio do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, e, além dos autores deste texto, foi organizada também pela pesquisadora Tatiana Chang Waldmann. O curso ocorreu no Museu da Imigração, teve conferencistas mulheres migrantes, tais como Lara Lopes, moçambicana em situação de refúgio no Brasil, por razões de perseguição à sua orientação sexual, e Verónica Quispe, imigrante boliviana residente em São Paulo que atualmente faz parte do Conselho Municipal de Políticas Para Imigrantes da capital paulista. Esta primeira capacitação teve em seu último dia uma atividade de pesquisa etnográfica, realizada nas instalações da Missão Paz e na Baixada do Glicério. Seu encerramento ocorreu no Centro Cultural Guineano, com palestras e apresentações culturais realizadas por imigrantes da Guiné residentes em São Paulo.

No ano de 2019, foram realizados dois cursos de capacitação no âmbito da parceria. O primeiro deles, intitulado “Cartografia dos Movimentos Migratórios no Estado de São Paulo - Temas Transversais”¹⁹⁸, foi realizado com a participação importante do Ministério Público do Trabalho (MPT). Este curso teve duas etapas: uma primeira, na ETEC Bento Quirino, em Campinas, na qual foi oferecido um conjunto de oficinas sobre

espaço de acolhimento de imigrantes do Brasil. Agradecemos, ainda, a todos os amigos do Centro Cultural Guineano, especialmente a seu coordenador, Aboubacar Sidibé, quem nos inspirou a pensar as raízes, na Guiné, de danças e instrumentos musicais presentes no Brasil.

¹⁹⁸ Agradecemos às colegas de Observatório das Migrações Natália Belmonte Demétrio e Joice Domeniconi, pela brilhante conferência ministrada durante esta capacitação. Agradecemos, também, a todos os parceiros do Ministério Público do Trabalho, especialmente à Dra. Catarina Von Zuben, pela recepção e participação nesta que foi a primeira capacitação com o apoio do MPT. Agradecemos especialmente à coordenadora do Observatório das Migrações, Rosana Baeninger, pela articulação institucional que permitiu essa capacitação e pela condução das apresentações.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

fontes de dados sociais e demográficas sobre imigração. Estes conteúdos e fontes foram apresentados sob a finalidade de que os professores participantes a utilizassem na construção de novas práticas docentes em sala de aula. Estes professores, então, desenvolveram, com seus alunos, abordagens didáticas sobre migração e refúgio, que envolveram entrevistas, elaboração de mapas, cartografias sociais, recortes de jornais, projetos de facilitação do acesso de imigrantes e refugiados à ETEC ou FATEC, e apresentaram o resultado destas abordagens na segunda etapa do curso, realizada na sede do MPT de Campinas.

O terceiro curso de capacitação, intitulado “Cidades e Políticas Públicas”¹⁹⁹, foi, novamente, realizado em parceria também com o Ministério Público do Trabalho (MPT), e, ainda, com a importante parceria do Observatório das Metrôpoles - Núcleo São Paulo, da PUC - SP. Este curso foi realizado no centro de capacitação do Centro Paula Souza, na região central de São Paulo. No último dia deste curso, foi realizada uma aula pública sobre memória, território e apagamento da presença negra pelas ruas do bairro da Liberdade. Na sequência, os professores participantes receberam uma oficina de instrumentos de percussão e de dança típica da Guiné, no Centro Cultural Guineano, também na Liberdade.

No ano de 2020, com a eclosão da pandemia de Covid-19, a equipe de pesquisadores e pesquisadoras do Observatório das Migrações em São Paulo dedicou-se a compreender as repercussões da doença sobre a população imigrante no Brasil. Desta forma, foram realizadas importantes estudos, como a pesquisa “Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais”²⁰⁰, na qual um questionário on-line foi

¹⁹⁹ Agradecemos a todos os parceiros do Observatório das Metrôpoles que participaram da capacitação: Lucia Maria Machado Bógus, Mônica de Carvalho e Lucio Hanai. Agradecemos, ainda, à professora Arlete Fonseca, pela aula pública no centro de São Paulo.

²⁰⁰ Agradecemos a todos pesquisadores do Observatório das Migrações que participaram do curso e da elaboração de sua apostila: Rosana Baeninger, Camila Rodrigues da Silva, Paulo Mortari A. C., Laís Meneguello Bressan, Jullyane Ribeiro, Mona Perlingeiro, Fátima Chaves, Aline Santo e Allan Rodrigo de Campos. Agradecemos, ainda, a todos professores e pesquisadores entrevistados nas aulas e nos episódios do podcast do curso: Tatiana Chang Waldmann, Henrique Trindade, Matheus Albino, João Carlos Jarochinski da Silva, Dirce Trevisi, José Marcos Pinto da Cunha, Fedo Bacourt, Berenice Young, Déborah Grajzer, Roque Patussi, Natália Pasternak, Dafne Sponchiado, Padre Paolo Parise e Oula Al-Saghir.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

respondido por 2.475 imigrantes internacionais no Brasil, dos quais 946 imigrantes no Estado de São Paulo. Esta pesquisa, que revelou aspectos importantes de como a pandemia afetou condições de vida, trabalho e sociabilidade entre os respondentes, evidenciou a importância das redes migratórias na construção de estratégias de enfrentamento à doença. Debruçados sobre o desafio de oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a compreensão da disseminação da Covid-19 entre imigrantes, oferecemos o quinto curso de capacitação, intitulado “Emergências Epidemiológicas e Mobilidade Humana”, novamente em parceria com o Ministério Público do Trabalho. Este curso, inteiramente on-line, utilizou novas ferramentas tecnológicas, como o podcast de mesmo nome, e abordou múltiplas dimensões da relação entre migração e saúde.

Atualmente (Novembro de 2021), está em andamento o quinto curso da parceria entre o Centro Paula Souza e o Observatório das Migrações, intitulado “2021: Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil”²⁰¹. Este curso, também inteiramente on-line, apresenta, novamente, a parceria e participação ativa do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Como exposto, a dimensão e potência da universidade e centros de pesquisa (não ligados diretamente às licenciaturas) na formação de professores enseja perspectivas que ultrapassam o conteúdo em si, para essa breve reflexão sobre a articulação entre o Observatório das Migrações e o Centro Paula Souza podemos considerar dois grupos de professores em formação:

- Professores que em sua formação inicial não tiveram acesso à pesquisa acadêmica;
- Professores que em sua formação inicial tiveram acesso à pesquisa acadêmica.

Não objetivamos inquirir o mérito da formação inicial, mas constata-se que para os docentes do primeiro grupo as formações propiciaram a tangência inicial com a pesquisa e produção de dados primários, elementos que foram transpostos

²⁰¹ Agradecemos a todos os professores e pesquisadores participantes deste curso: Rosana Baeninger, Lucia Maria Machado Bógus, Camila Rodrigues da Silva, Paulo Mortari, Sueli Soares dos Santos Batista, Carlos Etulain, Natália Belmonte Demétrio e Joice Domeniconi.

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

para as suas salas de aula por meio das atividades propostas dos diferentes cursos realizados, mas principalmente das intensas reflexões dialógicas durante as palestras. Já para o segundo grupo significou um reencontro e um retorno às origens, além disso, renova a prática e a ação docente, tira o docente do seu cotidiano que muitas vezes o conduz a repetições mecânicas.

Essas ações guiam e abrem possibilidade para que os professores participantes possam construir posturas e práticas pedagógicas ligadas a pesquisa e a reflexão docente, ou seja, o professor pesquisador, que busca nos métodos, metodologias e técnicas das ciências formas de melhorar suas práticas docentes, de ressignificar suas aulas e criar sequencias didáticas ativas e que levem aos estudantes a construírem sentidos críticos a partir de dados primários e/ou cientificamente comprovados, levando a eles a autonomia e ao pensamento questionador e crítico a partir da descoberta. E o professor reflexivo que envolve meios e procedimentos de compreensão do processo educativo, do processo de ensino (e sua relação com os estudantes) e sobre sua própria prática docente em relação a si e ao mundo que o rodeia, demarcando seu papel na sociedade como agente de mudança.

Assim, o estudante das escolas públicas do Centro Paula Souza acessa à universidade e sua dinâmica pelo olhar do seu professor, construindo a ideia de que a Universidade é possível em seu projeto de vida, ao mesmo tempo que cria a cultura da pesquisa.

E se as formações sinérgicas transformam os professores, possibilitam novos olhares aos estudantes, ela também muda a escola, que passa a ser ainda mais vida, ativa e significativa, ligada à comunidade e ao mundo.

Conclusões

As atividades desenvolvidas no âmbito da parceria entre o Observatório das Migrações e o Centro Paula Souza já contribuíram, até o momento, para a atualização pedagógica de mais de 200 professores de ETECs e FATECs; envolveu dezenas de pesquisadores e professores não só da Unicamp como também de outras universidades brasileiras, como PUC-SP, UFABC e USP, e estrangeiras, como o Institut de Hautes Études Internationales et du Developpement (IHEID) - Genebra, Suíça; e beneficiou a milhares de estudantes de ensino médio e ensino técnico em todo o estado de São Paulo.

Estas atividades articulam redes de pesquisa e extensão: atualmente, diversos professores de ETEC e FATEC organizam eventos em suas unidades de ensino, convidando pesquisadores do Observatório das Migrações; de igual forma, as publicações do Observatório são, sempre que possível, doadas ao Centro Paulo Souza, como forma de fomentar o interesse público sobre o tema e contribuir à formação dos jovens estudantes.

Uma característica importante dos cursos de formação ofertados é que não pretenderam ser apenas sobre migrantes e pessoas em situação de refúgio, mas principalmente com eles, isto é, com a presença e participação dos sujeitos ativos do processo migratório em suas múltiplas dimensões. Neste sentido, gostaríamos muito de agradecer a todos os migrantes que atuaram nos cursos, especialmente a Lara Lopes, Nádia Solange Clemente Vaz Ferreira, Verónica Quispe, Aboubacar Sidibe, Marifer Vargas, Carlos Daniel Escalona, Alba Marina González Andrade, Fedo Bacourt, Prudence Kalambay, Prosper Dinganga, Anas Obaid, Oula Al-Saghir e Claudine Shindany. A estes e estas migrantes, somos muito gratos por compartilharem suas histórias de vida, suas reflexões e esperanças, e seus projetos migratórios. Certamente plantaram sementes de empatia e solidariedade que estão sendo colhidas em salas de aula, formando uma geração de jovens mais sensível ao tema da mobilidade humana.



Fotografia: Fabrício Moares

PUBLICAÇÕES

Observatório das Migrações em São Paulo

OBSERVATÓRIO DAS
MIGRAÇÕES EM
SÃO PAULO



ATLAS TEMÁTICOS

- .Migrações Internas e Internacionais, 2014
- .Migrações Internacionais, 2017
- .Migração Refugiada, 2018
- .Migrações Internacionais – Região Nordeste, 2019
- .Migrações Internacionais – Macrometrópole Paulista e Regiões de São Paulo, 2020
- .Migrações Venezuelanas, 2020
- .Migrações Internacionais – Região Sul, 2020
- .Mulheres nas Migrações Internacionais, 2021
- .Populações Vulneráveis – Trabalho Infantil, 2021

SÉRIE MIGRAÇÕES

- .Imigração Boliviana no Brasil, 2010
- .Fases e Faces das Migrações, 2014
- .Imigração Haitiana no Brasil, 2016
- .Migrações Sul-Sul, 2017
- .Migrações Fronteiriças, 2018
- .Migrações Venezuelanas, 2018
- .Migrações Colombianas, 2019
- .Migrações Internacionais e a Pandemia de Covid-19, 2020
- .Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil, 2020
- .Migrações Angolanas, 2020
- .A Nova Lei de Migração: Os Três Primeiros Anos, 2020
- .Coleção Vamos Juntos! Português como Língua de Acolhimento, 2020 (Fascículo 4-Trabalho e Educação)
- .Migrações Qualificadas, 2021
- .Migrações Bolivianas, 2021
- .Coleção Vamos Juntos! Português como Língua de Acolhimento, 2020 (Fascículo 2-Me virando no dia a dia), 2021

SÉRIE POPULAÇÃO E CIDADES

- .Subsídios para o Planejamento e Políticas, 2010
- .O Rural Paulista no Século XXI, 2018
- .Subsídios para o Planejamento Local, 2019
- .Espaços Regionais da Agricultura Globalizada, 2020
- .Populações Vulneráveis, 2021



www.nepo.unicamp.br
nepo.unicamp.br/observatorio/

**POPULAÇÕES
VULNERÁVEIS**

Seta Empresarial Ltda
Dezembro/2021